

LÍDIA MARIA BRANDÃO TOUTAIN  
RUBENS RIBEIRO GONÇALVES DA SILVA  
Organizadores

# U**f**ba

DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI

Ufba

DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

*Naomar Monteiro de Almeida Filho*

Vice-Reitor

*Francisco José Gomes Mesquita*



INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Diretora

*Lídia Maria Batista Brandão Toutain*

Vice-Diretor

*Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva*



EDUFBA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

*Flávia Goullart Mota Garcia Rosa*

Conselho Editorial

Titulares

*Ângelo Szaniecki Perret Serpa, Alberto Brum Novaes,*

*Caiuby Alves da Costa, Charbel Ninõ El-Hani,*

*Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti,*

*José Teixeira Cavalcante Filho*

Suplentes

*Evelina de Carvalho Sá Hoisel, Cleise Furtado Mendes,*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*

Editora filiada à:



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias



Câmara Bahiana do Livro

EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n. Campus de Ondina

40.170-290 – Salvador – Bahia

Tel.: (71) 3283-6160 / 3283-6164

edufba@ufba.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI

LÍDIA MARIA BATISTA BRANDÃO TOUTAIN  
RUBENS RIBEIRO GONÇALVES DA SILVA  
Organizadores

Memorial, v. 1

SALVADOR  
EDUFBA  
2010

©2010 by Universidade Federal da Bahia.  
Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade Federal da Bahia.

Capa  
*Alana Gonçalves de Carvalho Martins*

Editoração Eletrônica  
*Hermilo Santana*

Revisão  
*Valdomiro Santana*

Normalização  
*Sônia Chagas Vieira*  
*Ismênia da Silva Pinheiro*

#### INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ICI/UFBA

##### COLABORADORES

##### Docentes:

Profª Dra. Aida Varela Varela  
Profº Me. Albano Oliveira  
Profª Ma. Aurora Leonor Freixo  
Profª Dra. Maria Teresa Navarro de Brito Matos  
Profª Ma. Marilene Lobo Abreu Barbosa  
Profº Dr. Othon Fernando Jambeiro Barbosa

##### Técnicos-administrativos:

Ariston Mascarenhas  
Newton Bacelar

##### Estudante de mestrado

Ricardo Sodré Andrade  
*Ciência da Informação, tutor PIBIC-UFBA*

##### Estudantes de graduação:

Ana Aparecida Gonzaga da Silva  
*Arquivologia, bolsista PIBIC-UFBA/ FAPESB e PIBIC-UFBA/CNPQ*  
Ana Cristina Silva Barbosa  
*Arquivologia, bolsista Permanecer/PIBIC*  
Ana Paula Moura de Jesus  
*Biblioteconomia e Documentação, bolsista Permanecer*  
Bernadete de Araújo Pimenta  
*Biblioteconomia e Documentação, bolsista Permanecer*  
Cláudia Hermínia Silva Cruz  
*Biblioteconomia e Documentação, bolsista PIBIC-UFBA/ FAPESB*

Davi Souza Santos  
*Arquivologia, bolsista Permanecer*  
Diego Santos do Nascimento  
*Arquivologia, bolsista Permanecer*  
Fabiana Jesus dos Reis  
*Biblioteconomia e Documentação, bolsista Permanecer/ PIBIC*  
Ícaro Otávio Hupsel de Castro  
*Arquivologia, bolsista PIBIC-UFBA/CNPQ*  
Jeane Aguiar de Moura  
*Biblioteconomia e Documentação, bolsista PIBIC-UFBA/ CNPQ*  
Jucimar Cerqueira dos Santos  
*História, bolsista Permanecer*  
Leandro Silva Santos  
*Arquivologia, bolsista Permanecer*  
Manoela Ribeiro Vieira  
*Biblioteconomia e Documentação, bolsista Permanecer*  
Marília Lessa dos Santos  
*Biblioteconomia e Documentação, bolsista Permanecer*  
Michel Sacramento dos Santos  
*Artes, bolsista Permanecer*  
Moisés Amado Frutuoso  
*História, bolsista Permanecer*  
Odeilma da Silva Cruz  
*Arquivologia, bolsista Permanecer*  
Quelmonis dos Santos Souza  
*Biblioteconomia e Documentação, bolsista Permanecer*  
Rejane Pereira Correia  
*História, bolsista PIBIC-UFBA/FAPESB e PIBIC-UFBA/ CNP*

---

U58 Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação.  
UFBA : do século XIX ao século XXI / Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação ; Lídia Maria Batista Brandão Toutain, Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, organizadores. – Salvador : EDUFBA, 2010.

620 p. – (Memorial ; v.1)

ISBN: 978-85-232-0700-7

1. Universidade Federal da Bahia – História. 2. Universidades e faculdades públicas – História – Bahia. I. Toutain, Lídia Maria Batista Brandão. II. Silva, Rubens Ribeiro Gonçalves da. III. Título. IV. Série.

CDD 378.8142 – 22. ed.

---

# SUMÁRIO

PREFÁCIO 7

APRESENTAÇÃO 13

INTRODUÇÃO 15

**1 A Formação Universitária na Bahia desde os tempos coloniais 21**

**2 O Caminho 61**

**3 O Caminhar: As Unidades Universitárias**

ADMINISTRAÇÃO

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO 95

ARQUITETURA

FACULDADE DE ARQUITETURA 113

BELAS ARTES

ESCOLA DE BELAS ARTES 141

BIOLOGIA

INSTITUTO DE BIOLOGIA 161

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 167

CIÊNCIAS AMBIENTAIS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS

AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 181

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS 193

CIÊNCIAS DA SAÚDE

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE 201

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS 213

COMUNICAÇÃO

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO 219

DANÇA

ESCOLA DE DANÇA 227

DIREITO

FACULDADE DE DIREITO 241

EDUCAÇÃO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO 287

ENFERMAGEM

ESCOLA DE ENFERMAGEM 313

FARMÁCIA	
FACULDADE DE FARMÁCIA	337
FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	343
FÍSICA	
INSTITUTO DE FÍSICA	349
GEOCIÊNCIAS	
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS	367
HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS	
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON SANTOS	393
LETRAS	
INSTITUTO DE LETRAS	403
MATEMÁTICA	
INSTITUTO DE MATEMÁTICA	413
MEDICINA	
FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA	419
MEDICINA VETERINÁRIA	
ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA	431
MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE	
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE	447
MÚSICA	
ESCOLA DE MÚSICA	463
NUTRIÇÃO	
ESCOLA DE NUTRIÇÃO	471
ODONTOLOGIA	
FACULDADE DE ODONTOLOGIA	497
POLITÉCNICA	
ESCOLA POLITÉCNICA	511
PSICOLOGIA	
INSTITUTO DE PSICOLOGIA	525
QUÍMICA	
INSTITUTO DE QUÍMICA	545
SAÚDE COLETIVA	
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA	559
TEATRO	
ESCOLA DE TEATRO	581

## PREFÁCIO

### UMA UFBA NOVA PARA O SÉCULO XXI

7

*Naomar de Almeida Filho<sup>1</sup>*

**N**a velha Bahia dos tempos coloniais, a educação superior era proibida. Em 1808, uma universidade foi semeada na Cidade do Salvador, inicialmente configurada como uma escola médica. Essa instituição foi, em princípio, audaciosa, orgulhosa por sua condição de elite. Representava o domínio cultural da matriz europeia sobre a capital provinciana e desta sobre a província interiorana. Em 1946, a institucionalização da Universidade da Bahia reconfirmou seu perfil de excelência, porém elitista. No fim da década de 1960, quando nela entrei como estudante, a UFBA oferecia 2.980 vagas em 38 cursos; em 2002, quando assumi a Reitoria, eram 3.075 em 54 cursos. A demanda social havia crescido 280 %; a oferta, elitizada, ampliou-se em irrisórios 3 %; alguns cursos chegaram a diminuir vagas.

Ao assumirmos a Reitoria em 2002, propusemos um projeto político de transformação radical da Universidade Federal da Bahia. Este projeto compreende três etapas: expansão com inclusão social; reestruturação curricular; internacionalização.

---

<sup>1</sup> Professor Titular do Instituto de Saúde Coletiva e do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia. Reitor da UFBA. Pesquisador I-A do CNPq.



Começamos a primeira etapa já em 2003, interiorizando o vestibular, abrindo extensões e *campi* no interior, criando uma nova universidade baiana, a UFRB. Em 2004, iniciamos o crescimento das matrículas de graduação. Em 2005, sob enorme polêmica, implantamos um Programa de Ações Afirmativas que, entre outras medidas, reservou vagas na universidade para estudantes pobres, negros e índios. Em 2006, sem hesitação e sem esperar as condições perfeitas, iniciamos um movimento de reestruturação curricular, com base no regime de ciclos, que ganhou o nome de Universidade Nova. Em 2007, sob tumulto e protestos do movimento estudantil, construímos consensos parciais e aderimos ao REUNI, programa concebido para financiar expansão e inovação em instituições da rede federal de ensino superior. Em 2008-2009, com o REUNI, mais expansão: dobramos a oferta de vagas na graduação e abrimos quase três mil vagas noturnas numa universidade que, por tradição, funcionava quase exclusivamente durante o dia. Em 2009, pelo REUNI, houve a consolidação da inovação: recebemos mais de dois mil estudantes em Bacharelados Interdisciplinares, modalidade de curso onde a formação na cultura sobrepõe-se ao ensino da profissão.

Há dez anos, existiam menos de 2.000 alunos cadastrados nos serviços de assistência estudantil da UFBA; hoje temos 11.500 estudantes de famílias de baixa renda; em 2010, matriculamos 32 mil. Isso representa um aumento de quase 500 % no contingente de pobres matriculados na UFBA. Em todos os cursos, em todas as salas de aula, em todos os programas de extensão, em praticamente todos os grupos de pesquisa, estudantes carentes são muitos e superlotam espaços antes vazios e desperdiçados.

As mudanças na sociodemografia da comunidade estudantil, apesar de concretas e visíveis, certamente são de pequena monta se comparadas com as transformações nos planos simbólicos da micropolítica institucional. Um sujeito, antes excluído, agora marcava presença no contexto da reprodução social pela educação superior. A presença desse sujeito, ainda que silenciosa e desconfiada, apesar de atenta e comprometida, parecia incomodar pelo lugar que, num marco de legitimidade recentemente conquistada, ocupava.

Nos últimos anos, a Universidade Federal da Bahia tem experimentado profunda e rápida transformação. De fato, do ponto de vista da política institucional, introduzimos dois focos de tensão que, em pouco tempo, tornaram-se elementos de indução da transformação institucional:

Por um lado, um vetor externo. Ao criar o Programa de Ações Afirmativas, realizamos uma inclusão de excluídos (pobres, negros e índios)

na torre de marfim (construção pálida, metáfora cromática e histórica pertinente), posta no maior enclave africano nas Américas, situado na mais pobre região do Brasil, nação pentacampeã das desigualdades sociais. Tudo isso, no bojo de um processo de ampliação massiva e rápida do contingente de sujeitos afiliados à instituição.

Por outro lado, um vetor interno. A reestruturação radical da arquitetura curricular oitocentista, efeito almejado pelo movimento da Universidade Nova, recuperando idéias flexnerianas para a Universidade, permitiu-nos confrontar suas bases epistemológicas, políticas, antropológicas, e até pedagógicas. Com a criação dos Bacharelados Interdisciplinares, por muitos considerada como uma fusão virtuosa do *college* norte-americano com o *bachelor* do Processo de Bolonha, desafiamos a um só tempo a epistemologia linear reducionista da tecnociência e o viés profissionalizante, pragmático e imediatista da escola de terceiro grau, infelizmente incorporado por um importante segmento do movimento estudantil.

Além disso, a conjuntura política agregou um terceiro vetor de transformação institucional, novamente no plano externo ao espaço universitário. Na guinada das políticas de educação superior do governo federal configurada pelo Programa REUNI, os programas de expansão, inclusão social e reestruturação curricular concebidos e postos em prática na UFBA encontraram condições avançadas de viabilidade e realização. Desde então, a UFBA vem construindo sua participação nesse contexto de mudança com impressionante grau de convergência.

Aprovado pela quase totalidade das unidades universitárias, o Programa REUNI/UFBA objetiva o desenvolvimento integrado da UFBA como instituição universitária plena. O positivo clima político interno permitiu-nos, a cada momento, alcançar as metas do REUNI mais precocemente e com amplitude maior do que o compromisso inicialmente assumido. Dessa forma, os Conselhos Superiores, quase sempre por unanimidade, consenso ou aclamação, por um lado elaboraram um arcabouço normativo adequado ao atual ciclo de transformação e, por outro lado, aprovaram mudanças estruturais dele decorrentes. No primeiro caso, destacamos respectivamente Plano Diretor, Estatuto, Regimento e resoluções ordenadoras do ensino de graduação; no segundo, redefinição dos órgãos suplementares como sistemas estruturantes e criação de novas unidades de ensino. Neste aspecto, registramos o Centro de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS) no Campus Reitor Edgard Santos e o Instituto Multiprofissional em

Saúde no Campus Professor Anísio Teixeira, culminando com o Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), unidade universitária concebida especialmente para acolher os estudantes dos Bacharelados Interdisciplinares.

A implantação do Programa de Ações Afirmativas e do Projeto UFBA Nova, no contexto do REUNI, de fato constituem marcos institucionais de crescimento com inclusão social e abertura interdisciplinar no período avaliado, transformando radicalmente o perfil sócio-econômico e étnico racial da instituição. Com o novo ciclo de crescimento, reestruturação e desenvolvimento institucional fomentado pelo REUNI, foi possível a recente ampliação de cursos e vagas, contratação de docentes e servidores técnicos e administrativos, investimentos estruturais, novas modalidades curriculares e reconfiguração normativa de nossa Universidade.

10

O presente volume, concebido e organizado por Lidia Brandão Toutain e Rubens Ribeiro da Silva, dirigentes do Instituto de Ciência da Informação, vem trazer o registro, representativo e engajado, da memória histórica de nossa Universidade, focalizando cada uma das Unidades Universitárias que a compõem. Nesse espírito, podemos registrar este momento de renovação e recriação da Universidade Federal da Bahia, cumprindo sua missão histórica de instituição de conhecimento, de cultura, de solidariedade e de paz, efetivamente integrada ao desenvolvimento social e econômico da Região Nordeste e do Estado da Bahia.

## QUADRO 1 - FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE

Produção formativa de:

- Produtores de conhecimentos (pesquisadores)
- Produtores de aplicações (profissionais)
- Formadores (educadores)

Produção intelectual de:

- Conhecimentos disciplinares
- Conhecimentos interdisciplinares
- Conhecimentos integradores
  - Cultura Humanística
  - Cultura Artística
  - Cultura Científica

Produção política de intervenções sociais e culturais:

- Promoção da Equidade
- Multirreferencialidade
- Responsabilidade Ecológica
- Educação intercultural



## APRESENTAÇÃO

Com duzentos anos de história, a UFBA é uma das mais antigas instituições da Bahia, razão pela qual se constitui como elo para a compreensão da passagem do tempo. Justo por isso cumpre referir a lúcida observação de Santo Agostinho: “A memória lembra de se lembrar”.

13

Esta obra nasceu da iniciativa da Reitoria, inicialmente sob a responsabilidade do professor e historiador Luis Henrique Dias Tavares; posteriormente, foi organizada pelo Instituto de Ciência da Informação (ICI). Não se pretende, neste volume, contar a história da UFBA, reconstituí-la em tudo e por tudo — mas recuperar seus momentos decisivos, o que tem sido como construção coletiva e diuturna de seus dirigentes, professores, alunos, funcionários, colaboradores, seu compromisso, enfim, de servir à Bahia e ao Brasil.

Assim, o propósito desta publicação é prestar contas à comunidade, ao apresentar um conjunto de depoimentos, registros e reflexões sobre a Universidade Federal da Bahia de ontem, de hoje e da que está construindo seu futuro com a aglutinação de ideias e de transformações.

A diversidade de olhares aqui refletidos pelos autores/atores é o que bem simboliza esta Universidade, à qual o Prof. Edgard Santos, seu primeiro reitor, deu vida e o atual reitor, Prof. Naomar de Almeida Filho, muda seu perfil tornando-a sintonizada com o espírito do tempo, culturalmente contemporânea do mundo.

Novos ciclos da UFBA já estão se constituindo. Por isso, o que ora se faz é recuperar a memória iniciada em 1808 pela Faculdade de Medicina.

Este primeiro volume, *UFBA: do século XIX ao século XXI*, compõe a série Memorial. O segundo, *Reitores da UFBA*, tem edição prevista ainda para este ano.

Expressamos nossos agradecimentos à Edufba, pela competente e sóbria feitura do livro e ao reitor Naomar Almeida Filho, que confiou o trabalho de organização dos textos ao Instituto de Ciência da Informação.

Salvador, julho, 2010

Prof<sup>a</sup>. Dra. Lídia Brandão Toutain  
Diretora do ICI-UFBA  
2006/2010

# INTRODUÇÃO

*Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva*<sup>1</sup>

15

**E**ste livro foi organizado com o objetivo de reunir dados que contribuam para a preservação da memória da UFBA.

O projeto de produção do texto foi desenvolvido concomitantemente à criação de uma base de dados constituída por referências a 808 matérias publicadas entre 1946 e 2007 por jornais de grande circulação na Bahia, e por versões digitais de 447 documentos produzidos por diferentes instâncias da UFBA.<sup>2</sup>

Durante três anos e meio a equipe de organizadores da obra, diretores de Unidades Universitárias e colaboradores procederam da seguinte forma: levantaram, consultaram e agregaram elementos para a realização de um difícil trabalho acadêmico, pela sua amplitude, pela sua temática e pelo leque de necessárias ações de estabelecimento de relações e da imprescindível articulação institucional exigida.

O recurso a concursos de bolsas, no âmbito da iniciação científica e das ações afirmativas, revelou-se de fundamental importância para a realização do trabalho. Dezoito bolsas foram distribuídas ao longo de três anos para

---

<sup>1</sup> Vice-diretor do Instituto de Ciência da Informação da UFBA.

<sup>2</sup> Esse conjunto de referências e de versões digitais de documentos integram a coleção *Elementos de informação para a história da UFBA*, que compõe a comunidade *Memória* no Repositório Institucional da UFBA. Todo este conteúdo informacional pode ser acessado em <<http://repositorio.ufba.br>>.



16 bolsistas que atuaram no projeto, estudantes de história, arquivologia, biblioteconomia e artes. Para a formação universitária, o envolvimento com a pesquisa é o principal componente da inclusão acadêmica de fato e, quando a pesquisa se volta sobre a própria universidade, provoca um sentimento e uma ação de compromisso e de compreensão sobre o significado do conhecimento, da ciência e de quanto é fundamental o fomento à pesquisa na vida acadêmica. O resultado só pode ser o da inclusão e do amadurecimento social, intelectual e científico dos jovens bolsistas.

A origem da ideia está relacionada à comemoração dos 60 anos da UFBA. No entanto, em 2009, o Conselho Universitário (Consuni) aprovou, por unanimidade, como ano de criação da Universidade a data da chegada da Família Real Portuguesa ao país, quando é fundada, em Salvador, a Escola de Cirurgia da Bahia, que posteriormente viria a se tornar a Faculdade de Medicina da Bahia. A importância deste trabalho não se esgota, no entanto, nesse fato histórico. Uma instituição federal de ensino superior pode e deve produzir um documento que permita conhecer e compreender o universo institucional de ações e realizações através do seu percurso, do momento presente e do caminho que está ainda por ser trilhado.

Uma instituição é criada para atender necessidades de caráter permanente através de práticas que conduzem ao alcance de suas finalidades. O registro e o conhecimento do seu processo de criação e de suas práticas sustentam a construção e a preservação de sua memória. A relevância deste livro está na possibilidade do desenvolvimento de ações que resultem na alimentação dessa memória e no registro da história que produzimos ao caminhar.

Optou-se por uma perspectiva na qual elementos de informação pudessem ser reunidos ou produzidos por profissionais de áreas diversas, fornecendo conteúdo rico para o desencadeamento de outras iniciativas, de fato historiográficas. Portanto, será necessário, ainda, no futuro, escrever-se uma história da UFBA procurando captar o processo histórico que caracteriza toda a sua produção científica e cultural, seu relacionamento com a natureza e o relacionamento dos indivíduos entre si, os quais proporcionam a criação contínua de novos meios para a produção e reprodução da existência — a totalidade articulada nos diferentes momentos históricos, o modo de organização da vida — novas formas de

relacionamento, de pensamento científico e social, novas formas de ver a Universidade, a cidade, o estado, o país, o mundo e os níveis de realidade que nos rodeiam, atentando para o conjunto de transformações qualitativas ou quantitativas — fundamento de todo processo histórico —, suas bases materiais, ideologias e relações sociais estabelecidas, as forças políticas e sociais organizadas, representativas do escravismo, do surgimento da sociedade de classes, do capital ou da divisão do trabalho, ocorridas desde a criação da Escola de Cirurgia da Bahia, ou mesmo antes disso, pois é sabido que é nos níveis dos acontecimentos e das estruturas que se caracteriza a natureza da História.

Os capítulos do livro contêm elementos de informação diversos que, ainda que sem adentrarem na construção teórica, nas análises densas e sínteses necessárias, poderão apoiar produções historiográficas futuras, incluindo a construção de sistemas de explicação histórica, seja das representações sociais, das ideologias ou das mentalidades e a proposição de conceitos e de ações práticas na vida acadêmica e social.

No Capítulo 1, *A Formação Universitária na Bahia desde os tempos coloniais*, de autoria da Profa. Dra. Antonietta d'Aguiar Nunes, tem-se uma abrangente narrativa historiográfica sobre a formação universitária no território que compõe o Estado baiano desde o início da colonização.

No Capítulo 2, *O Caminho*, o Professor Dr. Rodolfo dos Santos Teixeira faz análises e reflexões acerca do período compreendido entre 1808 e 1945, exposto segundo um “esquema didático” proposto pelo autor, mas não se furtando a abordar quatro séculos de história do Brasil Colônia.

O conteúdo do Capítulo 3, *O caminhar: As Unidades Universitárias*, consiste no conjunto de textos elaborados com a intenção de fornecer subsídios sobre a história de cada uma das 32 Unidades Universitárias da UFBA, conforme a visão e a opção narrativa de seus dirigentes atuais e/ou ex-diretores, advindos de campos diversos do conhecimento, ou de autores por eles designados para a elaboração do texto. O critério adotado para a organização dos textos deste capítulo foi o de agrupá-los alfabeticamente pela área de abrangência da produção de conhecimentos e de formação profissional correspondente. Assim, ao invés de ordenar alfabeticamente por Escolas, Faculdades e Institutos, iniciamos os textos das Unidades Universitárias por *Administração* (e não Escola de Administração), *Ciência da Informação* (e não Instituto de Ciência da Informação) e assim sucessivamente.

Finalmente, o Capítulo 4 nos traz o percurso da *Associação dos Professores Universitários da Bahia – APUB*, a partir de sua criação, em 1968, até os avanços conquistados por ações ocorridas já em 2010.

Não estão inclusos os textos do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA e UFRB (ASSUFBA) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), pois ambos, embora convidados, não puderam entregar, conforme justificativa de seus dirigentes.

Esperamos que este volume e os dados incluídos no Repositório Institucional da UFBA, bem como o volume *Reitores da UFBA*, a ser lançado ainda em 2010, sejam lugares de consulta, crítica e construção, lugar de compromisso com a história vindoura, com o conhecimento do próprio universo institucional, com a mudança, a transformação e o avanço da Universidade Federal da Bahia e de todos que constroem sua história.

# 1

## A Formação Universitária na Bahia desde os tempos coloniais

*Antionietta d'Aguiar Nunes<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Prof<sup>a</sup> Adjunta de História da Educação — FACED/UFBA; Historiógrafa do Arquivo Público da Bahia; antoniettaan@terra.com.br.



## INTRODUÇÃO

21

Tendo ocorrido em 2006 a passagem dos 60 anos de atividades da Universidade Federal da Bahia, onde tantos profissionais atuantes neste e em outros Estados se graduaram, nada melhor do que dar um balanço de como veio ocorrendo a formação universitária no território que compõe o Estado baiano desde o início da colonização portuguesa entre nós, antes mesmo de sua criação.

A palavra “universidade” costuma ter um sentido preciso: comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior. (CHARLE; VERGER, 1996, p. 7) Esta instituição foi uma criação específica da civilização europeia ocidental cristã, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII.

Na América Latina as mais antigas fundadas foram as de São Domingos (1538), Lima (1551) e México (1551),

[...] instituídas por decreto real, com estatutos inspirados nos de Salamanca e de Alcalá, quase sempre controladas por ordens religiosas (Dominicanos, Jesuítas), ensinando principalmente Teologia e Direito Canônico, as universidades [...] eram claramente fundações coloniais e missionárias: vinte delas foram estabelecidas antes da independência, com maior ou menor

sucesso, nas principais colônias espanholas. **No Brasil não houve nenhuma.** (CHARLE; VERGER, 1999, p. 42, grifo nosso)

Em Portugal a universidade foi fundada pelo rei D. Diniz (da dinastia de Borgonha, reinou de 1279 a 1325) em 1º de março de 1290, em Lisboa, tendo o papa Nicolau IV confirmado esta fundação pela bula *De statu regni Portugaliae* de 13 de agosto do mesmo ano. (JANOTTI, 1992, p.119-120) E a universidade portuguesa foi uma das que mudaram de localização mais vezes entre as européias:

De 1290 a 1308 esteve em Lisboa; transferida em 1308, permaneceu em Coimbra até 1338; voltou a Lisboa de 1338 a 1354; novamente em Coimbra de 1354 a 1377; novamente em Lisboa de 1377 a 1537, e, definitivamente, em Coimbra a partir de 1537. (JANOTTI, 1992, p. 214)

22

O historiador do ensino em Portugal, Rômulo de Carvalho (1996, p. 57), conta que a universidade de Lisboa, na época da sua fundação, teria sido constituída por três Faculdades: das Artes, de Direito e de Medicina, das quais a primeira só funcionaria para algumas disciplinas (Gramática, Lógica e Música).

A outra instituição universitária em Portugal foi a Universidade de Évora, estimulada pelo cardeal D. Henrique, filho do rei D. Manuel I (reinou de 1495 a 1521) e de sua segunda mulher, D. Maria de Castela. D. Henrique foi nomeado arcebispo de Évora em 1540, onde criou uma pequena corte de letrados em sua casa episcopal. Em 1539 D. Henrique fora nomeado inquisitor-geral do reino; em 1545 tornou-se cardeal, e em 1552, legado apostólico em Portugal. Criou em Évora o Colégio do Espírito Santo, confiado aos jesuítas e, contente com o trabalho deles, resolveu transformar esse Colégio em Universidade, que foi oficialmente inaugurada em 1º de novembro de 1559. Entregue à Companhia de Jesus, esta Universidade foi autorizada a lecionar todas as ciências exceto Medicina, Direito Civil e a parte contenciosa do Direito Canônico. Em fins do século XVII (1692) passou a contar com uma cátedra de Ciências Matemáticas. Alguns anos depois de criada, ainda no século XVI, passou a ter todas as regalias da Universidade de Coimbra e assim funcionou até 1759, quando foram expulsos os jesuítas e não foram nomeados professores para substituí-los nesta instituição de ensino. (SERRÃO, 1987, p. 265, 322)

## A FORMAÇÃO SACERDOTAL

Outra modalidade tipo de educação que estava bem acima do nível elementar, podendo-se mesmo considerar equivalente ao nível superior, foi a ministrada nos Seminários, estabelecimentos onde os futuros padres católicos estudam e se preparam para a ordenação. O concílio de Trento<sup>2</sup> reclamou a criação de seminários nas várias dioceses, como pré-requisito obrigatório para a ordenação sacerdotal.

A formação dada aos jovens que se destinavam ao sacerdócio, necessária desde então para os padres seculares, vinculados à hierarquia da Igreja, e que seriam responsáveis pela administração de paróquias, era feita em regime de internato.

Por longo tempo a formação nos seminários foi de muito breve duração, em fins do século XVII passou a ser em vários meses. A partir do século XVIII, todos os padres recebem a mesma formação; atualmente ela dura seis anos. O “seminário menor” foi, do século XIX à segunda metade do século XX, um estabelecimento de ensino secundário eclesiástico que preparava para o “seminário maior”. (LEMAÎTRE; QUINSON; SOT, 1999, p. 281)

23

Frades ou monges, que pertencem a ordens religiosas específicas, ao pedir ingresso na comunidade religiosa escolhida, deviam igualmente passar por um período de formação e provação, geralmente de pelo menos um ano, chamado de Noviciado.

Por Noviciado entendemos a etapa de formação com que começa a vida num instituto; tem como finalidade que os noviços conheçam melhor a vocação divina, precisamente a vocação própria do instituto, façam experiência do modo de viver deste, conforme ao espírito dele a mente e o coração, e comprovem sua intenção e idoneidade. (CORRAL SALVADOR, 1993, p. 509)

Na Bahia o primeiro seminário fundado foi o de Belém, no município de Cachoeira, em 1686, pelo então provincial jesuíta Alexandre de Gusmão, como se verá adiante, que formava alunos para ser posteriormente admitidos na Companhia de Jesus, em outras ordens regulares, ou mesmo

<sup>2</sup> Concílio ecumênico realizado na cidade de Trento entre 1545 e 1563, que procedeu a uma grande reformulação do catolicismo em resposta à Reforma Protestante e restaurou a disciplina na Igreja Romana. (HOUAISS, 1987, p.1586)



na Universidade de Coimbra. (PEIXOTO, 1947, p. 60) O arcebispo D. José Botelho de Matos (secular, formado em cânones pela Universidade de Coimbra, foi arcebispo baiano de 1741 a 1760) criou um seminário diocesano e confiou-o à administração jesuítica desde 1747, mas só funcionou até 1759, com a perseguição aos jesuítas e a posterior renúncia do arcebispo em 1760. Só mais tarde, D. Frei Francisco de São Damaso de Abreu Vieira (franciscano, regeu a diocese baiana de 1814 até 1816) tornou a fundar o Seminário Diocesano, para os padres seculares, em 1815.

## FORMAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL COLONIAL

24

Acompanhando a armada de Tomé de Sousa, 1º governador geral do recém-criado Estado do Brasil, D. João III (filho e sucessor de D. Manuel I, reinou de 1521 a 1557) enviou os padres jesuítas: Manuel da Nóbrega, que vinha como superior deles; João de Aspilcueta Navarro, Antonio Pires e Leonardo Nunes, mais os irmãos Diogo Jácome e Vicente Rodrigues. Este último foi, no dizer de Alberto Silva (1953a, p. 34), o primeiro mestre particular de instrução primária que tivemos no Brasil. Antes mesmo da conclusão da Cidade do Salvador, fundada em 1549, o irmão Vicente Rodrigues ou Rijo<sup>3</sup> já ensinava doutrina aos meninos e tinha escola de ler e escrever ainda na povoação do Pereira, vila criada em 1535 pelo falecido capitão donatário Francisco Pereira Coutinho. Inaugurada Salvador, esta escola se transferiu para aí, junto à igreja da Ajuda, edificada pelos jesuítas. Mais tarde chegou o padre secular Manuel Lourenço, prior da igreja da nova cidade (N. Sra. da Ajuda).

A vertente da educação jesuítica mais empregada na Europa, porém também utilizada por eles nas novas terras descobertas, foi a de colégios destinados à educação de líderes, da elite, abrangendo, além das escolas elementares, o ensino considerado hoje dos níveis secundário e superior. (MONROE, 1988, p. 184)

Em 1551 chegou a Salvador o 1º bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha, bacharel pela Universidade de Sorbonne em Paris, que entrou em atrito com os jesuítas por discordar do método de catequese por eles

<sup>3</sup> Assim também chamado por ser filho de Antonio Rijo e irmão do padre Jorge Rijo. (SILVA, A., 1953a, p. 34, nota 1)

empregado. O novo bispo pediu a Tomé de Sousa terreno para construir uma igreja maior que a existente da Ajuda, para servir de Sé, que lhe foi doado, fora do muro fortificado da cidade. Na mesma ocasião o governador doou outro terreno aos jesuítas para construírem sua igreja, convento e colégio, também fora dos muros da cidade. O Colégio dos Meninos de Jesus começou a funcionar neste mesmo ano de 1551.

Em 1564, no reinado de D. Sebastião<sup>4</sup> — em regência do cardeal D. Henrique, seu tio-avô — baixou-se uma provisão mediante a qual a Companhia de Jesus deveria receber a redízima das rendas de el rei na colônia brasileira para a manutenção do Colégio de Salvador na Bahia, para 60 religiosos da Companhia de Jesus e para a residência dos padres jesuítas nos aldeamentos indígenas da Bahia. (FERREIRA, 1966, p. 69; LEITE, 1993, p. 33; MATTOS, 1958, p. 135)

Fato interessante a observar é que o primeiro bacharel brasileiro a se formar em Coimbra em Leis foi um baiano, no ano de 1635, Cristóvão de Burgos, filho do licenciado Jerônimo de Burgos, juiz de órfãos em Salvador. Depois de diplomado, Cristóvão de Burgos retornou a sua terra natal onde, dezanove anos depois, tomaria posse do alto cargo de Desembargador da Bahia. (SILVA, A., 1953a, p. 141)

25

## PRETENSÕES UNIVERSITÁRIAS

No século XVI, no tempo do provincial Marçal Beliarte, chegou a haver uma ideia de elevar o colégio jesuíta baiano a Universidade, e depois, no século XVII, a Câmara de Salvador promoveu uma séria diligência solicitando a mesma coisa, sem êxito. Por se harmonizar com a justiça da causa jesuítica, a própria Câmara de Salvador se propôs a ajudá-los nesta sua pretensão. Em abril de 1654 o Senado da Câmara de Salvador dirigiu carta a el rei, na qual lembra-lhe:

Por muitas vezes representamos a Sua Alteza as conveniências que se seguiam a seu Real Serviço em haver neste Estado uma Universidade a exemplo da de Évora, ou ao menos que se servisse

4 Filho do príncipe D. João e de D. Joana de Áustria, irmã de Carlos V, nasceu em Lisboa em 1554 e era menor quando faleceu seu avô d. João III (1557). Primeiro sua avó, Catarina de Áustria, (de 1557 a 1562) e depois seu tio-avô, o cardeal d. Henrique, irmão de d. João III (de 1562 a 1568), foram regentes até a sua maioridade. Reinou até 1578, quando faleceu na batalha de Alcácer Quibir.

confirmar o grau de Licenciado ao Mestre em Artes que os Reverendos Padres da Companhia de Jesus dão por concessão de Sua Santidade, e como ultimamente se serviu sua Alteza resolver que não havia lugar neste requerimento, se retiraram muitos sujeitos dos estudos, deixando aquele exercício tanto do serviço de Sua Alteza como de utilidade e bem comum dos Povos e Vassallos. (CARTAS DO SENADO, 1952, p. 10)

Voltaram a escrever ao rei neste sentido em 14 de agosto de 1671, solicitando que reparasse o decreto segundo o qual nenhum filho do Brasil fosse desembargador na sua pátria:

Seja Vossa Alteza servido mandar reparar um dano tão afrontoso para os filhos do Brasil e conceder-lhes o exercício, pois sem ele não haverá filho dele que continue os estudos, porque se for eles não hão de ser premiados e terem a esperança de servirem a Vossa Alteza na pátria como o fazem os das outras se sara o estudo, quando por muitas vezes temos pedido a Vossa Alteza nos conceda aos filhos deste Estado os privilégios que têm e gozam os da cidade de Évora e que possam os Religiosos da Companhia de Jesus que os ensinam dar-lhe o mesmo Grau que na dita cidade se dá aos dela. (CARTAS DO SENADO, 1951, p. 100-101)

26

Em Portugal, os jesuítas eram, desde 1555, também responsáveis por ensinar Latim e Filosofia no Colégio de Artes, a escola preparatória obrigatória para ingresso nas faculdades da Universidade de Coimbra, e a única outra universidade existente em Portugal, a de Évora, era, como visto, uma instituição jesuítica. E ainda, no império ultramarino de Portugal os jesuítas haviam sido a instituição religiosa dominante desde os inícios da expansão portuguesa, sendo praticamente os monopolizadores do ensino nas províncias ultramarinas lusitanas. No Brasil, quase toda a educação secundária se fazia nos colégios jesuítas. (MAXWELL, 1996, p. 13)

Os jesuítas tinham privilégios concedidos por bulas apostólicas dos papas Júlio III, Pio IV e Gregório XIII para dar grau a seus alunos, não só na Faculdade de Filosofia, como expressamente o Doutorado na de Teologia, mas só aos próprios membros da Companhia. Para os alunos de fora, em Portugal, era necessário o beneplácito régio, e os superiores jesuítas em Roma acharam melhor não tratar do assunto, pois o Colégio da Bahia não dispunha de fato de todos os requisitos indispensáveis a uma verdadeira universidade. (LEITE, 1993, p. 52)

Afinal os jesuítas não conseguiram o reconhecimento universitário dos seus cursos na Bahia. Mas seu ensino era admitido como sendo de alta qualidade, tanto que uma provisão régia de 16 de julho de 1675 permitiu que, na Universidade de Coimbra, se levasse em conta um ano de Artes em favor dos alunos de Filosofia e Retórica do Colégio da Bahia. E em 7 de janeiro de 1677 o Reino decidia levar em conta, no ano de Filosofia da Universidade de Coimbra, o curso realizado no Colégio da Bahia. E dois anos depois dispensavam-se aos estudantes do colégio baiano um ano de Lógica nas universidades portuguesas. (SILVA, A., 1956, p. 88-89) Eram concessões parciais, que reconheciam o valor do ensino aqui ministrado, embora não se permitisse a autonomia tão desejada pelos brasileiros no que se refere à conferição de graus acadêmicos.

Os colégios funcionavam como externatos para os filhos dos moradores, residindo os alunos com seus pais ou tutores. Apenas em fins do século XVII o padre Alexandre de Gusmão iniciou um movimento de internatos, fundando o Seminário de Belém da Cachoeira no ano de 1686, que ele criteriosamente regeu até o ano de 1700, e que chegou a contar com 80 estudantes. (LEITE, 1993, p. 42; MACEDO, 1918, p. 175)

No geral, durante o século XVII, a educação em todo o Estado do Brasil continuou sendo predominantemente a jesuítica, existente em duas vertentes: a missionária, nas aldeias administradas (que tentava substituir a cultura indígena pela europeia ocidental cristã, e era realizada não só por jesuítas como também por outras ordens religiosas como capuchinhos, carmelitas descalços,...), e a mais elevada dos colégios urbanos, esta sim majoritariamente jesuítica, sobressaindo-se o Colégio de Salvador. Era o local onde sobretudo se formavam os futuros funcionários régios.

Em 1736 veio à Bahia o padre jesuíta Gabriel Malagrida, que fundou o Recolhimento da Soledade para moças arrependidas do meretrício e donzelas pobres, onde também se ministrava a educação formal, inaugurado em 1739 sob a direção de freiras ursulinas.

No século XVIII fundou-se uma Faculdade de Matemática no colégio jesuíta da Bahia e verificava-se nele um aumento progressivo do número de alunos matriculados e frequentes até 1755, quando se manifestou a má vontade do Conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal, contra os jesuítas. (FERREIRA, 1966, p. 137)

No ano de 1716 El rei d. João V havia reconhecido para ingresso nas universidades portuguesas não só os cursos feitos nos colégios dos jesuítas, mas também os realizados nos colégios da Congregação do Oratório, com uma visão mais de acordo com as ideias iluministas e certamente distinta das concepções veiculadas pelos padres inacianos.

Foi apenas em 1755 que um grupo de oratorianos chegou à Bahia e instalou aí o Hospício de S. Felipe Nery, tendo conseguido aprovação da Câmara de Salvador para instituí-lo (no começo da ladeira da Preguiça, freguesia de N. S. da Conceição da Praia), mas não chegaram a abrir aqui um colégio, como haviam feito em Pernambuco.

Além do ensino dos jesuítas e oratorianos, havia ensino de Filosofia em alguns conventos de outras ordens, como a dos carmelitas e a dos franciscanos, ministrado igualmente a estudantes seculares, e ainda aulas de Gramática Latina e de Filosofia lecionadas por clérigos e por seculares.

(VILHENA, 1969, v. 1, p. 274)

28

## CRIAÇÃO DE SEMINÁRIOS

Ainda no século XVII, no ano de 1681, a 7 de julho, o Senado da Câmara de Salvador dirigiu-se ao Rei lembrando concessão antiga, feita para a criação do seminário, e solicitando a criação efetiva dele:

Senhor: É de tanta importância para o bem comum e boa criação dos filhos meninos que dela pela maior parte depende o bem de toda República, e conservação dos Reinos e nesta nossa cidade da Bahia é ainda maior a necessidade desta educação porque seus moradores ou por razão de assistirem fora dela para benefício de suas fazendas ou por falta de próprios cabedais, nem pode ausentes assistir a boa direção dos nem por falta de cabedais os podem sustentar na cidade para fim de estudarem as boas artes que nela se ensinam, donde nasce perderem-se muitos, e não se aproveitarem outros de belíssimas índoles, e excelentes engenhos que aplicados com a devida criação aos estudos das boas artes poderiam ser de grandíssima utilidade no serviço de Deus e de Vossa Alteza e de não pouco lustre de sua cidade. Pelo que considerando nos, que remédio se poderia tomar a fim de se conseguir tão grande bem, e evitar tanto mal assentamos não haver outro mais conveniente que **fabricasse um Seminário de**

**meninos e moços de pouca / idade debaixo dos Religiosos da Companhia de Jesus**, cujo zelo neste particular é bem conhecido no mundo, da sorte que eles usam em muitas repúblicas da Europa para que assim consigamos nós o mesmo efeito que elas com este meio conseguiram. Para isso prostrados aos Reais Pés de Vossa Alteza em nome de todo este povo pedimos nos faça mercê conceder o mesmo que os Senhores Reis antecessores de Vossa Alteza concederam aos Bispos do Brasil para a fábrica de um Seminário que há mais de setenta anos se começou nem há esperança de se acabar, a saber cento e vinte mil réis em cada um ano para a fábrica e vinte e cinco mil réis para cada um de doze moços que aí se criarem acrescentando que o dote destes se apliquem com limitação de seis anos a fábrica da obra a fim de se acabar. Além disto pedimos a Vossa Alteza que das Rendas que tem este Senado se possa aplicar alguma cousa para ajuda do material da obra, e que das mesmas rendas se possam também dotar seis ou oito filhos de cidadãos pobres a nomeação deste Senado, o que tudo esperamos alcançar da liberal benignidade de Vossa Alteza. (CARTAS DO SENADO, 1952, p. 104-105, grifo nosso)

29

Não sabemos realmente a resposta obtida pela Câmara de Salvador, mas sim que, cinco anos depois, em 1686, o então provincial jesuíta Alexandre de Gusmão fundou na localidade de Belém, próxima à cidade de Cachoeira, um seminário onde, além dos padres jesuítas, dos do hábito de São Pedro e frades de outras ordens conventuais que aí se formaram, foram educados muitos estudantes leigos, vários dos quais continuaram seus estudos na Universidade de Coimbra. (SANTOS, 2001, p. 50-51)

Em 1701 os jesuítas construíram um outro colégio em Salvador, o de Nossa Senhora da Conceição, na rua do Maciel de Baixo (hoje unido ao solar do Ferrão), transferindo para este prédio, em 1757, o seminário criado desde 1747 pelo arcebispo d. José Botelho de Matos, agora com o título de Seminário de Nossa Senhora da Conceição. (AMARAL, 1921-1922, p. 271, nota 79; HOONAERT et al., 1992, p. 198)<sup>5</sup>

A partir de fins do século XVII, portanto, ocorreu no Brasil a criação de seminários eclesiásticos. A iniciativa pioneira coube ao jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724), que no ano de 1686 fundou um seminário em

<sup>5</sup> Depois da expulsão dos jesuítas funcionou neste local uma casa de educação, e em 1909, o prédio abrigava o Centro Operário. (QUERINO, 1909, p. 125-126) Hoje é a sede do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, IPAC.

Belém da Cachoeira, com um espírito mais escolástico renovado do que o tridentino. Já no século XVIII outro jesuíta, Gabriel Malagrida (1689-1761) procurou ativamente implantar seminários segundo o modelo tridentino. Em sucessivos acordos com o bispo d. José Botelho de Matos, um seminário foi criado na Bahia e confiado à direção dos padres da Companhia de Jesus. Já funcionava desde 1747, provavelmente nas dependências do colégio dos jesuítas no Terreiro, tendo sido transferido para uma casa própria em 1756, com o nome de Seminário de N. Sra. da Conceição. A perseguição e expulsão dos jesuítas em 1759 fez fracassar este projeto. Os soldados cercaram o seminário, expulsaram os alunos e prenderam os padres, que logo em seguida tiveram que deixar a Bahia. (HOONAERT et al., 1992, p. 199, 287)

E em 1704 fora ainda fundado pelos padres jesuítas, em Salvador, o Noviciado da Encarnação, localizado em São Joaquim, em terreno doado pelo sertanista Domingos Afonso Sertão. A primeira pedra da igreja foi lançada em 1709. E a 21 de agosto de 1724 concluiu-se o edifício do Noviciado. Em 1728 foi inaugurada a Igreja de São Joaquim, anexa ao Noviciado jesuíta. Seu teto foi pintado pelo renomado artista José Teófilo de Jesus.

Com a expulsão dos jesuítas este conjunto passou a pertencer ao Estado e o governador Conde da Palma, d. Francisco de Assis Mascarenhas (administrou a Bahia de 1818 a 1821), com autorização de D. João VI, estabeleceu aí o Asilo de Órfãos dirigido por Joaquim Francisco do Livramento, conhecido por Irmão Joaquim. Este era natural de Santa Catarina e viera à Bahia em 1803, instituindo com esmolas o referido asilo, que foi instalado, de início, nas casinhas da capela de S. José do Ribamar ou dos Bem Casados, doadas ao mesmo órgão por carta régia do Príncipe Regente D. João de 24 de outubro de 1807. O Colégio de Órfãos de S. Joaquim estabeleceu-se definitivamente no prédio do Noviciado em 12 de outubro de 1825. (AMARAL, 1921-1922, p. 412-413, nota 131, p. 413)

Pedro Calmon indica que foram de três categorias os estabelecimentos jesuíticos no Brasil:

O *primário*, de rudimentar educação dos filhos dos portugueses e dos índios, e de instrução simples, itinerante e rural, localizado nas “casas” da Companhia ou nas aldeias de catecúmenos. O *normal*, dos Colégios, destinado aos meninos brancos, “educação média, dessa instrução clássica que lhes fez a reputação”, que formava “mestres em artes”, espécie colonial de bacharéis em letras. E — na última fase da Companhia — os *seminários* ou *recolhimentos*, do tipo dos que em 1686 Alexandre de Gusmão

fundara na Bahia e, em 1748, o padre Malagrida no Pará. (CALMON, 2002, p. 76-77)

Lembramos que, na Bahia, o padre Malagrida influenciou também na criação do seminário diocesano e no recolhimento para moças, na Soledade.

## EDUCAÇÃO FRANCISCANA

Os jesuítas não foram, porém, os únicos educadores. Os franciscanos, com registro de presença na América Portuguesa desde a passagem da armada de Cabral pela costa de Porto Seguro (frei Henrique Soares de Coimbra, que celebrou as primeiras missas aqui, era franciscano), desde cedo trabalharam com a evangelização dos indígenas. No ano de 1584 foi fundada no Brasil a Custódia<sup>6</sup> de Santo Antônio, com sede em Pernambuco, tendo frei Melchior de Santa Catarina como primeiro custódio. Na festa de São Francisco (4 de outubro) do ano seguinte instalaram-se no seu convento, sob a denominação de Nossa Senhora das Neves, considerada a casa-mãe de todos os frades menores do Brasil. (WILLEKE, 1977, p. 41) Na Bahia os franciscanos se estabeleceram no ano de 1587.

Em 1586 frei Melchior providenciou a construção, perto do convento franciscano em Pernambuco, de um internato para a evangelização dos indiozinhos, que serviriam mais tarde de catequistas auxiliares entre outros indígenas. Este método de catequistas juvenis empregado em Olinda espalhou-se por outras missões franciscanas de Pernambuco e Paraíba, embora o internato tenha sido substituído por externatos. (WILLEKE, 1977, p. 41-42) Em 1603 o governador geral do Brasil, Diogo Botelho, combinou com o custódio dos franciscanos a aceitação de 16 a 18 novas aldeias, de índios potiguaras. (WILLEKE, 1977, p. 61)

No século XVII o convento franciscano de Olinda tinha curso para formação dos frades onde, em 1606, passou o baiano frei Vicente do Salvador a lecionar Filosofia. Em 1614 este frade da ordem seráfica foi eleito custódio em Olinda e, de 1630 a 1633, foi guardião do convento de Salvador, ocasião em que instalou no seu convento cursos filosófico e teológico, por ter sido o

---

<sup>6</sup> Conjunto de conventos com certa autonomia, mas aos quais faltam alguns requisitos para sua construção na província. (WILLEKE, 1977, p. 11)



convento de Olinda abandonado como casa de estudos em função da invasão holandesa e do incêndio da cidade. No século XVIII os franciscanos já haviam estabelecido que os noviços pernambucanos se preparariam em Salvador e os baianos no convento de Paraguaçu. (WILLEKE, 1977, p. 53-54, 56, 90)

## EDUCAÇÃO CARMELITA

Embora a atividade educativa dos carmelitas no Brasil tivesse sido de início junto às populações indígenas, tiveram eles também, em cumprimento às determinações do Concílio de Trento, que ter o seu noviciado para a formação de frades de sua ordem. Este tipo de formação equivalia a um nível universitário de ensino. Conhece-se na Bahia, o Colégio de Filosofia e Teologia dos Carmelitas, da segunda metade do século XVIII, criado no Hospício do Pilar, em terrenos da cidade baixa em Salvador.

32

O governador do Estado do Brasil, D. Antonio Luís de Souza Telo de Meneses, 2º marquês das Minas, doara, em 31 de janeiro de 1686 ao padre Pascoal Durão de Carvalho em sesmaria, o terreno de marinha situado na praia de Salvador, onde ele começou a construir uma capela dedicada a N. Sra. do Pilar. Por escritura de 21 de junho de 1691 ele cedeu a capela, com as terras a ela pertencentes, aos frades carmelitas, cujo prior era na época o frei Cosme do Desterro. Os carmelitas aperfeiçoaram a capela e, com autorização da carta régia de 21 de março de 1714, começaram a construir aí o chamado Hospício do Pilar, que deveria abrigar dois religiosos.

Em 8 de junho de 1747, o padre mestre provincial dos Carmelitas, frei Inácio da Madre de Deus, solicitou e obteve o padre prior geral da Ordem, frei Luiz Laghins, a autorização para que o Hospício do Pilar servisse de Colégio de Filosofia e Teologia para os religiosos estudantes do convento. Isto foi também autorizado pela Carta Régia de 9 de novembro do mesmo ano de 1747. Em novembro de 1749, já sendo padre mestre provincial frei João de S. Bento, deliberou-se que, enquanto o referido colégio não tivesse rendas próprias e suficientes, cada convento da província lhe desse uma pensão anual para ocorrer às despesas. Por ser mesmo esta renda escassa, em 1751 o padre prior geral da Ordem, ainda Frei Luiz Laghins, avisou que o colégio só deveria admitir dezoito estudantes, entre filósofos e teólogos. O Hospício, até a formação do colégio, era dirigido por presidentes. Depois de criado o colégio, passou a ser dirigido por reitores até 1780. Daí em

diante, embora o colégio continuasse funcionando até depois de 1794, os superiores do referido Hospício não tiveram mais o título de reitor, voltando a ser presidentes, como antes de ser colégio, sendo seus nomes e períodos administrativos conhecidos. O artigo Hospício do Pilar (1937, p. 289-293) traz a lista e época dos vários presidentes e reitores desta instituição.

Apenas no século XIX os carmelitas tiveram oportunidade de voltar a fazer os estudos teológicos no seu convento, no novo Colégio de Filosofia instalado por ordem do padre provincial fr. Manoel de Ascensão Freire em 1818. Aí estudavam, por três anos completos, as disciplinas de Geometria, Lógica, Metafísica, Ética e Física Geral. (MÜLLER, 1923, p. 91)

## A REFORMA POMBALINA

Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e depois marquês de Pombal, ministro todo poderoso do déspota esclarecido d. José I (1750-1777), fez uma ampla reforma administrativa em todo o reino português e seus domínios, adaptando-as às novas ideias iluministas em vigor na Europa de então.

Ele conseguiu, em 3 de setembro de 1759, o alvará régio que expulsava os jesuítas dos domínios portugueses. Também na época se criou o cargo de diretor geral dos Estudos em Portugal (instituído depois também no Brasil, com a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves). Os bens dos jesuítas foram confiscados e seus colégios fechados. Mais tarde, em 1773, Pombal obteve do Papa a extinção da Companhia de Jesus.

Além de expulsar os jesuítas de todos os domínios portugueses, o marquês de Pombal fez uma reforma educacional em que um dos objetivos era a remodelação dos métodos de ensino vigentes, pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza em Portugal. (CARVALHO, L., 1952, p. 13) O alvará de 28 de junho de 1759 já se constituía em uma primeira providência no sentido de remediar a calamitosa situação escolar em que se encontrava o país com o tipo de educação ministrada pelos inicianos, até então praticamente dominantes nesta área. Este alvará repudiava abertamente o método de ensino jesuítico e os compêndios que usavam, exigindo o uso de outros, e criava o lugar de Diretor Geral dos Estudos para supervisionar

o ensino elementar e médio, apresentando um relatório anual da situação do ensino e propondo o que lhe parecesse conveniente para o adiantamento das escolas. (CARVALHO, R., 1996, p. 428, 430-431)

O centro da reforma educacional feita por Pombal foi, no entanto, a renovação da Universidade de Coimbra em 1772. O grande inspirador dessa reforma foi, como de outras reformas, o dr. Antonio Nunes Ribeiro Sanches. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, brasileiro, confirmado pelo papa Clemente XIV como bispo de Coimbra, tornou-se o reitor da reforma, nomeado por Aviso de 8 de maio de 1770 e empossado no dia 29 do mesmo mês. Ele e seu irmão, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, compuseram os novos estatutos da Universidade. Estes foram mandados executar pela Carta de Roboração de 28 de agosto de 1772 e coube ao reitor, d. Francisco de Lemos, a obra de colocar a velha Universidade a par das profundas inovações. O Colégio de Artes anexo à Universidade, onde se lecionava o Curso de Humanidades preparatório para o ensino superior e que estivera sob controle dos jesuítas, voltou a ser ligado à Universidade, como originariamente, por provisão de 16 de outubro de 1772. D. Francisco de Lemos chegou a elaborar-lhe Estatutos e Plano de Curso que apresentou ao marquês de Pombal, mas este não o levou adiante, e o colégio se manteve fechado até 1777. (CARRATO, 1968, p. 140-141; CARVALHO, R., 1996, p. 48; MAXWELL, 1996, p. 110)

O modelo seguido nesta reforma objetivava adequar-se à mudança de uma sociedade eclesiástica para uma sociedade civil, o que significava a passagem do direito divino ao direito natural, segundo Ruth Maria Chittó Gauer<sup>7</sup> (1996, p. 34-35); aí se aprofundaram as bases do Direito Civil, da individualidade e da igualdade.

Notável nesta reforma foi a introdução do ensino científico, com a criação das Faculdades de Medicina, de Matemática e de Filosofia, incluindo nesta última (que substituía a então extinta Faculdade de Artes) o ensino da Física Experimental, da Química e da História Natural. Também foram criados vários meios auxiliares para o estudo prático destas ciências como: para a Medicina, o Hospital Escolar, o Teatro Anatómico e o Dispensário Farmacêutico; para a Matemática, o Observatório Astronômico; para a Filosofia, o Gabinete de História

7 Professora do Curso de Pós Graduação em História da PUCRS, doutora pela Universidade de Coimbra com a tese *A influência da Universidade de Coimbra na formação da nacionalidade brasileira*.

Natural, o Jardim Botânico, o gabinete de Física Experimental e o Laboratório Químico. A Universidade de Coimbra ficou tendo então seis Faculdades: Teologia, Cânones, Leis, Medicina, Matemática e Filosofia. (CARVALHO, R., 1996, p. 466, 469) E se criou também a Imprensa da Universidade. Além disso, foi implantado o ensino seriado, em substituição ao ensino cumulativo. (GAUER, 1996, p. 90, 123)

Apenas neste ano de 1772, da reforma na Universidade de Coimbra [destino da maioria dos brasileiros que cursavam o nível superior de estudos], foi criado o “subsídio literário”, imposto reservado especificamente ao financiamento da instrução, sobretudo depois de instituídas as Aulas Régias, que foram criadas na época da proscrição do ensino jesuítico.

E na Cidade do Salvador foram criadas as Aulas Maiores de Retórica, Filosofia, Língua Grega e três de Gramática Latina, acrescida de uma quarta, no reinado de d. Maria I, que criou também a de Matemática. Tais aulas eram frequentadas por poucos alunos com receio do recrutamento forçado feito em vários momentos quando prepostos reais costumavam invadir as aulas e arrancavam para soldados os estudantes, do que muito se queixava o professor régio de grego Luís dos Santos Vilhena (1969, v. 1, p. 278).

E, apesar de pagas pelo rei, as Aulas Régias eram ainda disciplinas isoladas; cada professor lecionava em sua residência para um grupo de alunos que aprendia com ele a matéria que ele ensinava, e com outros professores outras matérias de interesse para os exames preparatórios, sem que houvesse nenhuma preocupação ainda de integração entre as diversas disciplinas, escalonamento de graus de dificuldade, prioridades etc.

Não obstante, é preciso reconhecer que o déspota esclarecido D. José I e seu todo poderoso ministro, o marquês de Pombal, de fato integraram a comunidade lusa no chamado século das luzes com suas ideias iluministas. Transformaram o ensino, que até então tinha orientação escolástica, em um ensino dentro do espírito moderno. Segundo Avellar (1970, p. 169), menos de meio século depois da morte do ministro, a renovação coimbrã da mentalidade luso-brasileira contribuiu: de um lado, para conduzir o reino português à fase liberal e constitucional, e de outro, para levar o Brasil à sua independência política.

## LICENCIADOS, LETRADOS E ERUDITOS NA BAHIA COLONIAL

O fato de a monarquia portuguesa não ter autorizado a criação de instituições universitárias na América por ela dominada, não significa que para cá não tenham vindo — desde meados do século XVI — funcionários e colonos que antes de emigrar haviam obtido licenciatura em algum curso universitário na Europa, padres e frades com boa formação cultural, ou pessoas que aqui residiram e que tinham grande conhecimento jurídico, médico, literário, ou mesmo uma boa cultura geral.

36

Entre os altos funcionários, vários da nobreza, certamente muitos haviam se dedicado a estudos variados na metrópole. Os ouvidores-mores, encarregados de resolver as questões judiciais mais complexas, os tabeliães, os juízes de fora indicados pelo rei para atuar junto às Câmaras Municipais, os desembargadores da Relação — a partir do século XVII quando esta passou a existir no Estado do Brasil —, os físicos-mores e cirurgiões nomeados pelo Rei para tratar das questões relativas à saúde no Brasil, eram certamente pessoas que haviam passado pelos bancos universitários em Portugal ou em algum outro país da Europa.

Denominavam-se postos de “Artes Liberais” os que requeriam a frequência universitária de um currículo nuclear baseado nas sete Artes Liberais (Gramática, Lógica, Retórica, Geometria, Aritmética, Astronomia e Música) e que se tornavam bacharéis depois de um exame público: desembargadores, corregedores, provedores, juízes de fora, etc. (MARTINS, 2007, p. 4, nota 10)

No período da União Ibérica começou a funcionar em 1609 a Relação do Estado do Brasil, ou Relação da Bahia, por estar sediada em Salvador. Era o Tribunal Brasileiro de Apelação, formado por dez desembargadores, magistrados que eram burocratas profissionais, graduados em Direito em universidades. A Relação mantinha ainda seu próprio médico e capelão para cuidar dos desembargadores. Abaixo deles, uma vasta teia de pequenos cargos: tabeliães, escrivães, fiscais, a maioria deles não letrados.

Formada por magistrados profissionais (um Chanceler, dois Desembargadores dos Agravos e Apelações, um Ouvidor geral do cível e do crime, um Juiz dos Feitos da Coroa, Fazenda e Fisco,

um Provedor dos Defuntos e Resíduos, afora dois Desembargadores Extravagantes) e oficiais menores, a **Relação** veio a tornar-se passagem quase obrigatória aos letrados que almejassem atuar nas instâncias judiciais hierarquicamente superiores localizadas na Metrópole, como a Casa da Suplicação. (SALGADO, 1985, p. 77)

E os jesuítas, beneditinos, franciscanos, capuchinhos, que para aqui vieram já devidamente ordenados (tendo, portanto, cumprido o devido Noviciado), haviam certamente estudado Filosofia, Teologia e História Sagrada em profundidade suficiente para se tornar bons evangelizadores nas difíceis condições do Novo Mundo.

## EUROPEUS QUE TRABALHARAM NO BRASIL

Podemos citar alguns europeus que para aqui vieram, nos séculos XVI ao XVIII, e se distinguiram pelos seus eruditos trabalhos sobre o Brasil:

Jorge Valadares, que veio com Tomé de Sousa, ocupando o elevado cargo de seu físico e cirurgião. Percebia soldo mensal de dois mil réis, com direito a quatrocentos réis, também mensais, para comprar mantimentos, embora seu pagamento estivesse sempre em atraso. Retornou ao reino, em agosto de 1553, também com Tomé de Sousa. (SILVA, A., 1953b, p. 25, 27)

Sucedeu-lhe o físico Jorge Fernandes, nomeado por alvará de 20 de abril de 1553, tendo chegado á Bahia com d. Duarte da Costa. (BRITTO, 2002, p. 50)

Seu sucessor foi o mestre Afonso Mendes, nomeado cirurgião-mor das partes do Brasil, nomeado por alvará régio de 5 de fevereiro de 1557. (BRITTO, 2002, p. 50)

Alguns governadores gerais foram letrados, como Mem de Sá (1558-1572) e Luís de Brito e Almeida (1573-1577). Também os ouvidores gerais eram todos graduados em Direito.

Foram ouvidores gerais no Brasil entre 1549 e 1609: Pero Borges (1549-1558); Brás Fragoso (1559-1565); Fernão da Silva (1566-1575); Cosme Rangel (1577-1587); Martim Leitão (1583-? ); Diogo Roiz Cardoso (1586-1588) Gaspar de Figueiredo Homem (1591-159?); Diogo Dias Cardoso (1597-1598); Brás de Almeida (1599-1604) e Ambrósio de Siqueira (1604-1608). (SCHWARTZ, 1979, p. 31, nota 31)

Gabriel Soares de Sousa — (\*ca. 1540 em Portugal, † no sertão baiano em 1591). Senhor de engenho em Jaguaripe e Jequiçá, construiu a Casa e trapiche hoje conhecidos como Solar do Unhão em Salvador, e publicou em 1587 uma *Notícia do Brasil* ou *Tratado descritivo do Brasil*.

Fernão Cardim — (\*Évora, Portugal ca. 1550, † Aldeia do Espírito Santo de Abrantes 27/1/1625). Entrou como noviço da Companhia de Jesus em 1566, veio para o Brasil acompanhando o governador Manuel Teles Barreto e o visitador Cristóvão de Gouveia em 1583 e depois em 1601 junto com o 3º visitador, João de Madureira. Foi provincial dos jesuítas no Brasil de 1604 a 1609. Escreveu vários textos sobre o Brasil que Rodolfo Garcia reuniu na obra *Tratado da terra e gente do Brasil*. (MENEZES, 1978, p. 160)

38

Pero de Magalhães Gandavo, descendente de flamengos, nasceu em Braga em data ignorada. Foi destacado latinista e humanista. Escreveu uma *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, publicada em 1576 em Lisboa. (MENEZES, 1978, p. 300)

Alexandre de Gusmão (\*Lisboa, 1629, veio aos 10 anos para o Brasil, tornou-se jesuíta em 1646, faleceu na Bahia em 1724) fundou o Seminário em Belém da Cachoeira, aberto em 15 de março de 1724. Foi preceptor de Bartolomeu Lourenço de Gusmão (1685-1724), o chamado padre voador. Escreveu vários livros entre os quais *Arte de criar bem os filhos* (1682). (LIMA JÚNIOR; BERBERT DE CASTRO, 2006, p. 83)

Antonil — pseudônimo do Padre João Antonio Andreoni (\*em Lucca, Itália em 1650 e † na Bahia em 13/3/1716). Entrou em 1667 para a Companhia de Jesus. Veio para a Bahia como reitor do Colégio de Salvador. Autor da obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* publicada em 1711. (MENEZES, 1978, p. 54)

Por Carta Régia de 17 de junho de 1712 o rei D. João V designou para servir no Brasil o engenheiro militar francês João Massé (protestante, exilado na Inglaterra após a revogação do Édito de Nantes) para examinar e reparar as fortificações das capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, devendo executar o Plano de Fortificação das três cidades: Rio, Salvador e Recife, o que ele fez, tendo havido a efetiva remodelação da defesa militar destes importante núcleos urbanos. (CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA, 1979, v. 2, p. 25-26)

E em 1742, Carta Régia de 18 de junho determinava que o físico-mor do reino, Dr. Cipriano de Pina Pestana, não desse comissão a pessoa alguma para no Brasil servir por ser ele médico não formado pela Universidade de Coimbra. (RUY, 1949, p. 293)

## ALGUNS BAIANOS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Podemos igualmente citar vários baianos do século XVI ao início do XIX que tiveram formação superior e também se destacaram pelos seus escritos:

O baiano Cristóvão de Burgos, filho do licenciado Jerônimo de Burgos, juiz de órfãos em Salvador, foi o primeiro bacharel brasileiro em Leis, diplomado em Coimbra em 1635. Tornou-se depois desembargador na Bahia. Em 24 de março de 1654 firmou o seu primeiro “acórdão” (o 1º assinado por um magistrado baiano) no processo de coação da igreja da Graça e terra convizinhas ao convento de S. Bento. (SILVA, A., 1953a, p. 141)

Frei Vicente do Salvador — Vicente Rodrigues Palha (\*em Matoim, subúrbio de Salvador, em 20/12/1564 — † entre os anos de 1636 e 1639), estudou em Coimbra, onde se formou em Direito; ingressou no convento dos franciscanos em 1599 onde tomou o nome de Frei Vicente do Salvador; ensinou Filosofia no convento de Olinda; foi aprisionado em pleno oceano pelos holandeses em 1624; no Brasil escreveu a *História do Brasil*, abrangendo o período 1500-1627, data de sua publicação. Também escreveu uma *História da Custódia do Brasil*. (MENEZES, 1978, p. 607; SOUZA, 1973, p. 21-22)

Gregório de Matos Guerra (\*em Salvador em 20/12/1633, † 16/10/1696) estudou no colégio dos jesuítas. Formou-se depois em Direito pela Universidade de Coimbra; iniciou sua carreira de advocacia em Portugal; voltando para a Bahia, foi tesoureiro-mor da Catedral, nomeado pelo arcebispo d. Gaspar Barata; com a morte deste, foi demitido, abrindo banca de advogado. Pela divulgação de seus versos satíricos, acabou sendo deportado para Angola pelo governador da Bahia D. João de Lencastro; voltou depois de algum tempo ao Brasil, estabelecendo-se em Pernambuco. (SOUZA, 1973, p. 27-28)

Sebastião da Rocha Pita (\*na Bahia em 1660, † na Bahia, 2/11/1738) estudou no Colégio dos Jesuítas e foi para o Reino onde se formou em Cânones por Coimbra; voltou para a Bahia, entrando para o regimento de



ordenanças, chegando a coronel; participou da Academia dos Esquecidos fundada na Bahia em 1724, escreveu uma *História da América Portuguesa*, impressa em Lisboa em 1730, com o que a Academia de História de Lisboa tornou-o acadêmico supranumerário. (PEIXOTO, 1947, p. 73-75)

Do ponto de vista cultural, é de se notar na Bahia a criação em 1724, pelo vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes, da Academia Brasílica dos Esquecidos [Esquecidos pela Academia Portuguesa de História, de Lisboa, fundada em 1721 sem contemplar brasileiros, como lembra Afrânio Peixoto (1947, p. 71-74)] primeira sociedade literária criada no Brasil, que se reuniu por 19 sessões, até o ano de 1725, à qual pertenceu Sebastião da Rocha Pita e, mais tarde, em 6 de junho de 1759, inaugurou-se a Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos, de menor duração, pois se reuniu por 14 vezes apenas, até o ano de 1760. Teve como protetor o marquês de Pombal, e dela fez parte o frade franciscano (nascido em 1695 em Pernambuco, mas que concluiu seus estudos no convento da Bahia) Antonio de Santa Maria Jaboatão, autor do *Novo orbe seráfico brasileiro*, publicado em 1761 em Lisboa, e do *Catálogo genealógico das principais famílias Baianas*.

40

Alexandre Rodrigues Ferreira (\*na Bahia, 27/4/1754, †em Lisboa, 23/4/1815) formou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra reformada por Pombal, era sócio da Academia de Ciências de Lisboa e em 1783 veio em visita à Amazônia, encarregado da História Política dos Estabelecimentos Portugueses no Estado do Pará, que percorreu durante nove anos, tendo documentado com mapas, desenhos e escrito tudo o que via de interessante, que publicou como *Diário da viagem filosófica*. (SOUZA, 1973, p. 35-36)

No ano de 1759 aconteceu o primeiro recenseamento ocorrido na Bahia, a mando do vice-rei, 6º conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha (governou o Brasil de 1755 a 1760). Nesta ocasião constatou-se existirem na Bahia 26.612 fogos com 250.142 habitantes, sem contar os padres e frades, índios e crianças menores de 7 anos.

Francisco Vicente Viana (Barão do Rio de Contas) — (\*em Salvador 17/4/1754, † 29/4/1828) formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1773. Foi nomeado ouvidor geral e provedor da Comarca da Bahia. Em 1821 foi eleito presidente da Junta Provisória de Governo da Bahia e, depois da Independência, foi o primeiro presidente da província da Bahia. (SOUZA, 1973, p. 34)

José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (\*na Bahia 16/7/1756, † no Rio de Janeiro, 20/8/1835) estudou Grego e Hebraico no Colégio das Artes de

Coimbra, onde lecionou depois tais matérias, graduou-se na Universidade de Coimbra, voltou à Bahia onde teve decisiva influência por ocasião da abertura dos Portos. Foi depois nomeado por D. João como o primeiro diretor geral de Estudos no Brasil, cargo que exerceu até a sua morte. Publicou inúmeras obras, sobretudo de Economia Política, mas duas delas de instrução pública.

Francisco Agostinho Gomes (\*na Bahia em 1769 e † 1842). Deputado às Cortes de Lisboa, diretor da Biblioteca Pública na Bahia, de que foi um dos fundadores e seu 2º diretor, depois da morte de Pedro Gomes Ferrão Castelbranco, seu idealizador.

Antonio Ferreira França (\*Salvador, 14/1/1771, † 9/3/1848) formou-se em Matemática, Filosofia e Medicina em Coimbra, voltou à Bahia designado por d. Maria I para lecionar Aritmética e Geometria. Em 1810 foi nomeado lente visitador das Escolas Régias da Bahia, e nomeado em 1815 lente de Cirurgia na Bahia. Foi deputado baiano na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, era abolicionista. (SOUZA, 1973, p. 51-52)

Domingos Borges de Barros, Visconde da Pedra Branca (\*em Santo Amaro, 10/10/1779, † 20/3/1855) diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade de Coimbra. De volta, foi indicado deputado às Cortes portuguesas, e depois senador pela Bahia. Quando em 1812 foi criada na Bahia a Aula Régia (Maior) de Agricultura, ele foi nomeado lente responsável. (SILVA, 1931, p. 53, nota 102) Escreveu em 1812 um dicionário francês-português e português-francês e várias *Poesias*, em 2 vols. publicados em Paris, 1825. Entre estas poesias Melo Morais destacou *Os túmulos* [escrito em Paris quando perdeu o filho de 10 anos de idade] e publicou-o em 1850 na Bahia pela Livraria Pongetti. (PEIXOTO, 1980, p. 147)

José Lino dos Santos Coutinho (\*31/3/1784, † 24/7/1836) graduou-se em Medicina na Universidade de Coimbra. Em seu retorno, foi eleito, em 1821, deputado às Cortes de Lisboa. Lecionou Patologia na Faculdade de Medicina da Bahia. Autor de uma *Topografia médica*, publicada na Bahia em 1832 e das *Cartas sobre a educação de Cora*, editadas apenas em 1849. (PEIXOTO, 1980, p. 155-156)

Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes (\*Santo Amaro 26/10/1794, † 5/10/1865) doutorou-se em Leis pela Universidade de Coimbra em 1821.

O historiador baiano Alberto Silva (1953a, p.142) informa que entre 1635 e 1830 formaram-se em Coimbra 548 brasileiros, 193 dos quais eram

baianos (35,22%). Noutra obra (SILVA, A., 1957, p. 17-18) o mesmo autor conta que na Universidade de Salamanca, na Espanha, estudaram nos séculos XVII e XVIII apenas seis brasileiros, dos quais três baianos (graduados em 1613, 1781 e 1786).

Em nota de rodapé à 3ª ed. da obra de Manuel Querino (1955, p. 136) Frederico Edelweiss se refere ao vol. 62 dos *Anais da Biblioteca Nacional*, que publicou a lista de todos os estudantes brasileiros em Coimbra nos cem anos que decorreram entre 1772, quando ocorreu a reforma da Universidade por Pombal, e 1872, quando completou centenário; naquela Universidade estudaram neste período 1.242 brasileiros ao todo, 316 dos quais (25,44%) nascidos na Bahia.

Vemos, portanto, que a participação dos baianos nos estudos universitários foi sempre significativa, mesmo quando ainda não tínhamos no Brasil, ou na própria Bahia, cursos universitários.

42

## **PRIMEIROS CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR NA BAHIA, NO TEMPO DO IMPÉRIO**

O primeiro curso de nível superior no Brasil foi criado ainda no reinado de D. Maria I, pelo príncipe regente D. João, quando passou em 1808 pela Bahia em direção ao Rio de Janeiro. Foi a Escola de Cirurgia da Bahia, criada em 18 de fevereiro junto ao Hospital Real Militar (estabelecido em fins do século XVIII pelo governador D. Fernando José de Portugal, junto ao antigo colégio dos jesuítas), sendo professores os cirurgiões Soares de Castro e Manoel Estrela. Em 1815 o curso foi ampliado para 5 anos. Passou a se denominar Colégio Médico-Cirúrgico e a funcionar na Santa Casa de Misericórdia. (SILVA, 1963, p. 104)

No ano de 1824 D. Pedro I incorporou ao curso Médico-Cirúrgico uma disciplina de Farmácia, que deu origem a um futuro curso desta especialidade (MONIZ, 1923, p. 408-409)

Mais tarde, em 1832, os Colégios Médico-Cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro receberam nova organização pela Lei de 3 de outubro daquele ano, assinada pelo ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. (BRASIL, 1962, p. 40) A partir daí é que passaram a se denominar Faculdades de Medicina, a da Bahia hoje integrante da UFBA, apesar de em 1908 ter sido comemorado seu 1º centenário, considerando, portanto, como sua origem

o curso de Medicina e Cirurgia criado pelo Príncipe Regente D. João VI. (BAHIA, 1997, p. 66)

No ano de 1861 a Faculdade de Medicina, além do Curso Médico, com 6 anos de duração, ministrava também o Curso Farmacêutico, que levava 3 anos para ser completado. (COSTA PINTO, 1861, p. 48) Em 1865, o ministro do Império José Liberato Barroso deu novos Estatutos para as Faculdades de Medicina. (BRASIL, 1962, p. 132)

Igualmente em 1815 fora criado, pelo arcebispo frei Francisco de São Damaso de Abreu Vieira, o Seminário Diocesano da Bahia, Seminário Maior ou Seminário de Ciências Eclesiásticas, que desenvolvia cursos avançados para a formação de padres seculares. Este seminário funcionava na casa que para este fim legara o cônego José Teles de Menezes, na rua do Bispo, e a Carta Régia de 5 de abril de 1815, que o aprovava, mandava que pela Fazenda Pública se desse a quantia anual de um conto de réis do subsídio literário para ele, que começou suas atividades docentes em 15 de agosto de 1815. (BARROS, 1934, p. 148-149) Suas atividades foram sendo suspensas depois da morte do arcebispo, com a ocupação da cidade pelas tropas portuguesas, mas o seminário foi reaberto em 6 de abril de 1834, funcionando no convento da Palma. Nesta ocasião tinha as cadeiras de Filosofia, História Eclesiástica, Lugares Teológicos, Teologia Moral e Dogmática, Música e Canto Eclesiástico, todas pagas pelo Estado. (BARROS, 1934, p. 149) Em 1837 o seminário arquidiocesano foi transferido de forma definitiva para o Convento de Santa Tereza.

Durante o Império, apenas em 1877 foram fundadas na Bahia duas instituições que formavam profissionais hoje considera de nível superior, mas que na época eram denominadas escolas profissionalizantes: a) A Escola Agrícola da Bahia, em terreno do antigo engenho de S. Bento das Lages, construída e mantida até 1904 pelo Imperial Instituto Baiano de Agricultura, fundado em 1859. Inaugurada em 15 de fevereiro de 1877, é considerada a primeira Escola Agrícola do Brasil, ministrava tanto um curso elementar para formar operários que iriam trabalhar nas propriedades agroaçucareiras quanto um curso de nível superior, destinado a formar engenheiros agrônomos. (TOURINHO, 2000, p. 28, 32-33); b) a Academia de Belas Artes, fundada em 15 de dezembro de 1877, com cursos de Pintura, Desenho, Arquitetura, Escultura e Música. (LUDWIG, 1977, p. 5-6)

Em 1884 o Decreto nº 9.311, de 25 de outubro, deu novos estatutos às Faculdades de Medicina do Império. No ano seguinte, 1885, novas

modificações nos Estatutos da Faculdade de Medicina foram estabelecidas pelo Decreto Geral nº 9.515, de 31 de outubro. (BRASIL, 1962, p. 215, 222-223)

## CURSOS SUPERIORES CRIADOS JÁ DEPOIS DA REPÚBLICA

Durante a primeira fase do governo de José Gonçalves da Silva (1º/11/1890-2/7/1891) foi instalada — por iniciativa do dr. José Machado de Oliveira, professor da Faculdade de Direito de S. Paulo em disponibilidade, e mais José de Oliveira Castro e Francisco de Mesquita Chaves, que convidaram alguns juristas para professores e ilustres cidadãos para colaborar com capitais, em 15 de abril de 1891 — a **Faculdade Livre de Direito da Bahia**, reconhecida por Decreto do Governo Federal de 19 de outubro do mesmo ano.

44

Funcionou, de início, em um prédio particular alugado, de propriedade da família Carneiro da Rocha, sito à rua Visconde do Rio Branco, tendo depois adquirido prédio próprio e para ele se transferido. Seu primeiro diretor foi o dr. Eduardo Pires Ramos (março de 1891 a março de 1894), substituído pelo notável advogado Sebastião Pinto de Carvalho (março de 1894 a março de 1896, seguido em julho de 1896 pelo cons.des. João Rodrigues Chaves e depois, de julho 1899 a outubro de 1902 pelo jurista e provector advogado Augusto Ferreira França. De 1902, até 1923 dirigiu a Faculdade de Direito o cons. Antonio Carneiro da Rocha. (FACULDADE..., 1923, p. 360).

No governo de Luís Viana (de 28 de maio de 1896 a 28 de maio de 1900) instalou-se solenemente a **Escola Politécnica da Bahia**, no dia 14 de março de 1897, num palacete à rua das Laranjeiras. Suas aulas tiveram início no dia seguinte. Em 9 de maio de 1908 foi equiparada à sua congênera federal e em 1900 mudava-se para um palacete do largo da Piedade, tendo em 1905 adquirido um edifício no largo de São Pedro nº 57, onde se instalou definitivamente. (ESCOLA..., 1923, p. 462-463)

No ano de 1905, a 7 de fevereiro foi criada e a 12 de março inaugurada a **Escola Comercial da Bahia**, destinada à educação superior do Comércio (Considerada de utilidade pública estadual pelo Decreto nº 819, de 10 de agosto de 1909, segundo Tavares, Andrade, Teixeira (1985, p. 174). Inicialmente instalada no pavimento superior do prédio nº 21 da rua Chile,

passou a funcionar, desde 5 de junho de 1911, no palacete de sua propriedade, sito à praça 13 de Maio (Piedade) nº 31. (ESCOLAS..., 1923, p. 497)

Ainda em 1905 houve a criação do ensino profissional agrícola com escolas práticas, professores itinerantes, estações e boletins, fundindo-se os antigos Instituto Baiano de Agricultura, a Fazenda Modelo e a Colônia Agrícola Educadora, reunindo-os em São Bento das Lages, onde também se formavam os engenheiros agrônomos. (BAHIA, 1997, p. 59)

Quando Hermes Rodrigues da Fonseca foi presidente do Brasil (15/11/1910 a 15/11/1914), o seu ministro da Justiça e Negócios Interiores (pasta que cuidava dos assuntos educacionais), o gaúcho Rivadávia da Cunha Corrêa, baixou o Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, estabelecendo a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, em que terminava o privilégio do Colégio Pedro II e dos a ele até então equiparados [caso de vários estaduais, inclusive o Ginásio da Bahia] de garantir aos seus egressos matrícula nas escolas superiores e instituiu os exames de admissão para ingresso nos cursos superiores existentes. Nesta mesma data saíram os decretos nº 8.660, dando novo regulamento ao Colégio Pedro II, o de nº 8.661, dando novos regulamentos às Faculdades de Medicina, o de nº 8.662, regulamentando as Faculdades de Direito, e o de nº 8.663, fazendo o mesmo para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Este conjunto de decretos ficou sendo conhecido como Reforma Rivadávia Correia. (CUNHA, 1980, p. 163; NISKIER, 1989, p. 204-205)

Beneficiando-se desta reforma o governo do Paraná fundou, em 1912, a **Universidade do Paraná**, constituída pelas cinco faculdades de: Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio, mas ela foi extinta legalmente em 1915 pela Reforma Carlos Maximiliano, só sendo oficialmente restaurada em 1946, embora continuasse a existir de fato no interregno. (TOBIAS, 1986, p. 175-176)

Existiu em São Paulo uma universidade fundada em novembro de 1911 e inaugurada em 23 de março de 1912, mas que foi extinta em 1917, sem deixar uma só escola superior que servisse como núcleo de outra universidade futura. (CUNHA, 1980, p. 180-184)

Em 1909, no auge da prosperidade da borracha amazonense, fora criada a Escola Universitária Livre de Manaus, que em 1913 se transformou em **Universidade de Manaus**. Previam-se vários cursos, mas apenas o curso de Direito funcionou plenamente e, em 1914, 20 estudantes obtiveram o título de bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais, mas também 2 agrimensores foram

formados; em 1916 formaram-se em Farmácia 5 estudantes, 2 em Obstetrícia e 3 em Agrimensura. O fim do ciclo da borracha levou a universidade à crise, e ela se dissolveu em 1926, fragmentando-se em 3 estabelecimentos isolados: A Faculdade de Engenharia, apenas com o curso de Agrimensura, que deu origem mais tarde à Escola Agrônômica de Manaus, extinta em 1943; a Faculdade de Medicina deu origem à Faculdade de Farmácia e Odontologia, mas, por não conseguir implantar o curso médico, foi extinta em 1944. Somente vingou a Faculdade de Direito, federalizada em 1949 e incorporada à **Universidade do Amazonas**, instituída por lei federal em 1962, mas só instalada em 1965. (CUNHA, 1980, p. 179)

46

Em 18 de março de 1915, já na Presidência de Wenceslau Braz (15/11/1914 a 15/11/1918), seu ministro da Justiça e Negócios Interiores, o gaúcho Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, deu nova organização ao ensino secundário e superior da República pelo Decreto nº 11.530. Foi a chamada Reforma Carlos Maximiliano. Restabeleceu o regime seriado no ensino secundário e, paralelamente, o de preparatórios, havendo restaurado a equiparação dos institutos criados e mantidos pelos Estados, entre eles o Ginásio da Bahia, que a 1º de março de 1916 foi reequiparado ao Colégio Pedro II. (DEVOTO, 1923, p. 333)

Por esta Reforma Carlos Maximiliano, o “exame de Estado”, a que deveria se submeter o estudante que pretendesse ascender ao curso superior, foi pela primeira vez chamado de **vestibular**, e regulamentado: o candidato seria obrigado a ser aprovado em todas as matérias do currículo do Colégio Pedro II, ou neste próprio educandário, ou em instituição equivalente. (NISKIER, 1989, p. 399) Em governo presidencial posterior, de Epitácio Pessoa (28/7/1919 a 15/11/1922), foi criada, pelo Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, a **Universidade do Rio de Janeiro**, reunindo a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, todas do próprio Rio de Janeiro. O Regimento da Universidade foi aprovado pelo Decreto nº 14.572, de 23 de dezembro do mesmo ano (Id.,ib., p.223/4). No ano de 1922 esta Universidade concedeu o título de Doutor *Honoris Causa* ao rei da Bélgica, que visitava o Brasil. (RIBEIRO, 1985, item 395)

Já na Presidência de Artur da Silva Bernardes (15/11/1922 a 15/11/1926), o seu ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, incumbiu o professor Rocha Vaz de elaborar uma nova reforma de ensino, que foi aprovada pelo Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Esta reforma, conhecida pelo nome não do ministro, mas do seu elaborador, Reforma

Rocha Vaz, foi a última reforma de ensino significativa da Primeira República. Por ela, o curso secundário passaria a ter a duração de seis anos nos colégios oficiais, o mesmo acontecendo para as Faculdades de Medicina. A Faculdade de Engenharia teria 3 cursos distintos: Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Industrial. À Universidade do Rio de Janeiro — única oficialmente existente então — seria incorporada a então criada Faculdade de Farmácia e Odontologia. O decreto também dizia poderem-se criar outras universidades em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, em acordo com os governos dos respectivos Estados. Com base nele, dois anos mais tarde foi fundada a **Universidade de Minas Gerais**, no governo de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada pela Lei Estadual nº 956, de 7 de setembro de 1927, tendo depois o reconhecimento do governo federal, sendo regulamentada pelo Decreto nº 7.921, de 1929. (NISKIER, 1989, p. 228, 231, 236)

47

## CURSOS SUPERIORES NA ERA VARGAS

Com a Revolução de 1930 subiu ao poder, em 3 de novembro, como presidente da República, o candidato derrotado nas últimas eleições para o cargo, e ex-governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas. Logo no dia 14 do mesmo mês e ano, ele criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, seguido, no dia 26 do mesmo mês, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O primeiro ministro da Educação e Saúde Pública foi o mineiro Francisco Luís da Silva Campos, que fora, no governo de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), secretário dos Negócios do Interior de Minas Gerais, pasta responsável pela educação mineira, na qual fizera importante reforma no ensino primário e normal, dentro da visão da chamada Escola Nova.

No Ministério, tomou uma série de medidas, hoje conhecidas como “Reforma Francisco Campos”, que estruturaram o ensino brasileiro, procurando integrá-lo em um sistema nacional. Foram os decretos:

nº 19.850, de 11 de abril de 1931, criando o Conselho Nacional de Educação;

nº 19.851, da mesma data, dispondo sobre a organização do ensino



superior no Brasil e adotando o regime universitário; [este decreto passaria a ser conhecido como o Estatuto das Universidades Brasileiras — NISKIER, 1989, p. 248]. Este Estatuto esteve em vigor e orientou a criação das várias Universidades brasileiras, inclusive a UFBA, em 1946, até a reforma do ensino superior pela Lei nº 5.540, de 1968;

nº 19.890, de 18 de abril de 1931, estruturando o ensino secundário;

nº 19.941, de 30 também de abril de 1931, instituindo o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas do país e o

nº 21.241, de 14 de abril de 1932, consolidando as disposições sobre o ensino secundário. (MORAES, 1999, p. 197)

48

Em 16 de setembro de 1932 Francisco Campos foi substituído no Ministério de Educação e Saúde Pública por outro filho de Minas Gerais, Washington Ferreira Pires, que regeu a pasta até 25 de julho de 1934, sem grandes realizações de destaque. O terceiro ministro da Educação foi ainda um mineiro: Gustavo Capanema Filho, que tomou posse a 26 de julho de 1934, no governo constitucional de Vargas, mas que continuou sendo ministro durante todo o período do Estado Novo, até 29 de outubro de 1945.

A próxima universidade brasileira a ser criada foi a **Universidade de São Paulo**, estadual, por Decreto nº 6.283, do interventor Armando de Salles Oliveira, no dia 25 de janeiro de 1934, em que se comemoravam os 380 anos da fundação da cidade. Tinha como base a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e era composta de: Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola Politécnica, Instituto de Educação, Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, Escola de Medicina Veterinária, Escola Superior de Agricultura e Escola de Belas Artes. A Faculdade de Direito, que era federal, passou a ser estadual, integrando igualmente a Universidade. (NISKIER, 1989, p. 257)

Depois veio a **Universidade de Porto Alegre**, criada pelo governo do Rio Grande do Sul por Decreto Estadual nº 5.758, de 20 de novembro de 1934. (NISKIER, 1989, p. 261)

Em 4 de abril de 1935, por Decreto Estadual nº 5.513 desta data, foi criada a **Universidade do Distrito Federal**, cujo plano foi elaborado por uma equipe de educadores à frente dos quais estava o professor baiano Anísio Spínola Teixeira e foi aprovada pelo então interventor federal no D. F., dr. Pedro Ernesto. (NISKIER, 1989, p. 262) Teve curta duração,

sendo absorvida pela Universidade do Brasil em 1939. (CUNHA, 1980, p. 206)

A **Universidade do Brasil** surgira pela reorganização da Universidade do Rio de Janeiro em 1937 [Lei nº 452, de 5 de julho de 1937], que passou a ter novo nome, sendo composta por 15 escolas superiores e 16 institutos. (CUNHA, 1980, p. 271-272)

Com o Estado Novo (10/11/1937 a 29/10/1945) a estrutura do ensino superior não precisou ser reformada, pois o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 já normalizava este grau de ensino, o que não ocorria com os graus inferiores.

A chamada “Reforma Capanema” constituiu-se justamente de uma série de Leis Orgânicas do Ensino Médio:

nº 4.073, de 30/01/1942, Lei Orgânica do Ensino Industrial;

nº 4.244, de 9/4/1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário e

nº 6.141, de 28/12/1943, Lei Orgânica do Ensino Comercial.

Ele ainda criou importantes órgãos culturais:

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937)

Serviço Nacional de Teatro (Decreto-Lei nº 92, de 21/12/1937) e

Instituto Nacional do Livro (Decreto-Lei nº 93, de 21/12/1937)

Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (Decreto-Lei nº 4.993, de 28/11/1942).

## A REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1946 E A CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e dos governos totalitários da Alemanha e Itália, também no Brasil sopraram ventos democráticos e o próprio Getúlio convocou eleições para 2 de dezembro de 1945. Um golpe, porém, derrubou Getúlio em 29 de outubro, assumindo a chefia do Poder Executivo o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares (30/10/1945 a 31/10/1946), que deveria garantir as eleições de 2 de dezembro. No dia 12 de novembro ele convocou a Constituinte, pois a Lei eleitoral não dava poderes constituintes ao Parlamento a ser eleito em 2 de dezembro. No dia 31 de janeiro de 1946 ele passou o poder ao vencedor do pleito, Eurico

Gaspar Dutra, que governou desde então até 31 de janeiro de 1951. Logo no dia seguinte à sua posse reuniu-se o Congresso Nacional para instalar a Assembléia Constituinte que elaborou a constituição de 1946. (FARIA, 1997, p. 64)

No governo Dutra foi realizada uma grande campanha de alfabetização de adultos, considerada pela Unesco como a mais ampla realizada até a época. (KOIFMAN, 2002, p. 390)

E, para nós baianos, ainda em 1946 foi criada a Universidade Federal da Bahia pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril, e instalada no dia 2 de julho do mesmo ano.

Reunia as faculdades de: Medicina, as chamadas Escolas Anexas de Odontologia e Farmácia, a de Direito, a Politécnica, a de Ciências Econômicas e a de Filosofia, que houvera sido criada em 1941 por Isaías Alves. O diretor da Faculdade de Medicina, Prof. Edgard do Rego Santos, foi o fundador da UFBA e seu primeiro reitor.

50

Desde 1942, por iniciativa da engr<sup>a</sup> Bernadette Sinay Neves, instalara-se em Salvador o curso de Biblioteconomia, transformado em Escola de Biblioteconomia da Bahia quando teve seus Estatutos publicados e o respaldo da UFBA em 1948. A partir de 1954 passou a denominar-se Escola de Biblioteconomia e Documentação.

Além de integrar as escolas superiores existentes na Bahia, criadas em diferentes momentos, foram estabelecidas várias novas unidades universitárias, como os cursos de: Enfermagem, Administração, Geologia, Música, Teatro e Dança.

Criaram-se ainda vários Centros de Ciências Fundamentais: Laboratório de Fonética, Laboratório de Geomorfologia, Centro de Estudos Afro-Orientais.

Em 1948, o governador Otávio Mangabeira doou a sede própria da Escola de Belas Artes, já com 71 anos de fundada. Na ocasião foi implantado o Curso de Arquitetura. Naquele ano, o reitor Edgard Santos criou o Hospital-Escola da UFBA, o Hospital Prof. Edgard Santos, popularmente conhecido como Hospital das Clínicas. (BAHIA, 1997, p. 199-200)

Em 1950 instalou-se na Faculdade de Filosofia da UFBA o curso de Jornalismo, que em 1968 passaria a funcionar junto com a Escola de Biblioteconomia.

Em 1951 foi criada a Escola de Medicina Veterinária pela Lei Estadual nº 423, de 20 de outubro, vinculada à Secretaria de Agricultura, Indústria

e Comércio do Estado. Teve seu funcionamento autorizado em 29 de maio de 1952 pelo Decreto Federal n.º 30.914 e o reconhecimento pelo Decreto 38.267, de 17 de dezembro de 1955.

No ano de 1952 foi inaugurada a Faculdade de Filosofia como primeira unidade da futura Universidade Católica do Salvador, instalada no Colégio dos Maristas. (BAHIA, 1997, p. 214)

Ainda em 1952 foi instalado na Escola Politécnica da UFBA o curso de Engenharia do Petróleo, a ser ministrado em 3 anos por técnicos do Conselho Nacional do Petróleo. Naquele ano Clemente Mariani, ex-ministro da Educação, foi escolhido paraninfo da 1ª turma de jornalistas diplomados, no Norte/Nordeste, pela UFBA, por ter instituído em sua gestão o curso de Jornalismo no Brasil. (BAHIA, 1997, p. 216)

No ano de 1956 a Presidência da República autorizou o funcionamento da Faculdade de Direito da UCSAL, instalada inicialmente no Palácio da Sé, até ser transferida para o Seminário de Santa Teresa. (BAHIA, 1997, p. 226)

Em 1958 foi criado na UFBA, na qualidade de órgão suplementar, o Instituto de Química, que a partir de 8 de fevereiro de 1968, pelo Decreto n.º 62.241, passou a funcionar como unidade de ensino e pesquisa básica.

No ano de 1959, a Faculdade de Arquitetura da UFBA separou-se da de Belas Artes, passando a ter sede própria.

Em 1960, o Prof. Rolf Galewsky assumiu a direção da Escola de Dança da UFBA, pioneira no Brasil, dotando-a de estrutura didática, definindo currículos e programas. Seus currículos, mais tarde, serviriam de base para o estabelecimento, pelo Conselho Federal de Educação, do currículo nacional mínimo dos cursos de Dança. (BAHIA, 1997, p. 247)

Durante o governo estadual de Lomanto Júnior (1963-1967) foi incorporada a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (Famesf), criada em 1960 por um grupo de líderes, com o nome de Escola de Agronomia de Juazeiro e que veio a ser, em 1983, uma das unidades formadoras da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

No ano de 1961 o ministro da Educação, Antonio de Oliveira Brito, baiano nascido em Ribeira do Pombal, veio a Salvador instalar solenemente, perante o cardeal dom Augusto da Silva e outras autoridades, a Universidade Católica do Salvador, a cujo ato compareceu também o

primeiro reitor nomeado, monsenhor Eugênio Veiga. (BAHIA, 1997, p. 249)

Em 1964 foi criado o curso de Psicologia na UFBA, funcionando a partir de 1968.

No ano de 1967 a Escola de Agronomia de Cruz das Almas e a de Medicina Veterinária, até então mantidas pelo Estado da Bahia, passaram a integrar a Universidade Federal da Bahia.

A Faculdade de Educação da UFBA foi criada em decorrência da Reforma Universitária nº 5.540/68; na Bahia, foi o Decreto nº 62.241, de fevereiro do mesmo ano, que reestruturou a UFBA e instituiu a FACED, herdeira do Curso de Pedagogia e do Colégio de Aplicação da antiga Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (FFCL) da mesma universidade. Com ela surgiu o curso de Licenciatura em Ciências. Veio junto o Colégio de Aplicação, fechado, porém, logo depois. Em 1972 foi criado o Mestrado em Educação na UFBA e em 1992 o curso de Doutorado.

52

Também em 1968 o curso de Jornalismo foi agregado à Escola de Biblioteconomia (Decreto nº 62.241, de 8/2/1968) que passou a denominar-se Escola de Biblioteconomia e Comunicação.

No ano de 1969 o Estado instalou uma Faculdade de Educação em Feira de Santana ministrando cursos de licenciatura curta em Letras, Estudos Sociais, Ciências e Matemática, implantada também em Alagoinhas e Vitória da Conquista e criada a de Jequié. No ano de 1970, no governo Luiz Viana Filho, foi criada a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), autorizada a funcionar pelo Conselho Federal de Educação em 1976. No ano de 1980 o secretário de Educação do Estado, Eraldo Tinoco, baixou a Lei Delegada Estadual nº 12, de 30 de dezembro, grupando entidades e cursos superiores de graduação em 3 conjuntos: 1) a UEFS, 2) a Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB) integrando as faculdades de Formação de Professores de Vitória da Conquista e de Jequié, a Escola de Administração de Vitória da Conquista e a Escola de Zootecnia de Itapetinga e 3) a Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (SESEB) composta pelo Centro de Educação Técnica da Bahia e pelas faculdades dos municípios em número de seis. A SESEB é a antecedente próxima da UNEB, Universidade do Estado da Bahia, criada oficialmente em 1983 com o modelo multicampi, pela Lei nº 66, de 1º de junho. No ano de 1991, pela Lei nº 6.344, de 5 de dezembro foi definida a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), antecedida pela Federação das Escolas Superiores

de Ilhéus e Itabuna, de 1974, reunindo a Faculdade de Direito de Ilhéus e as Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas de Itabuna. A Lei nº 6.898, de 18 de agosto de 1995, reorganizou a UESC. (BOAVENTURA, 2005, p. 5, 6, 11, 19)

Em 2006, o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva criou a segunda Universidade Federal em território do Estado da Bahia: a Universidade do Recôncavo, com sede em Cruz das Almas, tendo como núcleo inicial a Escola de Agronomia, até então pertencente à UFBA.

Concluindo: embora a Universidade Federal da Bahia e a recente Federal do Recôncavo da Bahia, as quatro Universidades Estaduais (UEFS, UESB, UNEB e UESC) e a Universidade Católica de Salvador (UCSAL) só tenham sido criadas após 1946, na realidade desde o início dos tempos coloniais a Bahia teve pessoal com formação universitária. Eram nascidos na Bahia, como visto, cerca de um quarto de todos os brasileiros que se formaram em Coimbra no século que se seguiu à reforma nela feita por Pombal, e na capital da Bahia é que foi instituído o 1º curso de nível universitário do país, com a criação em 1808 da Escola Médico-Cirúrgica pelo príncipe regente D. João.

53

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, J. A. “Resumo chronologico e noticioso da província da Bahia, desde o seu descobrimento em 1500” escrito em 1880, revisto e anotado por J. Teixeira Barros. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 47, p. 71-559, 1921-1922.
- ARAGÃO, E. M. de; QUARESMA, D. L. de A. (Coord.) *Cinquentenário da Escola de Biblioteconomia e Documentação*. Salvador: Gráfica Universitária, 1992. 222 p.
- AVELLAR, H. de A. *História administrativa e econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1970. 379 p.
- BAHIA. Assembléia Legislativa. Superintendência de Apoio Parlamentar. Divisão de Pesquisa. *Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana, 1889-1991*. 2. ed. Salvador: Assembléia Legislativa, 1997. 383 p. il.
- BARROS, F. B. de. *À margem da história da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial, 1934. 584 p.
- BLAKE, A. V. A. S. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. 2 v. 479 p. (De Caetano Alberto de Munhoz a Francisco Antunes

de Siqueira.

BOAVENTURA, E. M. *Origem e formação do sistema estadual de educação superior da Bahia – 1968-1991*. Salvador: [s.n.], 2005. 29 p. Mimeografado

\_\_\_\_\_. (Org.). *UFBA: trajetória de uma universidade 1946-1996: o centenário de Edgard Santos e o cinquentenário da Universidade Federal da Bahia*. Salvador: EGBA, 1999. 391 p.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1962. 469 p.

BRITTO, A. C. N. *A medicina baiana nas brumas do passado: século XIX e XX: aspectos inéditos*. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002. 375 p.

CALMON, P. *História social do Brasil, volume 1: espírito da sociedade colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 237 p.

CARRATO, J. F. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Nacional, 1968. 311 p.

54 CARTAS DO SENADO 1638-1673, Salvador: Prefeitura Municipal, Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística, v.1, [1951].

CARTAS DO SENADO 1673-1684, Salvador: Prefeitura Municipal, Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística, v. 2, [1952].

CARVALHO, L. R. de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: EDUSP, 1952. 203 p. (Boletim 160, História e Filosofia da Educação, nº 1)

CARVALHO, R. de. *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 965 p.

CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA. *Evolução física de Salvador*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979. v. 2. 106 p. il. (Estudos baianos, v. 12-13)

CHARLE, C.; VERGER, J. *História das universidades*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996. 131 p.

CORRAL SALVADOR, C. (Dir.). *Dicionário de direito canônico*. Tradução e adaptação para o Brasil de Jesus Hortal. São Paulo: Loyola, 1993. 823 p.

COSTA PINTO, A. da. *Fala na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia*. Bahia: Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra, 1861.

CUNHA, L. A. *A Universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 295 p.

DEVOTO, M. C. *Breve notícia sobre a instrução secundária na Bahia*. Publicado na Edição comemorativa do Diário Oficial do Estado 2 jul. de 1923, p. 325-335.

ESCOLA Politécnica e Instituto Politécnico da Bahia. Publicado na edição

- comemorativa do Diário Oficial do Estado 2 jul. de 1923, p. 462-463
- ESCOLAS profissionais e de comércio sem autoria especificada. Publicado na edição comemorativa do Diário Oficial do Estado 2 jul. de 1923, p. 497-498.
- FACULDADE de Direito da Bahia. Publicado na edição comemorativa do Diário Oficial do Estado 2 jul. de 1923, p. 360.
- FARIA, A. A. *Getúlio Vargas e sua época*. São Paulo: Global, 1997. 108 p.
- FÁVERO, M. de L. de A.; BRITTO, J. de M. (Org.). *Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. 496 p.
- FERREIRA, T. L. *História da educação lusobrasileira*. São Paulo: Saraiva, 1966. 287 p.
- GAUER, R. M. C. *A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. 129 p.
- HOONAERT, E. et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época*. 4. ed. [São Paulo]: Paulinas; Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. 442 p.
- HORTA, J. S. B. Gustavo Capanema. In: FÁVERO, M. de L. de A.; BRITTO, J. de M. (Org.). *Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 232-236
- HOSPÍCIO do Pilar. *Anais do Arquivo Público da Bahia*, Bahia: Imprensa Oficial do Estado, v. 25, p. 289-293, 1937.
- HOUAISS, A. (Dir.). *Pequeno dicionário enciclopédico Koogan-Larousse*. Rio de Janeiro: Larousse, 1987. 1 644 p.
- JANOTTI, A. *Origens da universidade: a singularidade do caso português*. São Paulo: EDUSP, 1992. 226 p.
- KOIFMAN, F. (Org.) *Presidentes do Brasil: de Deodoro a FHC*. São Paulo: Cultura, 2002. 931 p.
- LEITE, S. *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760*. Braga, Portugal: A.I., 1993. 291 p.
- LEMAÎTRE, N.; QUINSON, M.-T.; SOT, V. *Dicionário cultural do cristianismo*. Tradução de Gilmar Sait 'Clair Riberio, Maria Stela Gonçalves e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Loyola, 1999. 342 p.
- LIMA JÚNIOR, F. P.; BERBERT DE CASTRO, D. d' A. *História das idéias filosóficas na Bahia: (séculos XVI a XIX)*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2006. 773 p.
- LUDWIG, S. C. *A Escola de Belas Artes cem anos depois*. Salvador: UFBA, 1977. 17 p. (Centro de Estudos Baianos, nº 80)
- MACEDO, F. P. de. O Brasil religioso. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, ano 25, n. 44, p. 139-186, 1918;



MACEDO, F. P. de. O Brasil religioso. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, ano 26, n. 45, p.1-117, 1919;

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, ano 27, n. 46, p. 1-140, 1920.

MARTINS, A. C. D. *Governança e arquivos: D. João VI no Brasil*. [Lisboa]: Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo, [2007]. 439 p.

MATTOS, L. A. de. *Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549-1570)*. Rio de Janeiro: Aurora, 1958. 306 p.

MAXWELL, K. *Marquês de Pombal, paradoxo do iluminismo*. 2. ed. Trad. Antonio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 201 p.

MENEZES, R. de. *Dicionário literário brasileiro*. 2. ed. aum. e atualizada. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. 803 p.

MONIZ, G. *A medicina e sua evolução na Bahia*. Publicado na edição comemorativa do Diário Oficial do Estado 2 jul. de 1923, p. 401-436

56

MONROE, P. *História da educação*. 19. ed. Nova tradução e notas de Idel Becker. São Paulo: Nacional, 1988. 387 p. (Atualidades Pedagógicas; 34)

MORAES, M. C. M. de. Francisco Luís da Silva Campos. In: FÁVERO, M. de L. de A.; BRITTO, J. de M. (Org.). *Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 195-200.

MOURA, L. D. de. *A educação católica no Brasil: passado, presente, futuro*. São Paulo: Loyola, 2000, 311 p.

MÜLLER, C. *Memória histórica sobre a religião na Bahia 1823-1923*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1923. 287 p.

NISKIER, A. *Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989. 646 p.

PEIXOTO, A. *Breviário da Bahia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1980. 310 p.

\_\_\_\_\_. *Livro de horas*. Rio de Janeiro: Agir, 1947. 323 p.

QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora*. 3. ed. Prefácio e notas de Frederico Edelweiss. Salvador: Progresso, 1955. 348 p.

\_\_\_\_\_. Theatros da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, ano 16, n. 35, p. 117-133, 1909.

RIBEIRO, D. *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.

RUY, A. *História política e administrativa da cidade do Salvador*. Salvador: Tip. Beneditina, 1949. 664 p.

SALGADO, G. (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*.

- Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985. 452 p.
- SANTOS, J. L. dos. *Cachoeira: III séculos de história e tradição*. Salvador: Contraste, 2001. 132 p.
- SCHWARTZ, S. B. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial (A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751)*. São Paulo: Perspectiva, 1979. 354 p.
- SERRÃO, J. *Pequeno dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1987. 654 p.
- SILVA, A. *A cidade d'El Rei (aspectos seculares)*. Salvador: Arquivo Municipal, 1953a. 203 p.
- \_\_\_\_\_. *A cidade do Salvador (aspectos seculares)*. Salvador: Progresso; Prefeitura Municipal, 1957. 228 p.
- \_\_\_\_\_. *A primeira capital do Brasil*. Edição póstuma. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1963. 269 p.
- \_\_\_\_\_. *A primeira cidade do Brasil (aspectos seculares)*. Salvador: Câmara Municipal, 1953b. 225 p.
- \_\_\_\_\_. *Raízes históricas da Universidade da Bahia*. Salvador: UFBA, 1956. 150 p.
- SILVA, I. A. de C. e. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Anotadas por Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931. v. 3, 561 p.
- SOUZA, A. L. de. *Baianos ilustres 1564-1925*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973. 347 p.
- TAVARES, L. H. D.; ANDRADE, M. J. de S.; TEIXEIRA, M. G. *Ementário da legislação educacional do Estado da Bahia no período republicano 1889-1983*. Salvador: Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira, 1985. 465 p.
- TOBIAS, J. A. *História da educação brasileira*. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1986. 349 p.
- TOURINHO, M. A. de C. A salvação da lavoura: a Escola Agrícola de São Bento das Lages. *Revista da FAGED*, n. 4, p. 27-37, 2000.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *A Biblioteconomia na Bahia: 40 anos de atividades*. Salvador, 1982.
- VILHENA, L. dos S. *A Bahia no século XVIII*. Notas e comentário de Braz do Amaral. Salvador: Itapuã, 1969. 3 v.
- WILLEKE, V. *Franciscanos na história do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977. 152 p.



# 2

## O Caminho

*Rodolfo dos Santos Teixeira<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Médico. Professor Emérito da Faculdade de Medicina da Bahia/UFBA. Comendador da Ordem do Mérito da Bahia



### Universidade Federal da Bahia — uma preciosa história

**C**onstruída pelos acontecimentos que marcaram seu caminho, percorrido a partir do ano de 1500, quando os portugueses aqui chegaram à terra desconhecida, habitada por um povo, nunca antes mencionado nos registros da humanidade. Chamaram-no, os brancos, nos primeiros momentos, de índios, na suposição de terem alcançado a Índia, que era, afinal, o objetivo de Pedro Álvares Cabral.

A cidade do Salvador, construída e debruçada sobre a Baía de Todos os Santos, acolheu-os e se transformou em um centro de civilização importante na época, pois era o caminho para o Oriente, o objetivo e a esperança de recursos que eles pretendiam alcançar.

Nela e em torno dela, desenvolveram-se comunidades, originadas dos selvagens que aqui estavam, dos portugueses e de outros brancos que chegavam, e dos negros escravizados, trazidos da África.

Os registros sobre o caminho percorrido até 1946, quando foi instituída a Universidade da Bahia, são ricos.

Coube-me analisar e refletir sobre um trecho deste caminho — o percurso que corresponde ao período de 1808 a 1945.

Pareceu-me adequado, para facilitar a minha tarefa e a compreensão do leitor, propor que a exposição do tema se enquadre em um esquema didático, considerando que a história da Universidade da Bahia — o caminho que percorreu — se desenvolveu em três momentos, merecendo também considerações preliminares.

## CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Quem se propuser a refletir as circunstâncias que originaram os núcleos de cultura no Brasil, particularmente na Bahia, que fundamentaram as origens da Universidade brasileira, há de perceber que fatores múltiplos e variados deveriam ser apreciados, como, por exemplo, as etnias que deram origem à raça que chamamos de brasileira.

62

O que é o brasileiro e como ele se define?

O que chamamos de brasileiro é difícil e mesmo impossível de ser definido; observa Euclides da Cunha (1923): “No Brasil não existe unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. O brasileiro tipo abstrato que procuramos, só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo”.

Uma aproximação simplificada desta condição racial lembra algumas etnias: o índio, o branco, o negro e os miscigenados resultantes da união deles. Cada qual possui características culturais próprias; assim como modificaram-nas as influências exercidas pelas regiões de onde provieram.

É sobre este universo confuso e indiferenciado de raças, vivendo as condições impostas em ambientes mutáveis, múltiplos e complexos, que, através dos séculos, se constituíram nas bases culturais, que ainda hoje permanecem, e facilitam a procura do caminho da entidade universitária na Bahia.

É necessário, ainda, considerar outras razões, a exemplo dos fatores socioeconômicos, que originaram o perfil caracterizado, em boa parte, pela pobreza e suas consequências, tais como a desnutrição, as enfermidades infecciosas e parasitárias, a deseducação, o deslocamento de massas humanas, a escravidão, a densidade e distribuição das populações, as condições políticas e outras.

## O CAMINHO — 1500 a 1945: QUATRO SÉCULOS DE HISTÓRIA

Considero ser uma boa norma, para melhor conhecer a história da Universidade da Bahia, no que diz respeito ao período de 1500 a 1945 — 445 anos de história — estabelecer os limites que representam os momentos de significativa e decisiva importância na sua formação. Recuar no tempo e buscar, embora sem muito detalhar, as raízes primeiras que permitiram instituir oficialmente o ensino superior no Brasil.

Antes, porém, é importante referir as datas que marcaram o período a ser analisado neste texto — 1808 a 1945.

Em 1808, precisamente no dia 18 de fevereiro, o príncipe regente D. João VI, que chegou à Bahia em 22 de janeiro, antes de outras medidas importantes, instituiu oficialmente o ensino superior no Brasil, criando a Escola de Cirurgia da Bahia, e, em seguida, em 08 de novembro do mesmo ano, implantou a Escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina no Rio de Janeiro.

No outro extremo, em 08 de abril de 1946, através do Decreto-Lei 9155, assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra e pelo seu ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos, foi instituída a Universidade da Bahia, instalada no dia 02 de julho do mesmo ano.

A história da Universidade da Bahia se desenvolve em três momentos:

### **PRIMEIRO MOMENTO — Brasil Colônia (1500 a 1808)**

Cobre os acontecimentos havidos na Colônia a partir do descobrimento do Brasil, em 1500, até 1808, quando, em janeiro, a corte portuguesa chegou à Bahia e depois, ao Rio de Janeiro. Engloba três fases:

**1ª Fase — Período inicial — 1500 a 1549.** O último ano assinala o início do governo de Tomé de Sousa, o começo da escravidão e o ciclo da cana-de-açúcar.

Caracterizou-se pelas dificuldades que tiveram os portugueses em tomar posse e administrar a terra recém-descoberta. Portugal, à época do descobrimento, era um país pobre e de população limitada a pouco mais



de um milhão de habitantes, sendo que Lisboa atingia 200 mil habitantes. Situação financeira difícil, o tesouro enfraquecido com a administração das colônias de Além Mar, na África e no Oriente, a que se somava a frustração de não se confirmarem as esperanças de resultados positivos, quais os de encontrar no Oriente os recursos sonhados. A sua colônia da América ficou relegada a um plano secundário. Apenas medidas extrativistas, o comércio do pau-brasil, de parceria com os franceses, foi a principal atividade, senão a única.

**2ª Fase — Período jesuítico — 1549 a 1756.** Esta fase começa com a fundação da Cidade do Salvador, com a vinda dos jesuítas trazidos por Tomé de Sousa, que tinham como superior o Pe. Manuel da Nóbrega. O último ano marca a implantação, em Portugal e em suas colônias, da administração do marquês de Pombal.

64

Nesta fase, no que concerne à análise que se está procedendo, tem como fato decisivo a ação dos padres da Companhia de Jesus, assim como, em menor escala, de outras ordens religiosas, como a dos franciscanos e dos carmelitas. Os jesuítas se apresentavam com propósitos bem definidos: a evangelização, a educação e a proteção dos silvícolas contra a agressividade e a ambição dos colonizadores brancos.

Logo em 1549, começaram com a sua ação educadora, fundando, o Pe. Vicente Rodrigues, a primeira escola na povoação do Pereira, ensinando aos meninos índios, mestiços e brancos.

Por volta de 1551, o Pe. Nóbrega obteve do governador geral Tomé de Sousa uma área fora dos limites da cidade, que viria a ser conhecida como Terreiro de Jesus. Pretendia nela construir uma igreja, um convento e uma escola.

Assim nasceu o Colégio do Terreiro de Jesus, conhecido também como Colégio dos Jesuítas, Colégio Real da Bahia ou Colégio dos Meninos de Jesus, começando o ensino na Bahia, início de um longo caminho, que culminou com a Universidade Federal da Bahia.

As condições do ensino elementar e primário progressivamente se qualificaram. De modo que, por volta de 1586, o colégio do Terreiro de Jesus passou a ministrar cursos de nível elevado. Os inicianos procuraram ampliá-los e ordená-los, obedecendo a um planejamento, que permitisse alcançar níveis que justificassem a criação na Bahia de uma universidade.

Foi a primeira vez que essa palavra apareceu na história do ensino superior na Bahia.

Este plano passou a ser executado com o nome de *Ratio Studiorum*, posto em prática em 1599.

No dizer de Pedro Calmon (1995), refletindo o que acontecia na época, “[...] no apogeu do estudo sem o nome de universidade, era-o, entretanto, praticamente com quatro faculdades superiores — letras clássicas, história, geografia e matemática”. Reacende o desejo acarinhado pelo Pe. Nóbrega — fazer do Colégio do Terreiro de Jesus uma universidade, o que se manteve até 1756, quando se iniciou o período pombalínico. A Câmara Municipal da Bahia empenhou-se, juntamente com os jesuítas, no mesmo sentido.

Contudo, esta ambição, legítima e justa, foi fortemente negada pela metrópole atendendo a razões políticas e apoiadas pelo poder central e religioso de Roma. O certo é que Lisboa e Roma sempre se negaram, obstinadamente, a fazer *qualquer concessão que significasse redução de autonomia política, econômica e espiritual*. (SILVA, 1956)

O ensino praticado pelos jesuítas foi considerado, de qualidade, durante todo o século XVII e parte do século XVIII.

Contrasta esta situação com o que acontecia nas colônias espanholas da América, onde foram fundadas, no século XVI, três universidades: a de São Domingos em 1538, a de Lima em 1551 e a do México em 1551. É bem verdade que os habitantes primitivos dessas regiões, os incas, os maias e os astecas eram bem mais evoluídos que os índios brasileiros, incultos e semibárbaros. Também é certo que em Portugal, na época, existiam somente duas universidades, a de Coimbra/ Lisboa e a de Évora, enquanto na Espanha já se atuava em torno de uma dezena de universidades, destacando-se as de Salamanca e Alcalá.

É de assinalar que ao tempo em que se desenvolvia o núcleo de cultura que se havia constituído na Bahia pelos religiosos, outros foram criados, ainda no século XVI, formado pelos jovens brasileiros, provenientes da Bahia e de Pernambuco, onde florescia o ciclo da cana-de-açúcar. Haviam se deslocado para as universidades europeias em busca de conhecimentos avançados, nas universidades de Paris, de Coimbra, de Montepelier, e, mais raramente, nas universidades da Alemanha e da Inglaterra. Aprendiam, sobretudo, filosofia, matemática e direito. Ao regressar formavam novos núcleos. Contudo, sempre permaneceu a objeção de que esses estágios em universidades europeias eram privilégio das famílias ricas, ou seja, da

aristocracia rural e dos funcionários mais projetados do governo local. O povo não tinha acesso a essas *benesses*. Dizia-se que o ensino de qualidade somente se fazia para os afortunados.

Outros núcleos de cultura surgiram no decorrer deste período, resultado da vinda para o Brasil de estrangeiros dotados de formação humanística e especializada, como os holandeses, que aqui estiveram nas duas tentativas de se apossar de territórios nacionais, em Pernambuco e na Bahia. No século XVII, sediados no Brasil, os holandeses produziram publicações, resultado de pesquisas que aqui realizaram, principalmente sobre história natural e medicina (a patologia, a clínica e a terapêutica das enfermidades encontradas na Bahia e em Pernambuco), reunida em um livro, *Naturalis Brasiliae*, denso e qualificado, da autoria de Willen Piso e George Marcgraf.

Também fruto de observação clínica são dois livros da época: *O tratado único da bexiga e do sarampo*, de Simão Pinheiro Morão, tido como a primeira obra médica publicada no Brasil, e o *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*, resultado de observações feitas sobre febre amarela. Estas poderiam ser consideradas as primeiras obras de pesquisa clínica e epidemiológica sobre doenças infecciosas realizadas e publicadas no Brasil.

A evangelização e o ensino sacerdotal foram outras atividades dos inicianos e dos padres carmelitas e franciscanos. Lembra-se como um exemplo claro, a fundação, em Belém, pequeno povoado próximo da cidade de Cachoeira, ainda no século XVII (1686), de um seminário que teve relevância, não só pela formação de religiosos, como também pelos avanços de tecnologias importantes para a época. Foi o padre Alexandre de Gusmão o seu mentor.

Os jesuítas fundaram a primeira biblioteca no Colégio do Terreiro de Jesus, composta de milhares de livros de matérias úteis e variadas.

É certo que o meio cultural da colônia progrediu. Basta lembrar nomes de indiscutível significação literária que se plasmaram na Bahia daqueles tempos e no Colégio dos Jesuítas. Antonio Vieira construiu todo seu universo de *saberes* em letras, teologia e arte na Bahia. Nasceu em Portugal e veio para o Brasil aos 6 anos de idade, onde construiu a sua formação até os 34 anos, e viveu os últimos 13 anos de sua vida, dos 77 aos 90 anos, no Terreiro de Jesus. Nestes últimos, reviu a sua obra e os seus preciosos sermões.

Deve ser lembrado também, Gregório de Matos Guerra. Outro gênero de literatura. Nasceu na Bahia em 1633 e iniciou a sua formação, como

Vieira, no Colégio dos Jesuítas; completou-a em Coimbra. Outro gênero de cultura – poeta, repentista, satírico, façanhudo, brincalhão, criou um modelo próprio de literatura.

Não poderíamos deixar de citar textos de religiosos, que descreveram o perfil, não só da história, como também, de outros aspectos de cultura nos séculos que viveram no Brasil. Assim são *Cartas jesuíticas*, de Nóbrega e Anchieta; *O tratado da terra e da gente do Brasil*, de Fernão Cardim e de vários outros religiosos, Simão de Vasconcelos e Serafim Leite. Na mesma linha de pensamento são os relatos feitos por viajantes e historiadores dos séculos XVI e XVII, como servem de exemplo, Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descritivo do Brasil*; Magalhães Gandavo, *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*; Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*; Vilhena, *Cartas de Vilhena* e muitos outros.

**3ª fase — Período Pombalínico — 1756 a 1808.** Teve como figura principal e quase única, Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e marquês de Pombal, ministro todo-poderoso no reinado de D. José I. Uma personalidade controvertida, ninguém lhe negou a sua eficiência de administrador de visão. Assumiu as grandes responsabilidades dos negócios de Portugal, na época.

Diplomata em Londres e em Viena, teve acesso aos ambientes culturais que predominavam em muitos países da Europa. Essa é uma das razões do seu perfil de *déspota esclarecido*. Violento em algumas de suas atitudes, chegou ao extremo de concordar com execuções públicas. Como administrador, deu mostras de grande eficiência, quando do terremoto em Lisboa, em 1755. “É preciso enterrar os mortos e cuidar dos vivos”. Na reconstrução da cidade, deu uma nova feição a Lisboa, mudando o seu aspecto medieval.

No que diz respeito ao Brasil, entre os seus atos que mais nos atingiram, deve ser acentuada a mudança do ensino jesuítico, de grandes repercussões, concretizadas na expulsão dos padres da Companhia de Jesus, não só do Brasil como de todas as colônias portuguesas. A Metrópole foi incluída neste programa. Não só os expulsou, mas ainda sequestrou todos os bens da Companhia. Conseguiu banir os inicianos da Espanha e obteve do Papa Clemente XIV a extinção da Companhia de Jesus de toda a cristandade. Este foi um ato injusto e intempestivo, gerado em parte por motivos políticos, mas no fundo decorrente de seu temperamento, de sua vontade e de sua inata aversão aos jesuítas. Suas atitudes tiveram enorme repercussão sobre

a educação no Brasil, até então construída e estimulada pela ambição de atender ao sonho de uma universidade.

Justificava seu ato argumentando que o trabalho educacional exercido na Bahia não beneficiava a população menos aquinhoadada e sim as famílias da aristocracia rural e as classes dirigentes.

Foi um retrocesso que repercutiu não só sobre a cultura, como também atingiu a economia e a política. Criou-se um vazio. Comenta Fernando de Azevedo (1958): “Entre a expulsão dos Jesuítas e a vinda da corte portuguesa para ao Brasil, um parêntese de quase meio século, um longo hiato que se caracteriza pela desvalorização e pela decadência no ensino colonial”.

No entanto, há de se reconhecer que a reforma pombalina foi benéfica para Portugal. Uma de suas realizações mais importantes ocorreu na Universidade de Coimbra, onde criou, modificando o seu currículo, novas unidades — Filosofia, Química, História Natural e outras.

68

## SEGUNDO MOMENTO — O PERCURSO — 1808 a 1945

**1ª fase — D. João VI no Brasil — Independência — 1808 a 1822.** É marcada por dois fatos políticos importantes: a vinda de D. João VI e da Corte para o Brasil, em janeiro de 1808 e, em contrapartida, pelos acontecimentos políticos ocorridos em Portugal, de tal importância que forçaram a sua volta para Lisboa em abril de 1821, seguida pela Independência do Brasil, em 1822.

No início do século XIX, acontecimentos políticos, sociais e econômicos — a era napoleônica — envolveram os países da Europa, entre os quais Portugal e, por conseguinte, repercutindo no Brasil, tão distante.

A vinda da família real portuguesa significou o retorno em escala crescente do interesse pelos assuntos culturais, econômicos e sociais, principalmente pela elevação da Colônia à condição de Vice-Reinado.

O pensamento voltado para uma universidade na Bahia, adormecido na era pombalina, é retomado pelos jesuítas e pela Câmara Municipal da Bahia. Na mesma época, por ocasião da Independência, a Câmara Municipal de Santo Amaro se colocou na mesma posição: o apelo por uma universidade. Uma vez mais o pedido nem sequer foi respondido e, portanto, negado. Alegou-se a inexistência no Brasil de elementos docentes e de fundos monetários. Contudo há de se lembrar que o poder

monárquico não mais sofria pressão política e estava livre da vigilância de Roma.

A reivindicação de uma universidade na Bahia enfrentou uma nova oposição: a capital da Colônia, desde 1763, passou a ser o Rio de Janeiro, onde se assentou o poder maior das decisões. Esta constatação há de perdurar até o presente, como adiante se analisará: o avanço das regiões Sul e Sudeste do país, e o lento progresso de outras regiões, como o Norte e o Nordeste.

A permanência de D. João VI no Brasil teve uma importância significativa. O monarca percebeu que a Colônia, em breve, haveria de andar por caminhos próprios; e, ainda, que os anseios culturais que tiveram como berço o Terreiro de Jesus, continuavam vivos.

Incrementaram-se movimentos culturais. A vinda da missão francesa ao Brasil foi outra iniciativa do príncipe regente. Fazia parte dela Jean Batiste Debret, consagrado artista. A ele, devemos a documentação, através de desenhos e aquarelas, do Rio de Janeiro da época e o cotidiano de seus habitantes. Debret chegou ao Brasil em 1816 e teve uma participação decisiva na estruturação da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Condensou as suas atividades em uma publicação intitulada *Viagem pitoresca e histórica do Brasil*.

Várias providências culturais e administrativas foram tomadas: a Imprensa Régia, o Jardim Botânico, o Banco do Brasil, a abertura dos portos ao comércio internacional, a Biblioteca Nacional (grande parte do acervo era formado pelos livros trazidos de Portugal, quando da vinda da Corte), a Academia da Marinha, a Academia Militar, o Teatro D. João VI e outras.

No entanto, o acontecimento de maior relevância e de particular agrado e interesse para a Bahia foi à instituição do ensino de Medicina no Brasil.

Tudo começou onde os padres da Companhia de Jesus levantaram o primeiro núcleo de educação na nova terra. O Colégio dos Jesuítas, plantado no Terreiro de Jesus, foi o berço da Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira do Brasil. Um privilégio especial, um favor singular do destino. A nova instituição assumiu um compromisso com esta boa fortuna, com a qual se apegou de tal forma que não lhe seria possível dela se afastar em qualquer momento de sua vida, fossem quais fossem as circunstâncias. (TEIXEIRA, 2001)

E este vaticínio se cumpriu quando da instituição da Universidade da Bahia, que lá nasceu e engatinhou seus primeiros passos.

D. João VI, logo no início de sua estada no Brasil, embora sem ter a consciência e a visão plena do que fazia, trilhou o caminho que haveria de se alongar, sem nenhuma possibilidade de volta, de atender aos apelos, repetidos durante três séculos, em favor de criar um centro universitário na terra que o acolheu.

Primeiro, a Escola de Cirurgia da Bahia em 18 de fevereiro de 1808, a que se seguiu, em novembro do mesmo ano, a Escola Anatômica e Médica do Rio de Janeiro.

A Escola de Cirurgia da Bahia começou suas atividades sob a inspiração e ajuda, junto ao príncipe regente, de José Corrêa Picanço; apenas, dois professores: Manoel José Estrela e José Soares de Castro. Na verdade as condições do ensino eram precárias e se limitavam a um curso rudimentar de cirurgia. Os seus alunos eram praticantes e só exerciam a profissão onde não havia médicos.

70

Em dezembro de 1815 ocorreu a primeira reforma do ensino na Bahia, em decorrência de um ato do conde dos Arcos, em consequência do qual a Escola de Cirurgia da Bahia passou a ser denominada de Academia Médica da Cidade da Bahia. Coube ao conselheiro Manoel Luiz Álvares de Carvalho, cirurgião baiano, físico mor do Reino, planejar e aplicar a reforma nas duas entidades médicas: a da Bahia e a do Rio de Janeiro. O curso passou a ter 5 anos de duração e o corpo de professores, aumentado, no início, para 6 docentes. Passou o ensino prático a ser realizado no Hospital da Santa Casa, o qual não oferecia instalações condignas.

**2ª fase — O Império — 1821-1889.** Compreende o período entre o regresso da família real para Portugal em abril 1821 e a Independência do Brasil, em setembro de 1822, até 1889, quando da Proclamação da República.

O Império. Os dois Pedros. O primeiro e o segundo. De comportamento e temperamento próprios. Ambos enfrentaram os mesmos problemas estruturais, configurados na dificuldade em reunir pessoal docente qualificado em número suficiente para planejar e executar um plano educacional superior, e diante de uma massa considerável da população necessitando do ensino de conhecimentos primários.

*Primeiro Império — de 1822 a 1831.* D. Pedro I, que se viu a braços com problemas políticos importantes, aqui e em Portugal, que lhe exigiram cuidadosa atenção, acrescidos daqueles decorrentes de sua tumultuada vida privada, abdicou em favor do seu filho em abril de 1831.

Merecem ser mencionadas alguns fatos acontecidos no Primeiro Império.

Assim é que, logo em junho de 1823, em reunião da Assembleia Constituinte e por iniciativa do deputado José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de Cachoeira, foi proposta a criação da Universidade do Brasil.

Contudo, a Assembléia Constituinte foi dissolvida obedecendo à ordem expressa do imperador, na chamada *Noite da agonia*.

Em 1825, foi proposta a criação da primeira escola de Direito na cidade do Rio de Janeiro. Mais uma vez não se concretizou esse intuito, pois a proposta não saiu do papel.

Em 1826 a Assembléia Constituinte foi novamente instalada e de pronto voltou-se a discutir o tema da universidade brasileira. Deste trabalho adveio a criação de uma Faculdade de Direito no Brasil. Onde? Na Bahia? Em São Paulo? No Rio de Janeiro? Em Minas Gerais? No fim decidiu-se pela instalação de dois cursos jurídicos, um no Norte, em Olinda; e o outro no Sul, em São Paulo. Foram medidas de particular interesse, pois abriram espaço para que não se repetissem no ensino as normas que vinham da época pombalina, fundamentadas no princípio do Iluminismo e do Enciclopedismo.

*Segundo Império — D. Pedro II — 1831 a 1889.* Episódio de importância aconteceu logo no início do Segundo Império no ensino da Medicina.

Em 3 de outubro de 1832, a Academia Médica da Cidade da Bahia passou à categoria de Faculdade de Medicina, o ensino foi ampliado e qualificado. O curso se estendeu para 6 anos, tal como acontece até hoje. O currículo aumentou para 14 disciplinas e o número de professores para 16.

O seu primeiro diretor — homem bem-conceituado — foi José Lino Coutinho. Diplomado pela Faculdade de Coimbra. Médico clínico e professor respeitado. Administrador, político e legislador, ministro do Império, parlamentar dos mais atuantes. Conjuntamente com outro professor da Bahia, Paulo Araújo de Almeida, propôs na Câmara de Deputados *O plano de organização das escolas médicas do Império*, redigido pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Visão ampla na administração da Faculdade. Instalou a biblioteca, estimulou as propostas de avanço dos professores,



como a de Jonatas Abbott, que montou um gabinete exemplar de Anatomia. Em sua gestão, fez voltar o ensino prático de Clínica e de Cirurgia, que era ministrado no Hospital da Santa Casa, para o antigo Hospital Militar do Terreiro de Jesus, que foi transferido para Brotas. Suas enfermarias no Terreiro de Jesus foram convenientemente reformadas.

Em 1832 foi instituído o curso de Farmácia, anexo à Faculdade de Medicina, considerado pioneiro na formação de farmacêuticos no Brasil. Compreendia sete matérias, distribuídas ao longo de três anos. Esse curso começou a funcionar em 1834 e existiu durante muitos anos como: Escola de Farmácia Anexa à Faculdade de Medicina, até 1946, quando foi criada a Universidade da Bahia.

Em 1887, um outro curso anexo à Faculdade de Medicina, o de Odontologia, passou também a funcionar no prédio do Terreiro até a criação da Universidade da Bahia.

72

O que de mais importante aconteceu nesse período, na área médica, decorreu de um movimento de médicos, cuja maioria não fazia parte dos quadros da Faculdade de Medicina; era um grupo aparentemente heterogêneo em sua origem e formação médica. Deste movimento resultaram profundas modificações, das quais se destacam nitidamente a pesquisa, a metodologia na transmissão de conhecimentos, a ética e a imprensa médica. Perceberam que havia um desafio a enfrentar: a patologia, a percepção de entidades clínicas novas, resultantes de múltiplas origens, algumas já conhecidas em outras plagas, aqui trazidas pelo homem branco, outras, provenientes do grande contingente de escravos e, bem menos representativas, as que já existiam no Brasil.

E assim surgiram a Escola Tropicalista da Bahia e a *Gazeta Médica da Bahia*. Foi o primeiro núcleo de pesquisa médica do Brasil, bem antes do movimento que, no Rio de Janeiro redundou na Escola de Manguinhos, criada por Oswaldo Cruz.

A cabeceira do doente era o anfiteatro preferido para ensinar. Poucas palavras, nenhuma retórica, mas o ensino pelo exemplo.

Vale mencionar os seus fundadores: José Francisco da Silva Lima, John Ligertwood Paterson, Otto Edward Henry Wucherer, Antônio José Alves, Ludgero Rodrigues Pena, Antônio Pacífico Pereira.

A Escola Tropicalista e a *Gazeta Médica da Bahia*, originadas em 1866, tiveram períodos de maior e de menor evidência. Da *Gazeta* eram editados dois números por mês e isto aconteceu até 1934, quando foi interrompida

e novamente publicada no ano 1966. Voltou a sair quando do bicentenário da Faculdade. Ela é o órgão noticioso oficial da Faculdade de Medicina da UFBA.

Por volta de 1876, apareceram cursos de Pintura, de Escultura e de Gravura, a que se acresceu mais tarde o curso de Arquitetura, o qual originou a Faculdade de Arquitetura que conhecemos.

D. Pedro II possuía uma natural e forte inclinação pela busca de conhecimentos, sobretudo nas artes, tecnologias e literatura. Visitou centros culturais importantes em viagens sucessivas. Manteve contato com intelectuais em evidência e de inegável renome. A sua correspondência com Louis de Pasteur serve como um indicador disto. Chegou ao trono com uma formação de conhecimentos básicos e amplos. Possuía fundamentos de línguas (inglês e francês). Mantinha interesse em como se processava o ensino nos centros acadêmicos. Quando visitou a Bahia, em 1856, esteve na Faculdade de Medicina, ouviu aulas dos professores, anotou as suas impressões, nem sempre lisonjeiras.

Causa espécie, de um certo modo, que não se voltasse para o tema de universidade. Ocorreram várias tentativas de projetos de criação de centro universitário; repetiram-se quarenta e dois projetos. (BOAVENTURA, 2009)

No final do seu Império, houve o projeto da *Imperial Universidade Pedro II*, centralizada no Rio de Janeiro, que incluía as principais unidades de ensino superior que existiam no país à época. Em memorável parecer, Pacífico Pereira, contrariando a ideia, argumentou, clara e decididamente contra a centralização do ensino superior no país; e o projeto não teve sequência.

Às vésperas da Proclamação da República, em sua última *fala do trono*, o imperador voltou ao tema e considerou a possibilidade de criar duas universidades — uma no Norte e outra no Sul; e também considerou criar várias faculdades nas diversas províncias. O tempo lhe fugiu e a República o marginalizou.

Quando se concluiu o Império, o ensino superior na Bahia compunha-se apenas da Faculdade de Medicina, das escolas anexas de Farmácia e Odontologia e da Academia de Belas Artes.

**3ª fase — O Brasil República — 1889 a 1946.** A mudança do regime monárquico para o regime republicano modificou o perfil do Estado brasileiro, que passou a ser federativo. As normas de ensino deixaram de

obedecer unicamente ao poder central, mas passaram a ser da cogitação dos Estados da federação e de iniciativas particulares.

Na concepção republicana, mesmo nos últimos anos da Monarquia, floresceram os princípios ideológicos da filosofia positivista — *todo o conhecimento do mundo material decorre da observação e do registro de dados reais positivos*. Estas ideias deram ampla liberdade à instrução: *o ensino deveria ser livre, de frequência livre, cursos livres e faculdades livres*. (BOAVENTURA, 2009)

No entanto, a Constituição de 1891 deu margem a que, ao lado dos positivistas e muitas vezes conflitando com eles, se posicionaram os liberais, que tiveram em Rui Barbosa o seu principal mentor. A República Velha corresponde ao período de 1889 a 1930. Nele aconteceram, de interesse do ensino, quatro reformas de reconhecida importância:

— a Reforma Benjamin Constant, logo no início, abriu o caminho para a instituição de várias escolas de Direito (oito faculdades nos vinte primeiros anos) a que se associaram outras escolas e faculdades particulares, que poderiam ter os seus cursos oficializados;

— a Reforma Rivadávia Corrêa, de 1811, em que se normalizaram os exames de admissão aos cursos superiores, criou-se a livre docência e ainda estabeleceram-se novas orientações para o ensino fundamental;

— a Reforma Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, de março de 1815, que, entre outras providências criou a figura do professor catedrático e cogitou abrir caminhos para que se unissem em universidade a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, ambas do Rio de Janeiro, e uma das faculdades de Direito existentes no país e em pleno funcionamento;

— a Reforma Rocha Vaz, que instituiu o Departamento Nacional de Ensino.

A Faculdade Livre de Direito da Bahia, instalada em 15/04/1891, foi o primeiro evento de importância do ensino em nível superior no Estado da Bahia, depois da Proclamação da República.

Não é difícil entender o significado deste acontecimento. Primeiro porque poupava aos jovens baianos, que se propunham a estudar Direito, de se deslocar para São Paulo ou Recife. De outro lado ficou clara a percepção de que a emancipação política não significava a independência intelectual; era o que acontecia naquela época, quando continuávamos a depender da cultura portuguesa, da sua legislação e do seu ensino jurídico. Montepelier, Coimbra e outras universidades

europeias ainda acolhiam brasileiros, apesar dos cursos de Recife e de São Paulo.

A Faculdade Livre de Direito da Bahia resultou da visão, do talento, da capacidade didática e do ideal de José Machado de Oliveira. Cursava a Faculdade de Direito de Recife, e mantinha um curso particular para os seus colegas de menor graduação. Ao retornar para Salvador, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, implantou um curso prático de Ciências Jurídicas a exemplo do que havia feito em Recife, embora aprimorado por novas diretrizes.

A Reforma Benjamin Constant permitiu a criação de escolas livres no ensino superior, com os mesmos privilégios das faculdades oficiais. Foi o suficiente para que o jovem bacharel fizesse nascer, a partir do curso particular que mantinha em Salvador, a Faculdade Livre de Direito da Bahia. O seu entusiasmo, o seu talento e a sua competência atraíram e convenceram do valor e da significação da sua ideia as classes mais representativas do Estado — juristas, imprensa, autoridades, comerciantes, elites culturais e sociais, de onde obteve o necessário fundo para concretizar sua proposta.

Em 15 de abril de 1891, foi instalada solenemente a Faculdade de Direito da Bahia, reconhecida seis meses após, em outubro, pela Presidência da República.

A nova instituição, no curso de sua vida, abriu amplos e seguros horizontes para a Bahia, que assim passou a ocupar um especial destaque na vida intelectual, jurídica e social e no campo das ideias filosóficas no país. Com ela surgiu um outro polo de igual valor ao de São Paulo e ao de Pernambuco.

As origens da Escola Politécnica da Bahia remontam ao ano de 1858, quando a Escola Central, no Rio de Janeiro, evoluiu para a Escola Militar, que se destinava à formação de engenheiros, topógrafos, engenheiros de pontes e outras atividades inerentes às artes militares. As funções de engenheiro, na esfera civil, eram cumpridas por estrangeiros contratados ou, mais raramente, por brasileiros, que haviam cursado universidades alienígenas.

Desta época são os nomes de dois ilustres engenheiros brasileiros e baianos — Teodoro Sampaio e André Pinto Rebouças.

Teodoro Sampaio, baiano de Santo Amaro, formou-se engenheiro civil pela Escola Central, mais tarde Escola Politécnica, em 1870. A sua história é a de uma *vida que pode servir de exemplo à mocidade*. (SAMPAIO, 1942) Cultura humanística apreciável, com trabalhos de real valor, exercidos

em alguns Estados, sobretudo Bahia e São Paulo; participou da comissão hidráulica em que apresentou detalhadas informações sobre a Bacia do São Francisco, carta geográfica da província de São Paulo, trabalho sobre o porto de Santos e os seus melhoramentos, entre outros. Vale lembrar que Teodoro Sampaio foi o responsável pela reforma da Faculdade de Medicina, após o fatídico incêndio em 1905. Uma autobiobibliografia, obtida por Bernardino de Souza, traçou os caminhos e as realizações dessa ilustre figura. (SAMPAIO, 1942)

André Pinto Rebouças, nascido em 1838, na cidade de Cachoeira, é um nome de grande expressão; de técnica, de ensino e de caráter. Formado na Escola Militar, *vencendo o convencionalismo, na Escola Central do Rio de Janeiro, conquistou o lugar de lente catedrático da Escola Politécnica daquela cidade.* (ENGENHEIRO..., 1942) Amigo pessoal de Pedro II, demonstrou uma lealdade incomum, abandonando todos os seus haveres e, com o imperador seu amigo, partiu com ele deportando-se espontânea e conscientemente. Nunca mais voltou ao Brasil.

76

Em 14 de março de 1897, foi instituída a Escola Politécnica da Bahia. Arlindo Coelho Fragoso, engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi o seu idealizador e fundador. Anteriormente, havia concebido o Instituto Politécnico da Bahia, o qual tinha como razão precípua criar a Escola Politécnica. A Escola Politécnica de Paris foi o modelo escolhido e dela herdou o mesmo lema — *Pela ciência, pela instrução e pela pátria.* O Decreto 2.803, de 5 de maio de 1898, concedeu à Escola Politécnica da Bahia o título de escola livre. No início, a nova escola foi amparada pelo Governador Luiz Viana e por contribuições particulares. Depois, atravessou fases de extrema dificuldade pecuniária, pois até o apoio do Estado lhe faltou; os professores deixaram de receber os seus salários. Voltou a ter apoio do poder público e adquiriu o Palacete Salvador, na Piedade, onde funcionou até 1960, quando foi transferida para a Federação e, no local, foi construído o Edifício Fundação Politécnica, de sua propriedade.

Em fevereiro de 1932, o Instituto Politécnico da Bahia ampliou os seus horizontes, alterou os seus estatutos e instituiu a Fundação Escola Politécnica da Bahia.

Em 1934, a Escola Politécnica torna-se um Instituto Federal de Ensino, com o apoio decisivo de Leopoldo Amaral e Juracy Magalhães, interventor federal da Bahia.

Um outro fato na vida da Escola aconteceu em novembro de 1939, quando passou para o Estado da Bahia, mantendo a mesma finalidade, mas subordinada à Secretária de Educação do Estado e assim se manteve até 1944. *No período em que esteve sob a tutela do Estado, de 1940 a 1944, manteve os cursos de engenharia civil (5 anos), de engenharia elétrica (5 anos) e de engenharia industrial química (5 anos).* (COSTA, 2001)

Dois anos após, em 1946, passa a fazer parte da Universidade da Bahia e, quando esta se federaliza, a Politécnica volta a assumir esse status.

No período decorrido entre o meado do século XIX, portanto em plena Monarquia, e as primeiras décadas do século XX, correspondente à República Velha, distinguem-se, na Bahia, três núcleos de cultura médica de significado especial. Reuniram-se sob competentes chefias, grupos de pesquisadores, que objetivavam analisar problemas de patologia regional na Bahia e, por extensão, no Brasil. Tais foram:

— a Escola Tropicalista da Bahia, já referida anteriormente neste texto;

— a Escola de Nina Rodrigues, de onde se originou, verdadeiramente, a medicina legal no país;

— a Escola de Clínica Médica, que teve em Clementino Fraga a sua mais expressiva figura.

Nina Rodrigues reuniu, em torno de si, médicos e pesquisadores que abriram caminhos na linha de trabalho proposta pelo seu mestre, de cultura e de inteligência privilegiadas cujos nomes merecem ser citados: Afrânio Peixoto, Oscar Freire, Estácio de Lima, Juliano Moreira e, mais recentemente, Maria Teresa Medeiros Pacheco, entre outros.

Um de seus discípulos, Oscar Freire, criou em São Paulo o núcleo de medicina legal. Vale citar o nome de Virgílio Clímaco Damásio pelo seu apoio a Nina Rodrigues. Legista, psiquiatra e antropólogo, Nina Rodrigues viveu pouco, 44 anos, e produziu muito; nasceu em 1862, no Maranhão, e morreu em 1906, em Paris.

Os seus estudos sobre medicina legal e, não menos valiosos, os voltados para os problemas antropológicos e sociais, permanecem importantes. Particular interesse são as suas publicações: *O problema da raça negra na América Portuguesa, As coletividades anormais, O alienado no direito civil brasileiro, Os mestiços brasileiros, Psicopatologia da mutilação cadavérica, Os mestiços, as raças humanas e as responsabilidades penais no Brasil, Negres criminalis au Brésil, Aninisme fetichiste de negres au Brésil e outros.*

A vida de Clementino Fraga reuniu um universo de qualidades, que se congregam, desde a medicina, sob os seus vários aspectos: clínicos, epidemiológicos, preventivos e, acima de tudo, de uma visão elevada dos aspectos filosóficos, que em última análise, dá uma verdadeira e maior razão nesta área de atividade. Começou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde foi professor catedrático. Praticou a medicina como ele a compreendia. Conseguiu imprimir a sua marca. O ensino junto ao leito, o doente como a referência maior. Reuniu discípulos de excelência como: César de Araujo, Armando Sampaio Tavares e Magalhães Neto. Seu trabalho junto ao doente sempre se caracterizou pelo saber, pela prática e, sobretudo, pela sua compreensão superior da vida e do sofrimento. Pertenceu à Academia de Letras e, como médico e escritor, produziu uma vasta obra.

No início do ano de 1905, o prédio da Faculdade no Terreiro de Jesus foi completamente atingido por um grande incêndio. Sucedeu-se um período de reconstrução e modernização, conduzido pelo esmero de Alfredo Brito.

78

Em novembro de 1923, a Bahia recebeu a visita de um autêntico e especial pesquisador, o japonês Hydeo Noguchi. Pretendeu analisar na Bahia o problema da febre amarela, ele que era um estudioso de muito mérito neste assunto da medicina tropical. Trabalhava nos Estados Unidos, no Instituto Rockefeller. Permaneceu em Salvador apenas três meses, mas foi o suficiente para estimular os médicos baianos para a pesquisa. Manteve com eles, depois da sua volta, correspondência contínua, mesmo sabendo das dificuldades em pesquisar dos médicos da terra.

Manuel Augusto Pirajá da Silva aparece como uma figura de altos e reconhecidos méritos, pelas pesquisas que realizou, reconhecidas como fundamentais na literatura médica nacional e internacional, principalmente no campo das doenças infecto-contagiosas, tais como: esquistossomose, blastomicose sulamericana, doença meningocócica e outras.

Cumprir mencionar que, ainda na primeira fase do regime republicano, outras medidas no ensino superior, que já advinham do período monárquico, foram solidificadas. Aconteceu assim com a Academia de Belas Artes, oriunda da iniciativa de artistas profissionais ou simplesmente do interesse de intelectuais, artistas, amadores ou não. Em 1877, o artista espanhol Miguel Navarro y Cañizares e outros artistas, apoiados por Virgílio Damásio, professor de Medicina, iniciaram o ensino da escultura, pintura e gravura, que se concretizou na Academia de Belas Artes.

Iniciado o período republicano e seguindo os preceitos da Reforma Benjamin Constant, a Academia de Belas Artes evoluiu e dela surgiu o curso de Arquitetura, que haveria de originar uma importante unidade de ensino superior, a Faculdade de Arquitetura.

É da mesma época, em 1877, a criação do Instituto Baiano de Agricultura, que evoluiu para Escola Agrícola da Bahia e, finalmente, incorporada em 1967, à Universidade Federal da Bahia com o nome de Escola de Agronomia de Cruz das Almas.

Outras faculdades de ensino superior surgiram na Primeira República. É o caso da Faculdade de Ciências Econômicas, cuja origem se prende a um modesto curso comercial, existente no Colégio da Bahia, desde o final do século XIX.

Em fevereiro de 1905, a Associação Escola Comercial da Bahia criou a Escola Comercial da Bahia e assumiu a sua manutenção e administração. Contudo, a nova unidade tomou para si a responsabilidade pelo plano didático.

Originalmente, a Escola Comercial da Bahia ministrava dois cursos: o primeiro deles voltado para a formação de guardalivros e perito judicial; e o outro formava pessoal para exercer funções em plano mais superior, tais como funcionários mais especializados, responsáveis pela contabilidade de bancos e de grandes empresas.

A Escola Comercial da Bahia, nos anos subsequentes, evoluiu e recebeu novas denominações, a exemplo de Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia e, finalmente, passou a ser denominada Faculdade de Ciências Econômicas.

No entanto, persistia sempre uma ansiosa interrogação: por que, decorridos mais de três séculos, apesar de repetidamente desejada, desde os tempos da Colônia e do Império, não se conseguiu implantar uma universidade no país?

Algumas razões podem ser cogitadas: a persistente negativa da metrópole portuguesa, quando do período colonial; as dificuldades geradas pela inexistência de pessoas qualificadas e interessadas para a função docente; a inadequação de estruturas e de meios financeiros; o perfil da população, em grande parte empobrecida e sem condições de alcançar as bases de educação necessária.

Após a Proclamação da República, emergiram circunstâncias que modificaram, em parte, este quadro. As reformas do ensino realizadas na



ocasião, em particular a de Benjamin Constant, abriram perspectivas no sentido de surgirem escolas de ensino superior oficiais — mas, também, outras, independentes do Estado, e, mesmo, estabelecimentos de ensino provenientes da iniciativa privada.

Algumas destas universidades tiveram vida passageira, como exemplificam a Universidade de Manaus (1909), em pleno fastígio do ciclo da borracha; a Universidade de São Paulo, a primeira, a de 1911; e a do Paraná, de 1922.

Em contrapartida, três outras universidades, aparecidas no início da República Velha, foram fixadas com raízes mais profundas e persistiram. Assim foi a Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920, que resultou da aglutinação das faculdades de Medicina, Direito, Odontologia e Farmácia, localizadas na capital da República.

80

Seguindo o mesmo caminho de reunir faculdades — Engenharia, Direito, Medicina e Farmácia — originou-se a Universidade de Minas Gerais, em 1927, a segunda universidade instituída no país, que até hoje se mantém.

As duas primeiras universidades citadas, como foi esclarecido, surgiram da reunião de escolas ou faculdades. Isto não se repetiu com a Universidade de Porto Alegre, fundada em 1934, que resultou de uma única escola de Engenharia.

A segunda universidade instituída em São Paulo, aconteceu em 1934; resultou do empenho do governador de então, Armando Sales de Oliveira.

Em 1939, foi instalada a Universidade do Distrito Federal, organizada pelo educador baiano Anísio Teixeira. Durou pouco tempo e passou a fazer parte da Universidade do Brasil.

A era Vargas cobriu o período de 1930. Naquele ano, que marca o fim da República Velha, através de um movimento revolucionário, Getúlio Vargas ascendeu à Presidência da República. Chegou ao seu término em 1945, quando foi destituído. Eleito em 1950. Em 1954, ocorreu o trágico episódio de seu suicídio.

Este período foi dos mais ricos de acontecimentos históricos, nos quais se incluem aqueles referentes ao setor da educação.

O Ministério da Educação, criado logo no início do governo revolucionário, evidenciou a sua preocupação na organização do ensino fundamental e superior do país, pelo que, em abril de 1931, foi sancionado

o Decreto-Lei nº 19.851. O seu objetivo era uniformizar e estruturar as universidades já existentes e as que poderiam ser implementadas. Era também objeto da sua preocupação estender tais medidas às instituições de ensino superior isoladas.

Algumas regras foram estabelecidas. Assim, a pretensão de criar novas universidades estava subordinada a certas normas: reunir, pelo menos, três escolas de nível superior — Medicina, Direito e Engenharia e/ou uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

A Universidade do Distrito Federal, em 1935, já referida anteriormente, se ajustava a essas normas; contudo foi absorvida pela Universidade do Brasil, anteriormente, a Universidade do Rio de Janeiro. A Universidade de São Paulo, a segunda, seguiu o mesmo esquema.

Em 1937, surgiu uma nova orientação — a Lei 452, objetivando, principalmente a Universidade do Brasil, não desfez a anterior, porém acentuou o interesse pela formação dos quadros de pessoal do magistério; estimulou o desenvolvimento cultural nos seus vários aspectos: filosófico, científico, literário e artístico; e ainda recomendou que os currículos se mantivessem atentos à formação de técnicos de nível superior, importantes para a evolução do país.

81

### **3º MOMENTO — A CHEGADA — 1946: OS PRIMÓRDIOS DA UNIVERSIDADE DA BAHIA**

A Universidade da Bahia é uma página antiga, que vem sendo escrita desde os tempos distantes do Brasil Colônia. O Colégio do Terreiro de Jesus e o Pe. Nóbrega escreveram as primeiras linhas. Ao lado deles colaboraram, repetidas vezes, a Câmara Municipal de Salvador e, quando da Independência, a Câmara Municipal de Santo Amaro. Depois, durante a Monarquia, apenas o imperador Pedro II, na última e melancólica *fala do trono*, timidamente tentou acrescentar algumas linhas.

Durante a República Velha, nada foi acrescentado. Porém, em 1935, um novo alento. O deputado federal pela Bahia, Pedro Calmon, apresentou à Câmara Federal o Projeto de Lei 218/1935, propondo a instituição de uma universidade na Bahia, tomando por base a Faculdade de Medicina e ampliando o regime universitário aos institutos secundários competentes e de especialização técnico-profissional. Encaminhou-o para o relator da

comissão indicada, e lá permaneceu dormindo *sem que nunca uma palavra fosse dita*.

No entanto, Pedro Calmon retornou ao seu propósito, agora contando com um outro companheiro de visão e de ideal, o ministro Ernesto Souza Campos. Em seu discurso de posse, Souza Campos, declarou a sua intenção de patrocinar a criação de duas universidades, uma em Recife e outra em Salvador.

Pedro Calmon, seu amigo, convidado para conduzir o projeto, aceitou a incumbência e desenvolveu suas atividades nos dois Estados. De imediato, indicou os nomes de Edgard Rêgo dos Santos e de Joaquim Amazonas para serem os reitores, respectivamente na Bahia e em Pernambuco. Um passo concreto para a *substituição da índole solitária das faculdades brasileiras pelo generoso espírito universitário*.

De todo esse esforço resultaram apenas reminiscências: mais de trinta anos se passaram até que novas páginas fossem acrescentadas à história da Universidade da Bahia.

82

Contudo, foi decisiva a reunião desse grupo de três elementos de elevado valor, que se tornaram de fundamental importância para que se alcançasse a grande meta buscada: a Universidade da Bahia. Foram eles Edgard Rêgo dos Santos, Pedro Calmon e Ernesto Souza Campos.

Quem acompanha a evolução das escolas de ensino superior na Bahia, percebe que aquele momento foi importante para o surgimento da universidade desejada.

A Faculdade de Medicina avançou. O seu diretor de então, Augusto Viana, adquiriu um espaço, bem localizado, no Bom Gosto do Canela, e planejou nele construir um conjunto de pavilhões, que abrigasse os serviços da Faculdade, suas enfermarias e laboratórios, até então funcionando no Hospital Santa Izabel, da Santa Casa de Misericórdia. Inicialmente construiu-se um ambulatório de características modernas para a época, que, entre outras realizações, passou a abrigar o Instituto Baiano de Pesquisa de Tuberculose, o IBIT, iniciativa de José Silveira, que representou um apreciável avanço, não só no atendimento de pacientes como na pesquisa de boa qualidade.

A esse tempo, em 1936, ascendeu à direção da Faculdade de Medicina Edgard Rêgo dos Santos. Administrador nato, de horizontes que ultrapassavam os padrões da época, bom planejador, bom senso, ideias progressistas e elevadas. Boa capacidade de relacionamento, sobretudo no plano federal, com os que tinham a posse dos meios políticos e financeiros.

Trazia consigo duas razões que pressagiavam o sucesso do seu caminho — a experiência de ter sido diretor do Hospital do Pronto Socorro, que planejou, e que, quando assumiu a direção da Faculdade, este hospital, denominado posteriormente de Hospital Getúlio Vargas, já estava em fase de conclusão. Esta unidade hospitalar, embora sem pertencer à Faculdade, na prática, passou a integrá-la, não oficialmente, porém tornando-se, para a Faculdade de Medicina uma área de ensino indispensável à formação dos discentes em medicina de emergência. A outra razão adveio do seu conhecimento com Ernesto de Souza Campos, que o apoiou em várias das suas iniciativas.

A Faculdade de Direito é um componente importante neste primórdio da Universidade. Nela se reuniu uma geração de professores de incontestável inteligência, brilhantismo e cultura que, em grande parte, traçou os rumos do pensamento e da filosofia da universidade que se estava criando; plasmou muitas gerações de advogados, juristas, políticos, pensadores e literatos.

Orlando Gomes, Nestor Duarte, Aluizio de Carvalho Filho, Jayme Junqueira Ayres e Nelson Sampaio são bons exemplos.

83

A Escola Politécnica nesses primórdios, vencendo inúmeras vicissitudes, alcançou um justo respeito. Contou sempre com a capacidade e a fé de muitos, desde tempos idos. Arlindo Fragoso, Leopoldo Bastos do Amaral e Arquimedes Guimarães devem ser lembrados. A bibliografia no particular é extensa e pródiga.

É oportuno referir a Faculdade de Filosofia pela abrangência de suas obrigações didáticas. Os seus deveres se enquadram em *preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de atividades científicas de ordem técnica ou puramente cultural; formar candidatos ao magistério secundário e normal e realizar pesquisas nos domínios de seus diversos cursos.* (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1967)

Inicialmente, apareceu, em 1941, a Liga de Educação Cívica, que evoluiu para a Faculdade de Filosofia. Em dezembro de 1942 a Faculdade de Filosofia foi aprovada pelo Ministério da Educação. Vale destacar o empenho de Isaiás Alves em conduzir todo o processo.

## A INSTALAÇÃO

Compreende o período iniciado com a instalação da Universidade da Bahia, em 1946, e se alonga à inauguração do Palácio da Reitoria,

em dezembro de 1952, que simboliza a confiança no destino da jovem universidade.

O ano de 1945 representa, no mundo, o limite entre duas épocas, antes e depois da Segunda Guerra Mundial, cada uma delas com perfil bem claro e próprio.

O final da guerra (1945) trouxe acontecimentos históricos de profunda dimensão, com decisivas influências sobre a ordem e o significado de valores no mundo, que deram nova feição aos princípios, que até então, apontavam o seu rumo: político, econômico, social, filosófico, cultural e, conseqüentemente, educacional.

A busca em qualificar o ensino superior no Brasil, sobretudo através da implantação do sistema universitário, foi sempre uma meta perseguida, desde os tempos coloniais, mas, que, somente com a República veio a se concretizar.

84 É certo que, de permeio, surgiram unidades isoladas, algumas de representação e de reconhecido valor.

Somente no século XX foram criadas as primeiras universidades, quase todas instaladas no Sudeste do país, algumas de vida passageira.

Com a queda da ditadura do Estado Novo de Vargas, em 1945, redemocratiza-se o país.

O modelo de ensino superior deslocou o seu eixo, há muito fixado nos centros de cultura europeia, para os Estados Unidos e as suas universidades.

Novas e atraentes razões: a objetividade, o espírito prático, o atendimento das crescentes necessidades de conhecimentos técnicos, sobre os quais se assentavam o progresso, a indústria, e, em consequência, a qualidade de vida das sociedades.

Abriram-se então novos caminhos. Aumentou o percentual de interessados em pesquisa e pós-graduação; jovens que concluíam o curso nas nossas faculdades, dirigiam-se para as universidades americanas ou de outros centros equivalentes, no estrangeiro ou para os centros nacionais mais avançados.

No ano seguinte, 1946, foi instituída a Universidade da Bahia, seguindo o mesmo processo utilizado pelas universidades fundadas na década de 1930.

A Universidade da Bahia resultou da aglutinação da Faculdade de Medicina, das Escolas Anexas de Farmácia e Odontologia, da Faculdade de

Direito, da Escola Politécnica, da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Filosofia.

O Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946, que a instituiu, conferiu-lhe a condição *de pessoa jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, nos termos da legislação federal sobre o ensino superior e de seu estatuto*.

A administração da Universidade passou a ser exercida pelos seguintes órgãos, com funções plenamente definidas e previstas no texto legal: a Assembléia Universitária, o Conselho de Curadores, o Conselho Universitário e a Reitoria, prevendo-se também a elaboração do Estatuto da Universidade da Bahia, em tempo próximo (60 dias).

A Universidade da Bahia, para ser instalada, obedeceu a normas estabelecidas pela Comissão de Planejamento e Organização, presidida pelo Prof. Pedro Calmon, então vice-reitor da Universidade do Brasil, reunida na Faculdade de Medicina.

O Prof. Edgard Rêgo dos Santos foi eleito, por unanimidade, o primeiro reitor da Universidade da Bahia.

No dia 2 julho de 1946, em Salvador, instalou-se a Universidade da Bahia em cerimônia presidida pelo ministro da Educação Ernesto de Souza Campos, realizada no Salão Nobre da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus.

Até outubro de 1951, a Reitoria funcionou no prédio na Faculdade de Medicina, só o deixando por força de um incêndio em suas instalações, o segundo em sua história. Provisoriamente abrigou-se na Escola de Enfermagem, onde permaneceu até a inauguração do Palácio da Reitoria, no Canela, em dezembro de 1952.

Vale a pena um registro justo e oportuno. O Terreiro de Jesus foi o sítio onde, em 1551, se instalou o Colégio dos Jesuítas. Nele nasceu o primeiro sonho de uma universidade na Bahia. Aí funcionou a primeira escola de ensino superior do Brasil, assim como foi instalada a Universidade da Bahia, cujo planejamento se fez nas suas dependências.

O diretor da Faculdade de Medicina, Edgard Santos, o primeiro reitor da UBA, assim como outros cinco reitores durante a sua vida, foram médicos. E a Faculdade de Medicina foi sede da Reitoria de 1946 a 1951.

Os primeiros tempos da Universidade se caracterizaram por um intenso e difícil trabalho de ajuste das unidades, reunidas inicialmente, dispersas em

vários locais da cidade. Era necessário reuni-las em um *campus*, uniformizar as suas estruturas, organizá-las e cuidar de integrá-las entre si.

Aos poucos, delineava-se o caminho. Era imprescindível encontrar uma área onde se reunissem os edifícios, que abrigassem e permitissem as atividades de docentes, discentes e pesquisadores.

No terreno onde a Faculdade de Medicina construiu outrora o Ambulatório Augusto Viana, planejou-se criar outras unidades, voltadas todas para a área médica. A esta altura, já havia sido planejada, projetada e iniciada a construção do Hospital das Clínicas (1937) e a da Escola de Enfermagem (1940), as quais, no decorrer dos anos 1940, se tornaram valiosos avanços, nos respectivos programas de atuação, graças ao empenho e à clarividência do reitor Edgard Santos e do ministro da Educação, Ernesto Souza Campos.

Percebeu-se que o espaço do Canela poderia ser alongado, de tal forma que outras edificações fossem nele plantadas. E, ainda, a vizinhança com o Hospital Getúlio Vargas, resultante em grande parte do ideal e da competência do reitor Edgard Santos, se constituía em uma área de ensino.

Anos depois, foram edificadas, nos terrenos vizinhos do Hospital das Clínicas, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Educação e o Instituto de Ciências da Saúde, e em uma época mais adiante, no bairro do Canela, instituíram a Escola de Teatro, a Escola de Música e a Escola de Dança.

A Escola de Enfermagem muito significou para a medicina da Bahia. Não havia, na época, enfermeiras bem-preparadas nos hospitais de Salvador, assim como nos das cidades do interior do Estado. As atividades de Enfermagem até então eram exercidas por pessoas muitas vezes bondosas e devotadas, mas sem o devido preparo. Sem a Escola de Enfermagem, de onde provinham as enfermeiras formadas e bem-orientadas, ética e tecnicamente, o Hospital das Clínicas não teria alcançado o nível que o caracterizou nos seus primeiros anos de funcionamento. A Escola de Enfermagem foi instalada em 1957.

O Hospital das Clínicas da Universidade, hoje Hospital Professor Edgard Santos, certamente mudou o padrão e a feição da medicina da Bahia. Equipamentos da melhor qualidade, laboratórios, serviços de radiologia e outros equiparavam-se aos dos melhores hospitais do país. O ensino era conduzido por professores conscientes da sua missão de liderança.

Cumprir registrar um acontecimento de aplaudida significação, neste momento histórico da Faculdade de Medicina e do seu Hospital das Clínicas:

retomou-se o gosto e o empenho em pesquisar, que, na segunda metade do século XIX (Escola Tropicalista da Bahia e a Escola de Medicina Legal de Nina Rodrigues), e nos primeiros anos do século XX (Pirajá da Silva e o Núcleo de Clínica Médica de Clementino Fraga), haviam sido praticados.

A nova geração de professores catedráticos, e os núcleos que se haviam criado em torno deles, empenhavam-se, além das tarefas de ensino, em incluir uma outra atividade: a de pesquisa. É justo lembrar que uma cadeira de ensino básico, no Terreiro de Jesus, a Fisiologia, praticou programas de pesquisa, que se iniciaram na própria Faculdade de Medicina.

Lembro, ainda, que a jovem geração de professores mencionada proporcionou à geração dos que iniciavam, oportunidades de frequentar universidades e centros médicos no estrangeiro, particularmente americanos, assim como, na Bahia, (Fundação Gonçalo Moniz) e, em outros Estados (Fundação Oswaldo Cruz e Universidade de São Paulo).

A pós-graduação viria depois, mas não poderia deixar de ser lembrada; faz parte de um período renovador, o melhor da vida da Faculdade de Medicina, e também de outras unidades da Universidade Federal da Bahia.

Significativos progressos aconteceram em outras unidades da universidade recém-criada. Assim, pois, a Escola de Belas Artes, em novembro de 1947, foi incluída na Universidade da Bahia e, quase de imediato, lhe foi doado pelo governo do Estado o prédio onde vinha funcionando, desde os seus primórdios, no final do século anterior. Foi reconhecida como de utilidade pública. O curso de Arquitetura, que compunha o seu currículo, progressivamente avançou e assumiu tal importância, que passou a ser considerada Escola Anexa à Faculdade de Belas Artes. Mais tarde, alcançou a autonomia, constituindo-se como a Faculdade de Arquitetura.

A Faculdade de Filosofia e Letras da Bahia, fundada em 1941, teve como o seu mentor e primeiro diretor o Prof. Isaiás Alves. Contou, no início, com o apoio do governo do Estado, o qual proporcionou as condições para que a unidade se instalasse nas dependências da antiga Escola Normal da Bahia, no bairro de Nazaré. Reuniu os mais destacados professores de nível superior da época, ligados à sua proposta de trabalho.

O Ministério da Educação fiscalizou as condições da nova faculdade e, com o parecer do Conselho Nacional de Educação, em dezembro de 1942, foi aprovado o seu funcionamento. A participação da Faculdade de Filosofia



é de primordial importância no ensino superior. Assim tem se mantido, em toda a sua existência.

A Escola Politécnica, na época, era carente de instalações e de melhor estruturação e meios, embora contasse com professores capazes. De outro lado, era crescente no país, em função do seu progresso, a necessidade de desenvolvimento de tecnologias avançadas. Sendo assim, o ensino nesta escola tornou-se cada vez mais amplo, pois a demanda do mercado de trabalho era expressiva. A Escola Politécnica teria que ser ampliada em recursos e instalações, resultando no empenho da Universidade da Bahia em buscar uma área onde pudessem ser edificadas novas instalações, permitindo a ampliação do seu currículo e do seu corpo de professores. O alunado cresceu em várias e novas áreas de ensino. Isto se concretizou com a construção de novos prédios, situados na Rua Aristides Novis, no bairro da Federação. Foi nesta mesma época que as escolas anexas à Faculdade de Medicina, a de Farmácia e a de Odontologia, ficaram independentes e se tornaram Faculdade de Farmácia e Faculdade de Odontologia, como são hoje: com instalações próprias e com programas de ensino e de assistência peculiares a cada uma delas. Estes fatos ocorreram em 1949.

88

A Faculdade de Direito continuou funcionando como uma fundação particular, embora tivesse sido incluída, desde o início, entre as faculdades que formaram a Universidade da Bahia. A partir de então, passou a ser subvencionada pela Universidade. Essa Faculdade foi aquinhoadada com prédio e instalações modernas.

A Escola de Biblioteconomia, que vinha funcionando desde 1942, passou também a ser subvencionada, a partir do próprio ano da fundação da Universidade. O seu acervo foi consideravelmente aumentado pela aquisição de bibliotecas especializadas e enriquecido de livros oriundos de doações, como a de Isaías Alves.

Por essa época, “a Chegada”, e através da Lei 1.254, foram federalizadas *todas as unidades de ensino montadas, mantidas pela União, por recursos oriundos de poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria e recebendo, também, recursos do governo federal.* Esta lei abriu oportunidades para que outros estabelecimentos de ensino pudessem ser federalizados, desde que a solicitação para tal fosse analisada pelo Conselho Federal de Educação e obedecesse a algumas exigências. O solicitante deveria provar que a unidade de ensino demonstrava *eficiência do seu funcionamento, por prazo não inferior a 20 anos; número avultado de*

*alunos, e a sua projeção nos meios intelectuais, como centros unificados do pensamento científico brasileiro.*

A Faculdade de Direito continuava a ser uma instituição livre e particular.

Essa lei abriu caminho para que a Escola Anexa de Arquitetura, então ligada à Escola de Belas Artes, passasse à situação de Faculdade de Arquitetura, o que aconteceu em 1947.

A inauguração do Palácio da Reitoria, no campus do Canela, marca o final do terceiro momento: a Chegada.

A história da Universidade Federal da Bahia prosseguiu no seu caminho, sob a égide de Edgard Santos, até o ano de 1961, depois de um reitorado profícuo e uma das melhores fases da cultura desta terra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

89

A Universidade Federal da Bahia é uma instituição que percorreu um longo caminho, e tende, cada vez mais, a apurar e afirmar a qualidade de suas funções básicas — a do ensino, a da pesquisa e a da extensão.

Considere-se, em favor desta reflexão, que as primeiras universidades, as ideias e os princípios que as criaram, remontam à Idade Média nos países europeus e, muito depois, nos séculos XVI e XVII, nas Américas. No Brasil, somente no século XX elas surgiram.

O que justifica esse retardo, já apreciamos, em parte, no curso deste texto.

Todavia, ressaltem-se ainda, uma vez mais, os óbices decorrentes de importância política e econômica da metrópole lisboeta, da ambição e do imediatismo desequilibrado e extrativista dos colonizadores.

Na Bahia, o primeiro núcleo de civilização, tais motivos se acentuaram. A cultura da cana-de-açúcar concentrou no Recôncavo uma sociedade desigual: de um lado, os senhores de engenho, que formavam a elite da aristocracia rural; de outro, a massa humana dos negros escravizados. Entre esses dois estratos, uma população sem acesso a qualquer meio de educação.

Salvador, 1763, deixou de ser a capital do Brasil Colônia, com o que perdeu muito o seu prestígio político e, conseqüentemente, afastou-se do centro de decisões administrativas que se deslocaram para o Sudeste.

Acresce ainda que múltiplos fatores, ocorridos a partir da metade do século XIX, contribuíram mais ainda para aprofundar as suas dificuldades.

As grandes epidemias de cólera e febre amarela, os alongados e intensos períodos de seca, a progressiva e decrescente queda da produção açucareira, que gravemente afetou a economia baiana, o incremento da lavoura de café, no Sudeste brasileiro, o deslocamento acentuado da mão-de-obra para trabalhar nessa florescente cultura, a emigração de colonos europeus, decididos a alcançar um padrão de vida que não encontravam nas suas origens, o aumento da natalidade e o progressivo êxodo rural — todos esses fatores tinham consequências danosas para a Bahia.

O aumento da população deveria corresponder à adoção de políticas públicas que possibilitassem efetiva oferta de educação a todos os segmentos sociais, notadamente no nível elementar. E isso não houve.

90

Não é uma questão de etnia. Qualitativamente os homens se assemelham na sua capacidade intelectual. Os que nasceram e vivem na Bahia, quando se deslocam para outras regiões do país de maior projeção e economia, não se inferiorizam.

As dificuldades e o impossível de hoje constituirão a história no futuro.

## REFERÊNCIAS

ANCHIETA, J. de. *Cartas, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

AZEVEDO, F. *A cultura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

AZEVEDO, T. de. *Povoamento da cidade do Salvador*. 2. ed. Bahia: Itapuã, 1969.

BASTIANELLI, L. (Comp.). *Gazeta Médica da Bahia: 1866-1934/1966-1976*. Salvador: Contexto, 2002.

BOAVENTURA, E. M. *A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência*. Salvador: EDUFBA, 2009.

\_\_\_\_\_. (Org.). *UFBA: trajetória de uma universidade 1946-1996: o centenário de Edgard Santos e o cinquentenário da Universidade Federal da Bahia (memória, artigos, entrevistas, editoriais e notícias publicados n' A Tarde e outros, de 1994/1996)*. Salvador: EGBA, 1999.

CALMON, J. Pedro Calmon e a criação da Universidade da Bahia. In:

- BOAVENTURA, E. M. (Org.). *UFBA: trajetória de uma universidade 1946-1996: o centenário de Edgard Santos e o cinquentenário da Universidade Federal da Bahia* (memória, artigos, entrevistas, editoriais e notícias publicados n' *A Tarde* e outros, de 1994/1996). Salvador: EGBA, 1999. p. 130-146
- CALMON, P. *História da literatura bahiana*. São Paulo: J. Olympio, 1949. (Documentos brasileiros; v. 62)
- \_\_\_\_\_. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- CASTRO, J. *Geografia da fome*. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952. 268 p.
- COSTA, C. A. da. *A Escola Politécnica da Ufba: da Escola Politécnica da Bahia à Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia: 1897-2002*. Salvador: EDUFBA, 2001.
- CUNHA, E. da. *Os sertões*. 7. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1923. 620 p.
- CUNHA, L. A. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 260 p. (Educação em questão)
- \_\_\_\_\_. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era de Vargas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- ENGENHEIRO André Pinto Rebouças. *Revista do Instituto Geográfico Histórico da Bahia*, n. 8, p. 19-21, 1942.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1977.
- FURTADO, P. *Prefácio da obra: anotações para uma história da Faculdade de Direito da Bahia*. Salvador: [s.n.], 1991.
- GIDI, A. *Anotações para uma história da Faculdade de Direito da Bahia*. Salvador: UFBA, Faculdade de Direito, 1991.
- GUIMARÃES, A. P. *Escola Politécnica da Bahia: 1896-1947*. Salvador: Sergraf, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A Escola Politécnica da Bahia sob a administração do estado de 1940 a 1944*. Salvador: Escola Politécnica da Bahia, 1957.
- LÉRY, J. de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1980.
- MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MENEZES, S. Centenário da Politécnica. *Revista do Instituto Geográfico Histórico da Bahia*, Salvador, n. 92, jan./dez., 1996.
- PACHECO, M. T. M. A medicina legal na Bahia: início e evolução do ensino. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 2, n. 141, p. 139-152, ago./dez. 2007.

- PEIXOTO, A. *Breviários da Bahia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- \_\_\_\_\_. *Livro de horas*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.
- RISÉRIO, A. *Uma história da cidade da Bahia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.
- SAMPAIO, T. Auto – bio – bibliografia. *Jornal do Ala*, v. 4, n. 6, p. 10-14, 1942.
- SANTOS, R. Reflexões sobre temas de atualidade. Salvador: EDUFBA, 2005.
- \_\_\_\_\_. A UFBA no seu cinquentenário. In: BOAVENTURA, E. M. *UFBA: trajetória de uma universidade 1946-1996: o centenário de Edgard Santos e o cinquentenário da Universidade Federal da Bahia (memória, artigos, entrevistas, editoriais e notícias publicados n' A Tarde e outros, de 1994/1996)*. Salvador: EGBA, 1999. p. 171-177
- SILVA, A. *Raízes históricas da Universidade da Bahia*. Salvador: Universidade da Bahia, 1956.
- SOUSA, G. S. de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tip. João Inácio da Silva, 1879.
- 92 TEIXEIRA, R. *Memória histórica da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus (1943-1995)*. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2001.
- \_\_\_\_\_. Reflexões sobre a origem e a evolução das doenças infecciosas e parasitárias do estado da Bahia. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 77, n. 2, p. 158-181, jul./ dez. 2007.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Departamento Cultural da Reitoria. *Notícia histórica da Universidade da Bahia*. Salvador: UFBA, 1967.

# 3

## O Caminhar: As Unidades Universitárias



*Reginaldo Souza Santos<sup>1</sup>*

### APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal da Bahia, para a comemoração dos seus 60 anos de existência, solicitou às unidades de ensino que levantassem dados históricos de sua trajetória para compor a publicação comemorativa do aniversário da UFBA.

Coube à Profa. Maria da Graça Pitiá Barreto a missão de compilar nos diversos setores da Escola de Administração os documentos produzidos que respaldassem o registro da história da Escola, para compor o documento a ser produzido.

Todos os documentos, livros e dissertações pesquisados estão relacionados nas Referências deste Resumo Histórico da Escola de Administração da UFBA.

---

1 Diretor da Escola de Administração.



## ORIGEM DA ESCOLA

A Escola de Administração da UFBA foi criada em meados de 1959 pelo reitor Edgard Santos, em virtude de um acordo de cooperação técnica entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, envolvendo o MEC, a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o compromisso de oferecer cursos de Administração Pública e de Empresas.

Esse acordo incluiu serviços de cooperação científica e técnica de duas Universidades norte-americanas: 1) a Michigan State University (centro de estudos avançados de administração de empresas) e 2) a University of Southern California (que possuía uma das mais antigas e famosas escolas de administração dos Estados Unidos). Essas universidades foram responsáveis pela formação pós-graduada de mestres em Administração de Empresas e Administração Pública que compuseram o quadro dos primeiros docentes da Escola de Administração.

96

Através desse programa de cooperação técnica, em missões das Universidades parceiras, vieram o Dr. Dean Cresp, representando a University of Southern Califórnia, e o Dr. Dole Anderson, representando a Michigan State University. O reitor Edgard Santos designou o Prof. Oldegar Fanco Vieira para presidir esse programa e selecionar os bolsistas que iriam cursar seus mestrados nas Universidades americanas. O professor Oldegar recrutou a primeira secretária executiva da Escola de Administração, a Sra. Regina Helena de Matta Hellstron, que precisava demonstrar habilidades na língua inglesa para entender-se com os consultores americanos.

Em 14 de setembro de 1959, o reitor decidiu convocar os candidatos para os primeiros exames vestibulares para admissão nos cursos de graduação em Administração de Empresas e Administração Pública implantados no ano seguinte.

Os estudantes aprovados começaram a cursar, inicialmente, disciplinas intituladas de “tronco comum”, uma espécie de ciclo básico, até que os mestres das disciplinas profissionalizantes retornassem de suas bolsas de estudos nos Estados Unidos. As aulas se iniciaram, em 1960, no subsolo do prédio da Reitoria, no Canela.

A Escola foi dirigida pelo professor Oldegar até o primeiro semestre de 1961, pois o reitor Albérico Fraga, que assumiu o reitorado a partir da nomeação feita pelo presidente Jânio Quadros em 1º de julho de 1961,

nomeou o Prof. Lafayette Pondé, mediante Portaria de nº48, de 17 de julho de 1961, para dirigir a Escola de Administração.

O novo diretor instalou a Escola de Administração no antigo prédio da Faculdade de Direito, consolidando a existência física dessa unidade de ensino em 1961.

Em Portaria de agosto de 1961, o reitor Albérico Fraga criou uma Comissão de Planejamento, presidida pelo Prof. Thales de Azevedo, para efetuar estudos de reestruturação da Universidade. Uma das diretrizes administrativas expressa pelo reitor era: Expandir as atividades da Escola de Administração, de modo a fazê-la instrumento do entrosamento com a administração estadual e municipal e com as empresas, levando a ação da Universidade ao interior do Estado. (MATTA, 1979, p. 24)

O diretor Lafayette coordenava as atividades da Escola de Administração, desempenhando importante função integradora no âmbito interno e função de negociador nas relações externas da instituição.

Em 1962, a população estudantil da Escola de Administração era de 78 alunos e, a cada ano, a demanda pelos exames vestibulares para graduação em Administração começou a crescer.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº4024, de 30/12/1961), sancionada na Presidência João Goulart, motivou a reforma do Estatuto da Universidade. Nesse novo estatuto, a Escola de Administração foi incluída na enumeração das unidades universitárias. Dessa forma, em 1962, a Escola de Administração teve a sua criação formalizada, faltando apenas o seu regimento interno onde seus objetivos de longo prazo fossem claramente explicitados.

O Conselho Universitário aprovou o Regimento Interno da Escola em 1964, como decorrência das normas do Estatuto de dezembro de 1962.

Entre 1962 a 1964, foi definida a identidade da Escola de Administração. Sua orientação filosófica é gerencial, comportamental, programática e tecnológica, com abordagem interdisciplinar e interprofissional visível em seu currículo acadêmico. Essa abordagem concilia métodos quantitativos, ciências sociais aplicadas e tecnologia administrativa, antecipando-se ao Currículo Mínimo aprovado pela Resolução de 1966 do Conselho Federal de Educação.

Em 1º de julho de 1964, assumiu o cargo o Reitor Miguel Calmon e, no seu discurso de posse relacionando o seu programa de gestão, enfatizou o seu apoio à Escola de Administração.

Os anos de 1965 e 1966 foram os últimos da vigência do convenio internacional que facilitou a criação da Escola.

Em maio de 1967, morre o reitor Miguel Calmon e a Escola perde um dos seus maiores aliados. O novo reitor, professor Roberto Santos, aceitando o pedido de demissão do Prof. Lafayette Pondé, nomeou o Prof. José Osório Reis para o cargo de diretor da Escola de Administração.

Em 1968 foi reestruturada como Unidade de Ensino Profissional e Pesquisa Aplicada.

Desde a sua criação até os dias de hoje, a Escola de Administração foi dirigida pelos seguintes professores que compuseram a sua Diretoria:

DIRETORIA	PERÍODO
DIRETOR: Prof. Oldegar Vieira	1959 – 1961
DIRETOR: Prof. Lafayette Pondé	1961 – 1967
DIRETOR: Prof. José Osório Reis VICE-DIRETOR: Edwin Isensée	1967 – 1971
DIRETOR: João Eurico Matta VICE-DIRETOR: Edwin Isensée	1972 – 1976
DIRETOR: Arlindo Braga Senna VICE-DIRETOR: Jorge Santos Pereira	1976 – 1980
DIRETOR: José Osório Reis VICE-DIRETOR: Gilson Sampaio Silva	1980 – 1984
DIRETOR: Gilson Sampaio Silva VICE-DIRETOR: Leopoldo Roberto Martins de Carvalho	1984 – 1988
DIRETOR: Leopoldo Roberto Martins de Carvalho VICE-DIRETOR: Arenilda Mignac	1988 – 1992
DIRETOR: Reginaldo Souza Santos VICE-DIRETOR: Maria da Graça Pitiá Barreto	1993 – 1996
DIRETOR: Osvaldo Barreto Filho VICE-DIRETOR: Altamiro Castilho de Almeida Filho	1996 – 2000
DIRETOR: Osvaldo Barreto Filho VICE-DIRETOR: Altamiro Castilho de Almeida Filho	2000 – 2004
DIRETOR: Reginaldo Souza Santos VICE-DIRETOR: Maria da Graça Pitiá Barreto	2004 – 2008

## ATIVIDADES DE GRADUAÇÃO

### O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Inicialmente, a Escola de Administração oferecia os cursos de Administração Pública e de Empresas, implantados em 1960. Desde 1993, os dois cursos fundiram-se em um só, passando a Escola a oferecer para a comunidade: Bacharéis em Administração.

#### Bases legais do Curso de Administração

- Decreto n.º 167 de 1962 do C.F.E.
- Reconhecimento pelo MEC: Parecer nº 307/66 e Resolução de 8 de julho de 1966.

O Curso de Administração (com sua estrutura redefinida) foi efetivamente implantado no ano de 1993, a partir dos ingressos mediante vestibular do 1º semestre letivo. A redefinição do curso, naquela época, procurou dar uma visão abrangente ao estudante sem o viesar para um dos campos: Administração de Empresas ou Administração Pública; e, ainda, buscou possibilitar ao aluno uma verticalização do seu estudo em áreas do conhecimento administrativo para as quais se identificasse.

Objetivou-se, por ocasião dessa modificação ocorrida, solucionar as dificuldades identificadas nos antigos currículos, tais como:

- inadaptação curricular às carências técnicas do mercado;
- desatualização das disciplinas frente aos avanços tecnológicos e do conhecimento científico;
- inadequação da formação dos futuros profissionais para atuação em quaisquer setores: público ou privado.

Essa primeira iniciativa de redefinição do Curso de Administração aconteceu após anos de implantação de currículos estabelecidos em épocas remotas de criação dos cursos, cuja realidade política, social e tecnológica era outra completamente diversa da que se tem na atualidade. Buscou-se, então, estabelecer um currículo que viabilizasse a transmissão do conhecimento com uma certa flexibilidade para captar a evolução da ciência.

Após dois anos de experiência da nova estrutura implantada, a Escola de Administração iniciou um processo de avaliação do funcionamento do curso, objetivando identificar dificuldades ou entraves que, porventura, estivessem a impossibilitar o alcance do fim almejado. Além disso, reconhecendo-se a velocidade com que se modifica a realidade do mundo exterior, decidiu-se, nessa etapa de análise, que caberia uma nova adequação do curso às necessidades da comunidade.

Várias discussões foram feitas desde então, para identificar-se os aspectos curriculares que precisavam ser modificados. Encontros internos com a comunidade acadêmica da Escola de Administração foram realizados, sendo, inclusive, a adequação curricular tema debatido em Seminário com toda a comunidade da Escola (professores, funcionários e alunos), cujo tema fora a “Escola que nós queremos”.

100

Em meio a esse período de discussões, o Ministério de Educação e do Desporto (MEC) publicou o Edital 04/97, através do qual convocou as Instituições de Ensino Superior (IES) para propor Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação. No atendimento a essa convocação, a Escola de Administração recorreu à comunidade para discutir o perfil desejado do formando, suas habilidades e competências esperadas. Para tal, convocou não só representantes de órgãos da comunidade que necessitam dos serviços e empregam administradores, e que, por isso, podiam especificar as qualidades necessárias aos profissionais; mas, também, outras IES, com as quais se teve a oportunidade de discutir o conteúdo adequado do curso.

Definiu-se, então, que, no atendimento à missão institucional de oferecer à comunidade profissionais com competência e capacidade adequadas às suas necessidades, os administradores deveriam ter o seguinte perfil: formação pluralista, eclética e crítica, possibilitando-lhes atuar como:

- **gestores de organizações:** privadas, governamentais e/ou não-governamentais — sejam elas industriais, comerciais e/ou de serviços; e de todos os portes: pequenas, médias ou grandes;
- **empreendedores:** com criatividade e flexibilidade para novas ideias, que lhes permita atuar numa realidade em constantes modificações;
- **pesquisadores:** com capacidade de desenvolver projetos e estudos voltados para o atendimento das demandas sociais na área de gestão.

Assim, considerou-se imprescindível que o profissional desenvolva algumas habilidades durante o período de sua formação, tais como:

- Visão humanista — As atividades da organização devem ser desenvolvidas dentro de princípios humanísticos; assim como o trabalhador deve ser considerado um ser humano integral, não apenas uma mão-de-obra integrante dos recursos disponíveis à organização.
- Visão crítica — O profissional deve ser preparado para posicionar-se criticamente frente aos desafios da contemporaneidade.
- Capacidade de liderança — Diante da possibilidade de expansão das necessidades da sociedade, é imprescindível a qualidade de liderança no administrador.
- Comportamento ético — A ética deveria ser um princípio introjetado na formação individual de qualquer ser humano; portanto, espera-se do administrador esse comportamento ético.
- Visão holística — O administrador deve ter uma visão de desenvolvimento integral. A formação técnica, ou seja, a visão específica é importante, pois o administrador deve ter conhecimento das ferramentas que irá operar, contudo uma base sólida de conhecimentos gerais e uma visão mais abrangente da sociedade, onde as organizações atuam, são-lhe fundamentais.
- Visão a longo prazo — Para administrar-se com sucesso uma empresa, o gestor deve ter um perfil visionário, ou seja, antecipar possíveis dificuldades e conseqüentes soluções, identificando as possíveis crises, diante da adoção de uma postura de pensar, no mínimo, a médio prazo.
- Busca contínua da informação — O administrador deve preocupar-se em estar bastante informado a respeito do que

acontece no mundo, além de procurar reciclar-se continuamente para manter-se atualizado em seu âmbito técnico.

- Visão empreendedora — O administrador deve ter uma capacidade inovadora, flexibilidade para novas ideias e abertura para novas tecnologias.
- Objetividade — O administrador deve coordenar e expor as ideias com clareza e objetividade.
- Formação técnica para gerir organizações de todos os portes — As Universidades devem preparar profissionais para qualquer tipo de organização: governamentais, privadas e/ou não-governamentais (comércio, indústria ou serviços) e para qualquer tamanho (pequenas, médias ou grandes empresas). Uma vez atuando nas organizações, o profissional deve receber treinamento que o prepare para atuar naquela organização específica.
- Capacidade de negociação em conflitos — O administrador deve saber lidar com os conflitos que porventura surjam no relacionamento interpessoal entre os membros da organização ou ainda nas relações externas da organização.

102

A partir desse perfil definido e das qualidades almejadas no profissional, os programas das disciplinas que compõem o currículo na nova estrutura curricular ajustada foram organizados. Vale salientar que para o atendimento ao pretendido e após as críticas e sugestões formuladas nas várias discussões entabuladas, algumas disciplinas foram extintas, tendo o seu conteúdo assimilado por outras; e outras novas foram introduzidas.

A preocupação de oferecer um curso enxuto, com estrutura de funcionamento de fácil entendimento e de praticidade, esteve presente em todas as etapas do trabalho. O estudante de Administração passou a dispor, a partir do 1º. Semestre de 2000, de um curso moderno e flexível às suas preferências técnico-profissionais.

## O CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

O Curso de Secretariado foi proposto pelos professores Fabrício Soares, Kenette Claire Soares e João Eurico Matta no final do ano de 1969, quando se instalava no Estado da Bahia o Complexo Petroquímico de Camaçari. O Curso passou a funcionar na gestão do Prof. Lafayette Pondé, então diretor da EAUFBA, constituindo-se no primeiro curso de Secretariado Executivo do país, vindo em seguida o da Universidade Federal de Pernambuco.

A criação do Curso foi aprovada pela Câmara de Ensino de Graduação e o Conselho de Coordenação da UFBA no dia 20.01.1970, enquadrando-se nas exigências do Artigo 18 da Lei 5540/68.

Inicialmente, o Curso de Secretariado era de curta duração, tendo a sua plenificação aprovada pela Câmara de Ensino de Graduação da UFBA em 27.08.1992, passando a vigorar o novo currículo a partir do primeiro semestre de 1993.

103

## ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Um dos traços institucionais mais marcantes da Escola de Administração ao longo de sua existência são as atividades de extensão. Em 1961, foram realizadas as atividades de educação de adultos promovidas pela Escola, revelando a sua vocação para a educação continuada.

Em junho de 1961, a Escola ofereceu um curso intensivo de Administração Municipal num projeto em cooperação com instituições representativas das esferas municipal, estadual e federal, do qual participaram o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), o Departamento das Municipalidades do Governo Estadual e a Inspetoria Regional de Estatística do Governo Federal.

Entre 1962 e 1964, a Escola manteve serviços oferecidos à comunidade, com o interesse e a participação de todos os docentes, integrando assistência técnica, consultoria de modernização gerencial e reeducação de adultos.

Em 1º de junho de 1964, foi assinado um convênio entre o governador do Estado e a Universidade Federal da Bahia para o desenvolvimento de um programa de Reforma Administrativa a ser desenvolvido pela Escola de Administração. A proposta original desse programa houvera havia



encaminhada um ano antes, em julho de 1963, à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Então, durante o triênio de 1964-1967, a Escola esteve envolvida na Reforma Administrativa do Estado da Bahia com o apoio da Usaid e da Sudene.

As atividades de extensão eram tão intensas que motivaram a criação, no biênio 1964-1965, de duas entidades complementares da Escola, o Instituto do Serviço Público (ISP) e o Instituto de Administração de Empresas da Escola de Administração (IADE), que se constituíram em laboratório de estágios e aprendizado para os estudantes de Administração. Essas duas instituições foram criadas para estudar as realidades baianas e regionais, além de intervir sobre elas, através de assessoramento a governos e empresários ou de desenvolvimento de recursos locais ou regionais.

104

No reitorado do Prof. Roberto Santos, iniciado em 1967, o ISP esteve a serviço da Reforma Universitária e da Reforma Administrativa da Universidade. O ISP esteve mobilizado pela Sudene para assessorar programas de reforma administrativa estadual no Maranhão, Piauí e Sergipe com a ajuda técnica de professores da Escola de Administração.

Na década de 1990, a Escola se estruturou em núcleos e criou o Núcleo de Extensão para coordenar as respectivas atividades desenvolvidas pelos professores e consultores, que passou a promover cursos e programas ligados a entidades governamentais e empresariais.

## **ATIVIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Ao final da década de 1970, a EAUFBA oferece seu primeiro curso de Especialização. Nessa mesma década, ocorre a expansão do ensino de pós-graduação no país, com forte apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e órgãos financiadores a exemplo da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Após essa iniciativa, seguem-se várias tentativas sem sucesso de implantação de um Programa de Pós-Graduação e, em 1980, reiniciam-se os cursos de Especialização como preparatórios para o curso de mestrado e o Prof. Florindo Villa-Alvarez, um dos bolsistas da Usaid, ex-professor da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) e do curso de Mestrado da Universidade Federal da Paraíba, coordena o curso de Metodologia de

Pesquisa Aplicada à Administração de Recursos Humanos, contribuindo para embasar o curso de Mestrado.

A criação da Pós-Graduação na EAUFBA, o Mestrado Acadêmico, foi à revelia e contra os interesses do MEC, o qual afirmou que não iria admitir que se criasse esse mestrado na Bahia, já que havia o da Paraíba e o do Rio Grande do Norte.

“Na época, o superintendente da Capes, Edson Machado, pessoalmente disse a mim ‘que não ia ser criado um mestrado na Bahia porque não cabia’. Então, o reitor decidiu encampar com postura autônoma, criou porque cabia a ele criar”. (Prof. Fabrício Soares em entrevista à Profa. Bárbara Mauricio por ocasião de sua dissertação de Mestrado, 2004.)

## O MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

Finalmente, a EAUFBA implanta em 1982 o primeiro curso de Mestrado em Administração Pública. Em 1983, o Prof. Fabrício Soares, egresso da EAUFBA e bolsista da Usaid, tem seu nome indicado para ser o primeiro coordenador do curso. (FISCHER, 1984, p. 222 apud MAURICIO, 2004) Na primeira seleção para ingresso dos alunos, nove eram de empresas públicas e quatro professores da própria Escola.

Precisamente em 1983, iniciava-se a pós-graduação *stricto sensu*, 24 anos depois de criada a Escola de Administração. Foi quando, a professora Tânia Fischer chegava a Salvador, oriunda do Rio Grande do Sul, através de convite para integrar-se à equipe, coordenada pelo Prof. Fabrício Soares.

Quando o Prof. Fabrício Soares foi se candidatar a deputado, deixou a Coordenação da Pós-Graduação, assumindo o seu lugar a Profa. Tânia Fischer. Percebendo as dificuldades da equipe, por estarem muitos professores “com um pé dentro da Escola e outro na consultoria, concluímos que não iríamos a parte alguma” (expressou-se a Profa. Tânia Fisher em entrevista à Profa. Bárbara Mauricio por ocasião da sua dissertação de Mestrado, 2004). Alguns professores planejavam afastar-se, a exemplo de Mauricio Serva, para fazer o Mestrado, e Reginaldo Santos, que chefiava o Departamento, e queria fazer o Doutorado. Além disso, os demais professores não davam tempo integral e a pós-graduação só se faz com doutores; no quadro só havia três deles: Fabrício Soares, Paulo Lemos e Roberto Marconi, que dava tempo parcial à

instituição. Naquele momento (1986), o curso estava acabando; concluíam-se a primeira turma de Mestrado em Administração Pública.

Com essa crise, a professora Tânia Fischer começou a identificar na comunidade baiana quem fosse doutor e que tivesse disponibilidade para colaborar com o programa. Encontrou pessoas trabalhando para o Governo do Estado, insatisfeitas com a situação política, pouco aproveitadas funcionalmente em relação a seu potencial, e as convidou, como o exemplo do Prof. Paulo Penteado e, mais tarde, o Prof. José Antonio Pinho. Naquele momento, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) oferecia bolsas chamadas ‘Desenvolvimento Científico Regional para o Nordeste; e não foi difícil consegui-las devido ao bom relacionamento da Profa. Tânia com esse órgão.

Em seguida, ela conseguiu bolsas para a Profa. Celina e do Prof. Francisco Teixeira, que era do Núcleo de Política e Administração em Ciência e Tecnologia (Nacit), e outros. Mais tarde, o Prof. Francisco assumiu a Vice-Coordenação do Programa.

106

A Profa. Tânia fez um acordo vantajoso com o governo do Estado da Bahia, oferecendo bolsas aos funcionários públicos e, em troca, eles seriam liberados do trabalho para estudar em tempo integral e obteriam o grau de Mestre (acadêmico) em Administração Pública.

A partir daí, o Curso de Mestrado em Administração teve uma evolução muito positiva: os alunos, com disponibilidade para estudar, tornaram a qualidade do curso melhor, sendo que, posteriormente, alguns deles se tornaram professores da EAUFBA. Como estavam desmotivados com o governo do Estado, vieram para a UFBA, embora ficassem “meio turno lá, meio turno cá, acumulando as atividades”. Após essa investida, o programa adquiriu a qualidade desejada, a Coordenação conseguiu os recursos para pesquisa e para os bolsistas.

## CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL AVANÇADA EM ADMINISTRAÇÃO (CPA)

Em 1990, a Capes lança um documento chamado *Plano de Ação* que questionava a estrutura da pós-graduação no país, a duração excessiva e a baixa produtividade dos cursos. (CONCEIÇÃO, 1998, p. 21 apud MAURICIO, 2004) Como solução para o problema, o mesmo documento

propõe que os cursos de pós-graduação se estruturassem em programas com essa denominação, para integrar os cursos de Especialização, de Mestrado e de Doutorado, resguardando-se as suas especificidades e com níveis de integração diferenciados. (CONCEIÇÃO, 1998 apud MAURICIO, 2004)

Diante dessa conjuntura e partindo-se da experiência da EAUFBA em ofertar cursos de Especialização para diversas empresas, o Núcleo do Programa de Pós-Graduação em Administração (NPGA) criou o programa Capacitação Profissional Avançada em Administração (CPA), em nível de Especialização.

Iniciado em 1994, o CPA nasceu a partir da demanda de uma empresa localizada no Complexo Petroquímico de Camaçari, a Ceman. Desejando um curso de formação gerencial com determinadas características, o então diretor da Ceman, negociou bastante com a EAUFBA até encontrar um ‘modelo’ que atendesse as suas necessidades.

Em 1994, o programa CPA foi aprovado em caráter permanente, pela Câmara de Ensino de Pós-Graduação, cujo Parecer recebeu o número 016/94.

107

## MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

O Mestrado Profissional foi criado, alinhando-se aos programas de Pós-Graduação inovadores que foram propostos pelo Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em nível de Mestrado, aprovado pelo Conselho Superior da Capes, em 14 de setembro de 1995. A Portaria 47 da Capes, publicada em 17 de setembro de 1995, normatiza a criação de cursos de Mestrado dirigidos à formação profissional, com desenho e orientação diferenciados do tradicional Mestrado Acadêmico, historicamente voltado para a formação de professores e pesquisadores.

A Resolução 01/95, que integra a referida Portaria, define que os cursos de formato e orientação profissionalizante devem ser “autossustentados”, isto é, não contarão com bolsas ou taxas de bancada. Os mestrados profissionais orientam a sociedade que transita do emprego à empregabilidade e demanda programas de qualificação profissional mais ágeis, que atendam necessidades de formação experiencial e de difusão mais efetiva de tecnologia, articulando-se parcerias mais produtivas entre Universidade e organizações governamentais e não-governamentais.

O NPGA/EAUFBA, ao propor um Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública e Gestão Empresarial, pretendeu atender a este escopo de formação entendendo que o profissional pretendido em cargos de alta administração deve ser formado em um curso de pós-graduação que deverá aliar consistência, flexibilidade, agilidade e aplicabilidade.

O curso teve o apoio da Capes pelo do Projeto Nordeste de Pós-Graduação e da Fundação Estadual de Pesquisa, além de ser incluído entre os três projetos brasileiros submetidos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento, em concorrência aberta pelo então Ministério da Administração e Reforma de Estado.

Adotando os testes Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) para seleção, o curso recebeu 150 inscrições na primeira e segunda turmas, tendo como alunos representantes das maiores e melhores empresas baianas, gestores governamentais e do terceiro setor. O desenho curricular do curso foi elaborado a partir das reformulações recentes ocorridas em 50 instituições internacionais de ponta que revisaram os seus *Master Business Administration* (MBA), contando com a colaboração direta de professores da École des Hautes Études Commerciales de Montreal, Canadá; École des Hautes Études Commerciales da França; e Northwestern University, ou seja, incorpora o que há de ponta na comunidade internacional adaptando-o às condições nacionais e locais.

108

## O DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Complementando a estrutura do NPGA foi criado o Doutorado em Administração, inicialmente de Administração Pública, mas hoje capacita doutores com formação generalista em Administração.

O Doutorado em Administração iniciou em 1993 com uma turma de quatro alunos, com o objetivo de formar docentes e pesquisadores capazes de contribuir para a melhoria do ensino e pesquisa na área.

Em resumo, o NPGA tem como missão gerar conhecimentos de ponta na área da administração e difundi-los para os mais variados segmentos da sociedade, por meio de cursos de pós-graduação. Para tal, ele continua em busca de um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento econômico, político e social, tendo como referências prioritárias a Bahia e a Região Nordeste.

## ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

1. Tecnologia, qualidade e competitividade
2. Estado e Sociedade
3. Poder e Organizações Locais

Dentro dessas áreas de concentração se distribuem várias linhas de pesquisa vinculadas aos vários núcleos existentes na Escola de Administração.

## O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PDGS) E CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (CIAGS)

109

O Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) é um programa apoiado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e pela Finep, através do Fundo Verde e Amarelo e do CT-Infra, como um modelo inovador de rede acadêmica articulada com a sociedade. Abrange atividades de pesquisa, ensino e extensão, oferecendo alternativas de qualificação para gestores sociais e do desenvolvimento, criando e testando modelos de formação apoiado em perfis de competência, bem como incentivando a produção e difusão do conhecimento na área.

O PDGS deu origem ao Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), um espaço de articulação de saberes interdisciplinares teóricos e práticos em desenvolvimento e gestão social. Busca aproximar gestores sociais que atuam em governos, empresas e organizações da sociedade civil e alunos, professores e pesquisadores envolvidos com a produção e a disseminação de conhecimento em desenvolvimento e gestão social, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito do PDGS e do CIAGS, várias ações foram desenvolvidas, destacando-se:

1) curso de Mestrado, aprovado pela Capes já com nível 4 e cuja primeira turma começou em maio de 2006. Cerca de 500 candidatos se inscreveram para o processo seletivo do Mestrado, que dispõe de 20 vagas por turma;

2) curso de Especialização em Gestão Social para o Desenvolvimento, que formou em nível de pós-graduação 80 gestores sociais de várias cidades brasileiras, sobretudo baianas, entre 2003 e 2006;

3) criação de uma disciplina de graduação como atividade curricular em comunidade articulada com a atividade de Residência Social;

4) Residência Social, tecnologia social com marca reconhecida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) que busca articular conhecimentos teóricos e práticos, análise e intervenção organizacional para a formação de gestores sociais em nível de graduação e pós-graduação. A Residência Social envolve o contato de alunos: com análise organizacional; intervenção em áreas específicas de gestão, de acordo com a natureza da organização e do projeto; formação de gestores sociais baseada em perfis de competência; geração de dados para pesquisas em gestão social e desenvolvimento;

110

5) eventos, conferências, fóruns e oficinas como alternativa para Educação Continuada em Desenvolvimento e Gestão Social;

6) apoio à gestão, através de atendimento e orientação a gestores e pesquisadores por meio de consulta e assessoria técnica;

7) Portal Gestão Social ([www.gestaosocial.org.br](http://www.gestaosocial.org.br)), que disponibiliza informações e bases de dados sobre assuntos relacionados à área;

8) SIG Social, sistema de informações gerenciais sobre gestão social que agrega bases de dados referentes a organizações da sociedade civil e projetos sociais desenvolvidos no CIAGS;

9) pesquisas sobre temas como gestão do desenvolvimento territorial, arranjos socioproductivos, associação e economia solidária, avaliação de políticas, programas e projetos socioterritoriais, capital social e participação política, desenvolvimento e gestão socioambiental, desenvolvimento territorial e escalas de poder, gestão empresarial e responsabilidade social, interações entre governo, mercado e organizações da sociedade civil;

10) Biblioteca Híbrida em Desenvolvimento e Gestão Social, disponível para a consulta da comunidade em geral.

## REFERÊNCIAS

MAURICIO, Bárbara Maria D. P. *A Escola de Administração da UFBA: a trajetória de um centro de referência nacional*. 2004. Dissertação (Mestrado em

Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2004.

MATTA, João Eurico. *Escola de Administração: vinte anos de história institucional*. Salvador, Econômico, 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Escola de Administração. Colegiado do Curso. *Proposta de ajuste à estrutura curricular do curso de Administração*. Salvador, 1998.

\_\_\_\_\_. *Redefinição do curso de Administração*. Salvador, 1992.

\_\_\_\_\_. Núcleo de Pós-Graduação em Administração. *Relatório Capes: 2004*. Salvador, 2004.





*Heliodorio Sampaio<sup>1</sup>*

### INTRODUÇÃO: O PONTO DE PARTIDA

O presente texto sintetiza aspectos importantes da vida da Faculdade de Arquitetura, desde a criação do curso de Arquitetura na Academia de Belas Artes depois renomeada Escola de Belas Artes — até o presente. É uma história de lutas e também de resistência às mudanças, face às diferentes concepções do processo de ensino-aprendizagem em Arquitetura. O texto resulta de um esforço que, para ser fiel aos fatos, discorre sobre alguns momentos cruciais, os principais obstáculos ultrapassados, ao tempo em que mostra as conquistas obtidas. É uma trajetória de mais de quatro décadas e meia – ou 47 anos –, cobrindo um período de mais de dois terços dos 60 anos da Universidade Federal da Bahia em 2006.

Ao rememorar os objetivos seminais — nunca alcançados plenamente —, não se quer apenas evocar lacunas, mas explicitar por que ainda hoje a Faculdade reside em uma sede inconclusa, ainda carente de instalações

---

1 Diretor da FAUFBA.

adequadas. A carência espacial contrasta com uma vida acadêmica intensa, pois além do curso de graduação foi também implantado — duas décadas após a fundação — um programa de pós-graduação permanente, nos seus diferentes graus de titulação. Muitas atividades essenciais continuam em espaços adaptados: como alguns Ateliês (de projeto), a própria Biblioteca ocupando um pavimento de aulas (em Ateliês), o apoio administrativo (almoxarifado, contabilidade, arquivos), alguns laboratórios, bem como os cursos lato sensu — das especializações — e stricto sensu em níveis de mestrado e doutorado, estão alocados fora do projeto original. As salas de professores e dos grupos de pesquisa são poucas, e exíguas. Superando com esforço estas condições, a unidade se articula com as agências de fomento à pesquisa e extensão, mantém intercâmbios e é reconhecida em níveis nacional e internacional, graças à posição laboriosamente conquistada em décadas.

114

A luta pela criação da Faculdade de Arquitetura mostra que a participação dos estudantes foi decisiva, diante das manobras de uma administração central que protelou enquanto pôde a criação de uma unidade nova. Nada teria acontecido da forma tão intensa, sem a pressão estudantil forte, determinada, vibrante. Hoje, 47 anos depois, é possível ler — sem maiores ressalvas — que os estudantes foram os grandes responsáveis pela criação da FAUFBA. Se a escola não foi estruturada, plenamente, ao jeito ou modo dos objetivos traçados pelos estudantes e professores dedicados ao processo de separação, as conquistas sempre serão lembradas como frutos de uma perseverança — quase utópica — daqueles que, sem receio das incertezas do seu tempo, souberam enfrentar as resistências. Simbolicamente, tudo pode ser resumido numa máxima poética sempre atual e válida, assim posta:

*... quem sabe faz a hora não espera acontecer.*

A máxima vale também para os momentos atuais e futuros, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Mudanças desastradas, como a de 1969, feitas de cima para baixo, sem o envolvimento daqueles que deveriam ser os sujeitos da transformação — estudantes e professores —, significaram um equívoco. Daí, a comunidade acadêmica nunca se sentiu o sujeito daquela mudança: tão lembrada quão indesejada. A história, para não ser repetida como farsa (Marx *dixit*), tem que ser construída e interpretada como um objeto de reflexão, de onde se extraem lições para o presente, apontando as correções de rumo para um futuro: sempre em construção.

## O MOMENTO PRIMEIRO: A SEPARAÇÃO CONQUISTADA (1959-1964)

Em boa medida, o ensino superior possui uma trajetória que não se descola de uma condição:

O aparecimento das Universidades no Brasil remonta ao século XIX, quando da transferência da Corte Portuguesa para o país e a necessidade de preparação de quadros militares e técnicos. As Academias Militares eram responsáveis pela formação de engenheiros e outros profissionais militares, assim como por outros cursos como Agronomia, Arquitetura, Química, Desenho Técnico etc. (CARDOSO et al., 1993)

O primeiro curso de Arquitetura na Bahia aconteceu na Academia de Belas Artes, fundada em 1877, criado pelo engenheiro arquiteto José Allioni em 1880, mas só passou a adquirir alguma consistência ou visibilidade a partir de 1893, à medida que a profissão de arquiteto ia se firmando. Após a reforma Benjamin Constant, em 1891, a unidade deixa de ser uma academia e passa se constituir como Escola de Belas Artes, mas só em 1943 o governo federal passa a reconhecer os cursos de Pintura, Gravura e Escultura, negando o mesmo direito ao curso de Arquitetura.

Aqui, como de resto em boa parte do Brasil, o curso refletia um modo europeu de ensino, no qual a formação do arquiteto nascia ligada às escolas de Artes, demarcando uma antiga visão que enquadrava a Arquitetura como uma das “Belas Artes”. Nos cursos criados nas Escolas Politécnicas, onde quase sempre a matéria Urbanismo era oferecida, formava-se o engenheiro-arquiteto. A concepção ligada às Artes foi mantida entre nós baianos durante as sete décadas seguintes, até a criação da Universidade da Bahia em 1946, depois renomeada por uma nova condição que persiste até hoje, a de Universidade Federal da Bahia.

As Universidades, na sua gênese, sempre foram centros conservadores cuja função primordial era proporcionar status social às oligarquias, fazendo com que a educação superior no país estivesse sempre voltada para as elites. Com um ensino centrado apenas na formação de profissionais, pouco preocupado com a investigação científica e ou crítica, obteve-se por consequência uma Universidade elitista. (CARDOSO et al., 1993) O pensamento moderno vai transformar esta visão elitista num estigma a ser combatido, demonstrando que o ensino superior e suas unidades deveriam

ser o lugar para formar quadros comprometidos com a transformação da própria realidade nacional, regional e local.

A crescente transformação de escolas superiores isoladas, agrupadas numa mesma Universidade, propiciava um clima favorável para que os alunos e alguns professores do curso de Arquitetura reivindicassem o seu reconhecimento. Também crescia a idéia de uma separação mais radical, que resultasse numa unidade autônoma, como acontecia no resto do Brasil. Vale lembrar que os demais cursos de Artes, alocados na Escola de Belas Artes, já estavam reconhecidos oficialmente. Outro fato relevante nesta perspectiva de separação foi o aumento da afluência de candidatos ao vestibular para o curso de Arquitetura, a partir de 1948. Mas apesar do desejo de todos, do empenho de muitos, o reconhecimento do curso de Arquitetura só vai acontecer de fato em 1949, através da emenda de número 21 vinculada ao Projeto de Lei nº 494, da Câmara dos Deputados.

116

A criação da Faculdade de Arquitetura foi marcada por significativa participação estudantil, retratada no livro do arquiteto José Guilherme Cunha, denominado *Revoltas estudantis na Bahia (1959-1964)*. É um livro-depoimento que mostra, com riqueza de detalhes, a luta pela separação da Escola de Belas Artes. Oficialmente, a data de criação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia é 2 de outubro de 1959. Ocorreu, portanto, ainda no reitorado do Prof. Edgard Santos, cuja resistência muito contribuiu para ativar a luta pela criação da Faculdade.

Para melhor entender o contexto e as motivações estudantis em que se deu a separação, veja-se uma leitura daquele momento na verve do autor — e testemunha dos fatos —, um estudante politicamente ativo, ex-presidente do Diretório Acadêmico da nova Faculdade. Descreve o período conturbado em que vivia o país, mas cheio de esperanças, sobretudo para os jovens que queriam transformações nada conservadoras. Diz o autor no seu relato ou depoimento:

[...] A Revolução Cubana contagiou o Terceiro Mundo. No continente americano era a primeira vez que um país dependente ousava libertar-se do jugo do imperialismo. Era a primeira vez, também, que o poder era empolgado por jovens com idade média de vinte e seis anos.

Foi nesse clima de euforia revolucionária que um movimento, inicialmente isolado e despretensioso, politicamente, começou a tomar corpo na Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia: a luta pela separação do curso de Arquitetura e a criação de faculdade autônoma. É verdade que suas raízes já se estendiam a anos pretéritos quando, esporadicamente, ouviam-se gritos de “separar!” e cartazes eram expostos nas paredes daquela escola, com palavras-de-ordem separatistas. A realidade objetiva favorecia esse tipo de luta. O *boom* desenvolvimentista do governo de Juscelino, que vai de 1956 a 1961, criando grandes expectativas para a sociedade brasileira, a projeção mundial da nossa Arquitetura, sobretudo com a construção de Brasília, o desempenho dos nossos grandes arquitetos: Oscar Niemayer, Lúcio Costa, Afonso Eduardo Reidy e outros — tudo isso contribuía para acelerar a evidente contradição entre uma realidade de reconhecimento e o anonimato do único curso de Arquitetura do país ainda vinculado à Escola de Belas Artes. (CUNHA, 1996)

117

De outro lado, a profissão de arquiteto era ainda pouco conhecida pela população e estigmatizada dentro e fora da Universidade. Contraditoriamente, a instituição sob o reitorado de Edgard Santos dava prestígio e certa prioridade às Artes, sendo pioneira na implantação de cursos novos, como Teatro, Música e Dança, mas naquele momento, numa postura autista, sem entender o que se passava no resto do país com a área de Arquitetura, a Universidade resistia à autonomia pretendida. Observe-se, nas considerações a seguir, o contexto:

[...] O arquiteto gozava de má fama. Era considerado como um profissional que só entendia de formas e, sobretudo, de formas complicadas, capazes de levar na falácia qualquer cliente. Ao engenheiro caberia a tarefa de concretizar as “loucuras” dos arquitetos. Essa concepção não era irreal. Alguns tratadistas definiam arquitetura como “formas que bailam sobre colunas”, o que caracterizava o arquiteto como um alienado da realidade do seu país.

Alguns cursos de Arquitetura funcionavam em escolas de Engenharia, e o arquiteto recebia o título de “engenheiro-arquiteto”. Quando não conseguíamos nos fazer entender, acabávamos aceitando o título de “engenheiro”. No serviço público, por exemplo, este título era o adotado, e não adiantava reclamar; fora dessa

denominação era ser confundido com desenhista, pintor ou decorador. Havia até quem se admirava quando descobria que, para cursar Arquitetura, era necessário o segundo grau completo para fazer vestibular...

No início de 1959 os estudantes entenderam que somente a greve seria a arma adequada para reverter essa situação, em face da oposição generalizada do corpo docente e da intransigência do reitor Edgard Santos em atender às suas reivindicações. (CUNHA, 1996)

118

Após uma série de desencontros — fatais — entre os objetivos dos estudantes e a resistência da Direção da Escola de Belas Artes, forte aliada do reitor, mas diante de uma greve que depois se alastrou depois por toda a Universidade, eis que finalmente foi criada a Faculdade de Arquitetura: no dia 2 de outubro de 1959. Emblematicamente alojada num casarão da Vitória, próxima da Residência (R-I) e do Restaurante Universitário, venceu-se ali a demarcação de sua primeira sede provisória, constituindo um novo território, pós-separação. Contudo, vale rever uma reflexão do autor citado:

[...] No entusiasmo da vitória, porém, os estudantes não perceberam que a mudança fora apenas de espaço físico com novo rótulo, exatamente pela aludida despreensão política do caráter do movimento. A reforma do ensino, que todos desejavam, logo se revelou impossível, diante da estrutura arcaica que sustentava a reação vitalícia dos catedráticos vitalícios. Os novos professores, admitidos por indicação dos estudantes, moldaram-se dentro desta realidade. A não ser a escolha posterior do professor Walter Veloso Gordilho como diretor — o primeiro foi o professor Leopoldo Amaral —, nada mais de novo aconteceu. (CUNHA, 1996)

Na verdade, e ceticismo à parte, foi ainda na gestão do Prof. Walter Velloso Gordilho em 1960, diretor fortemente apoiado pelos estudantes — face à sua adesão ao movimento —, que foi criada uma Comissão de Currículo, composta por ele e os professores Diógenes Rebouças e Américo Simas Filho. A Comissão tinha por objetivo central reformular o curso de Arquitetura, tentando superar o viés anterior, buscando uma outra perspectiva mais adequada ao momento,

de modo a ampliar a área de conhecimento inerente ao profissional arquiteto. Os princípios defendidos pela Comissão contemplavam (CUNHA, 1996):

- desenvolvimento da sensibilidade plástica;
- a noção do espaço;
- a imaginação;
- a memória visual;
- o sentido do homem e do caráter;
- a preservação do patrimônio;
- a inserção da Faculdade nos projetos urbanísticos da Cidade.

No trabalho da Comissão é evidente uma conotação “humanista” observada nos princípios norteadores do currículo do curso, incorporando uma tendência de cunho idealista que era muito forte naquele momento, mas ao lado apareciam preocupações pragmáticas, como a de contribuir com o desenvolvimento da cidade do Salvador. Destaca-se ainda uma evidente

119

[...] preocupação com a ampliação e qualificação do corpo docente, com a ampliação das vagas do curso, e com instalações físicas mais adequadas ao projeto acadêmico, além de outras preocupações de grande relevância como a ampliação do acervo bibliográfico em qualidade e quantidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2001)

Enfim, buscava-se um espaço físico adequado ao projeto acadêmico, bem como ampliar o quadro com mais docentes qualificados, dando uma ênfase nas matérias ligadas à imaginação e representação espacial, além de querer um envolvimento na problemática urbana. Portanto, existia um leque de metas curriculares necessárias para consolidar o ensino na nova Faculdade.

O curso implantado na época funcionava como uma estrutura autônoma, independente, coordenado diretamente pela Congregação. As matérias componentes do currículo eram anuais, em um regime sequencial linear, seriado, com todas as atividades ministradas na própria Faculdade. Eram um total de 29 matérias distribuídas entre o primeiro e o quinto ano, podendo se repetir a disciplina eventualmente perdida sob a forma



de “dependência”. Inexistiam os Departamentos e Colegiados de Curso, criados depois.

A Faculdade de Arquitetura sediada provisoriamente num casarão do Corredor da Vitória parecia consolidar a idéia de um espaço próprio, e num dos poucos depoimentos escritos por professor da época afirmava-se que existia um grande

[...] empenho dos professores, alunos e funcionários para retirar do nada um organismo vivo — como dizia o Professor Fernando Fonseca —, em um trabalho conjunto, o que, além de proporcionar uma aproximação entre as pessoas, criou um clima de interação onde todos buscavam atingir um mesmo objetivo em prol da melhoria do ensino e das condições da Faculdade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2001)

120

O casarão, com seus espaços distribuídos em torno de uma grande mangueira centenária, a exemplo do pátio do Restaurante Universitário, facilitava a interação das pessoas, servia de espaço de convivência. As salas abrigavam turmas pequenas, de até 20 alunos, nas quais se reconhecia a série cursada criando uma identidade com a microescala espacial, facilitando os encontros, as trocas, a interação dos grupos de estudantes, bem como com os professores e funcionários que vivenciavam intensamente a Faculdade. Era um condicionante espacial que favorecia uma sociabilidade, demarcando uma época, pode-se afirmar.

A imagem acima, muito cara aos que viveram os momentos iniciais da fundação da Faculdade, não contradiz as outras visões críticas menos idealizadas da sociabilidade da época. Os estudantes mais combativos sempre consideraram ultrapassadas as concepções de ensino adotadas em algumas matérias, que depois passaram a ser duramente atingidas em avaliações ácidas, nos SEMEAR — Seminários de Melhoria do Ensino de Arquitetura — que passaram a existir após a criação da Faculdade. Também eram alvos de críticas as disputas internas de poder, que, logo, após a desastrosa Reforma de 69, foram transferidas da tutela dos antigos catedráticos para as relações interdepartamentais, abrigo de uma estrutura de gestão acadêmica bastante contestada, ainda hoje. O fato é que, num segundo momento, quando da mudança da Vitória para a sede da Federação, ao se adotar o modelo distribuindo as matérias em cinco Departamentos, rompeu-se de vez com a aludida unidade anterior, supostamente mais integradora do curso.

“Um dos mais importantes fatos da história da Faculdade de Arquitetura vai ocorrer em 1963, caracterizado pela transferência do curso da Casa da Vitória para os pavilhões construídos no terreno da Federação”. (FONSECA, 1984) Na verdade, os “pavilhões provisórios” eram barracões de madeira, projetados para ser construídos em tempo recorde, de modo a abrigar as atividades didáticas ainda no segundo semestre de 1963, interrompidas apenas para realização do primeiro SEMEA. Como um desdobramento das demandas do Seminário, foram então criadas duas Comissões importantes. A primeira para propor o Regimento, composta pelos professores Carlos Furtado de Simas, Messias Lemos Lopes, Arival de Moraes Botelho, Luiz dos Santos Pereira Valente e o presidente do Diretório Acadêmico. A segunda, para organizar o programa a ser seguido no projeto definitivo da nova sede, teve como membros os professores Américo Simas Filho, Diógenes de Almeida Rebouças, Fernando Luiz da Fonseca, Antonio Carlos Medeiros Guimarães e o representante estudantil, Paulo Mendes de Aguiar.

Após um estudo minucioso para seleção de terrenos, utilizando uma metodologia criteriosa, a Comissão, composta pelos professores Américo Simas Filho, Hernani Sávio Sobral e Diógenes Rebouças, concluiu por uma gleba localizada na Federação. Terreno selecionado dentre outros nove analisados. Antes foram fixadas diretrizes de programa e dimensionamento de espaços necessários para o projeto da nova sede, que deveria ter cerca de 6.600,00 m<sup>2</sup> de área construída. A gleba pertencia a uma chácara, desmembrada de uma fazenda, situada próxima à Escola Politécnica. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1960)

A Comissão, com acuidade e visão de futuro, antecipava uma expansão da Universidade recomendando uma estratégia de aquisição de outras glebas próximas vazias, para instalação de outras unidades. Assim, a Comissão conclui:

[...] Nenhuma área de Salvador se nos afigura — repetimos — possuidora de condições tão favoráveis à racional expansão da Universidade da Bahia, como a que aqui consideramos e designamos Centro — Federação, desde que se executem os trabalhos de planejamento, preconizados neste Anexo.

Já aí se encontra a Escola Politécnica, recém- instalada, mas ainda isolada e sofrendo dos inconvenientes relativos às más

condições atuais das Características Urbanas da Zona. Para aí devem ir outras unidades, já no momento carecendo urgentemente de instalações condizentes [...]

Entre outras a se instalarem no Centro — Federação, a Comissão sugere as seguintes:

Faculdade de Arquitetura;

Faculdade de Filosofia;

Faculdade de Ciências Econômicas;

Escola de Belas Artes;

Escola de Estatística;

Colégio Universitário;

Escola Politécnica, já construída em parte.

Em suma, as unidades citadas e os Institutos correlatos (Química, Física, Matemática, Urbanística, Tecnológico, etc.), se instalariam no Centro — Federação, com os respectivos Serviços Anexos e Comuns [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1960)

122

Em que pese o esforço da Comissão, o projeto da Faculdade de Arquitetura na Federação, coordenado pelo professor Diógenes Rebouças, só teve a primeira etapa de obras iniciadas em 1965, em concorrência pública vencida pela construtora Soares Leone S.A., cujo contrato era de Cr\$ 293.915.000,00 (duzentos e noventa e três milhões, novecentos e quinze mil cruzeiros). (FONSECA, 1984)

O projeto é de concepção moderna, racionalista, inspirado numa malha espacial modulada (1,20m x 1,20m), estrutura em concreto aparente, calculada pelo Prof. Mário Franco. O partido arquitetônico se baseava num volume — em 04 etapas — disposto em volta de um pátio central interno, num espaço interno descoberto ligado aos pavimentos vazados, destinados à convivência e estar com Diretório Acadêmico, cantina, reprografia etc., generosamente distribuídos sob os dois pisos elevados (algo bem lecorbusiano). O grande pórtico do acesso principal — com um pé-direito

de 8,50m — causou reações nos críticos que defendiam uma solução menos clássica, ou talvez menos monumental.<sup>2</sup> Destacava-se do bloco principal um volume para a Biblioteca (nunca construído), previsto para funcionar isolado, antecipando a ideia de acesso independente a ela, inclusive fora do horário normal das aulas. Um zoneamento vertical sugeria que as atividades manuais, das oficinas — maquetes, plástica, modelagem — embasariam, nos pavimentos inferiores, os pavimentos superiores (sobre os pilotis) para as atividades ditas intelectuais, de aulas teóricas e de projeto (nos Ateliês). Esta questão de contato manual com os materiais, sempre foi basilar no ensino moderno, desde Watter Gropius e a sua Bauhaus.

Apenas o primeiro bloco, e depois o pórtico e dois auditórios foram construídos. Mutilações, improvisos e deturpações aconteceram, descaracterizando a concepção primeira. O professor Diógenes — em depoimento gravado — afirmou que o seu projeto da Faculdade foi concebido como uma unidade autônoma e antecede a própria concepção da Universidade, que de fato aconteceu depois, distribuída em dois campi. Só isto tornava a escola e seu programa passível de uma reformulação.<sup>3</sup> Mas esta autocrítica não valida muitas das obras feitas, a maioria sem qualquer discussão de fundo capaz de construir um novo programa, uma nova concepção de escola, incorporando uma visão de mais largo prazo que pudesse justificar, tecnicamente, as intervenções.

O certo é que o movimento ou ciclo de uma autonomia radicalizada em relação às Artes parece alcançar o ápice quando a Reforma Universitária, no final da década de 1960, passando a Faculdade de Arquitetura a incorporar a Área I: das tecnologias. Depoimentos da época, sem registro escrito, dão conta de ser este um desdobramento urdido num certo pragmatismo, face ao crescente status concedido às tecnologias em detrimento das artes e das humanidades, radicalizado no período pós-64. As prioridades centradas nas tecnologias causaram, e também ainda causam — até hoje —, uma diferença de tratamento na alocação de verbas de custeio ou novos investimentos nas universidades públicas no Brasil. Mas naquele momento, diante do quadro geral, parecia vital para a nova escola (em construção) a mudança de área. Não se tratava de uma postura ideológica ou de autoafirmação do curso,

2 O curioso é que, depois, uma solução dada para um *mezzanino* reduzindo parte do alto pé-direito, foi muito criticada porque, supostamente, retiraria as características do pórtico tal como foi concebido.

3 Síntese extraída de depoimentos do Prof. Diógenes Rebouças gravados em vídeo: FAUFBA, 1994.

mas talvez de sobrevivência, diante das poucas possibilidades de captação dos recursos necessários para sua infraestrutura física: materializada na construção de uma sede nova, mais definitiva.

## O SEGUNDO MOMENTO: DO PÓS-64 AOS ANOS 70

O contexto pós-64 foi também bastante conturbado, cabendo destaque um registro do momento:

O ano de 1968 foi marcado por um grande fórum propondo a reforma do curso, com uma ampla participação dos alunos, além de muitos professores. Alguns exemplos mais marcantes merecem ser registrados: em 1968, aprovou-se uma expansão do número de vagas de 60 para 120 alunos. A rigor, resultado de um movimento estudantil iniciado em 1967 e acentuado em 1968 com acampamento, em frente à Reitoria, dos chamados “candidatos excedentes” daquele ano que, não conformados com a sua exclusão, lutaram pela expansão. Apesar do regime militar no país, o movimento acabou vitorioso, na gestão do Prof. Messias Lemos Lopes. (CARDOSO, 1993)

124

Naquele momento, iniciava-se uma fragmentação do curso com um excessivo número de disciplinas, que a Reforma de 1968 só agravou, sendo desarticulados os conteúdos das matérias de origem agora distribuídas em compartimentos estanques, postos na figura de cinco Departamentos que já nasceram fragilizados, sem verbas e pessoal de apoio. Tudo isto acabou esgarçando de vez a coerência interna do curso de graduação. O antigo currículo tinha lacunas e defeitos, bastante apontados nos Seminários de Melhoria do Ensino de Arquitetura, promovidos pelos estudantes, pois obedecia a uma lógica seqüencial, reconhecidamente linear, e talvez, por isso mesmo, bem menos confusa. O complexo diagrama de blocos (organograma) dos currículos pós-Reforma, com seus pré-requisitos e ramificações opcionais, implantados a partir de diretrizes impostas pelo MEC, a partir de 1968/69, dá uma ideia clara da desarticulação entre as partes estruturais do curso. Algo irreconhecível enquanto formulação se comparado a um projeto pedagógico consistente. Desde então esta desarticulação fortaleceu um sentimento crescente de que, só com uma implantação de Ateliês — leia-se “oficinas de projeto” — seria possível constituir uma espinha dorsal para

o curso de graduação. Na verdade, um antigo desejo, desde os estudos das primeiras Comissões citadas antes.

Assim, a implantação da Reforma Universitária, prevista na Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e Decreto 464, de 11/02/69, acabaram modificando tanto a estrutura curricular e a forma de matrícula — passando de anual para ser feita por disciplina —, bem como a duração dos cursos, cuja coordenação ficou a cargo de um Colegiado de Curso de Graduação, específico. O governo adotou uma concepção americana de Universidade, sob a égide de acordos tipo MEC-Usaid, amplamente rejeitados pela comunidade acadêmica em todo o Brasil e criticados até hoje, pelas sequelas deixadas.

Era óbvio que as condições de infraestrutura e espaço físico da Faculdade não eram favoráveis para absorver a nova demanda criada. Dobrou-se o número de vagas, com o ingresso de mais 60 alunos-ano, a saída foi pragmática: a ampliação do módulo de duas turmas de 30 para três turmas de 40 alunos (total de novos 120 alunos por ano). Por isso, várias modificações e adaptações acabaram acontecendo no espaço físico, a maioria com soluções improvisadas, contrariando a lógica do projeto original da Faculdade de autoria do Prof. Diógenes Rebouças. A estratégia dos defensores da ampliação de vagas apostou numa estratégia política discutível — contra o regime de força instalado — que não vingou, pois, ao se criar um impasse no espaço físico, de modo a forçar uma alocação de verbas mais que necessárias, se deu flanco à incúria, permitindo, ao lado de uma fragmentação do curso, outra: a do espaço físico, nas unidades e no campus. O resultado culminou numa forma perversa de olhar o espaço arquitetônico da Faculdade, tornando-o um campo aberto ao improviso, configurando mesmo um mosaico de obras desconexas, bem distante das premissas iniciais de um projeto mais compacto, em torno de um pátio central.

Além de os recursos chegarem lentamente, muito aquém das novas demandas criadas, a contratação de novos professores e funcionários, sem concurso, revelou-se uma prática discutível, um desastre. Exemplificando: apenas uma parte dos novos contratados daquele momento seguiu a carreira docente, poucos cursaram uma pós-graduação ou se engajaram efetivamente na transformação almejada. No calor da luta, não foram avaliadas as conseqüências de uma ampliação de vagas; faltou planejamento e, sem estipular as metas físicas a serem cumpridas, observa-se até hoje que há dificuldades na alocação de turmas nas salas disponíveis: sempre insuficientes, é claro. Isto explica o fato de os barracões (“pavilhões provisórios”) terem

perdurado por tanto tempo, pois que, de início, deveriam abrigar apenas as atividades essenciais da Faculdade enquanto se construía, por etapas, a nova sede projetada. Os barracões, equivocadamente, acabaram se tornando “indispensáveis”; resta apenas um exemplar que, de modo improvisado, ainda abriga a cantina, precariamente.

Só em 1971 implantou-se o outro currículo, com 13 matérias desdobradas em 40 disciplinas do Currículo Mínimo, além de mais 15 disciplinas, sendo 13 complementares obrigatórias e 02 complementares optativas. O Currículo Pleno ficou com um total de 55 disciplinas, numa carga horária de 4.530 horas. O curso deveria ser integralizado entre um tempo mínimo de 4,5 anos e um máximo de 9 anos. Logo a seguir, além das normas acima, os novos alunos foram obrigados a cursar as disciplinas nucleares de Matemática e de Física, como uma forma de nivelar um conhecimento, antes inerente ao 2º grau.

126

Não é demais reafirmar que a desintegração passou a ser a marca das relações interdepartamentais e do próprio funcionamento dos cursos na Universidade, muito evidente no caso de Arquitetura. Perdeu-se o conceito e a noção de turmas, prejudicou-se a integração de áreas de conhecimento, diluiu-se a ideia-força baseada num conjunto cujas partes deveriam se articular. Cada disciplina passou a ser ministrada isoladamente, distanciando-se uma das demais, até mesmo as pertencentes ao mesmo departamento, seja em termos de conteúdo, seja em termos de localização no espaço. O estudante passou a ser um nômade, sem nexos com os “lugares” frequentados.

O esforço dos coordenadores do Colegiado nunca foi suficiente para ajustar o órgão ao perverso sistema implantado. Com isso foi-se perdendo, progressivamente, a ideia de sua função básica: coordenar acadêmica e pedagogicamente o curso. O fato de os Coordenadores estarem sempre assoberbados com as atividades burocráticas, sempre impostas por uma prática de cunho cartorial, entranhada numa burocracia pouco reflexiva, maculou a figura do Colegiado, identificado como mais uma instância formal.

O formato adotado na composição do Colegiado (de representação por matéria), incluindo professores de outras unidades, apenas cumpria — e ainda cumpre — uma obrigação regimental, quase sempre limitada ao comparecimento em reuniões. Neste sentido, raramente os representantes de matérias de fora da unidade pouco se interessam em discutir os problemas

vinculados à profissão do Arquiteto. Não por acaso, a gerência do curso terminou recaindo na figura do coordenador e de alguns poucos professores orientadores mais dedicados. Ademais, a função de professor orientador se tornou, com o tempo, um ato volitivo, e as tentativas da administração central em torná-la uma atividade docente obrigatória, resultou num fracasso. (CARDOSO, 1993)

Os “anos de chumbo” do pós-64 deixaram um rastro inesquecível. Interrompeu-se um processo que, ao ser substituído por outro, imposto de cima para baixo, fragmentou tudo: ensino-pesquisa-extensão. Com a graduação e a pós-graduação, submetidas a diferentes formas de financiamento, agravou-se a crise de investimentos de manutenção e custeio do espaço físico, nivelando por baixo a compreensão do que seja uma unidade dentro de uma Universidade. Para alguns, as unidades (Faculdades, Escolas, Institutos) são comparáveis a uma espécie de “federação”, com seus Departamentos estanques, alguns apenas próximos do ponto de vista físico, mas distantes em termos de objetivos comuns: eis o desafio que não se cansa de exhibir. Desafio válido para qualquer reforma curricular séria, competente.

127

## **A PÓS-GRADUAÇÃO: LATO SENSU E STRICTO SENSU**

A pós-graduação na FAUFBA se inicia com os cursos lato sensu na década de 1970, através do Curso de Especialização em Planejamento Urbano (CEPU) realizado em três edições (1974/75; 1976/77; e 1979), apoiadas pela Sudene e depois pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU). Na verdade, eram cursos multidisciplinares, financiados dentro de uma política nacional de formação de quadros, destinados a arquitetos, economistas, sociólogos, geógrafos, engenheiros etc. Desde o início, o objetivo era qualificar profissionais graduados — em nível de especialização — para as atividades de planejamento urbano nas cidades do Nordeste. O programa regional, instituído pela Sudene, deveria ser sediado em Salvador, Recife e Fortaleza (único curso que não aconteceu) de modo a atender a demanda regional.

Também faz parte deste esforço inicial para se instalar um programa de pós-graduação na Faculdade de Arquitetura a atração dos Cursos de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos



Históricos (CECREs), que passaram a se fixar em Salvador desde 1981. Desde o IV CECRE, todos os demais realizados contaram com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da Unesco. Antes, estes cursos eram realizados de forma itinerante, em outras cidades (São Paulo, Recife, Belo Horizonte), mas continuam sediados até hoje em Salvador, já na sua XI edição.

A carência de espaço físico requereu uma adaptação do módulo do antigo CPD, onde se instalaram o Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia (CEAB) — no térreo — e o Programa de Pós-Graduação no pavimento superior. Se naquele momento a expansão acontecesse também incluindo o bloco principal — onde depois se instalou o Serviço Médico Universitário Rubens Brasil Soares (SMURB) —, a Faculdade poderia ter hoje uma situação mais confortável em termos de espaço físico. Obviamente, a visão do momento não previa uma expansão maior, como ocorreu nas atividades de extensão, pesquisa e pós-graduação. Tanto isto é verdadeiro que, na gestão da professora Maria Gleide Barreto, foi construído em prazo recorde um outro bloco para abrigar o programa referido, com algumas salas para professores, baseado nas escolas pré-fabricadas projetadas pelo arquiteto Lelé.

Lançadas as bases iniciais, foi possível então se montar, logo a seguir, um projeto para um curso de Mestrado — na gestão da professora Maria do Socorro T. Martinez —, aprovado em 1983 pela UFBA.<sup>4</sup> A primeira denominação, genérica — de Organização Físico-Ambiental —, tinha sua justificação assentada nas dificuldades pelas quais a Faculdade de Arquitetura passava: não possuía mestres e ou doutores suficientes em seus quadros para fazer uma pós-graduação permanente específica em Arquitetura e Urbanismo. Os primeiros cursos de Especialização — CEPU e CECRE — sempre contaram com a colaboração de professores de outras unidades da UFBA, da FAU-USP, da UnB, da UFRJ etc. A denominação inicial abria a possibilidade de incorporar a valiosa colaboração dos professores titulados de outras unidades, como a Escola Politécnica, o Instituto de Geociências — notadamente do Departamento de Geografia — para o qual se criou uma área de concentração específica, durando até a criação do Mestrado em Geografia. Duas áreas foram criadas no projeto original: Conservação

---

4 A coordenação do projeto coube ao Prof. Heliodoro Sampaio, indicado pela Congregação em 1982, na gestão da Profa. Maria do Socorro T. Martinez, contando com o apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa na pessoa do Prof. Heonir Rocha.

e Restauro (derivada da experiência dos CECREs) e Desenho Urbano (derivada da experiência dos CEPUs).

A Área de Desenho Urbano, eufemismo que na prática não vingou, foi logo a seguir substituída pela Área de Urbanismo, denominação mais próxima da grade curricular reformulada; mas a Área de Conservação e Restauro é mantida até o presente. A tarefa de criação do Doutorado — nos anos 1990 —, foi apenas uma questão de tempo, pois o pioneirismo baiano dos anos 1970 e 80, em termos da região Nordeste, possibilitou um lastro suficiente, junto ao MEC e à Capes, para se criar um programa permanente de pós-graduação mais consistente — Especializações, Mestrado e Doutorado — em Arquitetura e Urbanismo. A reputação expressa nas avaliações oficiais, alcançada em um curto espaço de tempo, atesta o acerto da estratégia adotada pela Faculdade de Arquitetura, em que pesem os obstáculos ultrapassados, e aqueles ainda a vencer.

Um outro curso de Especialização importante é o Arqsaúde, também de natureza interdisciplinar e interinstitucional, envolvendo a Faculdade de Arquitetura e o Instituto de Saúde Coletiva (ISC), tendo o apoio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). É um curso em que o trabalho final envolve sempre um Projeto de Arquitetura, voltado para equipamentos complexos de saúde, informando sobre as etapas de planejamento do sistema, detalhando o programa de necessidades e atividades do equipamento até a finalização de um projeto, submetido à avaliação de uma banca multidisciplinar.

O desafio atual para a Pós-Graduação *stricto sensu* reside na demanda crescente por uma Área de Concentração específica em Projeto. Talvez, mais um obstáculo a ser ultrapassado, pela necessidade de formação de quadros para a própria Graduação, cujo eixo do curso está nas atividades dos Ateliês, essencialmente voltados para um saber-fazer, mas também do próprio mercado de trabalho, que carece de renovação. Ademais, nem todos os profissionais que procuram uma pós-graduação tem por meta ser um professor-pesquisador; e o simples fato de ter ou pertencer a um escritório de sucesso no mercado não é o suficiente para qualificar um docente para trabalhar nos Ateliês. A fase pioneira das escolas, bastante experimental, dependeu muito de nomes ligados aos grandes escritórios, mas isto hoje parece um ciclo extinto. Assim, urge formar quadros na própria Universidade para revigorar o ensino de Projeto, e num plano mais ambicioso, se possível, influenciar o próprio mercado de trabalho, elevando o plano de exigências

na prática de arquitetura. Cumpre, então, ir adequando a pós-graduação aos novos desafios e demandas que o tempo presente suscita.

## A EXTENSÃO: POSSIBILIDADES E LIMITES DE ATUAÇÃO

130

As atividades de extensão sempre estiveram e estão presentes na Faculdade de Arquitetura. Algumas delas direcionadas para cursos de aperfeiçoamento que sempre existiram, e ainda existem, voltados para eventos de curta duração. Outras são atividades que servem de apoio ou “prestação de serviços” à comunidade, entranhadas ou não no próprio ensino de graduação, ligadas aos Ateliês. Outras, ainda agrupando professores e alunos, constituem grupos de trabalho voltados para demandas externas que solicitam à Faculdade uma espécie de consultoria especializada. É todo um leque de ações voltadas para a interação direta com a realidade, criando um ambiente propício para estágios de estudantes orientados por professores, dedicados à pesquisa empírica. Portanto, servem de campo para se testar teorias e procedimentos metodológicos, ao tempo em que dinamizam as atividades de extensão na própria Universidade, não raro articuladas a outras unidades de ensino. É a continuidade dos grupos de trabalho, sempre às voltas com um financiamento externo intermitente e incerto.

Provavelmente, um dos primeiros núcleos a incorporar as atividades de Pesquisa e Extensão na prática da Faculdade tenha sido o Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia (CEAB). Vale destacar o *Estudo de evolução urbana de Salvador*, elaborado em convênio com o Plandurb da Prefeitura de Salvador, como um de seus estudos básicos. Elaborado sob a coordenação do professor Américo Simas Filho, contou com a participação de docentes, como, entre outros, Maria do Socorro Martinez, Fernando Luiz da Fonseca, Mário Mendonça de Oliveira, Carlos Campos etc e vários estudantes de graduação. Logo em seguida, também foi elaborado o estudo para delimitar a poligonal de tombamento do Centro Histórico como Patrimônio da Humanidade.

De forma pioneira a criação do Serviço de Assessoria em Arquitetura e Urbanismo (SAAU), coordenado pelos professores Heliodorio Sampaio e Laert P. Neves, serviu de base para um convênio com a Prefeitura de Itapetinga (1971/72) quando foram elaboradas o 1º. Plano Diretor da cidade e

vários projetos de equipamentos públicos. Articulado ao curso de graduação, nas disciplinas de Planejamento VII e VII. Depois, com a participação do professor João C. Brasileiro, foram elaborados: o Plano Diretor de Vitória da Conquista e um estudo, com Diretrizes Urbanísticas, para o Nordeste de Amaralina, em Salvador, bairro pobre com uma infra-estrutura precária.

No rastro dessas experiências outros grupos aconteceram, a exemplo do GRAU – Grupo de Restauro Arquitetônico e Urbanístico, que elaborou os Planos Urbanísticos de Laranjeiras (1974/75) e São Cristóvão (1980), importantes cidades históricas do Estado de Sergipe, sob a coordenação do professores Paulo Ormino David de Azevedo e Vânia Hemb, envolvendo outras unidades da UFBA. Uma outra experiência marcante foi a do Núcleo de Estudos de Arquitetura em Habitação (NEAH), coordenado pelos professores Pasqualino Magnavita e Roberto Cortizo, quando se fez uma ampla pesquisa de campo para avaliar os projetos e suas implicações sobre as condições do habitat nos conjuntos habitacionais da Habitação e Urbanização do Estado da Bahia (Urbis). A meta era realimentar, criticamente, os projetos para a habitação popular em Salvador, para tanto contou com o apoio do Banco Nacional da Habitação (BNH). Lamentavelmente, por corte financiamento, a experiência foi interrompida sem a publicação do Relatório Final, ficando o acervo de dados arquivados.

No início dos anos 1980 a Faculdade, em convênio com a Companhia de Desenvolvimento Urbano e Articulação Municipal (Interurb) Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplantec), criou o Núcleo Experimental de Arquitetura e Urbanismo (NEAU), e sob a coordenação do professor Heliodoro Sampaio, com a participação de vários professores: Arivaldo Amorim Leão, Elisa Rocha, Geraldo Bezerra, Maria Gleide Barreto, Solange Araújo Bezerra e de estudantes estagiários, foram elaborados vários tipos de “metaprojetos” (projetos de projetos) (PORTAS, 1970) de equipamentos urbanos para pequenas cidades do interior, com menos de 10.000 habitantes, sem equipes técnicas locais. Foram elaborados e construídos: terminais rodoviários, feiras-livres, mercados, abatedouros, escolas rurais etc. Trabalhava-se com a ideia de demanda reprimida, que ocorre ao governo do Estado para financiamento de pequenas obras, sem projetos técnicos adequados.

Mais recentemente, o grupo que criou o Renovação Urbana do Pilar (RUP), coordenado pelos professores Alberto Rafael Cordiviola e

Estherzilda Berenstein de Azevedo e, trabalhou uma área degradada do Centro Histórico de Salvador. O projeto tem por meta fixar os moradores no lugar, contrapondo-se às políticas de expulsão da população pobre do Centro Histórico, como aconteceu com a ampla reforma urbana no Pelourinho.

Vários outros exemplos podem ser lembrados, mas a mostra — lacunar — posta acima sugere que existe um campo de trabalho, relativamente vasto, capaz de criar na Faculdade um ambiente motivador em torno da Graduação e para além da pesquisa mais teórica própria da Pós-Graduação, ligada às dissertações de mestrado e teses de doutorado. Provavelmente, num futuro próximo, possa se desdobrar e instituir um Mestrado Profissional, ou uma Área de Concentração nova, que, sem ser apenas acadêmica, buscasse ligar ensino-extensão-pesquisa num único campo de atividades.

132

## O TERCEIRO MOMENTO: ANOS 1990, POR UM CURRÍCULO NOVO

O curso de Arquitetura vai passar por uma outra reestruturação decorrente da mudança no Currículo Mínimo, depois denominada Diretrizes Curriculares, elaborados pela Comissão de Especialistas em Arquitetura e Urbanismo (CEAU), com uma intensa participação da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA). Nesta condição, a reforma curricular persegue uma formação de cunho generalista ou universalista, buscando contemplar todas as atribuições profissionais estabelecidas em lei. A questão das peculiaridades regionais e locais, segundo a reforma, encontraria resposta ao se problematizar os próprios objetos e recortes de estudo, bem como na oferta de uma gama de disciplinas optativas, atividades em estágios e extensão. Ao término do curso o aluno é sempre submetido a uma banca que avalia o seu Trabalho Final de Graduação (TFG). É obrigatória a presença de um membro externo, profissional atuante, para compor a banca de avaliação.

Em 1996, após um processo de discussão amplo, sobre o currículo novo a ser implantado, de modo a atender às determinações do MEC, foi mantido o perfil acima esboçado. Objetivando sintetizar ao máximo, pode-se dizer que o próprio Colegiado do Curso, analisando os resultados alcançados na prática, entende que:

[...] A nova proposta pedagógica apresenta mudanças radicais àquelas praticadas até finais de 95, onde o aluno deixa de ter postura passiva no processo ensino-aprendizagem e passa a ser gestor do seu próprio saber e com isso construir o seu percurso na graduação, tendo o corpo docente como orientador.

A ruptura de procedimentos didáticos praticados com as formas tradicionais de ensino da Universidade e com o ensino de 1º e 2º graus faz com que o processo de implantação do Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA necessite de constantes seminários e fóruns de discussão para melhor assimilação da proposta por parte de docentes e discentes. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2001)

Dentro de uma perspectiva e visando montar um processo de avaliação contínuo, o Colegiado instalou uma Comissão de Reconstrução Curricular na FAUFBA, composta pelas professoras Solange Souza Araújo, Maria Gleide S. Barreto, Eloísa Petti Pinheiro e Suzana Acosta Olmos. Dos trabalhos a partir desta Comissão se pode extrair alguns aspectos importantes, que reafirmam muitas das questões postas desde 1999:

[...] Dentro dessa Ótica de permanente busca da melhoria da qualidade do curso, a Faculdade de Arquitetura há quatro anos, em 1996, iniciou o processo de implantação do novo currículo, o qual vem sendo avaliado em seus produtos, mas ainda carece de uma avaliação de seus procedimentos. Partindo de uma visão crítica de sua história, pretende-se proceder a um conjunto de ajustes, que certamente só serão possíveis após ampla discussão onde os interesses pontuais e pessoais não se sobrepujam ao interesse maior que é a curso. *Se houver um esforço coletivo*, certamente esse desafio será vencido. O argumento da necessidade de um maior envolvimento com este novo modelo pedagógico justifica o crescente percentual de professores em regime de dedicação exclusiva. Contudo, não se poderia deixar de registrar a grande dificuldade enfrentada pelos professores por não existir na Faculdade espaço físico para a sua permanência [...] Isso de certo modo fere a filosofia dos ateliers do novo currículo, onde se espera uma convivência acadêmica plena e não apenas um breve contato do aluno com o professor em sala de aula. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2001)

É fácil concluir que as questões mais estruturais de espaço físico e de regime de trabalho dos professores continuavam problemáticas, não sendo suficientes para dar o apoio requerido pela nova proposta pedagógica, sem esquecer de uma cobrança antiga quanto à necessidade de um *esforço coletivo* para vencer os desafios postos. Enfim, retoma-se um ponto crucial, a máxima de que as decisões sejam tomadas *após ampla discussão onde os interesses pontuais e pessoais não se sobrepujam ao interesse maior que é o curso*. Mas este último ponto é também uma condição difícil de ser contornada, ou combatida, pois as especificidades de disciplinas postas em Departamentos estanques, versus uma característica da profissão do arquiteto assentada num saber-fazer imbricado em vários campos do conhecimento, não se resolve por decreto. A interface com outros saberes, passa a exigir — mais que um currículo convencional —, maior articulação entre as disciplinas isoladas e os Ateliês de projeto.

134

Então, com o argumento de que é mesmo diferenciada a avaliação da formação do arquiteto, o Colegiado rejeita as avaliações do tipo “provão”, instituído pelo MEC. Pode-se concluir que o currículo novo optou conceitualmente por uma avaliação mais global, centrada nos cinco Ateliês, e ao final num Trabalho Final de Graduação. Subentende-se que é menor a ênfase nas disciplinas isoladas, o que cria reações, dado que, para muitos professores e profissionais experientes,

[...] é impossível avaliar o saber-fazer do arquiteto e urbanista fora da sua atividade específica que é o projeto. Não se descarta a possibilidade de avaliar uma série de conhecimentos específicos que constituem parte essencial do saber do arquiteto e urbanista, mas esta avaliação está muito longe de definir a sua qualificação profissional. [...] A prática profissional do arquiteto urbanista está historicamente ligada à avaliação do seu ‘saber-fazer’. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2001)

Esta é a condição pela qual o exercício de projeto possui uma carga horária tão significativa no total do curso. A sucessão de projetos, até a conclusão do curso com o Trabalho Final, evidencia que certas habilidades próprias do saber-fazer constituem a base da formação. Entende-se que as sucessivas avaliações da prática projetual irão aprimorar o domínio técnico e conceitual, capacitando o aluno a intervir na realidade. O sistema pedagógico prevê que os conteúdos teóricos, informativos e de reflexão crítica, conforme cada nível ou bloco, podem estar dispostos ora nos Ateliês,

ora em disciplinas fora deles, num grau de complexidade crescente, posto à medida que o aluno avance na grade curricular. Este modelo idealizado nem sempre é seguido à risca pelo aluno, pois, livre de pré-requisitos para se matricular nas disciplinas, ele poderá burlar a grade curricular imaginada. São distorções e problemas a serem corrigidos.

## CONCLUSÃO

O quadro cultural reinante na Bahia naquele final dos anos 1950, época da luta pela separação de Belas Artes, nunca teve na sua agenda de debates qualquer discussão sobre a necessidade de um novo curso de Arquitetura. No fundo, esta condição demarca um tempo de desprestígio local emprestado à profissão de arquiteto. Mas isto incomodava os estudantes de um curso domiciliado na Rua do Tijolo, no Centro Histórico, junto ao meretrício, na Escola de Belas Artes. O contexto local destoava do que acontecia no sudeste do país, sob a batuta dos mestres Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Reidy, Artigas, Bratke, Kneese de Mello e outros tantos pioneiros, responsáveis pela deflagração de uma arquitetura brasileira moderna, que acabou acontecendo e se reproduzindo no Nordeste, à revelia dos cursos de Arquitetura de então e seus currículos ultrapassados.

A elite tradicional baiana e sua Universidade, embaladas no sono dos desavisados, não se davam conta de que o antigo curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes já não mais atendia ao momento. A sua concepção estava defasada e não respondia às transformações em curso, no mundo e no sudeste do Brasil. Os ventos de mudança que sopravam de todo lado demoravam de alcançar a Bahia, até que os estudantes, ao perceber o rumo a seguir, acabaram construindo um movimento de luta que, de uma greve localizada, se alastrou depois para uma greve geral, alcançando as demais unidades da Universidade da Bahia.

Enquanto as chamadas “escolas” paulista e carioca – de Arquitetura Moderna – se firmavam, a Universidade da Bahia teimava em despertar, resistindo a um amplo projeto de transformação cultural em curso, deflagrado desde a Semana de 22 em São Paulo, e na Semana de Urbanismo de 1935 aqui mesmo em Salvador. Antecedentes que depois vão ser aprofundados na “escola” do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), marco do pensamento urbanístico moderno na Bahia, *locus*



privilegiado de estágios e projetos de Arquitetura e Urbanismo, importante para a formação dos futuros arquitetos-urbanistas. Alguns dos participantes do EPUCS, liderados por Mário Leal Ferreira<sup>5</sup>, já eram ou iriam se tornar docentes de Arquitetura e de outras unidades da Universidade, e, ao participar daquela experiência notável, transmitiram direta ou indiretamente princípios teóricos e procedimentos metodológicos para o interior da Faculdade de Arquitetura.

O chamado pensamento moderno alcançou a arquitetura brasileira através dos trabalhos dos pioneiros — buscando influir na modernização das cidades —, razão pela qual não mais se entende a formação do arquiteto como se fosse apenas uma das “Belas Artes”. É evidente que os participantes do clima de renovação do pensamento urbanístico e arquitetônico local, através do EPUCS, influíram na concepção da Faculdade, pois do seio daquele escritório — na virada dos anos 1940 — saíram diretrizes tipicamente modernas, importantes para os projetos de vias, equipamentos sociais, habitação popular, loteamentos, normas edilícias etc. Lançadas as bases de um novo olhar sobre a cidade real e sobre o seu projeto de futuro, isto marcou também o curso. Portanto, não é demais afirmar que a história da Faculdade acabou influenciada por uma visão interdisciplinar que vem do EPUCS, baseada no planejamento por um lado e, por outro, assentada numa concepção modernista de projeto arquitetônico, ambos voltados para ordenar o espaço concreto da(s) cidade(s).

O chamado “enigma baiano” — como teorizavam Pinto de Aguiar, Rômulo Almeida, Milton Santos e outros — era um reflexo de uma economia estagnada, mas pode explicar em parte a sobrevivência de uma visão decadente naqueles anos 1950, cujas preferências estéticas e arquitetônicas se rebatiam na Universidade. Ainda afeita a uma arquitetura de pompa, persistia na elite tradicional, com raras exceções, uma preferência pelo *décor* baseado em “estilos”, buscando um modo europeu de vida, refletindo o que Roberto Schwarz (1973) tão bem denominou de “ideias fora do lugar”. Um exemplo contundente da confirmação desta hipótese está na execução do projeto de adequação do prédio onde passou a funcionar a Reitoria da Universidade da Bahia, cujas linhas originais foram alteradas, contrapondo-se a um estudo preliminar do Prof. Diógenes Rebouças, cujo partido adotado para abrigar as novas funções dispensava o *décor* apostado depois. Não por acaso, em viagem

---

5 Professor, engenheiro politécnico e sanitarista, pós-graduado em Sociologia na Harvard University, EUA.

ao Rio de Janeiro, o reitor Edgard Santos contratou um outro arquiteto (carioca), mais conservador, provavelmente para fazer o recobrimento que, supostamente, teria dado mais status à nova sede, travestida em mais um “neoclássico” descolado do seu espaço-tempo, embora seguindo o partido espacial anterior.<sup>6</sup>

Curiosamente, naquele momento, muitos dos pioneiros modernistas, inclusive os baianos formados na tradição de um *décor* estilístico, já haviam abandonado esta prática de recobrir as fachadas das edificações nas cidades, buscando inspiração em um estilo retrô. Prática hoje retomada por alguns agentes do mercado. Seja pelo acesso crescente às publicações voltadas para divulgar as obras modernas, seja pelo intercâmbio com outros profissionais, a maioria migrou para as novas formas do pensar, fazer e ensinar arquitetura.

Um outro fator importante na transformação da mentalidade local foi a criação do órgão de classe Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), inclusive criando-se a seção da Bahia, servindo de fórum para o debate sobre a formação dos arquitetos. Em palestra no Encontro de Especialistas sobre o Ensino de Arquitetura, organizado pela Unesco, já em 1970, Vilanova Artigas sintetizou bem a questão das escolas — e do ensino — antes e depois da diáspora entre a velha e a nova concepção de cursos de Arquitetura. Na ótica do representante do IAB, professor combativo na FAUSP, uma concepção de escola brasileira, mas que também poderia servir a toda a América Latina, deveria ter como eixo o “estúdio” (rebatizado de Ateliê), algo similar a uma oficina de projeto, programado em relação a tarefas concretas, sempre ligadas às necessidades do desenvolvimento nacional. Disse Vilanova Artigas (1981):

Essa escola baseada em estúdio é a escola que nós, e particularmente nós aqui no IAB, conseguimos instituir mais do que em qualquer lugar, em São Paulo, por uma campanha enorme que fizemos, nas décadas de 50 e 60, que constituía o esforço de criar um tipo de escola que saísse de um lado das formulações totalmente alienadas de tipo Belas Artes, que ensinava os alunos em cubículos, onde cada homem exprimia no seu projeto perfeitamente aquarelado a sua individualidade ao nível monumental, em termos quase renascentistas. Por outro lado, evitar as escolas ligadas ao plano da tecnologia enquanto engenharia e que teriam a tendência normal

6 Crítica feita a partir de um depoimento do Prof. Diógenes Rebouças, gravado em 1994, FAUFBA.

de limitar a visão universalizante do arquiteto enquanto homem ligado às tentativas de generalização artística, para tarefas ligadas ao imediato, como inqüentenár do avanço científico [...]

138

No caso baiano, cabe reafirmar: as motivações dos que participaram da luta pela separação do curso e dos que ainda hoje participam da saga de uma “eterna construção” da Faculdade de Arquitetura — que continua inconclusa —, sempre giram em torno daquilo que Artigas registrou como o mais essencial: a busca de um ensino/aprendizagem de qualidade, crítico, mergulhado em problemas concretos. Os inevitáveis embates e dissensões entre os professores e alunos, no sudeste e aqui, sempre estiveram por conta das diferentes concepções, tanto de arquitetura e urbanismo quanto do que seja um processo consistente de ensino/aprendizagem, mas está sobretudo na estratégia a ser adotada no curso, de modo a formar profissionais voltados para transformar a realidade.<sup>7</sup> Em algumas escolas, sem citá-las, por motivos óbvios, sequer esta questão existe, pois o pensamento neoliberal, lamentavelmente, busca confundir tudo reduzindo a “realidade” a um mercado. Esta é uma visão reducionista, induz a repensar o próprio mercado de trabalho, nunca limitando apenas ao mercado imobiliário.

Revolvendo a nossa história – baiana – vê-se que as estratégias para implantar novos currículos sucumbiram diante de estruturas de apoio precárias, que não correspondiam às exigências e expectativas criadas. Embora deixando marcas e rastros de desestruturação, os atos impositivos, como a Reforma de 68, acabam se diluindo no tempo, pela recusa dos métodos e pela impossibilidade de um envolvimento mais coletivo. Porque nasceram centrados em esforços volitivos, personalizados, são incapazes de dar conta do cumprimento das tarefas no cotidiano.

A história mostra que um currículo é tão só uma peça importante, mas sempre requer um complexo de medidas complementares, pois nunca poderá dar conta de todo um ambiente cultural no qual se desenvolve depende sempre da motivação dos estudantes e de professores qualificados. Muitas vezes, é a vitalidade do ambiente cultural de uma escola que dá consistência ao currículo real, mas nem sempre o contrário acontece — a não ser nos períodos de deflagração de greve –, face à impossibilidade de se controlar totalmente a recepção dos conteúdos na comunidade acadêmica. Por isto as atividades extra-curriculares assumem uma importância cada vez maior,

---

7 Estas divergências na FAU-USP podem ser vistas em Pedro Arantes (2002).

pela dinâmica que as estruturas não-formais, em interação com a realidade mutante, imprimem ao processo de aprendizagem.

A intensidade na aceleração da busca de elevar a qualidade do ensino sempre dependeu — e ainda depende — de contextos e conjunturas favoráveis, em que existam reais condições de se catalisar a participação ativa de pessoas dedicadas: estudantes, professores e até mesmo de funcionários. A criação da Faculdade de Arquitetura é um exemplo desta condição singular. São as pessoas envolvidas os sujeitos da transformação, constituindo as forças imprescindíveis para se elevar e qualificar as atividades-fins: ensino-pesquisa-extensão. Nesta luta, inexistem “heróis” isolados, pois sem projetos consistentes, legitimamente reconhecidos, para ir de encontro à inércia institucional — leia-se governamental —, pouco também se muda ou transforma.

As mudanças curriculares mais desastradas, como a Reforma de 69, aconteceram de cima para baixo, sem o envolvimento dos que deveriam ser os sujeitos da transformação — os estudantes e professores —, reduzidos ao final a meros objetos; por isso mesmo a comunidade acadêmica nunca se sentiu sujeito daquela transformação, tão lembrada quão indesejada. A história, para não ser repetida como farsa (Marx *dixit*), tem que ser interpretada, refletida, para então se extrair as lições necessárias e se dar um rumo às coisas. Só pela reflexão crítica o sentido das coisas aparece, desvelando o seu tempo.

A tarefa crítica do nosso momento é trabalhar na direção de remoer a trajetória da Faculdade de Arquitetura, tentando encontrar neste breve histórico os principais objetivos, as lacunas e erros do passado, até achar no presente os liames deixados pelas contradições antigas e novas, ainda por serem resolvidas. Nada de triunfalismo descabido ou seu contrário, o derrotismo, pois as reflexões entre a Universidade Federal da Bahia e a realidade fazem da Faculdade de Arquitetura uma das suas expressões mais densas para uma reflexão de como pensar e projetar este futuro comum.

O percurso empreendido na tentativa de traçar um breve histórico da Faculdade de Arquitetura, reconhecidamente lacunar, encerra-se sem concluir, mas lembrando, neste alinhavar, que: “Nada é mais comumente que reatar um fio rompido, completar um projeto truncado, reaver uma identidade perdida, resistir ao terror e lhe sobreviver”. (SCHWARZ apud ARANTES, 2002)

Portanto, é preciso sempre um retomar a estrada, abrindo picadas, puxando o fio de uma meada que nunca se extingue: pois a história da nossa Universidade Federal da Bahia — e da sua Faculdade de Arquitetura — apenas começou.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, P. F. *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

ARTIGAS, J. B.V. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

CARDOSO, C. A. P. et al. *Memória do colegiado do curso de arquitetura*. Salvador: FAUFBA, 1993. Documento restrito.

140

CUNHA, J. G. *Revoltas estudantis na Bahia (1959 – 1964)*. Salvador: BDA-Bahia, 1996.

FONSECA, L. F. da. *Apontamentos para a história da Faculdade de Arquitetura*. Salvador: Do Escritor, 1984. Documento restrito.

PORTAS, N. *Arquitetura: forma de conhecimento: forma de ação*. In: NOVAS perspectivas das ciências do homem. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 5, p. 151-161, [1973] Disponível em: <[http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/estudos\\_cebrap\\_3\\_as\\_ideias\\_fora\\_do\\_lugar.pdf](http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/estudos_cebrap_3_as_ideias_fora_do_lugar.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. *Seleção do terreno para a construção das instalações da Faculdade de Arquitetura da Universidade da Bahia*. Salvador, 1960.

\_\_\_\_\_. Colegiado do Curso. *Considerações gerais sobre o currículo do curso*. Salvador, 2001. Documento restrito.

*Juarez Paraíso<sup>1</sup>*

## REGISTROS E UM DEPOIMENTO HISTÓRICO

A participação artística e cultural da Escola de Belas Artes na comunidade baiana e nordestina sempre foi constante e expressiva: remonta à sua própria fundação, em 17 de dezembro de 1877, por Miguel Navarro Y Cañizares. Para a fundação da Academia de Belas Artes da Bahia, Miguel Navarro Y Cañizares teve o apoio do presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena (barão de Lucena), e contou com a prestimosa colaboração dos artistas: João Francisco Lopes Rodrigues e dos seus filhos João Francisco Lopes Rodrigues Filho e Manuel Silvestre Lopes Rodrigues, do Dr. Virgílio Clímaco Damásio, do engenheiro-arquiteto José Allioni, do professor primário Austricliano Ferreira Coelho e do jornalista Amaro Lellis Piedade.

---

1 Artista plástico, Professor Titular da Escola de Belas Artes da UFBA.

A Escola de Belas Artes é a segunda escola superior da Bahia e a segunda escola de Arte do Brasil. Escola secular; portanto, a sua contribuição histórica e artística tem sido presente, graças ao talento e à dedicação dos responsáveis pela sua existência, ainda mais quando as dificuldades foram sempre frequentes.

Além das doações pessoais dos professores e alunos, em 1881 a Escola contava apenas com uma pequena subvenção de um conto de reis, votada pela Assembléia Provincial. Foi muito importante a doação, pelo engenheiro baiano Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá, de 120 apólices da dívida pública federal para a instituição do prêmio de viagem à Europa. Os recursos que manteriam a Escola já estavam definidos no seu Estatuto, aprovados em sessão da Congregação, de 7 de fevereiro de 1928, como consta no Cartório do Registro de Títulos e Documentos, sob o número de ordem 315, livro 5, em 22 de fevereiro de 1928. Para a consecução dos seus fins, além do legado Caminhoá, nos termos da respectiva verba testamentária, do material de ensino, biblioteca e mobiliário, que constitui o seu patrimônio, a Escola poderia recorrer ao auxílio dos poderes públicos, às taxas de matrícula, de mensalidades, de exames ou contribuições outras.

142

Tendo, de início, o nome de Academia de Belas Artes da Bahia, passou a ser denominada Escola de Belas Artes da Bahia, por força da reforma do ensino secundário e superior da República, em 1891, feita por Benjamim Constant. Os primeiros decênios de sua existência descrevem uma fase heróica, quando as ameaças de extinção só foram dizimadas pelo esforço comum, pelas subvenções e pela ajuda de beneméritos, como os governadores Joaquim Manoel Rodrigues Lima e Luiz Viana. Nesse período, destacaram-se Manoel Lopes Rodrigues, João Francisco Lopes Rodrigues, Manoel Querino, José Nivaldo Allioni, Braz Hermenegildo do Amaral, Archimedes José da Silva, Cyrilo Marques, Agripiniano de Barros, Oséas dos Santos.

A Escola de Belas Artes alcança o fim do século XIX com o reforço de dois artistas estrangeiros: Maurice Grun, pintor russo, e o escultor Joseph Gabriel Sentis. A participação de artistas de fora do país se repetiria em 1907, com a vinda do escultor italiano Pascoale De Chirico, autor de inúmeros monumentos em praças públicas de Salvador, como o de Castro Alves e do barão do Rio Branco; com o pintor e músico Adam Firnekaes, em 1959, e com a vinda de Karl Heins Hansen, em 1963, para o ensino da técnica de xilogravura. Os anos se sucederam, trazendo um notável elenco de mestres, alunos, intelectuais e artistas.

O início do século XX é marcado por inúmeras dificuldades, que culminam com a eclosão da Revolução de 30, quando foram suspensas as subvenções, somente restabelecidas no governo Juracy Magalhães.

## **A ESCOLA DE BELAS ARTES DA RUA 28 DE SETEMBRO — SOLAR JONATHAS ABOU**

O primeiro espaço da Academia foi o atelier do seu fundador, a própria casa de Cañizares, no segundo andar de um grande sobrado, na Praça do Palácio, esquina da Misericórdia com a Ladeira da Praça. No entanto, no mesmo ano da sua fundação, a Academia foi transferida para uma parte do antigo solar Jonathas Abott, situado na Rua 28 de Setembro, cedido pelo governo do Estado, no qual foram realizadas adaptações e reformas para o ensino das artes plásticas. Em 1917, quando ameaçado de ruir parcialmente, o professor Oséas dos Santos, então diretor da Escola, com a ajuda do governador da Bahia, Moniz Ferrão de Aragão, determinou a total reforma do prédio. Posteriormente, outra grande reforma foi também realizada por Mendonça Filho. Em 14 de março de 1949, o governador Octávio Mangabeira doou, definitivamente, o prédio para a Escola de Belas Artes, determinando que o professor Anísio Teixeira, secretário da Educação e Saúde da época, assinasse a escritura de doação, concretizando o que já determinava a Lei número 84, de 12 de agosto de 1948. De posse da sede própria conseguiu a Escola de Belas Artes incorporar-se à Universidade da Bahia, graças ao empenho do reitor Edgard Santos e de personalidades como Pedro Calmon, Cesário de Andrade e Isaias Alves. Octávio Mangabeira passou a ser um benemérito da Escola e é interessante ressaltar que, nos termos da doação, o prédio seria da Escola de Belas Artes e inalienável, condição que não foi respeitada, quando vendido posteriormente para a Prefeitura de Salvador.

Com a Reforma Universitária de 1968 e o crescimento do campus, a Escola de Belas Artes ficou praticamente isolada, à semelhança das Faculdades de Medicina, de Filosofia e de Ciências Econômicas. Por outro lado, havia por parte de pessoas de princípios morais rígidos e equivocados a convicção de que a Escola era muito prejudicada por estar malsituada, em consequência de ter o meretrício como vizinhança. Vale salientar que a Rua 28 de Setembro era uma das mais tradicionais e expressivas de Salvador, relíquia da arte colonial barroca, adjacente à igreja e convento do São Francisco. Possuía



uma vida vibrante e significativa, acesso natural ao Terreiro de Jesus, Praça da Sé, Ladeira da Praça, Misericórdia, Rua Chile, Rua do Gravatá e Baixa dos Sapateiros. Do último andar do prédio, descortinava-se um verdadeiro tapete de telhados coloniais da Bahia antiga, e dali pôde-se presenciar, durante muitos anos, a progressiva mudança da cidade, os incêndios criminosos dizimando e destruindo a nossa herança colonial.

Alguns desejavam a mudança da Escola para as dependências da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus, mas prevaleceu a mudança da Escola para o Campus ficando estabelecido que o melhor lugar seria onde se encontrava a Escola de Geologia, certamente por estar perto da Reitoria e das Escolas de Teatro, Música e Dança. Alegava-se, inclusive, que com esta mudança seria inevitável a integração da Escola com as demais escolas de Arte. Em 16 de março de 1966, o pintor João José Rescala, diretor da Escola na época, comunicava a seus colegas de Congregação sobre os entendimentos com o Reitor Miguel Calmon para a aquisição de um prédio no Canela, sendo digna de registro a intermediação do Prof. Américo Simas Filho. Em 1967, a Escola de Belas Artes já estava com as suas aulas teóricas funcionando no novo prédio, nº 15 da Avenida Araújo Pinho, onde hoje está localizada a Galeria Cañizares. O Prof. Cid Teixeira encarregou-se da mudança e adaptações, tanto quanto do expediente no novo prédio. Ficou estabelecido que, em princípios de 1968, a Escola de Belas Artes seria transferida para as dependências da Escola de Geologia, sendo diretor nesta época o Prof. e pintor Emídio Magalhães e Reitor o Prof. Roberto Santos. No entanto, seria necessário que a Escola fosse instalada provisoriamente por um ano nas dependências inferiores do Museu de Arte Sacra, para que o Solar Jonathas Abott pudesse ser vendido, possibilitando, com o dinheiro dessa transação, ser iniciada a construção do novo prédio de Geologia. O restante da verba já estava garantido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, em função da Reforma Universitária.

144

## **A ESCOLA DE BELAS ARTES NO CONVENTO DE SANTA TEREZA — MUSEU DE ARTE SACRA**

A estadia da Escola no Museu de Arte Sacra foi aprovada, mas com o voto contra de seu diretor Don Clemente Nigra, que se manifestou receoso daquela invasão nas suas “sagradas” dependências, durante a reunião da

Congregação, em 12 de fevereiro de 1968, presidida por Emídio Magalhães e com a presença do Reitor Roberto Santos e dos professores Aristides da Silva Gomes, Alberto Valença, Aldemiro Brochado, Augusto Buck, Carlos Eduardo da Rocha, Evandro Schneiter, Ismael de Barros, João José Rescala, Juarez Paraíso, Messias Lemos Lopes, Raimundo Aguiar, Riolan Coutinho, Romano Galeffi, Cidelmo Cavalcante, Fernando Fonseca, Humberto Lyrio da Silva, Hansen Bahia e Mirabeau Sampaio. Nessa reunião estabeleceu-se também que a Escola teria sua Galeria de Arte no prédio onde estavam funcionando prévia e provisoriamente as aulas teóricas. As mudanças foram realizadas com bastante prejuízo para o patrimônio da Escola, devido à inestimável perda de parte do seu patrimônio artístico. Também foi bastante desconfortável a estadia da Escola nos porões do Museu de Arte Sacra, o que se soma ao preconceito de seu diretor quanto às aulas de Desenho de Modelo Vivo, em princípio ameaçadas de não funcionar com o modelo humano despido.

Somente no primeiro semestre de 1970 foi possível a propalada mudança para a Avenida Araújo Pinho, já com o Prof. Evandro Schneiter como vice-diretor em exercício. É quando se inicia um novo período na história da Escola de Belas Artes.

145

## **A ESCOLA NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CANELA — RUA ARAÚJO PINHO**

Durante 24 anos foram utilizados os velhos barracões de madeira da Escola de Geologia como salas de aula, alguns já bastante deteriorados e ameaçadores, uma péssima recomendação para a Universidade Federal da Bahia. Muitas promessas de prédio novo, mas, apenas promessas. Finalmente, no reitorado do Prof. Macedo Costa, a esperança de um prédio próprio cedeu lugar ao compromisso da UFBA em reunir todas as Escolas de Arte em um só espaço, uma espécie de “Centro das Artes”, onde todas as experiências artísticas poderiam ser inter-relacionadas, integradas. Durante muito tempo, sucederam-se as entrevistas, foram ouvidos os professores e analisadas todas as necessidades em busca de um programa ideal, principalmente como função pedagógica. O projeto foi concluído, para desafogo de todos, quando a Reitoria veio descobrir a inexequibilidade da idéia do Centro das Artes, diante dos altos custos

apresentados, não obstante a construção de outras obras, como a Biblioteca Central. Logo em seguida, a EBA só não foi transferida para um caixão de concreto armado, confinado no prédio vizinho à Faculdade de Arquitetura, porque fizemos uma agressiva interferência, contamos com o apoio absoluto de todos os colegas, que, finalmente, recusaram o que já estava quase consumado. O que se tramava era a venda do espaço e dependências da EBA para o comerciante Paes Mendonça, pela Reitoria, para com o dinheiro resultante construir um prédio para outra Escola, repetindo-se a mesma história anterior.

Embora de difícil adequação ao ensino e à prática das Artes Plásticas, foram implantadas estruturas modulares da Fábrica de Equipamentos Comunitários (FAEC), na gestão da diretora Ana Maria Villar Leite, substituindo alguns dos antigos barracões, tendo a comunidade da EBA impedido que mais uma dessas estruturas fosse localizada ao lado do prédio principal da Escola, pois isso muito iria prejudicar a historicidade e a beleza natural do espaço.

146

De 1988 a 1992 presenciamos uma nova fase, uma espécie de renascimento da EBA, reconquistando-se credibilidade, admiração e respeito, graças ao empenho e à sensibilidade de sua diretora, Profa. Márcia de Azevêdo Magno Baptista.

Nesse período, a EBA teve o seu prédio principal totalmente recuperado, inclusive esteticamente, eliminados os tabiques e os espaços labirínticos.

Em minha gestão, de 1992 a 1996, realizamos uma campanha para a derruba dos últimos barracões de madeira, contando com a ajuda da reitora Eliane Azevêdo para a realização de um projeto de um novo pavilhão de aulas, que teve a sua construção com o Reitor Felipe Serpa. Neste pavilhão, localizamos todas as disciplinas de Expressão Tridimensional, incluindo Cerâmica, Escultura, Maquete e uma sala de pranchetas.

Por proposta de nossa autoria e aprovação unânime da Congregação da EBA foi dado a este pavilhão o nome do grande mestre Mendonça Filho.

Em continuidade ao trabalho da artista Márcia Magno como diretora, introduzimos várias obras de arte nos espaços existentes da Escola, murais e esculturas, caracterizando melhor o espaço de uma escola destinada às artes visuais.

## OS CURSOS

No plano do ensino e da educação formal, a Escola de Belas Artes tem tido um papel de destaque na formação e habilitação de milhares de jovens. A partir de sua fundação, a Escola manteve cursos de Desenho, Pintura, Arquitetura e Música. Em 1918, o Conservatório de Música separou-se da EBA, transformando-se no Instituto de Música da Bahia. Manteve também a EBA curso primário, cursos de Francês, Português, Matemáticas Elementares, História Universal das Artes e de Ciências Físicas Naturais, exigidos para as matrículas nos cursos de Pintura, Escultura e Arquitetura. A Escola mantinha um curso anexo (propedêutico), para os candidatos aos diversos cursos oficiais, um curso noturno de Desenho, principalmente para operários e cursos livres, antigo curso de “diletantes”, em quaisquer disciplinas.

Ao obter a sua autonomia como unidade independente, depois de uma longa convivência, separou-se o curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes, em 1961. Foi introduzido o curso de Licenciatura em Desenho, permanecendo os cursos de Pintura, Escultura e Gravura.

O vazio provocado pela saída do curso de Arquitetura determinou uma grande reação coletiva, quando todas as aulas foram paralisadas para uma reflexão mais séria sobre os destinos da Escola. Aconteceu um grande seminário, onde foram questionados os conteúdos das disciplinas, tendo sido realizada uma Oficina de Produção Artística, orientada para resultados mais condizentes com uma expressão plástica contemporânea, moderna. O resultado foi surpreendente, tendo sido mostrado em uma grande exposição montada nas dependências do Belvedere da Sé.

Inúmeras têm sido as mudanças e tentativas de melhoria dos cursos existentes. E vale salientar que os principais acontecimentos de artes plásticas da Bahia tiveram relação direta ou indireta com a Escola, sendo necessário considerar que até a década de 1930 havia uma carência quase total quanto à informação e ao consumo na área das Artes Plásticas. Por outro lado, o papel da Escola sobressaiu-se principalmente pela ausência de museus, revistas especializadas, salões e galerias de arte. O Museu de Arte Moderna só seria inaugurado em 1960, pela arquiteta Lina Bo Bardi. O primeiro Salão de Ala e o Jornal de Ala, criados pelo poeta Carlos Chiaccio, surgiram em 1937, e a primeira galeria de arte, a Galeria Oxumaré, do poeta Carlos Eduardo da Rocha, seria inaugurada em 1950.

O ensino das artes plásticas na Bahia foi realizado, principalmente, em ateliês e oficinas particulares. A partir do século XIX surgem alguns cursos regulares, inclusive com a Aula Pública de Desenho, que teve início em 1813, contando com professores como Antonio da Silva Lopes, Joaquim Franco Velasco, Jose Rodrigues Nunes e Francisco Rodrigues Nunes. Todo o ensino era realizado através da reprodução de técnicas e da cópia, em geral, de modelos, sempre prevalecendo o estilo tomado como referência em qualquer das áreas de artes plásticas. A cópia de estampas era preponderante.

Destinado ao ensino das Artes Plásticas, da Arquitetura e da Música, a Academia de Belas Artes prosseguiu com o método da cópia de estampas e de modelos de gesso, sendo que somente em fins do século XIX foi utilizado o modelo vivo, provavelmente com a vinda, em 1893, do pintor russo Maurice Grun para lecionar Modelagem, Ornamentação, Pintura do Natural e Desenho de Relevô.

148

As escolas de Belas Artes foram criadas nos moldes de sua congênera francesa, a Real Academie de Beaux-Arts, segundo os preceitos neoclássicos. Tendo como antecedente a Missão Francesa de 1816, o acadêmico-realista instalou-se nas academias de Belas Artes do Brasil, sendo a maior referência a Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. No parágrafo único do artigo 1º do Regimento Interno da Escola de Belas Artes da Bahia, aprovado pela Congregação, em 22 de junho de 1936, a subordinação do ensino ao modelo acadêmico-realista está bem explicitada: “Parágrafo único — Há, na Escola de Belas Artes da Bahia, o curso de Arquitetura e o curso de Escultura, Pintura e Gravura, conforme o programa da Escola Nacional de Belas Artes, podendo, entretanto, posteriormente, serem criados outros cursos profissionais superiores e de aperfeiçoamento”. Assinam este regimento José N. Allioni, Albérico Fraga, Frederico Simas Saraiva, Alberto Valença, Carlos Chiacchio, Américo F. Simas, Presciliano Silva, Francisco Conceição Menezes, Mendonça Filho, Carlos Sepúlveda, Pasquale De Chirico, Aristides da Silva Gomes, Carlos de Seixas Pereira e Tito César Pires.

Embora já havendo sido eliminado o ensino através da cópia de estampas, continua a cópia como único método de ensino, enfatizando-se o conhecimento da perspectiva centrada e da anatomia humana, a prática da modelagem e do desenho de modelo de gesso e do natural, incluindo o modelo vivo, consolidando-se a base para a formação acadêmica do estudante, ultimada pelo exercício constante da pintura ou da escultura, a partir da contemplação e da imitação da natureza.

A Academia de Belas Artes, pelos relatos existentes, teve a sua vida inicial pensada modestamente, com o engenheiro-arquiteto José Vivaldo Allioni encarregado do ensino da Arquitetura, e o próprio Miguel Navarro Y Cañizares com a incumbência do ensino do Desenho e da Pintura. É importante ressaltar a presença de Manoel Querino e de Oséas Santos, como primeiros alunos, pois viriam a ser, mais tarde, cronistas e principais testemunhas dos primeiros anos da Academia. Por uma listagem de autoria do professor Américo Simas Filho, em seguida aos primeiros professores e fundadores da Academia, podemos citar, dentre outros, Braz do Amaral, Eduardo Dotto, José Nivaldo Allioni, Américo Furtado de Simas, Presciliano Silva, Manoel Lopes Rodrigues, Agripiniano de Barros, Oséas Santos, Constança Lopes Rodrigues, Etelvina Rosa Soares, Pasquale De Chirico, Antonio Navarro de Andrade, Oscar Silva Lima e Otávio Torres.

## **A CÓPIA COMO MÉTODO DE ENSINO**

Embora acadêmico e anacrônico para os objetivos previstos, o curso de Belas Artes tinha para as suas habilitações de Pintura, Escultura e Gravura uma Estrutura exemplar, simples e eficiente. Para um período de cinco anos, eram oferecidas seis disciplinas para o ciclo básico e oito para o ciclo profissional. Dessa forma, o aluno poderia dedicar-se completamente ao estudo sequenciado do Desenho, da Modelagem, da Composição Decorativa, da Pintura, da Escultura ou da Gravura. É evidente que o resultado só poderia ser limitado, se não fosse já comprometido com a ideologia dos artistas acadêmico-realistas.

Naquela época, a mente e a sensibilidade do estudante eram condicionadas pela observação constante e sistematizada dos exemplos da “Arte Clássica”, através do método da cópia ostensiva dos modelos de gesso, principalmente da escultura grega, greco-romana e neoclássica. Para isso, contava a Escola com uma das mais completas coleções de “Gesso Clássico” do Brasil, adquirida em Paris, em 1897. Com as diversas mudanças que sofreu a Escola, seu patrimônio de gesso foi parcial e criminosamente destruído, não havendo uma perda total por causa do projeto de recuperação das peças e esculturas de gesso, promovido na gestão da artista plástica e Profa. Márcia Magno.

Consoante a formação do artista acadêmico-realista, a técnica preferencial para o desenvolvimento da sensibilidade visual para desenho era a técnica do carvão, por fornecer o negro mais profundo e os cinzas mais sutis, assim como a técnica a óleo, para a concepção da pintura. Na área da escultura, predominava a modelagem com o barro e a subsequente moldagem em gesso, naturalmente, como preparação para as futuras fundições em bronze.

Depois do gesso, o treinamento mais difícil era com o modelo vivo. No nosso próprio caso, inicialmente, no período de formação, fomos condicionados ao tipo de abstração linear que caracterizava Ingres e a elegância das proporções e da forma da arte clássica.

A perspectiva renascentista era por todos nós, daquela época, aprendida nas lições do mestre Raimundo Aguiar, sempre metucioso e exigente.

Depois de Octavio Torres, surgiu o extraordinário cientista Aldemiro Brochado, com quem aprendemos as lições de anatomia humana, com muito esforço entendidas como “anatomia artística”.

150

O Desenho, a Pintura e a Escultura, conclusivas na nossa formação, eram disciplinas de responsabilidade dos mestres Mendonça Filho e Alberto Valença, Emidio Magalhães e Ismael de Barros.

Na verdade, o processo de mudança tem início graças à inteligência e à intuição do pintor e professor de desenho Manoel Ignácio de Mendonça Filho, diretor da Escola de 1946 a 1961. Líder incontestado, de excepcional habilidade na transformação da rígida estrutura acadêmica daquela época, soube reconhecer e orientar, sutil e decisivamente, as mudanças que progressivamente tomavam corpo.

A presença de Mendonça Filho foi fundamental para a afirmação da EBA. Sua influência foi marcante pelo talento e firmeza de liderança. Amigo pessoal do reitor Prof. Edgard Santos, reformou completamente a antiga sede da Escola, o Solar Jonathas Abbott, contribuindo decisivamente para a incorporação da EBA à Universidade. Obteve novos equipamentos e organizou, inclusive, a Biblioteca especializada em Artes Plásticas e Arquitetura.

Independentemente do ingresso de Romano Galeffi e dos artistas realistas Jair Brandão, Newton Raimundo da Silva e Emídio Magalhães, em 1953 Mendonça Filho propiciou o ingresso dos primeiros arquitetos e artistas modernos da Bahia, entre os quais Diógenes Rebouças, Bina Fonyart Filho, Hélio Duarte, Lina Bo Bardi, Hansen Bahia, Mirabeau Sampaio, Udo

Knoff, João José Rescala, Maria Célia Amado Calmon Du Pin e Almeida, a quem, na verdade, devem-se creditar importantes iniciativas de renovação no ensino das artes plásticas, por ter introduzido novas experiências de técnicas e de composição. (Maria Célia retirou-se da Escola em 1959, sendo substituída por Abraão Kosminsky, de temperamento mais brando e de vocação acadêmica.)

Era notável o quadro de professores dessa época, destacando-se Francisco da Conceição Menezes, Leopoldo Amaral, Albérico Fraga, Octávio Torres, Oscar Caetano da Silva, Aristides Alves, Renato Vaz Sampaio, Walter Veloso Gordilho, Hélio Gomes Simões, Romano Galeffi, Américo Simas Filho, Cid Teixeira, Carlos Eduardo da Rocha, Sílvio Santos Faria. Sempre sob a liderança de Mendonça Filho, destacavam-se os artistas Alberto Valença, Presciliano Silva, Raimundo Aguiar, Emídio Magalhães, Robespierre de Farias, Jaime Hora, Jair de Figueiredo Brandão, August Adolf Buck, Ismael de Barros.

Com a ajuda de Mendonça Filho, surge também nessa época Adam Firnekaes, músico e artista pintor alemão que ensinava no Instituto Cultural Brasil—Alemanha (ICBA). Foi justamente no início de 1960 que tivemos uma ajuda mais direta de Mendonça Filho, quando elaboramos e defendemos uma tese para concurso de livre-docente, voltada para a reformulação do ensino na Escola de Belas Artes, criticando o sistema reinante. Nesse trabalho, apontamos as principais falhas do ensino acadêmico, a desatualização da Escola e a urgente necessidade de revisão de suas funções como uma escola de ensino superior. E, por ter feito críticas diretas a quase todas as disciplinas, fomos alvo de verdadeiro bombardeio por parte dos professores mais conservadores. Nessa ocasião, Mendonça Filho sempre esteve do nosso lado e na nossa defesa, contornando os ataques mais ferozes e atenuando a situação.

A força e o prestígio de Mendonça Filho junto ao reitor Edgard Santos eram invejáveis. A Escola, durante a sua longa gestão, importava material, para o uso de rotina, diretamente de Paris e, até recentemente, ainda encontrávamos, no almoxarifado, material daquela época.

A partir da década de 1950, somos testemunha e personagem da história da Escola de Belas Artes, uma história de obstáculos e dificuldades, onde o ensino era fruto de absoluta abnegação e desprendimento.



## A DÉCADA DE 1960

A Escola de Belas Artes tem, na década de 1960, uma fase de completa renovação dos seus ideais, uma ruptura com o passado cujos protagonistas eram os grandes mestres da Arte Acadêmico-Realista. Os cânones da arte neoclássica, dos românticos e dos realistas do século XIX já não serviam como modelos de ensino, e a nova geração teve que enfrentar as dificuldades de uma fase de profundas mudanças e inquietações.

Buscando melhor atualização dos cursos existentes, a primeira grande reforma de ensino da Escola culminou com a eliminação dos cursos isolados de Pintura, Escultura e Gravura. Surgiu o curso de Artes Plásticas em 1964, caracterizado por uma formação básica e especialização opcional em uma determinada técnica no último ano. Em 1967, realizou-se o primeiro simpósio pró-reformulação do ensino das Artes, coordenado por Valentim Calderón e contando com a participação da Escola. Ficou comprovada a urgente necessidade de implantação e funcionamento dos cursos de Publicidade e Artes Gráficas, Artes Decorativas e Museologia; de se criar um curso de Desenho Industrial e de se realizar atividades de extensão mais intensas e constantes. No Fórum de Debates de 1968, realizado na Escola, surgiram novas soluções para a sua reestruturação.

Durante a década de 1960, os antigos professores começaram a ser substituídos por uma nova geração, principalmente constituída de Mercedes Kauark Kruschewsky, Expedito Nogueira Bastos, Riolan Coutinho, Dagmar Pessoa, Carlos Augusto Bandeira, Marisa Gusmão Fernandes, Humberto Aquino Rocha, Ana Regina Mendonça, Gisélia Figueiredo Passos, Herbert Viana de Magalhães, Yêda Maria, Luís Gonzaga Cruz, Marione Santos Correia, Zélia Maria e Odete Sampaio.

## O ATELIER DE GRAVURA DA EBA

Um dos pontos altos da Escola de Belas Artes, na década de 1960, foi, sem dúvida, a sua produção de gravura, a ponto de considerar-se na época uma Escola Baiana de Gravura, pelas características conquistadas pelo grupo que lá trabalhava. Foi quando surgiu uma das mais importantes gerações de gravadores da Bahia e do Brasil: Emanuel Araújo, Sônia Castro, Edson da Luz, Yêda Maria, Juarez Paraíso, Leonardo Alencar, José Maria, Hélio

Oliveira, Edízio Coelho, Glay Mello, Gilberto Oliveira. Todos esses artistas foram fruto do Atelier de Gravura da EBA, sob a orientação de Mário Cravo Jr., Hansen Bahia e Henrique Oswald. Mario Cravo entra na Escola no final da década de 1950, para ministrar um curso livre de gravura em metal, ao qual comparecemos como aluno, assim como Raimundo Aguiar, Calasans Neto, Jaime Hora e Newton Silva. Depois ele realizou o concurso de livre-docente e permaneceu na EBA. Na verdade, o grande impulso nesta área foi dado por Henrique Oswald, graças ao seu excepcional talento artístico e didático. Influenciou, diretamente, a todos nós que tivemos a sorte de ser seus discípulos, principalmente José Maria (um dos maiores xilógrafos do Brasil), Hélio Oliveira, Sônia Castro e Emanuel Araújo. A gravura produzida era de médias e grandes dimensões, pelo uso do compensado, e de caráter expressionista, pela carga de contrastes texturais, pelo uso indevido da prensa de água-forte, de grande pressão, esmagando e expulsando a matéria, na exaustão de sua intimidade. Hansen Bahia, mestre da xilogravura, conhecido internacionalmente, deu uma expressiva continuidade à produção de gravura do Atelier da EBA, tornando-o mais ainda conhecido e respeitado nacionalmente. Todos os artistas gravadores formados pelo atelier de gravura da EBA, na década de 1960, tornaram-se admirados e consagrados pelo público e pela crítica especializada. No fim da década, reforçando esse grupo, surgiram Terezinha Dumet, Hilda Oliveira, Denise Pitágoras e Vera Lima. Todos oriundos da EBA. O Atelier da EBA continuou formando gravadores com a presença dos artistas professores Gizelia Figueiredo Passos, Terezinha Dumet, Márcia Magno, Renato Viana, Michael Walker e Julian Wrobell.

153

Em 1968, foi realizado, nas dependências do Museu de Arte Sacra, um “Fórum de Debates”, envolvendo todo o corpo discente e docente, na busca de novas soluções para uma “Nova Escola”. Daquele Fórum, foram introduzidas algumas melhorias nos cursos já existentes.

## MUDANÇA RADICAL NO ENSINO

Precisamente em 1969, após um interminável debate entre a ala jovem e a mais conservadora da Escola, por causa de uma proposta de nossa autoria, ficou aprovada pela Congregação a eliminação da utilização do gesso clássico como modelo para o ensino de Desenho. Isto causou uma verdadeira revolução no ensino da Escola, quebrando uma norma que já

durava 82 anos. A cópia de modelos cederia lugar a um ensino baseado nos processos criativos. Houve necessidade de uma revisão total nos objetivos e conteúdos dos cursos.

## CONQUISTAS PRINCIPAIS

A década de 1960 foi uma espécie de “anos dourados” da Escola de Belas Artes, época em que foram, inclusive, plantadas as principais sementes para conquistas subsequentes, sendo destacáveis:

- a) Os movimentos mais relevantes de modernidade no ensino e no processo de integração com a comunidade, como a inauguração da Galeria Convivium, as Bienais Nacionais da Bahia, a Revista da Bahia, as Feiras de Arte.
- b) O surgimento da Escola Baiana de Gravura.
- c) Proposta para a criação dos cursos de Publicidade e Artes Gráficas, Arte Decorativa, Museologia e Crítica de Arte.
- d) A fusão dos cursos de Pintura, Gravura e Escultura no curso de Artes Plásticas.
- e) A realização do primeiro simpósio Pró-Reformulação do Ensino das Artes, realizado em dezembro de 1967, com a presença expressiva de professores e alunos da Escola de Belas Artes. Nesse simpósio recomendou-se à Reitoria o funcionamento dos cursos já criados e o de Desenho Industrial.
- f) Formação da segunda geração de artistas plásticos modernos da Bahia, oriundos da EBA.

154

## A EBA E A SEGUNDA GERAÇÃO DE ARTISTAS MODERNOS DA BAHIA

A Escola, nos anos 1960, está intensamente presente no movimento de produção de arte moderna da Bahia, no processo de internacionalização da arte moderna. Catalisou quase todos os acontecimentos de artes plásticas na Bahia. A *Revista da Bahia* tem como diretor artístico um de seus professores.

Surge a Galeria Convivium, responsável pela mostra dos principais acontecimentos de vanguarda local e nacional. É criada a Associação dos Artistas Plásticos Modernos da Bahia e são realizadas as duas Bienais Nacionais de Artes Plásticas, quebrando a hegemonia do eixo Rio—São Paulo. Desta época são os artistas José Maria, Hélio Oliveira, Sante Scaldaferrri, Marisa Gusmão, Yeda Maria, Leonardo Alencar, Juarez Paraíso, Edsoleda Santos, Humberto Rocha, Ângelo Roberto, Liana Bloise, Riolan Coutinho, Zélia Maria, Marlene Cardoso, Mercedes Kruschewsky, Edízio Coelho, Vera Lima, Emanuel Araújo, Hilda Oliveira, Edvaldo Gato, Edson da Luz, Gilberto Oliveira. Esses são os principais artistas da EBA que constituíram a segunda geração de artistas modernos da Bahia.

## DÉCADAS DE 1970 E 1980

A vida da Escola de Belas Artes, na década de 1970, tem início nas suas novas velhas dependências. É a época, principalmente, dos Salões Universitários, promovidos por Ivo Vellame, na Galeria Cañizares e no Teatro Castro Alves.

Os principais artistas das décadas de 1970 e 80 também tiveram passagem pela Escola de Belas Artes. Na década de 1970, foram relevantes os Salões Universitários e a Galeria Cañizares, sendo destacáveis artistas como Paulo Matos, Terciliano Jr., Zivé Guidice, Maso, Maria Adair, Márcia Magno, Florival Oliveira, Sônia Rangel, Carmen Celeste, Terezinha Dumet, Denise Pitágoras, Guache, Murilo, Léo Celuque, Vauluizo Bezerra, Ailton Lima, Renato Viana, Edson Barbosa, Graça Ramos e Bel Borba. A geração da década de 80 se credencia como uma das mais criativas, com jovens artistas como Gabriel Lopes Pontes, Burity, Dílson Midley, Joãozito, Márcia Abreu, Zau Seabra, Carmen Penido, Sebastião Crispin, Francisco Macêdo, Clarissa Caribé, Alexandre Luiz Filho, Dílson Oliveira, Fátima Tosca, Luiz Eduardo, e os professores e artistas Nanci Novaes e Fernando Freitas Pinto.

A década de 1980 tem início com o comprometimento, mais uma vez, de toda a comunidade da Escola de Belas Artes, objetivando a criação de novos cursos e a reformulação dos já existentes.

A última grande reforma, no ensino da EBA, foi realizada em 1983, quando foram introduzidos novos objetivos e metas, revistos os conteúdos, predominando até hoje. A aplicação dessa reforma não se deu integralmente,

devido às dificuldades de contratação de pessoal e obtenção de equipamentos. Depois de dois anos de tramitação, as modificações para o curso de Artes Plásticas foram aprovadas pelo Conselho de Coordenação e está sendo aplicado o novo currículo, de 1983 até os dias atuais. Infelizmente, parte desse projeto de 1980 não foi possível perdurar, por falta de recursos materiais, técnicos e pedagógicos da própria Escola e da Universidade. Os projetos integrados e a disciplina de Integração Artística, por exemplo, visando à convergência e integração dos conhecimentos teóricos e práticos, tiveram de ser abandonados, embora tenham tido sucesso nos primeiros anos de aplicação.

No reitorado do professor Macedo Costa, foi realizado um painel coletivo para a Biblioteca Central da UFBA, com a contribuição individual de todos os artistas que tiveram vinculação com a EBA. O resultado foi prodigioso, comprovando a importância histórica e cultural da Escola de Belas Artes.

156

A presença da Escola tem sido também notável na estrutura visual da Cidade, por ocasião dos grandes acontecimentos populares. Nas concorrências para as decorações do Carnaval, a partir de 1965, professores, alunos e funcionários da EBA sempre estiveram presentes. O mesmo tem acontecido quanto aos monumentos, esculturas e murais erguidos em Salvador.

A partir de 1988, a Escola de Belas Artes conquista uma nova fase, graças ao espírito de luta, sensibilidade e dedicação de sua diretora, a artista plástica Márcia Magno, que, não obstante ter enfrentado um período bastante complexo, com dificuldades financeiras, inúmeras greves de funcionários e professores, soube conduzir a EBA de modo a recuperar a sua credibilidade diante da sociedade e junto à comunidade universitária.

Recuperou documentos relativos à memória da Escola e restaurou completamente o casarão principal, inclusive preservando os espaços originais, com a remoção de paredes e tapumes que o descaracterizavam. Modificando a paisagem da Escola, criou os jardins e o Espaço Alberto Valença, homenageando o mestre, dando o seu nome ao claustro, completamente reformado. Com imaginação soube sensibilizar dezenas de artistas e intelectuais da Bahia e de outros Estados, conquistando doações em obras de artes plásticas para a realização do primeiro leilão de arte da EBA. Esse leilão teve dois anos de preparativos, constituindo-se num dos maiores acontecimentos culturais do ano de 1991, em Salvador, vindo a ser

também um sucesso comercial. Os recursos desse leilão foram aplicados na melhoria da Escola, em vários setores, como o de sua urbanização e início da informatização.

Na gestão de Márcia Magno, graças a seu empenho e determinação, foram projetados e implantados os cursos de Desenho Industrial – Programação Visual e o Superior de Decoração, cursos desejados há décadas, renovando e atualizando a Escola de Belas Artes, em termos de Nordeste e Brasil. Também na gestão de Márcia Magno foi implantado o Mestrado em Artes e projetados os cursos de Restauração e o Superior de Fotografia.

Sintetizando, a Escola de Belas Artes viveu quatro grandes períodos. O primeiro, compreende a sua fase heróica, de sua fundação, em 1877, até o fim do século XIX. É uma época de abnegação, de luta pela sobrevivência. É também época das medalhas de ouro, prata e bronze, encomendadas em Paris, por iniciativa de Cañizares, para premiar os melhores alunos nas exposições de fim de ano. Foi quando (1897) a Escola adquiriu, em Paris, a sua extraordinária coleção de gesso clássico, uma das melhores do país.

O segundo período vai de 1900 a 1946, sendo, principalmente, uma fase de afirmação, reconhecimento dos seus cursos, culminando com a sua incorporação à Universidade da Bahia. É quando as medalhas são substituídas pelo Prêmio de Viagem Caminhoá. Surge Presciliano Silva, um gênio da pintura pós-impressionista.

O terceiro período, de 1946 a 1961, é caracterizado pela extraordinária direção de Manoel Ignácio de Mendonça Filho, época das primeiras mudanças para um ensino moderno e atual. O quarto período vai de 1961 até os nossos dias.

O relevante significado do passado da EBA, por si, se faz presente, e foi o fator preponderante, decisivo, para o impedimento de sua participação na equivocada e malsucedida fusão das escolas de Artes, por ocasião da última reforma de ensino da UFBA; e, no Conselho Universitário, tivemos a oportunidade de defender a integridade da Escola de Belas Artes, pela sua história confundir-se com a própria história da UFBA.

No plano acadêmico, a produção da Escola tem sido relevante, destacando-se as diversas pesquisas e teses já produzidas e artigos publicados em periódicos especializados.

Entre 1992 e 1995, vinculado ao Mestrado em Artes da Escola, realizou-

se um importante trabalho acadêmico, graças à pesquisa teórica e artística dos professores mestrandos Malie Kung Matsuda, Célia Maria Barreto Gomes, Vânia Bezerra de Carvalho, Sônia Lúcia Rangel, Márcia Magno, Terezinha Dumet, Nanci Santos Novais e Octávio Cabral Ferreira. No plano político, a Escola sempre se destacou pela sua posição de apoio aos movimentos progressistas da UFBA, tendo, inclusive, papel de liderança, pela competência e consciência política de alguns de seus professores, como Sofia Olszewski Filha, que sempre esteve à frente dos movimentos democráticos da Universidade.

A Escola de Belas Artes tem, pela sua própria natureza, uma vocação extensionista que se destaca através de importantes atividades permanentes, como Feira de Arte, Salão Nacional de Fotografia, Exposições de Artes Plásticas da Galeria Cañizares, Cursos Livres, Oficinas de Verão e Arte-Educação, Painel Artista em Destaque, Painel Informação em Destaque, Restauração de Obras de Arte em Comunidades Carentes, Restauração de Obras de Arte na UFBA, Curso de Artes Plásticas para Crianças, Artes Visuais em Debate, Implantação de Esculturas e Murais na UFBA, Exposição Itinerante na UFBA.

158

## LEGALIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS CURSOS

A legalização e reconhecimento dos cursos da EBA ocorreram em várias etapas. Depois de criada em 1877, já considerada de utilidade pública, a Escola teve os diplomas dos cursos de Pintura, Escultura e Gravura reconhecidos na Bahia, pela Lei Estadual nº 2.216, de 15 de agosto de 1929, enquanto que em nível nacional foram reconhecidos pelo Decreto nº 14.201, de dezembro de 1943. Em 1893, o governo da Bahia concedeu “eficiência especial” para o curso de Arquitetura, e, em 1929, o direito de projetar no Estado da Bahia.

Com a incorporação da Escola à Universidade da Bahia, o curso de Arquitetura foi nacionalmente reconhecido, através da Emenda 21, do senador Santos Neves, apresentada ao projeto de Lei nº 494, de 1949, da Câmara dos Deputados, devendo-se muito ao empenho do deputado Ruy Santos e do deputado coronel Juracy Magalhães.

Os novos cursos da Escola, o Superior de Decoração e o de Desenho Industrial, estão em processo de regulamentação, com

pareceres favoráveis das comissões designadas pelo MEC para a sua avaliação. A Universidade da Bahia foi criada por Edgar Santos, em 1946, no governo do presidente da República general Eurico Gaspar Dutra e a incorporação e federalização da Escola de Belas Artes deve-se, principalmente, ao próprio Edgar Santos, com a ajuda do reitor da Universidade do Brasil (atual UFRJ), Pedro Calmon, dos membros do Conselho de Ensino, Cezário de Andrade, Isaías Alves, e inúmeros deputados e senadores.

## DIRETORES

Desde a sua fundação, a Escola de Belas Artes teve como diretores: Miguel Navarro Y Cañizares, João Francisco Lopes Rodrigues, Braz Hermenegildo do Amaral, Eduardo Dotto, José Nivaldo Allioni Filho, Leopoldo Bastos do Amaral, Américo Furtado Simas, Manoel Ignácio de Mendonça Filho, Carlos Sepúlveda, João José Rescala, Emídio Magalhães, Evandro de Santana Schneider, Mercedes Kruschewsky, Ivo Velame, Herbert Magalhães, Ana Maria Leite, Márcia Magno, Juarez Paraíso, Maria das Graças Ramos, Maria Celeste Wanner, Roaleno Ribeiro Amâncio Costa. Mesmo em meio à crise que atravessa a Universidade Brasileira, a Escola de Belas Artes tem procurado a devida renovação dos seus conteúdos e a necessária integração com as mudanças que estão caracterizando o último decênio do século.

159

## REFÊRENCIAS

ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE DA BAHIA, Salvador: Escola de Belas Artes, v. 1, v. 2, 1953.

ESTATUTOS da Escola de Belas Artes da Bahia. [Salvador]: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

LIVROS de atas da Congregação. De 5 a 1974.

LIVROS de atas do Conselho Departamental. De 1952 a 1983.

LUDWIG, S. C. *A Escola de Belas Artes cem anos depois*. Salvador: UFBA, Centro de Estudos Baianos, 1977. 17p. (Publicação da Universidade Federal da Bahia. 80)



QUERINO, M. *As artes na Bahia: esboço de uma contribuição histórica*. 2. ed. melhor. Salvador: Oficinas do “Diário da Bahia”, 1913. 241, iii p.

UNIVERSIDADE DA BAHIA. Escola de Belas Artes. *Regimento interno*. [Salvador], 1964.

*Marlene Campos Peso de Aguiar<sup>1</sup>*

### HISTÓRICO DA CRIAÇÃO

Nascido na antiga Faculdade de Filosofia, no bairro de Nazaré, o Instituto de Biologia foi criado em 8 de fevereiro de 1968, quando da Reforma Universitária, em consonância com a Lei nº 5.540/68 e Decreto nº 62.241/68, publicado, no Diário Oficial da União.

Teve sua sede instalada no prédio construído no Campus Universitário de Ondina e inaugurado no dia 04 de julho de 1971.

Com a criação dos Institutos Básicos, o reitor da UFBA, Prof. Roberto Figueira Santos, pela Portaria nº 261/68, redistribuiu alguns professores e auxiliares de ensino, oriundos das Faculdades de Filosofia e Farmácia e das Escolas de Agronomia e de Medicina Veterinária, para o Instituto de Biologia (IBIO), de acordo com as suas áreas de atuação, em três Departamentos: Biologia Geral, Botânica e Zoologia.

---

<sup>1</sup> Diretora do Instituto de Biologia (2001-2009).

## O CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Os novos Estatuto e Regimento da UFBA, decorrentes da Reforma Universitária, tornaram necessária a estruturação dos cursos de graduação existentes. Neste contexto, durante o segundo semestre de 1969, o Curso de História Natural, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, criado em 1946, foi revisto e transformado em Curso de Ciências Biológicas. A partir de então, o Instituto de Biologia centralizou e uniformizou o estudo da Biologia em disciplinas, considerando o seu aspecto básico, e nas pesquisas biológicas de diversas áreas.

## O ENSINO

162

Hoje, o Instituto de Biologia oferece um curso de graduação em Ciências Biológicas, nas habilitações de Licenciatura e de Bacharelado, sendo este nas modalidades Ecologia/Recursos Ambientais e Zoologia/Organismos Aquáticos e um curso de pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado em Ecologia e Biomonitoramento, além de exercer atividades de pesquisa e extensão.

## A PESQUISA

Estudos pioneiros em Genética Humana e de outros primatas deram origem ao primeiro Laboratório de Genética Humana da UFBA, hoje instalado no Departamento de Biologia Geral.

Na década de 1970 surgiram as primeiras pesquisas em Biologia Marinha, dando origem ao Projeto Ostricultura (British Council) e o Projeto Ambientes Estuarinos do Estado da Bahia (Finep), pioneiro pela proposta multidisciplinar da abordagem ambiental.

A intensificação da qualificação docente, em cursos de Mestrado e Doutorado e o recrutamento de novos docentes levaram à instalação de novos laboratórios, consolidados nos dias atuais, aumentando o leque das especialidades biológicas em pesquisas básicas e aplicadas, refletidas em diversas linhas de pesquisa, como:

Anatomia de Madeiras  
Aquicultura  
Biologia e Taxonomia de Invertebrados  
Biomonitoramento e Ecotoxicologia  
Citogenética Vegetal, Animal e Humana  
Ecofisiologia e Comportamento Animal  
Ecologia da Interação entre Animais e Plantas  
Ecologia de Populações e Comunidades  
Educação Ambiental e Ensino de Ciências  
Epistemologia e Teoria Ecológica  
Genômica  
Taxonomia, Fitosociologia e Botânica Econômica  
Taxonomia de Amphibia

O reconhecimento da pesquisa gerada no Instituto de Biologia registra premiações de pesquisadores:

163

Dra. Iracema Andrade Nascimento:

Prêmio Aquicultura “Rodolpho Von Ihering”, Sudepe, 1980  
Pesquisador do Ano, Fapex, 1988

Dr. Miguel da Costa Accioly:

Prêmio Bahia Ambiental, Semarh/BA, 2005

## A EXTENSÃO

A extensão universitária, em que se vinculam ensino e pesquisa, está amplamente integrada às atividades do Instituto de Biologia da UFBA. Envolve docentes, estudantes e servidores com os mais diversos segmentos sociais, conquistando um espaço relevante para o desenvolvimento e troca de saberes entre a academia e a sociedade.

Criado na década de 1980 e consolidado nos anos 1990, o Programa de Educação Sexual (Proesex), do Departamento de Biologia Geral, presta serviços de extensão permanente, realizando e estimulando ações extensionistas de pesquisa e de ensino em Sexualidade Humana, Educação Sexual e Gênero.

Pela relevância social das atividades de extensão realizadas no Biênio 1993/1995, foi concedido o “Prêmio Hernani Sávio Sobral — Destaque em Extensão” à Dra. Lília Maria Azevedo Moreira, em reconhecimento do mérito de suas ações em educação não-formal e continuada, produção de material didático e difusão cultural, prestação de serviços à comunidade e assessoria/cooperação à prevenção de distúrbios genéticos através de orientação a profissionais da área de saúde e portadores de necessidades especiais.

A militância ambiental no IBIO também se fez influente na sociedade, através de ações que resultaram na criação da Estação Ecológica da Ilha do Medo, na Campanha Educativa contra a pesca predatória com explosivos, a criação da APA do Recife das Pinaúnas e do Parque Ecológico do Baiacu— Vera Cruz, entre outras.

Na área de Biotecnologia, o desenvolvimento de metodologias tem capacitado vários laboratórios para o uso sustentável e a gestão de ecossistemas naturais e de agroecossistemas, nos anos recentes.

O credenciamento do Inmetro ao Laboratório de Biologia Marinha, qualificado como laboratório de testes toxicológicos, tem disponibilizado ao setor produtivo serviços para a avaliação de impactos ambientais em ecossistemas marinhos.

Visando ao atendimento das funções de ensino, pesquisa e extensão, destacam-se as parcerias institucionais celebradas pelo IBIO, através de Projetos Interinstitucionais Interdisciplinares, como entre outros:

**a) Rede Reviver:**

Usina de Compostagem, Limpec, Prefeitura Municipal de Salvador.

Ação do composto orgânico proveniente do lixo urbano no beneficiamento do Serviço de Parques e Jardins de Salvador (SPJ), Ceplac e EBDA.

A Usina de Compostagem (Limpec) iniciou suas atividades em 08 de agosto de 2000, como resultado da parceria Laviet/Instituto de Biologia da UFBA/Prefeitura de Camaçari, no contexto da Rede Reviver – RECOPE, com apoio financeiro da Finep/Fapesb.

**b) Estudo temporal interdisciplinar da vida oceânica sob a influência dos emissários submarinos da Cetrel e da Lyondel – CETREL S.A.:**

Projeto permanente, em parceria institucional entre a Universidade Federal da Bahia/Instituto de Biologia e a Cetrel S.A. — Empresa de Proteção Ambiental, estabelecida desde o início de operação do emissário submarino da CETREL, em 1993 e da Lyondell (ex-Tibrás).

Objetivo: Monitorar a qualidade do ambiente físico e da vida marinha, através da análise temporal das informações ambientais obtidas na região costeira da plataforma continental ao norte do Estado da Bahia, subsidiando a gestão dos efeitos gerados pelos emissários submarinos na região.

**c) Recursos ambientais do município de Cairu. Estudo piloto na Vila de Garapúá (2002/2003). UFBA/FNMA/Fundação ONDAZUL/CRA/Prefeitura de Cairu**

Projeto de desenvolvimento de um modelo de gestão descentralizado com base em subsídios oriundos da pesquisa aplicada e no apoio de Programas de Educação Ambiental.

**d) Museu de História Natural da UFBA**

Órgão Complementar do Instituto de Biologia (em fase de institucionalização) integra:

Museu de Zoologia

Herbário Alexandre Leal Costa

Aberto às atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Ciências Naturais.

Objetivos:

- a) Integrar recursos multidisciplinares para realizar pesquisas, formar recursos humanos e prestar serviços à comunidade, no campo das Ciências Naturais e áreas afins.
- b) Ser depositário de material-testemunho biológico utilizado na

- pesquisa e/ou ensino.
- c) Desenvolver atividades de extensão junto à sociedade, através do oferecimento de cursos, estágios, visitas e exposições.

## ADMINISTRAÇÃO ATUAL

### **Diretoria:**

Diretora: Dra. Marlene Campos Peso de Aguiar

Vice-diretor: Dr. Miguel da Costa Accioly

### **Chefias:**

Chefe do Departamento de Biologia Geral: Dr. Jorge Antônio Moreira da Silva

Chefe do Departamento de Botânica: Dr. Cid José Passos Bastos

Chefe do Departamento de Zoologia: Dr. Luiz Augusto Mazzarolo

### **Coordenações de Colegiados:**

Coordenadora do Colegiado da Graduação: Profa. MsC. Hermínia Maria de Bastos Freitas

Coordenadora da Pós-Graduação: Dra. Blandina Felipe Viana

## O INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUA HISTÓRIA

167

*Lídia Maria Batista Brandão Toutain<sup>1</sup>*  
*Ângela Barreto<sup>2</sup>*

### INTRODUÇÃO

A história do Instituto de Ciência da Informação começa em 12 de março de 1998 com a Resolução nº 07, do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia. Criado com o desafio de oferecer respostas às questões emergentes sobre informação, como ramo do conhecimento, contribuindo com estudos e pesquisas sobre o assunto e formando pessoal para atender à demanda da sociedade pela formação de profissionais alinhados com as visões, conceitos e papel proeminente que a informação alcançou como elemento agregador de valor econômico e fator de desenvolvimento organizacional e social, a partir do século passado.

---

1 Diretora do ICI-UFBA.

2 Professora Adjunta do ICI-UFBA



Com o aparecimento da sociedade da informação, significativas alterações foram observadas em vários campos do conhecimento. O novo campo científico, o da ciência da informação, é determinado pelas alterações da emergente sociedade da informação e, neste sentido, incide sobre a memória e sua constituição. Neste novo contexto da sociedade, um novo sentido de experiência, oriundo de profundas mudanças nas práticas sociais, não alteram, porém, a necessidade social de registrar acontecimentos, sejam da área científica ou do cotidiano.

Registrar a memória de uma instituição é documentar a passagem daqueles que a construíram e nela exerceram sua vida profissional, dedicando-se grande parte da vida à convivência com o outro, valorizando o trabalho, o ensino e, particularmente, a pesquisa.

Necessário se faz repensar o papel que a memória social vem adquirindo em nossa vida, uma vez que cada momento a concebe da maneira que lhe é próprio. Independentemente, porém, dos variados suportes que registram a memória social, é possível reconhecer o quão importante ela é, vista a continuidade da experiência humana. Memória do país, da família, das épocas, das instituições integram o conjunto da memória social.

Os registros, sejam quais forem, permitem o desenvolvimento da cultura, guarda nossa memória coletiva, o que incide sobre a possibilidade de alterações culturais. Memória é resultado dos entrelaçamentos das experiências de um tempo vivido e que “transmitimos para que o que vivemos, cremos e pensamos não venha a morrer conosco”. (LÉVY, 2001, p. 16)

A cada tempo, a humanidade engendrou suas práticas sociais e conservou suas experiências para transmiti-las a gerações seguintes de maneiras diversas, de forma que se pode dizer de uma trajetória da memória, história das formas de significá-la e recuperá-la.

Acreditamos, assim, na relevância de registrar aspectos históricos do Instituto de Ciência da Informação da UFBA até mesmo porque quando se fala em informação, objeto de estudo desta Instituição, não se excluem a memória e o conhecimento. Estes termos guardam proximidade entre si.

Desde que a humanidade tomou consciência da importância do registro da informação, um salto na sua inteligência ocorreu e a transformou, bem como transformou a sociedade. A cada nova tecnologia ocorre alteração no modo de viver humano.

As ferramentas, as técnicas de plantio permitiram não só a sua fixação na terra, bem como a sua própria sobrevivência. Com a escrita acelerou-se não só o desenvolvimento econômico e social, bem como a própria intelectualidade ampliou-se, o que fora necessário à expansão exponencial de novos modos de produção e distribuição de bens, inclusive os intangíveis, como no caso da informação.

Toda alteração social implica novas formas de distribuição da informação, o que sempre foi pensado no contexto político, econômico, comunicacional e científico. Daí não se poder deixar de mencionar pesquisadores que pensaram em organizar a informação, para assim torná-la acessível. Os belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine, com a finalidade de publicar uma Bibliografia Universal, em 1885, fundamentaram a estrutura de uma nova ciência, a Documentação. Também foi deles a iniciativa da criação dos Institutos Internacionais de Biografia, que se transformaram em Federação Internacional de Documentação (FID). Otlet e La Fontaine são considerados como os visionários de uma ciência organizadora da informação.

Vannevar Bush, durante a Segunda Guerra Mundial, mostrou a necessidade da evolução tecnológica como forma eficiente para a recuperação da informação. Com o desenvolvimento científico e tecnológico, o modelo de capitalismo industrial se deparou com o aumento da informação, uma verdadeira explosão. O progresso econômico foi obrigado a alterar as formas de produção e, respaldado pela ciência e pela tecnologia, deu azo a um novo momento conhecido como Sociedade da Informação, na qual as novas tecnologias de processamento passaram a ser o carro-chefe da nova economia, estabilizando a crise no processo produtivo.

Impulsionada por um novo tempo que acelerou o processamento da informação e tornou mais fácil a organização e a disseminação do conhecimento, foi a partir da década de 1960 que os fundamentos teóricos de uma nova área foram demarcados e estabeleceram relações interdisciplinares com outros campos do conhecimento, como o da gestão, o da informática e, particularmente, com a milenar biblioteconomia, responsável pela organização do conhecimento.

Neste sentido, o ICI consolidou e ampliou a estrutura e a lógica que vinha sendo concebida, com a reformulação do curso de Biblioteconomia, em 1996, a criação do curso de Arquivologia, em 1998, e, no mesmo ano, a implantação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

## ASPECTOS DA HISTÓRIA

Os estudos sobre informação na Bahia tiveram início com a criação do curso de Biblioteconomia, em 12 de março de 1942, dia do bibliotecário, uma iniciativa da engenheira Bernadete Sinay Neves, que era responsável pelo acervo da Escola Politécnica. Sua primeira instalação foi no prédio da Biblioteca Pública e depois funcionou nas dependências do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Não pode deixar de ser registrado o apoio à iniciativa de Felisbela Liberato de Mattos Carvalho (D. Belita, como era conhecida), Oswaldo Imbasahy e Maria José das Mercês Passos.

Em 1948 é instituída a Escola de Biblioteconomia da Bahia, após a transformação do curso em escola, sendo registrado o seu estatuto em cartório e publicado no Diário Oficial do Estado, em 24 de fevereiro de 1948. Com esse registro passa a receber financiamento anual do Estado e da Universidade, instalando-se, sucessivamente, nas dependências da Escola de Filosofia, Belas-Artes, Politécnica, Ciências Econômicas e no prédio da Reitoria da UFBA.

Desde o início, foi marcante a contribuição da Escola de Biblioteconomia (EB) na formação de uma mentalidade profissional no campo do tratamento e da difusão do conhecimento, o que veio a favorecer o surgimento de novos e modernos arquivos e bibliotecas, a adequação e a qualidade da prestação de serviços de informação à comunidade, bem como o incentivo à criação e ao desenvolvimento de políticas para a preservação de acervos e da memória local e nacional.

O exemplo desta ação está na assinatura do convênio com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, na gestão do Prof. Anísio Teixeira, com a finalidade de habilitar professores primários, encarregados de bibliotecas com até 500 volumes.

A persistência, idealismo e, sobretudo, o entusiasmo dos fundadores foram sementes que frutificaram, ao longo do tempo, em realizações importantes, como a implantação do Serviço Central de Informação Bibliográfica, embrião da atual Biblioteca Central da UFBA, em 1953.

Em 1954 a EB firma convênio com a Universidade da Bahia, denominando-se Escola de Biblioteconomia e Documentação (EBD). Mais tarde, em 1957, é elaborado o primeiro estatuto, pelo Prof. Oswaldo Imbasahy da Silva, levado à apreciação do Conselho Universitário.

A EBD integra-se à Universidade da Bahia em 1958 e federaliza-se juntamente com a Universidade, no reitorado do Prof. Edgard Santos. O Decreto nº 43.804, de 23 de maio de 1958, reforma o Estatuto da Universidade e inclui a EBD, sendo designada como sua diretora a Profa. Belita Carvalho.

Dez anos mais tarde, em 1968, o curso de Jornalismo agrega-se a EBD (Decreto nº 62.241, de 08 de fevereiro) que passa a denominar-se Escola de Biblioteconomia e Comunicação (EBC), sob a direção da bibliotecária Maria Stella Santos Pitta. Nesse mesmo ano passou a funcionar no prédio anteriormente ocupado pelo Instituto de Cultura Hispânica da Universidade da Bahia, onde até hoje continua o Instituto de Ciência da Informação, que abriga, na sua estrutura, o curso de Biblioteconomia.

A separação legal do curso de Biblioteconomia do curso de Jornalismo deu-se através da Portaria nº 495, de 21/09/1987, do Ministério da Educação e Cultura. Porém, a separação física ocorreu em 1985, na direção da Profa. Maria José Rabello de Freitas, deslocando-se o curso de Jornalismo para o prédio onde funcionou a Biblioteca Central da UFBA e também a Aliança Francesa. A EBC – Escola de Biblioteconomia e Comunicação — mantém o mesmo nome até o ano de 1987.

Com o desmembramento legal, em setembro de 1987, volta a denominar-se Escola de Biblioteconomia e Documentação (EBD), permanecendo como diretora a Profa. Maria José Rabello de Freitas. Mantém o mesmo nome até a criação do Instituto de Ciência da Informação (ICI), em 1998, que abriga, em sua estrutura, os cursos de Biblioteconomia, e de Arquivologia e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. A Profa. Terezinha Fróes Burnham foi a primeira diretora do ICI.

O ICI dispõe hoje de duas sedes — uma localizada no Campus do Canela, onde estão instaladas a Direção, órgãos administrativos e acadêmicos, o Laboratório de Informática e as salas de aula, e outra, no Campus de Ondina, que abriga o Laboratório de Conservação e o Arquivo Administrativo.

Com a implantação do REUNI, a Administração Central está priorizando a expansão da UFBA e suas unidades. O ICI foi contemplado com o projeto de um novo prédio a situar-se no Campus de Ondina, em um terreno em frente à Biblioteca Reitor Macedo Costa, ao lado da Escola de Comunicação e em frente ao atual prédio do Instituto, no mesmo Campus. A planta do novo prédio foi discutida por uma Comissão juntamente com

o arquiteto Eduardo Pugliese, sob a coordenação do engenheiro José Luís de Lalor Imbiriba e em seguida apresentada e discutida pela Congregação do ICI.

## INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

172

São muitos e frequentes os estímulos, de toda natureza e de múltiplas origens, para que se aprofunde a discussão sobre os novos papéis e valores da informação e dos profissionais que a ela se dedicam nos vários processos sociais, culturais e econômicos. Impulsionados pelas transformações resultantes do desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de informática, microeletrônica e telecomunicações, acadêmicos e profissionais da área e também de outros campos do conhecimento, passaram a assumir, cada dia mais intensamente, as questões levantadas por aquelas transformações. Tornou-se irrecusável o fato de que o papel da informação assumiu tal grandeza que não mais se pode tolerar a ausência de estudos e debates aprofundados sobre ele.

Alcançaram-se, em consequência, significativos avanços no aprofundamento dos estudos sobre a natureza das transformações que as tecnologias de informação e das comunicações ocasionam na sociedade mundial. A intensificação da globalização, a convergência tecnológica, de investimentos financeiros e também orgânica entre empresas nacionais e multinacionais que atuam na área, foram fatores que influenciaram as idas e vindas do debate. De um enfoque inicialmente tecnológico e econômico, as discussões passaram a ter como cerne o desenvolvimento humano e a exclusão social e digital.

Situados na vanguarda do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da humanidade, os estudos da informação se colocam, cada vez mais, como essenciais, tanto para a compreensão dos fenômenos sociais e econômicos da atualidade quanto para o desenvolvimento de programas e projetos.

Assim, consolidou-se, durante os dez anos da criação do ICI, o evento Cinform (Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação). O evento, que é reconhecido e classificado pelo Qualis/Capes, tem como objetivo congrega pesquisadores, professores, estudantes, profissionais e estudiosos dedicados ao ensino e à pesquisa em informação e áreas afins, para

debater questões, problemas e reflexões teóricas sobre cultura, informação e a responsabilidade social dos cientistas da informação na sociedade contemporânea.

No aspecto da ciência e sua disseminação, no acesso às novas idéias, às novas formas de informar e partilhar conhecimentos, o ICI amplia e apresenta novas possibilidades de aprendizagem e comunicação por meio de projetos específicos de reorientação da formação profissional, de maneira a qualificar o alunado para interagir com a sociedade. Busca desenvolver, de forma sistemática, projetos de pesquisa e extensão de importância e interesse da comunidade que visa a um impacto social, contemplando a comunidade acadêmica a comunidade externa.

A ciência da informação é determinada pelas questões sociais. No contexto da história da cultura, vê-se que o acesso à escrita garante a superação das formas de transmissão oral, assim como esta garantiu a superação do mundo concreto, exteriorizado e mediado. A imprensa desenvolveu novas formas de acesso ao escrito. Os novos processos comunicacionais aceleram o acesso à informação, permitem novas maneiras de trocar experiências.

De forma exponencial, os avanços, as inovações na área da informação vêm dando novo sentido à economia, à política, à educação e, pode-se dizer, à sociedade como um todo, particularmente às relações sociais e à própria maneira de ser e estar no mundo.

## **PÓS-GRADUAÇÃO**

A primeira iniciativa para o estabelecimento de um Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, na UFBA, aconteceu em 1996. Através da Portaria nº 1086/96, de 10 de julho de 1996, foi firmado um convênio entre a UFBA e a UnB, interveniado pela Finatec, para a implantação de um mestrado interinstitucional na, ainda, EBD/UFBA, com o apoio financeiro da Capes. A EBD foi pioneira na implantação de um programa de pós-graduação strictu sensu interinstitucional no Brasil, pois, só após essa implantação, foram formalizados os programas interinstitucionais pela Capes.

Para a formulação do Programa, no mesmo ano de 1996, foi realizado o 1º Seminário de Pós-Graduação, sob a coordenação da Profa. Lídia Brandão, na gestão do Prof. Othon Jambeiro, como diretor da EBD. O objetivo desse seminário foi discutir as possibilidades para o estabelecimento de um curso

de mestrado em Informação Científica e Tecnológica na EBD, que atendesse ao Nordeste brasileiro. A pauta desse evento tratou dos seguintes assuntos:

- Subsidiar a formulação de uma política de pós-graduação da EBD.
- Estabelecer a relação da pós-graduação da EBD com o contexto socioeconômico da Bahia e do Nordeste.
- Avaliar as condições de financiamento à implementação do Programa de Pós-Graduação em Informação Estratégica.
- Avaliar as possibilidades de intercâmbio com outros programas de pós-graduação e com instituições nacionais e regionais, relacionados com a área da informação científica e tecnológica.

174

Participaram desse Seminário: Sr. Paulo Alvim (Finep); Robert Verheine (pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA); Cleilza Andrade (CADCT/Seplantec); Prof. Paulo Penteadó (Coordenador do Programa de Pós-Graduação da Administração/UFBA); Raphael Lucchesi (Instituto Euvaldo Lodi); Prof. André Lemos (Faculdade de Comunicação da UFBA); Prof. João Damásio Filho (Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA) e Paulo Manso (Sebrae/BA).

A exigência de qualificação docente pelo MEC que desencadeou o movimento das Direções das Unidades de Ensino da UFBA, no sentido de que seus professores se tornassem mestres e doutores, e teve, na EBD, o total apoio da Profa. Maria José Rabello de Freitas.

Assim, o mestrado em Ciência da Informação, em convênio com a UnB, iniciou-se em 1997. Em 1998, com a inserção de novos cursos na EBD, fez-se necessária a mudança de denominação, já que se modificava seu objetivo, passando a denominar-se Instituto de Ciência da Informação (ICI).

Em 1997/1998, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) estabeleceu os primeiros contatos com a EBD para firmar de um convênio com o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), do Ministério da Indústria e Comércio, sediado no Rio de Janeiro, visando a participar do curso de Especialização em Inteligência Competitiva, movimento em nível nacional.

Formou-se um grupo na EBD para trabalhar neste contexto. As professoras Lídia Brandão e Marilene Abreu ficaram como responsáveis para, junto a outros órgãos, promover a inserção da Bahia nesse processo. Foi

realizada uma reunião na Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplantec) com as presenças do secretário Waldeck Ornelas, da diretora do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CADCT), hoje Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), Cleilza Andrade, do diretor do Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Paulo Amanso, das representantes da EBD, Lidia Maria Batista Brandão, coordenadora da Pós-Graduação, e Profa. Marilene Lobo Abreu, e do presidente do IBICT, José Rincon Ferreira, de um representante do Polo Petroquímico e da coordenadora do INT, Gilda Massari Coelho. Em 1998, o ICI estabeleceu parceria com o INT, que tinha um convênio com o Centre Scientifique de Saint Jérôme/Université Aix- Marseille III, para o curso de Especialização em Inteligência Competitiva. O convênio UFBA/INT/IBICT/UFRJ foi assinado em 1999, quando teve início o curso.

Ainda em 1997 procedeu-se à formulação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, com a ideia de instalar na Bahia o primeiro mestrado da área no Nordeste. A proposta, enviada à Capes para aprovação, fundamentou-se no conceito contemporâneo de informação como recurso estratégico, numa sociedade que já vinha, há algum tempo, sendo denominada de sociedade da informação.

Para assessorar na elaboração dessa proposta a Capes enviou uma consultora, a Profa. Rosali Fernandez, que apresentou, ao final, um parecer favorável para a criação do mestrado independente, que foi denominado de Mestrado em Informação Estratégica. A área de concentração recebeu o título de Estratégias de Disseminação da Informação, abarcando duas linhas de pesquisa: Informação e Contextos e Estruturas e Linguagens da Informação.

O mestrado foi aprovado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e pela Câmara de Pós-Graduação, sendo designada, pelo reitor Felipe Serpa, através da Portaria nº 354/97, de 12 de março de 1997, a Profa. Lídia Brandão como a primeira coordenadora do Colegiado da Pós-graduação da EBD para o biênio 1997/99.

A primeira turma teve início em 1998, com 10 vagas. Inscreveram-se 54 candidatos, das mais diversas áreas. Os professores que formaram a banca de seleção foram: Caio Castilho (Física), Amilcar Baiardi (Agronomia), Luis Sayão (Física), Kátia de Carvalho (Biblioteconomia), Paulo Balanco (Ciências Econômicas). O destaque para as áreas de atuação dos professores serve para demonstrar o caráter interdisciplinar



do programa que atendia à nova idéia da Capes, que permitia a composição do corpo docente ser da instituição UFBA e não somente da unidade de ensino na qual o programa estava inserido. Ficou patente também a diversidade de áreas dos concorrentes às vagas oferecidas. No entanto, nesse mesmo ano, a Capes sinalizou para a necessidade de reformulação da proposta, que foi encaminhada no final do ano, só recebendo o credenciamento da Capes no final de 2001, retardamento que impediu o programa de abrir novas turmas nesse período, embora o curso de mestrado continuasse com a turma selecionada anteriormente.

Em 2002 o programa abriu 10 vagas, já com a nova proposta que mudou o nome para Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. O processo seletivo foi muito concorrido tendo participado 76 candidatos com formação em diversas áreas. A área de concentração passa a ser Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea, mantendo-se as linhas de pesquisas Informação e Contextos e Estruturas e Linguagens da Informação.

No início desse mesmo ano (2002), assumiu a coordenação do programa a professora Kátia de Carvalho, deixando o cargo em outubro para assumir a Direção do ICI. Foi eleito para a coordenação do programa o professor Othon Jambeiro, ficando a vice-coordenação a cargo da professora Helena Pereira da Silva.

176

## ESTRUTURA ATUAL DO ICI

### Diretoria

Diretora: Profa. Dra. Lídia Maria Batista Brandão Toutain:  
lbrandao@ufba.br

Vice-diretor: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva:  
rubensri@ufba.br

Substituta eventual do Vice-diretor: Profa. Ma. Marilene Lobo Abreu  
Barbosa: marilene@ufba.br

Gerência Administrativo-Financeira: Ariston Mascarenhas Filho:  
ici@ufba.br

## Departamentos

### Documentação e Informação

Chefia: Profa. Dra. Zeni Duarte: zenids@ufba.br

Vice-chefia: Profa. Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira:  
isasousa@ufba.br

### Fundamentos e Processos Informacionais

Chefia: Profa. Dra. Ana Paula Villalobos: ana.paula@ufba.br

Vice-chefia: Profa. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco: nlubisco@ufba.br

## Colegiados

### Arquivologia

Coordenação: Profa. Ma. Aurora Leonor Freixo: aurora.freixo@ufba.br

Vice-coordenação: Profa. Ma. Alzira Tude Gondim: alzira.tude@ufba.br

Secretaria: Marilene Luzia Silva: mariluzi@ufba.br

177

### Biblioteconomia e Documentação

Coordenação: Profa. Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa: isasousa@ufba.br

Vice-coordenação: Prof. Me. Raymundo das Neves Machado:  
raymacha@ufba.br

Secretaria: Marilene Luzia Silva: mariluzi@ufba.br

### Pós-Graduação em Ciência da Informação

Coordenação: Prof. Dra. Henriette Ferreira Gomes: henriete@ufba.br

Vice-coordenação: Prof. Dra. Aida Varela Varela:  
varela1946@hotmail.com

## Núcleos

### Núcleo de Extensão

Coordenação: Profa. Ma. Vanda Angélica da Cunha: avangeli@ufba.br

### Núcleo de Laboratórios

Coordenação: Prof. Me. Sérgio Franklin Ribeiro da Silva: sergiofr@ufba.br

### Laboratório de Informática

Coordenação: Profa. Ma. Marilene Lobo Abreu Barbosa:  
marilene@ufba.br

### Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos

Coordenação: Prof. Me. Raymundo das Neves Machado:  
raymacha@ufba.br

## ICI em números

Professores: 28

Alunos de pós-graduação: 55

Alunos de graduação: 531

Biblioteconomia: 293

Arquivologia: 238 (destes, 43 são do curso noturno)

Corpo técnico e administrativo: 13 (sendo quatro de nível superior)

178

## CONCLUSÃO

Atualmente, as novas tecnologias estabeleceram uma relação própria com os bens simbólicos, reorganizando, assim, as formas de sociabilidades em torno dos novos meios de comunicação. Além disto, percebe-se que, na nova configuração social, há preocupação com as formas de reorganização da memória e a busca de um equilíbrio para novo tratamento desses bens na era global das TICs.

Assim, reconhece-se a importância de se registrar a memória do Instituto de Ciência da Informação da UFBA que, com sua atuação, vem formando profissionais, atualiza-os e capacita-os para o exercício do pensamento crítico, por meio de discussões, debates e produção científica.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, A. de A. O destino da ciência da Informação: entre o cristal e a chama. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, n. zero, dez. 1999. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/dez99/art\\_03htm](http://www.dgz.org.br/dez99/art_03htm)>. Acesso em: 17 jan. 2006.

- BARRETO, A. de A. Uma quase história da ciência da informação  
*DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, Brasília, v. 9, n. 2, abr. 2008.
- CARVALHO, I. C. L.; KANISKI, A. L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2000.
- COHEN, M. F. Alguns aspectos da informação na economia da informação.  
*Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 26-36, 2002.
- DAVIDOW, W.; MALONE, M. S. *A corporação virtual: estruturação e revitalização da corporação para o século 21*. São Paulo: Pioneira, 1993.
- DRUCKER, P. F. *A sociedade pós-capitalista*. 6. ed. São Paulo: Pioneira. 1997.
- LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: SESC, 2001.
- POMBO, O. *Interdisciplinaridade: conceitos, problemas e perspectiva* 2004. p.11. Disponível em < http cfcul fc.ul.pt>. Acesso em: 6 abr. 2008.
- ROBREDO, J. *Da Ciência da Informação revisitada: aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus, 2003.
- SILVA, H. P.; ABREU, A. F. de. Considerações sobre o bibliotecário frente às tecnologias de informação. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 98-110, 1999.
- TAKAHASHI, T. (Org.). *Sociedade da informação no Brasil: livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Escola de Biblioteconomia e Documentação. *Cinqüentenário da Escola de Biblioteconomia e Documentação*. Coordenação de Esmeralda Aragão e Dinorá Luna. Salvador: UFBA, 1992. 221p.
- \_\_\_\_\_. Instituto de Ciência da Informação. *ICI de 1998/2002*. Coordenação Carmélia Matos. Salvador: EDUFBA, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Relatórios: 2006, 2008, 2009*. Salvador: EDUFBA, 2009.



INSTITUTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL — CAMPUS  
PROFESSOR EDGARD SANTOS — BARREIRAS, BA

181

*Joana Angélica Guimarães da Luz<sup>1</sup>*  
*Andréia Leandro de Andrade<sup>2</sup>*

A implantação e inauguração do Campus Professor Edgard Santos no município de Barreiras, com a unidade do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICAD/UFBA), aconteceu, oficialmente, em outubro de 2006, visando a promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na região Oeste da Bahia.

O Campus Professor Edgard Santos é o resultado de uma articulação entre diferentes níveis de governo e realizações de parcerias institucionais com o objetivo de alcançar, além da própria implantação, condições ideais para sua manutenção. Tendo o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável como premissas, empenha-se na busca, desde seu início, de projetos de colaboração com diversas instituições vinculadas ao meio ambiente, assim como com demais órgãos das administrações públicas nos três níveis, destacando-se as parcerias com prefeituras da região e o governo

---

1 Diretora do ICAD/UFBA.

2 Secretária Executiva do ICAD/UFBA.

do Estado, com outras instituições de ensino superior, além de organizações de cunho social e iniciativa privada, tendo em vista a promoção de benefícios para a coletividade.

## A REGIÃO OESTE DA BAHIA

Situada às margens do Rio São Francisco, um dos mais importantes do Brasil e do Nordeste, a região Oeste da Bahia apresenta superfície de 162 mil km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 700 mil habitantes. Abrange 32 municípios, tendo Barreiras como cidade-polo, com aproximadamente 140 mil habitantes.

182

A base econômica da região é essencialmente a agricultura. Na década de 1980, com a chegada de produtores oriundos de outras partes do país, interessados em explorar esse potencial introduzindo a agricultura comercial, houve uma radical e significativa mudança da realidade econômica e produtiva da região, destacando-se a grande produção de soja e algodão. Por causa disso o Oeste chegou a ser chamado de “a nova fronteira agrícola da Bahia”.

Privilegiada pela grande oferta de água, a região possui 29 rios perenes que a tornam a mais rica em recursos hídricos do Nordeste Brasileiro. É banhada pelas bacias do Rio Grande, Rio Corrente e Rio Carinhanha. As bacias desses três rios atingem 62.400 km<sup>2</sup>, o que equivale a 82% das áreas dos cerrados baianos. Nos dias atuais, boa parte da cadeia produtiva da região está consolidada e, em menor parte, em fase de consolidação.

Por causa da posição geográfica e de sua importância econômica, a cidade de Barreiras recebe um grande número de estudantes para cursar o ensino médio ou de nível superior, este oferecido por três instituições instaladas no município, a Universidade do Estado da Bahia — a única que oferece ensino superior gratuito —, a Faculdade São Francisco de Barreiras e o Instituto de Educação Superior Unyahna e um Polo virtual da Universidade do Norte do Paraná (Unopar), que oferece curso de graduação à distância. Porém, observa-se um déficit considerável no acesso à universidade. Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em 2000, o número de estudantes matriculados em instituições de ensino superior correspondiam a 0,33% do total de habitantes da região Oeste. Não houve grande expansão na oferta de vagas em cursos de nível

superior na região recentemente, já que a única instituição de ensino superior estabelecida no período foi o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da UFBA, no município de Barreiras.

A rede pública de ensino de Barreiras, que congrega escolas municipais e estaduais, atende, respectivamente, aos estudantes das séries iniciais, Ensino Fundamental e Médio. O governo municipal é responsável pelo funcionamento e manutenção de 101 escolas, sendo 50 na zona urbana, com cerca de vinte e um mil alunos matriculados e 51 na zona rural, atendendo cerca de três mil estudantes. A região conta ainda com o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (Ifiba), antigo Cefet, instalado na cidade desde 1993 oferecendo cursos tecnológicos.

## IMPLANTAÇÃO DO ICAD/CES

A história da implantação do ICAD/CES remonta ao ano anterior à sua inauguração como unidade da UFBA. No dia 21 de novembro de 2005, foi aprovada a Resolução nº 04/05, que cria o Campus Professor Edgard Santos em Barreiras, pelo plenário do Conselho Universitário da UFBA, tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 5.773, de 9/5/2006 do MEC e publicado no *Diário Oficial da União* nº 165, seção 1, em 27/8/2007.

183

## CORPO FUNCIONAL

Quanto ao corpo funcional, o instituto iniciou suas atividades com 40 professores, tendo como diretora Pro-Tempore a Profª Drª. Joana Angélica Guimarães da Luz. Para auxiliar nas atividades administrativas e acadêmicas, foram feitos contratos de prestação de serviços para 3 (três) pessoas, até a realização do concurso público para técnico administrativo. Em março de 2007, com a realização do concurso, foram contratados 15 (quinze) técnicos administrativos. Em 2009 o instituto conta com um quadro funcional de 99 professores com dedicação exclusiva; 4 professores substitutos; 30 técnicos administrativos, sendo 12 de nível médio, 4 de nível técnico e 14 de nível superior; 18 funcionários terceirizados para os serviços gerais e 18 para os serviços de vigilância; 4 recepcionistas e 1 motorista.



## ESTRUTURA FÍSICA

Quanto à estrutura física, o ICAD foi instalado em prédio doado pela Prefeitura Municipal de Barreiras, onde funcionou durante muitas décadas o Colégio Padre Vieira. A fim de permitir o funcionamento inicial da UFBA, o colégio passou por uma reforma preliminar e será executada ainda a reforma da Biblioteca, a construção do novo Auditório, do Pavilhão de Garagem e do Centro de Convivência. Ressalte-se a importância histórica desse patrimônio para o município. Ciente dessa importância, a UFBA manteve o Memorial do Colégio Padre Vieira, um rico acervo com fotos de ex-alunos, professores e funcionários que contam um pouco da história de Barreiras e região.

184

A implantação da estrutura definitiva do Campus tem como projeto inicial a construção de vinte prédios, o que vem sendo feito por etapas. Na primeira foram construídos o Prédio de Laboratórios, composto de 32 laboratórios, e o Pavilhão de Aulas II, que abriga salas de aula, gabinetes de professores e um auditório para 120 pessoas. Na segunda etapa serão entregues o Pavilhão de Aulas I, também com auditório para 120 pessoas, e o Prédio de Biblioteca.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura administrativa do Campus é apresentada de forma diferente àquela corrente nas demais unidades da UFBA. A estrutura de departamentos não é seguida, de modo que o instituto se caracteriza por um único órgão de alocação de docentes e servidores técnicos administrativos.

Além da Direção e da Congregação, que se constituem segundo regras de funcionamento estabelecidas pela legislação federal e pelas normas da própria UFBA, cada curso tem um Colegiado, composto por cinco professores, dentre eles o coordenador que tem mandato bienal e é também membro da Congregação, todos ligados a uma Coordenação Acadêmica. Ligado ainda à Coordenação Acadêmica, há o Núcleo de Apoio Acadêmico. O ICAD conta ainda com uma Gerência Técnica e Administrativa composta pelos núcleos de Apoio Orçamentário e Financeiro e de Apoio Administrativo; recentemente, foram criados os

núcleos de Apoio Estudantil e de Apoio à Extensão, sendo que o último é ligado diretamente à Direção.

## CURSOS DE GRADUAÇÃO

As atividades no ICAD iniciaram em 23 de outubro de 2006, com 6 cursos de graduação: Administração, Ciências Biológicas, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geografia, Geologia e Química, sendo oferecidas 40 vagas anuais cada. Em julho de 2007 a Congregação aprovou a criação do curso de graduação em Física e em janeiro de 2008 foram aprovadas as criações dos cursos de Engenharia Civil, Matemática, Física e o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia, sendo 40 vagas para os três primeiros e 80 vagas para o BI&CT. Em 2009 foram aprovados os cursos de História e o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, com início de funcionamento previsto para o 1º semestre de 2010. Os cursos de História e o BI de Humanidades são os primeiros cursos oferecidos no turno noturno do instituto.

Em 2008, o funcionamento do Campus foi dividido: o Pavilhão de Laboratórios passou a abrigar os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e Ambiental, Química, Física, Geologia, Ciências Biológicas e Geografia. No prédio central — aqui denominado Pe. Vieira — ficaram, além do Administrativo do ICAD, os cursos de Administração, Matemática e o BI&CT, e, em 2010, os cursos de História e o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.

## EVENTOS E CURSOS DE EXTENSÃO

Além do ensino, o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão é de fundamental importância porque reflete os compromissos da Universidade com a sociedade, diante de questões como a diminuição das distâncias sociais, processos de inclusão e efetiva participação no desenvolvimento humano.

Vários eventos, visando à integração da Universidade com a comunidade regional, puderam ser organizados em 2007 e 2008 como relacionados a seguir.

**No ano de 2007:**

em março:

*dia 08:* Palestra – Diversidade feminina no mundo do trabalho: relações sociais de gênero e proteção legal;

*dia 22:* Seminário comemorativo do Dia Mundial da Água: Águas do Oeste, Águas do Planeta;

em abril:

A primeira semana de aula foi marcada pela recepção aos calouros, em forma de “trote”, os recém-chegados puderam interagir com os veteranos. Dentre as atividades aconteceram o Trote Ecológico, em que os alunos plantaram, nas áreas do instituto e em algumas ruas da cidade, mudas de plantas nativas do cerrado baiano, e, o Trote Solidário, em que os alunos arrecadaram mantimentos e material de higiene pessoal que foram entregues em uma ONG que acolhe crianças e adolescentes em Barreiras, a Casa de Acolhimento à Criança e ao Adolescente (CDCA).

em maio:

*de 07 a 11:* Semana da Matemática em comemoração do Dia Nacional da Matemática;

*dia 29:* I Seminário Espaço e Tempo da Geografia no Oeste da Bahia

*dia 30:* Comemoração do Dia do Geólogo

*de 29 a 1º de junho:* Curso de Manejo e Conservação do Solo e da Água

em junho:

*de 04 a 06:* Semana do Meio Ambiente

em outubro:

*de 02 a 04:* I Semana de Ciências e Tecnologia do ICAD, que teve como proposta a discussão de temas importantes para a região da Bacia do Rio

Grande, buscando situar a relação entre ciência, tecnologia e desenvolvimento regional.

### **No ano de 2008:**

Em março aconteceu a **II Recepção Calourosa**, entre os dias 24 e 29. A abertura do evento se deu com a Aula Inaugural em que o ICAD recebeu o Prof. Dr. Alberto Brum Novaes, do Departamento de Física da Terra e do Meio Ambiente/Instituto de Física da UFBA, para proferir palestra sobre o tema *Efeito estufa e aquecimento global*. Durante a semana aconteceu ainda a Feira das Graduações — em que os colegiados fizeram uma apresentação à comunidade regional dos cursos que são oferecidos no ICAD —, a palestra sobre *Movimento estudantil universitário* em que os recém-chegados à Universidade puderam se inteirar de seus direitos e de como podem se organizar, e apresentação teatral. Outro momento marcante da semana foi a mesa-redonda sobre o tema *Implicações do Aquífero Urucuia sobre as Águas da Região Oeste*, que contou com a participação de órgãos como a Embasa e a SRH. Outras atividades paralelas às palestras aconteceram, como a Feira de Livros da Edufba e Livraria Nobel, a Gincana Estudantil — que teve como premiação ao curso vencedor o passeio ecoturístico ao Parque Municipal de São Desidério — e, no encerramento, o Show Calouroso.

187

Durante o mês de março foi ministrado o curso de Filosofia para o Ensino Médio, que beneficiou alunos da instituição e professores da rede pública do município.

No mês de junho realizou-se a II Semana do Meio Ambiente do ICAD em que o destaque foram os minicursos ministrados por professores do Instituto, abordando temas voltados à preservação do meio ambiente e ao ecoturismo.

Durante o primeiro semestre aconteceu ainda o II Seminário Espaço e Tempo da Geografia no Oeste Baiano, voltado para os estudantes dos cursos de Geografia e Geologia, II Semana da Matemática, em parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a 1ª- Semana da Biologia (SEMBIO).

No segundo semestre, em parceria com a Associação Barreirense de Artesanato (Asbart) aconteceram Feiras de Artesanato, semanalmente, onde os artesãos de Barreiras e algumas cidades circunvizinhas puderam mostrar seus trabalhos. O projeto teve continuidade em 2009.

Em agosto foi firmado um convênio entre a UFBA e o curso de inglês CCAA para a execução do Projeto de Línguas, que ofereceu o Curso de Inglês a baixo custo, beneficiando, em 2008.2, 24 estudantes. As atividades continuam em 2009, agora com duas turmas de 24 alunos cada.

Em outubro, entre os dias 22 e 24, aconteceu a II Semana Nacional da Ciência e Tecnologia, que focalizou o tema *Evolução e Inclusão Social*, com palestras, mesa-redonda, minicursos, Tenda da Ciência — um espaço para promoção e articulação da Universidade com escolas da rede pública da região e a difusão das ações e propósitos do ICAD — e apresentação de trabalhos previamente selecionados.

Durante todo o ano, ocorreram os Saraus, um evento que visa ao resgate cultural de Barreiras. A Universidade abre um espaço para que os artistas da terra e estudantes do ICAD manifestem seus talentos.

188

### **No ano 2009:**

em março aconteceu a III Recepção Calourosa;  
 no primeiro semestre foi ministrado o curso de extensão em Educação Ambiental;  
 no segundo semestre, o curso de Português Instrumental;  
 em junho realizou-se a Semana do Meio Ambiente;  
 durante todo o ano ofereceu-se o curso de Xadrez;  
 em outubro a II SEMBIO, em parceria com a UNEB;  
 durante todo o ano o ICAD abriu espaço para a comunidade participar de algumas atividades ligadas à educação e cultura, desenvolvidas pelo Núcleo de Extensão em parceria com o Núcleo de Humanidades, a exemplo das Oficinas de Leitura, Sessão Solaris — cinema e mesa-redonda.

### *Movimento Estudantil*

Em setembro de 2009, os estudantes do curso de Geologia iniciaram um movimento de greve, tendo como principal reivindicação a falta de professores para assegurar condições de conclusão do curso no período de cinco anos e melhorias na infraestrutura de acesso ao Pavilhão de Laboratórios, local onde estão concentradas as aulas. O movimento logo

teve a adesão dos discentes dos demais cursos. A forma de protesto utilizada foi a ocupação do Campus em seus dois prédios. O movimento durou 10 (dez) dias e teve fim com a visita do vice-reitor, Prof<sup>o</sup> Francisco José Gomes Mesquita, que firmou um acordo com os alunos dando garantias de que todos concluirão o curso no tempo estabelecido pela estrutura curricular. Quanto à infraestrutura de acesso, serão cobradas providências dos poderes públicos municipal e estadual.

## ACONTECIMENTOS MARCANTES

Em julho de 2007, após uma consulta à comunidade acadêmica, foi escolhida a Diretoria do ICAD, tendo como diretora a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Joana Angélica Guimarães da Luz e vice-diretor o Prof<sup>o</sup> Dr. Francesco Lanciotti Júnior. Em outubro do mesmo ano houve a cerimônia de posse.

189

Em outubro de 2007, foi comemorado, com um lanche servido no pátio do Prédio do Pe. Vieira, o 1<sup>o</sup> ano do ICAD, uma grande comemoração da qual participou toda a comunidade acadêmica. Marcando ainda a data, foram distribuídas garrafas tipo Squeeze, com o logotipo da Universidade e o 1<sup>o</sup> ano do instituto.

No segundo semestre de 2007 realizou-se a Jornada Pedagógica, organizada pelo Núcleo de Apoio Acadêmico e os Colegiados dos Cursos. A Jornada teve como finalidade apresentar os cursos existentes no ICAD e divulgar o vestibular da instituição. Foram feitas visitas às escolas de ensino médio de Barreiras e das cidades circunvizinhas, onde um professor de cada área/curso apresentava o perfil daquele profissional e a estrutura do curso em Barreiras. A Jornada aconteceu em 2009 novamente, porém somente nas escolas de Barreiras.

Em janeiro de 2008, o Campus recebeu a visita do governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner. Na ocasião, o reitor da UFBA, Prof. Naomar Monteiro de Almeida Filho, entregou ao governador, o Projeto de Desmembramento do ICAD para a criação da Universidade Federal do Oeste Baiano. O governador se mostrou favorável à implantação dessa nova universidade.

## PROJETO DE DESMEMBRAMENTO

Em 2007 foi criada a proposta de desmembramento do Campus, sendo aprovada, por unanimidade, pela Congregação do instituto e por aclamação pelos Conselhos Superiores da UFBA. O projeto visa a contribuir com o desenvolvimento econômico e principalmente possibilitar aos moradores do Oeste da Bahia o ingresso em uma universidade pública, visto que em um Estado com as dimensões territoriais da Bahia, hoje, há apenas duas universidades federais e ambas distantes dessa região, o que dificulta o acesso dos jovens daqui. O projeto foi encaminhado ao MEC; após análise, se for recomendado, seguirá para o Poder Legislativo que o tornará Projeto de Lei.

190

## PROJETOS DE PESQUISA

Diversas iniciativas ligadas à realização de parcerias para o desenvolvimento de pesquisa e extensão já foram implantadas. Muitos professores realizam atividades de pesquisa e o corpo docente já conseguiu em 2009 um total de 65 bolsas vinculadas ao Programa Permanecer e 21 bolsas PIBIC, possibilitando aos alunos colocarem seu aprendizado em prática e em benefício da comunidade.

Além dos bolsistas, outros alunos voluntários estão se envolvendo com a atividade de pesquisa. Também para estimular e organizar a atividade de extensão foi constituído um Núcleo com sua Coordenação. As atividades dos docentes e do Núcleo de Extensão abrangem as mais diferentes áreas. Há projetos voltados para a preservação e gestão do meio ambiente, práticas de ensino, construção civil, divulgação da ciência, gestão de recursos hídricos e gestão organizacional.

Para 2010 há quatro projetos de grupos de professores do instituto, relacionados à educação e cultura, com financiamentos da Fapesb e do CNPq, a serem implantados: o Museu Animal da Biologia, o Herbário do ICAD e o Parque Socioambiental Rio Grande.

Além de beneficiar e possibilitar os alunos do instituto a prática do que aprendem em sala de aula, esses projetos beneficiarão a cidade de Barreiras e região com a preservação e conscientização da necessidade de manter o rico patrimônio ecológico do Cerrado Baiano.

Também para 2010 e com financiamento do CNPq será executado o Projeto Ciência Móvel — O Caminhão da Ciência. Tem por objetivo aproximar ciência e indivíduo. Em um caminhão, viajando pelas cidades do Oeste, os alunos dos diversos cursos do ICAD, farão apresentações científicas.

Em 2009, os professores Jardel Pereira Gonçalves, Luis Norberto Weber, Valdeilson Sousa Braga, Florisvalda da Silva e Poty Rodrigues de Lucena, docentes do instituto, foram contemplados com a Bolsa Produtividade do CNPq.

## PÓS – GRADUAÇÃO

Com relação à Pós-Graduação, o ICAD criou um projeto para implantar o Mestrado em Ciências e Tecnologia, o qual foi aprovado pela respectiva Câmara, mas ainda não recomendado pela Capes. Essa foi a primeira tentativa de desenvolver um trabalho de pós-graduação sério e de qualidade. O projeto está sendo reformulado, para atender as exigências da Capes, à qual será submetido novamente em 2010. Atualmente, há dois projetos de pós-graduação lato sensu — um em Gestão da Inovação Tecnológica e Social e o outro em Gestão Pública, ambos na área de Administração, aguardando a aprovação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG).

Foram aprovados em 2006, 2007 e 2008 projetos junto ao CTINFRA/ Finep para implementação de infraestrutura de pesquisa e pós-graduação.





*José Bernardo Cordeiro Filho<sup>1</sup>*  
*Sonia Maria da Silva Gomes<sup>2</sup>*

## UM POUCO DE HISTÓRIA

A história do Curso de Ciências Contábeis começa com a criação da Escola Comercial da Bahia, em 07 de fevereiro de 1905, que, inicialmente, oferece o curso de bacharelado em Comércio e Fazenda, desdobrado posteriormente em dois bacharelados: o de Ciências Contábeis e o de Administração e Fazenda. Em 20 de julho de 1934, a instituição mantenedora, organizada sob a forma de sociedade civil, transformou-se na Fundação Faculdade de Ciências Econômicas, que continuou a oferecer os mesmos cursos. Em 22 de setembro de 1945, por meio do Decreto-Lei nº 7.988, criou-se o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de 4 (quatro) anos, que funcionou, também, no espaço da Faculdade de Ciências Econômicas, ao lado do curso de bacharelado em Ciências Econômicas.

---

1 Professor Associado I.

2 Professora Adjunto III.

A Fundação Faculdade de Ciências Econômicas incorporou-se à Universidade Federal da Bahia em 08 de abril de 1951, por meio do Decreto nº 9.155. O curso de Ciências Contábeis e Atuariais foi, então, desmembrado em dois: Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, em decorrência da Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951, sendo que, por falta de demanda, apenas o primeiro continuou sendo oferecido pela UFBA.

O Curso Técnico em Contabilidade era oferecido pela Fundação Visconde de Cairu, que funcionava em um anexo da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. Em 5 de novembro de 1963, a Fundação Visconde de Cairu separou-se da Faculdade de Ciências Econômicas, transferindo-se para a Rua do Salete, 50 — Barris, em Salvador. Essa Fundação fora originada também da Escola Comercial da Bahia.

Na UFBA, o curso de Ciências Contábeis funcionou de 1945 até abril de 1996 como um departamento da Faculdade de Ciências Econômicas — o Departamento de Ciências Contábeis — quando foi criada a Faculdade de Ciências Contábeis (FCC). A criação da FCC resultou de estudos técnicos que apontaram para a necessidade da separação das duas áreas de conhecimento, as quais, embora tenham algumas interfaces, constituíam campos de estudos específicos. De igual modo, o curso de Ciências Contábeis tem relações estreitas com a área de Administração, quando estuda a Contabilidade Gerencial e Controladoria, com a de Direito, ao estudar a Contabilidade Tributária e os aspectos jurídicos das organizações, com a de Processamento de Dados, nos assuntos relacionados com a arquitetura dos sistemas de informações gerenciais, além das áreas de Matemática, Psicologia, dentre outras, sendo, portanto, uma área de conhecimento essencialmente interdisciplinar.

Ademais, o processo de separação das áreas de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas foi precedido de alguns movimentos estudantis que pressionavam pela necessidade de dar uma identidade ao curso. Em 1986, houve o primeiro movimento estudantil, liderado pelo então estudante José de Andrade Silva Filho, para emancipação do curso de Ciências Contábeis. Mais tarde, ao assumir a presidência do Diretório Acadêmico, em 1989, o estudante José de Andrade trabalhou juntamente com seus pares, contando inclusive com a participação do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia, naquela época presidido pelo Prof. Dr. Sudário de Aguiar Cunha, no sentido de que fosse criada a Faculdade de Ciências Contábeis. O processo de criação da Faculdade ocorreu durante a gestão dos professores

Paulo Rebouças Brandão e Eduardo Tadeu Santana, diretor e vice-diretor, respectivamente, da Faculdade de Ciências Econômicas. Ambos trabalharam incansavelmente para atender aos anseios dos estudantes, professores e funcionários.

## A IMPLANTAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Em 1996, enfim, após a emancipação da Faculdade de Ciências Contábeis, foi nomeado diretor pró-tempore o Prof. José Bernardo Cordeiro Filho, conforme Portaria nº 523, de 08-03-1996, assinada pelo reitor, Professor Luiz Felipe Perret Serpa, e empossado no dia 19 de abril daquele ano.

Com a implantação da nova Faculdade, os professores José Bernardo Cordeiro Filho e Wilson Thomé Sardinha Martins, diretor e vice-diretor, respectivamente, juntamente com a coordenadora do curso, Profa Sonia Maria da Silva Gomes e o chefe do Departamento, Prof. Sóstenes Diniz Sales, os outros professores, representantes do Diretório Acadêmico, funcionários e alunos tiveram o desafio de escrever uma nova página da história da UFBA, o que fizeram com competência e responsabilidade social. A característica predominante da gestão daquela equipe foi uma administração compartilhada.

Elaborou-se o regimento da recém-criada Faculdade de Ciências Contábeis. Promoveu-se a contratação de professores assistentes, com dedicação exclusiva, época em que só havia dois professores enquadrados nesse regime. Esta equipe também foi responsável pela reformulação do Projeto Político Pedagógico do Curso, adequando-o às legislações pertinentes, sob a coordenação da Profa. Dra. Sonia Maria da Silva Gomes, e de todo o corpo docente. Esse projeto muda definitivamente o perfil do profissional egresso da Faculdade, com a inserção de novas disciplinas na matriz curricular, orientadas para as demandas do mercado de trabalho.

As ações compartilhadas desenvolvidas pela liderança da Faculdade, nessa época, contribuíram para criar um ambiente fértil à pesquisa acadêmica, envolvendo professores e estudantes em projetos e eventos científicos, prática até então pouco explorada na unidade.

Todavia, dentre as ações implementadas, a que contribuiu para colocar a Faculdade de Ciências Contábeis no *ranking* das melhores do Brasil foi a

implementação de um Plano Emergencial de Qualificação Docente, no ano de 1999, cujo objetivo era criar condições para que os docentes em atividade continuassem a sua qualificação acadêmica, os já detentores do mestrado acadêmico, ou até mesmo iniciassem um programa de pós-graduação, de modo a formar uma equipe de professores com maior qualificação, em regime de dedicação exclusiva, para estimular a pesquisa, a extensão e envidar esforços no sentido de desenvolver programas de pós-graduação lato e stricto sensu.

Na primeira gestão do reitor, Prof. Naomar Monteiro de Almeida Filho, o Prof. José Bernardo Cordeiro Filho foi convidado para assumir a direção da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão (Fapex) e, em decorrência do afastamento do titular, assume a direção da FCC o professor Sudário de Aguiar Cunha, vice-diretor, como diretor pró-tempore, de acordo com a Portaria nº 487/2002 e, finalmente, como diretor em 21 de Janeiro de 2004. O professor Sudário, desde então, juntamente com docentes, discentes e funcionários, vem desenvolvendo ações orientadas para que a FCC se torne um centro de excelência em Contabilidade.

196

## **A BUSCA DA EXCELÊNCIA**

A Faculdade de Ciências Contábeis, nestes últimos anos, além de consolidar o ensino de graduação como um dos melhores do Brasil, passou a ser referência em curso de pós-graduação lato sensu, na área de Contabilidade, na Bahia. Esta história começou em 1994, com o lançamento do primeiro curso de especialização em Contabilidade Gerencial, em convênio com o Serviço Nacional do Comércio na Bahia (Senac-BA), por meio de uma articulação entre a Escola de Administração (EAUFBA) e a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA). Em 1997, a FCC deu continuidade ao curso de Especialização em Contabilidade Gerencial, com área de concentração em Controladoria Financeira, também em parceria com o Senac-BA. Atualmente, esse curso é permanente.

Em 2001, a Faculdade de Ciências Contábeis firmou convênio de cooperação com a Secretaria da Fazenda do Governo do Estado da Bahia (Sefaz-BA) para promover a qualificação de servidores na área de Contabilidade Governamental. Assim, desde então, a FCC passou a oferecer cursos de pós-graduação lato sensu, com foco nas necessidades

dos servidores da Sefaz-BA e de outros órgãos do governo. A FCC também firmou convênio de cooperação com o Conselho Federal de Contabilidade, a fim de oferecer cursos que contribuíssem para a qualificação dos contadores. Em 2005, foram ofertados os cursos de Pós-Graduação em Gestão Contábil e Auditoria Fisco-Contábil, sendo mantidas as turmas de Especialização em Contabilidade Gerencial com ênfase em Controladoria. Ao longo desses anos, a Faculdade de Ciências Contábeis ofertou 23 turmas de cursos de Especialização.

## A CRIAÇÃO DO MESTRADO

Os estudos para a implantação de um Programa de Mestrado Acadêmico em Contabilidade iniciaram-se, ainda, no segundo mandato do Prof. José Bernardo Cordeiro Filho, como imperativo natural da maturidade dos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e da necessidade de criação de mais um centro de pós-graduação *stricto sensu* na área, tendo em vista que em toda a região Nordeste apenas existiam dois cursos de mestrado em Ciências Contábeis. Na gestão do Prof. Sudário de Aguiar Cunha, após algumas tratativas junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e à Capes, finalmente, em 2007, instala-se o Curso de Mestrado Acadêmico em Contabilidade da UFBA, sob a coordenação dos professores doutores Joseilton Silveira da Rocha e Sonia Maria da Silva Gomes. Ressalte-se que, para a consecução desse objetivo, além do empenho da Diretoria da Faculdade de Ciências Contábeis, alguns professores tiveram participação marcante, destacando-se os professores doutores Sonia Maria da Silva Gomes e José Bernardo Cordeiro Filho, que, conjuntamente com o Prof. Dr. Joseilton Silveira da Rocha, atenderam a todas diligências recomendadas pela Capes.

Além disso, algumas unidades da UFBA emprestaram seu apoio, notadamente as seguintes: Faculdade de Ciências Econômicas, Instituto de Matemática, Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia (docentes do atual Instituto de Psicologia) e a Escola de Administração. Nesta última, contou-se com o decisivo apoio dos professores doutores Reginaldo de Souza Santos, Maria da Graça Pitiá Barreto e Eduardo Fausto Barreto, tanto nos contatos com os órgãos internos da UFBA que tratam da aprovação e implantação de

curso de pós-graduação stricto sensu, quanto emprestando sua colaboração como docentes.

Cabe realçar, ainda, que já foram defendidas 10 dissertações de mestrado, realizadas 15 qualificações e 07 encontram-se em estágio de pré-qualificação. A produção acadêmica tem-se ampliado dia a dia, tanto do corpo docente quanto do corpo discente, com participações em eventos nacionais e internacionais e publicação em periódicos.

## **O CONTINGENTE DE PESSOAL DOCENTE**

Como fruto do expressivo esforço da Diretoria e dos professores representantes da unidade junto ao Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (Consepe), em 2006, conseguiu-se ampliar o quadro de professores, inclusive atraindo dois doutores em Contabilidade. O contingente atual de professores conta com 10 doutores, 10 mestres e 4 especialistas.

198

Vale ressaltar que, à época da implantação da Faculdade de Ciências Contábeis, em 1996, havia apenas dois professores com titulação de mestrado acadêmico. Alguns projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) eram desenvolvidos sob a coordenação de professores doutores pertencentes aos quadros de outras unidades.

Atualmente, três professores encontram-se concluindo doutorado na USP, na área de Contabilidade, ampliando-se, assim, o contingente de doutores com impacto na qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação.

## **O CRESCIMENTO E QUALIFICAÇÃO DO CORPO DISCENTE**

Nos últimos anos, também, houve um aumento significativo de vagas na graduação. O curso de Ciências Contábeis da UFBA é um dos melhores do país, na avaliação do Guia do Estudante (GE) da Editora Abril. Em 2006, a publicação conferiu cinco estrelas ao nosso curso de graduação, o maior grau. O Guia do Estudante classifica o nível de excelência (três, quatro ou cinco estrelas) de 1.558 cursos de graduação das melhores universidades

brasileiras. O GE é a maior e mais completa fonte de informação para os jovens que querem escolher uma profissão.

## **ADESÃO AO PROGRAMA REUNI**

Com a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Faculdade de Ciências criou o curso noturno de Ciências Contábeis, sob a coordenação da Profa. Dra. Sonia Maria da Silva Gomes, oferecendo inicialmente 50 (cinquenta) vagas e ampliou 20 vagas para o curso diurno. Desse modo, a quantidade de alunos novos ampliou-se de 100 para 170, no ano de 2009.

Também, o quadro docente experimentou um razoável crescimento, por causa da adesão ao referido programa, a fim de atender ao crescimento do número de vagas no curso diurno preexistente e a criação do curso noturno de Contabilidade, além de oferecer disciplinas a outras unidades e aos cursos de Bacharelado Interdisciplinar.

199

## **LUTA POR UMA SEDE**

Ao longo de todos esses anos, a Faculdade de Ciências Contábeis vem fazendo uso compartilhado de espaço com a Faculdade de Ciências Econômicas, situação que, além de criar algumas dificuldades em seu efetivo funcionamento, tem prejudicado a imagem da Faculdade, inclusive no respeitante à sua identidade organizacional. Ademais, o curso de Mestrado Acadêmico em Contabilidade funciona nas dependências da Faculdade de Direito, desde sua implantação, o que restringe a integração Mestrado-curso de Graduação.

O atual reitorado, tendo conhecimento de tais dificuldades, apresentou ao Conselho Universitário proposta de construção da sede da unidade, aprovada e já em fase de licitação.

Releva notar que, face à adequada localização do projeto, que se implantará em área próxima às unidades com as quais a FCC mantém maiores interfaces — Administração, Direito — por certo imprimirá um impulso significativo ao curso.





*Ana Maria de Carvalho Luz<sup>1</sup>*

## APRESENTAÇÃO

Há tradições que não ferem a modernidade, ao contrário, enriquecem-na. O culto aos antepassados, aos veneráveis, aos sábios anciãos, na antiguidade e em várias culturas, muito tem a nos ensinar. Na atualidade, o culto aos “heróis” que emergem do cinema, da televisão, do esporte e até da política, nem sempre amparados na sapiência e na senectude, está bastante distante do culto à sabedoria, ao engenho e à arte que distinguiu alguns cidadãos entre seus pares. Mercê da superficialidade e efemeridade com que se entronizam e destituem os heróis do nosso tempo, há sempre algo a aprender da observação dos costumes e dos valores que desfilam ante nossos olhos. E, nesse último caso, podemos verificar que os nossos heróis atuais são consagrados, mormente, enquanto ainda vivem e podem usufruir o reconhecimento, merecido ou não, do seu esforço, da sua grandiosidade, da sua dedicação ao campo ao qual doaram o melhor de si.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto - FACED/UFBA, Pesquisadora do ISP/UFBA. Texto originalmente publicado em ARAÚJO, Roberto Paulo Correia de (Org.). ICS: emérita memória. Salvador: Edufba, 2004.

No campo da ciência e do fazer acadêmico, consagrou-se a cultura da homenagem a seus mais ilustres representantes através do título de emérito, tradição mantida e nem sempre valorizada como devia. E devia sê-lo pelo fato de que o conhecimento da história de uma instituição e dos que a fizeram constitui fonte de estímulo para os que, neófitos, nela estão ingressando para continuar essa história. Com efeito, o atual dicionário Houaiss define como emérito aquele “[...] que se aposentou e desfruta dos rendimentos e honras do emprego. Grande especialista em uma ciência ou arte; sábio, sublime, eminente. Diz-se de título universitário conferido a professor que, por seu saber, distinguiu-se ao ministrar determinada matéria. Insigne”.

202

Convocada pelo Prof. Roberto Paulo Correia de Araújo — companheiro de muitos embates em defesa da UFBA e, particularmente, amigo incondicional — para organizar a edição deste livro, aceitei o desafio de passear os olhos atentos sobre a história do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), através da fala de grandes atores que a fizeram. Coincidentemente, o ICS é vizinho frontal da Faculdade de Educação, onde repousam as raízes de minhas memórias como professora aposentada da UFBA. E eis que atravesso a pista do Vale do Canela e entro virtualmente no ICS para conhecer um pouco de sua história, passando os olhos sobre o pensamento de ilustres mestres que construíram a vida daquele Instituto e, com isso, marcaram seu caminho na Universidade. Esse trabalho de edição e revisão, para mim, pois, constituiu um prazeroso exercício de visitar, no presente, o passado, e refletir sobre os caminhos da Universidade.

Com esses mestres há muito a ser aprendido ou tomado como objeto de reflexão. Por isso, garimpei alguns trechos do seu pensamento que podem motivar o leitor a conhecê-los na íntegra, mas, sobretudo, demonstram a acuidade, a atualidade e a sensibilidade de seus autores.

Início imaginando o que teriam dito os mestres Raphael Menezes, Carlos Geraldo Oliveira e Edgard Pires da Veiga, ao receber o título de Professor Emérito. Infelizmente não se tem memória documentada de seus discursos em tão nobre ocasião. E isso provavelmente se deve ao fato de que, certamente, eles não teriam sido escritos para ser lidos, pois houve um tempo em que a oratória era um atributo cultivado nos meios acadêmicos, e falar bem e de improviso constituía, ao lado do bem escrever, um elemento caracterizador da missão de mestre.

Com o Prof. Jorge Novis, podemos aprender ou lembrar que a docência é o “[...] sublime mister de modelar tendências, fomentar curiosidades,

alimentar estudos — ingredientes essenciais à missão do professor”. Quanto a essa missão, continua ele afirmando que “[...] não se medem as missões espirituais em termos de pecúnia, necessária sobrevivência, é verdade, mas incomparavelmente situadas no ângulo maior do primado do seu próprio firmamento, onde rebrilha o culto fervoroso e abnegado dos valores intelectuais, estéticos, éticos e morais, se em causa a verdade, a beleza e o bem, como apanágio da vida universitária”. E, provavelmente com emoção, em certo trecho do seu discurso, afirma ser o ensino “[...] uma forma pura de amar os homens”, não esgotada no simples ato pedagógico de ministrar conhecimentos, porque é “necessária a compenetração dos espíritos mediante a simpatia humana, a vibração emocional, o amor desinteressado e sem medida, que tudo cria, eleva e purifica”.

Continuando, vale a pena analisar o desabafo contundente e sincero do Prof. Tripoli Francisco Gaudenzi, construído a partir de suas recordações e emoldurado pela célebre expressão latina “*O tempora, o mores!*”. Mas vale também compartilhar de suas esperanças de que “[...] possam voltar o ensino e a administração universitários ao seu indiscutível prestígio, para bem, principalmente, da juventude irrequieta e ansiosa de hoje, penhor certo de dias mais promissores para a universidade de amanhã”. O seu senso de amor à Instituição e à comunidade universitária fazem com que, em seu peito, reste a esperança “[...] de que todos, funcionários, alunos, professores e dirigentes, se compenetrem, uma vez mais, de que, no sacerdócio que preside e envolve o magistério, não existem só direitos, mas, também, inalienáveis deveres, para com a educação, o avanço do conhecimento e o normal funcionamento da Instituição”. Finalmente, de extrema atualidade é o seu desejo, também encharcado de esperança, de que “[...] as autoridades governamentais olhem mais e melhor para a Universidade, cientes de que a educação é investimento prioritário e seguro, embora de retorno a longo prazo, e que não falem à mesma as condições e os recursos indispensáveis de locais, aparelhagem e material técnico e bibliográfico, para o seu profícuo labor, nem falte uma remuneração condigna para todos os que a ela realmente servirem e que, então, poderão melhor servi-la. E, acima de tudo, que se antecipe o governo às justas reivindicações dos professores e funcionários, para que estas não se consigam senão às custas de pressão e de movimentos que a todos desgastam, em última análise, e nada constroem”.

Além do título de Emérito, o Prof. Penildon Silva ostenta as características de um verdadeiro educador, reveladas nas concepções de

educação e de ensino presentes no seu discurso. Segundo ele, “[...] a estratégia da aprendizagem deve iniciar-se na alegria e florescer no deslumbramento”. Mais adiante, ensina que, “Da interação professor-aluno, a transferência do conhecimento se faz com o impulso do entusiasmo e o desafio das interrogações”. Sobre a arte de ensinar, declara, com sabedoria, que “Ensinar e aprender não se assemelham a induzir uma reação química. Seriam mais como pintar um quadro, compor uma música ou, em planos mais simples, plantar um jardim ou escrever uma carta amiga”. E, finalmente, destaco a primorosa asserção de que “Muito do conteúdo formal das várias disciplinas pode ser transmitido pelas máquinas e computadores, como, por exemplo, tabelas, fórmulas, classificações, etc. Entretanto, a relação entre as partes, as suposições de causas e efeitos, a criação de hipóteses, isto tudo constitui a porção mais delicada da formação intelectual e só pode ser resolvida pelo professor que tem imaginação. A imaginação preenche o espírito, anima o professor e delicia os alunos”.

E as lições dos eméritos educadores continuam, na fala simples, direta e doce da Profa Dyrce Franco de Araújo: “[...] o verdadeiro professor não é o sábio, nem o orador eloquente, nem o poeta inato: é o artista que se faz desconhecido e, no esquecimento de si mesmo, desgasta-se, na ânsia incontida de modelar, retocar e lapidar inteligências. O verdadeiro professor é aquele que compreende a alma do seu aluno e sente os seus anseios, vivendo um pouco dos seus sonhos, e perdoa, muitas vezes, o seu raciocínio apressado ou os excessos do seu natural entusiasmo. O verdadeiro professor não é aquele que corta vocações, impede carreiras, destrói as humanas emoções de uma justa vitória. O verdadeiro professor é aquele que consegue despertar nos seus alunos o interesse, a atenção, o amor ao estudo, à ciência, plasmando, desse modo, na alma do jovem, o profissional do futuro”.

Na fala do Prof. Jayme Bandeira, dois aspectos merecem destaque: sua visão do papel da Universidade e da realidade brasileira. Ao tratar do primeiro, afirma que “Apesar de todos os percalços, é nas universidades públicas brasileiras que brota o melhor e o mais qualificado contingente de pesquisadores em ciência, tecnologia, artes e letras”. Por assim vê-la, o ilustre professor propugna que, mercê da sua função social, “À Universidade cabe abrir-se ao povo e a este cumpre ampará-la no seu mais amplo sentido”. E como demonstração de sua visão ampla da realidade, o

professor Jayme analisa a situação brasileira, com contundente atualidade: “Presentemente, o país experimenta momentos críticos, que demandam reflexão séria e ações prontas, responsáveis e eficazes. Reinam a desídia, a corrupção e a impunidade. Urge a adoção de um processo de mudança da mentalidade dominante, concitando todos no sentido de restaurar-se a dignidade, pugnar-se pela justiça social, institucionalizar-se a liberdade responsável, cujos direitos individuais sejam realmente sagrados e os deveres igualmente”.

O amor ao fazer, no seu sentido profundo, tem sido banido das nossas lides, substituído por cega racionalidade no exercício profissional e pela fria lógica do mercado de trabalho. E eis que o Prof. Jutorib de Oliveira Lima nos restitui um sentimento perdido ou esquecido, ao afirmar que “É na realidade, o amor, a paixão, que nos entretém o ideal. Quando qualquer função vital é realizada sem amor, sem paixão, perdemos o interesse [...]” E quanto ao ofício do professor, ensina: “A carreira do magistério é árdua, íngreme, cheia de ‘zonas’ estreitas e largas, repleta de lutas aguerridas, sem compensação financeira, mas é também uma luta benfazeja, na qual o objetivo é o ideal de ser bom mestre, saber transmitir, saber pesquisar, saber conquistar alunos e colegas, enfrentar os cargos universitários com dedicação ímpar e com amor [...]” E continua: “Não há dúvida quando atuamos com fé, com dedicação, com amor, temos sempre a maior das compensações: a certeza do dever cumprido”.

Não pôde o Prof. Luiz Fernando Seixas de Macedo Costa ver-se consagrado Professor Emérito em vida. Mas seu pensamento foi resgatado, nesta publicação, a partir de seu discurso de posse como reitor da UFBA, e dele escolhi um trecho que encerra este colar de sábias lições: “O desempenho da missão universitária começa com a formação do estudante, que é, na realidade, a matéria-prima e o objetivo fundamental do ensino. Afinal de contas, etimologicamente, educar significa retirar de dentro, a partir das potencialidades do aluno”.

Respiro fundo, e nada mais tenho a dizer, a não ser desejar que essas lições, recuperados pelo afã cuidadoso do Prof. Roberto Paulo Correia de Araújo — por sugestão e estímulo do Prof. Eliel Judson Duarte de Pinheiro, da Escola de Medicina Veterinária da UFBA —, possam constituir o resgate de um passado capaz de estimular os jovens noviços no apostolado da ciência e da vida acadêmica.

## INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE: BREVE HISTÓRICO

*Lília Ferreira de Moura Costa*<sup>2</sup>

*Maria Thereza Barral Araújo*<sup>3</sup>

206

O Instituto de Ciências da Saúde da UFBA, criado em 8 de fevereiro de 1968, é uma unidade com a função de exercer, na área de ciências biomédicas, o ensino e a pesquisa essencialmente integrados às iniciativas extensionistas. Por definição dos Decretos-Leis de n.ºs. 53/66 e 252/67, várias unidades foram criadas na UFBA para formar um sistema que congregasse áreas afins, visando a evitar a duplicação dos meios para objetivos idênticos ou equivalentes. O Instituto de Ciências da Saúde, na sua criação, deveria atender a doze cursos, sendo nove da área biomédica. O coordenador do recém-criado ICS, inicialmente reconhecido pela sigla INCISA, foi o Prof. Carlos Geraldo de Oliveira, nomeado em 10 de maio de 1968 pelo reitor Prof. Roberto Figueira Santos.

No dia 31 de janeiro de 1969 foi instalada a primeira reunião da Congregação do Instituto, contando com a presença de 25 professores. Nessa reunião, o então coordenador, Prof. Carlos Geraldo de Oliveira, instituiu uma comissão para elaborar o anteprojeto de Regimento. Essa comissão foi composta pelos professores: Dyrce Franco de Araújo (Faculdade de Farmácia), Jutorib de Oliveira Lima (Faculdade de Odontologia) e Orlando Bastos de Menezes (Escola de Medicina Veterinária). Ainda nessa reunião, foi elaborada uma lista tríplice, a partir da qual seria nomeado pelo reitor o novo coordenador. Foram votados os nomes dos professores Carlos Geraldo Oliveira, Jutorib da Oliveira Lima e Jayme Oliveira. Em 23 de junho de 1969 foi nomeado pelo reitor o Prof. Carlos Geraldo de Oliveira para exercer o cargo de coordenador dessa nova unidade.

A segunda reunião da Congregação do ICS ocorreu em 1º de outubro de 1969, ocasião em que foi debatido o anteprojeto de Regimento. A Congregação se manteve, até o dia 9 de Outubro, em sessão permanente, que culminou com a aprovação do projeto de Regimento, a seguir encaminhado

2 Professor Assistente de Microbiologia do Departamento de Biointeração. Chefe do Departamento de Biointeração do Instituto de Ciências da Saúde - UFBA.

3 Professor Adjunto de Bioquímica do Departamento de Biofunção. Chefe do Departamento de Biofunção do Instituto de Ciências da Saúde - UFBA

ao Conselho Universitário. O Regimento do Instituto de Ciências da Saúde foi um dos primeiros instrumentos disciplinares da UFBA.

Em 7 de novembro de 1970, a Congregação do Instituto de Ciências da Saúde se reuniu para votar uma lista sêxtupla de professores, a ser encaminhada ao presidente da República, para a nomeação do primeiro diretor. Foram votados e indicados os professores Carlos Geraldo de Oliveira, Edgar Pires da Veiga, Air Miguel Colombo Barreto, Jutorib de Oliveira Lima, Aldelmiro Jose Brochado e Thomaz Dias Machado. Em ato publicado no Diário Oficial da União de 20 de maio de 1971, foi nomeado o Prof. Carlos Geraldo de Oliveira, que tomou posse em 28 de maio de 1971. Em 6 de agosto de 1971, foi nomeado pelo presidente da República o primeiro vice-diretor do ICS, o Prof. Edgard Pires da Veiga, a partir de uma lista sêxtupla elaborada pela Congregação.

Inicialmente instalado no prédio da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus, o Instituto de Ciências da Saúde, a partir do primeiro semestre de 1970, transferiu seus Departamentos, progressivamente, para o prédio atual, que preliminarmente fora destinado à Faculdade de Farmácia. Assim, transferiram-se, nesse primeiro semestre de 1970, os departamentos de Histologia e Embriologia, Anatomia, Microbiologia e Parasitologia. Nesse mesmo ano, foram transferidas a Diretoria e a Secretaria da unidade. Em 1971 foi a vez do Departamento de Biofísica e, no ano de 1972, os Departamentos de Farmacologia, Fisiologia e Patologia. Em 1973, concluiu-se a transferência do Departamento de Bioquímica.

Em 1969, o Instituto de Ciências da Saúde contava com um quadro docente constituído de 110 professores, sendo 18 titulares, 15 adjuntos, 29 assistentes, 24 auxiliares de ensino, 7 contratados e 17 professores ainda sem enquadramento, em processo de transferência das Escolas de Agronomia e de Medicina Veterinária, unidades que, até 1967, eram Escolas estaduais. Desses 110 professores, 52 vieram da Faculdade de Medicina, 20 da Faculdade de Odontologia, 16 da Escola de Medicina Veterinária, 14 da Faculdade de Farmácia, 3 do Hospital Edgard Santos, 2 da Escola de Belas Artes, 1 da Escola de Agronomia, 1 da Escola de Nutrição e 1 da Escola de Geologia.

No início do funcionamento do ICS, o conjunto das antigas Cadeiras Básicas para as Ciências Biomédicas ensejou a criação de 10 Departamentos: Anatomia, Anatomia Patológica, Biofísica, Bioquímica, Farmacologia, Fisiologia, Histologia e Embriologia, Microbiologia, Parasitologia e Patologia Geral. O Departamento de Anatomia Patológica, por ser



considerado profissionalizante, foi transferido para a Faculdade Medicina, permanecendo, então, nove Departamentos no ICS. Seguindo as diretrizes do MEC de reduzir o número de departamentos, o Conselho Departamental encaminhou, em 1975, proposta à Congregação do Instituto que visava à redepartamentalização da unidade, reduzindo para quatro departamentos, assim distribuídos: Ciências da Biomorfologia (Anatomia, Histologia e Embriologia), Ciências da Biofunção (Bioquímica e Biofísica), Ciências da Biorregulação (Farmacologia e Fisiologia) e Ciências da Bioagressão (Microbiologia, Parasitologia e Patologia Geral). Ao Departamento de Ciências da Bioagressão foi incorporado o Setor de Imunologia, instalado a partir de 1988. Esse departamento teve o seu nome modificado para Departamento de Ciências da Biointeração em 1994, por decisão unânime do seu plenário, ratificada pelas instâncias competentes.

208

Diversas linhas de pesquisa identificam a produção acadêmica na área básica das Ciências da Saúde, com pesquisas aplicadas, o que tem resultado na criação e instalação de laboratórios especializados. O ICS contribui com a pós-graduação, ministrando diversas disciplinas para vários programas oferecidos pela UFBA, responsabilizando-se ainda pela oferta de cursos lato sensu e pelo Programa de Pós-Graduação em Imunologia (PPGIM), que compreende Mestrado e Doutorado. Além da pós-graduação, atividades de extensão em campo e cursos de curta duração são frequentes no cotidiano da Instituição.

A partir de 1999, o Instituto de Ciências da Saúde passou a oferecer o Curso de Graduação em Fonoaudiologia, instalando o seu Colegiado e recepcionando a sua primeira turma de alunos. Em 2001, o Conselho Universitário aprovou a criação e instalação de Departamento de Fonoaudiologia.

Durante este período de 36 anos, o ICS teve como diretores e vice-diretores os professores: Carlos Geraldo de Oliveira e Edgard Pires da Veiga (1971-1975); Edgard Pires da Veiga e José Luiz Pinto (1975-1979); Penildon Silva e Luiz Erlon A. Rodrigues (1980-1984); Jutorib de Oliveira Lima e Geóvana Novaes (1984-1988); Luiz Erlon A. Rodrigues e Luiz Cezar Dantas do Nascimento (1988-1992); Luiz Cezar Dantas do Nascimento e Guido Rummiller (1992-1996); Roberto Paulo Correia de Araújo e Joel Carlos Santos de Almeida (1996-2005).

O Instituto de Ciências da Saúde, ao longo de sua existência, com o seu perfil multidisciplinar e abrangente, vem promovendo a interação

entre as áreas básicas e aplicadas das ciências biomédicas, em um ambiente acadêmico no qual o ensino de graduação e o de pós-graduação se articulam com a pesquisa e a extensão universitária. Esse caráter interdisciplinar permite aos estudantes a experiência de viver, na Universidade, um clima de respeito e harmonia, visando à excelência acadêmica. Esse breve histórico representa a continuidade do registro da memória do ICS, publicada pelos ilustres Professores Penildon Silva e Orlando Bastos Menezes na revista *Universitas*.

## A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

*Penildon Silva*<sup>4</sup>

209

**D**estina-se o ICS ao ensino e à pesquisa nas áreas das seguintes ciências básicas: Anatomia, Histologia e Embriologia, Biofísica, Bioquímica, Fisiologia, Farmacologia, Parasitologia, Microbiologia, Processos Gerais de Patologia, Imunologia, Genética, Endemias e Meio Ambiente.

O ICS oferece, anualmente, cerca de nove mil vagas distribuídas em 77 disciplinas básicas para os seguintes cursos de graduação: Medicina Humana, Medicina Veterinária, Farmácia, Nutrição, Enfermagem, Ciências Biológicas, Ciências Naturais, Odontologia, Fonoaudiologia, Educação Física, Psicologia, Química, Artes Plásticas e Dança.

Além disso, o ICS ministra cursos de pós-graduação *lato sensu*, mantém um Programa de Pós-Graduação em Imunologia — mestrado e doutorado — e o curso de graduação em Fonoaudiologia, além de ministrar disciplinas para os programas de pós-graduação em Medicina e Saúde, Odontologia, Medicina Veterinária e Nutrição.

No campo da pesquisa, há dois registros valiosos: a participação de alunos interessados e a *Revista de Ciências Médicas e Biológicas*, publicação científica institucional do ICS. Os alunos pesquisadores, orientados pelos seus preceptores, apresentam os resultados de seus trabalhos em seminários periódicos. A revista, do mais elevado nível, publica pesquisas, dentre as quais uma parcela é constituída das realizadas neste Instituto, e estabelece

<sup>4</sup> Professor Titular de Farmacologia do Departamento de Biorregulação do Instituto de Ciências da Saúde da UFBA. Professor Emérito do Instituto de Ciências da Saúde da UFBA

intercâmbio científico indispensável com outros núcleos educacionais nacionais e internacionais.

Algum tempo atrás havia uma separação artificial e anômala entre as ciências básicas, consideradas teóricas, e as ciências aplicadas, de natureza prática. Na realidade, a prática racional depende de adequada compreensão da teoria.

Dois exemplos serão citados para enfatizar a importância fundamental das ciências básicas.

A determinação da estrutura do DNA, a maior descoberta científica do milênio que passou, foi realizada por quatro pesquisadores das ciências básicas: Rosalind Elsie Franklin, biofísica britânica; Maurice Hugh Frederik Wilkins, biofísico britânico; Francis Harry Compton Crick, físico e biólogo molecular britânico, e James Dewey Watson, biólogo dos Estados Unidos.

210

A partir de análise cristalográfica, com uso de difração de raios X, esses cientistas verificaram que o DNA era constituído essencialmente de duas cadeias polinucleotídicas helicoidais antiparalelas, espiraladas em volta do mesmo eixo para formar uma dupla hélice.

Essa descoberta constitui a base da biologia de todos os organismos vivos.

O outro exemplo que demonstra a relevância das ciências básicas é o Projeto do Genoma Humano. Com a conclusão oficial desse projeto em abril de 2003, temos a possibilidade de alcançar vitórias sem precedentes na saúde humana: a) melhor compreensão da causa das doenças em nível molecular; b) melhores diagnósticos e classificação das doenças de acordo com os perfis genéticos e c) novas terapêuticas em alvos identificados no genoma.

O Projeto do Genoma Humano foi uma colaboração internacional, iniciada em 1990 e completada em 2003, cinquenta anos após a descoberta da dupla hélice do DNA.

O projeto conseguiu o sequenciamento e mapeamento dos 30.000 a 40.000 genes humanos, conhecimento que se aplicou à maioria das atividades do homem.

Os genomas de muitos outros organismos procarióticos e eucarióticos foram sequenciados e mapeados.

A revolução científica provocada por esse projeto foi desencadeada às custas de ciências básicas, como genética, biofísica, bioquímica, computação, robótica, além de outras. Agora, com o desenvolvimento explosivo da

biologia molecular, as ciências básicas e as ciências aplicadas, no campo especialmente da medicina, tornaram-se inseparáveis.

A importância do ICS também se revela noutro aspecto. Lá se respira uma atmosfera de alegria da iniciação profissional, de crença no espírito universitário genuíno, de sentimento à dedicação. Isso tudo é condicionado, principalmente, pela presença de alunos, técnicos e professores motivados e de material adequado para o ensino e a pesquisa, atividades que não são “sofridas”. São “vivas”.



*Antonio Wilson Ferreira Menezes<sup>1</sup>*

### HISTÓRICO

A Faculdade de Ciências Econômicas, instituição de ensino superior, foi incorporada à Universidade Federal da Bahia pelo Decreto nº 5.155, de 08.12.1950. É uma unidade de ensino profissional, pesquisa e extensão.

A Faculdade teve seu embrião em 1905 sob a denominação de Escola Comercial da Bahia. Sua primeira sede foi na Rua Chile, em Salvador. Posteriormente transferiu-se para a Praça da Piedade onde funcionou até 1953, no prédio antigo.

Durante o período de construção do novo edifício (velho atual), no mesmo local, a Faculdade utilizou para seu funcionamento o antigo Seminário Santa Teresa onde se acha instalado atualmente o Museu de Arte Sacra da Bahia e o Instituto Isaías Alves (Iceia), no Barbalho.

---

1 Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas.

A inauguração do prédio em que atualmente funciona a Faculdade de Ciências Econômicas se concretizou em 1956, na administração do reitor da UFBA, Prof. Edgard Santos.

Inicialmente, o curso que mais se destacava era o de Ciências Contábeis. A Faculdade de Ciências Econômicas se expandiu a partir da valorização do curso de Economia. Com esta valorização foram contratados professores de renome na área e a Faculdade tomou outra dimensão.

O Curso de Economia passou por quatro reformulações de currículo como forma de acompanhar as transformações ocorridas na área e o processo de desenvolvimento econômico no Brasil e em nível mundial.

O primeiro currículo teve o título Administração e Finanças, pois nesta época não havia o desdobramento das Ciências Econômicas. O currículo foi normalizado pelo Decreto nº 20.158, de 30.06.1931 e teve duração de 14 anos.

214

O segundo currículo surgiu em 1945, modificando o anterior. Aprovado pelo Decreto nº 7.988, de 22.12.1945, vigorou por 17 anos, quando já havia a incorporação da ciência econômica no sistema universitário brasileiro, e refletia as transformações ocorridas no período pós-guerra. Porém, ainda não havia a desvinculação do curso de Ciências Contábeis e de Direito. Existiam, entretanto, disciplinas especificamente econômicas.

O terceiro currículo, aprovado em 1962, consolidou a separação entre os cursos de Ciências Contábeis, Econômicas e Atuariais. Todos foram disciplinados pelo Parecer nº 297/62, que fixava sua duração do curso em quatro anos e institucionalizava o regime de crédito e matrícula por disciplina. Esse currículo permaneceu inalterado até 1984.

A quarta modificação ocorreu em 1984, através da Resolução do Conselho Federal de Educação nº 11/84 e do Parecer nº 375/84, que fixa os mínimos de conteúdo e duração. O quarto currículo entra em vigor em 1987. Com a implementação desse novo currículo, destaca-se como inovação: a elaboração de monografias no final do curso, aproximando o aluno da área de pesquisa e da vida acadêmica.

## ADMINISTRAÇÃO

A Faculdade de Ciências Econômicas tem a seguinte estrutura:

### **Diretoria**

Diretor: Antonio Wilson Ferreira Menezes

Vice-diretor: Paulo Antonio Freitas Balanco

### **Departamento de Teoria Econômica**

Chefe: Carlos Alberto Gentil Marques

### **Departamento de Economia Aplicada**

Chefe: Lielson Antonio de Almeida Coelho

### **Colegiado do Curso de Graduação**

Coordenadora: Luiz Antonio Matos Filgueiras

### **Colegiado do Curso de Mestrado**

Coordenadora: Gilca Oliveira

### **Biblioteca**

Bibliotecária-Chefe: Joana Guedes

215

## **GRADUAÇÃO**

No ensino, além de formar profissionais capazes de utilizar as categorias do pensamento econômico e os instrumentos de política econômica, são oferecidos à sociedade economistas com sensibilidade social e consciência de seu papel de cidadãos.

## **ESTRUTURA CURRICULAR**

O atual currículo oferece 40 disciplinas obrigatórias, correspondendo a 2.835 horas-aula, além de 27 disciplinas optativas. O aluno completa o curso em torno de 4 anos, tornando-se um profissional com as seguintes habilidades e competências:

A formação teórica no campo da economia permite o hábito do raciocínio panorâmico (estrategista) necessário não só no nível empresarial, mas também na esfera pública.



A formação histórico-institucional possibilita interpretar corretamente a dinâmica conjuntural da economia brasileira, permitindo vislumbrar cenários alternativos para uma rápida tomada de decisão.

A habilidade desenvolvida no trato dos métodos quantitativos permite mensurar metas, analisar e avaliar resultados.

A obrigação de elaborar e defender trabalho monográfico individual permite uma familiaridade com a metodologia científica, além de auxiliar na sistematização, organização e defesa de ideias próprias, enfim, cria o hábito de pensar por si mesmo.

## CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

216

Ao longo de seus 30 anos de existência, o Curso de Mestrado em Economia (CME) tem desempenhado um papel importante na formação de docentes de Economia da maioria das IES da Bahia. São também egressos do CME vários quadros de primeiro escalão das empresas e das administrações públicas locais. Este Mestrado como principal finalidade adequar o nosso currículo aos recentes progressos na ciência econômica e na prática profissional do economista

## ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

### 1. ECONOMIA DO TRABALHO E DA EMPRESA

Esta área reúne os elementos teóricos e empíricos que permitem o acompanhamento sistemático das grandes transformações tecnológicas e organizacionais verificadas nos processos produtivos internacionais e nacionais, bem como as influências que tais transformações exercem sobre o mundo do trabalho.

#### Linha de Pesquisa 1: Organização Industrial

##### Tópicos:

Estudos Gerais sobre a Indústria

Inovação Tecnológica

Estrutura de Mercados  
Economia Institucional  
Análise da Concorrência  
Regulação  
Arranjos/aglomerações/sistemas produtivos

Professores:  
Hamilton Moura Ferreira Júnior  
Oswaldo Ferreira Guerra  
Carlos Alberto Gentil Marques

Linha de Pesquisa 2: Trabalho, Distribuição de Renda e Problemas Sociais

Tópicos:  
Mercado de Trabalho  
Mundo do Trabalho  
Políticas Públicas, Pobreza e Distribuição de Renda

217

Professores:  
Antonio Wilson Ferreira Menezes  
Luiz Antônio Filgueiras

## 2. ECONOMIA REGIONAL E MEIO AMBIENTE

Esta área de concentração tem como referência temática os estudos de economia regional em uma dimensão que coloca as questões regional e urbana inseridas espacialmente num mundo globalizado e relacionadas à problemática do meio ambiente e do uso dos recursos naturais.

Linha de Pesquisa 3: Integração Econômica e Desenvolvimento Regional

Tópicos:  
Economia Regional  
Economia Espacial  
Desenvolvimento Local  
Arranjos/aglomerações/sistemas produtivos

Globalização e Desenvolvimento Regional  
Transformações do Capitalismo

Professores:

Lívio Andrade Wanderley

Paulo Antônio de Freitas Balanco

Linha de Pesquisa 4: Economia Agrária, Meio-Ambiente e Recursos  
Naturais

Tópicos:

Economia Agrícola e Agrária

Agricultura Familiar

Novos Arranjos Produtivos no Campo

Economia do Meio-Ambiente

Agribusiness

Recursos Hídricos

218

Professores:

Bouزيد Izerrougene

Gilca Garcia Oliveira

João Damásio de Oliveira Filho

Vitor Athayde Couto

*Nadja Miranda<sup>1</sup>*

Fundada em 30 de setembro de 1987, após a separação da Escola de Biblioteconomia, na gestão do reitor Germano Tabacoff, desde então a Faculdade vem se destacando nacionalmente. Hoje oferece 120 vagas para Jornalismo e Produção em Comunicação e Cultura, este último — popularizado como Produção Cultural — juntamente com a Universidade Federal Fluminense, criados em 1996, são as únicas graduações nessa especialidade no Brasil.

### DO PROFISSIONAL

O jornalista é o profissional que deve trabalhar com a produção de bens simbólicos (notícias; reportagens etc.) e que através do domínio de linguagens e técnicas específicas elabora interpretações da realidade. Atua tanto nos meios de comunicação de massa convencionais (rádio, jornal e TV) como nas áreas de Novas Tecnologias de Comunicação. Sua inserção

---

<sup>1</sup> Ex-vice-diretora da Faculdade de Comunicação da UFBA (2001-2005).

profissional também ocorre nos mercados do campo da comunicação institucional.

O curso de Jornalismo foi o pioneiro no campo acadêmico aqui na Bahia, sua história vem desde os anos 1950, inicialmente agregado à Escola de Filosofia, depois à Escola de Biblioteconomia e finalmente ao seu lugar de direito. O curso de Jornalismo na UFBA foi bastante importante por abrir caminho para a criação de uma série de cursos e fazer emergir a comunicação enquanto área de conhecimento. Ao mesmo tempo a primeira graduação da Facom pode ser considerada importante celeiro de formação de lideranças que despontaram com êxito no exercício da profissão e também se fizeram notar no âmbito da política em geral e notadamente nas lutas pela constituição de uma categoria. É também relevante o papel que o curso de Jornalismo desempenha na formação de novos professores e dirigentes universitários que, sobretudo a partir do ano 2000, têm assumido desempenho significativo na formação de novos profissionais no Estado.

220

Assim como a habilitação de Jornalismo quando foi criada, o curso de Produção Cultural também surge a partir da complexificação da sociedade que demanda uma série de especializações. Desde as primeiras turmas, a nova realidade provocou de forma determinante a profissionalização de uma área que obviamente já existia sem, no entanto, o reconhecimento formal como um campo de conhecimento e prática.

O profissional em Produção em Comunicação e Cultura deve ser possuidor de um conhecimento teórico-analítico-informativo rico e abrangente da situação da cultura e da comunicação na contemporaneidade, com destaque para o panorama atual vivenciado na Bahia e no Brasil. Realiza estudos e pesquisas na área de comunicação e cultura, além de planejar, produzir e elaborar atividades culturais e comunicacionais sob variadas formatações.

As duas habilitações da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia já há algum tempo estão entre as cinco mais concorridas no exame de vestibular. As aulas da graduação da Faculdade são realizadas integralmente no turno matutino, decisão até então inédita na UFBA e que visou sobretudo à racionalidade em termos de tempo e de possibilidade para os estudantes trabalharem, fazerem estágios.

Hoje o curso possui 672 alunos de graduação. A chegada dos novos estudantes se dá através de entradas no primeiro e segundo semestres para atividades formatadas por um currículo composto de disciplinas teóricas,

informativas analíticas e práticas que podem ser traduzidas por oficinas. Nas oficinas exige-se um produto realizado a cada semestre e elas têm se notabilizado pela diversidade das suas produções e, sobretudo, pelo investimento num diálogo com a sociedade em maior ou menor alcance.

Além disso, os alunos têm autonomia de gerir uma parte considerável deste currículo por meio das atividades complementares obrigatórias, quando escolhem atividades de pesquisa, extensão e estágio para completar a sua formação. Essa escolha pode ser realizada fora da Faculdade e da Universidade ou pode ser feita na própria Facom mediante a oferta de um número expressivo de atividades de extensão, variados projetos de pesquisa, além de programações que acontecem nos vários laboratórios.

O corpo docente é constituído por 33 professores, oito são professores substitutos, 24 são doutores e os demais mestres ou especialistas em diversas áreas profissionais.

Desde o início e até agora, a política de qualificação da Facom sempre foi uma prioridade. Nos setores técnico-administrativos, 18 funcionários atuam e entre estes os que têm funções laboratoriais. É também interesse da Faculdade qualificar o quadro técnico-administrativo.

Os professores além ministrar aulas na graduação e na pós-graduação, estão à frente de laboratórios em formatos múltiplos para estimular a produção dos alunos tanto no campo da pesquisa quanto no das atuações práticas. A saber: Laboratório de Fotografia (analógica e digital); Laboratório de Jornalismo (on-line e impresso); Laboratório de Multimídia (responsável pelo site da unidade); Laboratório de Som; Laboratório de TV e Vídeo; e Laboratório de Rádio.

Esses laboratórios abrigam equipamentos capazes de produzir materiais de qualidade profissional de ambas habilitações tanto referentes às mídias tradicionais quanto às que dialogam com as novas tecnologias: matérias televisivos, sonoros, impressos, on-line, fotográficos, vídeos artísticos, projetos editoriais, programas de rádio, projetos de comunicação institucional em nível laboratorial, além de produtos de novas tecnologias. Todos eles devem apoiar o ensino de disciplinas e a projetos de pesquisa e extensão da graduação e da pós-graduação.

Além destes existe a **Sala de Informática de Livre Acesso** implantada em 2006, local de sociabilidade e apoio instrumental às rotinas estudantis. Possui 15 computadores conectados à internet e outros equipamentos,

com acesso aberto aos alunos que ali realizam suas pesquisas e trabalhos disciplinares.

A Faculdade de Comunicação também abriga alguns organismos especiais que congregam alunos e professores em atividades de pesquisa, extensão e prestação de serviços de maneiras diferenciadas, como:

- a. Centro de Estudos em Comunicação, Democracia e Cidadania. Órgão complementar que visa a tornar-se espaço propiciador de cooperação, intercâmbio e formação de rede entre pesquisadores, professores e atores sociais envolvidos na democratização da comunicação e na construção da cidadania mediante a comunicação. Realiza estudos que promovem a capacitação de grupos e pessoas que buscam desenvolver atividades no domínio da comunicação. Seu principal projeto hoje se desenvolve em parceria com a Cipó Interativa e apoio da Fundação Ford; tem como eixos: monitorar e analisar casos de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes em programas de TV locais; acompanhar e pressionar junto ao poder público a implementação das resoluções da I Conferência de Comunicação Social da Bahia.
- b. Centro Multidisciplinar de Estudos da Cultura (Cult). Órgão complementar que desenvolve pesquisas multidisciplinares em cultura; consolida-se como referência para as investigações na área dos estudos da cultura. O Cult favorece a cooperação e o intercâmbio intelectuais entre pesquisadores no âmbito da instituição e externamente; promove atividades de extensão, sob as mais diversas modalidades, visando a difundir o resultado de suas pesquisas e refletir sobre estudos de cultura produzidos por outras instituições e personalidades.
- c. Observatório de Publicidade em Tecnologias Digitais. Fruto de parceria com a agência de publicidade Propeg e a Facom-UFBA, objetiva concretizar um grupo de pesquisa que acompanhe tendências de publicidade nas tecnologias digitais, tendo como principal meio a internet. Funciona sob a coordenação de um professor e oito bolsistas.

- d. Produtora Júnior-UFBA. Empresa Junior da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia funciona desde maio de 2001. A empresa é formada por graduandos dos dois cursos da Faculdade e entre suas atividades principais, estão: planejamento gráfico, assessoria de comunicação, elaboração de projetos, além da própria produção.
  
- e. PET (Programa Especial de Treinamento). Um dos seis grupos PET da UFBA com 15 anos de existência. Tem como objetivo a realização de atividades suplementares para a formação dos alunos. Composto por oito bolsistas, que fazem pesquisas, publicações e eventos voltados para áreas de comunicação e um professor tutor.
  
- f. Nicom (Núcleo de Apoio à Extensão). Sua finalidade é acolher e viabilizar burocraticamente os projetos de extensão da Faculdade, os quais compreendem desenvolve um amplo leque de atividades internas e externas, que fazem da Facom uma das unidades mais participativas da UFBA, neste campo;
  
- g. Radio Facom: Espaço de treinamento dos estudantes.

223

## PÓS-GRADUAÇÃO

A Faculdade de Comunicação conta hoje com dois programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado). O mais antigo deles é o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Criado em 1989, recebeu em 2001 da Capes conceito cinco, o que o inclui entre os melhores do país. É um programa voltado para a formação e capacitação de pesquisadores no campo da comunicação e cultura contemporânea; possui 68 alunos ativos; está constituído em torno de duas linhas de pesquisa:

1. Cibercultura. Análise das formas mediáticas surgidas da convergência da informática e das telecomunicações. Visa a compreender os novos meios digitais emergentes no que se refere às diversas formações socioculturais on-line, às novas práticas e formatos jornalísticos e o atual fenômeno técnico-mediático em sua interface com a atividade política. O campo da cibercultura



agrega estudos sobre os impactos comunicacionais das tecnologias de informação e comunicação no mundo contemporâneo.

2. **Análise de Produtos e Linguagens da Cultura Midiática.** A linha tem como objeto: a) o exame, a elaboração e/ou a aplicação de metodologias para a análise de configurações expressivas (obras, produtos, linguagens) da cultura e da comunicação midiáticas; b) o exame, a elaboração e/ou a aplicação de metodologias para a análise da interpretação de tais configurações expressivas pela recepção.

Mais recentemente, em 2005, foi criado o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, tendo sido avaliado pela Capes desde o seu projeto com o conceito quatro. Também oferece cursos de Mestrado e Doutorado (102 alunos ativos). Suas linhas de pesquisa são:

224

1. **Cultura e Desenvolvimento.** Agrega e estimula estudos voltados para a compreensão das complexas relações entre cultura, sociedade e desenvolvimento; a investigação das múltiplas conexões entre desenvolvimento da sociedade e cultura; a cultura como elemento essencial para o desenvolvimento; estudos acerca dos ideários, formulações, valores, políticas, instituições, gestão, financiamento, preservação, disseminação, divulgação e consumo envolvidos na interação cultura/desenvolvimento. Grupos de pesquisa: Cultura e Política e Cultura e Ciência.

2. **Cultura e Identidade.** Reúne estudos sobre as formas sociais de afirmação identitária e as formas estereotipadas de representação da identidade, tendo em vista seus aspectos simbólicos, imaginários ou ideológicos. Nela serão acolhidos projetos voltados para a descrição e análise de construções discursivas e imagéticas relacionadas a critérios como gênero, atividade, nacionalidade, regionalidade, etnicidade ou religiosidade. Grupo de pesquisa: Identidades e Expressões Artísticas.

Os dois programas de pós-graduação abrigam vários grupos de pesquisa, devidamente registrados no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do CNPq. A produção acadêmica de pesquisadores ligados aos Programas de

pós-graduação da Facom tem, em anos recentes, contribuído amplamente para o avanço do conhecimento na área de inserção da Faculdade.

## PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2009

- Criação de um novo curso, tendo início em 2010, contemplando a proposta da unidade feita na sua inserção no programa Reuni.
- Continuidade da execução do Dinter com a Universidade Estadual de Tocantins, no âmbito do projeto “Acelere Amazonas”, fomentado pelo MEC.
- Ampliação das atividades de extensão, ensino e pesquisa com parceiros nacionais e internacionais.
- Ampliação das instalações físicas da Faculdade para melhor atender as atividades de graduação e de pós-graduação, segundo a proposta feita pela unidade, contemplando o programa Reuni.
- Aumento do número de professores e servidores técnico-administrativos da Faculdade para cobrir as atuais atividades e as perspectivas oriundas da proposta formulada pela unidade na sua inserção no programa Reuni.
- Aumento de número de bolsistas e monitores para suprir determinadas necessidades laboratoriais e sobretudo possibilitar aos alunos com dificuldades financeiras sua permanência na Faculdade.
- Modernizar os equipamentos laboratoriais e ampliar suas atividades tendo em vista a concretização do programa Reuni e as novas demandas ao nível da extensão, ensino e pesquisa.
- Suscitar ações de qualificação do quadro técnico-administrativo da Faculdade.
- Continuar estimulando os vários setores da unidade na busca de parcerias com empresas, organizações governamentais e não-governamentais.

## PROFESSORES DIRIGENTES DA FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

- Antonio Dias, numa gestão pro-tempore na transição de Departamento para Faculdade;
- Albino Rubim (diretor) e Marcos Palácios (vice), período que sofreu intervenção do reitor Rogério Vargens que nomeou: Ailton Sampaio (diretor) e Nívea Almeida (vice). Ação vitoriosa contra o reitor na Justiça devolve à Facom direito de fazer eleições;
- Ruy Espinheira Filho (diretor) e Sonia Serra (vice);
- Albino Rubim (diretor) e Marcos Palácios (vice);
- Marcos Palácios (diretor) e Wilson Gomes (vice);
- Albino Rubim (diretor) e Nadja Miranda (vice);
- Giovandro Marcus Ferreira (diretor) e Annamaria Jatobá Palácios (vice);
- Giovandro Marcus Ferreira (diretor) e Jeder da Silveira Janotti Júnior (vice).

226

Informações complementares podem ser obtidas no site da Facom, em <http://www.facom.ufba.br>.

*Dulce Tâmara Lamego Silva e Aquino<sup>1</sup>*

## RASTROS DE MEMÓRIAS: DIALOGIAS ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A ideia de permeabilidade entre cultura intra e extrauniversitária parece ter sido forte elemento na criação das escolas de arte da Universidade Federal da Bahia no período de 1954 a 1956, na medida em que se proliferou em outras células não universitárias, a exemplo do cinema e música popular nos anos 1960 e 70. A história da Escola de Dança da UFBA faz parte dessa natureza institucional, atuando em Salvador como um importante centro produtor de arte e como tal, de conhecimento. Ela surge na sequência da criação dos cursos de Música e Teatro, na gestão do então reitor Edgard Santos, e se organiza e evolui como centro de referência para o ensino de Dança no Brasil.

As ideias inovadoras e de vanguarda que acompanharam e impulsionaram sua criação tiveram grande influência de dois importantes professores

---

1 Diretora da Escola de Dança.

oriundos da dança expressiva alemã, Yanka Rudzka e Rolf Geleswski. A Escola, em suas experiências inaugurais, traz a marca inovadora da dança moderna. Numa perspectiva mais ampla, “ser moderno” significou a existência de um desejo de reformulação radical, fossem de temáticas, técnicas, teorias. Enfim, uma mudança nos princípios fundadores nos vários setores de produção de conhecimento. A concretização de tal potencialidade correspondeu à negação e ruptura de cânones vigentes. Esta expressão, no âmbito das manifestações artísticas de dança, diz respeito às experiências que se colocaram, sobretudo, contra os valores estéticos do balé clássico e romântico que povoava o cotidiano social da década de 1950.

228

A fase de criação da Escola, portanto, foi fortemente influenciada pela dança alemã, devendo ser citados Mary Wigman e Kreutzberg, e pelas ideias de modernidade que eram estabelecidas no Brasil, desdobramentos do pensamento organizador da Semana de Arte de 1922. Posteriormente, através do intercâmbio de artistas e professores, sofreu também a influência norte-americana, principalmente a de coreógrafos e dançarinos como Martha Graham, José Limon e Lar Lubovitch, assim como a dos movimentos de vanguarda do início da década de 1960, voltando-se também para a cultura local, pesquisando e produzindo coreograficamente a cultura afro-baiana, em seus desdobramentos contemporâneos. Consolidou-se entre os anos 1960 e 70 a identidade desta Escola pela forte formação criativa e coreográfica.

A Escola de Dança mantém anualmente a abertura, através do vestibular, de 45 vagas para ingresso nos Cursos Superiores de Dança, que, desde 1976, com a Reforma Universitária, instituiu o acesso à formação em Licenciatura em Dança e Dançarino Profissional. Em termos do quantitativo atendido, totaliza 835 pessoas diretamente atendidas, sendo 246 alunos ativos em graduação; 150 adolescentes e jovens de projetos de Ações Afirmativas; 60 alunos nos Cursos Preparatórios de Dança e 380 pessoas atendidas na utilização de salas de ensaios artísticos e apoios culturais.

Em 2005-2006, na área do ensino de graduação o modelo final da reforma curricular do Curso de Dança foi aprovado pelo Consepe, em face de sua proposta arrojada e em sintonia com as formulações pedagógicas na contemporaneidade, atentando para o princípio da complexidade e interdisciplinaridade, tornou-se referência para outros cursos.

Organiza-se a unidade em departamentos, integrando-a ainda a Colegiado dos Cursos de Graduação, a cujos órgãos competem o planejamento, gestão e acompanhamento da vida acadêmica, sendo o

primeiro o órgão de lotação de pessoal docente. Os departamentos de Teoria e Criação Coreográfica e de Técnicas e Práticas Corporais desenvolvem o estudo das diferentes técnicas que instrumentalizam o corpo, sob os aspectos técnico e criativo, bem como os conhecimentos teóricos e crítico-analíticos, através das disciplinas oferecidas para cursos de graduação e outros integrantes da estrutura acadêmica universitária. A Escola de Dança incumbe-se de:

- ministrar cursos regulares de graduação e de pós-graduação;
- promover, através dos Cursos Preparatórios e Livres, a realização de atividades especiais que têm por fim dar a formação técnico-artística necessária à comunidade extra-universitária;
- viabilizar, através de programas de extensão, a articulação entre a Universidade Federal da Bahia e a sociedade, desenvolvendo as potencialidades da comunidade externa, bem como a circulação e a divulgação de sua produção artística;
- desenvolver estudos de pesquisa no sentido de promover a produção, discussão e difusão de conhecimento na área das Artes Cênicas, mais especificamente da Dança.

229

Com o apoio da PRODEP, em 2004-2005, foi implantado o Programa de Busca e Eficácia Administrativa, ampla reforma administrativa cuja proposta contou com a participação de todos os servidores e gestores e, como resultado de uma construção coletiva, é de responsabilidade de todos. A Escola demonstrou melhoria significativa no desenvolvimento de seus serviços administrativos.

A Escola, ainda dispõe para consulta registros de dança, em diferentes mídias, de produções artísticas de alunos, de grupos locais, nacionais e internacionais, organizados em acervo. Atualmente esse projeto vem sendo desenvolvido em parceria com a Biblioteca Central da UFBA.

A relação entre os núcleos de pesquisa, ensino e extensão tem se apresentado como um intenso movimento de trocas de ideias e realizações. Trocas essas que, relacionando e interagindo as produções desses núcleos, organizam a natureza da Escola e sua contribuição para a sociedade. Assim, falar de cada uma dessas atividades é falar do conjunto que organiza a Escola de Dança da UFBA.

## CRONOLOGIA ESCOLA DE DANÇA DA UFBA:

### DE 1956 A 1961

230

- Setembro de 1956 — Criação da Escola de Dança da UFBA, vinculada ao Departamento Cultural da Universidade Federal da Bahia, inaugurando o pioneirismo da UFBA na implantação do ensino superior de Dança no Brasil. Manteve-se como única graduação por 28 anos, quando, em meados dos anos 1980, outras instituições de ensino criam novos cursos. Trazia uma proposição de modernidade para a dança, questionando os valores estéticos do balé clássico e romântico que povoavam o cotidiano social da década de 1950 no Brasil.
- Agosto de 1956 — Yanka Rudzka, artista polonesa convidada pelo reitor Edgard Santos para assumir a direção da Escola, chega à Bahia.
- Implantação dos Cursos Livres de Dança indicando a formação de dançarinos; formação de coreógrafos; formação de professores de Dança; ensino de Dança para o curso de Teatro.
- Criação do Conjunto de Dança Contemporânea, dirigido por Yanka e integrado por ela e suas alunas, tinha criações da própria Yanka e também de Norma Ribeiro e Lia de Carvalho (Robatto).
- Apresentações do Conjunto de Dança Contemporânea em Salvador e São Paulo com criações de Yanka a partir de suas pesquisas artísticas produzidas na mescla entre contemporâneo e tradição, marca do modernismo no Brasil. Alguns trabalhos apresentados: Impressões do folclore brasileiro (uma suíte que integrava as coreografias Candomblé e Águas de Oxalá); Momentos de Prelúdio (com música de Debussy); Visões Fugitivas (com música de Prokofiev); A moça e a flor (um solo dançado por Lia de Carvalho a partir do poema homônimo de Domingos de Carvalho da Silva).
- Realização do Seminário de Estudos de Dança em Lauro de Freitas/BA.
- Em 1960, o alemão Rolf Gelewski, contratado pela UFBA, substitui Yanka Rudzka na direção da Escola de Dança.
- 1961 — Sistematização, consolidação e reorganização dos cursos da Escola, por Rolf Gelewski, permanecendo instituídos os cursos:

Propedêutico e Magistério Primário de Dança, como preparatórios, e Dançarino e Magistério Superior de Dança como cursos de graduação.

#### DÉCADA DE 1960

- Manutenção e desenvolvimento dos cursos de Propedêutico; Magistério Primário de Dança; Dançarino e Magistério Superior de Dança.
- 1961 — Criação do Grupo Juventude Dança, com direção de Rolf Gelewski.
- Neste período registra-se na Escola a presença, como professores contratados, de Klauss Vianna e Angel Vianna (MG-Brasil), Fred Traguth (Alemanha), Rudolf Piff (Áustria), Armegard von Bardeleben (Alemanha).
- 1962 — Participação do Grupo Juventude Dança no Primeiro Encontro Nacional de Dança, no Paraná.
- 1965 — Criação do Grupo de Dança Contemporânea da UFBA, também fundado por Rolf Gelewski. Estabelece-se em Salvador como o primeiro grupo profissional de dança da cidade.
- 1966 — Assume a direção da Escola a professora Dulce Aquino, iniciando reforma curricular e de acesso, aos cursos de graduação.
- Publicação de estudos sobre Espaço, tempo e filosofia da dança de autoria de Rolf Gelewski. Até hoje esses trabalhos se apresentam inaugurando as publicações de dança, enquanto área de conhecimento, no Brasil.
- Em 1968 tem início a Reforma Universitária e a Escola de Dança passa a integrar a Escola de Música e Artes Cênicas, juntamente com Teatro e Música.

231

#### DÉCADA DE 1970

- 1971 — O currículo da Escola de Dança da UFBA implantado no início dos anos 1960 e com as modificações sofridas por força da Reforma de 1968 serve como modelo para aprovação, pelo Conselho Federal de Educação, de um currículo mínimo para



os cursos superiores de Dança em todo o território nacional, através do Parecer de n.º 641/71, do conselheiro Clóvis Salgado e consequente Resolução s/n de 19/08/71, do antigo CFE, que até então regulamentava esses cursos superiores.

- Com a Reforma Universitária, no início dos anos 1970, são instituídos os cursos superiores de Dançarino Profissional e Licenciatura em Dança e criação do curso Preparatório de Dança, vigentes até hoje.
- Desenvolvimento da pesquisa de natureza interdisciplinar, Uma Metodologia para o Ensino de uma Educação Artística Integrada (1971/1979), coordenada pela professora Dulce Aquino na qual atuaram pesquisadores das Escolas de Música, Belas Artes e Teatro, além de profissionais de Psicologia, tais como Alda Oliveira, Suzana Martins, Dalva Santiago, Eunice Lobo, entre outros.
- Defesa da dissertação de mestrado Criação e técnica no ensino da dança moderna, da professora Maria da Conceição Castro Franca Rocha.
- Desenvolvimento de pesquisa artística inspirada na dança regional brasileira do Nordeste, ou de temática africana, ou afro-baiana pelo professor e coreógrafo Clyde Morgan, no Grupo de Dança Contemporânea GDC/UFBA. Trabalho que foi uma importante contribuição artístico-estética na formação de alunos e professores da Escola de Dança e na formação de público para a dança, além de ampliar, sensivelmente, a participação de dançarinos homens nas atividades do GDC, em sua maioria oriunda de grupos folclóricos.
- 1977 — Criação do Concurso Nacional de Dança Contemporânea, concepção e coordenação da Profa. Dulce Aquino. Evento de realizado anualmente; em 1980 foi reformulado com o nome de Oficina Nacional de Dança Contemporânea.
- Criação do Grupo Experimental da Emac a partir de pesquisas desenvolvidas pela Prof<sup>a</sup>. Lia Robatto. A experimentação com novas relações da dança com o espaço foi a tônica de seus trabalhos iniciais — os espetáculos itinerantes, de dança ambiental, ao pé do caboclo I e ao pé do caboclo II. Este último representou a Bahia na Bienal de São Paulo. Nos anos 1970 também foram realizados os seguintes trabalhos: vira volta (1978) e Dona Cláudia (1979) e

dança em processo (1979).

- Os departamentos de Teoria e Criação Coreográfica e de Técnicas e Práticas Corporais desenvolvem o estudo das diferentes técnicas que instrumentalizam o corpo, sob os aspectos técnico e criativo, bem como os conhecimentos teóricos e crítico-analíticos, através das disciplinas oferecidas para cursos de graduação da Escola.

## DÉCADA DE 1980

- Realização da Oficina Nacional de Dança Contemporânea que aglutinou, durante vinte anos (1977-1997), grupos emergentes de vanguarda e que investiam na pesquisa de linguagem, tanto do Brasil quanto do exterior, o que resultou um grande impulso para o desenvolvimento da dança nacional em suas formas mais inovadoras e criativas.
- Em 1985, uma equipe coordenada pela Prof<sup>a</sup>. Marli Sarmento, implanta o primeiro Curso de Especialização lato sensu em Coreografia do Brasil. Durante 14 anos, este curso contou com o apoio da Capes e desempenhou um singular papel como centro de qualificação de profissionais, oriundos de diversas regiões do Brasil, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Amazonas, Pará, Alagoas, Pernambuco, e de outros países, a exemplo do Chile.
- 1988 — I Seminário de Dança e Educação, coordenado por Dulce Aquino, realizado em parceria com o Teatro Castro Alves, integrando as atividades da Oficina Nacional de Dança Contemporânea.
- A partir da possibilidade, advinda de órgãos federais de fomento à pesquisa e qualificação docente (Capes, CNPQ e outros), docentes realizam estudos de pós-graduação no exterior. Como resultado desse empreendimento são introduzidos no currículo da Escola novos conhecimentos, a exemplo de estudos sobre Cinesiologia do Movimento, ministrados pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leda Muhanna Iannitelli e posteriormente pelos Profs. Carla Fleury Leite e Norberto Pena.
- Desenvolvimento da pesquisa artística Estudo do Movimento na Dança Afro-Brasileira, pela Prof<sup>a</sup> Ms. Maria da Conceição Castro Franca Rocha que resultou na criação e incremento do Grupo Odundê, cuja abordagem trazia a marca e a influência da cultura afro-brasileira no corpo e as problematizações contemporâneas

decorrentes desse contexto.

- O Grupo Odundê, com direção de Conceição Castro, produz os espetáculos Odundê, Didewa, Maronge e Caindo no popular, realizando importantes turnês de grande repercussão na França e no Sul do Brasil.
- Manutenção do GDC com trabalhos artísticos dirigidos pelo próprio grupo — em forma de criação coletiva (Folia; Panela; Cara Mais Cara) —, Carmem Paternostro (Pra não ser trapo nem lixo); Márcio Meirelles (Noite) e Lívia Serafim (Antigas vozes de criança).
- Manutenção do GED com direção de Lia Robatto — M´Boiuna (1980); Salomé (1981) —; Beth Rangel (Kiuá — 1981; Desencontro — 1983; Paladino do asfalto — 1984/85); Carmem Paternostro (Pra não ser trapo nem lixo — 1982 — trabalho integrado com o Grupo de Dança Contemporânea da UFBA) e Lia Rodrigues (Água viva — 1984 e Pelo simples prazer — 1985/86).

234

## DÉCADA DE 1990

- Em 1992 é inaugurada a sede própria da Escola de Dança da UFBA, na gestão Pro-Tempore da Prof<sup>a</sup>. Eliana Rodrigues da Silva.
- É inaugurado o Teatro do Movimento, no Campus Universitário de Ondina, na gestão da diretora Silvia Gama Lobo.
- Em 1998, a Escola de Dança uniu-se à Escola de Teatro para a implantação do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGAC/UFBA). Ao longo desses anos o PPGAC dinamizou a produção e a formação acadêmica em Artes Cênicas, realizando diversas publicações e pesquisas, tendo logrado, com a última avaliação da Capes, conceito 6.
- Apoio, através de residência do Grupo Tran-Chan na Escola de Dança da UFBA.
- 1998 — Criação do Grupo X de Dança, com direção artística, da Prof<sup>a</sup>. Fátima Daltro, contando no período inicial com a colaboração do Prof. David Iannitelli. Grupo inclusivo de criação coreográfica que utiliza métodos de improvisação cênica, ainda atividade em 2006.
- Introdução no Preparatório de dança do curso em Contato

Improvisação, sob a coordenação do Prof. David Iannitelli. Esse curso tem atendido a um considerável público, pois é o único a ser oferecido na Bahia.

- Manutenção do GDC com trabalhos artísticos dirigidos por Debbie Growald, Dagmar Dornelles, Luiz Mendonça, Márcio Meirelles, Clyde Morgan, Edileuza Santos, Beth Grebler, David Iannitelli, Lêda Muhana, Cristina Castro, Terezinha Argollo, Marcelo Moacir.
- Realização da Oficina Nacional de Dança Contemporânea até o ano de 1997.

## DÉCADA DE 2000

- Em 2000 é implantado o curso de Especialização em Estudos Contemporâneos em Dança e criado o Laboratório de Pesquisas Avançadas do Corpo (LaPAC).
- Em 2003 inicia-se um importante projeto de cooperação entre as Escolas de Dança da UFBA e o programa em Comunicação e Semiótica (COS) da PUC/São Paulo, através do Programa de Qualificação Institucional da Capes (PQI). Esse projeto de cooperação com duração de cinco anos vem impulsionando a realização de importantes ações na Escola de Dança da UFBA.
- Realização de reforma no espaço físico da Escola para melhorar as condições de funcionamento das atividades de ensino e construída uma nova estação de força que possibilitou em 2006 adequadas condições técnicas para o funcionamento do Teatro do Movimento como laboratório de pesquisa para os alunos de graduação e pós-graduação.
- Atualmente seis grupos de pesquisa, reconhecidos pelo CNPq, integram a Escola, sendo eles: Processos Corporeográficos e Educacionais em Dança (Coordenação Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leda Muhana Iannitelli); Dança, Ciência e Comunidade (Coordenação Prof. Dr. Norberto Pena e Fátima Daltro); Corpo Brincante – Estudos Contemporâneos das Danças Populares (Coordenação Prof<sup>a</sup>. Dra. Eloísa Domenici); Poética Tecnológica na Dança (Coordenação Prof<sup>a</sup>. Dra. Ivani Lúcia Oliveira de Santana); Dança, Memória e Temporalidade (Coordenação Prof<sup>a</sup>. Dra. Dulce Tâmara Aquino); Laboratório Coadaptativo (Coordenação Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fabiana Dultra

Britto). Neles são desenvolvidas pesquisas no âmbito da graduação, pós-graduação e de outras naturezas acadêmicas.

- Participação de professores em eventos nacionais e internacionais de pesquisa também integra as atividades acadêmicas da Escola de Dança. Em 2005, por exemplo, ocorreram a participação da Profa. Ivani Santana no Radiator Festival/Digital Culture, Inglaterra, na Nottingham Trent University, com apresentação da comunicação “Ambiguoszones: the intertwining of dance and world in the technological era”; a participação da Profa. Dulce Aquino no Move Berlim Festival de Dança Contemporânea, Alemanha/Berlim, no debate da questão A dança brasileira e sua memória, com apresentação da comunicação Vanguarda e modernidade — 50 anos da Escola de Dança da UFBA, e ainda representa a Escola de Dança no Congreso de Artes del Movimiento, em Buenos Aires, Argentina. A Escola de Dança foi representada, ainda, no VIII Fórum Nacional de Dança no Rio Grande do Sul com apresentação do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Licenciatura em Dança na mesa: Perfil profissional: ensino formal e não-formal da Dança. Participação das professoras Dulce Aquino e Ana Elisabeth Brandão.
- No período 2005-2006, foram realizadas apresentações públicas com seminários para alunos de graduação e pós-graduação de artistas/pesquisadores com vistas à implementação do Programa de Artista Residente. Estiveram na Escola os criadores: Vera Sala (SP), Rosa Hércules (SP) e Hooman Sharifi com a Impure Company, da Bélgica. A Impure Company, dirigida por Hooman Sharifi, tem como intérpretes Cristine Kjellberg, Sittibanha Bamphen e Rikke Baewert.
- Com o projeto A Dança do ventre na reconstrução da corporeidade em adolescentes, a Escola de Dança, em 2002, deu seu primeiro passo na direção das Políticas Públicas de Inclusão — projeto vencedor de edital da Sesu/ MEC, desenvolvido em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão, o Cedeca e Projeto Viver (IML), coordenado pelas professoras Beth Rangel e Márcia Mignac. A competência na aplicação do projeto resultou na escolha para 2005, mais uma vez, pelo Sesu /MEC, vencendo edital de âmbito nacional.
- Projeto Dança Inclusiva Corpo Diferente através de Oficinas de

Dança para pessoas com deficiência — desdobramento da pesquisa da Profa. Fátima Daltro — dissertação de mestrado, intitulada O sentido poético da dança espontânea entre corpos diferentes, desenvolvido em parceria com o Instituto Baiano de Reabilitação e o Centro Estadual de Prevenção das Deficiências (Ceprede).

- Desde 2006, a Escola de Dança, em parceria com a Fundação Cultural da Bahia vem, desenvolvendo importante projeto de extensão reativando o Grupo de Dança Contemporânea, com direção artística da Profa. Dulce Aquino. Ainda em 2005, o GDC estreou no Teatro Vila Velha com o espetáculo e fez o homem sua diferença e posteriormente Versus, duas criações da Profa. Dra. Ivani Santana, que tem a relação entre dança e novas tecnologias como foco de investigação. O GDC apresentou espetáculos no TCA, no Museu de Artes Sacra e ainda participou com Versus de evento presencial em três ambientes remotos (Salvador, Brasília e João Pessoa) na primeira experiência em Performance Telemática do Brasil, com processamento de imagem em tempo real, quando foi inaugurada a Rede Nacional de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. O GDC, com criação coreográfica de Leda Muhana, estréia em setembro de 2006 o espetáculo Ilinx que se propõe a investigar o corpo em ambientes instáveis.
- Símbolo da diversidade, a performance itinerante do Dragão da UFBA, formada por alunos da Escola de Dança e de grupos parceiros de música, tem participado dos mais significativos cortejos e manifestações artísticas, culturais e de mobilização popular da cidade de Salvador, a exemplo da Programação do Viva Salvador, apresentação em praças públicas e na Caminhada do Aniversário da Cidade, proposta pela Fundação Gregório de Mattos; Recepção Calourosa da UFBA; Desfile do dois de Julho; Cortejo da Caminhada Axé da Funceb, entre outros.
- Entre 2004-2006, apresentações propiciaram interação com a sociedade no âmbito da Escola, em praça pública e terminais rodoviários urbanos, através de amplas mostras dos trabalhos artísticos dos alunos, resultados das atividades acadêmicas, com apresentações nos Painéis Performáticos e no Projeto Estação Cultura com ACC, sob a coordenação de professores e participação de funcionários e alunos.

- Em suas atuações expansionistas, foram firmados convênios com outras instituições, tais como: a Faculdade Angel Vianna, no Rio de Janeiro, e o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, de ensino e ação social, em Salvador. Por meio destes convênios a Escola de Dança deu consultorias, ofereceu cursos e treinamentos, ampliando consideravelmente seu campo artístico-pedagógico.
- Parcerias com ONG, fundações e institutos que geraram projetos artístico-pedagógicos e fortaleceram o compromisso e a possibilidade de atuação da Escola de Dança no Programa de Ações Afirmativas, tendo a Dança como objeto de interesse e pesquisa para o fator da inclusão social: convênios com o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia para formação complementar dos bailarinos do Grupo de Dança do Liceu; com o Fórum Comunitário de Combate à Violência, no Projeto Ampla Paz, formação de jovens lideranças comunitárias participantes de grupos de dança; com o Cedeca e Projeto Viver na parceria com o Projeto da Dança do Ventre na Reconstrução da Corporeidade de Jovens atendidas por estes centros; além da sensibilização e mobilização de jovens que se organizam em grupos artísticos em associações comunitárias.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. *A produção artística dos grupos da Escola de Dança da UFBA*. [Salvador: s.n.], 2005. Texto resultado de pesquisa PIBIC/UFBA.

AQUINO, D. T. *Vanguarda e modernidade: 50 anos da Escola de Dança da UFBA*. [Salvador: s.n.], 2005. Texto apresentado no debate da questão “A Dança Brasileira e Sua Memória, no Move Berlim Festival de Dança Contemporânea, Berlim/Alemanha.

\_\_\_\_\_; SANTANA, I.; GUIMARÃES, M. S. VB. *Projeto memorial da Escola de Dança*. Salvador: Escola de Dança da UFBA, 2004.

GUIMARÃES, M. S. VB.; IANNITELLI, L. M. M. *Grupos da Escola de Dança da UFBA: memória, estética e produção artística*. Resultados iniciais da pesquisa. Salvador: Escola de Dança da UFBA, 2005.

TEXEIRA, E. *Texto para produção de peça audiovisual sobre grupos artísticos da Escola de dança da UFBA*. Salvador: Projeto Memorial da Escola de Dança da UFBA, 2005. Texto não publicado.

NOGUEIRA, I. C. Rolf Geleswski. *Repertório Teatro & Dança*, Salvador: UFBA/

PPGAC, ano 7, n. 7, 2004.

SETENTA, J. Maria da Conceição Franco da Rocha. *Repertório Teatro & Dança*, Salvador: UFBA/PPGAC, ano 7, n. 7, 2004.

RISÉRIO, A. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1995.

ROBATTO, L.; MASCARENHAS, L. *Passos da dança – Bahia*. Salvador: FCJA, 2002.

ROCHA, M. da C. C. F. *Proposta para as futuras diretrizes curriculares do ensino de graduação de dança para análise e sugestões na internet*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Escola de Dança. *Projeto do Curso de Mestrado em Dança*. Salvador, 2005.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão*. Salvador, 2002.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão*. Salvador, 2005.





*Antonio Gidi*<sup>1</sup>

## CRIAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS NO BRASIL

A estreita relação existente entre a criação dos cursos jurídicos no Brasil (1827) e a sua Independência (1822), fundamenta-se no simples fato de que a emancipação intelectual era *magnus passus* da emancipação política; ou seja, desde aquela época já se percebia que uma nação não poderia ter existência soberana sem uma concepção do Direito própria, formada pelos seus cidadãos, e adequada às suas peculiaridades nacionais.

Com efeito, fizera-se a Independência; mas, sob inúmeros aspectos, continuávamos sob a pressão da antiga metrópole lusitana, principalmente no que dizia respeito à legislação e ao ensino jurídico.

Uma das primeiras leis do Império fazia vigorar, nosso “independente” país, as ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções do Reino, enquanto organizavam as nossas próprias leis. O Brasil estava sendo governado através de leis de um outro país.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia; Dr., PUC/São Paulo; S.J.D., University of Pennsylvania.

Havia, portanto, no espírito de todos os brasileiros da época, a premente necessidade de fugir da incidência das Ordenações Filipinas no nosso Estado, uma vez que era inadmissível uma nação soberana dominada pela ordem jurídica civil e criminal de uma outra nação. E, somente desenvolvendo um senso jurídico, com princípios adequados à nossa realidade, tal objetivo poderia vir a ser alcançado.

A despeito da nossa libertação política, continuaram, por algum tempo, a modelar a educação da juventude brasileira os centros universitários da Europa, principalmente Coimbra e Montpellier, que eram considerados “os guias do nosso pensamento, os luzeiros da nossa formação cultural”. Portugal, que já não mais era a nossa metrópole política, continuava, entretanto, a ser a metrópole da inteligência, “Fulcro indispensável das nossas humanidades”<sup>2</sup>. Coimbra era, àquela época, considerada a meca cultural para os estudantes de Direito.

242

Nesse contexto, explicavam-se a pobreza, o isolamento e a inércia reinante nos nossos centros urbanos, bem como a manutenção do ruralismo patriarcal arcaico, reforçador dos grilhões que nos acorrentavam ao lusitanismo reacionário, embaraçando a autonomia da nossa inteligência e da nossa cultura. Tudo isso a nos deixar submissos culturalmente à ex-metrópole, reforçando o sistema colonial e, conseqüentemente, inviabilizando uma independência política efetiva.

É impossível ao homem contemporâneo aos jatos supersônicos, aos confortáveis transatlânticos, imaginar os esforços a que um jovem brasileiro era obrigado a se submeter para ir completar os seus estudos na Europa. Certamente, a longa viagem numa caravela a atravessar o Atlântico e os cinco anos vividos num mundo desconhecido, às vezes até mesmo hostil, sem notícias de sua terra natal, tornavam a empreitada não muitas vezes convidativa. Isso sem falar nos vultosos gastos com a manutenção, que a grande maioria dos brasileiros não tinha condições de dispender.

Não se tratava, entretanto, como poderia parecer ao historiador mais apressado, de uma simples questão de distância entre o Brasil e a Europa. Era preciso, como se disse, implementar a emancipação política através da emancipação intelectual, ou melhor, consolidar o sistema imperial brasileiro em bases culturalmente nacionais.

---

2 Emanuel Mata. Referia-se às Ciências Humanas.

Além da necessidade da busca de uma autonomia intelectual, a Independência do Brasil trouxe mais um problema a ser solucionado pelo Império: a carência de homens capacitados a compor os quadros da burocracia<sup>3</sup> do novo Estado.

Portanto, a intenção do Império com a criação dos cursos jurídicos não era somente a de formar hábeis bacharéis, futuros advogados ou magistrados; mas também, e principalmente, a de formar os deputados e senadores do Império, homens aptos a ocupar os postos diplomáticos e os cargos públicos do recém-criado Estado Brasileiro.

Efetivamente, era preciso implementar os órgãos que não existiam no Brasil-Colônia, não só na esfera judiciária, como na executiva e na legislativa. E isso, inexoravelmente, seria obra de bacharéis... Daí ter nascido a famosa frase: “Brasil, país de bacharéis!”

É importante associar que, com a Independência (1822), veio também a 1ª Constituição do país, a Constituição Política do Império do Brasil (1824). Também a solidificação do novo sistema constitucional, portanto dependeria da instituição que viria a ser ministrada à juventude brasileira da época. A essa nova geração de juristas brasileiros recairia a tarefa de criar uma concepção do Direito própria e consolidar o sistema constitucional em nosso país.

Da Europa vinham as “moderníssimas” teorias políticas que revolucionariam o resto do mundo. Também a intelectualidade brasileira estava sendo influenciada pelos ideais da revolução burguesa. Precisávamos, portanto, estudar os fundamentos teóricos do Liberalismo, do Constitucionalismo, da Democracia, da República, do Federalismo etc. E isso deveria ser feito nas Faculdades de Direito, aqui mesmo no Brasil.

É preciso perceber que, à essa época, a Europa estava com a Revolução Industrial a “pleno vapor”, e o Brasil ainda era um país atrasado, exportador de matéria-primas, importador de produtos industrializados, e altamente dependente do capital estrangeiro, notadamente do inglês.

Entretanto, não eram apenas razões de ordem estrutural, de fundo político-econômico, que impunham ao legislador pátrio a criação de

---

3 Obviamente, o termo “burocracia” não está empregado no texto com o seu sentido pejorativo atual de “complicação ou morosidade no desempenho do serviço administrativo”, mas no sentido corrente à época em que estamos estudando (início do século XIX), que é quase que um sinônimo de Administração Pública

institutos de ensino de nível superior. Motivação de caráter conjuntural também contribuiu para acelerar a tomada dessa decisão.

Referimo-nos à situação delicada em que os acontecimentos políticos da ruptura com a metrópole haviam deixado os estudantes brasileiros residentes em Portugal.

Há, inclusive, indícios históricos de terem havido agressões dos estudantes portugueses aos brasileiros que estudavam em Portugal, tamanha a hostilidade dos portugueses à ideia da nossa Independência. Era como se o povo português tomasse a emancipação política de nosso país em relação a Portugal, como uma agressão pessoal por parte de todos os brasileiros que lá residiam.

Por isso, e movido por toda essa situação político-econômica anteriormente analisada e pelo

244

[...] desejo ardente manifestado em carta<sup>4</sup> pelos estudantes brasileiros de tornarem à pátria estremecida, furtando-se aos maltratos, às chufas, aos apodos, que lhes não poupava o irritado despeito dos lusos, é que Fernandes Pinheiro apresentou à Constituinte de 1823 o projeto de criação no paiz de uma universidade.<sup>5</sup>

A indicação do deputado Fernandes Pinheiro foi acolhida com entusiasmo pela Constituinte, tendo tramitação especial, considerada em caráter de urgência.

O Projecto da Constituinte aprovado em seus turnos regimentaes, tornou-se, entretanto, letra morta. Não foi promulgado sequer, como tantos outros da mesma assembléa. Dissolveu-a o Imperador, mediante o golpe de estado de 12 de novembro de 1823, escrevendo assim uma página triste na história das liberdades públicas da pátria.<sup>6</sup>

D. Pedro I dissolveu a Assembleia Nacional Constituinte em 1823, numa disputa pelo poder político entre o imperador e a tradicional aristocracia rural brasileira. Com certeza, a Constituinte não era nem um pouco liberal ou progressista, muito pelo contrário, era por demais conservadora e elitista; porém, a sua dissolução pelo imperador poderia significar algo semelhante a uma recolonização de nosso país por Portugal.

4 A carta está reproduzida em anexo.

5 Clovis Newton de Lemos.

6 Clovis Newton de Lemos.

Algum tempo depois, já na vigência da Constituição (“digna de nós e do nosso imperador”), mais precisamente 9 de janeiro de 1825, um decreto imperial criava um curso jurídico no município da Corte (cidade do Rio de Janeiro). Essa ideia, entretanto, tinha um espírito demasiadamente centralizador e, por isso, foi prontamente repudiada. O decreto não chegou nem mesmo a ser executado.

Achava-se que se a faculdade fosse criada na capital do Império, no Rio de Janeiro, concentrar-se-iam todos os benefícios em um só Estado, em detrimento dos outros, o que desequilibraria o desenvolvimento do país. Ficou resolvido, portanto, que se entregaria o assunto à deliberação do Poder Legislativo que, após o golpe, estava prestes a se reunir.

Efetivamente, no dia 06 de maio de 1826, a Assembléia Legislativa foi reinstalada. Logo os parlamentares trataram de resgatar a discussão sobre a criação de uma Universidade no Brasil.

Na sessão de 12 de maio iniciaram-se os debates a esse respeito. As discussões eram muito polêmicas. Passou-se tanto tempo a discutir se a tramitação deveria ser em regime de urgência ou não, que teria sido possível aprovar muitos outros projetos de lei.

Requeiro que este projeto seja considerado com urgência, porque em cada ano despense o Brasil um milhão de cruzados com a sustentação de quinhentos mancebos brasileiros, que mendigão a instrução em países estrangeiros; sendo excluídas desse benefício as famílias que carecem de fortuna. (Deputado Marcos Antonio de Souza)

Na sessão plenária de 05 de julho de 1826, a Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados apresentou um projeto de lei para a criação de uma Faculdade de Direito no nosso país. O relator foi o deputado José Januário da Cunha Barbosa.

Uma vez decidido que a tarefa da criação de um curso jurídico no Brasil já não mais poderia esperar, surge mais uma grande polêmica em torno do tema, que, de certo modo, atrasou um pouco a empreitada.

Com efeito, a localização do curso jurídico foi objeto de ardentes e impetuosos debates, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado. A única verdade indiscutível era que a escola deveria ter uma localização central, para que pudesse servir a todos os brasileiros. O Congresso Nacional ferveu com as discussões, e cada político queria levar a Escola para o seu Estado de origem.

As discussões giraram, basicamente, em torno de quatro Estados: São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os argumentos se multiplicaram e eram os mais variados e contraditórios possíveis. Todos os congressistas fundamentando, de maneira mais ou menos coerente, a necessidade de a Escola ser localizada em seu próprio Estado.

Havia os que defendiam a instalação do curso no Rio de Janeiro (Corte do Império), convertido num centro de formação das elites regionais, evitando, assim, a emergência de lideranças liberais nas Províncias do Império; outros, paradoxalmente, alertavam para o perigo da concentração de estudantes de nível superior na Corte, pela interferência que um “bando” de estudantes poderia exercer sobre a administração do recém-criado Estado, fomentando a emergência de lideranças liberais na Capital.

246

Os que defendiam a criação do curso jurídico na Bahia, fundamentavam as suas propostas no fato de que, a essa época, em sua maioria os estudantes brasileiros que iam para Portugal eram baianos. Além disso, era um Estado central, o que facilitava a comunicação por terra e por mar.

A solução da controvérsia foi alvitrada por um hábil político do Recife, através de uma emenda que criava não apenas um, mas dois cursos jurídicos; um no Norte e outro no Sul do Império.

O projeto foi aprovado pela Assembléia Geral Legislativa na sessão de 04 de julho de 1822, com uma pequena discussão. Ficava faltando apenas a sanção do Imperador.

Enfim, a emenda vitoriosa na Assembleia Geral foi sancionada por D. Pedro I em 11 de agosto de 1827, decretando a criação dos cursos jurídicos no Brasil, um em Olinda e outro em São Paulo.

Cedendo, provavelmente, à intuição de que na cultura jurídica reside o eixo de toda a civilização cristã, o regime imperial, quase logo após à nossa independência, consagrou ao direito duas faculdades, uma ao norte, outra ao sul, como situações polares, dominantes no movimento de nosso mundo moral. (Rui Barbosa)

Contava o Brasil, então, menos de cinco anos de nação independente, e apenas dois anos e meio de vida constitucional.

Confirmando todas as previsões da época, somente com a introdução dos cursos jurídicos no Brasil, foi que começou a formar-se a nossa intelectualidade e a se constituir um Direito que, embora fundamentado no Direito Português, poderia se dizer pátrio.

Apenas para efeito de curiosidade, registre-se que é em comemoração ao dia 11 de agosto de 1827 que nasceu o “dia do pendura”, uma manifestação estudantil que já se institucionalizou, sendo aceito com naturalidade em alguns Estados da Federação até o dias de hoje.

Decretada a criação dos cursos jurídicos no Brasil, o governo, sem demora, tratou de expedir os atos competentes e tomar as providências necessárias para a instalação das novas escolas.

Para abrigar as recém-criadas faculdades, logo se cogitou os grandes conventos, quase desabitados, que existiam tanto em São Paulo como em Olinda. Esses conventos foram visitados, e selecionados os que tinham condições de ser transformados em uma escola. Após a escolha, iniciaram-se as obras de restauração dos prédios e de adaptação às novas funções.

Mesmo assim, o Curso Jurídico de Olinda só veio a ser efetivamente fundado nove meses depois, em 15 de maio de 1828, e teria como sede o Mosteiro de São Bento. O Curso Jurídico de São Paulo seria fundado apenas quinze dias depois do de Olinda, em 1º de março do mesmo ano, ficando sediado no Convento de São Francisco, no largo do mesmo nome.

Muito ilustrativo o discurso pronunciado pelo orador oficial na solenidade de inauguração do Curso Jurídico em Olinda, o desembargador e primeiro diretor da Escola, Prof. Lourenço José Ribeiro:

Lá se foram os tempos, em que muito de propósito se promovia a nossa ignorância e pobreza, a fim de que, não se conhecendo as forças e recursos de que nos dotara a Providência, nos deixássemos esmagar pelo pesado jogo que nos impunha a mãe pátria.

O brasileiro que ambicionava a carreira literária era obrigado a sacrifícios, e nada menos do que abandonar a sua pátria, atravessar duas vezes o proceloso Oceano, renunciar ao doce clima em que nascera, dos carinhos e desvelos dos seus pais, parentes e amigos, a troco de mil privações, incômodos e despesas, para que conseguisse escassos princípios de direito e um diploma que o habilitasse para os cargos públicos...

Essa seria a Grade Curricular dos Cursos:<sup>7</sup>

7 Uma grande polêmica se instaurou entre os parlamentares, quanto à criação ou não da cadeira de Direito Romano. Segundo Aurélio Bastos, essa discussão teria algo de mais profundo: os que propugnavam pela sua inclusão na grade curricular eram aqueles políticos que professavam uma concepção absolutista do Estado, enquanto que os que lutavam pela sua não-inclusão eram os defensores do liberalismo político.



- 1º Ano - Direito Natural  
 Direito Público  
 Análise da Constituição do Império  
 Direito das Gentes  
 Diplomacia
- 2º Ano - Direito Natural  
 Direito Público  
 Análise da Constituição do Império  
 Direito das Gentes  
 Diplomacia  
 Direito Público Eclesiástico
- 3º Ano - Direito Pátrio Civil  
 Direito Pátrio Criminal, com a Teoria do Processo Criminal
- 4º Ano - Direito Pátrio Civil  
 Direito Mercantil e Marítimo
- 5º Ano - Economia Política  
 Teoria e Prática do Processo Adotado pelas Leis do Império

248

Os cursos tinham duração prevista de cinco anos. Com certeza, esse foi um momento de ebulição nacional. Para essas escolas acorreriam brasileiros de todos os Estados, inclusive da Bahia, que não poderia ficar à margem da evolução cultural do país.

A Bahia teve a satisfação de ver, entre os bacharéis da primeira turma a ser formada no Brasil, quatro de seus filhos. A formatura foi em 1831.

Como acentuou o eminente Dr. Goes Calmon, em discurso proferido no Instituto dos Advogados da Bahia, “o senso e o espírito do direito nacional foi obra de baianos”.

Através da criação dos cursos jurídicos que chega ao Brasil a influência dos filósofos ingleses e franceses e, mais tarde, no Recife, a dos alemães, com Tobias Barreto. Era possível assim, para os juristas brasileiros, criar um pensamento próprio, até então reduzido a repetições da cultura lusitana.

Entretanto, somente em 1854, os cursos jurídicos seriam transformados em Faculdades de Direito por decreto do imperador. Nesse mesmo ano, Olinda perdeu o seu curso jurídico, que foi transferido para o Recife.

O Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito do Recife era o mais procurado não só pelos estudantes baianos, como por todos do Nordeste. Principalmente pela distância, um obstáculo difícil à época, e porque, não sendo exigida a frequência, os estudantes poderiam estudar no seu próprio Estado, indo ao Recife apenas no período de provas, retornando logo em seguida.

O mesmo Decreto de 28 de abril de 1854 alterou a Grade Curricular para:

- 1º Ano - Direito Natural
  - Direito Público Universal
  - Análise da Constituição do Império
  - Institutos de Direito Romano
- 2º Ano - Direito Natural
  - Direito Público Universal
  - Análise da Constituição do Império
  - Direito das Gentes
  - Diplomacia
  - Direito Eclesiástico
- 3º Ano - Direito Civil Pátrio, com análise e comparação do Direito Romano
  - Direito Criminal, incluindo o Militar
- 4º Ano - Direito Civil pátrio, com análise e comparação do Direito Romano
  - Direito Marítimo
  - Direito Comercial
- 5º Ano - Hermenêutica Jurídica
  - Processo Civil e Criminal, incluindo o Militar
  - Prática Forense
  - Economia Política
  - Direito Administrativo

Instituídos os cursos jurídicos em 1827, durante mais de meio século foi monopólio de Pernambuco e de São Paulo possuir uma Faculdade de Direito. Infelizmente, somente sessenta anos depois, com a queda do Império extinguiu-se o infundado privilégio desses dois Estados.

Até o fim do período imperial, as escolas somente podiam ser oficiais, criadas pelo Estado, estando sujeitas à autoridade direta do governo do Império, que lhes ditava até mesmo os estatutos. Não era permitido que outro órgão, que não o Estado, criasse uma escola de nível superior em nosso país.

Somente com o Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, reformulando o ensino superior em todo o Império, foi permitida à iniciativa privada a criação de faculdades extra-oficiais, na época chamadas “livres”.<sup>8</sup>

Esse Decreto é um exemplo de que, ao fim do Império, a engrenagem centralizadora e o mecanismo repressor das autonomias dos Estados estavam capitulando ante as teorias descentralizadoras do Federalismo e da democracia, que, desde a Independência (1822) até a Proclamação da República (1889), fariam intensa oposição ao modelo político imperial.

250

A essa época, já não mais havia condições político-econômicas que justificassem a permanência do regime imperial em nosso país. O café, na primeira metade do século XVIII, substituiu o açúcar em importância no comércio internacional, o que fatalmente conduziria à abolição da escravidão, o principal ponto de sustentação do Império. Com a Lei Áurea, a situação torna-se, efetivamente, insustentável.

## FUNDAÇÃO DA FACULDADE LIVRE DE DIREITO DA BAHIA

Finalmente, foi a República proclamada por um golpe de Estado, no desenlace de uma conspiração que reuniu liberais (Rui Barbosa), positivistas (Cel. Benjamin Constant), monarquistas ressentidos (Mal. Deodoro da Fonseca) e os barões do café.<sup>9</sup>

A nova Constituição (1891), do mesmo modo, resultaria de conflitos e composições políticas diversas entre os liberais (Rui Barbosa foi o seu principal redator) e os positivistas. O texto final, heterogêneo, permitiu que todos tivessem grande parte das suas reivindicações atendidas. *Mutatis mutandi*, pode-se dizer que o mesmo ocorreu com a atual Constituição de 1988.

8 Em contraposição às “oficiais”, que, com o advento da República seriam designadas por “federaes”.

9 Luiz Antônio Cunha.

Com o Federalismo, as antigas Províncias do Império se transformariam em Estados Federados, constituindo os Estados Unidos do Brasil, uma reunião de 20 unidades com autonomia e independência para elaborar as suas próprias Constituições, eleger os seus presidentes, realizar empréstimos no exterior, decretar impostos e possuir forças militares próprias (arts. 63 e 65 da Constituição de 1891).

Estava enfraquecido, assim, o poder central. As lideranças regionais conseguiram resgatar o prestígio perdido com a engrenagem centralizadora e unitária do Império. Surgiam duas esferas do Poder: a federal e a estadual.

Com a República (*res publica*), instituiu-se, em tese, o regime político em que o Poder Político seria tirado das mãos de um imperador e devolvido ao povo. Por isso, o chefe do Poder Executivo federal e estadual, bem como os membros do Poder Legislativo, em todos os níveis, deveriam ser representantes dos anseios da população, eleitos segundo a “vontade popular”, através de sufrágio direto, excluídos, apenas, os analfabetos, as mulheres, os soldados e os menores. Com o regime representativo, já não mais se justificava a vinculação do voto ao poder aquisitivo ou à posição social do eleitor, como acontecia no período imperial (art. 92 da Constituição de 1824).

Com o Presidencialismo, a Federação conservaria a sua unidade administrativa na pessoa, ou melhor, no cargo do presidente da República, que só poderia intervir nos Estados nas excepcionais hipóteses previstas pela nova Constituição no seu art. 6º. A nossa bandeira ostentaria o lema positivista, certamente atual para a época, mas defasado nos dias que correm, de “Ordem e Progresso”.

A essa época passávamos por um processo de transição, e uma verdadeira ebulição assolava o país. A sociedade estava em contínua transformação, em que pese não ter participado nem das mudanças políticas, nem do golpe.

Os costumes estavam mudando, os hábitos se transformando, novos valores surgindo; enfim, toda a sociedade brasileira experimentava uma agradável sensação de recomeço de vida. Em todas as esferas da organização social construía-se, como que espontaneamente, uma nova concepção de vida, uma nova maneira de encarar o mundo, as pessoas e o próprio papel do Estado.

Com efeito, são desse período, (último quartel do século XIX) a abolição da escravatura, a chegada ao Brasil da Revolução Industrial e do regime capitalista de produção, a Proclamação da República, a separação entre Estado e Igreja, a promulgação da Constituição de 1891, o surgimento das

teorias positivista e evolucionista, a Encíclica *Rerum Novarum* (Das Coisas Novas) do Papa Leão XII.

Vista sobre um outro enfoque, a instituição do regime federativo fez com que os governos dos Estados tivessem encargos muito maiores do que os das antigas Províncias do Império. A autonomia administrativa estadual fez com que fosse indispensável o implemento de repartições especializadas em cada unidade da Federação. Isso seria uma excelente fonte de emprego para bacharéis, principalmente para os da área jurídica.

Além disso, também a burocracia da Justiça sofreu uma grande ampliação, se bem que em sentido inverso. Se no período imperial as atividades judiciárias eram encargo das Províncias, com o advento da República passaram a existir duas esferas judiciárias: a Justiça Federal e a Justiça Estadual. Também a exigir maior demanda de profissionais do Direito (v. art. 6º das Disposições Transitórias da Constituição de 1891).

252

Conforme prescrevia o art. 55 da Constituição de 1891, a Justiça Federal era constituída, além do Supremo Tribunal Federal, de juizes seccionais, um para cada Estado e dois para o Distrito Federal (RJ); juizes substitutos dos seccionais, um para cada Estado e o Distrito Federal (RJ); juizes suplentes, três em cada sede de secção e tantos quantos fossem necessários além desses; tribunais federais do júri nas sedes das secções; procurador geral, procuradores adjuntos e solicitadores. No art. 77 estava prevista a Justiça Militar, formada pelo Supremo Tribunal Militar e pelos Conselhos de Justiça.

A Justiça Estadual, prevista no art. 60, era constituída pelos Tribunais de Justiça; juizes de direito nas comarcas; tribunais do Júri e juizes nos termos; e juizes de paz nos distritos.<sup>10</sup>

Entretanto, não eram apenas as tarefas da Justiça que ocupavam os bacharéis. O curso de Direito era, por essa época, um verdadeiro curso de cultura geral. O bacharel era o burocrata por excelência em qualquer setor do Estado, uma vez que a interpretação de leis e a elaboração de normas jurídicas, como portarias, avisos, proclamações, constituíam o principal meio de atuação da burocracia civil, por causa da concepção positivista do fenômeno jurídico.

Como se percebe, o quadro político-administrativo e social da época era por demais favorável à multiplicação dos cursos de nível superior, notadamente os de bacharelado em ciências jurídicas.

---

10 Luiz Antônio Cunha.

Havia uma necessidade premente de criação de tais cursos, uma vez que a carência de recursos humanos capacitados para consolidar a República recém-criada e garantir a sua perpetuação comprometeria o êxito do próprio regime republicana.

Em 02 de Janeiro de 1891 (menos de dois meses antes da promulgação da primeira Constituição Republicana), uma reforma de ensino de autoria de Benjamin Constant (Decreto nº 1.232) concedia às Faculdades Livres (particulares), de criação já autorizada, os mesmos privilégios e garantias das Faculdades Oficiais.

Isso foi o suficiente para fazer com que um jovem advogado baiano mudasse esse estado de coisas no ensino jurídico no país.

Trata-se do recém-formado bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, José Machado de Oliveira. Foi um aluno que se destacou dos demais porque, à proporção que prestava os exames de um ano, começava a lecionar as matérias correspondentes ao ano anterior, de sorte que, ao chegar ao 5º ano, ensinava todas as cadeiras das quatro primeiras séries. O excepcional brilho com que prestava os exames servia-lhe de publicidade entre os seus colegas.

Para legitimar o seu precoce magistério, solicitava dos seus mestres e examinadores atestados manuscritos de que tinha capacidade para lecionar as matérias de que já havia prestado os exames. Em um desses atestados, o Prof. Tobias Barreto o declarava portador da “precisa aptidão para lecionar as disciplinas do terceiro ano jurídico”.

Tirando proveito de seu talento, de sua extraordinária habilidade didática ao lecionar o Direito, Machado de Oliveira abriu um curso de reforço para os seus próprios colegas de faculdade em Recife. Em troca, obtinha o numerário suficiente para a sua subsistência nessa cidade, enquanto concluía o seu bacharelado em Direito. O curso que ministrava foi sempre, e cada vez mais, muito frequentado. Da propaganda do curso, encarregavam-se os próprios alunos, em sua maioria aprovados com boas notas. Machado de Oliveira manteve esse curso em funcionamento durante quatro dos cinco anos que estudou na Faculdade do Recife. Concluiu o curso de maneira brilhante em todas as séries e em todas as matérias. Bacharelou-se em *Sciencias Jurídicas e Sociaes* em 23 de novembro de 1889, retornando à Bahia logo nos primeiros momentos da República, sendo imediatamente nomeado promotor público. Pouco depois, casou-se e fixou residência em Salvador.

Como não conseguiria ficar sem lecionar, nos primeiros dias de 1890 implantou aqui um Curso Particular de Ensino Jurídico. Contava apenas com 26 anos de idade e se propunha a preparar os acadêmicos de Direito residentes em Salvador para os exames na Faculdade do Recife, onde não era obrigatória a frequência. Na sistemática de sua escola, os estudantes baianos frequentariam as aulas do Curso, estudando aqui mesmo em Salvador, e, na época das provas, viajariam para o Recife, onde prestariam os exames, retornando à Bahia logo em seguida.

As aulas eram ministradas inicialmente nas dependências da Escola Treze de Maio, na Rua Pão de Lot. Aproximadamente dois meses depois, este curso foi transferido para uma sala na casa onde Machado de Oliveira morava com o sogro o desembargador Thomaz Garcez Paranhos Montenegro<sup>11</sup>, na Rua da Lapa nº 2 (entre o Convento da Lapa e o prédio que hoje abriga a Justiça Federal).

254

Lecionava, inicialmente sozinho, todas as matérias, o próprio Machado de Oliveira. Mas, com o tempo, devido ao grande número de baianos que estudavam Direito na Faculdade do Recife, o Curso teve a sua frequência aumentada ao ponto de não mais poder ensinar sozinho, com proveito, todas as matérias. Para auxiliá-lo, contou com o auxílio e a boa vontade de ilustres profissionais da época.

A referida reforma de ensino de autoria de Benjamin Constant surpreendeu o Curso em pleno desenvolvimento, já abrangendo as matérias das 1ª e 2ª séries do bacharelado.

Apenas três meses após a publicação da reforma de ensino, esse desprezioso curso preparatório converte-se na Faculdade Livre de Direito da Bahia, exatamente a 15 de abril de 1891, tendo sua existência e validade reconhecidas pela Presidência da República em 18 de outubro do mesmo ano.

Não sobreveio de imediato a Machado de Oliveira, entretanto, a ideia de transformar o seu curso em uma Faculdade, o que só fez a partir de fins de fevereiro; e até 15 de abril funda-se uma Faculdade, desde a formação do patrimônio por subscrição pública, a organização de uma associação fundadora, a escolha do corpo docente, até a locação e instalação do edifício-sede.

A explicação de tamanho êxito está, principalmente, na pessoa

---

11 Futuro Professor da Faculdade de Direito de Bahia.

do fundador, em que se integravam altas qualidades de inteligência, pertinácia e capacidade realizadora, aliadas a uma irreduzível dedicação aos cometimentos a que se propunha. Quanto a isso, há farta documentação histórica, principalmente artigos de jornais da época e depoimentos prestados pelos que acompanharam o processo de fundação da Faculdade.

A verdade é que uma fração da vida de Machado de Oliveira confundese com a própria história da fundação da Faculdade Livre de Direito da Bahia. Hoje, já há muito esquecido, seu nome singulariza a menor das nossas salas... Justo ele, que foi dos maiores de seu tempo!

Machado de Oliveira comunicou o seu plano em primeiro lugar ao capitão Bibiano Ferreira Campos, do qual recebera inteiro apoio, identificando ambos no empenho de levá-lo a efeito. Essa conversa com o capitão Bibiano, mais ou menos a 20 de fevereiro de 1891, marca o início dos trabalhos de fundação da nossa Faculdade.

Como era característico da sua personalidade empreendedora, quando tomava sobre os ombros um encargo, não media esforços até vê-lo concluído. Não vacilou, pôs-se logo em ação; e, até ver a sua tarefa coroada com a fundação de uma Faculdade de Direito, trabalhou incessantemente.

Em todos os jornais da capital baiana, quase que diariamente, apareciam notas, apelos, comentários e notícias sobre a ideia da fundação de uma Faculdade de Direito em Salvador. Isso reflete a contínua e infatigável atividade do nosso fundador. Os jornais mais importantes da época eram o *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias*.

A primeira nota sobre a fundação saiu no *Jornal de Notícias* de 23 de fevereiro de 1891, onde estava consignado “É auctor d’essa idéa, que com certeza terá feliz êxito, o nosso conterrâneo dr. José Machado de Oliveira”.

Na edição que circulou no dia 25, o *Jornal de Notícias* dava conhecimento ao público de que a ideia da fundação de uma Faculdade de Direito na Bahia havia sido levada ao governador do Estado e consignava “[...] os cidadãos que se acham à frente d’esta util idéa, vão prestar grande desenvolvimento ao ensino superior n’este Estado, que precisa de ter vida própria em todos os sentidos”. Nesta mesma edição, concluía com um apelo: “Que o auxílio do poder competente e dos que collocam a instrução no lugar a que ella tem jus, não se faça esperar, é o que almejamos em prol do progresso d’esta terra”.

No dia 26, começaram a ser distribuídos folhetos impressos solicitando apoio financeiro “em benefício de instituição tão útil e necessária”. Os donativos deveriam ser remetidos à Rua da Lapa nº 2 (Residência do Des.



Paranhos Montenegro e sede do Curso Particular de Ensino Jurídico de Machado de Oliveira). Subscvem tal documento, nessa ordem: Paranhos Montenegro, José Machado de Oliveira, Manoel Vitorino, Luiz Viana, Severino Vieira, Almeida Couto, Bibiano Ferreira Campos e Joaquim da Costa Pinto.

Na edição que circulou no dia 27, o *Jornal de Notícias*, referindo-se à solicitação dos donativos, publicou que muitas doações estavam sendo feitas. Também comentou que a criação de uma Faculdade de Direito na Bahia seria uma vantagem muito grande para “[...] aquelles que d’este Estado e do de Sergipe seguem para Pernambuco todos os annos e cujo número sobe a 160 nos dois referidos Estados”.

O *Jornal de Notícias* de 28 de fevereiro de 1891 consta uma declaração dos cabeças da iniciativa, renovando o pedido de apoio à sociedade baiana e garantindo que as quantias doadas seriam restituídas no caso de não se realizar a fundação da Faculdade.

256

A pouco e pouco, foi-se a ideia alastrando, a ponto de contagiar quase todos os homens de relevo na cidade do Salvador de fins do século XIX.

A tarefa, efetivamente, não seria fácil. A Bahia da época, não muito diferente da atual, era assim definida por um coetâneo: “Ambiente altamente sensível às coisas da inteligência, aos requintes de arte e cultura, mas, ao mesmo tempo, tão impróprio a realizações [...]”

A receita que seria necessária para a manutenção da Faculdade, ao passo que fazia, com alguma razão, esmorecer a uns, que tinham receio de uma criação efêmera, de duração duvidosa; a outros, e esses, felizmente em muito maior número, era um incentivo para cuidar do assunto de maneira muito mais séria e dedicada e, principalmente, de um modo que fosse inspirador de confiança, uma vez que era previsível que os poderes públicos, desde que convencidos de que a instituição se firmava em bases duradouras, viriam em auxílio a tão valiosa iniciativa particular<sup>12</sup>. Essa previsão realmente virá a acontecer, como veremos adiante.

Não seria nem um pouco suave para o nosso jovem empreendedor a tarefa da fundação de nossa Faculdade. Nem tampouco se lhe exigiria esforço meramente político ou intelectual. Machado de Oliveira chamou a si o encargo mais árduo de ir de porta em porta, com uma lista de contribuições, numa obra de paciência e persuasão, em busca de donativos e adeptos à

12 1ª Memória Histórica da Faculdade Livre de Direito da Bahia, apresentada à Congregação pelo Prof. Des. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro (lente catedrático).

sua nobre causa<sup>13</sup>. Segundo um contemporâneo, “[...] raríssima foi a pessoa que, convidada para fazer parte da Associação e concorrer com o seu óbulo para as primeiras despesas e princípios de um patrimônio, se negou a tão justo fim”<sup>14</sup>. Muitas foram as pessoas que ajudaram, doando móveis, livros, dinheiro etc.

Foi formada assim, quase que espontaneamente, uma associação composta por diversos cidadãos das mais variadas profissões, homens de letras, do comércio e outras atividades. Todos eles ligados apenas pelo propósito de dotar o nosso Estado de uma Faculdade de Direito.

Machado de Oliveira que, isolado, pouco conseguiria obter, com o concurso de diversos cidadãos da alta sociedade baiana, pôde ver os seus esforços coroados com a criação dessa associação, que tomou como sua a tarefa de fundar e manter Faculdade de Direito da Bahia.

A primeira reunião dos nossos fundadores foi em 08 de março de 1891, no edifício do Grêmio Litterário. Nesse primeiro encontro da associação, discutiu-se o esboço de estatuto que fora elaborado por Machado de Oliveira.

Em 11 de março de 1891, o *Jornal de Notícias* publica a primeira relação de subscrições e donativos arrecadados por Machado de Oliveira. Encabeçando a lista, com uma doação de 300\$ 00 (trezentos mil réis), está Elpídio de Mesquita. O total da arrecadação beirava os cinco contos de réis.

Através de nota na imprensa local, Machado de Oliveira convocou uma Assembleia Geral da Associação para o dia 15 de março de 1891. Também essa assembleia realizar-se-ia nas dependências do prédio onde funcionava o Grêmio Litterário, na Rua Direita do Palácio (atual Rua Chile), que foi gentilmente cedido aos nossos fundadores para esse fim. A essa altura, a associação já contava com um grande número de membros, que compareceram em peso a essa decisiva assembleia.

Presididos por José Luiz de Almeida Couto e secretariados por Machado de Oliveira e Severino Vieira, os associados iniciaram a assembleia com a discussão dos Estatutos da Faculdade Livre de Direito da Bahia, que seriam aprovados depois de algumas alterações. Em seguida, foram escolhidos e nomeados os lentes catedráticos e formada a primeira Congregação, selecionada entre os mais competentes juristas baianos da época. Só então,

---

13 Waldemiro Montenegro de Oliveira.

14 Ver nota 12.

escolheu-se a data para a instalação da Faculdade, o que se realizaria apenas um mês depois.

No dia 17 do mesmo mês, no mesmo local, se realizou a “1ª Sessão do Corpo Docente da Faculdade Livre de Direito da Bahia”, onde a Congregação recém-empossada se reuniria pela primeira vez. Sob a presidência do professor Des. Paranhos Montenegro, procedeu-se à eleição para a diretoria, vice-diretoria e secretaria da Faculdade, sendo eleitos por unanimidade os professores Eduardo Ramos, Augusto França e Machado de Oliveira respectivamente. Em seguida deliberou-se sobre a distribuição das cadeiras entre os professores.

A essa altura dos acontecimentos, as doações arrecadadas por José Machado de Oliveira já beiravam os dez contos de réis.

258

A primeira Congregação estava, assim, formada pelos mais eminentes juristas da época: Leovigildo Filgueiras (Filosofia e História do Direito); Ignácio Tosta (Direito Constitucional e Administrativo); José Machado de Oliveira (Direito Romano); Des. Paranhos Montenegro (Processo Criminal, Civil e Commercial); Severino Vieira (Sciencia das Finanças e Contabilidade do Estado); Eduardo Pires Ramos (Legislação Comparada sobre Direito Privado); Carneiro da Rocha (Prática Forense); Augusto de Freitas (Direito Criminal); Emygdio dos Santos (Direito Civil); Des. João Rodrigues Chaves (Direito Civil); Sebastião Pinto de Carvalho (Direito Commercial); Antonio Euzébio (História do Direito Nacional); Manoel Joaquim Saraiva (Hygiene Pública); Rodrigues Dorea (Medicina Legal); Flávio Guedes de Araújo (Direito das Gentes); Pedro Vergne de Abreu (Sciencia da Administração e Direito Administrativo); Augusto França (Economia Política); Raymundo Martins (Direito Civil); Adalberto Guimarães (Direito Constitucional e Administrativo); Frederico Marinho de Araújo (Direito Processual); Jayme Lopes Villas Boas (Economia Política e direito Administrativo); João da Cruz Cordeiro (Hygiene Pública); Thomaz Guerreiro de Castro (Direito Público e Constitucional); Cyridião Durval (História do Direito Nacional); Firmino Lopes de Castro (Direito Civil); Castro Rebello (Substituto); Mattos de Souza (Substituto) e Manoel Luiz Vieira Lima (Substituto).

No dia 09 de abril de 1891, reuniu-se, ainda nas dependências do prédio onde funcionava o Grêmio Litterário, pela segunda vez, a nova Congregação. Assumiu a presidência da sessão o diretor Prof. Eduardo Ramos, que comunicou a todos os presentes que o governo do Estado da Bahia havia feito a concessão de uma loteria, o que poderia render para a associação até

250 contos de réis. Nessa mesma reunião, para que não houvesse atraso no início das aulas, deliberou-se que a Faculdade começaria logo a funcionar com os mesmos programas da Faculdade do Recife.

A fundação da primeira Faculdade não-oficial de Direito no Brasil estava definitivamente assegurada. A nova escola já estava com os seus estatutos aprovados, o seu corpo docente já havia sido selecionado, a sua diretoria já se encontrava empossada e a sede já havia sido alugada. Tudo isso havia sido organizado em pouco mais de um mês. Somente a liderança firme e a organização extremada de Machado de Oliveira poderiam explicar tamanha objetividade e aproveitamento.

## A INAUGURAÇÃO

Para a solenidade de inauguração, Machado de Oliveira convidou toda a sociedade baiana através de anúncios em todos os jornais locais, como era costume à época. Na véspera da fundação, o *Jornal de Notícias* publicou um artigo que concluía profeticamente: “A história da Bahia vai receber na data de 15 de abril de 1891 uma página de impercível brilho”.<sup>15</sup>

No dia 15 de abril de 1891, exatamente ao meio-dia, iniciou-se a instalação da Faculdade em sessão solene presidida pelo governador do Estado José Gonçalves da Silva. Estavam presentes magistrados, professores e estudantes da nossa e da Faculdade de Medicina, altos funcionários públicos, comerciantes, políticos e um grande número de pessoas da sociedade baiana.

O prédio estava pomposamente ornamentado para o evento, desde a sua entrada, com folhagens, bandeiras e enfeites diversos da época. Não era uma casa de proporções pequenas para abrigar o curso a que se destinava, mas tornou-se espaço exíguo para comportar o avultado número de pessoas que queriam assistir à solenidade.

Abriu a sessão o nosso primeiro diretor, o professor Eduardo Ramos em um magistral improvisado. Em seguida, fez-se ouvir um eloquente discurso do orador oficial, o professor Leovigildo Filgueiras que falou sobre a criação dos cursos jurídicos no país, sobre a Filosofia evolucionista de Spencer e sobre a Proclamação da República. O Dr. José de Oliveira Campos, diretor

---

<sup>15</sup> *Jornal de Notícias*, 14 de abril de 1891.

da Biblioteca Pública defendeu em seu discurso a unidade do direito em todo o país e “[...] a necessidade do estudo d’esta matéria por meio do methodo positivo, devendo de uma vez por todas ser abandonado o methodo subjectivo que tantas phantasmagorias tem produzido”.

Na sessão, o representante dos estudantes, acadêmico Trasybulo Ferraz<sup>16</sup>, proferiu um bem elaborado discurso. Também participou da solenidade Alexandre Fernandes, conhecido e conceituado poeta da época, que recitou um soneto<sup>17</sup> em homenagem ao ato. Presente também estava a banda do 9º Batalhão de Infantaria, que preenchia os intervalos entre os oradores com músicas que eram muito apreciadas pelo público. Sem dúvida, foi uma comemoração digna do espírito de euforia que dominava os homens da época.

Muito sugestivo o discurso do professor Leovigildo Filgueiras, catedrático escolhido de Filosofia e História do Direito:

260

Foi preciso uma revolução, que, mudando a forma de Governo do paiz, acarretasse o rompimento dos laços políticos que prendiam o Estado à Igreja para que o Direito Brasileiro, expurgado das superstições, iniciasse a sua vida autônoma, evoluindo para o ideal jurídico da liberdade de consciência.

Congratulemo-nos, pois, Senhores, com o Estado da Bahia, porque só agora, depois d’essa bem dita revolução<sup>18</sup>, e graças ao patriarcha da República<sup>19</sup>, o glorioso e immortal obreiro d’esses novos templos da Sciencia, denominadas Faculdades Livres é que se installa, sob o regimen da mais ampla liberdade de ensino, um Curso de Sciencias Sociaes e Jurídicas, livre do dogmatismo e livre do officialismo!”<sup>20</sup>

Apesar de tanta exaltação ao se referir à Proclamação da República, a verdade é que os primeiros professores da casa eram, quase que invariavelmente, nomes estreitamente ligados ao regime monárquico, havendo muitos deles ocupado altos cargos de representação política, como

16 Trasybulo Ferraz foi discípulo do Prof. Machado de Oliveira no seu *Curso particular de ensino jurídico*.

17 O soneto está reproduzido em anexo.

18 Referia-se à Proclamação da República.

19 Referia-se a Benjamin Constant.

20 Referia-se ao controle do governo sobre as faculdades.

“presidentes de província” (governadores), “deputados geraes”, “senadores do Império”, além de “dezebargadores” e “juizes de Direito”.

Essa era a fase áurea do positivismo de Augusto Comte e do Evolucionismo de Darwin e de Spencer, e, após tecer algumas considerações sobre a “origem biológica do Direito”, conclui Filgueiras: “Senhores, na vida política dos povos, assim como a religião e o militarismo consolidam as formas monarchicas, a sciencia e a indústria consolidam as formas republicanas”.

A solenidade só seria encerrada por volta das 13h30, quando o governador do Estado declarou inaugurados os cursos da Faculdade Livre de Direito da Bahia.

Estava definitivamente fundada a primeira Faculdade Livre de Direito do país. Livre, porque já não mais atrelada ao controle castrador do Estado: os seus diretores não seriam de livre nomeação do imperador, os seus estatutos e programas curriculares não seriam ditados pelo governo etc. Tratava-se de uma faculdade particular, e, apesar de precisar ser reconhecida pelo governo da República como tal, para poder expedir seus diplomas validamente, não estava sob a autoridade direta deste. Daí ter-se dito, à época, que havia sido criada uma “faculdade livre... de direito... e de fato”.

Estava inaugurada a Faculdade com 24 professores, 03 substitutos e um preparador. As aulas se dariam no 2º andar de um prédio acanhado e pobre, alugado, na Rua Visconde do Rio Branco nº 19 (atual Ladeira da Praça).

Da ata da inauguração, lavrada pelo primeiro secretário, o Prof. Machado de Oliveira, foram tiradas três cópias. Uma fora enviada ao presidente da República; outra para o “Archivo Público” e outra para o governador do Estado. O original ficou na secretaria da escola.

A verdade é que a fundação dessa Faculdade implicaria profundas transformações na vida intelectual do país. Despolarizava-se uma situação de injusto privilégio de que gozavam, de há muito, São Paulo e Pernambuco. Que houvessem sido estes os centros escolhidos para sediar os primeiros cursos jurídicos, era questão perfeitamente explicável, em vista da conjuntura político-econômica da época; mas que essa situação perdurasse por quase 60 anos, já beirava o absurdo, e a falta de um instituto de ensino superior dessa natureza em nosso Estado, já era há muito sentida por todos os baianos.

Logo no dia seguinte à solenidade, Machado de Oliveira fez publicar em todos os jornais da cidade a data de início do curso e os horários das

aulas de cada matéria, ao mesmo tempo em que convidava os professores a comparecerem às aulas no dia marcado.

Segundo a nota, as aulas seriam ministradas em 6 dias por semana, de segunda a sábado. Os horários variavam sempre entre as 10 horas da manhã e as 02 horas da tarde. Um horário certamente estranho para nós atualmente, mas que deve ser plenamente explicável se levarmos em consideração os costumes baianos da época.

No dia 20 de abril de 1891, foi ministrada a primeira aula, que serviria ainda por muitos anos não só ao Estado da Bahia, mas também ao Estado de Sergipe, com o qual vivíamos em íntimo contato e que só teria uma Faculdade de Direito muito tempo depois. Até a fundação de uma faculdade de Direito em Salvador, Bahia e Sergipe juntos, enviavam, anualmente, cerca de 160 jovens para estudar Direito da Faculdade de Recife.

Como dissemos, começou a nossa Faculdade a funcionar e permaneceu alguns anos na Rua Visconde do Rio Branco nº 19, na atual Ladeira da Praça.

262

Era um prédio histórico, ainda da época do Brasil-Colônia; um antigo solar da fidalguia lusitana, edificado em 1674. Nele, D. João VI assinou, por sugestão do visconde de Cairu, a “memorável” carta régia que franqueou os portos do Brasil a todas as nações “amigas”.

O limitado patrimônio de nossa Faculdade resumia-se à joia dos sócios, donativos dos homens da sociedade baiana e das matrículas e mensalidades dos alunos. Somente depois do efetivo reconhecimento da Faculdade pela Presidência da República, o governo do Estado viria a dar um apoio mais significativo. Porém, ainda assim, a arrecadação não era nunca suficiente para cobrir todas as despesas necessárias.

Com menos de dois meses de fundada a Faculdade, recebeu o jovem professor Machado de Oliveira um convite para ensinar na sexagenária Faculdade de Direito do Largo do São Francisco em São Paulo.

Por haver aceito a nomeação de professor substituto em São Paulo, mal dava a nossa Faculdade os seus primeiros passos, muito pouco se o conheceu nos meios jurídicos baianos da época. Nem mesmo entre os estudantes e professores contemporâneos à fundação. Ficava assim, praticamente no anonimato, aquele que mais combateu a inércia para dotar a Bahia de uma Faculdade de Direito, uma instituição de ensino superior que nos fizesse culturalmente independentes dos Estados mais adiantados.

Partiu o nosso jovem e combativo fundador para a cidade de São Paulo, onde fez nome e carreira como professor, jurista e advogado. “Não sei exatamente as razões que o fizeram aceitar a nomeação, deixando a sua terra, onde iniciara a vida de forma tão promissora. Ainda mais afastando-se da casa de que fora o principal criador”, diria o seu sobrinho, o bacharel Waldemiro Montenegro de Oliveira, cinquenta anos depois, em emocionante palestra proferida por ocasião das festividades comemorativas do cinquentenário da fundação da Faculdade.

Partiu Machado de Oliveira para não mais voltar, deixando vaga a sua cadeira de Direito Romano pouco tempo depois de assumi-la. Com a sua partida, também a Secretaria da Faculdade ficaria vaga. Na reunião de Congregação imediatamente posterior, foi substituído na cátedra e na secretaria pelo Prof. Thomaz Guerreiro de Castro<sup>21</sup>.

Machado de Oliveira, de modéstia inata (bem diversa desse revestimento convencional tão comum, que encobre, em regra, vaidades sensibilíssimas), tudo fazia para não aparecer. Nunca teve coragem para voltar à escola que fundou, nem mesmo para uma visita, “temia não resistir à emoção provocada pela onda de recordações que afluiria [...] aumentada pelas inevitáveis demonstrações de carinho com que seria acolhido”.<sup>22</sup>

Morreu na capital do país (Rio de Janeiro) em 18 de dezembro de 1936, tendo se destacado tanto no Rio como em São Paulo, como brilhante professor, emérito jurista e notável advogado.<sup>23</sup>

263

## O RECONHECIMENTO

A precariedade dos meios de comunicação da época e a falta de reconhecimento da nossa Faculdade por parte do governo da República

21 Em seu livro *O ensino do direito da Bahia*, publicado em 1928, em comemoração ao centenário da introdução dos Cursos Jurídicos no Brasil (p. 13), o Prof. Almachio Diniz comete um equívoco, dizendo que o nosso primeiro secretário havia sido o Prof. Thomaz Guerreiro de Castro. Tal afirmativa não procede; não é o que todos os registros históricos da fundação da Faculdade indicam. Isso, porém, vem exatamente comprovar o que se disse sobre o nosso fundador ter permanecido quase que no anonimato aqui na Bahia.

22 Waldemiro Montenegro de Oliveira

23 Para maiores detalhes sobre a vida e a obra de Machado de Oliveira, consultar o *Perfil biográfico de José Machado de Oliveira* de autoria de Waldemiro Montenegro de Oliveira, publicado nos Anais do Cinquentenário. Consulte-se, também, o nosso *A fundação da Faculdade de Direito da Bahia na perspectiva da vida do fundador*.



acarretaram muita dificuldade na inscrição dos alunos que tinham iniciado seus cursos nas Faculdades Oficiais e que queriam dar continuidade aos seus estudos aqui mesmo em Salvador.

Muitas vezes por absoluto desconhecimento da existência de uma faculdade de Direito no Estado da Bahia por parte dos diretores das Faculdades Oficiais, eram rejeitados os requerimentos dos alunos para a expedição das guias necessárias à transferência do curso para a nossa Faculdade.

Em vista disso, e receosa de que os estudantes fossem prejudicados, decidi a Congregação abrir mão de uma parte dos documentos inicialmente exigidos. Para a inscrição desses alunos veteranos, bastaria a simples apresentação de uma certidão que comprovasse não estar o candidato sujeito a nenhuma pena disciplinar que o impedisse de aqui continuar o seu curso.

264

Com essa atitude, a Congregação se desembaraçou provisoriamente de um problema que muita inquietação ainda iria causar no espírito de todos, qual seja, a falta do reconhecimento oficial, por parte do governo da República, de que a nossa Faculdade estaria apta a gozar de todos os privilégios e garantias das Faculdades Federais.

Ressalte-se que, sem estar devidamente reconhecida pelo governo da República, a nossa Faculdade não teria competência para a expedição de diplomas de bacharelado em Direito. Esse pequeno detalhe inviabilizaria até mesmo a sua existência, e arruinaria todo o esforço e dedicação dos nossos fundadores.

Pensavam alguns que, logo que fosse fundada a Faculdade e iniciadas as suas aulas, deveria vir sem demora o seu reconhecimento. Não imaginavam que o governo central não poderia tomar nenhuma decisão irrefletida ou precipitada a esse respeito. De acordo com a lei, era necessário que fosse instaurado um processo administrativo para que se procedesse a uma investigação a fim de comprovar se a nossa Faculdade estava realmente em condições de oferecer um ensino digno ao ponto de fornecer aos seus estudantes diplomas de bacharelado equivalentes aos expedidos pelas Faculdades Oficiais de São Paulo e do Recife.

Os “derrotistas”, como eram chamados, dividiam-se entre os que achavam que a Faculdade nunca seria reconhecida; os que previam uma procrastinação por longo tempo, e os que imaginavam que o Curso só teria

validade para o Estado da Bahia (mais ou menos como acontece, nos dias atuais, nos Estados Unidos).

Esse pensamento dos “derrotistas” estava influenciando de tal modo os nossos conterrâneos, que o não-reconhecimento imediato fez nascer no ânimo dos alunos que não conheciam as disposições no Decreto nº 1.232, relativas ao assunto, o receio de que estavam perdendo tempo. Esses alunos começaram a pensar que deveriam abandonar o curso e continuar os seus estudos nas Faculdades Oficiais.

Como era de se esperar, tal receio deu lugar a que 13 alunos matriculados, que já tinham iniciado seus cursos na Faculdade do Recife, se retirassem de nossa Faculdade, abandonando o curso, e fossem ali continuar os seus estudos.

A desconfiança era infundada, mas plenamente justificável e compreensível, pelos prejuízos irreparáveis que a falta de um reconhecimento a tempo causaria à vida pessoal de cada um, pois o não-reconhecimento até o final do ano letivo invalidaria todos os esforços dos estudantes.

Exatamente por isso, o reconhecimento da Faculdade foi uma das primeiras preocupações de nossa Congregação. Para isso, peticionaram de imediato ao presidente da República<sup>24</sup>, solicitando as providências necessárias.

Na verdade, não era inexplicável essa reação de apreensão por parte de todos; afinal, o reconhecimento das Faculdades Livres por parte do Estado teria uma significação política bem mais profunda do que se imaginava.

Com efeito, como detectou perspicazmente um dos nossos fundadores:

O reconhecimento das faculdades particulares era um passo incommensurável no domínio das instituições liberaes: era quase um arrojado paradoxal em sentido contrário aos nossos hábitos e tradições centralistas; significava a mais preciosa concessão de liberdade à iniciativa local, em que o governo brasileiro iria se despojar do seu exclusivismo interventor, da onnipotência creadora de sua autoridade, consentindo em que as aptidões particulares, reunidas pelo intuito do bem público, elaborassem productos eguaes aos seus.<sup>25</sup>

24 O presidente da República, à época, era o marechal Deodoro da Fonseca.

25 Relatório da Faculdade Livre de Direito da Bahia, relativo ao anno de 1891, apresentado pelo Prof. Eduardo Pires Ramos, director e lente cathedrático.

Essa passagem denota a incredulidade dos cidadãos de fins do século passado de que o Estado centralizador pudesse vir a abrir mão do seu centralismo onipotente, para dar margem a uma valorização da iniciativa privada. O reconhecimento de nossa Faculdade significaria, assim, a confissão, por parte do Estado, de que a iniciativa privada estava apta a gerar produtos tão bons quanto os seus. E esse inusitado avanço era inconcebível até então.

Porém, em que pese tanto receio, tanta incredulidade, a quantidade de alunos inscritos no curso era animadora, assim como sua frequência às aulas.

Seguindo os trâmites legais, previstos no Decreto nº 1.232, após consultar o Conselho de Instrução Superior, o presidente da República nomeou uma comissão para inspecionar os trabalhos da Faculdade. Essa comissão era composta do Des. João Bernardo de Magalhães e do Dr. Satyro Dias.

266

Depois da rigorosa e minuciosa sindicância feita pela comissão, convencido de que a Faculdade apresentava todos os requisitos legais e estava em condição de ser reconhecida, o Conselho emitiu ao presidente o seu parecer favorável ao reconhecimento.

Em vista de tal parecer, baseado no art. 419<sup>26</sup> do Regulamento aprovado pelo já mencionado Decreto nº 1.232, e atendendo à regularidade com que funcionavam os cursos, à idoneidade do seu corpo docente, à respeitabilidade dos nossos fundadores, o governo da República concedeu o título de Faculdade Livre à nossa Escola, com todos os privilégios e garantias de que gozavam as Faculdades Federais, através do Decreto nº 599, de 18 de outubro de 1891.<sup>27</sup>

Era a primeira Faculdade Livre de Direito a ser reconhecida pelo governo da República em todo o território nacional.

O reconhecimento foi comemorado com muita alegria, principalmente porque veio a tempo de aproveitar todo o trabalho realizado durante o ano letivo de 1891. Há indícios históricos, inclusive, de terem acontecido inúmeras festas promovidas pelo corpo de advogados baianos, com a participação de toda a sociedade da Bahia.

Após o reconhecimento, ficaria muito mais fácil requisitar do governo do Estado o auxílio financeiro de que tanto necessitávamos.

<sup>26</sup> O art. 419 do Decreto nº 1.232 está reproduzido em anexo.

<sup>27</sup> Assinaram o referido decreto o presidente Manoel Deodoro da Fonseca e o ministro Des. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, que, por sinal, era baiano e morreu menos de quatro meses depois.

Com efeito, a requerimento do Prof. Eduardo Ramos, diretor da Faculdade, o governador concedeu-nos uma loteria de 1.000:000\$000 (mil contos de réis).

Também o Congresso Estadual faria a sua contribuição. Através da Lei nº 08, de 11 de janeiro de 1892, o parlamento consignou no seu orçamento para o ano de 1892, um subsídio de 25:000\$000 (vinte e cinco contos de réis).

Não era muito, mas o suficiente para que a nossa jovem Faculdade Livre de Direito da Bahia pudesse dar os seus primeiros passos, e ir, a pouco e pouco, conquistando espaço no cenário intelectual do país.

## A VIDA NA FACULDADE

Na Faculdade dos nossos primeiros dias, ministravam-se, em verdade, três cursos: o de Ciências Jurídicas, o de Ciências Sociais e o de Notariado.

O grau de bacharel em Direito habilitava para a advocacia, a magistratura e os “ofícios de Justiça”; o grau de bacharel em Ciências Sociais, para os cargos do corpo diplomático e consular, além dos cargos de diretor, subdiretor e oficial das secretarias do governo e da administração; o título de Notário habilitava para os ofícios de Justiça.<sup>28</sup>

O curso de Ciências Jurídicas tinha a sua duração prevista para 4 anos e o de Ciências Sociais, 3. No primeiro ano, essas duas turmas iniciavam o curso estudando conjuntamente, quando eram lecionadas apenas duas disciplinas, comuns a todos os alunos: *Philosophia* e História do Direito, e Direito Público e Constitucional. Somente a partir do segundo ano, cada turma seguia o seu programa especializado. No entanto, era permitido aos estudantes optar por fazer os dois cursos ao mesmo tempo.

Já o curso de Notariado, tinha a sua duração prevista para apenas 2 anos, uma vez que objetivo era dar apenas uma visão superficial e aligeirada do Direito.

Logo no primeiro ano de funcionamento da Faculdade, 72 alunos estavam matriculados na primeira série; 15, na segunda série; 8, na terceira série; e 7 alunos na quarta.

---

<sup>28</sup> *Diário de Notícias*, 17 de abril de 1891.

Isso perfazia um total de 102 alunos, distribuídos entre os cursos de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais. Desses, conforme os registros, 51 foram aprovados, 48 não chegaram nem mesmo a se submeter aos exames finais, e apenas 3 foram reprovados.

O curso de Notariado, inovação da Reforma de Ensino Benjamin Constant<sup>29</sup>, não teve procura; ninguém se inscreveu para cursá-lo. A única explicação plausível para esse fenômeno é que a lei não condicionava a ocupação de nenhum cargo dos “offícios da Justiça” à obtenção de grau de notário. Em outras palavras, os cargos a que o curso de Notariado habilitava não eram privativos de notários formados, uma vez que qualquer um poderia ocupá-los. Isso era, indubitavelmente, fonte de desestímulo aos estudantes.

As cadeiras e os programas de nossa Faculdade seriam, temporariamente, os mesmos adotados nas Faculdades Federais, com as alterações previstas em lei.

268

Era essa, em linhas gerais, a Grade Curricular que a Faculdade Livre de Direito da Bahia adotou nos seus primeiros momentos:

#### CURSO DE SCIENCIAS JURÍDICAS

- 1º Anno - Philosophia e História do Direito  
Direito Público e Constitucional
- 2º Anno - Direito Romano  
Direito Civil  
Direito Commercial  
Direito Criminal
- 3º Anno - Medicina Legal  
Direito Civil  
Direito Commercial
- 4º Anno - História do Direito Nacional  
Processo Criminal, Civil e Commercial  
Noção de Economia Política e Direito Administrativo  
Prática Forense

---

<sup>29</sup> *Diário de Notícias*, 17 de abril de 1891.

## CURSO DE SCIENCIAS SOCIAES

- 1º Anno - Philosophia e História do Direito  
Direito Publico e Constitucional
- 2º Anno - Direito das Gentes, Diplomacia e História dos Tratados  
Hygiene Publica
- 3º Anno - Sciencia da Administração e Direito Administrativo  
Sciencias das Finanças e Contabilidade do Estado  
Legislação Comparada sobre o Direito Privado

## CURSO DE NOTARIADO

- 1º Anno - Explicação Succinta do Direito Pátrio Constitucional e  
Administrativo, Explicação Succinta do Direito Pátrio  
Criminal, Civil e Commercial
- 2º Anno - Explicação Succinta do Direito Pátrio Processual  
Pratica Forense

269

No exame vestibular, exigia-se o conhecimento de “Portuguez”, “Francez”, “Inglez” ou Alemão, Latim, “Arithmetica”, Álgebra, Geometria, Trigonometria, “Chimica e Physica”, “História Natural”, “Geographia”, “Chorographia do Brasil”, História Universal e História do Brasil.

Era exigência, também, para a admissão, uma idade superior a 14 anos, além de uma imensa burocracia, objeto de constante reclamação por parte dos estudantes, seja pela quantidade de documentos exigidos, seja pela rigidez no exame desses documentos.

O valor de cada prestação mensal era de 50\$000 (cinquenta mil réis). A maioria dos estudantes só fazia estudar. Poucos eram os estudantes que trabalhavam para sustentar os seus estudos.

A frequência às aulas, segundo o costume da época, não era obrigatória, bastando, aos alunos, que obtivessem boas notas nos exames para que fossem aprovados.

Era uma época bem diferente da de hoje. Tudo era bem mais solene e formal. Os professores, invariavelmente, tinham barbas, vestiam sobrecasaca e usavam cartola.

A primeira turma de bacharéis colou grau em 25 de junho de 1892. Foi eleito paraninfo o Prof. Sebastião Pinto de Carvalho, e orador o bacharel José

Pacheco Pereira. Colaram grau na primeira turma formada pela Faculdade Livre de Direito da Bahia a expressiva soma de 13 alunos, que seriam chamados de “os primogênitos” por um professor da época.

Até o fim do primeiro ano de fundada, a biblioteca da Faculdade já contava com 712 volumes comprados ou doados, “entre os quaes existem obras de subido valor, havendo algumas muito modernas”.<sup>30</sup>

Até 1895, esse era o quadro da Faculdade Livre de Direito da Bahia.

A partir de 1896, quando a Faculdade começava a se firmar como uma instituição, muita coisa iria mudar.

O Curso de Notariado, devido à sua baixa procura entre os estudantes, teve que ser extinto. Os cursos de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais foram fundidos em um só: o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, com duração ampliada para 5 anos.

A frequência às aulas, que antes era questão de somenos importância, passou a ser considerada requisito de importância equiparável ao aproveitamento das notas nos exames.

A exigência da frequência às aulas atingiu a todos os estudantes de imediato. Porém, o “direito adquirido” dos alunos veteranos a fazer os cursos em separado, foi respeitado. Ficou, entretanto, ressalvado a esses alunos o direito de optar por fazer o curso conjugado, em 5 anos.

Em 1897, quando a Guerra de Canudos ganhou proporções de crise nacional, a Faculdade de Direito da Bahia estava na infância. Em março do referido ano, no mês fatídico da derrota do Cel. Antonio Moreira César frente aos jagunços de Antonio Conselheiro, o novo centro de estudos jurídicos do Norte do Brasil não completara seu sexto aniversário de funcionamento. Seu corpo docente, constituído por alguns ilustres sabedores do direito, não desfrutava ainda do alto conceito dos mestres da Faculdade do Recife. Seus alunos não passavam de uns calouros diante da moçada de Medicina, o primeiro colégio acadêmico da cidade do Salvador, donde saíam os doutores da Bahia, peritos na arte de curar e exímios também nas coisas de literatura. Até aquele ano, os estudantes de Medicina haviam dirigido as atividades sociais, culturais e políticas da cidade de Tomé de Sousa. Dir-se-ia que a capital baiana, na parte referente às mencionadas atividades, dependia dos rapazes do Terreiro de Jesus e dos caixeiros da Cidade Baixa, com os quais os futuros facultativos dividiam, nem sempre de modo cordial, as tarefas de

---

30 Prof. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro.

ação e reação. Pouco antes da queda da Monarquia, foram eles os ativos participantes das homenagens de caráter político prestadas a Silva Jardim, por ocasião de suas passagens por Salvador, na mesma oportunidade da visita do conde d'Eu. Estudantes que sofreram, na histórica oportunidade, as consequências da violência do poder policial, travestido de gente humilde, de ex-escravos, naturalmente reconhecidos à Lei Áurea, que a esposa do conde francês promulgara. Pois bem, na época da Guerra de Canudos, a liderança política passou das mãos dos estudantes de Medicina para os acadêmicos de Direito. Saiu do Terreiro de Jesus para a Ladeira da Praça. (grifo nosso)<sup>31</sup>

Com as sucessivas derrotas das campanhas militares, que capitulavam frente aos seguidores de Antônio Conselheiro, começou-se a alardeá-los como se subversivos monarquistas fossem.

Todos sabemos que Canudos era uma mera reação, consequência da expansão do capitalismo, numa sociedade que não estava suficientemente amadurecida para recebê-lo. Nada de anti-republicano pairava no seio da população do arraial de Canudos. Eram simples sertanejos ligados pela religiosidade excessiva, sem nenhuma intenção política revolucionária ou reacionária. Com certeza, nem eles próprios tinham consciência de que eram uma ameaça ao mundo capitalista insurgente.

No entanto, a dificuldade e a precariedade com que se transmitiam as notícias na época, fez nascer no espírito nacional, a ideia de que o beato Antônio Conselheiro seria capaz de derrubar, ou pelo menos, abalar as estruturas da recém-criada República. Esse equívoco foi estimulado e manipulado com propósitos politiqueros, afirmando-se levemente que os seguidores do conselheiro eram subvencionados pelo governo da Bahia.

Os estudantes baianos da época, liderados pelos acadêmicos de Direito, indignados com essa nociva desinformação do resto do país, redigiram um manifesto para demonstrar à opinião pública nacional que o grupo de Canudos não era um foco de monarquistas anti-republicanos, nem, muito menos, estava sob o patrocínio do Estado da Bahia para uma retomada do poder.

Esse manifesto, que fora impresso e distribuído pela cidade, continha noventa e quatro assinaturas. Dos signatários, 64 estudantes eram da

---

31 José Calazans.



Faculdade de Direito; 18, da Faculdade de Medicina, e 12, da Escola Politécnica.

O desfecho foi o mais trágico possível. Os soldados, vencedores, massacraram impiedosamente toda a população do arraial de canudos. Não sobrou um só habitante, não deixaram de pé uma casa sequer.

Efetivamente, os jagunços que não morriam em combate, não eram transformados em prisioneiros. Eram todos degolados, sem exceção. Era a prática da famosa “gravata vermelha”.

Mais uma vez, os acadêmicos de Direito indignaram-se; achavam que tal conduta não estava acobertada pelo Direito e insurgiram-se contra as arbitrariedades praticadas em Canudos.

Desta feita, redigiram um protesto, através do qual visavam a “vingar o direito, a lei e o futuro da República conculcados e comprometidos no cruel massacre”. Denunciavam à opinião pública que “[...] aquelas mortes pela jugulação foram uma desumanidade sobreposta à flagrante violação da justiça”.

272

Por ter o protesto um caráter mais impopular, somente os estudantes de Direito o assinaram; foram 41 signatários, todos eles de nossa Faculdade. Inexplicavelmente, os estudantes de Medicina e de Engenharia Civil se abstiveram de apoiar a iniciativa dos Acadêmicos de Direito.

Como se vê, a vida acadêmica da Faculdade de Direito da Bahia sempre foi muito ativa. Os salutareos trotes acadêmicos, através dos quais os “noviços bisonhos” eram “batizados”, fizeram fama e tradição nessa época.

Esse início de século era a fase áurea das famosas “repúblicas”, casas que abrigavam dezenas de estudantes que, vindos do interior do Estado, almejavam, na capital, concluir os seus estudos e obter o cobiçado grau de bacharel.

A Escola era o ponto de referência na vida de todos os estudantes. Os acadêmicos a frequentavam e nela permaneciam por longo tempo, a conversar, a trocar ideias. A vida acadêmica não era apenas um divertimento, mas um estilo de viver, uma filosofia de vida.

A vida cultural também nunca deixou a desejar. Logo em 1893 fora iniciado o primeiro jornal dos estudantes de Direito. Era a Gazeta Acadêmica, que publicou apenas 4 números e era redigida pelos estudantes Trasybulo Ferraz<sup>32</sup>, Mário Tourinho, Oliveira Junqueira, Cícero Campos e Afonso

---

32 Ver nota 16

Fachinetti. Em 1892 teve início a Revista da Faculdade Livre de Direito da Bahia, dirigida pelos professores, que publicou exemplares anuais até 1961, perfazendo um total aproximado de 34 volumes.

A Revista da Faculdade de Direito da Bahia, no longo período que circulou, foi responsável por uma produção acadêmica muito grande em nossa Escola. Por ela iniciaram quase todos os juristas baianos na época. Passada essa fase de 21 anos de obscurantismo causado pelo golpe militar de 1964, talvez seja o momento de recolocar a nossa revista em circulação, resgatando, assim, o hábito do estudo e da pesquisa na nossa Faculdade.

Pode-se dizer o mesmo da revista *Ângulos*, criada e dirigida pelo Centro Acadêmico Rui Barbosa. Seu primeiro volume foi publicado em 1950. Foram 19 volumes de estímulo às pesquisas e estudos jurídicos.

Recentemente, em 1988, os estudantes de nossa Escola, numa louvável iniciativa, e quebrando o jejum cultural de mais de vinte anos, através do Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas, publicam o primeiro volume da Revista do Cepej. Quatro anos depois, em abril de 1991, é lançado o quarto volume dessa revista, como parte das comemorações do centenário da Faculdade.

A influência cultural da Faculdade de Direito do Recife na formação dos juristas de todo o nosso Estado era algo de fascinante. A Faculdade do Recife era fonte quase que monopolista do saber jurídico baiano, que, à época, era formado de pouquíssimos bacharéis oriundos da Faculdade de São Paulo.

O mesmo se dava com o corpo docente de nossa Faculdade, composto, na sua esmagadora maioria, por bacharéis em Direito oriundos da Faculdade do Recife. Talvez apenas dois ou três dos nossos professores haviam se diplomado na Faculdade de São Paulo, e apenas um era proveniente da Faculdade de Coimbra.

Mas essa situação não duraria muito. Apenas 20 anos de fundada, a nossa Faculdade teria a grande maioria de seu corpo docente formada por seus próprios ex-alunos. “Os que nela estudavam, e por ela se formavam, concluíam seus cursos em tais condições que, em um período relativamente breve, a ela voltavam para se submeter a concurso de provas e ser escolhidos mestres substitutos. Mais tarde, conforme as circunstâncias, tornavam-se os catedráticos”.<sup>33</sup>

---

33 M. Paulo Filho, diplomado pela Faculdade Livre de Direito da Bahia em 1909 — Artigo do *Correio da Manhã*, Distrito Federal (Rio de Janeiro), em 18 de abril de 1941.

Registre-se que, com apenas 5 anos de fundada, a nossa Faculdade já contava com um ex-aluno no seu corpo de professores. Trata-se de Francisco Prisco de Souza Paraízo, graduado na 2ª turma, que prestou concurso em 1896 para lente substituto. Seguiram-lhe o exemplo: Guilherme Foepfel, Virgílio José de Lemos, Almachio Diniz, Moniz Sodré, Bernardino José de Souza...

Com efeito, sob a diretoria do Prof. Carneiro Da Rocha<sup>34</sup>, a primitiva Congregação estava quase totalmente substituída. Entraram nesse período (fase propriamente dita do seu desenvolvimento) para docentes da Escola, figuras ilustres, de grande saber jurídico: Filinto Bastos, José Alfredo de Campos França, Francisco Prisco Paraizo, José Macedo de Aguiar, Alfredo Cabussú, Antonio Moniz Sodré, Virgílio José de Lemos, Almachio Diniz, Eduardo Spínola, Ponciano de Oliveira<sup>35</sup>, José de Aguiar Costa Pinto, Amâncio de Souza, João Pedro dos Santos, Bernardino José de Souza e João Américo Garcez Froes.

274

Essa é a fase em que os estudantes daquele tempo tomam gosto pelo estudo do Direito e, em especial, pelas ciências filosóficas. Com Almachio Diniz e Virgílio de Lemos, a Filosofia propendeu para o materialismo. Os autores mais lidos à época eram Haeckel, Darwin, Augusto Comte, Buchner, Spencer e Lamark.

Na primeira *Memória histórica*, redigida em 1892, referente aos mais notáveis acontecimentos do primeiro ano de funcionamento de nossa Escola, está consignado:

Manda a justiça que se consigne nesta Memória que apesar dos vencimentos exíguos que percebiam os professores em effectivo exercício, todos elles se distinguiram pela assiduidade, proficiência das preleções e pelo aproveitamento dos alunos, nada tendo a injejar a nossa Faculdade às Federaes.<sup>36</sup>

34 O Prof. Carneiro da Rocha foi um dos fundadores e o primeiro presidente do Instituto dos Advogados da Bahia (1897-1919); um dos fundadores e, posteriormente, presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; além disso, foi um dos fundadores e, posteriormente, diretor da Faculdade Livre de Direito da Bahia.

35 O Prof. Ponciano de Oliveira era irmão do nosso fundador, o Prof. José Machado de Oliveira, e um dos mais dedicados e conceituados professores desta casa. Sobre sua vida e sua obra, consulte-se o nosso "Ponciano de Oliveira, o Velho Ponciano".

36 A primeira *Memória histórica*, relativa aos acontecimentos de 1891, foi redigida pelo Prof. Des. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro. A última, relativa a 1904, foi redigida pelo Prof. Des. Ponciano de Oliveira

Cinquenta anos depois, esse devotamento beneditino dos nossos professores virou artigo de jornal: “Quase de graça se davam aulas nessa Faculdade. Creio que os vencimentos de um professor, nos primeiros vinte anos, não iam além de duzentos mil réis por mês. Mesmo para uma época em que o câmbio nos era favorável e o mil réis ainda se recomendava interna e externamente, semelhante paga era irrisória. Os professores tinham ofício, como advogado ou como magistrado, mas nenhum deles era rico, senão de inteligência, de espírito e de idealismo. O sacrifício era bem recompensado pela certeza dos mestres em saber que a Escola fora fundada muito mais para os que necessitavam de aprender do que para os que se incumbiam de lecionar.”<sup>37</sup>

Realmente, não muita coisa mudou nesses cem anos! Os professores continuam mal remunerados, e por isso continuam tendo outras ocupações prioritárias (magistratura, advocacia, procuradoria, consultoria etc). Porém, a dedicação, a devoção e a assiduidade dos nossos antigos mestres resultaram em indiferença e negligência com a cátedra. A intensificação da crise brasileira e a inevitável repercussão na área da educação, hoje prioridade apenas como discurso descomprometido, não permitem a mesma dedicação ao ensino jurídico, a não ser por parte de uns poucos.

Em que pesem essas considerações referentes aos baixos vencimentos, os concursos para preenchimento de vagas no corpo docente da Faculdade sempre foram muito concorridos. Existem registros históricos de que os candidatos, no mais das vezes, jovens bacharéis, vindos da magistratura ou da advocacia, empenhavam-se em torneios memoráveis, cada qual procurando revelar maior capacidade de saber jurídico e de métodos pedagógicos.

No período compreendido entre a diretoria do Prof. Carneiro da Rocha e do Prof. Bernardino José de Souza, entraram para o corpo docente da Faculdade João Marques dos Reis, Demétrio Tourinho, Hermes Lima, Descartes de Magalhães, Homero Pires e Edgard Sanches.

Em 1927, ano do centenário da Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil, o governo da República antecipou o início e o fim do período letivo para os alunos matriculados na última série das faculdades de Direito de todo o país. Possibilitou, assim, que todas as turmas colassem o grau de bacharel em *Sciencias Jurídicas e Sociais* no dia 11 de agosto. Realizou-se, em nossa Faculdade, uma sessão solene da Congregação para, conjuntamente,

---

<sup>37</sup> Publicado no jornal *Correio da Manhã*, do Distrito Federal, na edição que circulou em 18 de abril de 1941

comemorar a data e colar grau os bacharéis. Era diretor, nessa época, o Prof. Affonso de Castro Rebelo.

Na gestão do professor Bernardino de Souza, a Faculdade de Direito da Bahia, já cheia de glórias e tradições, entra numa fase de virilidade jamais atingida em toda a sua existência, chegando ao seu apogeu.<sup>38</sup>

O Prof. Bernardino de Souza, aliava, ao seu talento, inteligência e caráter, energia, determinação e firmeza, ingredientes indispensáveis para liderar a nossa Faculdade no maior desafio de sua história. Eleito diretor em memorável sessão da Congregação, em pouco tempo levantaria um magestoso edifício no Portão da Piedade, atual Rua Teixeira de Freitas, somente com os recursos financeiros provenientes de doações dos “homens de boa vontade” da época.

Em sua gestão, entraram Nestor Duarte, Alexandre Machado, Aloysio de Carvalho Filho, Jayme Junqueira Ayres, Clemente Mariani, Orlando Gomes, Clovis Newton de Lemos, Albérico Fraga, Evandro Balthazar e Rogério Gordilho de Faria.

276

Em 1938, quando era diretor o Prof. Filinto Bastos, a Associação Civil “Faculdade de Direito da Bahia” fundadora e mantenedora de nossa Escola, por decisão de sua Assembléia Geral, transformou-se em uma Fundação, que levaria o mesmo nome.

Nasceu, assim, a Fundação Faculdade de Direito da Bahia, instituição sem fins lucrativos, que, nos dias atuais, vem promovendo, com frequência e regularidade, inúmeros cursos de reciclagem na área jurídica e alguns cursos em nível de pós-graduação, contribuindo muito para a difusão do ensino jurídico em nosso Estado.

Na gestão do Prof. Aloysio de Carvalho Filho, entram Aliomar Baleeiro, Adalício Nogueira, Luiz Viana Filho, Antônio Balbino, Lafayette Pondé e Nelson Sampaio<sup>39</sup>.

É em sua gestão que comemoraríamos o cinquentenário da Faculdade de Direito da Bahia. Foram realizadas inúmeras palestras sobre os “mestres do meu tempo” e sobre os 50 anos de glória vividos por nossa Faculdade. Telegramas de toda parte do Brasil e do exterior foram enviados congratulando a passagem da data. Jornais de todo o país publicaram artigos

---

38 O Prof. Bernardino José de Souza foi diretor entre 1929 e 1934, quando reassumiu a diretoria o Prof. Filinto Bastos

39 A gestão do Prof. Aloysio de Carvalho Filho foi entre 1939 e 1946, quando assumiu o Prof. Demétrio Tourinho.

com elogiosas alusões à nossa Escola. A Bahia parou para festejar as nossas “bodas de ouro”.

De tudo o que vem de ser exposto, conclui-se com facilidade que às Faculdades de Pernambuco e de São Paulo cabe a prioridade unicamente no tempo. Durante muitos anos, Bahia, São Paulo e Pernambuco formaram, juntos, um triângulo cultural inestimável.

Em 1946, quando era diretor o Prof. Demétrio Tourinho, nossa Faculdade passou a constituir unidade integrante da Universidade da Bahia, que, mais tarde, com a federalização, seria a atual Universidade Federal da Bahia.

Na década de 1950, nossa Faculdade já era sexagenária. Estávamos sob a firme direção do Prof. Orlando Gomes quando entraram para o corpo docente nomes como Nelson Carneiro, Lafayette Spínola, Estácio de Lima, Josaphat Marinho, Auto José de Castro, Aderbal Gonçalves, Adhemar Raymundo, José Martins Catharino, Pinho Pedreira, Elson Gottschalk, Machado Neto, Raul Chaves, Sylvio Faria, Milton Tavares, Jenner Barretos Bastos, Pedro Manso Cabral e J.J. Calmon De Passos.

Em 1950, a Faculdade passou à condição de estabelecimento subvencionado pelo governo federal. A subvenção, entretanto, mal dava para remunerar os professores com vencimentos iguais aos das outras unidades universitárias. E para assegurar o equilíbrio orçamentário, também recorria-se aos constantes auxílios financeiros da Reitoria da Universidade da Bahia.

Ao perceber que o regime de subvenção não assegurava à Faculdade a necessária independência financeira, o então diretor, Prof. Orlando Gomes, mediante consulta à Congregação, promoveu a federalização de nossa Escola, o que ficou consumado através da Lei 3.038, de 19 de dezembro de 1956.

No Relatório que apresentou à Congregação, referente aos acontecimentos do ano de 1956, o Prof. Orlando Gomes explicava a necessidade de tal medida:

Para os que conhecem as dificuldades de ordem financeira que a Faculdade defrontava, obrigada a um regime de economia de pessoal e de material, com verbas insuficientes para a compra de livros e de material necessário ao seu gabinete de Medicina Legal, mantendo um curso de doutorado com o sacrifício de seus professores, socorrendo-se da Reitoria sempre que necessário se fazia uma despesa de maior vulto, tendo enfim, um orçamento

inferior ao de seções de outras unidades universitárias, a transferência para o Governo Federal do encargo de mantê-la à altura de suas tradições representa, para a Faculdade, a segurança de um futuro tranquilo, sem os vexames de frequentes pedidos de auxílio financeiro e as angústias do desequilíbrio orçamentário, cada ano sofridas.

278

A partir do início da década de 1960, já estávamos estabelecidos no prédio que hoje ocupamos no Campus Universitário do Canela. Desse período para cá entrou a grande maioria dos atuais professores: Alberto Peçanha Martins Jr., Almir Bastos Jr., Amadiz Barreto, Antonio Carlos A. de Oliveira, Antonio Maron Agle, Aristides de Oliveira, Arivaldo Gandarela, Arx Tourinho, Ary Guimarães, Carlos Fraga, Celso Braga, Edson O' Dwyer, Edvaldo Brito, Fernando Macedo, Fernando Santana, Francisco Pondé Sobrinho, George Fragoso Modesto, Geraldo Sobral, Gerson Pereira dos Santos, Hermano Machado, Ivo Braga, João Fróes, Sento Sé, Johnson Nogueira, Rodrigues Pinto, José do Egipto, José Lima Oliveira, José Teixeira, Luiz Viana Neto, Marcelo Duarte, Maria Auxiliadora Minahim, Marília Muricy, Mário Barbosa, Orlando de Faria, Paulo Furtado, Pedro Sampaio, Raimundo Viana, Renan Baleeiro, Sérgio Habib, Thomas Bacelar, Washington Trindade.

E, mais recentemente, em memorável concurso público, realizado aos últimos dias da década de 1980, entraram César de Faria Jr., Nilza Reis, Wilson de Souza, Helcônio Almeida, Gilberto Gomes, Augusto Aras, César Santos, Élsior Moreira Alves, Johnson Meira, Carlos Alberto Araponga.

## SEDES

Conforme anteriormente mencionado, nossa Faculdade germinou a partir de um Curso Particular de Ensino Jurídico que era ministrado pelo jovem bacharel José Machado de Oliveira.

O Curso era ministrado em condições precárias, em locais emprestados ou alugados; enfim, era conduzido sem condições de proporcionar a estabilidade que uma Faculdade exigiria. Primeiro, o nosso jovem advogado se utilizou das dependências da Escola Treze de Maio, na Rua Pão de Lot. Em seguida, ele transferiu o Curso para uma sala na casa onde morava com o sogro, na Rua da Lapa, nº 2.

A Faculdade, logo após fundada, seria uma mera continuação das aulas do “Curso” do Prof. Machado de Oliveira, ministradas aos mesmos alunos desse “Curso”, associados a outros novos que se matriculariam.

As aulas se dariam no 2º andar de um prédio alugado na Rua Visconde do Rio Branco nº 19 (atual Ladeira da Praça). Esta foi, oficialmente, a nossa primeira sede.

Também já foi objeto de comentário, o fato de ter sido nessa mesma casa, de quase duzentos anos, àquela época, que D. João VI, em 28 de janeiro de 1808, assinou a carta régia de abertura dos portos nacionais ao comércio exterior. Essa medida derrubou o pacto colonial no que dizia respeito ao monopólio comercial e era dirigida principalmente à Inglaterra, a única potência que poderia fazer frente ao Bloqueio Continental de Napoleão.

Com apenas 5 anos de inaugurada, nossa Faculdade já tinha condições de realizar o sonho de possuir uma sede própria. Foi assim que, em 1896, saímos do 2º andar do pequeno prédio alugado na Ladeira da Praça para uma suntuosa mansão no Portão da Piedade (Rua Teixeira de Freitas).

Era um antigo solar de propriedade do Dr. Jerônimo Sodré Pereira, que foi transformado em Faculdade de Direito. Um prédio assobradado, estilo colonial, muito claro e bem ventilado. Na frente da casa, existia um pequeno jardim, em cujo centro havia um tanque. Nesse tanque viveu, por muitos anos, um pobre jacaré, que foi martirizado por muitas gerações de estudantes.

E foi nesse ambiente de mudança que essa casa foi palco de um acontecimento inusitado na história da Faculdade: No exagerado zelo pela entrada luxuosa da nova instalação, o diretor, Prof. Sebastião Pinto, julgou de bom alvitre vedar que da entrada principal fizessem uso os estudantes. Somente os professores e visitantes poderiam entrar pela porta da frente. Os alunos não se conformaram em ter que entrar pelos fundos e, diariamente, forçavam a situação para furar o bloqueio da entrada proibida. Quando o clima já estava insustentável, a questão teve que ser levada ao conhecimento da Congregação, e esta manifestou-se contrária à deliberação do diretor. Outra saída não encontrou o diretor que a de renunciar, e assim o fez.<sup>40</sup>

Nessa sede ocorreram as primeiras reuniões do Instituto dos Advogados da Bahia<sup>41</sup>, que, em 1997, também comemorou o seu centenário.

---

40 Prof. Almachio Diniz.

41 Que, na época, se chamava Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia.



Há registros históricos de que era costume os estudantes da época colocarem os seus “nomes gravados à ponta de canivete nas mesas de estudos e nas bancas dos mestres”. Afinal, todos queriam deixar a indelével marca de sua passagem numa escola já de ricas tradições.<sup>42</sup>

Os professores requereram ante os poderes competentes para que a praça em frente à Faculdade recebesse o nome do grande jurista baiano Teixeira De Freitas. Também fizeram parte do movimento na Bahia para que viessem para Salvador os seus restos mortais, que se encontravam no Rio de Janeiro. A intenção era que esses restos fossem conservados no pedestal de um monumento que seria erigido na praça, em sua homenagem.

As aulas prosseguiriam nessa casa por um período relativamente longo. De 1896 até 1928 são trinta e dois anos. Mas o solar, que já era antigo à época da aquisição, depois de algum tempo já não mais seria compatível aos fins a que se destinava.

280

Entre goteiras e infiltrações surgiu uma grande polêmica: o prédio deveria ser reformado e ampliado, ou seria melhor construir uma nova sede especialmente para abrigar a Faculdade? Os recursos eram escassos para qualquer uma das iniciativas, mas algo tinha que ser feito.

Enfim, decidiu-se que essa sede seria demolida para, em seu lugar, a 15 de abril de 1931, inaugurar-se a nova sede da Faculdade de Direito da Bahia (o mesmo prédio que, por enquanto, abriga o Fórum Teixeira de Freitas da Justiça Federal). Nossa sede foi carinhosamente definida, à época, como “um belo bloco de cimento e pedra”.<sup>43</sup>

O prédio foi construído por subscrição popular, através da “Campanha pela Casa do Direito”, organizada pelo então diretor, o Prof. Bernardino José de Souza. O edifício e suas luxuosas instalações custaram aproximadamente 784 contos de réis, uma quantia altíssima à época.

No período compreendido entre os anos de 1928 e 1931, tendo em vista os transtornos da demolição de uma sede para a construção de outra, a Faculdade funcionou provisoriamente na antiga residência particular de Luiz Vianna, na Av. Joana Angélica nº 10 (antiga confluência dessa avenida com a entrada do Tororó).

Essa casa hoje, já não mais existe, foi demolida para a construção de um edifício de apartamentos.

---

42 Tito de Melo de Carvalho Filho.

43 Expressão registrada pelo Prof. Albérico Fraga.

Esses dois longos anos de espera foram amplamente recompensados pela beleza e pela imponência do novo edifício-sede. Alunos e professores comemoraram, juntos, com muita alegria a inauguração da nova “Casa do Direito” em 15 de abril de 1931, no dia em que nossa Faculdade completava 40 anos de existência.

Também essa era uma fase de mudanças políticas, sociais e econômicas em nosso país e em todo o mundo.

No exterior, muita coisa estava acontecendo. Após a Primeira Guerra Mundial, os EUA começam a se tornar uma grande potência. Também o nazismo e o fascismo desenvolvem-se nessa época.

No Brasil, cai a República Velha, com a deposição do presidente Washington Luís, em 1930. Chega ao poder Getúlio Vargas, que em 1937 dá o golpe do Estado Novo e implanta uma ditadura, cuja queda foi em 1945, com a derrota do nazifascismo e o fim da Segunda Guerra Mundial.

É uma época muito marcante, que vai interferir até mesmo na arquitetura de nosso novo prédio, de estilo austero e linhas fortes.

Decorridos apenas trinta anos, e também essa sede já não mais atendia às necessidades crescentes da Faculdade. O mobiliário era antigo; o material de escritório, ultrapassado, e o espaço físico, insuficiente.

Com efeito, em 1961, viemos para o atual prédio, situado entre os bairros da Graça e do Canela, na Rua da Paz. Essa sede, seguindo o exemplo anterior, foi especialmente construída para abrigar a nossa Faculdade.

Segundo o Prof. Orlando Gomes,

[...] a obra prevista destina-se a abrigar a Faculdade na perspectiva do futuro. Terá o novo prédio cinco pavimentos, com uma área coberta de mais de quatro mil metros quadrados. Os auditórios para as aulas terão capacidade para 200 alunos. A Biblioteca comportará 80.000 volumes. Os professores terão escritórios privados. Com capacidade para 600 pessoas, será construída a Aula Magna. A Congregação, o Conselho Departamental, o Diretório Acadêmico, a Associação Atlética e a Associação dos Antigos Alunos serão instalados em compartimentos próprios. Dois amplos gabinetes, um dos quais para o ensino prático de Medicina Legal estão previstos no Projeto. Enfim, o edifício está planejado para satisfazer completamente as necessidades da Faculdade, proporcionando a mestres e alunos um ambiente confortável, no rigor da técnica moderna.

No dia 24 de maio de 1961, o Prof. Nelson Sampaio, proferiu um discurso de despedida da sede do Portão da Piedade, em que, numa feliz comparação, chamou o Prof. Orlando Gomes de “o Bernardino de Souza de 1961”.

Referindo-se à sede antiga disse:

O local era, sem dúvida, impróprio para uma Academia. O novo edifício era uma ilha angustiada num mar de barulhos. Do lado direito, o que hoje se chama Avenida Joana Angélica era um beco de casas pobres, por onde o bonde de Nazaré, vindo pela Piedade, passava espremendo-se entre a nossa Faculdade e um armazém da esquina do lado oposto. Em frente, trafegava o bonde de Barris, vindo da Cidade para esse bairro, atravessando a estreita rua para onde olhava a fachada principal da Escola. Do lado esquerdo, uma viela obscurecia exatamente a biblioteca, já de si escura e acanhada, própria para afugentar leitores e não para criar, entre nós, o hábito, que até hoje continua incipiente, de frequentadores de bibliotecas.

282

Referindo-se à sede nova em tom de profecia, declarou: “Embora a Faculdade esteja planejada para durar muito, o local de estacionamento de veículos pode ficar acanhado em menos de dez anos [...]”

Concluiu: “[...] É como fiéis dessa vocação que nos despedimos desta Casa. Na verdade, deixamos apenas as suas paredes. A sua tradição, o seu espírito, os seus numes tutelares levamos conosco, reunidos numa arca santa que nos seguirá pelos novos acampamentos. Com eles, franquearemos juntos, alunos e mestres, as soleiras da nova morada. Trocamos de casa, não trocamos de ideais”.

A mudança não foi tarefa difícil, uma vez que a nova sede já estaria completamente mobiliada e equipada com móveis e materiais de escritório os mais modernos e funcionais. O espaço físico, também, seria muito maior.

Bastaria que se trouxessem os documentos importantes e os livros da biblioteca. Nenhum móvel seria aproveitado da antiga sede; tudo seria novo, do bom e do melhor.

Era diretor da Faculdade, a essa época, o professor Orlando Gomes (também vice-reitor da Universidade). Foi assessorado pelos professores Albérico Fraga e Nelson Sampaio. O reitor da UFBA era o Prof. Edgard Santos.

O projeto arquitetônico foi de autoria de Décio Machado, que obteve o primeiro lugar em um concurso especialmente realizado para esse fim. A construção foi iniciada em 1957, sob a responsabilidade da Construtora Nilson Costa Ltda, sendo gastos até 1961 aproximadamente Cr\$123.894.697,50, o que não diz muito, haja vista a confusão econômica instaurada no país.

Em 26 de maio de 1961, no dia da inauguração da nova sede, discursou o diretor, o Prof. Orlando Gomes. Representando os quase 500 alunos da Faculdade, discursou o presidente do Centro Acadêmico Rui Barbosa, o acadêmico Edvaldo Brito.<sup>44</sup>

Eis alguns fragmentos selecionados do discurso do Prof. Orlando Gomes:

Do velho sobrado colonial da Ladeira da Praça a este monumento da arquitetura moderna, seten'anos de vida fecunda e gloriosa já fluíram na constância de uma vocação persistente...

Símbolo precursor do Brasil novo na velha Bahia, a Faculdade nova não haverá de ser uma nova arquitetura, vazia de ânimo renovador. Mas seu espírito, intransigente fiel aos desígnios de sua matriz, continuará a preservar, acima de tudo, a liberdade, cultivando-a como um valor fundamental da dignidade humana. Mais do que nunca, precisará doravante defendê-la, e propagá-la, para que as inteligências imaturas, atraídas pelas falsas promessas da servidão, não substituam o diálogo pela polêmica, não troquem o argumento pelo insulto, não abandonem a persuasão pela intimidação sectária.

Mudando de casa, não muda de voz a Faculdade...

Nesse momento, entrego a Faculdade a seus legítimos usufrutuários — os estudantes de Direito. Para que a desfrutem. Para que a conservem. Para que a engrandçam.

## MENSAGEM FINAL

Seria ocioso (e arriscado) citar todos os nomes dignos de nota que têm passado pela Faculdade de Direito da Bahia. Através de inúmeras gerações, alunos que se tornaram mestres, deram e continuam a dar contribuição

---

44 Futuro professor da Faculdade de Direito da Bahia.

valiosa ao patrimônio intelectual de nosso país. Assim é a nossa Faculdade, esse misto salutar de pensamento e ideal que a tornaram grandiosa.

As figuras que constroem a história de nossa Escola estão sempre a se renovar, assim como as nossas sedes. Porém, o valor moral e científico da Faculdade de Direito da Bahia deve ser preservado num ritmo sempre crescente, em que pesem as dificuldades de toda ordem que nos atinge.

Daí podermos vislumbrar a imensa responsabilidade dos atuais e dos futuros professores e alunos desta casa na sucessão de antigos mestres e mestres desses mestres, em continuar um trabalho que tanta credibilidade tem trazido ao nosso Estado.

A nossa Escola passa por um momento difícil, como de resto passam diversas instituições no Brasil. É uma fase cheia de indefinições e incertezas. Confiamos, porém, na superação de todas as dificuldades como consequência de um gradual amadurecimento na consciência política nacional.

284

Já se disse que “um passado de glória vale tanto quanto um futuro de esperança”. Nós temos ambos, e, ainda para aqueles que perderam a esperança, resta-lhes — e isso ninguém pode nos tirar — o passado glorioso que construímos. Que tenham força aqueles que acreditam no futuro!

Podemos ver que a semente plantada por Machado de Oliveira e germinada com o calor apaixonado de tantos mestres, tornou-se essa frondosa árvore que está diante de nós, germinadora de tantas outras sementes, e tantos filhos ilustres, o que só engrandeceu a vida cultural de nosso país.

Temos um passado a zelar, temos um passado para nos orgulhar; Mas, acima de tudo, temos um futuro a construir.

Num momento difícil como este que o Brasil atravessa, devemos ser ainda mais fortes e, com os olhos fitos no futuro, sem dar as costas ao passado, devemos dar prosseguimento aos acontecimentos, sempre contando com pessoas que realmente trabalham com amor e dedicação, o que não falta, nem nunca faltou, nesta Casa, nesta nossa Casa.<sup>45</sup>

---

45 Antonio Gidi, Faculdade Livre de Direito da Bahia, publicado na Revista do Cepej, n. 1, p. 63.

## ANEXO: Decreto nº 1.232, de 02 de janeiro de 1891

art. 419 Aos estabelecimentos particulares que funcionarem regularmente poderá o governo, com audiência do conselho de instrução superior, conceder o título de faculdade livre com todos os privilégios e garantias de que gosarem as faculdades federaes.

As faculdades livres terão o direito de conferir aos seus alumnos os grãos academicos que concedem as faculdades federaes, uma vez que elles tenham obtido as approvações exigidas pelos estatutos d'estas para a collação dos mesmos grãos.



*Celi Zülke Taffarel<sup>1</sup>*

## O DESAFIO E O FARDO DO TEMPO HISTÓRICO<sup>2</sup>

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontaram diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (MARX, 1978, p. 329)

Nada mais próprio do que escrever sobre a Faculdade de Educação<sup>3</sup> da Universidade Federal da Bahia (Faced/UFBA), no momento em que estamos comemorando os seus 40 anos de criação. Buscamos recorrer à

---

1 Professora Dra. Titular da Faced/ UFBA — Pesquisadora Nível 1D CNPq. Diretora da Faced/UFBA, gestão 2008-2011.

2 Este título me foi sugerido pela leitura da obra de István Mészáros (2007), O desafio e o fardo do tempo histórico.

3 O presente texto foi escrito a muitas mãos de colegas professores, estudantes, técnico-administrativos e gestores que colaboraram com informações, dados, fontes, minutas, a quem agradeço. A sua construção só foi possível porque antes de receber esta forma significou vidas e mais vidas dedicadas a criar, implementar, materializar o que hoje conhecemos como a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (Faced/UFBA).



história não simplesmente para “[...] descobrir o passado, mas explicá-lo, e, ao fazer isto, fornecer um elo com o presente”. (HOBESBAW, 1998, p. 229) Estamos mergulhados na história como um peixe na água, nos diz o historiador, e vivemos em circunstâncias de desintegração social e política quando é evidente o declínio do processo civilizatório e a ascensão da barbárie. Em meio a este processo encontra-se a Faced. Do ano de 1969, período duríssimo do regime militar, à atualidade, período duríssimo de implementação das forças destrutivas do capital como o são as políticas neoliberais e seus ajustes estruturais, um breve tempo se passou. Percorridos 40 anos — 1969/2009 — neste contexto, podemos ter a real dimensão do que significou a existência desta Faculdade. Constatamos, não só pela sua permanência física, mas pelo que vem produzindo e formando ao longo dos anos. Verificamos um legado relevante para a região que deve ser mantido, preservado, aprimorado, tanto em sua estrutura gerencial e organizacional, quanto em suas funções sociais naquilo que tem de melhor. Ao mesmo tempo, deve-se afirmar a relevância social do ponto de vista do tempo histórico, o que implica recorrer à sua trajetória como acontecimento social e realizar o balanço crítico do que foi ou não realizado. Os homens e as mulheres responsáveis pela sua construção e que continuam este percurso de fortalecimento (Anexo A) são os principais sujeitos a receberem o legado deixado por gerações passadas. Foram e são eles que imprimem uma dinâmica à estrutura desta instituição, seus professores, estudantes, funcionários técnico-administrativos, que, de acordo com as determinações das circunstâncias ao longo do tempo, estão fazendo a sua história e demarcando o seu papel na UFBA, no Estado da Bahia, no Nordeste do Brasil e na sociedade brasileira.

## O PRIMEIRO PERÍODO — A ORIGEM

A origem da Faculdade de Educação data da legislação de 1968, Lei nº 5.540 da Reforma Universitária, que fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências, e do Decreto nº 62.241, que na Bahia, em fevereiro de 1968, reestrutura esta Universidade, determinando o desmembramento dos diversos cursos existentes na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, surgindo a Faculdade de Educação para o

ensino profissional e a pesquisa aplicada, no ano de 1969, com regimento aprovado em 1970.

Assim, o primeiro prédio em que funcionou a Faculdade de Educação foi o da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, situado no bairro de Nazaré, onde atualmente funciona o Ministério Público. Sua instalação foi em 1969, tendo como primeira diretora a professora. Leda Jesuíno dos Santos. Em 1974, na gestão do reitor Lafayette Pondé, a Faculdade começou a funcionar em prédio próprio no Campus Canela, permanecendo até hoje.

Com essa transferência alguns cursos deixaram de funcionar na Faculdade de Filosofia. Inicialmente, outras cadeiras (como eram designadas) foram transferidas para outras unidades como Matemática, Geociências, Física, Química, Biologia, ficando naquela Faculdade apenas os cursos de Educação e Letras. Instalada no ano de 1969, a Faced representou, desde o seu início, um desafio,”[...] significando a exigência da demanda de um país em busca de uma resposta na árdua seara das indagações educacionais”, de acordo com palavras textuais da professora Leda Jesuíno dos Santos.

289

Para a sua constituição foram absorvidos o antigo Departamento de Pedagogia e das diversas didáticas especiais existentes na Faculdade de Filosofia, além de outros programas mantidos pela UFBA. Esses programas desenvolviam atividades de treinamento e aperfeiçoamento de professores em Ciências, Matemática e Línguas.

O primeiro regimento da Faculdade de Educação data da década de 1970 e previa, na sua estrutura, a Congregação, o Conselho Departamental, Diretoria, Departamentos, Centro Pedagógico Reitor Miguel Calmon. Atualmente, por deliberações anteriores das Congregações, está constituída pela seguinte estrutura organizacional: Congregação, Diretoria, Departamentos, Cursos de Graduação, Cursos de Especialização, Pós-Graduação com suas cinco linhas, Grupos de Pesquisa, que somam hoje 21 núcleos de ensino, pesquisa, extensão e especialização. Conta também com o Centro de Educação Física e Esporte (Cefe), articulado ao Departamento III, Educação Física. Quanto aos serviços administrativos, atividades-meio, a Faculdade contou inicialmente com uma Administração Geral, Administração Didático-Pedagógica e uma Administração Contábil e de Orçamento. Esta estrutura veio sendo alterada e receberá uma nova redação no Regimento Interno, a ser amplamente discutido e posteriormente aprovado nas instâncias competentes.

A Faced, nos primeiros anos, estruturou-se em quatro departamentos: Fundamentos da Educação, Administração Educacional, Didática e

Metodologia das Ciências Humanas e Didática e Metodologia das Ciências Experimentais e Matemática. Em 1975, ocorreu a fusão dos dois primeiros, originando o atual Departamento de Educação I, vinculado aos fundamentos da educação, e os dois últimos formaram o Departamento de Educação II, vinculado à didática e práticas de ensino. O Departamento III (Educação Física) foi incorporado à Faculdade de Educação em 1986. A história destes departamentos, seus perfis em cada uma das décadas vividas, bem como a produção acadêmica, pode ser resgatada nos registros internos da Faculdade, disponíveis em seu Centro de Memória, e também, nos *curricula vitae*, muitos dos quais disponíveis na Plataforma Lattes do CNPq.

Os núcleos de ensino existentes na instituição continuaram suas atividades, a saber:

290

- a) Pedagogia com os professores Leda Jesuíno dos Santos, Antonio Pithon Pinto, Jandira Simões, Dilza Maria Andrade Atta, Iracy Silva Picanço, entre outros. O professor Edivaldo Machado Boaventura foi o primeiro Coordenador do Colegiado de Pedagogia;
- b) Centro de Ensino de Ciências da Bahia (Ceciba), posteriormente Programa de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores de Ciências Experimentais e Matemática (Protap), com os professores Alda Pêpe, Felipe Serpa, Hermes Teixeira de Melo, entre outros;
- c) Grupo de Linguística aplicada ao ensino de Português, coordenado pelos professores Joselice Macedo Barreto e Judith Mendes.

Destaca-se o Colégio de Aplicação, que funcionava na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e que foi criado pelo Decreto-Lei nº 9053, de 13 de fevereiro de 1944, iniciando seu funcionamento em 1º de fevereiro de 1949 sob a direção do professor Isaías Alves. O surgimento dessa instituição decorreu de uma Portaria Ministerial que obrigava as faculdades de filosofia a manter uma escola anexa para que os futuros professores pudessem realizar seu estágio de treinamento profissional. Desde a sua fundação até o ano de 1966, o Colégio funcionou junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Nazaré,

quando em 1967 foi transferido para o bairro do Canela, passando a denominar-se Colégio de Aplicação Reitor Miguel Calmon. Em 1969, vinculou-se à Faculdade de Educação, com a denominação de Centro Pedagógico Reitor Miguel Calmon.

O Colégio de Aplicação funcionou junto à Faculdade de Educação até o reitorado de Lafayette de Azevedo Pondé, no quadriênio 1971-1975, quando foi desativado. Apesar da luta da professora Leda Jesuíno pela continuidade de seu funcionamento, o Aplicação foi extinto, sob o argumento de que estaria sendo elitizado e que existiam vários colégios da rede estadual para cumprir o papel desenvolvido por ele. Uma das justificativas apresentadas para a extinção estava no crescimento do número de alunos que acorriam para as licenciaturas, aumentando significativamente o contingente de estágios e que o Centro não tinha capacidade de atender adequadamente essa demanda.

Na década de 1970 foi firmado um acordo UFBA-Faced-SEC para possibilitar a utilização da rede estadual de ensino como campo de estágio dos futuros professores, quando a Faced sediou o Serviço de Coordenação de Estágio, regulamentado e aprovado pelo Conselho Departamental em 4/7/1970. O professor Maurício José Raynal foi eleito o primeiro coordenador do Serviço de Estágio.

291

## SEGUNDO PERÍODO — A CONSOLIDAÇÃO

Podemos constatar a consolidação da Faced através da instalação de seus cursos de graduação e pós-graduação e das atividades de pesquisa e extensão. Relatórios anuais demonstram o quanto esta Faculdade, com a responsabilidade de promover a formação pedagógica de todos os cursos de licenciatura da UFBA, vem sendo permanentemente instada a participar das discussões sobre a formação docente, tema constante nas pautas de todos os debates na área educacional no Brasil como um todo, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entre 1969 e 1988 decorreu uma intensa batalha pela redemocratização do país. Neste ínterim, fatos significativos foram registrados, grandes eventos realizados, visitantes recebidos, pesquisas desenvolvidas, conflitos enfrentados, repressões sofridas. Mas nos fica o registro dos movimentos realizados, não somente no interior da Universidade,

também na Bahia e no Brasil, destacando-se o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Dos embates travados, resulta um novo ordenamento legal para a educação na década seguinte, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e, posteriormente, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

A Faced buscou responder às demandas teóricas e práticas postas em cada período histórico e expressas nos cursos de formação de professores, através do ensino das disciplinas pedagógicas, como a Didática, as Metodologias de Ensino específicas das licenciaturas, e também através das disciplinas voltadas para a fundamentação teórica do campo pedagógico.

292

## TERCEIRO PERÍODO — AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS

As mudanças estruturais ocorreram paulatinamente, sob pressão externa e interna. Externamente, pesaram as políticas neoliberais implementadas nas universidades brasileiras — a terceirização dos serviços, a precarização do trabalho docente, as alterações da arquitetura curricular, as flexibilizações, a privatização interna, a perda da autonomia. Internamente, em constante conflito e confronto, as forças de manutenção do status quo e as forças inovadoras.

Atualmente, a Faced compõe-se dos cursos de Pedagogia, Ciências Naturais, Educação Física, Formação Pedagógica dos Licenciandos da UFBA, além do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado; recentemente, em 2008, foi constituído o curso de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento, em nível de Doutorado.

## BREVE HISTÓRICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Os cursos de graduação regulares, permanentes, são três: Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Educação Física e Ciências Naturais.

## O CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

O curso de graduação em Pedagogia da UFBA foi criado em 1941, com as modalidades de Bacharelado e Licenciatura, tendo como função preparar professores para as Escolas Normais, bem como formar quadros técnicos para atuar nos sistemas de ensino. Em 1968, foi criada a Faculdade de Educação que absorveu tanto o Departamento de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, onde o curso se alocava, a formação pedagógica oferecida para as Licenciaturas. Desde então, o curso foi fortemente marcado pelas habilitações em Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Magistério das Matérias Pedagógicas instituídas pela legislação do extinto Conselho Federal de Educação, com o propósito de formar quadros profissionais capazes de atuar no Magistério do Curso Normal, na Supervisão Escolar e na Orientação Educacional e outras áreas de atuação que não foram adotadas pela UFBA.

293

Trinta anos depois, visando a reformular o currículo de Pedagogia em consonância com as demandas contemporâneas do mundo do trabalho educacional, o Colegiado de Pedagogia da UFBA assumiu a responsabilidade de refletir sobre o desafio de fomentar, na formação do pedagogo, um padrão mais exigente de competência teórica e profissional, que evitasse as limitações e as inconsistências da antiga formação dos “técnicos em assuntos educacionais” ou “especialistas em educação”. A nova proposta de currículo contemplava as competências definidas no artigo 64 da Lei nº 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, voltadas para a formação do pedagogo. Reestruturado em 1999, o currículo do curso passou a formar um profissional que sintetiza a antiga formação especializada e por habilitação (Administração Escolar, Orientação Educacional, Supervisão Escolar etc.) oferecendo ao egresso uma formação mais generalista e flexível.

A terceira reestruturação se deu em decorrência das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, o que somente ocorreu em 2006. Em função das disposições contidas na Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia — licenciatura —, uma nova reformulação curricular foi elaborada, encontrando-se, atualmente, em implantação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Pedagogia, aprovadas em maio de 2006 pelo Conselho Nacional de

Educação, representaram a hegemonia das teses defendidas pela comunidade universitária: a extinção do Curso Normal Superior e atribuição ao curso de Pedagogia a missão de formar os professores dos primeiros anos de escolarização. Essas Diretrizes renovam a formação do pedagogo, ao fundamentá-la na docência da Educação Infantil (EI) e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Sief) e exigem que todos os cursos de Pedagogia no país ajustem seu projeto pedagógico ao modelo/perfil que elas prescrevem.

Com a exigência de reformulação do currículo de Pedagogia em conformidade com as novas DCN, o Colegiado foi instado a fazer uma intervenção no currículo, mudando o centro de gravidade do curso para a formação de professores da Educação Infantil (creche e pré-escola) e do primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Submetido à Câmara de Ensino de Graduação, um novo projeto pedagógico foi aprovado pelo Parecer nº 1017, de 11 de novembro de 2008, e começou a ser implantado no primeiro semestre de 2009.

294

Embora seja imperiosa a necessidade de formar profissionais capazes de, entre outras coisas, ensinar crianças, jovens e adultos e de produzir e apreciar criticamente uma literatura referente a essa especialidade de docência, pode-se considerar, também, que o curso não deve renunciar à sua vocação histórica para a gestão educacional e muito menos renunciar ao domínio do patrimônio cultural que chamamos de “ciências da educação”. Tal patrimônio, que fundamenta os conhecimentos dos processos educativos, de seus atores e de seu contexto, é indispensável à pesquisa do fenômeno educativo e à produção e apreciação crítica da literatura educacional. Com isto, o currículo da graduação em Pedagogia da UFBA, ora em fase de implantação, visa, ao mesmo tempo, a uma sólida fundamentação teórica no campo educacional, ao desenvolvimento de habilidades relacionadas com a investigação científica, assim como para o exercício da gestão educacional e uma profissionalização competente e atualizada para a atuação na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Atualmente, ingressam no curso de Pedagogia 120 alunos, 80 no primeiro semestre e 40 no segundo semestre; formando-se, por semestre, em média, de 70 a 75 profissionais.

## O CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS NATURAIS

O curso de Ciências Naturais originou-se com a implantação da Licenciatura curta em Ciências e Matemática para o 1º grau, em 1965. Em 1999, passou para a condição de licenciatura plena, recebendo um grande número de egressos, a fim de planificar seu currículo. A existência de grande demanda por formação de profissionais para o ensino fundamental interferiu na implantação deste curso, que possui uma diversidade de conteúdos nas áreas de Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Filosofia, Antropologia, Saúde e Educação. Anualmente, ingressam 80 alunos, formando-se em média 35 profissionais por ano. O curso encontra-se em fase de reestruturação curricular e atende, no presente, todas as Licenciaturas da Universidade diante de sua grade multirreferencial.

## O CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

295

O curso de Educação Física, que era, anteriormente, vinculado à Reitoria através da Superintendência Estudantil, passou a integrar a Faculdade de Educação a partir de 1986, constituindo um terceiro Departamento. Até então, o curso congregava os docentes da área que atendiam todos os cursos da Universidade. Está inserido na área de ciências humanas, e na Faculdade de Educação teve grande impulso com o aumento significativo da qualificação de seus professores. Atualmente, a meta é, na reestruturação da UFBA, a constituição de um Instituto próprio de Educação Física, Esporte e Lazer, no espaço onde hoje funciona o Centro de Educação Física, Esporte e Lazer, com reformulação do curso diurno, abertura do curso noturno, abertura do programa de pós-graduação, incremento da pesquisa e um vigoroso programa de extensão que trate desde projetos e programas nas escolas, movimentos de luta social do campo até grandes eventos esportivos.

## FORMAÇÃO PEDAGÓGICA NAS DEMAIS LICENCIATURAS DA UFBA

Os alunos da maioria dos cursos de licenciatura oferecidos nesta Universidade realizam a sua formação pedagógica nos departamentos da



Faculdade. O Departamento de Educação I oferece principalmente as matérias Organização da Educação Brasileira e Psicologia Aplicada à Educação, enquanto o Departamento II oferece Didática Geral e as Metodologias e Práticas de Ensino específicas. O Departamento III (Educação Física) oferece somente as optativas.

## ATIVIDADES CURRICULARES EM COMUNIDADE (ACCs)

A Faculdade primou pela participação, no final da década de 1990, no Projeto UFBA em Campo. A partir do ano 2000 este programa sofreu uma transformação, e na gestão do pró-reitor professor Paulo Lima, tivemos as ACCs (Atividades Curriculares em Comunidade). Foram inicialmente oferecidas pela Faced as seguintes ACCs: EDC 454 — Alfabetismo e Desenvolvimento Humano; ACC 455 — Projeto Paraguaçu: construindo a comuniversidade; ACC 456 — Ações Interdisciplinares em Áreas de Reforma Agrária; ACC 462 Teatro — Educação; ACC EDC 463 — Memória Cultural e Iconográfica Kiriri; ACC EDC 464 — O Ensino e a Pesquisa na Roda de Capoeira; ACC EDC 465 — Cultura Corporal e Meio Ambiente.

296

## CURSOS DE GRADUAÇÃO ESPECIAIS PARA PROFESSORES EM EXERCÍCIO

Aos longos desses 40 anos a Faced vem desenvolvendo programas e projetos para atender a demanda de alfabetização de jovens e adultos, de elevação da escolarização e formação de professores em exercício. Destacam-se aí o Programa Especial de Educação para o Servidor Público (Proesp), o Programa de Alfabetização Solidária e os projetos desenvolvidos no Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária (Pronea). Atualmente se consolida esta linha de ação através de quatro cursos para a formação continuada de professores, a saber: Projeto Salvador, Projeto Irecê, Projeto Tapiramutá e a Licenciatura em Educação do Campo. Estes quatro cursos são orientados por um Colegiado que tem acento na Congregação da Faculdade.

Na área da Educação do Campo a Faculdade desenvolve atualmente o curso de Licenciatura em Educação do Campo, projetos no Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária (Pronea), para elevar a escolarização e formar educadores do campo, ACCs — Atividades Curriculares em Áreas de Reforma Agrária.

Além das atividades de ensino na graduação, a Faced desenvolve a extensão universitária que tem por objetivo materializar o tripé ensino-pesquisa-extensão. As ações objetivam interagir com as populações de diferentes territórios da Bahia e do Nordeste, colocar à disposição da comunidade externa, o conhecimento desenvolvido pela instituição no campo do ensino e da pesquisa, promovendo o intercâmbio imprescindível nas relações entre universidade e sociedade. O setor hoje é informatizado através do Sistema de Registro e Acompanhamento de Atividades de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão (Siatex). São oferecidas aproximadamente 50 atividades por ano, considerando palestras, projetos, programas, seminários e demais eventos técnico-científicos.

## GRUPOS DE PESQUISA

A origem dos atuais Grupos de Pesquisa da Faced está relacionada com a história dos pesquisadores inseridos na instituição, e também com os núcleos que existiam na Faculdade, e com a delimitação de objetos investigativos, problemáticas científicas delimitadas, referencial teórico escolhido, equipes formadas e projetos e programas desenvolvidos. É possível rastrear pelos currícula vitae dos pesquisadores, disponíveis na plataforma dos Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq, membros dos grupos. Vem sendo construída, assim, a ciência da educação, educação física, esporte e lazer na Faced. No presente, a maior parte dos Grupos de Pesquisa da Faced estão na Pós-Graduação associados às seguintes Linhas de Pesquisa: 1. Currículo e (In) Formação; 2. Filosofia, Linguagem e Práxis Pedagógica; 3. Políticas e Gestão da Educação; 4. Educação e Diversidade; 5. Educação, Cultura Corporal e Lazer. Estes Grupos são os seguintes: Centro de Estudos Sobre Recreação, Escolarização e Lazer em Enfermarias Pediátricas (Cerelepe); Cotidiano, Resgate, Pesquisa, Orientação (Corpo); Ensino Médio, Trabalho e Educação Profissional (Emetep); Grupo de Estudo Sobre Formação em Exercício de Professores (FEP); Currículo, Complexidade e Formação (Formacce) -

Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC); Epistemologia do Educar e Práticas Pedagógicas (Geepp); Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Matrizes Antropofagia e Educação (Gepemae); Grupo de Estudo em Filosofia, Gênero e Educação (Gefige); Grupo de Pesquisa Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (Geine); Educação Linguagem (Geling) ; Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Ludicidade (Gepel); Política e Gestão da Educação (Gestão); Grupo de Pesquisa Interinstitucional de Pesquisa em Multirreferencialidade e Educação (Grime); História da Cultura Corporal, Educação, Esporte, Lazer e Sociedade (HCE); Laboratório de Epistemologia Genética (LEG); Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (Lepel); Mídia-memória, Educação e Lazer (Mel); Núcleo de Estudo em Ciências e Educação Ambiental (Necea); Núcleo Temático Trabalho e Educação (Nute); Rede Cooperativa de Pesquisa e Intervenção em (In)formação, Currículo e Trabalho (Redpect) (parceria com o ICI/UFBA).

298

## PÓS-GRADUAÇÃO

Quando se criou a Faculdade de Educação (68/69), o reitor Roberto Santos solicitou ajuda da Unesco através de Jean Labbens, para montar um Centro de Formação de Professores, que viria a se transformar no embrião do curso de Mestrado em Educação. Foi iniciado pela professora Shirley Gordon e, posteriormente, definido como Mestrado em Educação, autorizado pela UFBA, coordenado pela professora Maria Azevedo Brandão, tendo recebido vários técnicos internacionais para sua constituição, e funcionou na Escola de Enfermagem. Com a transferência da Faced para o Vale Canela, em 1974, o curso passa a funcionar no mesmo prédio, sendo efetivamente credenciado em 1979.

O Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (PPGE) foi criado em 1971, na Faced, com o objetivo de capacitar prioritariamente o pessoal docente das faculdades de Educação para o exercício de suas funções. O projeto inicial do curso consistia na capacitação em serviço. À época, inscreveram-se os docentes de faculdades da Bahia, Sergipe e Alagoas, com ingresso automático, e que deveriam realizar o curso no máximo em três anos, prazo que incluía a elaboração da dissertação. O programa contou no começo com a colaboração de professores estrangeiros visitantes vinculados

ao projeto Unesco/BRA/70/10 e, em 1972, obteve colaboração do Conselho Britânico.

No início, o Mestrado em Educação possuía uma área de concentração — Pesquisa Educacional, que teve sua definição em 1972. Uma nova concepção passou a ser adotada em 1975, ampliando essa área de atuação para Ensino e Ciências Sociais Aplicadas. Esta configuração permaneceu até a reforma curricular realizada no período de 1983 a 1987, quando essas áreas foram fundidas em uma: Educação Brasileira.

Com o desdobramento e evolução da pós-graduação, ao longo dos anos 1980, cresceu a ideia de criação e implantação do curso de Doutorado em Educação, primeiramente, pensado para ser regional, com etapas realizadas na UFBA e outras em universidades da região. Entretanto, esta ideia não foi concretizada e, em 1992, foi implantado o Doutorado em Educação, com base na docência e produção científica.<sup>4</sup> Posteriormente, a unificação do Mestrado com o Doutorado em Educação teve como princípios a flexibilidade curricular, a interdisciplinaridade e a integração ensino-pesquisa. Ao longo de sua existência, este programa vem contribuindo para a qualificação de docentes de universidades do Estado da Bahia, parte da região Nordeste, e também na formação de profissionais que vêm ocupando cargos de direção em órgãos dos sistemas federal, estadual e municipal de ensino.

Nesse período, foi acumulada uma significativa experiência em matéria de estudos avançados, comportando-se como um importante centro de pesquisa educacional do Nordeste e do Brasil. Em 1994, este Programa firmou convênio com a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), iniciando a primeira turma de mestrado, visando à implantação, num futuro próximo, de um programa de pós-graduação naquela Universidade.

Ao completar 15 anos, o atual PPGE expressa seus objetivos nos seguintes tópicos:

- a) formação de pesquisadores para as instituições, de modo mais geral;
- b) desenvolvimento da atividade de pesquisa educacional, de modo a apreender mais significativamente o recorde da educação no contexto sociocultural;

---

4 Dados fornecidos pelo professor Edivaldo Machado Boaventura e também obtidos em seu livro *As etapas do doutorado*.

- c) interação entre pesquisadores reconhecidos, pesquisadores em formação, profissionais que trabalham no campo educacional e estudantes;
- d) produção de conhecimentos a partir de análises de situações concretas no campo da educação e suas relações com a sociedade;
- e) produção de referenciais teórico-metodológicos para a compreensão do processo educativo e das relações educação-sociedade.

O PPGE está estruturado na área de concentração Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica, com as seguintes Linhas de Pesquisa: 1. Currículo e (In) formação; 2. Filosofia, linguagem e práxis pedagógica; 3. Políticas e gestão da educação; 4. Educação e diversidade; 5. Educação, cultura corporal e lazer.

300

O Programa vem contribuindo para a qualificação de docentes do Estado da Bahia e ainda de parte das regiões Norte-Nordeste. É considerado hoje um centro de referência no ensino, na pesquisa e na extensão universitária, pois acumulou grande experiência em matéria de estudos avançados, comportando-se como um importante eixo de pesquisa educacional no Nordeste. Como representação disso, encontra-se disponibilizado na página da UFBA a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>5</sup> que contém, atualmente, 185 títulos em texto integral da produção da Pós-Graduação em Educação, além de um catálogo com os resumos de todas as dissertações de mestrado e as teses de doutorado já defendidas e aprovadas.<sup>6</sup>

O PPGE conta com 41 professores entre permanentes e associados, além de visitantes estrangeiros, que atuam nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. São profissionais reconhecidos na comunidade acadêmica pela participação ampla e constante em congressos e encontros de pesquisa, e pelo valor de suas produções científicas. Em 1999, contávamos com 15 professores na categoria NRD6, ou seja, com uma dedicação entre 30 e 60 por cento no Programa caracterizados pela sua participação em pesquisas, aulas, orientação e publicações periódicas. Em 2000, passamos a ter 23 professores na NRD6 integrados nos eixos articuladores da proposta atual.

Durante este período o Programa diplomou 523 mestres e 182 doutores, segundo dados de dezembro de 2008, contribuindo para a qualificação de docentes que passaram a desenvolver suas atividades em universidades do

5 Implantada na UFBA em março de 2005, que pode ser consultada neste endereço: [http://www.bdttd.ufba.br/new\\_bdttd.htm](http://www.bdttd.ufba.br/new_bdttd.htm)

6 [www.faced.ufba.br/faced\\_posgrad.html](http://www.faced.ufba.br/faced_posgrad.html)

Estado da Bahia e do Nordeste, e também de profissionais que passaram a ocupar cargos de direção em órgãos dos sistemas federal, estadual e municipal de ensino. Atualmente, no Mestrado, o PPGE oferece 56 vagas para alunos brasileiros e quatro para estrangeiros. No Doutorado, 40 vagas são disponibilizadas para alunos brasileiros e duas para estrangeiros.

## PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

A proposta deste Programa resulta da construção coletiva de um grupo de pesquisadores que instituiu a Rede Interativa de Pesquisa e Pós-Graduação em Conhecimento e Sociedade (RICS), motivados pela convergência de estudos interdisciplinares que realizavam sobre a relação conhecimento-sociedade, mais especificamente relacionados com os processos de difusão e compartilhamento do conhecimento na sociedade contemporânea. As raízes deste programa datam de junho de 2003, quando um grupo de pesquisadores da UFBA (Redpect) e do LNCC (que desenvolviam pesquisa sobre a relação conhecimento-sociedade: Gestão do Conhecimento no Nordeste Brasileiro e Modelagem Computacional da Difusão do Conhecimento, respectivamente), resolveu iniciar uma parceria para desenvolver estudos colaborativos. Essa parceria vem sendo construída paulatinamente; desde outubro de 2003, quando foi realizado o seminário Difusão do Conhecimento na Sociedade, do qual participaram também pesquisadores da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que trabalhavam com modelagem computacional e com a relação informática e sociedade, mais tarde integrados nessa parceria. Nesse seminário, foi definido um projeto, sobre os Canais Preferenciais de Difusão do Conhecimento Técnico-Científico, discutido em maio de 2004, no II Seminário sobre Difusão do Conhecimento na Sociedade. Em julho daquele mesmo ano, este grupo foi ampliado com colegas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), quando então se formou a Rede Interativa de Pesquisa e Pós-Graduação em Conhecimento e Sociedade (RICS) e decidiu-se pensar na elaboração de um projeto de Programa de Pós-Graduação, priorizando um curso de Doutorado. O primeiro passo para este intento foi a preparação, coletivamente, de um projeto de infraestrutura que concorreu ao edital da Fapesb (Fundação e Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia) de 2004. A aprovação deste garantiu recursos para a

instalação de dois laboratórios e recuperação de instalações físicas para as dependências administrativas do Programa. Em 2005 foram realizados dois seminários da RICS, visando, respectivamente, à primeira discussão da proposta do Doutorado (janeiro) e à definição da integração dos projetos de pesquisa para a formação das linhas de pesquisa (julho). Nesses seminários participaram também pesquisadores do Cefet-Ba e do Ceppev/FVC. Ao longo daquele mesmo ano foi organizado e realizado (outubro) o II Colóquio Internacional Saberes, Práticas — Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico na Sociedade da Aprendizagem, quando a Rede foi ampliada com pesquisadores dessas duas últimas instituições mencionadas. No final de 2005 foi organizada a primeira coletânea da RICS: Mosaico: Difusão do Conhecimento na Sociedade da Aprendizagem, composta por 16 capítulos, organizados em duas partes, em consonância com as linhas de pesquisa da presente proposta. Em janeiro de 2006 realizou-se o III Seminário da RICS, com pesquisadores de todas as instituições envolvidas, oportunidade em que se definiu a primeira versão da estrutura curricular do curso. Em abril deste mesmo ano foi realizada a I Oficina da RICS para a discussão da proposta curricular e de atividades colaborativas. Em setembro, a II Oficina da RICS concluiu a proposta curricular do Doutorado, bem como a definição dos projetos articulados de pesquisa para compor as respectivas linhas. No início de janeiro de 2007 foi realizada uma reunião específica, com representantes de todas as instituições envolvidas, para aprovação da proposta que ora se apresenta. Suas linhas são: 1. Modelagem e difusão do conhecimento. 2. Produção do conhecimento. Cognição, linguagem e Informação. 3. Difusão do conhecimento. Informação, comunicação e Gestão.

## BIBLIOTECA ANÍSIO TEIXEIRA

Ler os autores renascentistas e os filósofos das Luzes é um modo de captar a falta de sentido exibida por muitos discursos prestígio-  
s, na universidade decadente. Mas é preciso, como Diderot, ser justo: os campi serviram os piores despotismos, mas conservaram e reproduziram padrões de civilização e de elevada cultura espiritual. Sem isto, a barbárie se aproxima. Diderot não teria escrito o seu Plano de Universidade, Kant não teria criticado os campi de sua época, se ambos não acreditassem no alvo sublime da universidade. Buscar o verdadeiro e a vida feliz para o maior

número de cidadãos, este é o legado das Luzes. Perdê-lo é um crime contra o futuro da humanidade, uma traição ao gênio dos séculos. (ROMANO, 1998, p. 44)

A Biblioteca da Faculdade de Educação da UFBA foi instalada em fevereiro de 1971 e em novembro do mesmo ano recebeu o nome de Biblioteca Anísio Teixeira, conforme Parecer do Conselho Universitário.

Encontra-se instalada no 3º andar, numa área de aproximadamente 450m<sup>2</sup>, com um salão de leitura climatizado em área contígua ao acervo. Dispõe de duas salas para estudo em grupo, uma videoteca, dez computadores para consultas e realização de trabalhos acadêmicos de estudantes e demais usuários.

O acervo informacional é de livre acesso aos usuários, predominando assuntos das áreas de Educação, Educação Física, Psicologia, Filosofia, Sociologia, Metodologia da Pesquisa Científica, Tecnologia da Informação, dentre outros. É constituído de aproximadamente 32 mil volumes entre livros, obras de referência (dicionários, enciclopédias, etc), periódicos, dissertações e teses, monografias e multimeios, dentre outros.

Para facilitar o acesso físico ao documento, o acervo encontra-se dividido em coleções, assim denominadas:

- a) Coleção de Referência — composta de obras de consulta, tais como: dicionários, enciclopédias, anais, etc. A consulta deve ser feita na Biblioteca, pois as obras, por sua finalidade, não podem ser liberadas para empréstimo.
- b) Coleção Didática — é formada pelos livros que fazem parte da bibliografia básica e complementar dos cursos existentes na Faculdade de Educação.
- c) Coleção de Teses e Dissertações — formada, prioritariamente, pelas teses e dissertações defendidas no PPGE. Além do registro no Catálogo On-line da UFBA, as teses e dissertações figuram na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A BDTD, implantada na UFBA em maio de 2005, integra o Consórcio Brasileiro de Teses e Dissertações, mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) que compartilha tais dados com a Networked Digital Library of Theses and Dissertation (NDLT), banco de dados internacional de bibliotecas digitais de teses e dissertações.



- d) Coleção de Monografias — trabalhos de conclusão de curso de Graduação e de cursos de Especialização realizados na Faced, disponíveis apenas para consulta. Em 2005, a Biblioteca iniciou o processamento técnico desse material utilizando o software PHL<sup>7</sup>. Diariamente, as monografias são consultadas não só por estudantes da Faced mas também de outras faculdades de Salvador e seu entorno que ofereçam o curso de Pedagogia.
- e) Coleção de Periódicos — contém cerca de 600 títulos, sendo 120 títulos correntes. O lançamento do Portal de Periódicos da Capes, em novembro de 2000, constitui um instrumento essencial de disseminação da informação científica e representa um recurso indispensável à produção científica e tecnológica nacional. O uso efetivo do Portal agrega valor aos programas de pós-graduação e também aos cursos de graduação com ganho em qualidade e produtividade.
- f) Coleção de Livros Raros e Valiosos — contempla obras de autores renomados na área de ciências humanas, mais especificamente em Educação, títulos com edições esgotadas, e encontra-se disponível apenas para consulta local.
- g) Coleção Multimeios — compõe-se de recursos eletrônicos registrados em disquetes, CD, DVD, fitas de vídeos.

A Biblioteca Anísio Teixeira integra o Sistema de Bibliotecas (SiBi) da UFBA e, juntamente com outras 29 bibliotecas, disponibiliza o Catálogo on-line da instituição. Esse sistema abrange os principais procedimentos da Biblioteca, entre eles: catalogação de todos os materiais; pesquisa e recuperação do acervo; circulação (empréstimo, devolução e reserva); emissão de relatórios e estatísticas de apoio, além de empréstimo de chaves para o guarda-volumes.

A busca de qualidade é uma preocupação constante nas unidades de informação, devido à velocidade na incorporação das tecnologias da informação, e ao esforço para proporcionar à sua comunidade de usuários um ambiente mais atrativo e confortável.

Nesse contexto, a Biblioteca vem, ao longo dos últimos dez anos, buscando uma melhoria da infraestrutura tanto em equipamentos quanto em acervo.

---

<sup>7</sup> Personal Home Library. Sistema especialmente desenvolvido para administração de coleções e serviços de bibliotecas e centros de informações.

## TECNOLOGIAS NA FACED

Na contemporaneidade, a apropriação e o uso das TICs constituem-se como uma necessidade. Passamos a vivenciar, nos últimos anos a busca dessa apropriação no contexto da Faculdade de Educação da UFBA. Desde a década de 1990 estabeleceu-se na Faced uma preocupação em criar espaços e possibilidades de construção de competências na área de tecnologia, não apenas no que diz respeito à criação de disciplinas, mas, sobretudo, na instalação de ambientes de formação e desenvolvimento da cultura digital.

A esse respeito, observa o Menandro Ramos:

Quem escrever sobre a História da Tecnologia na Faced, certamente, não poderá deixar de fazer referência ao professor Expedito Nogueira Bastos, criador do Núcleo de Artes e Tecnologia Educacional (Nate), do qual foi um dos coordenadores. Ele foi o idealizador do antigo setor de produção de material didático para a Faculdade de Educação, além de ter sido o primeiro professor a se debruçar diante dos aportes teóricos do uso dos Recursos Audiovisuais na prática docente e escrevendo sobre o assunto. Da mesma forma, é preciso que se lembre dos nomes da professora Nildéia de Souza Andrade e do professor Manoelito Damasceno. A referida professora foi responsável pela instalação do Criarte, núcleo de criação ligado ao Nate, que muito auxiliou as disciplinas de Metodologia em Desenho e Plástica I e II e Técnicas e Recursos Audiovisuais, e promoveu, por longos anos, inúmeras atividades de extensão, não apenas para o público interno da Faced (funcionários, alunos e professores), mas para a comunidade externa; esses cursos foram: Prática Fotográfica, Programação Visual, Desenho Livre, Pintura, só para citar alguns.

305

Ao longo dos anos buscou-se implementar uma reestruturação das instalações tecnológicas. Este processo abarca desde a montagem da infraestrutura de redes, com a destacada iniciativa de alguns professores, como Nelson De Lucca Pretto e Menandro Ramos, com auxílio do bolsista Ivo Peixinho, instalando o primeiro servidor em rede, que era um servidor em Software Livre (Linux). Na continuidade desse processo houve modificações em todo o espaço físico com a criação da Ala de Tecnologias da Informação (estruturação dos laboratórios de Informática equipados com computadores em rede, ilha de edição de imagens, canal interno de TV e

a Rádio Faced Web), a organização de salas de reuniões e auditórios com equipamentos multimídia (datashow, computadores, conexão com a internet, player DVD, mesa de som, microfones), disponibilização, na Biblioteca da Faced, de computadores, com acesso à internet para pesquisa, incorporação de disciplinas direcionadas para essa discussão no currículo dos cursos oferecidos na Faculdade e implantação do Projeto Tabuleiro Digital.

Este Projeto<sup>8</sup> desenvolve-se dentro do espaço da própria Faculdade e constitui-se para favorecer a universalização do acesso à tecnologia da informação, através de terminais de acesso público e livre a computadores conectados à internet, objetivando, assim, a leitura/escrita de e-mails e navegação nas páginas da internet. Foi implementado em 23 de janeiro de 2004 e viabilizado com o intuito de incluir a Faced/UFBA no universo tecnológico, e assim possibilitar aos futuros professores maior intimidade com a internet e com os recursos das tecnologias da informação e comunicação. Além disso, visa a atingir aquela parcela da população que não tem acesso às TICs, e, a partir disso, segundo Pretto (2003, p. 50), poder oferecer aos “[...] jovens das camadas mais pobres aquilo que os filhos dos ricos têm em casa”. Assim, a intenção é transformar o uso da internet em algo corriqueiro, aproximá-la das pessoas e não limitá-la a uma sala exclusiva, superando a ideia de pedagogizar seu uso, tal como acontece nos tradicionais laboratórios de Informática presentes nas unidades da UFBA.

Para a implementação do projeto no interior da Faced, em princípio, utilizaram-se 20 computadores distribuídos nas áreas de circulação dos três andares da Faculdade: os tabuleiros hoje são dispostos de duas em duas ilhas (quatro computadores em cada ilha) nos dois primeiros andares e mais quatro computadores no terceiro andar. As máquinas são organizadas em suportes que lembram os tabuleiros da baiana de acarajé. O Tabuleiro foi pensado como um espaço em que a comunidade Faced pudesse interagir, pois este é um espaço público de socialização, totalmente desvinculado da sala de aula ou de qualquer disciplina. É por onde os alunos transitam entre uma aula e outra, ou onde param para conversar, e nesse espaço de tempo podem acessar a internet. Dessa forma, a cultura digital vai se constituindo e difundindo entre a comunidade.

---

8 <http://www.tabuleirodigital.org>

## PUBLICAÇÕES

Por vários anos, a Faculdade publicou importantes revistas acadêmicas de reconhecimento nacional: *Gestão em Ação*, *Ágere*, *Noésis* e *Gerir*. A *Revista da Faced*, iniciada em 1994, conta hoje com a edição impressa e a digital. Numa política de acesso livre, essa revista proporciona texto integral de todo seu conteúdo, seguindo o princípio de que tornar gratuito o acesso a pesquisas gera maior intercâmbio global de conhecimento, o que possibilita a melhoria da qualidade acadêmica e pública da pesquisa.

Ainda em relação às publicações, o PPGE vem editando coletâneas que traduzem as pesquisas realizadas por alunos e professores.

## CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER (Cefe)

307

O Cefe foi construído no final da década de 1970 em uma área nobre situada na Avenida Oceânica, em Ondina, época em que a UFBA expandia-se fisicamente por diversos bairros da cidade. Contou no início com um campo de futebol, área de atletismo, quadras descobertas e uma construção precária, contendo dois banheiros, duas salas, uma copa e um almoxarifado. Surgiu com o objetivo de servir de espaço para a aplicação do Decreto-Lei n.º 69.450/71, que tornava obrigatória a prática da educação física no ensino superior, estratégia política do governo militar para atenuar a organização dos estudantes contrários ao regime que reivindicava democracia, a fim de o esporte. Desde cedo foi concebido sob uma ótica unilateral do esporte competitivo, olímpico. Em 1971, com a reforma educacional, Lei 5.692, e o Decreto 69.450/71, a disciplina Educação Física tornou-se a única obrigatória nos três níveis de ensino. Hoje, o Cefe está sendo transformado em espaço da nova unidade a ser criada na UFBA, o Instituto de Educação Física, Esporte e Lazer.

## OS ESTUDANTES DA FACED/UFBA

O que seria da Faced/UFBA sem os seus estudantes, razão de ser, do seu existir? O que seria da Faculdade sem a luta dos estudantes organizados nos

diretórios acadêmicos dos cursos de Pedagogia, Educação Física e Ciências Naturais? Luta em defesa da Universidade Pública e pelas reivindicações, pela melhoria da qualidade da educação. Das lutas destacam-se o combate do Diretório Acadêmico de Educação Física (Daef) pelo Centro de Educação Física e Esporte, pela realização de eventos locais e nacionais, pela participação e contribuição nos debates nacionais, a luta pelo reconhecimento dos cursos e pelas reestruturações curriculares. Nestes 40 anos é justíssimo o reconhecimento de que sem os estudantes e seus diretórios acadêmicos a Faced não existiria.

## CORPO DOCENTE E DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

308

Recuperar na história os obreiros responsáveis por uma grande obra é tarefa singular. Caberia, aqui, prestar a cada qual uma justa homenagem destacando seus feitos mais relevantes em prol da Faced. Ficamos devendo isso, mas não podemos deixar de, no conjunto, reconhecer que somos o que somos hoje, chegamos aonde chegamos, porque isso foi e está sendo obra dos que compõem o corpo docente e de servidores técnico-administrativos da Faced/UFBA. Fica ainda como débito a relação dos trabalhadores terceirizados que serviram a esta Faculdade: o pessoal da limpeza, portaria e segurança. Sinais dos tempos de flexibilização do trabalho e de perda de direitos.

Nosso reconhecimento ao trabalho de todos.

### DIRETORES DA FACED

Outubro/1969 a julho/1975

Prof<sup>a</sup>. Leda Jesuíno dos Santos — Diretora

Prof. Antônio Pithon Pinto — Vice-diretor

Prof<sup>a</sup>. Mariaugusta Rosa Rocha — Substituto eventual

Agosto e setembro/1975

Prof<sup>a</sup>. Jandira Leite Simões — Substituto eventual

Setembro a fevereiro/1976

Prof<sup>a</sup>. Therezinha Teixeira Guimarães — Diretora

Prof<sup>a</sup>. Maria Anália Costa Moura — Vice-diretor

Fevereiro/1976 a fevereiro/1980

Prof<sup>a</sup>. Maria Anália Costa Moura — Diretora

Prof<sup>a</sup>. Alda Muniz Pêpe — Vice-diretor

Fevereiro/1980 a julho/1983

Prof<sup>a</sup>. Alda Muniz Pêpe — Vice-diretor em exercício

Julho/1983 a fevereiro/1984

Prof. Silvestre Ramos Teixeira — Substituto eventual

Fevereiro/84 a agosto/1984

Prof<sup>a</sup>. Jandira Leite Simões — Diretora

Prof<sup>a</sup>. Dilza Maria Andrade Atta — Vice-diretor

309

Agosto/1984 a agosto/1988

Prof. Edivaldo Machado Boaventura — Decano

Agosto a novembro/1988

Prof<sup>a</sup>. Lucila Rupp de Magalhães — Diretora

Prof<sup>a</sup>. Ana Cristina Ruettimann Liberato — Vice-diretor

Novembro/1988 a novembro/1982

Prof. José Oliveira Arapiraca — Diretor

Prof<sup>a</sup>. Nydia Lins Tourinho da Costa — Vice-diretor

Novembro/1992 a março/1993

Prof. Menandro Celso de Castro Ramos — Vice-diretor

Março/1993 a dezembro/1997

Diretor em Exercício

Março a dezembro/1993

Prof. Hermes Teixeira de Melo — Pro-Tempore

Dezembro/1993 a dezembro/1994

Prof<sup>a</sup>. Iracy da Silva Picanço — Diretora

Dezembro/1994 a janeiro/1996

Prof. Hermes Teixeira de Melo — Pró-Têmpore

Janeiro/1996 a janeiro/2000

Prof<sup>a</sup>. Iracy da Silva Picanço — Diretora

Prof. Eny Santana Barreto Bastos — Vice-diretor

Janeiro/2000 a janeiro/2008

Prof. Nelson de Luca Pretto — Diretor

Prof<sup>a</sup>. Mary de Andrade Arapiraca — Vice-diretora

Janeiro/2008 a janeiro/2009

Prof<sup>a</sup>. Celi Zülke Taffarel — Diretora

Prof<sup>a</sup>. Iracy da Silva Picanço — Vice-diretora

310

Janeiro/2009 a janeiro/2012

Prof<sup>a</sup>. Celi Zülke Taffarel — Diretora

Prof. Prudente Pereira de Almeida Neto

## CONCLUSÃO

Sou contra a educação como processo exclusivo de formação de uma elite, mantendo a grande maioria da população em estado de analfabetismo e ignorância. Revolta-me saber que dos cinco milhões que estão na escola, apenas 450.000 conseguem chegar a 4<sup>a</sup>. série, todos os demais ficando frustrados mentalmente e incapacitados para se integrarem em uma civilização industrial e alcançarem um padrão de vida de simples decência humana. Choca-me ver o desbarato dos recursos públicos para educação, dispensados em subvenções de toda natureza a atividades educacionais, sem nexos nem ordem, puramente paternalistas ou francamente eleitoreiras.

Anísio Teixeira

Por fim, destaco que a Faculdade de Educação, aos completar 41 anos de criação (1968, por força do Decreto-Lei nº 62.241/40) e 40 anos de

instalação, apresenta os problemas das demais unidades da UFBA, no que diz respeito à reforma predial, regimental, energética, de planejamento, de corpo técnico-administrativo e docente, de expansão desordenada. A Faculdade está chamada a refletir profundamente sobre a sua situação. A demanda por planejamento de longo alcance, financiamento adequado, regimento atualizado, corpo docente e técnico-administrativo recomposto e em formação continuada, expansão ordenada com qualidade em todos os âmbitos possíveis — de gestão, de relevância social, de condições infraestruturais, de relações interpessoais dignas, de trabalho pedagógico e de financiamento adequado, de acesso, permanência e sucesso escolar dos estudantes —, exigem uma postura diferente daquela motivada pelo individualismo e pelas saídas pessoais frente aos graves problemas institucionais da Universidade. Exigem uma subjetividade disposta à luta na defesa da educação pública e uma outra internalização de valores do que aquela imposta pelo modo egoísta e mesquinho do capital para organizar a vida e se expressar nas relações internas à Universidade.

311

A Faced situa-se entre as instituições de ensino superior cuja responsabilidade é continuar com determinação a enfrentar os gravíssimos problemas educacionais que ainda estão evidentes no país, de modo geral, e em especial em uma região, o Nordeste, que ainda não superou o analfabetismo, cujas taxas batem os 26%, não garante educação de qualidade a todos, não assegura o ingresso, permanência e sucesso da maioria dos jovens nas universidades.

Que a luta histórica dos que nos antecederam nos anime para realizar o que nos cabe, no tempo atual, defender a educação pública, laica, de qualidade, necessária, útil, socialmente referenciada, para todos, para que no futuro possamos nos situar em outro patamar de vida, quiçá para além das perversas relações impostas pelo modo de vida capitalista.

## REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, E. M. *As etapas do doutorado*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1994.

\_\_\_\_\_. (Org.). *UFBA: trajetória de uma universidade 1946-1996: o centenário de Edgard Santos e o cinquentenário da Universidade Federal da Bahia* (memória, artigos, entrevistas, editoriais e notícias publicados n' A Tarde e outros, de 1994/1996). Salvador: EGBA, 1999



HOBBSAWM, E. J. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo Boitempo, 2007

PRETTO, N. Desafios para a educação na era da informação: o presencial, a distância, as mesmas políticas e o de sempre. In: BARRETO, R. G. (Org). *Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

\_\_\_\_\_; SERPA, L. F. *Conhecendo a Faculdade de Educação da UFBA*. Salvador: [s.n.], 2001. Folheto

ROMANO, R. *A crise da universidade no governo FHC*. Florianópolis: APUFSC-SSIND, 1998.

\_\_\_\_\_. Entre as luzes e nossos dias. In: CARVALHO, A. P. et al. *A crise da universidade*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

312

SANTOS, L. J. dos. *Discurso proferido em 16/10/1989: comemoração dos 20 anos da FACED-UFBA*. Salvador: [s.n.], 1989.

\_\_\_\_\_. *Faculdade de Educação: implantação e atividades 1968 a 1974*. Salvador: Faculdade de Educação, UFBA, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Educação. *Vinte anos de educação*. Salvador, 1989.

TRAJETÓRIA DE LUTAS E ÊXITOS — 1946-2008

*Ângela Tamiko Sato Tahara<sup>1</sup>*  
*Clara Wolfovitch<sup>2</sup>*  
*Hyeda Maria da Gama Rigaud<sup>3</sup>*

INTRODUÇÃO

**T**rata-se de uma descrição da memória e do resgate dos registros da história da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia — EEUFBA (1946-2008), com a finalidade de apresentar à sociedade fatos e episódios da sua trajetória. Os dados descritos neste trabalho foram coletados a partir de maio de 2007 até o mês de dezembro de 2008, através de registro em arquivos de atas, relatórios, jornais, memoriais documentados

---

1 Professora-Adjunta da EEUFBA.

2 Professora-Adjunta Aposentada da EEUFBA.

3 Professora-Adjunta Aposentada da EEUFBA.

e publicados, das experiências vivenciadas pelos próprios autores e das entrevistas realizadas e gravadas, na oportunidade da comemoração dos 60 anos da EEUFBA (2006-2007).

A Escola foi criada com o objetivo de prestar assistência de enfermagem de alto nível, no Hospital Universitário, para a coletividade, valorizando e desenvolvendo a filosofia de integração com os profissionais dos serviços de saúde e com o ensino. Foi uma preocupação constante, com a criação de programas, cursos, atividades de extensão universitária, preparação de docentes, profissionais em vários setores dos serviços de saúde, enfatizando-se as atividades de pesquisa, para atender às necessidades regionais.

A Escola oferece, anualmente, 100 vagas para os candidatos para o Curso de Graduação em Enfermagem e cerca de 150-200 vagas para os Cursos de Pós-Graduação em Enfermagem nas modalidades de Cursos de: Especialização, Mestrado Acadêmico e Doutorado em Enfermagem.

314

A Escola teve, no período de 1946-2008, a passagem de 15 docentes que ocuparam o cargo de diretora, tendo sido a fundadora a professora Haydée Guanais Dourado — 1946-1949; em seguida, as Professoras: Jandira Alves Coelho — 1950-1951; Anayde Correa de Carvalho — 1951; Nilza Marques Maurício Garcia — 1952-1962; Maria José de Oliveira — 1955-1956; Maria Ivete Ribeiro de Oliveira — 1963-1966 / 1966-1970; Aline Regis Galvão — 1970-1974; Clara Wolfvitch — 1974-1980; Maria do Rosário Barbosa Nogueira — 1980-1984; Josicélia Dumêt Fernandes — 1984-1988; Georgina Almeida Lomanto — 1988-1989; Marisa Correia Hirata — 1989-1993; Neusa Dias Andrade de Azevêdo — 1993-1997; Georgina Almeida Lomanto — 1997-2001; Magda Helena Rocha Dantas — 2001-2005 e Ângela Tamiko Sato Tahara — 2005-2009, que desenvolveram importante papel de liderança, registrando lutas e êxitos no contexto histórico-social de vanguarda, expansão e desenvolvimento da enfermagem baiana e brasileira. Compartilharam da formação e qualificação de enfermeiros, especialistas e mestres em toda a região Nordeste, destacando-se, dentre outras, a criação de novas Escolas de Enfermagem na região, organização de hospitais e centros de saúde, criação da entidade de classe Associação Brasileira de Enfermagem Seção Bahia (Aben-BA), dos Conselhos Regionais e Federal de Enfermagem (Coren/Cofen) e outros.

## CRIAÇÃO DA ESCOLA

A Escola de Enfermagem foi idealizada na gestão do primeiro reitor da Universidade da Bahia, Prof. Dr. Edgard Rego dos Santos, que, em princípios da década de 1940, já possuía uma visão prospectiva das necessidades de fundar um hospital universitário e ter, em seu quadro, profissionais qualificados para o exercício da prática médica e de enfermagem. Foi, então, criada a Escola de Enfermagem através do Decreto-Lei nº 8779, de 22 de janeiro de 1946, anexa à Faculdade de Medicina da Bahia, com as condições semelhantes às Escolas de Farmácia e Odontologia. (BRASIL, 1946)

Dessa forma, a história do ensino formal e permanente do Curso de Enfermagem, na Bahia, começou na mesma época da fundação da Universidade da Bahia em 1946, através do Decreto-Lei n. 9.155, de 8 de abril de 1946. Certamente, até o ano de 1946, a assistência de Enfermagem na Bahia, basicamente, era prestada por pessoas que não tiveram oportunidade de receber as instruções formais.

A primeira diretora da Escola, Profa. Haydée Guanais Dourado, era baiana, nascida em Morro do Chapéu, bacharel em enfermagem pela Escola de Enfermagem Ana Nery, da Universidade do Brasil (atual UFRJ), pós-graduada em Pedagogia Didática e Administração em Enfermagem pela Universidade de Toronto, Canadá, e graduada em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo. Sua formação atendia aos ideais do reitor Edgard Santos e foi considerada apta para assumir a organização da Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia, sendo referendada a sua indicação pela Profa. Edith Franquell, diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. A professora Haydée assumiu a direção no segundo semestre de 1946 e o corpo docente foi inicialmente constituído por docentes da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, de enfermeiras diplomadas pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, e da Escola de Enfermagem Ana Nery, da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Essas enfermeiras chegaram à Bahia com a dupla tarefa de ensinar e de implantar o Serviço de Enfermagem no Hospital das Clínicas (atual Hospital Universitário Professor Edgard Santos — Hupes), preparando, também, o respectivo pessoal auxiliar, desde então, com uma filosofia de trabalho até hoje prevalente na Escola, que é a da integração ensino-serviço.

No dia 5 de março de 1947 foi instalado o Conselho da Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia pelo reitor Edgard Santos, estando presente como componentes: o diretor da Faculdade de Medicina em exercício, professor Dr. José Olímpio da Silva, e a diretora da Escola de Enfermagem, professora Hydée Guanais Dourado. As diretrizes necessárias ao desenvolvimento do curso foram dadas por esse Conselho, que decidiu quanto à instalação física da unidade, divulgação do curso, organização curricular, definição do calendário acadêmico, seleção de alunas e a escolha de docentes para as cadeiras profissionalizantes. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1947)

316

A história expressa as dificuldades de encontrar espaço físico para instalação do gabinete da diretora de uma unidade nova. A Diretoria da Escola de Enfermagem que, a princípio, foi instalada na ante-sala do gabinete do reitor, com o início das aulas do curso de Enfermagem em 1947, logo depois transferiu-se para uma das salas do segundo andar da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus, ali permanecendo até a inauguração do Hospital das Clínicas, em novembro de 1948. Então, o gabinete da diretoria de Enfermagem passou para as dependências do Hospital das Clínicas e, posteriormente, instalou-se definitivamente no prédio da Escola de Enfermagem, inaugurado em 1950.

O dia 12 de março de 1947 marca a aula inaugural da Escola de Enfermagem na pequena sala da Faculdade de Medicina com seus oito alunos matriculados. A diretora, Profa. Haydée Guanais Dourado, apresentou a estrutura curricular do curso, programado com uma carga horária total de 5.581 horas a ser desenvolvida em quatro anos. Em seguida, convocou a sua primeira turma para participar da coordenação e do planejamento da primeira fase do curso; logo em seguida, fez a apresentação da história da enfermagem no mundo e no Brasil e dos ideais que aspirava para a Escola recém-fundada. No primeiro ano, foram ministradas as matérias básicas na Faculdade de Medicina. O curso de Enfermagem era realizado em duas fases, a primeira constituída de matérias básicas denominada Pré-Clínicas (Anatomia, Fisiologia, Patologia e outras) e a segunda, com as matérias profissionalizantes. As teorias e as práticas eram realizadas em salas de aula da Faculdade de Medicina e o estágio nos respectivos campos de serviços de saúde.

O estágio prático para as alunas da primeira turma teve início em março de 1947, num hospital particular. Conquanto limitado em suas

instalações, aquele hospital era o único na cidade com serviço de enfermagem organizado e dirigido por uma enfermeira de alto nível, formada pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. As anotações dos cuidados prestados aos pacientes com informações relativas às mudanças ministradas e observações pertinentes à evolução clínica de cada paciente eram registradas no prontuário. As disciplinas de Administração em Enfermagem e Enfermagem de Saúde Pública eram ministradas na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Em 16 de abril de 1947 realizou-se a primeira reunião do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem, então denominado de Associação de Estudantes da Escola de Enfermagem da Bahia, para fins de eleição da Diretoria e discussão das estudantes. A reunião foi presidida pela diretora da Escola, que explicou as finalidades do Diretório e a maneira como realizar a eleição dessa entidade representativa; contou com a presença de todas as alunas matriculadas. Foi eleita como presidente a estudante Julieta Calmon Villas Boas; vice-presidente, a estudante Nilza Marques Maurício Garcia; secretária, Leônia de Freitas; tesoureiro, Maria José de Oliveira, que foram empossadas sob salva de palmas. O Diretório Acadêmico, que foi criado desde a instalação do Curso de Enfermagem, teve papel fundamental na transformação do ensino dessa profissão, que persiste até os dias atuais compartilhando ativamente das questões acadêmicas e das questões de políticas públicas de saúde.

No segundo ano, em 1948, 25 novas alunas ingressaram na Escola. Novas professoras chegaram de São Paulo, dentre as quais Olga Verderese como vice-diretora da Escola e primeira chefe de enfermagem do Hospital Universitário. Esse hospital teve sua inauguração em novembro do referido ano, o qual contou com a presença do Presidente da República, marechal Eurico Gaspar Dutra. O seu primeiro superintendente empossado foi o médico Dr. João Batista Caribé, recém-chegado dos Estados Unidos da América, após um curso de Organização de Hospitais.

É importante frisar que a Universidade da Bahia, desde aquela época, valorizava o intercâmbio internacional. Em 30 de agosto de 1948, a Escola de Enfermagem recebeu a visita de Miss Helen Zeigler, francesa, catedrática da Enfermagem da University Vanderbilt, do Estado norte-americano do Tennessee, que veio a convite do reitor, juntamente com a Miss Clara Curts, diretora da Divisão de Enfermagem do Serviço Estadual de Saúde Pública. Ambas patentearam a sua admiração pela orientação técnica e

pelas instalações modernas do Hospital das Clínicas. Cumpre lembrar que Miss Zeigler foi contemporânea do Prof. Anísio Teixeira, conselheiro da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 1946, e Secretário da Educação e Saúde do Estado da Bahia no governo de Otávio Mangabeira (1947-51) em 1947, tendo sido aluno do Theacher's College da Universidade de Columbia (EUA). É muito interessante observar a importância dessas relações na trajetória de desenvolvimento da Escola de Enfermagem da Bahia. (CATEDRÁTICA..., 1948)

318

Com a promulgação da Lei 775/49 e seu Regulamento nº. 27426/49, de 14 de novembro de 1949, o ensino de Enfermagem tornou-se matéria de Lei, com exigências específicas, tendo como finalidade a formação profissional de enfermeiros, mediante ensino em Cursos Ordinários e de Especialização, nos quais estavam incluídos os aspectos preventivos e curativos da Enfermagem, tendo o curso a duração de 36 meses. No entanto, houve uma predominância das disciplinas de conteúdo biológico, com limitação para aquelas de conteúdo social. Essa mesma Lei regulamentou o Curso de Auxiliar de Enfermagem, com a duração de 18 meses; também foram criados Cursos de Pós-Graduação, para ampliar conhecimentos especializados de enfermagem ou de administração. (ENFERMEIROS..., 1949)

A legislação da época não agradou às educadoras de enfermagem, principalmente, àquelas que haviam participado da estruturação do currículo do curso, pois estas apontavam “a necessidade de serem aumentadas as medidas preventivas em saúde, em todas as matérias do curso”. Observa-se que, desde então, havia a consciência da necessidade e importância das medidas preventivas.

## O PRÉDIO DA EEUFBA

Em 9 de dezembro de 1950, foi inaugurado o prédio da Escola, projetado e construído pelo Prof. Ernesto de Souza Campos, ex-ministro da Educação e Saúde, no período de 31/01 à 06/12/1946, profundo conhecedor de construções universitárias. A data coincidiu com o término da primeira turma do Curso de Enfermagem. A solenidade de formatura foi no Salão Nobre da Faculdade de Medicina, sendo paraninfo o Prof. Adriano Azevedo Pondé. Encerrava-se, naquela ocasião, o IV Congresso de Enfermagem, que se realizou em Salvador. Na tarde desse mesmo dia, houve a solenidade da

inauguração do prédio da Escola de Enfermagem, que foi presidida pelo então reitor Edgard Santos, estando presentes o governador do Estado, Otávio Mangabeira, o ministro da Educação, Pedro Calmon, a presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, Prof<sup>a</sup> Waleska Paixão, entre outras autoridades. A representante estudantil Maria Duarte falou pelo corpo discente. Somente quatro anos depois do início do Curso, a Escola ganha um moderno prédio “Escola— Residência” de 10 andares (7 andares e 3 subsolos), localizado no Campus Universitário do Canela, onde oferecia residência para todas as alunas e professores, considerando a tradição anglo-americana.

A “residência” era administrada pelas professoras da Escola, tendo como objetivo principal a formação integral das jovens estudantes, considerando os aspectos sociocultural e intelectual e a preservação da saúde física e mental. Esse sistema de residência perdurou durante duas décadas, extinguindo-se com o projeto de reforma em expansão e ampliação da Instituição de Ensino Superior no Brasil. A Universidade não havia como privilegiar somente uma unidade nem havia condições de dar sustentabilidade a essa modalidade que até hoje é considerada um grande problema para os alunos que necessitam de moradia para estudar.

Ressalte-se que, naquela época, existia um grande preconceito referente à profissão por causa da própria história de como surgiram os atendentes que trabalhavam nos hospitais e nos serviços de saúde, bem como o seu conceito na sociedade. “A Escola investiu muito na formação das estudantes para ajudar a vencer este preconceito. Com o decorrer do tempo, conseguiu-se atravessar essa fase, alcançando e mantendo-se um patamar de respeitabilidade, passando a ser considerada uma das unidades mais bem organizadas e administradas da UFBA” (Discurso proferido pelo Prof. Dr. Roberto Santos, ex-reitor da UFBA, em 9/12/2006).

## A CONQUISTA DO PRÓPRIO ESPAÇO

No final de 1950 (30/12), a então diretora da Escola passou a participar do Conselho Universitário, ficando assim definida a incorporação da unidade no artigo 3 do primeiro Estatuto da Universidade da Bahia. Concretizou-se, assim, uma grande aspiração da Escola (Decreto-Lei nº 22637, de 25/02/1947).



Em 1953, teve início uma segunda etapa na vida da Escola de Enfermagem como unidade independente. Em 24 de dezembro de 1953, foi instalada a Congregação da Escola, órgão máximo de deliberação superior da unidade, pelo reitor; e, em 25 de janeiro de 1954, a primeira diretora nomeada foi a Profa. Nilza Marques Garcia, observando-se doravante as mesmas exigências dos demais diretores das unidades universitárias, que passaram a participar do Conselho Universitário. Em seu início, a Escola oferecia 20 vagas por ano e o curso era desenvolvido em quatro anos letivos.

Nessa época, a Escola cuidou de preparar seu corpo docente em universidades nacionais, americanas, canadenses, porto-riquenhas e mexicanas. Os conhecimentos adquiridos no país e no exterior iam sendo introduzidos no currículo, visando a preparar as recém-diplomadas com ênfase no desempenho da chefia de serviços, ensino, supervisão e pesquisa. Para tanto, foram introduzidas as matérias de Administração de Serviço de Enfermagem e de Pedagogia Aplicada à Enfermagem, incluindo-se as disciplinas Filosofia e Estatística, dentre outras. Cuidou-se, por outro lado, de ampliar o Estágio de Enfermagem em Saúde Pública, assumindo a responsabilidade de desenvolver uma subárea em Salvador e outra na cidade de Feira de Santana, para a realização do estágio em Saúde Pública Urbana e Rural.

Com a definição do currículo mínimo de Enfermagem, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), segundo os Pareceres 272/62 e 303/63, foi feita a revisão do currículo da Escola de Enfermagem, tendo sido aprovada pelo Conselho Universitário em novembro de 1964. Em 1969, o novo currículo de Enfermagem foi aprovado pelo CFE, nos termos do Parecer 163.

Desde então, o currículo de Enfermagem era planejado com a finalidade de formar enfermeiros generalistas. As disciplinas do curso foram reunidas em cinco Departamentos: Enfermagem Médica, Enfermagem Cirúrgica, Enfermagem Materno-Infantil, Enfermagem de Saúde Pública e Administração do Serviço de Enfermagem.

Em 1996, houve nova mudança de currículo, de acordo com a Portaria do MEC nº 1.721, de 15 de dezembro de 1994, que aumentou a duração do curso para nove semestres letivos, com carga horária total de 3.950 horas e inserção de estágio curricular nos dois últimos semestres. A Escola criou a Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Cursos (CAAC) a fim de avaliar a coerência e o nível de articulação entre as disciplinas e de definir indicadores e critérios de avaliação. Este processo vem sendo realizado

através de encontros, reuniões e oficinas com o conjunto do corpo docente e o apoio de consultoria externa.

Em 2005, a Escola concentrou-se para a elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem, dando continuidade ao trabalho iniciado anteriormente, construído em consonância com os paradigmas educacionais atuais, o que foi encaminhado para aprovação na Câmara de Ensino de Graduação. Nessa mesma época foi realizada a revisão de orientação acadêmica, revisão do regimento interno e a implantação da Home-Page da instituição. Houve, também, a mudança de espaço do Colegiado de Graduação, do 5º para o 2º andar.

De 2007 a 2008, atendendo à Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 18/6/2007, e nº 10, de 4/10/2007, foram realizadas algumas mudanças no currículo com adequação da carga horária de Estágio Curricular. A atividade de trabalho de conclusão do curso passou a ser concentrada em uma disciplina; a distribuição de carga horária semanal e semestral foi definida com o máximo de 30 horas semanais e 510 horas semestrais, passando o curso a ser oferecido em 10 semestres.

Em 2007, através do Decreto Presidencial nº 6.096, com o lançamento do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni, a UFBA elaborou o Plano Reuni-UFBA e o apresentou na reunião do Conselho Universitário, realizado em 19 de outubro daquele ano, entre grandes manifestações dos grupos que não acataram a proposta e/ou não entenderam a sua importância. Entretanto, com a maioria dos votos o referido Plano foi aprovado. Em consequência, houve abertura de novas vagas, novos cursos, inserção de novos Projetos Político-Pedagógicos como o Bacharelado Interdisciplinar. A Escola propôs a manutenção do currículo vigente, com abertura de mais 20% de vagas além das existentes, e expansão com mais uma turma de graduação no período vespertino.

A partir do primeiro semestre, a Escola já teve ampliação para 100 vagas anuais, entrada de 50 alunos por semestre. O Plano será desenvolvido gradativamente com abertura de concursos para docentes e funcionários.

Em março de 2008, a Escola recebeu a primeira visita de avaliadores do Ministério da Educação para fins de reconhecimento e renovação de credenciamento do Curso de Graduação pelo MEC/Sesu (Processo nº 20073221). Resultados finais obtidos: em relação à Organização Didático-Pedagógica e perfil do corpo docente, discente e técnico-administrativo, foram os melhores possíveis, obtendo conceitos 4 e 5; como aspectos fortes

da unidade foram destacados: “corpo docente qualificado para realizar o aprimoramento dessa dimensão. Há boa articulação entre Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). Ela é coerente com a maioria das práticas institucionais; resulta em uma diretriz clara e definida para ação dos atores acadêmicos, as práticas de articulação estão em via de institucionalização e são acessíveis ao conhecimento da comunidade”. No entanto, em consequência das precárias condições de funcionamento das bibliotecas, tanto da unidade como das outras unidades afins; do laboratório técnico e da má conservação de parte da estrutura física, o conceito final médio foi 3. A partir do relatório de avaliação, o Colegiado de Graduação vem buscando alternativas de superação dos problemas apontados pelos avaliadores.

322

A fim de contribuir para formação dos alunos de Graduação e melhoria do campo de prática, foi lançado o Edital de Convocação nº 13, de 11/12/2007, pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/ Ministério da Saúde, seleção para o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde II), tendo como objetivo a construção/aprimoramento da integração ensino-serviço, para reorientar a formação profissional, assegurar uma abordagem integral do processo saúde-doença com ênfase na atenção básica e promover transformações nos processos de ensino-aprendizagem e de prestação de serviços de saúde à população.

A Escola de Enfermagem tomou a iniciativa de se articular com as unidades de saúde, conseguindo agregar seis cursos: Enfermagem, Odontologia, Nutrição, Farmácia, Fonoaudiologia e Psicologia, em parceria com as Secretarias de Saúde do Estado da Bahia e do Município de Salvador. O projeto foi encaminhado e aprovado com êxito, conforme a Portaria nº 7, homologado em 27 de março de 2008, pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, com financiamento total de R\$ 4.725.000,00. Este projeto envolve, além das seis unidades da UFBA, 12 unidades da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e 18 unidades da Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Salvador, com a previsão de ser implementado em três anos.

## INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO

Foi um aspecto muito marcante na história da Escola a manutenção de integração entre o ensino e os serviços de saúde da comunidade. Por

este motivo as professoras da Escola, além de administrar as aulas teóricas e práticas, eram também enfermeiras-chefes de serviços e das unidades de internação do Hospital Universitário, o qual, durante longos anos, não tinha ônus.

A Escola de Enfermagem e o Hospital Universitário (HU) foram projetados para a integração do ensino/serviço desde a sua fundação. Assim, 100% dos cargos de chefia da Divisão de Enfermagem do Hospital Universitário eram ocupados por docentes da Escola de Enfermagem, indicados pelos departamentos, desenvolvendo suas atividades teóricas na Escola e a prática profissional no HU. Desde então, a diretora da Escola de Enfermagem tem assento no Conselho Deliberativo do Hospital Universitário, hoje Conselho Gestor. Posteriormente, esta situação sofreu algumas transformações, impostas pelas mudanças de políticas econômicas do Brasil, da própria Universidade e da própria Escola, que não conseguiram manter ou repor o número necessário de docentes para conciliar os compromissos de ensino, pesquisa, extensão e assistência. Isso levou à mudança do próprio Regimento, que fez diminuir, gradativamente, a ocupação de docentes nos cargos de chefia do HU de 100% para 75%, e deste para 50%; atualmente, não existem docentes da Escola assumindo cargos de chefia no Hospital Universitário. Essa transformação afetou as práticas administrativas e assistenciais tanto dos enfermeiros quanto dos docentes, que se distanciaram do cotidiano da profissão. Trazendo conseqüências que só a história poderá revelar posteriormente, caso não seja estudado outra forma de integração docente assistencial, além dos projetos que estão sendo desenvolvido isoladamente.

O desenvolvimento do Curso de Enfermagem era mais orientado para a assistência hospitalar, considerando-se que, além do baixo nível de saúde da população, o Hospital Universitário era o único laboratório de trabalho dos estudantes e das professoras. Mas, concomitantemente, a Escola se preocupava em desenvolver programas de saúde pública, com ênfase em Enfermagem Materno-Infantil, Enfermagem Pediátrica e Enfermagem nas Emergências. Era oferecido o ensino das especialidades cirúrgicas e médicas, enfatizando-se o programa de assistência gerontológica desde 1955, para atender às demandas de oftalmologia em pacientes idosos.

Os estágios eram e são realizados não só no Hospital Universitário, mas também nos demais hospitais públicos do Estado e nos serviços de saúde pública. As(os) alunas(os) eram e são sempre acompanhadas pela

professora da área específica. Embora a Escola de Enfermagem elaborasse o planejamento dos cursos, as enfermeiras dos serviços participavam e opinavam também sobre as reais necessidades de ensino. A Escola retribuíva através de cursos de atualização para os serviços de enfermagem, tanto para profissionais de nível médio quanto para os de nível superior, além de contribuir na organização dos serviços de enfermagem, bem como também na implantação de novo modelo de assistência de enfermagem. Por exemplo: implantação do Processo de Assistência de Enfermagem no Hospital Universitário, em 1967, e o Processo de Enfermagem no Hospital Ana Nery, em 1975, durante o desenvolvimento de estágio dos estudantes; atualmente, continua a implantação de Sistematização da Assistência de Enfermagem fundamentada na Taxonomia dos Diagnósticos de Enfermagem no Hospital Universitário.

324

A zona rural também foi uma preocupação constante para o ensino de Enfermagem, sobretudo na área de saúde pública. Durante muito tempo, foram realizados estágios de Enfermagem de Saúde Pública Rural no Curso de Graduação, quando era desenvolvido o ensino da assistência de Enfermagem nas Doenças Transmissíveis, Enfermagem Materno-Infantil e o Programa de Saúde da Família. O Curso contribuiu também para a formação de Atendentes Rurais em 1954, o que facilitou o atendimento de saúde nas regiões periféricas e nas cidades do interior do Estado.

Sublinhe-se que a Escola de Enfermagem está sempre integrada às atividades da Universidade Federal da Bahia, contribuindo para a sua valorização institucional, social e acadêmica. Em 1968, a então diretora da Escola, Profa. Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, foi membro da Comissão Organizadora da Reforma Universitária, e, em 1970, exerceu o cargo de superintendente Acadêmica, organizando e coordenando os currículos de todas as unidades e criando o primeiro catálogo de matrícula para orientação dos estudantes, cuja elaboração contou também com a colaboração de uma professora da Escola.

Nessa época, revisto o Regimento da Escola, foi aprovado o ingresso de alunos do sexo masculino.

As professoras da Escola de Enfermagem sempre participaram e continuam participando das comissões administrativas da UFBA através de representações no Conselho Universitário e Coordenações; das Pró-Reitorias de Ensino de Graduação, Pós-Graduação e Extensão Universitária; do Setor de Desenvolvimento de Pessoal e Conselho Deliberativo do

Hospital Universitário, além da Comissão Permanente de Seleção de Alunos (Copesa) e da Comissão Permanente de Regime de Trabalho (Copert), Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (Copertde) e outras.

A partir da Reforma Universitária, todas as unidades passaram a ter a mesma estrutura administrativa (Conselho Departamental, Congregação, Departamentos e Colegiados).

## ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A Escola vem desenvolvendo várias atividades de extensão, como, entre outras, o primeiro campo de estágio de Enfermagem em Saúde Pública no Posto de Saúde no Alto das Pombas, localizado no bairro de Federação. Durante muitos anos, esse posto ficou sob a responsabilidade da Escola.

Na década de 1970, a Escola desenvolveu, também, alguns programas de extensão que, além de atender às necessidades de saúde da comunidade, serviam para campos de estágio de estudantes onde poderiam obter uma visão mais real da situação de saúde e também para desenvolver pesquisas. A implantação do Cuidado Progressivo do Paciente no Hospital Universitário, programa desenvolvido pela Profa. Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, visava a servir de embasamento para reformular o currículo, tendo como marco conceitual o grau de assistência de enfermagem. Isto se deveu ao empenho dessa professora que, com o apoio da Fundação Kellog, participou do plano de pesquisa denominado “Mudanças do papel de um hospital universitário da comunidade brasileira”. O primeiro Curso de Especialização em Enfermagem Médico-Cirúrgica, sob a forma de residência, surgiu de um plano inserido nesse projeto, o qual foi implantado em 1973, sendo ofertado até os dias de hoje. Em decorrência desse programa, foi instalada na Bahia a primeira Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) no Hospital Universitário.

Nessa época, a Escola realizou os seguintes convênios: Programa do Livro-OPAS/OMS/Nutes (Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde/Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde), para desenvolver a tecnologia de Educação em Saúde, Fundação Rockefeller, através da Reitoria, para a alocação de recursos nos programas de Saúde Rural e Ensino; Secretaria do Bem Estar Social do Estado da Bahia (Setrabes), para a formação de atendentes rurais na cidade de Cachoeira.

Em 1976, foi desenvolvido o Programa Integrado de Saúde Rural com o objetivo de implantar o sistema de saúde simplificada e alcançar a integração dos serviços de saúde da cidade de Cruz das Almas. Foi o primeiro do Estado e serviu de base para as demais áreas. Esse programa foi desenvolvido tecnicamente pela Profa. Iracy Costa, docente do Departamento II de Enfermagem Comunitária, sendo financiado durante quatro anos pela Fundação Rockfeller, sob a coordenação administrativa da então diretora da Escola, a Profa. Clara Wolfvitch. Ainda financiado pela Fundação Rockfeller, foi desenvolvido o Programa de Ensino da Assistência de Enfermagem com o objetivo de formar pessoal de Enfermagem na área rural, nos diversos níveis. Foi desenvolvido pelo Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica e Administração de Enfermagem, sob orientação técnica da Profa. Maria de Lourdes Paula e de docentes do referido Departamento. Esse programa foi muito bem aceito pela região, tendo sido também convidados para participar professores e alunos das faculdades de Farmácia, Nutrição e de Educação, que desenvolveram cursos de formação de Auxiliares de Nutrição, Técnicos de Laboratório, Atendentes Rurais. Foram também desenvolvidos o Projeto de Ensino e Assistência de Saúde em Cachoeira e o Projeto Modelo Integrado de Saúde Rural, em nível de assistência simplificada.

Em maio de 1978, foi criado, na Escola, o Centro de Tecnologia Educacional em Enfermagem (CTEE), que permanece em funcionamento na atualidade.

Em 1980, a Escola lança seu primeiro periódico científico, a Revista Baiana de Enfermagem, que no ano de 2000 passou por importantes atualizações.

## CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Para a capacitação das professoras, a diretora, autorizada pelo Conselho da Escola, organizou ainda, em 1948, um Curso de Aperfeiçoamento que teria sido o primeiro curso considerado de pós-graduação de uma Escola de Enfermagem no país. As aulas, a convite do reitor, foram ministradas pelo Prof. Anísio Teixeira, que, à época, era o secretário estadual da Educação e Saúde.

Dada a vontade de atender as exigências determinadas pelas Diretrizes Gerais que norteariam a Política de Educação e Saúde, sentia-se a necessidade

de criar cursos que objetivassem o preparo docente, sobretudo, na região Nordeste, carente de cursos de pós-graduação.

Em 1958, ocorreu o primeiro registro formal do Curso de Especialização em nível de Pós-Graduação em Enfermagem Obstétrica na Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia, com a finalidade de formar enfermeiros para melhor atender à área materno-infantil em assistência, ensino, pesquisa e administração de maternidades. Esse curso foi coordenado pela Profa. Iracy Costa, teve a duração de um ano e preparou quatro turmas de profissionais oriundas dos Estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Pernambuco, tendo sido desativado em 1961. (COSTA, 2005)

Em 1965, o governo federal assumiu uma posição explícita a respeito dos cursos de pós-graduação, ao solicitar uma definição da matéria do Conselho Federal de Educação, “tendo em vista a expansão e o aprimoramento do ensino superior e a necessidade de desenvolvimento científico e tecnológico do país”. Foi quando, a política de pós-graduação passou a ser matéria de interesse nacional.

Em 1968, com a Reforma Universitária, houve a mudança de denominação de Escola de Enfermagem da Bahia para Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

Em 1973, durante o desenvolvimento do Programa Cuidado Progressivo do Paciente, em convênio entre a UFBA e a Fundação Kellog, foi criado no Brasil o primeiro Curso de Especialização em Enfermagem Médico-Cirúrgica sob a forma de Residência, conforme a Política Nacional de Educação para atender à demanda dos enfermeiros do Norte e Nordeste, modalidade existente até os dias atuais. A Escola sempre esteve atenta para a qualificação de docentes, estimulando e facilitando professores dos dois departamentos para se submeter aos concursos de doutorado e livre-docência. Nesse período, cinco professoras se submeteram ao concurso de livre-docência e uma ao de doutorado; todas as docentes foram do Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica e Administração de enfermagem (Demcae).

Em 1975, foi realizado um curso de Especialização em Enfermagem do Trabalho em convênio com o Funda-Centro, tendo sido emitidos 25 Certificados de Enfermeiro do Trabalho.

Continuando com o objetivo de preparar o corpo docente, a Escola verificou a necessidade de criação de Cursos de Pós-Graduação *Strictu-Sensu*. O Ministério da Educação e Cultura e a Coordenação de Aperfeiçoamento



de Pessoal de Ensino Superior (Capes) com o Departamento de Assuntos Universitários (DAU) promoveram encontros visando a assessorar grupos de trabalho para identificar a Escola em condição de iniciar o Curso de Mestrado na região Nordeste. Após a realização de encontros com os representantes das Escolas do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia, reconheceu-se que a EEUFBA apresentava condições favoráveis para a criação do Curso de Mestrado com número suficiente de professores com título de Doutor e com uma proposta que atendia aos requisitos para a criação do Curso de Mestrado em Enfermagem. O referido curso teve aprovação da Câmara de Pós-Graduação em 6/11/1978 e as demais Escolas foram incentivadas à criação de Cursos de Especialização.

Assim, foi criada uma comissão para a elaboração do projeto do Curso de Mestrado. Em novembro de 1978, de acordo com a Resolução 03/78, do Conselho de Coordenação da UFBA, foi aprovado e criado o Curso de Mestrado em Enfermagem na EEUFBA, para atender às prioridades dos Planos de Saúde e Educação do país e atender a demanda de formação de pessoal docente das regiões Norte e Nordeste.

328

Em janeiro de 1979, a Escola instala o primeiro Curso de Mestrado em Enfermagem da região Nordeste na gestão da diretora, Profa. Dra. Clara Wolfvith, oferecendo como área de concentração Enfermagem Médico-Cirúrgica, opção de oferta determinada não somente pela demanda do setor saúde, mas, sobretudo, pela experiência adquirida e consolidada no Curso de Especialização em Enfermagem Médico-Cirúrgica sob a forma de Residência, tendo como primeira coordenadora a professora Dra. Maria Hélia de Almeida, como vice-coordenadora a Profa. Dra. Gilka Conceição Xavier da Silveira, e membros do colegiado: Professoras Dra. Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, Dra. Terezinha Teixeira Vieira, Dra. Clarice Oliveira, Alyde Vieira Roman e Dra. Clara Wolfvith. No ano seguinte, em 1980, cria-se o Curso de Especialização em Enfermagem Comunitária.

Em 1981, os membros do Colegiado de Pós-Graduação elaboraram o Regimento Interno do Curso de Mestrado e, em outubro de 1981, foi encaminhado ao Conselho Federal de Educação o processo de credenciamento para o curso de Mestrado de acordo com Resolução nº. 94181, de 26 de agosto. Em 1981, a CAPES realizou primeira avaliação do Curso de Mestrado da EEUFBA, sendo atribuído, então, o conceito “A”, que se manteve nos anos subsequentes. Em 9 de março de 1983, o referido curso foi credenciado pelo Conselho Federal de Educação para o período de cinco

anos, assinalando mais uma vitória para a Escola de Enfermagem e para a Universidade Federal da Bahia.

Nesse mesmo ano de 1981, realizou-se primeiro concurso para Professor Titular da Escola, com duas vagas, que contemplou os docentes do Colegiado de Pós-Graduação em Enfermagem. Após a aposentadoria dessas professoras, somente em 1999, realizou-se novo concurso para Professor Titular com também duas vagas.

Em 1987, registram-se os primeiros grupos de pesquisa da Escola no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Grupo de Administração em Enfermagem e Núcleo de Idosos.

Em 1996, o Grupo de Administração submeteu ao Edital de Convocação do CNPq o projeto integrado de pesquisa, envolvendo equipe multidisciplinar, intitulado: *Qualidade do Gerenciamento em Unidades de Tratamento Intensivo e de Emergência da Cidade do Salvador*, sendo aprovado e financiado com três bolsas de iniciação científica, uma bolsa de produtividade e duas bolsas para técnicos, o que deu abertura para novas visões e modalidades de pesquisa.

De fato, o Programa marcou a sua primeira década de funcionamento no período de 1979 a 1989, contando com o apoio de docentes doutores que, ativamente, no incremento de suas atividades profissionais, mantiveram o compromisso com a comunidade acadêmica, no oferecimento de um ensino de excelência e produção do conhecimento. Em 1988, o Mestrado da EEUFBA foi representado no Primeiro Encontro Interamericano de Pesquisa Qualitativa em Enfermagem na Universidade de São Paulo (USP).

Todavia, nos primeiros anos da segunda década de funcionamento, no período de 1990 a início de 1995, o Programa sofreu a pior fase de sua administração, em consequência da crise política e econômica que vivia o país, com restrições e contenção de verbas tanto para manutenção da infraestrutura quanto para o desenvolvimento de suas ações de pesquisa, ensino e extensão. Ocorreram, entre as muitas consequências dessa crise, as aposentadorias em massa de docentes qualificados com titulação de doutores, que sustentavam o desenvolvimento dos Cursos de Pós-Graduação em Enfermagem e mantiveram um e em outras áreas, o que afetou sensivelmente todas as universidades brasileiras. Esses cursos ficaram sem nenhum professor com a titulação de doutor. Foi necessário enfrentar momentos difíceis, traçando estratégias em curto espaço de tempo, entre as quais sobressaem as contribuições de docentes mestres que assumiram

a responsabilidade de dar continuidade ao ensino nesse nível e também a unificação do Colegiado do Curso de Especialização e Curso de Mestrado, transformando-os em um único Programa. Tais fatos culminaram com a oscilação de conceitos de avaliação da Capes, de A para C.

Mesmo assim, em plena crise, nessa década de 1990, as dirigentes desta Escola não deixaram de investir na qualificação de seus docentes para os Cursos de Doutorado fora do Estado e do país, como os da USP-SP, USP-Ribeirão Preto, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), UFBA-Universidade de Paris, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC-Paris), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade de Tóquio.

Visando a continuar atendendo a demanda, foi criada, em 1991, mais uma área de concentração denominada Enfermagem na Atenção à Saúde da Mulher e da Criança, que, em finais de 1994, sofre um desmembramento, surgindo, assim, duas áreas distintas.

330

No final de 1994, a Escola assume a Coordenação do Curso de Especialização em Administração Hospitalar, que era coordenado pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da UFBA. Esse curso fez com que os docentes da Escola tivessem oportunidade de ampliar o seu relacionamento multiprofissional e também, acolher os alunos e todos os profissionais da área de saúde, além de firmar os convênios com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, BA (Senac) a Fundação Monte Tabor/ Hospital São Rafael e UFBA.

Em 1995, o Curso de Mestrado passa a oferecer quatro áreas de concentração: Enfermagem na Atenção à Saúde da Mulher, Enfermagem na Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente, Enfermagem na Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso e Administração do Serviço de Enfermagem e Enfermagem Médico-Cirúrgica, que foi desativada em 1999.

De 1999 a 2000, com a consolidação gradativa das linhas de pesquisa em Enfermagem, o Programa reestruturou as áreas de concentração em três: Enfermagem na Atenção à Saúde da Mulher, Administração dos Serviços de Enfermagem e Cuidar em Enfermagem, esta com duas subáreas: Enfermagem na Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente e Enfermagem na Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso.

Em virtude do retorno gradativo de docentes com o título de doutor de 1997-2002, e da admissão dos outros docentes através do concurso público, em 2002, o programa passou a contar com 14 professores doutores no quadro permanente da Escola e duas professoras aposentadas, que

continuaram participando como orientadoras de dissertações de mestrado. Com o quantitativo de 16 professores doutores, o Programa teve condições de aumentar o número de vagas e o número de bolsas, em face do maior apoio financeiro da Capes; pôde, então, voltar a trazer docentes de outros Estados para compor as bancas examinadoras das dissertações, enriquecendo-se, assim, o nível de avaliação dos trabalhos científicos.

O Programa de Pós-Graduação da EEUFBA, estruturado conforme os recursos que passou a ter, lentamente, mas sem interrupção, em pouco tempo (1999–2003) expandiu-se de tal forma que conseguiu oferecer 11 cursos de Especialização; Residência em Enfermagem com três áreas distintas de Especialização em: Centro Cirúrgico, Unidade de Tratamento Intensivo e sob a forma de residência; Especialização em: Administração e Qualidade Hospitalar, Administração Hospitalar; Enfermagem Obstétrica, Neonatológica, Geriatria e Gerontologia e Gestão Pública de Sistemas de Saúde, formando cerca de 150-200 especialistas por ano. Isto se deve à confiança depositada na Escola pelos serviços de saúde, à qualidade do ensino e à valorização da educação permanente, associada as necessidades do mercado. Também foi vital o financiamento obtido da Secretaria da Saúde do Estado, do Ministério da Saúde e das instituições de saúde privadas e filantrópicas. Concomitantemente, desenvolveram-se atividades de ensino em parceria com a Escola de Administração, Instituto de Saúde Coletiva, Escola de Nutrição, Faculdade de Educação, Faculdade de Medicina e Faculdade de Arquitetura.

Por outro lado, o Programa de Pós-Graduação, em 1999-2003, firmou convênio com a Universidade Estadual de Santa Cruz com objetivo de contribuir na formação de 18 docentes em nível de Mestrado.

Registrou-se, de 1999 a 2003, um aumento considerável da produção acadêmica com número significativo de trabalhos apresentados nos eventos científicos e crescente publicação de artigos em periódicos. Isso ocorreu mediante a valorização e o reconhecimento dos resultados dessa produção, mediante o processo de formação de recursos humanos e aumento dos incentivos às pesquisas. Registrou-se, também, a 100ª defesa de dissertação em 17/10/2001. Foi nesse período que ocorreram as grandes transformações no processo de avaliação dos cursos de pós-graduação no país.

Nesse mesmo período se observou o aumento dos projetos de intercâmbio internacional, envolvendo países da Europa (Espanha,

Portugal, França), Estados Unidos, países da América Latina e Japão. Entre outros, destaca-se o Seminário Internacional em Educação e Saúde no Marco de Cooperação Internacional Brasil/Espanha/Colômbia, coordenado pela Profa. Dra. Maria do Rosário Menezes, com participação de 10 docentes da Espanha, uma docente da Colômbia e docentes vindos de outros Estados do Brasil. Em maio de 2003, quatro docentes da EEUFBA, uma docente da Universidade Estadual de Feira de Santana e uma da Universidade de São Paulo foram para Espanha através de projeto integrado EEUFBA/Universidades Espanholas (Cantábria e Madri), financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI).

332

Observa-se nesse período a abertura de vários programas em convênios com a Capes, a saber: Programa de Apoio a Projetos Institucionais, com a participação de recém-doutores (Prodoc) e Programa de Qualificação Institucional (PQI). A Escola foi contemplada com aprovação desses programas. A implementação do PQI se destacou com grandes êxitos obtidos com a titulação de três doutores e realização de missão de trabalho junto com a UFRJ e a UFSC. Além desses, os docentes da Escola participaram dos programas de Apoio do Desenvolvimento Científico do CNPq e da Fapesb, que ampliaram as bolsas de docentes e alunos.

Em 2004, o Curso de Mestrado em Enfermagem da EEUFBA recebeu da Capes o conceito 4 de avaliação no triênio de 2001-2003. Abriu-se, então a perspectiva de criação do Curso de Doutorado em Enfermagem na UFBA.

## CRIAÇÃO DO CURSO DE DOUTORADO

Em 1989 começou a articulação nacional sobre a necessidade de se criar o Curso de Doutorado em Enfermagem na região Nordeste; em 1990, foi instituída a Comissão Interestadual de Estudos para Implantação do Curso de Doutorado, que analisou essa possibilidade e sua viabilidade. Tendo sido realizados vários encontros na EEUFBA e na Universidade Federal da Paraíba, ficou decidido que a implantação desse curso seria na Universidade Federal do Ceará (UFC), o que, entretanto, só veio a ocorrer em 1998, no Departamento de Enfermagem da UFC com a área de concentração Enfermagem.

A proposta do Curso de Doutorado da Escola de Enfermagem da UFBA foi aprovada em 19/09/2005, na 88ª Reunião do Conselho Técnico Científico da Capes, com as áreas de concentração Gênero, Cuidado e Administração em Saúde e as respectivas linhas de pesquisa: Mulher, Gênero e Saúde, O Cuidado de Enfermagem no Processo de Desenvolvimento Humano, Organização e Avaliação dos Sistemas de Cuidados à Saúde. O Curso foi instalado em 5 de dezembro de 2005 e iniciadas as aulas da primeira turma em março de 2006, com 10 alunos matriculados. Em 2007, a Escola manteve o conceito 4 de avaliação da Capes.

## COMEMORAÇÃO DOS 60 ANOS DE FUNDAÇÃO DA EEUFBA

Em 2005, foi criada a Comissão de Organização e Programação da Comemoração dos 60 Anos de Fundação da EEUFBA, com a participação de docentes (aposentados e ativos) e Enfermeiras do Hospital Universitário Prof. Edgard Santos, representante dos funcionários técnico-administrativos, dos estudantes, da Associação Brasileira de Enfermagem e do Conselho Regional de Enfermagem. Em 22 de janeiro de 2006 realizou-se a formatura da turma 2006.1, em homenagem à deliberação do Decreto que aprovou a criação do Curso de Enfermagem em 22/01/1946. Programou-se também o Encontro de Docentes, Funcionários e Estudantes contando a História da EEUFBA em setembro de 2006, e foram homenageadas as personalidades que contribuíram para a criação e funcionamento da Escola de Enfermagem, o que foi objeto da conferência do Prof. Dr. Roberto Santos, em 9 de dezembro de 2006; finalizando a comemoração, no dia 12 de março de 2007, realizou-se a conferência “Enfermagem do Brasil e do Mundo”, pela professora Dra. Taka Oguisso. Em outubro de 2007, foi realizado I Simpósio Ibero-Americano de História da Enfermagem na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo-USP. Nessa ocasião, as docentes que trabalharam na organização dos eventos da comemoração, participaram desse simpósio apresentando comunicação sobre a trajetória dos 60 anos de fundação da EEUFBA.

Assim, a Escola vem unindo as competências tanto dos docentes e estudantes ativos e aposentados quanto dos profissionais da área na construção de serviços de saúde para melhor atender a coletividade.

## TÍTULOS E HONRARIAS RECEBIDOS PELOS DOCENTES E DISCENTES DA EEUFBA

A Escola registrou a primeira honraria com destaque em 24 de novembro de 1987, quando foi outorgado à Professora Dra. Haydée Guanais Dourado o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal da Bahia. Em seguida, em 14 de maio de 1998, a UFBA conferiu à Professora Dra. Maria Ivete Ribeiro de Oliveira o título de Professora Emérita. Em 1999, a Professora Dra. Stella Maria Barros também recebeu o Título de Professora Emérita conferido pela UFBA.

Durante a comemoração dos 60 anos de fundação da Universidade Federal da Bahia, a Medalha Prof. Edgard Santos foi concedida às personalidades que se dedicaram ao progresso da instituição. Em 4 de julho de 2006, três docentes aposentadas desta Escola, Profa. Dra. Maria Hélia de Almeida, Profa. Dra. Clara Wolfvitch e Profa. Dra. Terezinha Teixeira Vieira, receberam essa medalha.

334

Em comemoração aos 60 anos de fundação da EEUFBA, receberam homenagens especiais as professoras Eurides Correia Rocha, Maria Clayde de Oliveira, Célia Dias Coelho Dantas, Iracy Silva Costa e Floripes Cavalcante Farias; as ex-diretoras Anayde Correa de Carvalho, Maria José de Oliveira, Clara Wolfvicht, Maria do Rosário Barbosa Nogueira, Joscélia Dumêt Fernandes, Marisa Correia Hirata, Neusa Dias Andrade de Azevêdo, Georgina Almeida Lomanto e Magda Helena Rocha Dantas; a ex-aluna, pelo DA, Maria Duarte Sepúlveda; funcionárias (os): Maria Helena dos Santos Medrado, Florisvaldo Américo Alves e Edvaldina de Sales Borges; formandos de 1956 — Bodas de Ouro: Stella Sena (representando a turma); e serviços e entidades: Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, Secretaria de Saúde do Município de Salvador; Hospital Universitário Professor Edgard Santos, Maternidade Climério de Oliveira, Serviço Médico Universitário Rubens Brasil, Hospital São Rafael, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Instituto Cárdio-Pulmonar da Bahia, Instituto Sócrates Guanais.

## REFLEXÃO

Durante os 62 anos de existência a Escola de Enfermagem apresentou uma dinâmica que exigiu esforço, negociação, habilidades em vários sentidos.

De um lado, buscou a atualização constante de um projeto pedagógico e realização de oficinas para operacionalizá-lo, renovação e criação de convênios para manutenção do campo de prática com adequação a políticas sociais de educação, saúde e tecnologia, além da realização de constantes estudos sobre as propostas de reestruturação e ampliação de vagas nos cursos adotados pela Universidade Federal da Bahia, conforme a orientação do MEC.

Temos certeza de que os docentes e estudantes da escola somaram seus ideais para melhor contribuir e apoiar o projeto institucional, mesmo que as sugestões não tenham sido totalmente discutidas em tempo.

Os contratempos aconteceram na unidade e na UFBA, mas serão sempre refletidos pelas pessoas que vão compartilhar a caminhada dessas lutas. Sabemos que a luta política estará sempre presente enquanto houver divergência nos pensamentos; no entanto, as discussões não devem ser interrompidas indo de encontro à prerrogativa da democracia. A Escola manteve sempre o diálogo aberto com toda a comunidade interna e externa, desenvolvendo oficinas, seminários e eventos vários sempre abertos à comunidade.

A Escola de Enfermagem da UFBA tem investido em constante qualificação docente e apresenta potencial para incrementar as atividades de pesquisa, ensino e extensão. No entanto, enfrenta dificuldades relativas ao pessoal técnico-administrativo, quer sejam aquelas concernentes ao quantitativo, com a previsão de um número significativo de aposentadorias previstas para os próximos anos, quer sejam as referentes ao desempenho de certas funções, devido, principalmente, a problemas de saúde.

Quanto à infraestrutura didática, houve grande melhoria com a aquisição de equipamentos permanentes e insumos para desenvolvimento das atividades acadêmicas, adquiridos com recursos financeiros dos projetos dos cursos de especialização e de pesquisa nestes últimos anos. Contudo, no que tange à reestruturação física da unidade, observa-se que o não-atendimento às demandas está diretamente ligado à falta de recursos financeiros para a preparação de pessoal, manutenção e conservação das instalações.

Desejamos, portanto, que os próximos anos sejam tão fecundos como o foram os que decorreram até o momento, destacando-se a liderança, a criatividade, o esforço coletivo e a dignidade no compromisso contínuo com a ética na formação dos profissionais de enfermagem.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto-Lei nº 8779, de 22 de janeiro de 1946. Diário Oficial da União, 24 de jan. 1946.
- CATEDRÁTICA de Enfermagem da Universidade Vanderbilt. *A Tarde*, Salvador, 30 ago. 1948.
- COSTA, I. S. *Até parece que foi ontem...* Salvador: Clínica dos Livros, 2005.
- ENFERMEIROS práticos não poderão ser contratados. *A Tarde*, Salvador, 16 ago. 1949.
- FERNANDES, J. D. *Memorial Escola de Enfermagem: 1946-1996*. Salvador: UFBA, 2001.
- REVISTA BAIANA DE ENFERMAGEM. Salvador: EEUFBA, v.1, n. especial, 1981.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Escola de Enfermagem. *Ata do Conselho da Escola de Enfermagem*. Salvador, 1947.
- \_\_\_\_\_. *Relatórios anuais de gestão da EEUFBA*. 1993-1997; 2005-2008.
- \_\_\_\_\_. *Relatórios anuais de pós-graduação*. 1978, 1985, 1987-1990, 1999-2003, 2003-2006.

### HISTÓRICO DA FACULDADE DE FARMÁCIA

*Maria Spinola Miranda<sup>1</sup>*

No Brasil, a história do primeiro Curso de Farmácia se confunde com a história da farmácia brasileira. Em 1521, D. Manoel, rei de Portugal, instituiu o “Regimento do Físico-Mor do Reino”, o qual dispõe que somente os boticários poderiam instalar e ser proprietários de botica. Entretanto, não estava claro se tal Regimento tinha validade para as colônias de Portugal. Foram os padres jesuítas os primeiros a desempenhar atividades relacionadas a cuidados da saúde e à farmácia, destacando-se o Padre José Anchieta como o patrono da profissão farmacêutica no país. Os jesuítas, muito mais preventivos e práticos que os donatários das capitanias e do que os próprios governadores gerais trataram logo de instituir enfermarias e boticas em seus colégios, havendo um irmão que cuidava dos pacientes e outros que preparavam os remédios. Foram, portanto, os jesuítas os primeiros boticários

---

1 Diretora da Faculdade de Farmácia.

da nova terra, em cujas boticas se encontravam drogas medicamentosas vindas da metrópole e as plantas medicinais indígenas, da terapêutica empírica dos pajés, mas de eficácia comprovada. Paralelamente, existiam as boticas públicas comandadas por práticos em farmácia.

Com o crescer da colonização brasileira, as boticas dos jesuítas já não atendiam às necessidades da população e raras eram as boticas públicas legalmente reconhecidas, sendo o Físico-Mor do Reino obrigado, em 1742, a decidir o cumprimento integral do Regimento que proibia o comércio ilegal de drogas e medicamentos, estabelecendo multas e sequestro dos estoques dos infratores.

O ensino das ciências da saúde tem seu início em 1808 quando, por sugestão do Cirurgião-Mor do Reino, Dr. José Correa Picanço, o príncipe regente D. João criou a Escola de Cirurgia da Bahia, mediante Carta Régia de 18 de fevereiro do citado ano.

338

Em 1º de abril de 1813 foi convertido em Decreto o *Plano de Estudos de Cirurgia*, elaborado pelo baiano Dr. Manoel Luiz Alvares de Carvalho, cirurgião-mor do Reino e diretor dos Estudos de Medicina e Cirurgia da Corte e Reino do Brasil. Este Plano fundamentou a Carta Régia de 29 de dezembro de 1815, a qual determinou mudanças no ensino até então praticado, sendo as principais:

- a Escola de Cirurgia passou a Colégio Médico-Cirúrgico;
- o curso médico passou a ter duração de 5 anos;
- novas cadeiras (disciplinas) foram incorporadas, dentre elas a Química Farmacêutica.

Assim rezava a Carta Régia: “No primeiro ano aprende-se Anatomia em geral até o fim de setembro: e de então até seis de dezembro, ensinar-se-á Química Farmacêutica e o conhecimento necessário à Matéria Médica e Cirúrgica, sem aplicações: o que se repetirá nos anos seguintes, sendo estas noções dadas pelo Boticário do Hospital que vencerá nos dois meses de outubro e novembro que ensinar em cada um deles vinte mil reis”. Foi designado para ministrá-la o boticário João Gomes da Silva.

Assim se inicia, portanto, o ensino de Farmácia na Bahia, dando origem à Unidade de Ensino que hoje se constitui a Faculdade de Farmácia da UFBA.

Uma outra Carta Régia, datada de 29 de novembro de 1819, diz que o rei (coroadado em 1816) manda: “ter na cidade da Bahia o exercício da cadeira de FARMÁCIA” e designou para ocupá-la o português Dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, que a ministrava, antes, em Lisboa. Ela passou a fazer parte das matérias do Colégio Médico-Cirúrgico, o seu proprietário foi nomeado Lente em 28/05/1824 e lhe foi cedida a espaçosa botica do Convento de Santa Teresa, hoje Museu de Arte Sacra, para onde o boticário transferiu sua cátedra e os poucos utensílios que possuía.

Tendo falecido o Dr. Paiva em 10/03/1829, foi nomeado para reger a cadeira de Farmácia, interinamente, o Dr. Francisco de Paula Araújo e Almeida, lente substituto e também deputado. Como tal, empenhou-se na apresentação e aprovação do “Plano de Organização das Escolas Médicas do Império” e, em 03 de outubro de 1832, foi então assinada pela Regência Trina Permanente, e referendada pelo ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, a Lei do ensino médico que, na Bahia determinou:

- criação do Curso Farmacêutico;
- nova denominação para o Colégio Médico-Cirúrgico que passou a ser Faculdade de Medicina da Bahia;
- criação da Biblioteca.

Esta reforma somente entrou em vigor, na Bahia, em 1833 e permaneceu por 22 anos. O Curso Farmacêutico criado tinha duração de 3 anos, com disciplinas que incluíam além das básicas a Terapêutica e Arte de Formular.

Para ingressar no curso os candidatos eram obrigados a fazer exames preparatórios de Francês ou Inglês, Aritmética e Geometria. Para obter a carta de Farmacêutico, emitida pela Faculdade, os alunos, depois de aprovados nas matérias do curso, deveriam praticar pelo período de 3 anos, numa botica de boticário aprovado, havendo a necessidade de apresentação do competente atestado de frequência.

Através do Decreto nº 1.387, de 28 de abril de 1854, o ministro Luiz Ferreira de Couto Ferraz reorganizou o ensino superior no Brasil. As modificações realizadas tiveram pouco impacto no ensino farmacêutico que continuou com a duração de 3 anos, porém foram acrescentadas as matérias: Mineralogia, Química Orgânica e separada a Farmácia da Matéria Médica.

Em 1879, o Decreto nº 7.247, de 19 de abril (Reforma Leôncio de Carvalho) tornou livre, no país, o ensino, permitindo a qualquer particular a fundação e manutenção de instituições de ensino, desde que neles fossem professadas as matérias que constituíam os programas dos estabelecimentos oficiais.

Inspirada nas universidades alemãs, esta reforma estabeleceu liberdade de frequência às aulas, permissão aos estudantes de repetir os exames das matérias nas quais não tivessem conseguido habilitação na época apropriada e permitiu, explicitamente, o ingresso de “indivíduos do sexo feminino” nas instituições de ensino superior, para quem eram reservados lugares separados nas aulas.

A primeira mulher farmacêutica formada na Faculdade de Medicina da Bahia foi Gláfira Corina de Araújo, que colou grau em 25/10/1892, conforme Livro de Registro dos Farmacêuticos formados na referida Faculdade.

340

Para ingresso na Escola de Farmácia, obrigatoriamente exigiam-se: idade não inferior a 16 anos, atestado de vacina e os “preparatórios”: Português, Latim, Francês, Inglês, Filosofia. Aritmética, Álgebra (até equações do primeiro grau) e Geometria.

Posteriormente, o Decreto nº 9.311, de 25/10/1884, (Reforma Sabóia) deu novos Estatutos às Faculdades de Medicina, porém o Curso de Farmácia permaneceu com a duração de 3 anos mas com a inclusão do ensino de Zoologia, Terapêutica, Farmacologia e Toxicologia.

A primeira reforma do ensino superior, no regime republicano, ocorreu mediante Decreto nº 1.270, de 10/01/1891, aprovada pelo governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca e referendada pelo ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamim Constant, que lhe deu o nome. Ela propôs a reorganização das instituições do ensino médico, sendo a da Bahia, a partir de então, denominada Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia.

A “Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República”, aprovada pelo Decreto nº 8.659, de 05/04/1911, (Reforma Rivadávia Corrêa) trouxe modificações ao Curso Farmacêutico, restabelecendo a duração de 3 anos e incorporando novas matérias ao currículo, que ficou assim constituído: História Natural Médica, Física, Química Analítica, Microbiologia, Higiene, Bromatologia, Toxicologia e Farmacologia.

Nova reorganização do ensino superior no Brasil ocorreu com a Reforma Rocha Vaz, de 13/01/1925, com abrangência do Curso de Farmácia

que passou a funcionar como Faculdade de Farmácia Anexa à Medicina, com cadeiras ministradas no período de 4 anos.

As cadeiras privativas do curso de Farmácia, ou seja, Farmácia Galênica, Farmacognosia, Farmácia Química, Química Analítica e Química Toxicológica e Bromatológica passaram a se ministradas por farmacêuticos.

O Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, reduziu a duração do curso para 3 anos, porém manteve as cadeiras.

Na década posterior, pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 08 de abril de 1946, foi criada a Universidade da Bahia, que se instalou, solenemente, em 02 de julho de 1946, no salão nobre da Faculdade de Medicina.

A Escola de Farmácia permaneceu anexa à Faculdade de Medicina até que, pela Lei nº 1.021, de 28 de dezembro de 1949, se tornou autônoma, transformando-se em Faculdade de Farmácia da Universidade da Bahia. Em 04 de dezembro de 1950, o governo sancionou a Lei nº 2.234, definindo o Sistema Federal de Ensino Superior. A partir de então a Universidade da Bahia passa a denominar-se Universidade Federal da Bahia e a Faculdade de Farmácia a Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia.

Cumprir fazer, uma referência especial aos primeiros professores da Faculdade de Farmácia autônoma, remotos precursores de cujo esforço, individual e coletivo, resultou esta Unidade de Ensino, ferrenhos defensores da autonomia do ensino farmacêutico. São eles: José Carlos Ferreira Gomes, o primeiro diretor e catedrático de Química Farmacêutica; José Tobias Netto, catedrático de Toxicologia e Bromatologia; Adolpho Diniz Gonçalves, catedrático de Química Analítica; Elsiro Joelviro Coutinho, catedrático de Farmacognosia; Tripoli Francisco Gaudenzi, catedrático de Química Industrial Farmacêutica; Mauro Barreira de Alencar, professor de Farmácia Galênica; Galeno Egidio de Magalhães, professor de Botânica aplicada à Farmácia, Djalma de Moraes Carvalho, professor de Química Farmacêutica.

O antigo Curso Farmacêutico sempre funcionou no edifício da Faculdade de Medicina, localizada no Terreiro de Jesus (Praça 15 de Novembro). A partir de 1952, a Faculdade de Farmácia mudou-se, provisoriamente, para o prédio da Av. Araújo Pinho, nº 58 — Canela, onde se instalaram, além da direção, administração e biblioteca, alguns de seus laboratórios, ficando na Faculdade de Medicina, ainda por um longo período de tempo, os laboratórios de Química Analítica, Farmácia Galênica, Bromatologia e

Toxicologia. Os dois últimos foram depois para o prédio da Faculdade de Odontologia, cuja pedra fundamental seria a da Faculdade de Farmácia.

As condições precárias das instalações da pequena casa da Av. Araújo Pinho não permitiam a expansão do curso cuja reforma adotou habilitações em Bioquímica de Alimentos, Análises Clínicas e Farmácia Industrial. Apesar da atuação serena e forte da Dra. Dirce Franco de Araújo, foi necessária a força do movimento estudantil para pleitear junto ao MEC a construção de um prédio digno para albergar a Faculdade de Farmácia e permitir a melhoria na formação do profissional farmacêutico. Nesta luta são destaques os nomes dos seguintes acadêmicos: Alice Portugal, Ana Brasil, Gisélia Souza, Irene Prazeres, Luís Carlos Caetano, presidente do Diretório Acadêmico (1976-1978) e Manoel Messias, entre outros, reconhecidos pela coragem e combatividade.

342

Após intensa luta e uma greve que custou a perda do semestre, em 1981 a Faculdade de Farmácia passou a ocupar o seu prédio atual, no Campus Universitário de Ondina, depois de anos de lutas e tentativas frustradas para construção de um espaço físico adequado às suas necessidades didáticas e científicas.

Atualmente, a Faculdade de Farmácia possui 938 alunos matriculados e oferece 160 vagas/ano em disciplinas para alunos do curso de Nutrição.

A Faculdade possui dois mestrados — o primeiro, em Ciência de Alimentos, foi implantado em agosto de 2006, possui como linha de pesquisa o Controle de Qualidade de Alimentos e conta com 32 alunos matriculados, dez dos quais já defenderam suas dissertações. O curso é importante, pois tem capacitado professores e técnicos do Estado da Bahia que atuam em universidades públicas e privadas. Em 2008 foi implantada a segunda pós-graduação *stricto sensu* em Farmácia, coordenada pelo professor Ajax Ata, visando ao estudo do diagnóstico e de medicamentos. A repercussão desses cursos será notória a partir de 2010, quando as publicações começarão a florescer conferindo à Faculdade de Farmácia um impulso importante na sua produção acadêmica.

Os professores também contribuem com outros cursos de pós-graduação de outras unidades da UFBA (ICS, Química, Medicina Veterinária).

BREVE NOTA SOBRE O SENTIDO DE SUA HISTÓRIA<sup>1</sup>

*João Carlos Salles<sup>2</sup>*

A Faculdade de Filosofia da Bahia (posteriormente, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) foi fundada em 13 de junho de 1941, pela ação deveras diligente de Isaías Alves, irmão de Landulpho Alves, então interventor federal em nosso Estado. No início, ocupou o prédio de nº 183 da Avenida Joana Angélica,<sup>3</sup> onde antes funcionara a Escola Normal, compreendendo em sua estrutura quatro seções (Filosofia, Ciências, Letras

---

1 Este texto é apenas uma nota, com a qual a FFCH vem associar-se ao projeto mais amplo deste livro, não apresentando, porém, o detalhamento esperado em dados e em reflexão. Não cabe discorrer aqui sobre os diversos motivos que nos levaram a não apresentar um texto mais extenso e bem cuidado. Cabe, sim, registrar a atitude persistente, paciente e amiga da Profa. Lídia Toutain, cujo zelo foi enfim responsável por a FFCH não estar ausente deste empreendimento acadêmico. Cabe também registrar o empenho sincero do Prof. Rubens Ribeiro, a quem também agradecemos.

2 Professor do Departamento de Filosofia e diretor da FFCH.

3 A Faculdade também funcionou no Terreiro de Jesus, no prédio da antiga Faculdade de Medicina, de 1 de maio de 1970 a 12 de janeiro de 1974, quando enfim encontrou seu lugar natural e definitivo, a Estrada de São Lázaro, o mais belo espaço acadêmico da UFBA.



e Pedagogia), que se desdobravam em uma dúzia de cursos. Em breve, veio a contribuir com as Faculdades de Medicina e Direito, bem como com as Escolas Politécnica, Agrônômica e de Ciências Econômicas, para a criação da Universidade Federal da Bahia.

A Faculdade criou-se, então, em 1941, amparada em “talentos locais”, nem sempre com formação adequada aos cursos ministrados. Não é assim de estranhar que, em sua composição inicial, contava com 40% de médicos, 27% de engenheiros, 18% de advogados e 15% de “humanistas”, responsáveis por habilitar licenciados e bacharéis em Filosofia, História, Psicologia, Física, Química, Matemática, História Natural, Geografia, Ciências Sociais, Pedagogia, Letras Clássicas, Neolatinas, Anglo-Germânicas e Jornalismo.<sup>4</sup>

É fácil perceber o extremo contraste entre a situação inicial e nosso atual momento. Aqui, não poderemos recuperar os passos porque, de nossa Faculdade, vieram a se constituir cursos e institutos independentes. É, afinal, rico, extenso e pleno de detalhes o movimento por que nossa Faculdade se desmembrou ou fez agregar atividades acadêmicas. A história registra, por exemplo, o início e o fim de um departamento como o de Estudos de Problemas Brasileiros, ambos criados por motivos externos à Faculdade e contra sua resistência; mas também registra movimentos internos de constituição de campos fecundos de produção acadêmica, alguns com independência teórica suficiente para justificar uma identidade própria, mesmo com a preservação de intensa parceria institucional, como é o caso recente do Instituto de Psicologia, oriundo de um departamento de nossa Faculdade.

É bastante rico o histórico de ações de ensino, de pesquisa e de extensão de nossa Faculdade, o modo por que atualizamos nossos propósitos e, com o passar dos anos, nos inserimos em uma comunidade acadêmica mais ampla. Com nosso trabalho, alterou-se a ênfase dada a certos termos de nossa originária finalidade regimental. (SIMÕES, 1990, p. 27) Na verdade, chegamos mesmo a modificar radicalmente nossos propósitos e métodos. Assim, deixamos de ser uma unidade à qual se demandavam quase tão-somente serviços de ensino, não mais nos contentando em “preparar candidatos ao magistério secundário, normal e técnico”. A prevista

---

4 Essa estrutura de cursos desfez-se ao longo do tempo. Física, Química, Matemática e os três cursos de Letras originaram os respectivos institutos. O curso de história natural foi incorporado ao Instituto de Biologia, assim como o de Geografia o foi ao Instituto de Geociências. O curso de Pedagogia se tornou a Faculdade de Educação, enquanto o curso de Jornalismo, antes mesmo da reforma universitária, foi agregado à então Escola de Biblioteconomia. (SIMÕES, 1990, p. 55)

preparação de “intelectuais para as atividades de alta cultura” certamente sofreu uma plena modificação, afastando-nos de um certo beletrismo de forte cor local e nos aproximando cada vez mais de padrões rigorosos e universais de produção filosófica e científica. Por outro lado, a conquista de um padrão universal foi acompanhada por uma forte sensibilidade para os temas que nos são mais próximos e, para nós, iniludíveis. A “alta cultura” se nos apresentou por meio de nossa própria história, sendo correlatos, entre nós, o movimento de internacionalização no diálogo acadêmico e o movimento de reconhecimento de nossa mais funda identidade cultural.

A aposta inicial de Isaías Alves em um corpo docente tipicamente baiano não se mostrou de todo equivocada. Entretanto, precisou ser revista ao longo de nossa história, ao menos, em dois sentidos. Em primeiro lugar, nossos intelectuais não podiam se eximir dos processos mais bem credenciados de formação. E, com efeito, esse movimento é notável, tanto por força da capacidade acadêmica já agregada em nossa Universidade, quanto por investimentos fortes em qualificação nos melhores centros, resultando em um quadro docente composto em sua quase totalidade por doutores, sendo muito bem capacitados e destacados mesmo os que não possuem esta titulação. Em segundo lugar, nossa Faculdade soube acolher e, a seu modo, tornar baianos bons pesquisadores “estrangeiros”, quer de outros Estados do Brasil, quer de outros países.

E uma afirmação inicial do ideário regimental de Isaías Alves veio a cumprir-se em grande medida: “Realizar pesquisas nos vários setores em que se dividem suas atividades docentes”. A esse propósito, Isaías Alves acrescentava o advérbio “patrioticamente”. Tivemos oportunidade de registrar como nossa Faculdade soube reinventar sua identidade e sua tradição, como soubemos reler nossa história e como temos enfatizado outro advérbio, qual seja, “democraticamente” — com o que temos sabido exercitar a “prerrogativa distintiva de uma reflexão capaz de se voltar criticamente para as atividades de toda a Universidade e de, em grande parte, questionar-lhe o sentido”. (SALLES, 2009, p. 430) Com efeito, nossa unidade é certamente um importante centro de ensino, com o que atende a cursos de todas as áreas de nossa Universidade. Além disso, é ela própria um importante centro de formação de recursos humanos, oferecendo, a partir de seus seis departamentos, cinco cursos de graduação (perfazendo um total de mais de 2.000 alunos) e seis programas de pós-graduação (todos estes com cursos de

mestrado e doutorado, perfazendo um total de mais de 300 alunos).<sup>5</sup>

Essa extensa atividade de ensino, porém, não é mais independente de uma inserção de nossos docentes e discentes em uma trama nacional e internacional de pesquisa, materializada entre nós em Núcleos de Pesquisa, em Órgãos Complementares (outrora, suplementares), em Grupos de Pesquisa certificados pela UFBA junto ao CNPq, em ações de pesquisadores financiados por agências de fomento, seja com bolsas de produtividade, seja com recursos de editais variados.<sup>6</sup> Essa rede de pesquisa tem decerto fundamental importância formadora, recobrando desde a iniciação científica até os cursos de doutorado, mas também tem uma dinâmica própria, produzindo resultados e favorecendo a realização constante de eventos de destaque, seja pela excelência dos participantes e dos trabalhos apresentados, seja pelo impacto em nossa sociedade.<sup>7</sup>

346

Esta breve nota, não podendo recuperar dados importantes de uma longa trajetória, não é também o espaço para um relato mais demorado de dificuldades. Certamente, é clara a relevância de nossa Faculdade como um polo regional da pesquisa e do ensino de qualidade no âmbito da Filosofia e das Ciências Humanas. Isso se afirma, malgrado as dificuldades cotidianas para a manutenção do complexo arquitetônico e seu espaço físico. Da mesma forma, a FFCH cresce, apesar da extrema redução do quadro de funcionários, paradoxalmente correlata à ampliação de nossa dimensão acadêmica, com a criação de novos cursos e a multiplicação de grupos e núcleos de pesquisa. Tampouco temos espaço para aprofundar a reflexão sobre o dano causado à estrutura da FFCH pela modificação do estatuto dos órgãos suplementares ou para debater a delicada situação de segurança em um campus tão amplo e tão vulnerável. Importa, sim, nesta pequena nota, registrar a força crescente de

5 São, atualmente, departamentos da FFCH: Antropologia, Ciência Política, Filosofia, História, Museologia, Sociologia. São Colegiados de Cursos de Graduação: Ciências Sociais, Filosofia, Gênero e Diversidade, História, Museologia. São Colegiados de Cursos de Pós-Graduação: Antropologia, Ciências Sociais, Estudos Étnicos e Africanos, Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Filosofia, História. Mais informações sobre a FFCH e seus encontram-se na página: [www.ffch.ufba.br](http://www.ffch.ufba.br)

6 Temos cerca de 30 grupos de pesquisa certificados no Diretório de Pesquisas do CNPq e 27 bolsistas de produtividade. A lista de grupos de pesquisa e de núcleos vinculados à FFCH encontra-se em <http://www.ffch.ufba.br/spip.php?rubrique3>

7 Cabe destacar a especial sensibilidade de nossa Faculdade para as atividades extensionistas. Ela a manifesta, sem dúvida, pela realização de eventos acadêmicos (colóquios, minicursos etc.) abertos à comunidade, mas também através de programas envolvendo comunidades, como as do entorno da FFCH (Calabar, Alto das Pombas, São Lázaro). São programas de pesquisa, mas também de interação com a comunidade, visando à sua inclusão social, como nos projetos financiados pela SEDES, a exemplo do programa Juventude na Ativa.

nossa Faculdade e, em suma, seu renovado ânimo acadêmico, seu empenho em comemorar, em 2011, 70 anos de existência, com relevantes trabalhos para nossa comunidade acadêmica e para a Universidade Federal da Bahia.<sup>8</sup>

## REFERÊNCIAS

SALLES, J. C. *Tradição e identidade: a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA*. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, p. 427-435, 2009.

SIMÕES, R. *A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.

---

<sup>8</sup> A FFCH teve a iniciativa, em 2010, de realizar, juntamente com o Instituto de Psicologia, o I Encontro dos Programas de Pós-Graduação de São Lázaro. Em 2011, de 13 a 17 de junho, teremos a realização do II Encontro de São Lázaro, agregando o melhor de nossa produção acadêmica.



NOTAS HISTÓRICAS

*Aurino Ribeiro Filho*<sup>1</sup>  
*Arthur Matos Neto*<sup>2</sup>

INTRODUÇÃO

As primeiras tentativas de ensino de disciplinas ligadas à Física, no ambiente universitário, no Estado da Bahia, não são bem documentadas, entretanto alguns registros indicam que tópicos ligados ao tema faziam parte de ementas de cursos lecionados na Faculdade de Medicina da Bahia, no prédio construído pelos jesuítas em 1553. Ali abrigou-se, no início de suas atividades, o Colégio da Companhia de Jesus. Além do ensino da Medicina havia outros cursos da área médica, a exemplo de Farmácia e Odontologia. É importante lembrar que naquele colégio foi também lecionado, até 1755,

---

1 Professor do Departamento de Física do Estado Sólido da UFBA.

2 Professor e atual diretor do Instituto de Física da UFBA.

um curso de Matemática. A partir de 18 de fevereiro de 1808, após a chegada de D. João VI ao Brasil, foi criado o Curso Médico-Cirúrgico da Cidade da Bahia, precursor da mais antiga Faculdade de Medicina instalada no Brasil. (FREITAS, 1995)

A instalação da Escola Politécnica da Bahia (EPB), em 14 de março de 1897, marca o início do ensino da matéria Física Geral e outras correlatas, a exemplo de Mecânica Racional, Resistência dos Materiais e Geodésica, necessárias para a formação básica dos futuros engenheiros. A citada Escola foi criada graças ao empenho de alguns membros do Instituto Politécnico da Bahia, fundado em 12 de julho de 1896, liderados pelo engenheiro Arlindo Fragoso, formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Os cursos ministrados, inicialmente, na referida Escola, foram influenciados pela sua congênere carioca, com ênfase no ensino das disciplinas ligadas às ciências físicas e matemáticas. O ensino das disciplinas ligadas à Física era baseado em tratados franceses, sem contudo verificar-se um interesse mais acentuado em torno do desenvolvimento de pesquisa básica ou aplicada por parte dos professores. Apesar disso, alguns deles, esporadicamente, publicavam trabalhos de divulgação em revistas locais, em que tópicos sobre Mecânica e Física Geral eram discutidos. Além dos professores da Politécnica, antigos mestres do curso de Arquitetura, que era sediado na antiga Escola de Belas Artes, criada em 1877, e localizada próximo à Baixa dos Sapateiros, e outros pertencentes aos quadros da Escola Superior de Agricultura, também criada em 1877, deixaram registrados trabalhos de divulgação sobre a Física e, por obrigações acadêmicas, muitos submeteram, a bancas de concurso, teses de livre-docência ou de cátedra, cujos temas eram ligados a tópicos da mencionada disciplina.<sup>3</sup>

Com a criação da antiga Faculdade de Filosofia da Bahia (FFB), em 1941, graças à liderança de Isaías Alves de Almeida, surgiram os primeiros movimentos a fim de se instalar um curso de Física com a finalidade de diplomar bacharéis e licenciados. (SIMÕES, 1990) O primeiro vestibular para o novo curso foi realizado em 1952, sendo o seu primeiro candidato o engenheiro agrônomo Álvaro da Silva Ramos, que se tornaria o

3 Nos arquivos da Escola Politécnica da UFBA estão catalogadas várias teses de Livre-Docência e de Cátedra, de diferentes professores-engenheiros: Pedro Muniz Tavares, ex-catedrático de Mecânica Racional; Álvaro Rocha, ex-catedrático de Física; Magno Valente, ex-catedrático de Termodinâmica; Guilherme Ávila, ex-catedrático de Hidráulica. Alguns exemplares dos Anais da Revista da FFCL da Universidade da Bahia trazem artigos de professores que acumulavam diferentes cátedras na universidade.

primeiro graduado nos cursos de bacharelado e de licenciatura em Física, respectivamente.<sup>4</sup> Àquela época o mencionado físico era funcionário do Instituto de Tecnologia da Bahia (ITB), e graças ao apoio do professor Arquimedes Guimarães, ele obteve uma bolsa do Departamento de Estado Americano, a fim de realizar um curso de especialização em Física na Ohio State University. A contrapartida, no seu retorno, seria a implantação de um laboratório de Espectrometria no ITB, o que conseguiu realizar com o apoio de outro membro daquele instituto, a professora Lolita Carneiro de Campos Dantas, engenheira que, a partir de 1967, se tornaria livre-docente e, posteriormente, professor titular de Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Analítica, Cálculo Numérico e Noções de Nomografia da Escola Politécnica da UFBA. Com a aposentadoria do antigo catedrático de Física, o professor Paulo Pedreira de Cerqueira, Álvaro da Silva Ramos seria nomeado docente da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras incorporada, junto com as outras mencionadas faculdades, em 1946, à Universidade da Bahia (UBA).

351

O desenvolvimento da pesquisa e da extensão em Física, até o final dos anos 1950, na então Universidade da Bahia, era bastante incipiente. O que existia, de fato, era um ensino de graduação clássico, com as disciplinas de Física lecionadas por diferentes profissionais ligados a diferentes faculdades ou escolas profissionais. Não havia uma vinculação mais estreita com projetos de pesquisa e pós-graduação, nos diferentes setores da Universidade, a não ser na Faculdade de Medicina, cujo setor de pesquisa sempre mereceu atenção de seus dirigentes, e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A partir do início dos anos 1970, a Universidade seria palco de profundas mudanças, graças ao trabalho desenvolvido na gestão do reitor Edgard Santos<sup>5</sup>, fundador da citada Universidade da Bahia (UFBA a partir de 1966), em 2 de julho de 1946, quando liderou a junção das escolas tradicionais: Medicina, Politécnica e Direito com a FFB e a Faculdade de Ciências Econômicas. Através de um arrojado projeto de modernização, a UBA se transformaria, àquela época, num dos mais modernos e notáveis centros universitários do país. Nos 16 anos de reitorado, Edgard Santos conseguiu reunir

---

4 Álvaro da Silva Ramos foi professor de teoria e laboratório de Física Geral e Experimental: na Escola Politécnica, na FFCL, no IMF e no IFUFBA. Aposentou-se como Professor Adjunto 4 e dirigiu o IFUFBA, no período (1980-1984).

5 Edgard Rêgo Santos foi o fundador da Universidade da Bahia, em 02 de julho de 1946, e reitor por dezesseis anos.



uma equipe importante de colaboradores e, por conseguinte, novas unidades de ensino, pesquisa e extensão foram criadas, a exemplo de: o Laboratório de Geomorfologia, sob a liderança do geógrafo Milton Santos, o Laboratório de Fonética, sob a direção de Nelson Rossi, o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), liderado pelo antropólogo George Agostinho Baptista da Silva, a Escola de Teatro, dirigida por Eros Martim Gonçalves, a Escola de Dança (com Janka Rudzka e Rolf Gelewsky), os Seminários Livres de Música (com a presença de Hans Koellreuter), os Museus de Arte Sacra e Arte Moderna (liderados pela arquiteta Lina Bo Bardi), a Escola de Belas Artes (com Mário Cravo e outros expoentes das artes plásticas), além do estabelecimento de um Departamento Cultural, coordenado por Valentim Calderón e de centros de intercâmbio como a Casa da França e o Instituto de Cultura Hispânica. Enfim, a UBA tornou-se o centro aglutinador do movimento cultural baiano, nos anos 1960, período às vezes denominado de “Renascença baiana”, que influenciou movimentos literários e o desenvolvimento de um polo cinematográfico na Bahia. Toda aquela efervescência cultural intuiria o arquiteto e docente da UFBA, Paulo O. de Azevedo, ao declarar que todo aquele movimento surgiu

[...] dentro de um contexto plural onde se interligavam a derrota do nazi-fascismo e as lutas de emancipação colonial, no plano mundial; o término da ditadura de Vargas e a Constituição de 1946, no plano nacional; o levante de jovens intelectuais baianos, o advento do governo democrático de Mangabeira e a criação da Universidade da Bahia, no plano estadual. (RIBEIRO FILHO, 1994, p. 28)

## O INSTITUTO DE MATEMÁTICA E FÍSICA (IMF)

A falta de tradição e de pesquisas, nas áreas de Ciências Exatas e da Natureza preocupava distintos membros da comunidade universitária, que foram atraídos para a Universidade da Bahia, nos mencionados anos 1960. No caso da Física e da Matemática, tais preocupações induziram alguns jovens docentes da FFCL a se aglutinar em torno de seminários informais, em que havia discussões sobre tópicos modernos dessas disciplinas sem haver uma sistematização ou programas rígidos. Apesar disso, foram essas

manifestações que culminariam na ideia da criação de um Instituto de Matemática e Física.

O antigo IMF da Universidade da Bahia marcou em definitivo o ensino e, por consequência, a pesquisa e o trabalho extensionista na Bahia. Foi a partir de sua criação que se pôde implementar, em bases modernas, o ensino de disciplinas ligadas aos cursos de Física e Matemática para os alunos de Física, Engenharia, Matemática, Geologia, Arquitetura e outros cursos. Na antiga FFCL, infelizmente, apesar de contar com antigos e sérios docentes, o ensino das duas referidas disciplinas se restringia, porém, à discussão de temas clássicos, sem nenhuma preocupação em introduzir um certo conjunto de tópicos pertencentes às denominadas Matemática e Física modernas. É interessante lembrar o surgimento de um evento que contribuiu, fortemente, para a mudança do ensino de Matemática e, por decorrência, o de Física, entre nós. Em julho de 1955 foi realizado em Salvador, o 1o Congresso Nacional de Ensino de Matemática, idealizado pela professora Martha Maria de Souza Dantas, que tinha como objetivo principal o curso secundário. Participaram do citado evento inúmeros professores secundários de diferentes locais do Brasil e, também, o catedrático de Análise Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), Omar Catunda, figura importante na história do ensino e da pesquisa em Matemática no Brasil.<sup>6</sup> Outra participante daquele congresso foi a recém-graduada professora Arlete Cerqueira Lima, cujo trabalho acadêmico posterior teve importância decisiva para a criação do futuro IMF. O professor Catunda convidaria a mencionada docente para trabalhar na USP, sob sua orientação. Graças a este estágio, ela viria a integrar-se a um novo mundo acadêmico, onde vislumbraria um novo ensino da Matemática, praticado, àquela época, na mais importante universidade brasileira. Foi em 1957, de acordo com o seu depoimento, que a professora Arlete se conscientizaria da grande distância (em termos qualitativos) entre o ensino de disciplinas matemáticas desenvolvido na sua universidade de

---

6 Omar Catunda nasceu em Santos, SP. Era engenheiro civil (USP, 1930). Foi assistente do matemático Luigi Fantappiè, na cadeira de Análise Matemática, da FFCL-USP. Foi bolsista na Universidade de Roma (11/1938 a 03/1939). Em 1944 tornou-se professor catedrático de Análise Matemática, obtendo os graus de doutor e livre-docente. Foi o segundo diretor do IMF; coordenador do curso de Mestrado em Matemática e liderou a equipe que introduziu o ensino da Matemática moderna no Estado da Bahia. Recebeu o título de Professor Emérito em 11 de abril de 1985, por indicação da Congregação do Instituto de Física da UFBA. É reconhecido como o primeiro autor brasileiro de um trabalho original em Matemática. Escreveu livros, artigos científicos e de divulgação. Faleceu em Salvador, em 11 de agosto de 1986.

origem e o que ela vivenciou na USP. Ao final daquele ano, a jovem docente e assistente voluntária da FFCL, ao regressar da capital paulista, passaria no Rio de Janeiro e visitaria o então diretor científico do CNPq, Dr. Antônio Couceiro, a quem relatou a situação dramática de ensino da Matemática na Bahia, solicitando bolsas a fim de estimular os seus colegas docentes que permaneceram na FFCL. A solicitação teve boa acolhida do mencionado executivo.

354

No seu regresso, a Salvador, no início de 1958, a jovem professora Arlete solicitou e conseguiu uma audiência com o reitor Edgard Santos, a quem exporia as suas recentes experiências, incluindo as críticas que fizera, no Rio de Janeiro, ao ensino de Matemática na UBA. Além disso, ela proporia a fundação de um Centro de Estudos de Matemática da Faculdade de Filosofia. Foi com visível desgosto que o poderoso reitor escutou, de início, as críticas e a proposta advindas da jovem e desenvolta docente e, impaciente, solicitou, solenemente, a retirada da jovem de seu gabinete. Apesar de sua notória insatisfação com o que escutou naquela audiência, o reitor Edgard Santos, com aquele espírito de inovação que sempre o caracterizou, não deixaria de reconsiderar a sua posição inicial e, ainda, naquele mesmo ano, relembrou e admirando a audácia da Profa. Arlete, entraria em contato com a Profa. Martha Maria de Souza Dantas, a fim de relatar o embate havido e, também, consultá-la, sobre a proposta deixada em seu gabinete. A resposta de Martha foi de total concordância para com o proposto pela sua jovem colega e ex-aluna, fazendo com que o reitor também aceitasse e autorizasse uma série de medidas que iniciaria um novo tempo no ensino de ciências na Universidade. Naquele período o citado reitor começaria a sentir um notório isolamento, por parte de faculdades e escolas tradicionais, cujos dirigentes não viam com bons olhos o seu interesse em desenvolver outros setores, a exemplo das artes e das ciências básicas. Este sentimento o fez agir com maior rapidez, de tal maneira que aproveitou os novos ventos advindos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que, àquela época iniciava, através da denominada Comissão Supervisora do Plano dos Institutos, uma nova política de criação de institutos voltados para o desenvolvimento científico das universidades em suas diferentes áreas de atuação.<sup>7</sup>

O forte impacto causado pela indústria petrolífera em terras baianas,

---

<sup>7</sup> Os professores Flávio Suplicy de Lacerda, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior e Otávio Reis de C. de Almeida participaram da primeira comissão da Cosupi.

bem como o seu rico patrimônio geológico influenciaram a criação, naquele período, do curso de Geologia e da consequente Escola de Geologia (origem do atual Instituto de Geociências da UFBA). O primeiro diretor e organizador da citada Escola foi o físico Ramiro de Porto Alegre Muniz<sup>8</sup> que, de início, esteve lotado no Departamento de Física da antiga FFCL. Ramiro, por temperamento, encarnava, graças à sua formação acadêmica e andanças, toda uma visão moderna em torno do ensinar e pesquisar em Física. Ele iniciou os seus estudos de graduação, em 1949, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Em 1952 receberia uma bolsa de estudos, indo concluir o seu curso de Física na Universidade de Berkeley (EUA), onde também obteve o grau de mestre em Ciências. Ele era um ex-funcionário do Banco do Brasil e conhecia o economista baiano Rômulo de Almeida, amigo do reitor Edgard Santos que, acatando um seu pedido, convidaria Ramiro para exercer o cargo de professor na mencionada FFCL.

Convencido por Martha Dantas, sobre a importância da proposta de Arlete, o reitor Edgard Santos acataria a sugestão desta última docente e convidaria o professor Omar Catunda para ministrar um curso sobre Funções Analíticas na FFCL, além de incentivá-lo a radicar-se na Bahia, convite não aceito naquela oportunidade. Ao retornar de um novo estágio pós-graduado na USP, a professora Arlete visitaria o poderoso reitor, de quem receberia a incumbência de organizar um Instituto de Matemática, e a missão de procurar, no país, um matemático com experiência científica para dirigi-lo. A jovem professora manteve contato com o saudoso e renomado matemático brasileiro Leopoldo Náchbin, solicitando-lhe a indicação de um matemático com tal perfil. O professor Rubens Gouveia Lintz<sup>9</sup>, doutor em Matemática, foi o indicado e logo contratado como o primeiro diretor do novo instituto, o qual viria sofrer modificações no seu projeto inicial, em vista da rejeição, pelas escolas tradicionais da universidade, daquele novo órgão patrocinado pela Reitoria. Essas dificuldades induziram a aproximação de Arlete com o físico Ramiro, de Porto Alegre, que, a partir de novas conversações, a

8 Ramiro de Porto Alegre Muniz nasceu em Porto Alegre, RS. Estudou no Colégio Pedro II, em 1937, no Rio de Janeiro e no Colégio Nilo Peçanha, em Niterói. Ex-funcionário do Banco do Brasil, em Goiânia. Em 1949 iniciou o curso de Física na Faculdade Nacional de Filosofia. Graduou-se na Universidade de Berkeley (EUA), onde também recebeu o grau de mestre.

9 Rubens Gouveia Lintz foi o primeiro diretor do IMF. Graduou-se em Engenharia Elétrica (USP, 1953). Doutou-se, em 1959, na área de Topologia Geral. Ao deixar o IMF, retornou a São Paulo e, em seguida, estabeleceu-se no Canadá. Foi professor do Instituto de Matemática e Estatística da USP e diretor da Divisão de Matemática e Física Teórica do Gauss Institute, no Canadá.

fizeram sugerir ao reitor a fundação de um Instituto de Matemática e Física (IMF) em substituição àquele sugerido previamente. Com o nascimento da sonhada instituição acadêmica e a contratação de Rubens Lintz, que dirigiria o IMF, caberia ao professor Ramiro chefiar o então Departamento de Física. Mais tarde, graças ao convite formulado pelo professor Darcy Ribeiro, o físico Ramiro se transferiria para a Universidade de Brasília. Por sua sugestão, quem o substituiu, como chefe do Departamento de Física, foi o físico Waldez Alves da Cunha<sup>10</sup>, ex-professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que, além de aceitar o convite formulado pelo reitor, a este apresentou um outro jovem físico, o professor Luiz Felipe Perret Serpa, que, de imediato, aceitaria o convite de Edgard Santos para participar de um programa de melhoria na formação básica dos cursos das Engenharias instalados no Nordeste brasileiro. (SERPA, 1995)

356

Com o encerramento do reitorado de Edgard Santos, o IMF enfrentaria inúmeras dificuldades, em vista ainda da não esquecida resistência por parte de outras escolas da Universidade. Mesmo afastado o ex-reitor permaneceu, enquanto vivo, mantendo o seu apoio ao instituto. Com a sua morte surgiram, então, movimentos com o objetivo de encerrar as atividades da nova instituição. Foram dias difíceis para os jovens docentes que militavam no IMF e, mais uma vez, foi decisivo o papel desempenhado pelas pioneiras Martha Dantas e Arlete Cerqueira Lima. Graças à tenacidade de ambas e ao bom trânsito social e político da primeira, o instituto conseguiria estabelecer-se. Elas se dispuseram a viajar até o Distrito Federal, a fim de solicitar a liberação de verbas para a manutenção da nova instituição. Lá, contaram com o apoio do senador baiano João Lima Teixeira, que apresentou uma emenda a fim de liberar os recursos necessários para a manutenção dos trabalhos no IMF. Foi um início bastante difícil para a administração do professor Rubens Lintz; entretanto, graças ao apoio encontrado, ele conseguiu desenvolver um valioso trabalho, além de conscientizar e incentivar os jovens professores e alunos recém-graduados a se deslocarem da Bahia na busca de estudos pós-graduados. Foram dois anos de profícuo trabalho à frente do IMF. Entre 1960 e 1962, quando então ele se desligaria da instituição, jamais esquecida e que o faria lembrar, mais tarde, ao escrever:

Em agosto de 1960, comecei a minha transferência para Salvador

---

<sup>10</sup> Waldez Alves da Cunha nasceu em Belém, Pa. Bacharel em Física pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Autor do livro *Mecânica* em colaboração com Germano Braga Rego. Em 1964 foi indicado chefe do Departamento de Física, do IMF, pelo reitor Albérico Fraga.

como diretor do então criado Instituto de Matemática e Física. Todos os demais institutos funcionavam como uma universidade à parte, diretamente ligados à reitoria, cujo reitor, Dr. Edgard Santos, era um homem extraordinário, de visão e cultura impossíveis de serem entendidos pela velha Universidade baiana, cujos catedráticos estavam entrincheirados em suas cátedras e faziam ostensiva oposição aos planos do Dr. Edgard Santos. Isso naturalmente criava um ambiente de desconforto e bem me recordo de alguns nomes polêmicos como Tavares [Pedro Tavares] da Politécnica e Aristides [Aristides Neto] da Filosofia.

Apesar da saída de Lintz, o instituto permaneceu no seu trabalho, até que a professora Arlete recebesse uma carta do professor Omar Catunda, da USP, em que este declarava o seu desejo de radicar-se, em definitivo, na Bahia. Foi no dia 13 de janeiro de 1963 que o já aposentado catedrático de Análise Matemática desembarcou no aeroporto Dois de Julho, em Salvador, a fim de iniciar seu trabalho como diretor do IMF, durante os próximos seis anos. No período de 1960-1968, o instituto receberia como visitantes inúmeros e renomados professores de várias instituições estrangeiras, bem como do Instituto de Matemática Pura e Aplicada da USP, da UFRJ e da PUC do Rio de Janeiro. Graças àquela troca de experiências, minicursos e outros eventos, o pessoal que permanecia no IMF foi crescendo a absorvendo novos conhecimentos que resultaram, posteriormente, em sua qualificação pós-graduada, com reflexos na atual produção acadêmica nas diferentes vertentes universitárias (ensino, pesquisa e extensão).

A partir de 1965, o físico e engenheiro civil baiano José Walter Bautista Vidal (1985) seria indicado para chefiar o Departamento de Física do IMF. Ele havia regressado de um estágio pós-graduado no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) no Rio de Janeiro e, também, da Universidade de Stanford (EUA) onde realizou cursos de pós-graduação. Com a percepção de que o Estado da Bahia detinha um grande patrimônio geológico e geofísico, Bautista Vidal, em conjunto com outros jovens físicos, muitos vindos de outros centros, graças ao seu empenho, influenciariam os novos dirigentes da universidade a fim de que ela firmasse um convênio com a Petrobras, e com isso o IMF se responsabilizaria em lecionar as disciplinas de Física e de Matemática, do 1º Curso Básico de Geofísica, para engenheiros e técnicos da mencionada empresa petrolífera, iniciativa esta que foi, sem dúvida, a gênese do atual Centro de Pesquisa em Geofísica e Geologia da UFBA, o qual teve, entre as suas principais figuras, os professores Jean-Marie Flexor,

Roberto Max Argolo, Antônio Expedito de Azevedo, Carlos Alberto Dias e Ieda Ferreira, os dois últimos do Instituto de Geociências. Em depoimento de 1985, o professor Bautista Vidal relembrou aqueles tempos:

Logo que assumi a chefia do Departamento de Física fui a São Paulo e consegui convencer doze físicos para virem para a Bahia. O campo da pesquisa em Geofísica era o grande impulsionador. Os primeiros recursos vieram da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), onde havia um clima muito favorável ao desenvolvimento das ciências. Na época encarregaram-me da elaboração de um Plano de Desenvolvimento de Ensino e da Pesquisa em Física no Nordeste. Deste Plano surgiram os recursos que permitiram cobrir, parcialmente, a contratação do grupo de São Paulo, entre os quais se encontravam Humberto Siqueiros Rodrigues Tanure, Jean-Marie Flexor, Antônio Expedito Gomes de Azevedo, Carlos José R. Borba e outros que não resistiram à 'fase heróica' do instituto, ou seguiram outros rumos.

358

O mencionado curso pós-graduado *latosensu*, com duração de dois anos, foi firmado com o Centro de Aperfeiçoamento de Pesquisa de Petróleo da Petrobras, e permitiu a formação de aproximadamente sessenta geofísicos, que trabalhariam em diversos setores e que tiveram, em parte, a responsabilidade pelos futuros estudos geofísicos das pesquisas na plataforma continental. Com a visibilidade trazida por tal curso, foi possível o estabelecimento de um convênio com a Unesco, que propiciaria a contratação de doutores e pesquisadores em Geofísica, os quais estiveram por vários anos lecionando e desenvolvendo pesquisas, a exemplo de Claude Lalou, Jacques Labeyrie, L. P. Geldart e G. Adler, entre outros. (RIBEIRO FILHO, 1996, 2003, 2008)

Além de influir decisivamente na vida universitária, com a introdução da pesquisa e da extensão como setores fundamentais da academia, os docentes-pesquisadores continuaram a modificar o tipo de ensino herdado da velha FFCL. A partir de 1964 começaram a surgir, no país, diversos Centros de Ensino de Ciências, criados através de convênios entre o MEC, as Secretarias de Educação estaduais e Universidades. Em Salvador foi criado o Centro de Ciências da Bahia (Ceciba) (SANTOS, 1989) sob a direção do incansável José Walter Bautista Vidal. Aquele centro foi um marco para o ensino de Física, Matemática, Química e Biologia, em que novos projetos, métodos e materiais foram empregados

com a finalidade de motivar os alunos e professores a se dedicarem ao desenvolvimento de experimentos e estudos científicos. As atividades do Ceciba se irradiaram por vários colégios secundários, dentre os quais o Colégio de Aplicação da UFBA, onde turmas-pilotos de alunos e monitores desenvolveram um intenso trabalho, sob a orientação de uma equipe, em que se destacavam os professores ligados ao IMF: Luiz Felipe Perret Serpa, Bela Perret Serpa, Benedito Leopoldo Pêpe, Judite Fernandes Miranda, que trabalhavam no setor de Física. No setor de Matemática pontificavam Omar Catunda, Martha Maria de Souza Dantas e vários outros docentes. Infelizmente, com a desativação do Ceciba e do Colégio de Aplicação encerrou-se um ciclo de grandes realizações em prol do ensino de disciplinas científicas voltado, principalmente, para o curso secundário.

## O INSTITUTO DE FÍSICA E A NOVA UNIVERSIDADE

359

No final dos anos 1960, o IMF já contava com uma razoável equipe de docentes (físicos e matemáticos) dentre os quais estavam: José Walter Bautista Vidal, Humberto S. R. Tanure, Roberto Max de Argollo, Jean-Marie Flexor, Carlos J. R. Borba, Maria Helena Lanat, Antônio E. G. de Azevedo, Arlete Cerqueira Lima, Álvaro da Silva Ramos, Benedito L. Pêpe, Mauro Cattani, J. Galvão Ramos, Celina Marques, Waldez A. da Cunha, Martha M. de Souza Dantas, Luiz Felipe P. Serpa. No processo de implantação da Reforma Universitária de 1968, outros jovens docentes ajudaram a solidificar o instituto. Em todos eles existia o compromisso com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e com a educação continuada através da pós-graduação. Esses docentes direta ou indiretamente tiveram uma participação efetiva na citada reforma, que viria a instalar a pesquisa e a extensão como partes integrantes da vida departamental da universidade no Brasil. O então IMF teria os seus dois departamentos transformados em duas novas unidades da UFBA, os atuais Instituto de Física (IFUFBA) e Instituto de Matemática (IM-UFBA).

O atual Instituto de Física da UFBA, como unidade de ensino e de pesquisa básica, foi criado pelo Decreto 62.241, de 08 de fevereiro de 1968, que estruturou a “nova” Universidade Federal da Bahia, e teve



como primeiro coordenador o professor Antônio Expedito Gomes de Azevedo.<sup>11</sup>

Em seu processo de consolidação como instituição de ensino, pesquisa e extensão, podemos considerar três períodos distintos no trabalho desenvolvido no instituto. Nos anos entre 1963 e 1968, ainda pertencentes ao “antigo” IMF, o que se observa é a realização de alguns trabalhos cujos méritos estão no fato de seus resultados terem sido conseguidos com um real esforço, tendo em vista a total falta de apoio e infraestrutura de pesquisa. Nessa fase destacam-se alguns trabalhos ligados às pesquisas em ensino de Física, às políticas universitária e científica que foram fundamentais naquele período de pré-reforma e de transformação das universidades no Nordeste. Foi quando o jovem grupo de pesquisadores, liderado por Bautista Vidal, procurava criar um grupo de Física voltado para os interesses nacionais. Essas preocupações conduziram o mencionado grupo ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa em Geofísica, apoiado desde o início pela Petrobras, e que se consolidaria mais tarde, transformando-se, nos anos 1970, em centro de excelência, em conjunto com o Instituto de Geociências.

360

A partir de 1968, com a criação do atual IFUFBA, o que se observa é a expansão do grupo de pesquisa em Geofísica Nuclear. Graças aos recursos, advindos de diferentes agências de fomento, foi construído o Laboratório de Fracas Radioatividades (mais tarde Laboratório de Física Nuclear Aplicada, LFNA). Esse laboratório de pesquisa teve a cooperação científica estabelecida com o Centre de Faibles Radioactivités, localizado na cidade francesa de Gif-Sur-Yvette. Até 1974, o grupo realizou um trabalho intenso e marcante. Um grande número de pesquisadores foi motivado a trabalhar no LFNA, bem como vários alunos de pós-graduação defenderam dissertações de mestrado. Entre esses podemos citar Sérgio Guerreiro, Paulo Miranda, Nice Maria Americano da Costa Costa Pinto, Paulo Lobo, Alberto Brum Novaes, Teresa Sakai, Yukimi Pregnolato. Recursos financeiros foram trazidos através

11 A partir da fundação do IFUFBA foram nomeados os seguintes diretores (e vice-diretores): Humberto Siqueiros Rodrigues Tanure (vice: Jean-Marie Flexor): 05/05/1974 a 04/05/1978; Jean-Marie Flexor (diretor pro-tempore): 29/12/78 a 28/03/80; Álvaro da Silva Ramos (vice: Nice Maria Americano da Costa Pinto): 09/04/80 a 08/04/84; Dionicalros Soares de Vasconcelos (vice: Sílvio Loureiro): 26/06/84 a 25/06/88; Manoel Marcos Freire d’Aguilar Neto (vice: Roberto Fernandes Silva Andrade): 15/08/88 a 14/08/92; Aurino Ribeiro Filho (vice: Sílvio Loureiro): 06/11/92 a 05/11/96; Manuel Blanco Martinez (vice: Arthur Matos Neto): 10/12/96 a 11/12/00; Nice Americano da Costa Pinto (vice: Ademir Eugênio de Santana): 18/04/01 a 31/06/04; Arthur Matos Neto (vice: Raimundo Muniz de Teixeira Filho): 08/07/04 a 07/07/08; na atualidade, Arthur Matos Neto (vice: Edvaldo Nogueira Jr.).

de diferentes agências de fomento (Unesco, BID, Finep), o que facilitou a contratação de pesquisadores, pesquisas de campo, e novas dissertações de mestrado, teses de doutorado e inúmeras comunicações científicas, em torno de tópicos de pesquisa, a exemplo de: Geocronologia, Radiocristalografia, Evolução da Matéria Orgânica nos Solos, Física dos Aerossóis Atmosféricos, Espectrometrias Alfa, Beta e Gama, Espectrometria de Isótopos Estáveis, Espectrometria de Absorção Atômica, Estudos do Ciclo do Carbono 14, e vários outros. A presença de novos pesquisadores (C. A. D. Lentini, C da S. Vilar, C. A. S. Tanajura e M. Cirano) tem incentivado as atividades de pesquisa em novas áreas, a exemplo do grupo de Oceanografia Física que tem atuado junto ao LFNA e o IG-UFBA.

Apesar de ter a Geofísica como área de pesquisa consolidada, vários outros docentes do Instituto de Física desejavam implementar pesquisas em Física Teórica e Física Experimental. Esse movimento de renovação temática motivaria o afastamento de docentes a fim de cursar o mestrado e o doutorado em diferentes instituições no país e no exterior. A partir de 1974 iniciou-se uma nova etapa na história do desenvolvimento da pesquisa no IFUFBA, com a chegada de físicos baianos, oriundos da própria UFBA, da Universidade de Campinas (Unicamp), do CBPF, e da Universidade de Brasília (UnB). O Instituto era liderado por Humberto Siqueiros Rodrigues Tanure, que criou as condições necessárias para a instalação do Grupo de Pesquisa em Física do Estado Sólido, cujas áreas desenvolvidas naquele início eram: Propriedades Eletrônicas em Cristais, Cristalografia Física e Propriedades Ópticas.

O projeto que instalou a pós-graduação e pesquisa em Física do Estado Sólido foi aprovado na reunião do Conselho Departamental do Instituto de Física, em 11 de fevereiro de 1974. Em 22 de janeiro de 1979, o curso de pós-graduação foi aprovado na Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, com a denominação de “Curso de Mestrado em Física — opção Física do Estado Sólido”. A partir de então, formalizava-se um antigo anseio de se introduzir, no Instituto, um núcleo de pesquisa básica em Física. Como um corolário foi firmada uma reforma departamental, que resultou no nascedouro dos três atuais departamentos: Física do Estado Sólido (DFES), (Física da Terra e do Meio Ambiente (DFTMA) (antigo Geofísica Nuclear) e Física Geral (DFG) (antigo Física da Terra). Em abril de 1976, o programa receberia o apoio da Finep, através do convênio que concedeu financiamento para a contratação de pesquisadores estrangeiros e brasileiros e a implantação de um Laboratório

de Cristalografia Física, o que permitiu a criação de um grupo de Difração de Raios-X, do qual participaram, entre outros, os professores Z. Baran e W. A. Keller, E. Ratjavic, Marcos Freire D'Aguiar Neto e Teomar Soledade, Dionicaldos Soares de Vasconcelos, Sílvio Loureiro, Hélio Campos e Delmiro Baqueiro. Nas áreas de Propriedades Eletrônicas e Ópticas participavam Arnóbio Ribeiro dos Santos, Benedito Leopoldo Pepe, Jenner Barreto Bastos, François Pompignac, Caio Mario Castro de Castilho, Luiz Augusto Carvalho Malbouisson, Manuel Blanco Martinez, entre outros.

Durante o período da ditadura instalada em 1964, o instituto sofreu grandes pressões por parte do regime militar. Vários docentes, funcionários e estudantes foram presos, sofreram torturas e responderam a inquéritos político-militares, tornando a instituição vítima da opressão daqueles tempos. O papel do diretor Humberto Tanure foi marcante, ele teve uma atuação corajosa ao levar ao conhecimento de toda a nação os fatos que violentaram vários de seus colegas de instituição, através de inquirições aos órgãos de repressão e, principalmente, ao escrever uma carta-pública, com a concordância da assembléia do IFUFBA, em que denunciava aquelas violências. Um estudo detalhado sobre este período sombrio da história do instituto é encontrado em Clemente (2006).

362

O Instituto de Física da UFBA (IFUFBA) sempre teve, através de sua comunidade, estudantes, professores e funcionários, um papel singular nos movimentos políticos e sociais que foram registrados na vida brasileira nos últimos quarenta anos. Ele se manteve na vanguarda das lutas que se fizeram necessárias em prol da democratização da sociedade brasileira e de suas universidades. A organização, na Bahia, do Congresso da UNE(União Nacional dos Estudantes) (o primeiro após o de Ibiúna, SP, em 1968, que sofreu forte repressão, com muitas prisões) teve a intensa participação de seus estudantes, através do Diretório Acadêmico de Física, e marcou a retomada da UNE. Cumpre ressaltar também o papel marcante do corpo docente do IFUFBA no renascimento da Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB), a qual teve como primeiro presidente, nesta fase definitiva, o professor Humberto Tanure, que dirigia àquela época o IFUFBA (1974-1978). O IFUFBA sediou a APUB durante longo período até a sua transferência para sua sede definitiva. De maneira similar, a Associação dos Servidores Técnico-Administrativos da UFBA (Assufba) foi criada com a participação de servidores do IFUFBA.

Apesar de inúmeras dificuldades, a década de 1970 foi palco de várias realizações acadêmicas, com a consolidação do Programa de Pós-Graduação em Geofísica (mestrado e doutorado)<sup>12</sup>, tendo sido outorgado ao programa, àquela época, o status de centro de excelência e se tornou uma referência na área de Ciências da Terra no Brasil. Ainda hoje este trabalho de pesquisa e ensino é mantido através da colaboração entre o IFUFBA (através do Departamento de Física da Terra e do Meio Ambiente) e o Instituto de Geociências da UFBA. Naquele período, como já mencionado antes, surgiu o atual curso de Pós-Graduação em Física (mestrado e doutorado) que hoje congrega dezenas de pesquisadores-doutores e alunos.

A pesquisa e o ensino pós-graduado em Física são desenvolvidos, basicamente, por docentes do DFES e do DFG. Esses pesquisadores estão distribuídos em distintas áreas de pesquisa e têm publicado em diferentes revistas e jornais científicos no Brasil e no exterior. A área de Física Atômica e Molecular tem como principais linhas de pesquisa: Estrutura Eletrônica, Espectros Moleculares e Propriedades; Modelagem e Dinâmica Molecular Clássica. Os principais resultados têm sido obtidos através de pesquisas sobre o problema não-linear da equação de Hartree-Fock (HF); do desenvolvimento de um método de interação de configurações (CI) não-ortogonal, utilizando múltiplas soluções HF, dentre outros. São membros os docentes: J. D. M. Vianna (aposentado da UnB), M. G. R. Martins, R. R. de M. Moreno, F. V. Prudente, A. M. de Cerqueira Sobrinho, E. M. do Nascimento, L. A. C. Malbouisson. A área de Física Não-Linear tem como linhas de pesquisa: Estudo de Ondas de Densidade de Carga (CDW) em Metais de Transição Dicalcogênicos; Estudo de Transição de Fase em Sistemas Incomensuráveis; Formulação Hamiltoniana em Ferroelétricos, Estruturas Magnéticas, Cristais Líquidos e Dinâmicas de Membranas Biológicas, e tem como participantes os docentes: A. Ribeiro Filho, N. A. C. Costa Pinto (recentemente transferida para a UFRJ), D. S. de Vasconcelos, G. Carneiro dos Santos, R. C. de Miranda Filho e J. F. Moura Rocha. A área de Superfícies e Física Estatística tem como principais linhas de pesquisa:

<sup>12</sup> O Grupo de Geofísica desenvolve inúmeros projetos em geocronologia, espectrometrias alfa, beta e gama; estudos em isótopos estáveis, física da atmosfera e do meio ambiente, oceanografia, eletromagnetismo e em geofísica pura e aplicada. Os principais pesquisadores que atuam no LFNA e junto ao IG-UFBA são: A. B. Novaes, A. B. Costa, A. Bassrei, A. T. da Cunha Lima, A. E. G de Azevedo, C. A. D. Lentini, C da S. Vilar, C. A. S. Tanajura, F. C. P de Queiroz, F. C. F. Cabral, F. V. M. Gomes, G. P. Nascimento, J. C. B de Freitas, J. A. Guedes, M. do R. Zucchi, N. B de Oliveira, R da C. Pestana, R. M. de Argollo e S. C. Guerreiro.

Estruturas Dissipativas; Sistemas Dinâmicos; Modelo de Ising; Fenômenos de Tunelamento em Física de Superfícies; Sistemas de Elétrons e Spins sobre Fractais; Topografia de Superfícies e Fenômenos de Catálise Heterogênea. São membros: R. F. Silva Andrade, C. M. C. de Castilho, E. Nogueira Jr, F. de B. Mota, J. G. V. Miranda, S. T. R de Pinho e Antonio S. Esperidião (precocemente falecido). A área de Teoria de Campos e Física Matemática tem como linhas de pesquisa: Dualidade em Teoria de Campos; Estruturas Algébricas em Teoria de Campos a Temperatura Finita; Gravitação e Cosmologia; Redução Não-Relativística em Teoria Quântica de Campos; Sistemas Confinados: Efeito Casimir e Interação Radiação-Matéria. Os seus principais membros são: J. David M. Vianna (aposentado da UnB), A. Matos Neto, A. E. de Santana (recentemente transferido para a UnB), J. M. C. Malbouisson, S. Carneiro, R. M. Teixeira Filho, H. Q. Plácido, E. Santana dos Santos. A área de Física dos Semicondutores e Instrumentação Científica tem como principais linhas de pesquisa: Aplicação de Efeito Fotoacústico para Caracterização de Materiais; Instrumentação Científica e Detectores; Energia Solar; Propriedades Óticas de Novos Materiais; Física de Altas Energias; Nanodispositivos. Realizam trabalhos nesta área: A. Ferreira da Silva, D. G. F. David, I. M. Pepe, J. S. de Almeida, O. Nakamura e Daniele T. D. F. Rosa.

Para a execução dos trabalhos experimentais e de computação, o IFUFBA conta com os laboratórios de Física Computacional Aplicada, de Propriedades Óticas (LaPO), de Fotoacústica, de Física Nuclear Aplicada (LFNA).

A preocupação com a pesquisa em ensino e as questões históricas e epistemológicas, que permaneciam latentes na instituição desde o encerramento das atividades do Ceciba foram retomadas com a criação, a partir de 2000, do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, o qual congrega docentes de várias unidades da UFBA e da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana). Nesta área, são desenvolvidas as seguintes linhas de pesquisa: Instrumentação, Metodologia e Ensino de Ciências com a participação dos docentes M. C. M. Penido, P. Miranda; Olival Freire Jr e A. Ribeiro Filho; Fundamentos da Física, na qual atuam R. C. de Miranda Filho e N. P. Andion; História dos Fundamentos da Mecânica Quântica e História da Física no Brasil, das quais participam Olival Freire Jr. e A. Ribeiro Filho,

Nos últimos anos o Instituto de Física tem sido palco de inúmeros eventos extensionistas, a exemplo de cursos de especialização, de atualização para docentes de cursos médio e superior, promoção de atividades de divulgação científica, além de participar da coordenação estadual da Olimpíada Brasileira de Física (OBF). Tem participado da organização de seminários e encontros, em cooperação com diferentes agências. Na atualidade, os três departamentos contam com um corpo docente de 48 doutores, 12 mestres, cinco especialistas e quase três dezenas de professores substitutos. Nas suas atividades de ensino de graduação, o Instituto é responsável pelos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Física (diurnos) e pelo primeiro curso noturno da UFBA (Licenciatura em Física). Como instituto básico da Universidade, é também responsável pelo ensino de distintas disciplinas para cerca de três mil alunos, distribuídos em cursos das Engenharias, e de: Matemática, Geologia, Estatística, Ciência da Computação, Arquitetura, Geofísica, Oceanografia, Química, Química Industrial, Licenciatura em Ciências, Biologia, Farmácia e Desenho Industrial.

365

## REFERÊNCIAS

- BAUTISTA VIDAL, J. W. Depoimento. *Cadernos do IFUFBA*, ano 1. v. 2, n. 3, p. 54-86, 1985.
- CLEMENTE, J. E. F. Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979). *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, v. 4, p. 129-145, 2006.
- FREITAS, M. J. R. de. O acervo documental da primeira Escola de Medicina do Brasil: uma experiência de recuperação. *Cadernos do IFUFBA*, v. 7, n. 1, 2, p. 93-107, 1995.
- RIBEIRO FILHO, A. *Glauber Rocha revisitado*. Salvador: Espaço Cultural Expogeo; Vitória da Conquista, BA: Editora da UESB, 1994. p. 28.
- \_\_\_\_\_. História do desenvolvimento do ensino e da pesquisa em física na Bahia: notas introdutórias. *Caderno de Física da UEFS*, v. 01, n. 01, p. 9-24, 1996;
- \_\_\_\_\_. A pesquisa em aerossóis no Estado da Bahia (Brasil): notas históricas sobre um projeto interrompido. *Revista da SBHC*, v. 5. p. 120-131, 2008.
- \_\_\_\_\_; VASCONCELOS, D. S. de; FREIRE JR., O. A contribuição francesa ao ensino e à pesquisa em geofísica no estado da Bahia. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 25, n. 2, p. 218-225, 2003.

SANTOS, L. J. dos. *Classe-piloto do Colégio Estadual da Bahia: uma vivência pedagógica dos anos 60*. Salvador: IAT, 1989. (Série Memória da educação).

SERPA, L. F. P. A universidade brasileira e a Bahia. *Cadernos do IFUFBA*, v. 7, n. 1, 2, p. 19-21, 1995.

SIMÕES, R. *A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida*: Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA. 1990. 150 p.

*Luiz Rogério Bastos Leal<sup>1</sup>*  
*Yeda de Andrade Ferreira<sup>2</sup>*  
*Francisco José Gomes Mesquita<sup>3</sup>*

O Instituto de Geociências foi criado formalmente, em 1968, no bojo da reforma do ensino universitário brasileiro (Decreto - Lei no 53, de 18.11.1966), absorvendo a antiga Escola de Geologia (uma das mais antigas do Brasil, implantada em 1957), abrigando o Curso de Graduação em Geologia, (reconhecido pelo Decreto nº 43/804 de 23/05/1958), o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, o Laboratório de Geoquímica, as disciplinas geológicas do Curso de História Natural da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e dos cursos de Engenharia da Escola Politécnica e o Curso de Geografia (reconhecido conforme decreto nº17/206 de 21.11.1944), que também funcionava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Os cursos de graduação em Geofísica e Oceanografia foram criados nos anos de 1991 e 2003, respectivamente.

---

1 Professor Adjunto IV e Diretor do Instituto de Geociências (gestão 2007-2010).

2 Professor Emérito da UFBA e ex-Diretora do Instituto de Geociências (gestões 1968-1975 e 2003-2006).

3 Vice-reitor da UFBA (2002-2010).



Também é parte integrante do IGEO o Centro de Pesquisa em Geofísica em Geologia que foi criado em 1969 como Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geofísica e transformado em 1997 em Centro de Pesquisa em Geofísica e Geologia (CPGG).

## O CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOLOGIA

Criada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 9 de novembro de 1957, a Escola de Geologia da Bahia, juntamente com os cursos de geologia de Ouro Preto, Recife, São Paulo e Porto Alegre, inaugurou o mais importante momento na história do ensino e pesquisa das Ciências da Terra no Brasil.

368

Os mais de mil geólogos formados pelo curso de graduação em geologia da UFBA ao longo dos 50 anos de história participaram de importantes avanços científicos, tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais do Brasil, com destaque para as contribuições nas áreas de petróleo, mineração e recursos hídricos. Estes avanços só foram possíveis graças ao desenvolvimento de diversas ações e parcerias articuladas entre universidade-governo-empresas, cujos resultados incluem significativos progressos no conhecimento da geologia do território nacional, conferindo ao país o status de grande produtor de minerais, petróleo e gás natural, além de detentor de grandes reservas de água doce do mundo.

Neste trabalho buscamos apresentar o registro de alguns momentos importantes da história do curso de geologia da Bahia, compilados através de consultas a informações dos arquivos da antiga Escola de Geologia e do atual Instituto de Geociências da UFBA, bem como através de entrevistas com ex-alunos e dirigentes da Universidade.

Espera-se, portanto, com este trabalho, resgatar uma parte da história do desenvolvimento das Geociências no Brasil, particularmente o capítulo referente aos aspectos relacionados à criação e os primeiros anos de funcionamento do curso de geologia da Bahia, além de documentar fatos históricos do cotidiano de forma dinâmica de modo a permitir o posicionamento da Universidade como o farol da sociedade segura e sustentável.

## PETRÓLEO DA BAHIA ESTIMULA CRIAÇÃO DOS CURSOS

Na segunda metade dos anos 50, o Brasil fervia em todos os sentidos. A morte trágica do presidente Getúlio Vargas, a sucessão tumultuada com a vitória do fenômeno de popularidade Juscelino Kubitschek, o JK, economia em crise, enfim, a incerteza pairava sobre os destinos do país. Mas, em contrapartida, eram tempos de muita confiança e otimismo. O audacioso plano de metas do novo presidente e o surgimento da Bossa Nova contribuíam para elevar a auto-estima dos brasileiros e anunciavam um futuro promissor. A descoberta do petróleo e a recente criação da Petrobras mexiam com os brios do nosso povo. Depois de várias tentativas fracassadas e de muita resistência nacional e internacional, finalmente o Brasil começava a tomar conhecimento da sua riqueza e, mais que isso, passava a adotar medidas firmes na sua defesa. O mesmo presidente Getúlio Vargas, que mandou prender o escritor e adido comercial do Brasil nos EUA, Monteiro Lobato, pela publicação do Manifesto do petróleo e O poço do Visconde – obras em que o escritor questionava a ausência de uma política de pesquisa e exploração de petróleo no Brasil –, mobilizou o país na campanha “O petróleo é nosso”.

369

Enfrentando forte resistência no Senado – entre os principais líderes da resistência ao monopólio estatal estava o senador e proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand –, Getúlio criou, em 1953, a Petrobras. Doze anos antes, em 1941, o primeiro poço comercial já começara a ser explorado, em Candeias, no recôncavo baiano. Registros da época dão conta de que uma “lama preta e oleosa” era usada por moradores da região para iluminar as casas. Sim, era a Bahia a principal promessa de produção de petróleo em larga escala desde os primórdios da atividade petrolífera no país. Abria-se então um vasto horizonte para a economia do estado e do Brasil. Na Universidade da Bahia, criada em 1946, com a reunião de cursos tradicionais como Direito, Medicina e Filosofia o reitor Edgard Santos promovia uma revolução. Cursos antes inexistentes, como os de Dança e Teatro, além dos famosos seminários de música, traziam a Salvador nomes consagrados da arte e transformavam a capital baiana em pólo de produção cultural de excelência.

Mas a visão do reitor ia além. Mais do que um grande centro de promoção da cultura, Edgard entendia que a universidade tinha necessidade de acompanhar o momento desenvolvimentista que tomava conta do Brasil

e suprir com qualidade as demandas de pessoal capacitado. A principal dessas demandas estava relacionada ao petróleo. A falta de um curso capaz de preparar profissionais habilitados a trabalhar na pesquisa e exploração de matéria-prima tão preciosa tornava sem efeito os esforços de proteger a soberania do nosso subsolo através do monopólio estatal, visto que a mão-de-obra para perfuração dos nossos poços era toda estrangeira, sobretudo norte-americana.

370 Já em 1955, na Universidade de São Paulo (USP), se encontrava em fase de elaboração o projeto de criação de um curso de geologia para ser apreciado pelo Legislativo daquele estado. As discussões em torno do tema ganham força em fins de 1956, quando uma comissão é formada, sob a condução do diretor de ensino superior do Ministério da Educação e Cultura, Jurandyr Lodi, para avaliar a criação dos primeiros cursos de geologia nas universidades brasileiras. Em 11 de dezembro daquele ano, no Rio de Janeiro, reunião presidida pelo chefe dos quadros técnicos e científicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (Capes), Frederico Rangel, decide levar ao ministro Clóvis Salgado a proposta de criação de quatro cursos de geologia no país, com sede em Ouro Preto (onde já funcionava o curso de engenharia de minas em virtude do quadrilátero ferrífero), São Paulo, Recife e Rio Grande do Sul. O relatório do encontro, enviado ao presidente JK, deu origem ao decreto nº 40.783 de 18 de janeiro 1957 que determinou, além da criação dos cursos, a implantação da Cage, campanha de formação de geólogos, mantida pela Petrobras, a quem se destinariam os profissionais diplomados pelo curso. Entre os conselheiros que participaram das discussões, estava o professor de geologia e paleontologia da Universidade do Rio Grande do Sul, Irajá Damiani Pinto, então diretor do Instituto de Ciências Naturais daquela instituição de ensino.

Atento a toda movimentação em torno da nova carreira que se anunciava e valendo-se do bom relacionamento com o superintendente da Petrobras, o baiano Antônio Seabra Moggi, o reitor Edgard Santos, mais uma vez, coloca a Universidade da Bahia à frente dos acontecimentos. Fecha parceria com o Cenap, Centro de Aperfeiçoamento do Petróleo, e oferece as instalações da universidade bem como a chancela dos diplomas para os alunos formados na Bahia. O professor Irajá é então convidado por Moggi para formatar e ministrar os dois meses de curso da Cage visando preparar os alunos para os dois anos de especialização em geologia do petróleo que seriam ministrados no Cenap. Na aula inaugural do curso, em 15 de janeiro

de 1957, o professor Irajá expressa a importância do momento que a Bahia vivia: “Neste ato singelo, iniciamos uma nova etapa da vida das ciências geológicas do Brasil. A geologia até aqui tem sido feita por geólogos que o foram mais por acidente que por formação. Assim, o que se faz hoje, na Bahia, é o primeiro impulso à formação do geólogo de petróleo”, disse o professor de geologia e paleontologia Irajá Damiani Pinto, naquele Verão de 57, a uma turma de engenheiros, agrônomos e diplomados em história natural, química, física e matemática. Tratava-se da aula inaugural, em território baiano, da Cage, campanha de formação de geólogos criada dois anos antes pelo presidente Juscelino Kubistchek e mantida pela Petrobras.

Concluído o curso introdutório, o professor Irajá retorna a Porto Alegre para tratar da implantação do curso de geologia da UFRGS. Ele recusa o convite de Seabra Moggi para complementar a formação dos alunos da Cage e indica para o seu lugar o engenheiro Murillo Porto. A Petrobras, no entanto, opta por trazer à Bahia o geólogo e vice-reitor da Stanford University, Fred La Salle Humphrey. Um encontro entre Humphrey e Damiani é arranjado no Rio de Janeiro, onde o professor gaúcho sugere nomes para compor o quadro docente do curso que ora se formatava. Apesar disso, Humphrey opta por seguir outro caminho. Entre recrutar profissionais, em sua maioria de outras áreas, que procuravam se adaptar ao novo curso, e apostar na experiência dos professores com quem já trabalhara, o ex-reitor escolheu a segunda opção. Pediu e foi atendido pelo reitor Edgard Santos. Trouxe a Salvador alguns dos principais nomes da universidade de Stanford, uma das referências no ensino da geologia de então. Também formavam a equipe de professores pioneiros os brasileiros Shiguemi Fugimori e Sylvio de Queiroz Matoso, que viriam a ser também diretores da Escola de Geologia da UFBA.

O reitor não era apenas um mecenas das artes. Mais que um grande centro de promoção da cultura, a universidade tinha, para ele, a necessidade de acompanhar o momento desenvolvimentista da era JK. Disposto a colocar a instituição nesta trilha, além da parceria com o CENAP, montou uma comissão interna na universidade com o objetivo de criar a Escola de Geologia da Bahia e assim iniciar o curso de Geologia à revelia do Ministério da Educação, já que o apoio inicial só foi dado aos quatro cursos alvo do Decreto nº 40.783. Assim, em 09 de novembro de 1957 foi criado pelo Conselho Universitário da UFBA a Escola de Geologia da Bahia. Das 30 vagas iniciais oferecidas para o curso no vestibular de 1957, apenas 19 foram preenchidas.

## CASA DE VANGUARDA

Embora não houvesse nenhuma cisão declarada, há quem diga, entre os alunos da época, que o diretor de ensino do Ministério da Educação, Jurandyr Lodi, nutria alguma rivalidade, de origem política, com o reitor Edgard Santos. Esse teria sido um dos motivos pelos quais a Bahia ficou de fora da implantação dos cursos de geologia fomentada pela Capes, mesmo sendo, já naquele momento, um centro reconhecido de formação de geólogos de petróleo através do CENAP. Mas a segregação imposta pelo ministério não abateu o ímpeto vanguardista do reitor. Com recursos próprios e aproveitando-se da estrutura criada pela Petrobras e do interesse da empresa em capacitar o maior número possível de profissionais, bancou sozinho a criação e implantação da Escola de Geologia na UFBA.

372

Para se juntar ao professor Fred Humphrey, contratado pela Petrobras, Edgard Santos recrutou pessoalmente uma pessoa de sua confiança para assumir a direção do curso. Coube ao professor e mestre em física Ramiro de Porto Alegre Muniz criar condições para a instalação do curso e formar o primeiro quadro docente da escola que surgia, funcionando como um Diretor Administrativo, já que a coordenação acadêmica era exercida por Fred Humphrey. O professor Ramiro chegara a Salvador em 1956, a convite do reitor. Por cinco anos residiu e estudou na Universidade de Berkeley, na Califórnia, para onde foi através de bolsa da CAPES. A crise por que passava o Estado brasileiro, no entanto, obrigou o pesquisador Muniz a retornar ao Rio de Janeiro antes que pudesse completar seu doutorado. Com mulher e três filhos, retomou o emprego de escriturário no Banco do Brasil, do qual se licenciara, e já não alimentava esperanças de prosseguir nos estudos quando foi chamado para lecionar na Faculdade de Filosofia da UFBA, que à época concentrava o ensino das ciências. Em pouco tempo, se integrou à sociedade baiana, tornando-se inclusive Ogã do terreiro Axé Opô Afonjá, comandado por mãe Senhora. A distinção, à primeira vista incompatível com o perfil de um cientista, normalmente avesso às manifestações espirituais, tem explicação na política. Segundo Ramiro, era comum, naquele tempo, os terreiros de candomblé oferecerem títulos e prestarem homenagens a pessoas em evidência na sociedade baiana. “Eles eram muito perseguidos, a polícia invadia os terreiros, e eles ofereciam títulos a pessoas como Jorge Amado, Pierre Verger, e eu, como Diretor da Escola de Geologia, também fui contemplado”, lembra o professor Ramiro, que garante nunca ter se iniciado

no candomblé, mas confirma ter sido freqüentador assíduo do terreiro. “Por uma questão cultural, sempre gostei de assistir ao bailado dos orixás”.

Da Faculdade de Filosofia, Ramiro Porto Alegre foi então convidado para elaborar o currículo e formar a equipe de professores da Escola de Geologia. Mais uma intimação do que um pedido do determinado reitor. “Ele me disse que eu poderia recusar, mas ele convidaria outra pessoa e meu contrato, que estava prestes a vencer, não seria renovado”, lembra o professor de 81 anos, aposentado e hoje radicado no Rio de Janeiro e que esteve pessoalmente participando dos eventos comemorativos dos 50 anos de criação do curso.

As resistências à nova empreitada de Edgard Santos não foram poucas. O próprio Ramiro lembra com clareza da oposição sofrida por parte dos professores da Escola Politécnica. “Eles se julgavam donos de tudo”, recorda. E, de fato, as inovações que se avizinhavam estavam prestes a transformar toda a universidade e romper o modelo tradicional até então tido como regra. Mas a criação da nova escola já se tornara irreversível.

O primeiro passo para sua implantação foi a identificação da sede. O imóvel escolhido não podia ser melhor localizado. Próximo à Reitoria, um enorme casarão com igualmente grande quantidade de terreno à sua volta. Tratava-se do prédio onde, atualmente, funciona a Escola de Belas Artes. Após algumas reformas que se faziam necessárias, os grandes salões foram divididos em salas de aula e laboratórios.

Em seguida, a tarefa mais difícil foi a composição do corpo docente. Geólogos de formação, no Brasil, ainda não existiam, a não ser os diplomados no exterior. E os poucos que possuíam a capacitação já estavam engajados na implantação dos outros quatro cursos criados pelo Ministério da Educação. Não houve outra saída senão recorrer aos estrangeiros. Usando de todo seu prestígio e da verba generosa disponibilizada pela universidade – 20 milhões de cruzeiros – para a criação do novo curso, o professor Fred Humphrey trouxe a Salvador alguns dos seus renomados colegas da Stanford University.

Logo a notícia do novo curso se espalhou e esforços da Reitoria não faltaram no sentido de encher os olhos dos futuros calouros com as promissoras maravilhas da “profissão do futuro”. Foi num dos panfletos distribuídos pela universidade que o inquieto Antônio Carlos Mota descobriu sua vocação. Nele estava escrito que “o laboratório do geólogo é o campo”.

Era tudo que o jovem estudante aspirava, uma profissão que não o trancasse entre quatro paredes. A sedutora publicidade o fez desistir de imediato do curso de engenharia de estradas. Outra jovem que foi fisgada pelo novo curso no vestibular de 57 foi Maria Alba Farias, que desistiu do vestibular de Física para se aventurar nos caminhos da geologia. Antonio Mota e Maria Alba se formaram na primeira turma em 1961, tendo o primeiro seguido os caminhos da geofísica na Petrobras e CPRM e a segunda a carreira de professora de petrografia na Escola de Geologia e em seguida no Instituto de Geociências da UFBA.

Com professores renomados de universidades americanas, a Escola de Geologia da Bahia inaugurou não apenas uma nova carreira, mas um novo modelo de universidade no Brasil. Experiências adotadas já na primeira turma de geólogos em 1958 influenciariam definitivamente o sistema de ensino acadêmico na Universidade, sendo homologadas na década seguinte, com a reforma universitária. A estrutura disponibilizada aos estudantes, bem como a assistência prestada a eles, transformou o curso de geologia em modelo, a despeito dos narizes torcidos de meia dúzia de professores catedráticos da Escola Politécnica e Faculdade de Filosofia, detentores de todo o conhecimento técnico-científico nos primeiros anos da Universidade.

Entre os formandos da 1ª turma (1957-1961) estavam: Ângelo Vaz Sampaio, Antonio Carlos Batista Pereira, Antonio Carlos Motta, Everaldo Batista Pereira, Irton Villas Leão, Luiz José Passos, Maria Alba Farias, Nilson Ribeiro Campos, Raymundo José Portella Brim, Tarcísio Sampaio de Araújo e Teodoro Tanner de Oliveira.

No término do curso, a Petrobras (via dois professores petroleiros, principalmente Waldemar Assis e Acyr Ávila da Luz) começaram a selecionar nessa primeira turma aqueles com maiores aptidões para seguir carreira na Petrobras, daí surgiram as entrevistas e os convites ainda informais. Verificou-se de saída que a tendência era selecionar para a carreira de geofísica, mais focando a sísmica. Muitos fizeram a opção logo pela Petrobras, outros por questão de prosseguir nos estudos fora do país, preferiram ficar na Universidade aguardando as definições de bolsa de estudos para tomar uma decisão. Na época, a Petrobras não permitia que se fizesse pós-graduação com duração acima de 90 dias, mesmo que fosse o tema Petróleo. O caso do formando Irton Leão foi singular, pois no último ano de escola foi monitor do Professor de geofísica, o petroleiro Waldemar Assis, e já estava com papéis encaminhados para a Universidade de Stanford (USA) e o Instituto

Francês do Petróleo, dois centros de pesquisa de excelência em Geofísica na época. Embora selecionado para Petrobras, ficou na escola, na espera, como assistente de geofísica, dando meio tempo à escola e a Petrobras junto a Waldemar Assis e no ano seguinte seguiu para o Instituto Francês como bolsista do governo francês. Foi o primeiro da escola a sair para continuar seus estudos.

## ANOS DE LUTA

A pesquisa em busca de novos minérios contribuíram para a interiorização do desenvolvimento econômico do estado. Em várias cidades da Bahia, a descoberta de jazidas de alto valor comercial alavancou investimentos e atraiu aventureiros em busca de trabalho e riqueza. Mas o conhecimento do subsolo e de todo seu potencial econômico dotou os jovens geólogos de consciência crítica, o que lhes custou uma década de conflitos e perseguições. Durante os anos 60, a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, e a ditadura militar, por diversas vezes colocaram a Escola de Geologia em rota de colisão com a universidade, que abria as portas para pesquisadores americanos. As seguidas manifestações renderam a alunos e professores da escola inúmeros dossiês do SNI, o Serviço Nacional de Inteligência, que vigiava de perto as atividades tidas como subversivas da Escola, na verdade em defesa da soberania do subsolo.

Com a saída do reitor Edgard Santos, os professores trazidos para a implantação das novas carreiras rapidamente foram se desligando da universidade. Entre os primeiros geólogos, os que não se empregaram na Petrobras transformaram-se quase que imediatamente em professores. Cabia a eles disseminar o conhecimento aprendido e fortalecer a profissão de geólogo no estado. Entre os novos docentes estavam Irton Villas Leão e Maria Alba Farias. E, logo nos primeiros anos, a professora Maria Alba, já integrava um grande movimento em defesa da escola de geologia. O diretor Ramiro, convidado pelo mestre Darcy Ribeiro, deu seqüência ao seu trabalho de modernização nos cursos tecnológicos na Universidade de Brasília, após a formatura da primeira turma de geologia. Em seu lugar assumiu Sílvio de Queiroz Mattoso. Durante a gestão Mattoso, os estudantes combateram fortemente o programa de cooperação científica patrocinado pelos EUA, o Usaid (ajuda americana), que também ficou famoso como a Aliança para o



Progresso. Na Escola de Geologia, esta aliança representava a presença de pesquisadores americanos, com acesso irrestrito às pesquisas realizadas pela faculdade e autonomia completa para realização de suas próprias expedições, com verba da universidade, das quais os estudantes locais não tinham qualquer informação. O primeiro presidente do Diretório Acadêmico de geologia, Antônio Mota, recorda em detalhes trechos dos relatórios assinados pelos americanos, segundo ele, com informações deturpadas das análises do subsolo realizadas na Bahia. Eram comuns as classificações “*as above*” (como acima) nas conclusões dos geólogos americanos. No entender de Motta isso significava que, a cada nova profundidade atingida em furos de sondagem, eles notificavam não haver sinal de zonas mineralizadas, relatando a mesma constituição de solo da superfície.

376

A turbulência, no entanto, marcaria o curso de geologia por toda a década de 60. A guerra fria transformara minérios, sobretudo os radiativos, e o petróleo, em matéria-prima estratégica e, como grande fonte de riqueza mineral, o Brasil era um “aliado” de extrema importância para os Estados Unidos, interessados em dominar o subsolo nacional. Cientes dos interesses estrangeiros e do enorme potencial de exploração mineral que começara a se apresentar mediante o avanço da pesquisa geológica, os estudantes e professores da Escola de Geologia se transformaram em foco de resistência à “cooperação internacional”. Para agravar ainda mais a situação, a ditadura militar iniciada em 1964, e fortemente ligada aos interesses americanos, elevou a comunidade acadêmica e, com especial destaque, os integrantes da escola de geologia, à classe dos “subversivos”.

Professores eram monitorados pelo regime militar. Shiguemi Fujimori, diretor da escola entre 1966 e 1967, chegou a ser preso por engano no Quartel dos Aflitos. Paralelamente à repressão e à vigilância constante dos militares – ainda hoje a professora Yeda Ferreira (diretora entre 1970-1974 e 2003-2006) se lembra dos “bilhetes” enviados pelo SNI, com vetos à promoção de determinados professores –, dava-se início à reforma universitária, implementada em 1968. Para a Escola de Geologia, a reforma significaria a perda de autonomia. O novo Instituto de Geociências (IGEO), proposto pelo então reitor Roberto Santos, filho de Edgard, unificaria o ensino das Ciências da Terra, funcionando também como instituto de ensino básico nas áreas de Geociências. Em reuniões acaloradas do Conselho Universitário, a diretora da Escola de Geologia e também conselheira, Maria Alba, lutou o quanto pôde pela

preservação do status da escola e, por fim, pela manutenção de um único departamento de geologia no novo Instituto. Mas questões de articulação política colocariam a geologia em três departamentos - Sedimentologia, Geoquímica e Geologia/Geofísica Aplicada - que juntamente com o departamento de Geografia, ainda hoje compõem a estrutura acadêmico-administrativa atual do IGEO.

## EXCELÊNCIA NA FORMAÇÃO DE PESSOAL

Os primeiros estudantes de geologia da UFBA conheceram, logo nas primeiras semanas de aula, uma universidade diferente. A presença de um ex-vice-reitor de Stanford, de professores americanos e de um diretor que por cinco anos havia estudado na universidade de Berkeley, reuniram influências tão fortes do sistema de ensino dos EUA que o choque era inevitável. Foi na Escola de Geologia da Bahia que se utilizou, pela primeira vez na universidade, o sistema de créditos, tal como é utilizado hoje. Até então, os cursos superiores obedeciam à mesma lógica do colegial. Os alunos eram avaliados por série e, quando reprovados em uma disciplina, comprometiam todo o andamento curricular. Com a implantação da grade curricular, o curso de geologia inaugurou a matrícula por disciplina, através do sistema de pré-requisitos, que mais tarde seria disseminada em todo o ensino superior do Brasil durante a reforma universitária de 1968.

A presença de americanos entre os professores também criou a obrigação de um ensino mais intensivo da língua inglesa. Esta, aliás, era a única disciplina que era lecionada todos os dias, inclusive aos sábados. Duas horas de inglês, diárias, além de um tradutor de plantão para acompanhar as aulas ministradas pelos “ianques”. Mas não era só o idioma falado pelos professores que conferia à escola de geologia um ar de campus americano. O ensino em tempo integral – um turno teórico e outro nos laboratórios – mantinha todos engajados à rotina da faculdade. As dependências da Escola funcionavam 24 horas e não era raro ver alunos realizando pesquisas madrugada adentro nas instalações. O ensino da física, química e matemática era intenso com professores escolhidos em tempo integral, daí o alto preparo dos primeiros formando em geofísica, diferenciando-se das outras escolas do Brasil, mesmo as de engenharia.

A Escola de Geologia era, de fato, a casa dos estudantes. A hoje avó Maria Alba ainda se lembra das tardes passadas à sombra da grande árvore que permanece até hoje à frente do casarão. Devido ao calor, todos tinham liberdade para estudar onde quisessem, não tendo obrigação de se restringir à biblioteca. Outro aluno da primeira turma, Irton Leão um dos mais bem sucedidos empresários independentes do setor mineral baiano, lembra com saudade dos passeios pelos “jardins” localizados ao fundo da escola. “O Vale do Canela não existia, aquilo tudo era mato, a gente volta e meia se aventurava por dentro das árvores”, conta.

378

Para manter toda a turma unida em torno do curso e dedicada exclusivamente ao aprendizado e à pesquisa da geologia, bolsas patrocinadas pela Petrobras eram oferecidas aos melhores alunos. Em contrapartida, exigia-se dos estudantes a assinatura de um contrato que os vinculava, antes mesmo de formados, aos quadros da estatal. A exigência provocou enorme indignação no diretor Ramiro Porto Alegre, que se empenhou pessoalmente em negociar a concessão de bolsas incondicionais e para todos os alunos, sem o que não seria possível acompanhar a carga maciça de aulas imposta pelo novo curso.

A ajuda de custo tinha como principal finalidade compensar os alunos que, por conta da escola, eram forçados a abandonar o trabalho que muitos deles mantinham em paralelo à universidade. Em troca era imposto um severo regime de estudos com nota mínima 7,0 (sete) para aprovação nas disciplinas e sem direito a reprovação, sob pena da perda da bolsa de estudos que recebiam da universidade. Ao final do curso, todos os alunos eram obrigados a desenvolver um trabalho de mapeamento geológico.

Ao longo de 50 anos de história o currículo do curso de geologia sofreu várias alterações de modo a se adequar às exigências do mercado de trabalho do geólogo e aos desafios para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil.

Nesse período foram formados 1.126 geólogos. Além da criação do curso e da parceria pioneira com a Petrobras motivada pela descoberta de petróleo na Bahia, nos anos de 1980 e 1981 a UFBA firmou novo convênio com a Petrobras (GEOPET), visando selecionar os melhores alunos do último ano dos cursos de geologia do Brasil para receberem na UFBA orientação profissional voltada para atividades de exploração de petróleo. Desde o ano 2000 outra frutífera parceria firmada com a Agência Nacional do Petróleo

(ANP) tem auxiliado na formação profissional ao nível da graduação e pós-graduação em exploração de petróleo e desenvolvimento de reservatórios petrolíferos.

Atualmente, o curso de geologia da UFBA possui 310 alunos regularmente matriculados. Nas disciplinas ligadas a geologia oferecidas às demais unidades universitárias da UFBA têm sido matriculados anualmente cerca de 900 alunos.

O ensino e a pesquisa na área de geologia, na Escola de Geologia e posteriormente no IGEO, funcionaram também como embrião da criação dos cursos de graduação em geofísica, em 1992, um dos mais conceituados do país e o primeiro curso de oceanografia da região nordeste em 2004, ambos funcionando atualmente no IGEO.

No contexto da Pós-graduação, o IGEO vem se consolidando e ampliando sua excelência na formação de mestres e doutores na região nordeste. Atualmente, todos os cursos possuem conceito 4 na CAPES, e neles estão matriculados cerca de 220 alunos nos cursos de mestrado e doutorado, contando com 20 pesquisadores nível 1 e 2 do CNPq. Atualmente, a pós-graduação em geologia da UFBA oferece vagas ao nível de mestrado e doutorado nas áreas de petrologia aplicada a pesquisa mineral, geologia ambiental, hidrogeologia e recursos hídricos e geologia sedimentar e costeira.

O quadro docente atual do IGEO é composto por 57 professores, sendo 43 doutores em regime DE, 12 mestres, 1 especialista e 1 graduado. O instituto dispõe de 58 funcionários, sendo 23 na área administrativa e 35 técnicos. A qualificação contínua do corpo de professores do IGEO tem sido assegurada através de convênios de cooperação apoiados pelo CNPq, CAPES e FAPESB. Nos últimos dois anos (06) seis professores estiveram desenvolvendo atividades de pós-doutorado em universidades americanas e européias e outros (03) três estão desenvolvendo doutorado também associado a universidades estrangeiras.

O IGEO/UFBA ministra também, de forma não regular, cursos de extensão universitária para profissionais de geologia, engenharia, geografia, geofísica, biologia e áreas afins, visando à disseminação, ao aperfeiçoamento e à atualização de conhecimentos sobre as Ciências da Terra.

## ATUAÇÕES E REALIZAÇÕES DOS GEÓLOGOS FORMADOS NA UFBA

Os geólogos formados pela Universidade da Bahia contribuíram para o desenvolvimento de uma das primeiras e mais completas estruturas de pesquisa mineral do país. O investimento do estado, através da criação de uma Secretaria de Minas e Energia e da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), estimulou e deu espaço para o desenvolvimento das carreiras de promissores geólogos, como o ex-governador Paulo Souto, que chegou à Secretaria, e iniciou sua escalada política.

380

Os ex-alunos e professores do nosso curso ocuparam cargos importantes em órgãos e empresas dos governos estadual e federal, tais como a diretoria e presidência da CBPM, a superintendência na Bahia, a diretoria técnica e a presidência da CPRM, a chefia e diretoria geral do DNPM, a presidência do CEPED, a Gerência Geral da Petrobras na Bahia (UN-BA), a diretoria do Projeto RADAM, a diretoria do Banco de Desenvolvimento do estado da Bahia (DESENBANCO), as Secretarias de Administração e de Agricultura do estado da Bahia, a diretoria e presidência da CERB, a Superintendência da SRH-BA e a diretoria da Companhia de Ação Regional da Bahia (CAR).

No campo político, além do ex-governador Paulo Souto, tem se destacado os ex-alunos João Almeida e Clóvis Ferraz que têm ocupado, por várias legislaturas, mandatos de deputados federal e estadual respectivamente, e o ex-aluno José Carlos Fernandes, que tem ocupado posições importantes na administração municipal e mandato de vereador da capital baiana.

A atuação qualificada nos campos técnico e científico dos geólogos formados na Bahia tem sido reconhecida pelas comunidades geológica e científica nacional e internacional, fato conferido pelo número de citações em revistas registradas no ISI e o “fator H” superior a 5, obtido por vários pesquisadores do curso de geologia da Bahia. Também, vários dos membros da nossa comunidade foram premiados com vários prêmios pela Sociedade Brasileira de Geologia – Martelo de Prata: Juracy Mascarenhas, Simone Cruz e Basílio Elesbão; Pandiá Calógeras: Paulo Souto, Manoel Barreto e Moacyr Marinho; Henry Gorceix: Aroldo Misi; Orville Derby: Augusto Pedreira. Tal reconhecimento científico permitiu que dois membros da comunidade geológica da UFBA se tornassem membros da Academia Brasileira de Ciências (professores Diógenes Campos e Aroldo Misi)

As descobertas e ampliações das jazidas minerais no Estado da Bahia, tais como as de cromo (Campo Formoso), magnesita (Brumado), ouro (Teofilândia e Jacobina) níquel (Itagibá), vanádio (Maracás), cobre (Jaguarari), ferro (Caetité) e urânio (Lagoa Real), tiveram importante participação dos geólogos formados na UFBA, patrocinando o desenvolvimento da industrialização da Bahia e do Brasil, sendo também importantes para a infra-estrutura dos municípios envolvidos na atividade mineral no estado, que atualmente emprega cerca de 20 mil pessoas. Também, os trabalhos de mapeamento geológico e as descobertas de jazidas de minerais industriais permitiram interiorizar o desenvolvimento do estado, levando a Bahia à condição de terceiro maior produtor mineral do país, gerando “*royalties*” pagos aos municípios e atraindo grandes investimentos interessados em se instalar próximos às principais fontes de matéria-prima.

Aliada à descoberta e ampliação de reservas minerais e de petróleo, um outro grupo de geólogos da Bahia, liderados pelos professores Ovídio Valadão Netto e Ari Medeiros Guerra, iniciaram nos anos 70 os trabalhos sistemáticos de perfuração de poços e implementação de programas voltados para o desenvolvimento sustentado da região semi-árida baiana. Dentre estes programas, se destaca os sistemas simplificados de abastecimento para comunidades isoladas através do uso das águas subterrâneas, programa que até hoje é referência de políticas públicas no combate aos efeitos da seca, tendo sido aplicado em várias regiões do país.

381

## DESAFIOS DO FUTURO

De olho no futuro, a procura pelos cursos de geologia e afins voltou a crescer e na Bahia não é diferente. O curso, de características peculiares, onde a pesquisa de campo é imprescindível e o aluno precisa de dedicação integral, ainda hoje é oferecido quase que exclusivamente por universidades públicas.

Mas a geologia que se ensina atualmente na UFBA não tem como propósito apenas investigar a Terra em busca de riqueza. Uma nova concepção começa a ganhar força nos estudos das Ciências da Terra. O geólogo que está sendo formado hoje é, mais do que nunca, um profissional consciente do impacto ambiental provocado pela exploração do subsolo e cada vez mais capacitado a minimizar e recuperar os impactos ambientais

associados às atividades humana, dentre elas aquelas associadas à exploração petrolífera e mineral.

Atualmente, um novo desafio instiga os futuros geólogos e motiva a expansão e criação de novos cursos ligados às Ciências da Terra na UFBA. A riqueza antes procurada em reservas de óleo preto e viscoso hoje está presente nos lençóis de água limpa e transparente, cujo abastecimento é uma das maiores preocupações das próximas gerações. Neste sentido, o campus denominado Reitor Edgard Santos, recentemente inaugurado na região oeste da Bahia, na cidade de Barreiras, já nasceu sob esse novo prisma, o de formar profissionais capazes de identificar e proteger as reservas de água presentes no subsolo, que irão manter a vazão dos grandes rios e garantir os empreendimentos agrícolas das décadas vindouras. Neste sentido, a pesquisa geológica trará contribuições importantes para que obras como a transposição do rio São Francisco não se transforme num desastre irreparável.

382

Assim, espera-se também que seja lançada a base para o desenvolvimento sustentável, e neste caso “A geologia foi a primeira experiência de tecnologia desenvolvida na UFBA. Antecipou a reforma universitária. Um modelo que agora se recupera com a Universidade Nova, que propõe uma formação geral para posterior especialização”, afirma o atual Reitor da UFBA Naomar Almeida, durante os eventos de comemoração do cinquentenário do curso da Bahia.

Igualmente desafiador será preparar os futuros profissionais para a exploração e produção de petróleo e gás em “campos maduros”, ampliação das reservas minerais e petrolíferas nos domínios do ambiente marinho brasileiro, desenvolvimento de novas tecnologias ambientais, a geologia urbana como instrumento para o planejamento territorial e os vastos campos das novas fronteiras do conhecimento geocientífico como instrumentos de desafios para o mundo de progresso sustentável.

## O CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOFÍSICA

O Bacharelado em Geofísica da UFBA teve sua primeira turma ingressa em 1992 com 10 alunos. O seu nascimento decorreu do sucesso do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geofísica (PPPG) desta Universidade. É um curso moderno, com uma grade curricular compacta e que, apesar de novo,

já se encontra firmemente estruturado e está reconhecido pela Portaria nº 1.124, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11.09.95.

O curso de graduação em Geofísica da UFBA tem por objetivo formar profissionais capacitados a trabalhar em quaisquer dos cinco campos de atuação acima citados. Além disto, a experiência já demonstrou que temos conseguido prover aos alunos, uma sólida formação básica e profissional, preparando-os, inclusive, para a carreira científica e o mercado internacional.

A duração mínima para a integralização do currículo é de 4 anos, com tempo médio de 5 e máximo de 7 anos. Neste período o aluno deverá cursar as disciplinas obrigatórias, uma disciplina eletiva e mais 240 horas de disciplinas optativas, a seu critério. Desta maneira, o estudante terá uma formação geral adequada ao exercício profissional, ao mesmo tempo em que poderá se aprofundar em um dos cinco campos de atuação da Geofísica.

Um fator determinante para sua criação foi a existência do Curso de Pós-Graduação em Geofísica da UFBA, com excelente infra-estrutura material e humana e, sobretudo, consolidada experiência de 25 anos na formação de mestres e doutores em Geofísica, bem como na execução de projetos de pesquisa na área de geofísica aplicada.

A quase totalidade dos professores de geofísica tem o nível de doutor, a maioria com pós-doutorado no exterior e envolvidos com atividades de pesquisa. Além disso, todos os equipamentos geofísicos, infra-estrutura computacional, facilidades e recursos materiais do Centro de Pesquisa em Geofísica e Geologia da (CPGG/UFBA) estão disponíveis para auxiliar as atividades didáticas do Curso de Graduação em Geofísica.

De uma forma integrada, estes dois cursos junto com o Curso de Graduação em Geologia estão, presentemente, recebendo apoio financeiro da Agência Nacional de Petróleo (ANP), pelo qual, alunos selecionados podem receber por até dois anos, bolsas de estudos, tendo como compromisso, a especialização na área de petróleo. De uma forma continuada, o estudante tem tido oportunidade, também, de se engajar em atividades de pesquisa com apoio financeiro, através das bolsas de iniciação científica sejam as controladas diretamente pela UFBA, sejam aquelas controladas por professores que tem apoio financeiro para suas pesquisas.

Além de diversas disciplinas, o curso exige que o aluno elabore um trabalho de graduação que, normalmente, tem sido desenvolvido dentro do



âmbito do CPGG/UFBA, sob a orientação de um professor. Para suportar esta atividade obrigatória, assim como as demais disciplinas de geofísica, estão disponibilizados, como já dito anteriormente, diversos equipamentos e laboratórios específicos de geofísica. Além dessas facilidades, o acervo bibliográfico está relativamente atualizado tanto em livros como em revistas especializadas. As facilidades na área da informática e multimídia incluem desde os usuais microcomputadores até estações de trabalho RISC com pacotes de programas especializados na área de geofísica.

## O CURSO DE GRADUAÇÃO EM OCEANOGRAFIA

384

A oceanografia é a ciência que tem como alvo investigar e analisar os mais diversos fenômenos relacionados aos mares, oceanos e zonas costeiras, abrangendo os aspectos biológicos, físicos, químicos e geológicos destes ambientes. Tem também como finalidade o estudo dos impactos antrópicos no ambiente marinho, colaborando para um aproveitamento criterioso dos recursos existentes.

A zona costeira do Estado da Bahia é a mais extensa do Brasil, apresentando uma grande variedade de ecossistemas e ambientes de sedimentação incluindo os mais importantes edifícios coralíneos do Atlântico Sul e a segunda maior baía do Brasil, a Baía de Todos os Santos. Frente a tamanha diversidade de ambientes marinhos e oportunidade de pesquisa, vários grupos de pesquisadores lotados nos Intitutos de Química, Geologia, Biologia e Física, iniciaram atividades de pesquisa relacionadas à oceanografia. Desta forma, até o momento existiram diversos grupos dedicados à pesquisa no ambiente marinho trabalhando de forma independente ou com pouca interação. Esta comunidade acadêmica está agora se mobilizando na tentativa de estruturar um curso de graduação em oceanografia com o intuito de melhor aproveitar a estrutura da universidade e oferecer novas perspectivas de formação profissional para a população não apenas do Estado, mas de toda a região nordeste, onde cursos de graduação em oceanografia são inexistentes.

O dinamismo da pesquisa oceanográfica na UFBA pode ser medido pela participação de docentes em programas governamentais de âmbito nacional voltados à oceanografia. Como exemplo, cita-se o programa REVIZEE, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MME) e Secretaria

Interministerial de Recursos do Mar (CIRM), que conta com a participação de vários pesquisadores da UFBA, detendo inclusive coordenação regional. A penetração de pesquisadores da UFBA no cenário oceanográfico do país pode ainda ser observada na sua participação ativa no Comitê Assessor de Oceanografia do CNPq e em programas internacionais de oceanografia.

Dado o impulso recente das atividades extrativistas no ambiente marinho, a necessidade de um melhor conhecimento e caracterização da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), a urbanização acelerada do litoral, a procura de novos recursos naturais, o incremento das preocupações ambientais, e a crescente demanda de profissionais qualificados nesta área, o oceanógrafo conta com um promissor mercado de trabalho. Este mercado é um dos fatores que influenciam na escolha de uma profissão, e a oceanografia está em plena expansão no país. Dentre as instituições ou empresas contratantes responsáveis pela absorção do oceanógrafo incluem-se: a) empresas ou centros de pesquisa que atuam na preservação de espécies em extinção e de ecossistemas agredidos pela ação antrópica, b) empresas de consultoria técnica e ambiental, c) empresas do setor pesqueiro, seja na prospecção, produção ou beneficiamento de pescado, d) empresas de aquicultura e maricultura; e) empresas de saneamento e abastecimento de água, exploração e desenvolvimento turístico, planejamento territorial e de exploração de petróleo e gás natural

385

## O CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

O primeiro curso de Geografia, na Bahia, foi implantado em 1941, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal da Bahia, formando-se ao mesmo tempo Licenciados e Bacharéis em Geografia e História. Entretanto, o seu reconhecimento aconteceu através do Decreto no. 17.206, publicado no Diário Oficial da União (DOU), do dia 21/11/1944. Na década de 50, os dois cursos tornaram-se independentes.

Até 1959, a Geografia na Bahia restringia-se exclusivamente ao ensino. Naquele ano, a criação do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais representou uma proposta acadêmica inovadora, principalmente em relação à iniciação a pesquisas desenvolvidas pela equipe de pesquisadores, orientados para as linhas Urbano-Regional e Estudo do Quadro Natural, com destaque para a Geomorfologia. A década de 60 pode ser considerada a época

área da Geografia na Bahia: o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais atraiu jovens geógrafos do país e do exterior, que se agregaram ao grupo dinâmico já existente. A motivação era constante: trabalhos de campo, levantamento de dados, análises estatísticas, leituras comentadas, seminários, cursos, reuniões científicas de apresentação de trabalhos e de avaliação, enfim, um ambiente de efervescência cultural e científica.

Com a reforma universitária de 1968, ocorreu uma renovação no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, com a agregação dos pesquisadores do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, época em que o Departamento instalou-se no Instituto de Geociências.

Na década de 70 houve uma grande demanda de bacharéis em Geografia, motivada pela regulamentação da profissão de geógrafo (Lei 6.664/79) e pela criação de diversos órgãos do Estado, que admitiram geógrafos em seus quadros profissionais. Em 1980, foi oferecido o Curso de Especialização em Análise Espacial, por dois anos consecutivos, curso esse que serviu de embrião para a criação da Pós-Graduação em Geografia “stricto sensu”. Em 1994 teve início o Mestrado em Geografia, com áreas de concentração em estudos urbano-regional e meio ambiente, despertando o interesse de profissionais de Geografia e áreas afins de várias universidades e organismos do estado da Bahia, de outros estados e mesmo do exterior. Em 2002 houve uma reformulação na área de concentração do mestrado, passando para “Análise do Espaço Geográfico”.

O corpo docente do Departamento de Geografia é formado, em sua maioria, por mestres e doutores, que dispõem de uma larga experiência em ensino e pesquisa no campo da ciência geográfica.

## A PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOLOGIA

O Estado da Bahia apresenta um dos quadros geológicos mais interessantes e diversificados do Brasil. Praticamente todo o Estado está contido no Cráton do São Francisco e suas faixas de dobramentos marginais. O Cráton do São Francisco é uma importante unidade geotectônica e metalogenética, que se constitui no maior segmento de crosta continental da América do Sul. Esta unidade geotectônica é responsável por cerca de 25% da produção mineral do País. O Cráton do São Francisco permite assim o estudo a) de terrenos metamórficos de alto, médio e baixo graus;

b) do papel da atividade magmática (vulcânica-plutônica) no crescimento crustal; c) das coberturas sedimentares que constituem uma memória de episódios compressivos que afetaram este bloco crustal; d) dos processos colisionais ocorridos durante o Neoproterozóico nas suas faixas marginais e e) dos processos metalogênicos associados aos fenômenos geodinâmicos mencionados acima.

De outro lado, o Estado da Bahia possui a linha de costa mais extensa do País, com a zona costeira apresentando uma grande variedade de ecossistemas e ambientes de sedimentação, incluindo aí (i) os mais importantes edifícios coralinos do Atlântico Sul; (ii) estuários e baías; (iii) planícies de cordões litorâneos; (iv) manguezais e, (v) dunas, que possuem uma história evolutiva complexa, modulada pelas variações climáticas e do nível relativo do mar durante o Quaternário.

O Estado da Bahia necessita inventariar e explorar os recursos minerais, energéticos e outros recursos naturais renováveis e não-renováveis presentes na importante unidade geotectônica que é o Cráton do São Francisco, além da sua zona costeira.

Diante do acima exposto, decidiu-se pela criação do Curso de Pós-Graduação em Geologia no ano de 1976, em princípio a nível de mestrado, com áreas de concentração em Geologia Econômica e Sedimentologia. Diante dos bons frutos colhidos, decidiu-se pela implantação do nível de Doutorado já em 1992, sendo mantidas as mesmas áreas de concentração. A partir de 2004, com uma significativa reformulação na estrutura curricular do Curso, foram implementadas três áreas de concentração, assim definidas: Geologia Marinha, Costeira e Sedimentar, Petrologia, Metalogênese e Exploração Mineral e Geologia Ambiental, Hidrogeologia e Recursos Hídricos. Com tais mudanças, espera-se adequar o Curso de Pós-Graduação em Geologia às demandas atuais da sociedade, tendo por objetivo formar especialistas e realizar pesquisas que promovam a busca e a utilização dos recursos naturais do Estado, podendo, ao mesmo tempo, melhor desenvolver suas ações no âmbito da cultura científica visando permitir soluções para os críticos conflitos ambientais envolvendo a utilização desses recursos.

Ressalte-se que ao longo de sua existência, um significativo número de especialistas foi diplomado, envolvendo técnicos de instituições privadas e estatais, docentes de outras e da própria instituição, além de alunos recém-graduados da UFBA e de outras universidades do País.

## A PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOFÍSICA

O Curso de Pós-Graduação em Geofísica foi criado em março de 1969 como o Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geofísica da Universidade Federal da Bahia, PPPG-UFBa. O PPPG foi criado como um programa inter-disciplinar de pesquisa e ensino pós-graduado nas áreas da Geofísica Nuclear, Geofísica Aplicada e Geologia, envolvendo professores e pesquisadores dos recém criados institutos de Física e de Geociências.

Em 17 de março de 1972 o PPPG foi oficialmente instituído pela Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da UFBA e em 27 de agosto de 1972 reconhecido pelo CNPq como Centro de Excelência.

A estruturação do PPPG como um centro de pesquisa em geofísica e geologia começou em 1971 com o apoio do Ministério do Planejamento ao projeto Geofísica. Os financiamentos aos projetos Geofísica e Geologia-I (1973-1975) e Geofísica e Geologia-II (1976-1980) pelo BNDE e Finep consolidaram a instituição.

388

O Curso de Pós-Graduação em Geofísica, nos níveis de Mestrado e Doutorado, foi credenciado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) em 7 de novembro de 1975, parecer no 4520/75, e recredenciado pelo mesmo CFE em 15 de dezembro de 1988.

Uma ampliação significativa das linhas de atuação do PPPG iniciou-se na década de 80 com a implantação do programa de pesquisa e formação de mestres e doutores na área de geofísica aplicada à exploração de hidrocarbonetos, através de um projeto de cinco anos, reunindo uma conjunção de apoios institucionais do MEC, CNPq, Finep e Petrobras. Desde então, a área de geofísica aplicada à exploração de petróleo tem sido desenvolvida no Programa de forma intensa.

Em março de 1997, o PPPG foi desmembrado e criados o Centro de Pesquisa em Geofísica e Geologia, CPGG, como um órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia, e o Curso de Pós-Graduação em Geofísica vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA e mantendo seu caráter interdisciplinar envolvendo os institutos de Física e de Geociências.

No novo contexto, as atividades de pesquisa dos alunos de pós-graduação em geofísica, como parte de suas dissertações de mestrado e teses de doutorado, são desenvolvidas no CPGG e financiadas por projetos

de pesquisa em execução naquele Centro, com recursos de fontes externas obtidos por professores de seus vários programas.

Esse estreito relacionamento com o CPGG garantiu, e vem garantindo, ao curso a participação de vários professores visitantes e o vínculo de pesquisas colaborativas com diversas instituições científicas atuantes na área da geofísica, tais como o Instituto de Geofísica da Universidade do Texas/Austin, o Instituto de Geofísica da Universidade Fredericana de Kalsruhe da Alemanha, o Departamento de Engenharia do Petróleo e Geofísica Aplicada da Universidade Trondheim da Noruega, o Istituto Nazionale di Oceanografia e Geofísica Sperimentali de Trieste, o Departamento Terre-Atmosphere-Ocean de l'École de Paris, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Pesquisa da Petrobras (Cenpes) e Universidade Estadual de Feira de Santana, como também com várias empresas públicas e privadas como o Centro de Recursos Ambientais (CRA-BA), a Superintendência de Recursos Hídricos (SRH-BA) e a Companhia de Energia Rural da Bahia (CERB) nas áreas de água e meio ambiente, CBPM, CPRM e DNPM na área de recursos naturais, e Petrobras. ARCO, MOBIL, PGS do Brasil na área de petróleo e gás.

389

Como consequência da Lei do Petróleo, outro fato relevante foi a celebração, em 1999, do Convênio PRH08-ANP, apoiando a formação de recursos humanos para o setor petróleo e gás. Este convênio fomenta a formação de recursos humanos, apoiando com bolsas de estudos de mestrado e doutorado para o Curso de Pós-graduação em Geofísica, assim como para os Cursos de Graduação em Geofísica e em Geologia da UFBA. Merece destaque, a taxa de bancada deste convênio quanto à sua aplicabilidade em investimentos, ou seja, material permanente, equipamentos, livros, revistas, entre outros.

Desde 2008, o Curso de Pós-graduação, no contexto da UFBA, participa no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Geofísica do Petróleo, juntamente com a Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Estadual de Campinas.

## A PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

A partir de um projeto elaborado em 1993 com o apoio do Prof. Milton Santos, o curso de Pós-Graduação em Geografia teve início em março de

1994, com a seleção dos primeiros candidatos, matrícula e oferecimento regular de disciplinas e demais atividades acadêmicas. Ao longo de seus 16 anos de existência, o curso teve participação importante na qualificação de docentes e pesquisadores de várias instituições de ensino superior do estado da Bahia e de órgãos e empresas públicas e privadas.

No último triênio 2004-2007, a CAPES avaliou o Mestrado em Geografia com o conceito 4. O curso, que começou com 10 professores, conta hoje com 21 professores credenciados, dos quais 3 são colaboradores. Com a ampliação do corpo docente e da capacidade consequente de orientação, as seleções de entrada ao Mestrado abrem 20 vagas anuais. Em julho de 2010, o Mestrado contabiliza 150 dissertações defendidas.

O Mestrado tem como objetivo a) Promover e orientar estudos e pesquisas teóricos e aplicados, que permitam aprofundar o conhecimento geográfico; b) Fomentar a atuação de uma equipe de pesquisadores que fortaleça o Programa; c) Fortalecer e aprofundar os vínculos institucionais com outros centros geradores de conhecimento geográfico no país e no exterior, com vistas ao estabelecimento de parcerias e intercâmbios; d) Otimizar a produção de um acervo de trabalhos científicos qualificados que contribua para o desenvolvimento da Geografia.

A Pós-Graduação em Geografia visa propiciar aos egressos a aquisição e o domínio de conhecimentos geográficos teórico-aplicados bem como habilidades científicas para a sua inserção no mercado de trabalho e no conjunto da pesquisa brasileira em Geografia.

O Mestrado em Geografia tem uma área de concentração única: Análise do Espaço Geográfico. Esta área objetiva promover e realizar pesquisas e estudos que permitam aprofundar o conhecimento da realidade geográfica do Estado da Bahia no contexto nordestino assim como de outros Estados brasileiros, a fim de contribuir com análises voltadas à diminuição das desigualdades regionais. Ela reúne pesquisas de geografia física e humana no intuito de estudar as mais diversas variáveis de análise do espaço geográfico.

Esta área se subdivide em duas linhas de pesquisa, a seguir: Análise Urbano-Regional e Estudos Ambientais e Ordenamento do Território. A primeira linha de pesquisa agrega 15 projetos de pesquisa e objetiva o entendimento, a caracterização e a análise dos processos de urbanização e regionalização do espaço geográfico, priorizando problemas teórico-metodológicos da Geografia, a organização do espaço rural, urbano e

regional, o planejamento urbano-regional, o turismo e a organização do espaço, a cartografia e o geoprocessamento urbano-regional. A segunda linha agrega 12 projetos que objetivam a análise e caracterização do meio ambiente urbano, regional e rural, com vistas ao ordenamento e gestão territoriais, com destaque para as subáreas temáticas de turismo e meio ambiente, clima urbano, estudos de impactos ambientais, análise de bacias hidrográficas, cartografia e geoprocessamento aplicado aos estudos ambientais.

Para o bom desempenho das pesquisas, laboratórios oferecem infraestrutura física com computadores. Cita-se o Núcleo de Avanços Metodológicos e Tecnológicos da Pesquisa Geográfica (NUAGEO), o Laboratório de Estudos Ambientais e Gestão do Território (LEAGET), o Laboratório de Geografia Urbana e Regional (GEUR) e o Laboratório de Cartografia (LACAR), além de uma sala de mestrandos

O Mestrado em Geografia da UFBA promove importantes eventos, nacionais e internacionais, gerando várias publicações. Ao longo dos seus anos de existência, estabeleceu convênios institucionais importantes, dos quais destacamos atualmente intercâmbios com *Natural Resources Institute* (NRI) da *University of Greenwich* em Medway, o INCRA/FAPEX-UFBA/UNEB, a Universidade de Passau – Alemanha, e a CODEVASF. Vários professores também participam de redes de pesquisadores que congregam membros de várias universidades, tais como a rede Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER), a *Red de Indicadores de Sostenibilidad en Áreas Rurales Iberoamericanas*, a Rede de Recuperação de Áreas Impactadas por Atividades Petrolíferas (RECUPETRO), assim como em redes mais recentes, a saber a Rede de Estudos sobre Cidades Médias e Pequenas da Bahia (ReCiMePe/Bahia) e a Rede de Estudos sobre o Rural e o Urbano no Brasil e na Alemanha (REURUR-ULBRA). O Programa de Pós-Graduação em Geografia é também filiado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) e à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE).

No afã de prosseguir o dinamismo do curso, destaca-se a iniciativa de propor uma Cátedra Milton Santos, proposta já aprovada para ser instalada no Instituto Milton Santos de Humanidades Artes e Ciências (IHAC) da UFBA. Por fim, foi encaminhado em 2010 um projeto de criação de curso de Doutorado, proposta que foi aprovada na UFBA e está em processo de submissão à CAPES.



## A PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOQUÍMICA

O Programa de Pós-Graduação em Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente (POSPETRO), foi criado em 2009 e nasceu de uma proposta elaborada por pesquisadores que identificaram uma abordagem, além de inédita, de extrema necessidade para permitir a formação de massa crítica e o aprofundamento de conhecimentos, de forma integrada, para auxiliar na resolução de problemas envolvendo questões estratégicas como o petróleo e o meio ambiente.

Este Mestrado Acadêmico relaciona aspectos da geoquímica do petróleo e do meio ambiente, com características multi e interdisciplinares, cobrindo três pólos fundamentais dedicados a:

1) exploração que conduz ao entendimento da origem do petróleo, sua composição e armazenamento em reservatórios naturais, os métodos indiretos e a natureza do conhecimento científico;

2) aplicação de ferramentas de geoprocessamento, técnicas estatísticas, de modelagem e atividades de campo;

3) avaliação, remediação e gestão do meio ambiente frente a atividades petrolíferas.

## UM ANO DE ATIVIDADE

*Antonio Albino Canelas Rubim<sup>1</sup>*

**E**m 22 de outubro de 2008, o Conselho Universitário da UFBA aprovou o regimento do IHAC, depois de qualificado debate. Instituíam-se então a primeira unidade universitária mit (multi-inter-trans) disciplinar em Salvador. Deste modo, a UFBA buscava estar sintonizada com os contemporâneos desenvolvimentos da produção do conhecimento que, cada vez mais, almejam enfrentar os problemas localizados em espaços de fronteira e nas interfaces existentes entre as áreas disciplinares de conhecimento.

A perspectiva mitdisciplinar emerge como um dos novos e grandes desafios atuais do conhecimento, porque se constata muitos temas e problemas da complexa realidade e sociabilidade contemporâneas só podem ser compreendidos pelo acionamento de saberes que se encontram para

---

1 Diretor do IHAC.

além das áreas singulares de conhecimento. Estas continuam a ser vitais para equacionar questões, mas são insuficientes para desvelar a complexidade imanente ao mundo contemporâneo.

Deste modo, para estar em sintonia com tais demandas, a universidade deve conjugar institucionalmente organismos disciplinares com novas entidades de perfil mitdisciplinar, destinadas ao estudo dos temas e problemas forjados pela contemporaneidade. O IHAC se inscreve neste horizonte de atualização da UFBA e de um trabalho solidário e colaborativo entre áreas e unidades de conhecimento.

Tais desafios foram colocados na UFBA inicialmente através de Programas de Pós-Graduação e de Centros de Pesquisa, que vislumbraram a mitdisciplinaridade como horizonte significativo para fazer avançar o conhecimento na atualidade. Através de política deliberada, a UFBA se tornou uma das universidades brasileiras em que tais programas e centros mais se expandiram. Entretanto, foi o investimento na transformação da graduação na universidade, através da implantação dos bacharelados interdisciplinares, que levou o desenvolvimento da Universidade Nova a demandar a instalação de uma unidade universitária com este perfil. Ela foi intitulada: Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, para enfatizar seu caráter nitidamente mitdisciplinar. A esta denominação foi acrescido o nome Professor Milton Santos com a finalidade de homenagear um dos mais criativos pensadores baianos e contemporâneos que exerceram sua reflexão crítica, sempre acionando diferenciadas áreas de conhecimento.

O reitor, com autorização do Conselho Universitário, constitui um grupo composto por oito docentes de diversas unidades da UFBA para coordenar a implantação do novo instituto. O grupo — constituído pelos professores: Antonio Albino Canelas Rubim (Comunicação); Carmen Teixeira (Saúde Coletiva); Lucas Robatto (Música); Luiz Alberto Almeida (Engenharia); Marcelo Embiruçu (Engenharia); Márcia Pontes (Educação); Paulo Costa Lima (Música) e Sérgio Farias (Educação) — teve como atribuição inicial, além de configurar o projeto do IHAC, formar o corpo docente para o novo instituto. Com este objetivo, realizou um processo seletivo interno para professores da UFBA que desejassem migrar para a unidade universitária e oito concursos públicos para docentes. Em ambos os casos, a seleção se pautou pela consideração do mérito e da trajetória curricular mitdisciplinar apresentada pelos candidatos. Desde modo, ficou conformado o corpo docente inicial do IHAC com 33 professores doutores.

Desafio seguinte: construção efetiva dos projetos acadêmico-pedagógicos dos bacharelados interdisciplinares, com base no programa geral aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Os bacharelados interdisciplinares são cursos de, no mínimo, três anos, com três semestres de formação geral e três semestres dedicados a uma área de concentração, escolhida pelo aluno. A formação geral em grande medida é de responsabilidade do IHAC, com componentes obrigatórios do Instituto de Letras. Os componentes optativos e as áreas de concentração são ofertados por diversas unidades da UFBA, pelo IHAC.

Tal construção teve que ocorrer simultaneamente com a confecção da oferta de componentes curriculares e, logo depois, a matrícula para o primeiro semestre de 2009 dos 900 alunos aprovados no exame vestibular para os bacharelados interdisciplinares. Eles estavam distribuídos da seguinte maneira: Humanidades (400 alunos, sendo 300 no turno noturno e 100 no vespertino); Artes (300 estudantes, com 200 no período noturno e 100 no vespertino); Ciência e Tecnologia (100 estudantes no turno noturno) e Saúde (100 estudantes no turno noturno).

O esforço a seguir foi conformar pedagogicamente os componentes curriculares para o primeiro semestre de 2009, em especial para aqueles que envolviam muitos docentes e turmas. Coletivos e coordenações de componentes curriculares foram organizados (Ação Artística, Estudos das Humanidades, Estudos sobre a Contemporaneidade, Políticas Culturais) objetivando um trabalho mais conjunto e compartilhado entre as turmas. Em alguns casos, processos pedagógicos inovadores foram experimentados, como: atuação de todos os professores nas diferentes turmas; trabalhos colaborativos entre docentes; atividades acadêmicas comuns e utilização compartilhada de recursos tecnológicos. Em outros casos, o trabalho pedagógico ficou restrito a modelos tradicionais, acionando quase somente o trabalho individual de cada professor. O projeto do IHAC requer uma efetiva inovação no seu trabalho pedagógico.

Concluída a etapa de discussão dos projetos acadêmico-pedagógicos, o IHAC está voltado para a elaboração, em conjunto com as demais unidades universitárias, das áreas de concentração dos bacharelados interdisciplinares. Reuniões por áreas com quase todos os diretores e com professores de outras unidades estão sendo realizadas. Debates em congregações foram e devem ser feitas. A construção colaborativa das áreas de concentração é vital para a qualificada e inovadora instalação dos bacharelados interdisciplinares e

do projeto da Universidade Nova, que busca transformar a graduação da UFBA.

A importância dada à graduação pelo IHAC não significa desconhecer o lugar destinado à pós-graduação para a plenitude da instituição universitária. Só existe universidade quando, de modo indissociável e articulado, têm-se pesquisa, ensino e extensão. Na pós-graduação, ensino e pesquisa devem estar associados.

Com relação à pós-graduação, os movimentos do IHAC têm sido de duas ordens: 1. possibilitar a migração de programas já existentes, como é o caso do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) e outros que se encontram em conversação e 2. criar novos projetos, a exemplo do Programa Interdisciplinar de Estudos sobre a Universidade, já aprovado pela Câmara de Pós-Graduação da UFBA e enviado à Capes para ser iniciado em 2010. Em um horizonte próximo, interessa ao IHAC ter um programa de pós-graduação multidisciplinar em Ciências.

396

O desenvolvimento da pesquisa no IHAC tem sido uma outra prioridade do instituto, apesar da dificuldade infraestrutural que enfrenta com a ausência de sede própria. Na perspectiva de estimular e organizar a atividade de investigação entre docentes e estudantes foi criado no IHAC um Coletivo de Pesquisa, com sua respectiva Coordenação. Muitos professores realizam atividades de pesquisa e o corpo docente já conseguiu em 2009, através do edital Pibic da UFBA, 18 bolsas de iniciação científica para viabilizar a participação de estudantes em pesquisas. Além dos bolsistas, outros alunos voluntários estão se envolvendo com a atividade de pesquisa. Os professores do IHAC participam de grupos de pesquisa, tais como: Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult); Cultura e Identidade; Gipe-CIT; Labmundo e Poéticas Tecnológicas na Dança. O IHAC realizou no dia 07 de novembro de 2009 seu primeiro seminário de pesquisa.

Também para estimular e organizar a atividade de extensão foi constituído um Coletivo com sua Coordenação. O IHAC em 2009 já se envolve em, pelo menos, 30 atividades de extensão. Tais atividades abrangem as mais diferentes áreas de conhecimento, em especial em suas interfaces multidisciplinares. Assim, temas como: artes; artes e tecnologia; ciência; cultura; políticas culturais; relações internacionais, saúde e outros têm sido contemplados nestas atividades. Cabe anotar o grande número de professores

e pesquisadores brasileiros e estrangeiros associados a tais eventos. Mais de vinte convidados estrangeiros participaram de atividades no IHAC. Destaque deve ser dado às atividades de extensão que aconteceram nas aberturas do primeiro e do segundo semestres letivos de 2009 e à participação ativa de professores e estudantes na organização de atividades de extensão.

Registro especial para a elaboração de projeto a fim de participar de concorrência nacional do Programa PET, que contempla, com bolsas, professor tutor e estudantes, além de propiciar recursos para efetivação de diferentes atividades acadêmicas durante o curso de graduação. O IHAC apresentou um projeto inovador em Estudos da Cultura, buscando aprofundar a formação cultural dos estudantes dos bacharelados interdisciplinares. Seu projeto foi selecionado no edital da UFBA e no nacional e deve proximamente estar em funcionamento. Tal projeto é vital para a consolidação do IHAC e de sua formação diferenciada e qualificada.

O processo de implantação do IHAC envolve o desenvolvimento destas atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas igualmente a instalação de uma estrutura administrativa essencial para que as atividades-fins possam ser realizadas de modo qualificado. Assim, esforço importante tem sido dedicado à construção das instâncias de deliberação coletivas, como congregação e colegiados, bem como aquelas de administração acadêmica, tais como: Direção, Coordenação Acadêmica, Colegiados, Coletivos, Gerência e Secretaria Administrativas. Grande esforço foi despendido para transformar o IHAC em unidade gestora. Isto é, unidade capaz de gerir orçamento destinado a ela própria.

Em face da dimensão e da inovação do IHAC, a comunicação ganha relevância para a construção de uma comunidade acadêmica efetivamente articulada, informada e participativa. Assim, o IHAC definiu como uma de suas prioridades a construção de um Coletivo e uma Coordenação de Comunicação, que, entre suas atribuições, é responsável pelo site do IHAC ([www.ihac.ufba.br](http://www.ihac.ufba.br)) e pelo boletim eletrônico do instituto. O trabalho de Comunicação, interna e externa, tem sido muito importante para a integração e para a visibilidade do IHAC. Dele participa um grupo de alunos bolsistas ou voluntários, sob orientação docente, que assim aprimoram sua formação acadêmica e profissional.

Três outras dimensões vitais para a construção do IHAC ainda encontram-se em fase inicial. A orientação acadêmica e profissional,

em processo de formulação e de discussão, começa a ser pensada como conformada pelo acionamento de diferentes momentos: Colegiados dos Bacharelados Interdisciplinares; Jornada de Orientação Profissional e uma instância de orientação acadêmica universitária, a ser conformada. O procedimento de avaliação da formação e do trabalho desenvolvidos pelo IHAC está sendo elaborado por comissão e deve ser amplamente discutido pela comunidade acadêmica do instituto para ser rapidamente implantado. Associada à avaliação, mas com conformação específica, tem-se o sistema de planejamento e acompanhamento das atividades dos docentes do IHAC, que deve ter como balizamento a resolução da UFBA sobre regime de trabalho, atualmente em discussão no Consepe. A regulação interna do trabalho docente é imprescindível para garantir a justa distribuição e a transparência do trabalho dos professores.

O novo instituto exigiu uma estrutura organizacional diferenciada na UFBA. Essa estrutura e seus respectivos responsáveis estão indicados no quadro abaixo:

398

Diretor (Pro-tempore)	Antonio Albino Canelas Rubim
Vice-diretor (Pro-tempore)	Sérgio Farias
Representante no Consepe	Eloísa Domenici
Suplente de Representante no Consepe	Paulo Miguez
Coordenador Acadêmico	Messias Bandeira
Vice-coordenador Acadêmico	Márcio Nascimento
Coordenador do BI de Artes	Lucas Robatto
Vice-coordenador do BI de Artes	Eloísa Domenici
Coordenador do BI de Ciência e Tecnologia	Márcio Nascimento
Vice-coordenador do BI de C&T	Antonio Cezar
Coordenador do BI de Humanidades	Carlos Bonfim
Vice-coordenador do BI de Humanidades	Fernando Ferraz
Coordenador do BI de Saúde	Carmen Teixeira
Vice-coordenador do BI de Saúde	Maria Thereza Coelho
Coordenador de Extensão	Djalma Thürler
Coordenador de Pesquisa	Fernando Ferraz
Coordenador de Orientação	Eloísa Domenici
Coordenador de Tecnologias Acadêmicas	Ivani Santana
Coordenador de Comunicação	Leandro Colling
Gerente Administrativo	Ailton Oliveira
Secretária	Delmira Nunes

O IHAC, provisória e precariamente, está funcionando no PAF III. Sua sede definitiva deve ser construída no Campus de Ondina, em local determinado pelo Plano Diretor da UFBA, aprovado pelo Conselho Universitário. A Direção do IHAC, em conjunto com sua comunidade acadêmica e a Reitoria da UFBA, vem tratando de desenvolver um projeto arquitetônico para o instituto que seja viabilizado o mais rápido possível. Tal projeto deve atender plenamente o IHAC: sua dimensão e seu caráter inovador. Em termos mais imediatos, com a finalização da obra da SGC e da Supac, o IHAC deve ampliar seu espaço no PAF III e ter instalações provisórias mais satisfatórias para seu funcionamento.

Outro dado altamente relevante no processo de implantação do IHAC: a rápida organização de quatro centros acadêmicos, abrangendo todos os quatro bacharelados interdisciplinares, bem como a atuação ativa da representação estudantil na vida acadêmica, política e cultural do instituto. A participação efetiva dos estudantes deve ser vista como elemento constitutivo fundamental ao projeto do IHAC. Ela requer que sejam asseguradas condições satisfatórias para seu pleno funcionamento, tais como a existência de espaço físico equipado destinado aos Centros Acadêmicos, mesmo nas instalações provisórias do IHAC.

399

\*

As perspectivas de desenvolvimento do IHAC para 2010 são amplas. Elas englobam graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e outras atividades universitárias. A expansão prevista para a graduação dá mostras da amplitude dos projetos do IHAC. Elas estão sintetizadas no quadro da expansão de seu corpo discente, aprovado pela Congregação Ampliada do IHAC e pela Câmara de Graduação da UFBA.



IHAC — Expansão do número de alunos por bacharelados interdisciplinares / ano

Cursos de Graduação	2009	2010	Totais
BI de Artes			
Vespertino	100	100	200
Noturno	200	200	400
BI de C&T			
Vespertino	0	100	100
Noturno	100	200	300
BI de Humanidades			
Vespertino	100	100	200
Noturno	300	300	600
BI de Saúde			
Vespertino	0	100	100
Noturno	100	200	300
Totais	900	1300	2200

400

É evidente que, a expansão do corpo discente para 2010 pressupõe a ampliação de seu corpo docente, de seu corpo de funcionários — hoje só com quatro participantes efetivos e três temporários — e melhoria de suas condições de trabalho (instalações, equipamentos, recursos etc.).

Pretende-se que, em 2010, o IHAC possua oito graduações (quatro bacharelados interdisciplinares vespertinos e quatro noturnos) com muitas e inovadoras áreas de concentração implantadas, ofertadas pelas mais diferentes unidades da UFBA, em um trabalho colaborativo, e pelo próprio IHAC. Além deste forte investimento na graduação, o IHAC deve se consolidar como uma unidade acadêmica na qual ensino, pesquisa e extensão sejam efetivamente indissociáveis. Assim, o IHAC pretende ter em 2010: pelo menos dois programas de pós-graduação, inclusive envolvendo curso(s) profissionalizante(s); uma atuação qualificada e ampliada na área de pesquisa, com a formação de novos grupos de investigação e com uma participação maior de seu corpo discente; uma atividade continuada e consistente de extensão, efetuando de modo multifacetado sua vocação nesta área; um programa PET em pleno funcionamento; um trabalho de comunicação eficiente e ágil, para integrar sua comunidade e dar visibilidade ao trabalho do

IHAC; procedimentos, completamente instalados, de avaliação, de orientação estudantil e de acompanhamento do trabalho docente.

A implantação, em 2010, da Cátedra Milton Santos como programa especial de atividades acadêmicas, objetivando estimular a vigência do pensamento crítico, tão representativo da obra do eminente estudioso, faz parte do horizonte de projetos em implantação no IHAC, sempre em colaboração com outras unidades e com a administração central da UFBA. A iniciativa da Cátedra Milton Santos visa a estimular e assegurar o desenvolvimento de um dos fundamentos básicos da instituição universitária: a constituição de um ambiente de debate e interlocução intelectual qualificado e democrático. O IHAC precisa investir forte nesta perspectiva, inclusive com a construção de muitas outras iniciativas de interlocução intelectual com instituições e personalidades nacionais e internacionais.

A implantação completa do IHAC demanda muitos movimentos, sem os quais este estratégico projeto multidisciplinar não se realizará de modo satisfatório e qualificado, como requer as transformações inscritas na Universidade Nova. A dedicação e atuação qualificada da comunidade acadêmica do IHAC; a colaboração das demais unidades universitárias; a interação com a sociedade; o intercâmbio com instituições congêneres; o apoio da Administração Central da UFBA e do Ministério da Educação e a democratização da instituição universitária no país são requisitos essenciais para a viabilização do projeto do IHAC em toda sua plenitude.



*Suzana Alice Marcelino Cardoso*<sup>1</sup>

## UMA PRELIMINAR

O estudo institucionalizado das Letras no Brasil está, nas suas origens, atrelado à criação das Faculdades de Filosofia, a primeira delas em São Paulo, em 1934, e a segunda, no Rio de Janeiro, em 1937, faculdades que se definiam como de Filosofia, Ciências e Letras. Eram, em verdade, miniuniversidades, pois contavam com os mais diversos cursos, que no correr da história se transformam em faculdades ou institutos independentes. Entre esses cursos estavam os Cursos de Letras, os quais integravam setores ou departamentos que reuniam todas as modalidades das Letras e tiveram o seu corpo docente inicial constituído de autodidatas nas Letras — literaturas e línguas —, com qualificações humanísticas diversificadas, predominantemente bacharéis em Direito. Contaram, desde então e nesses dois centros, com a presença de professores europeus que muito contribuíram para a formação dos primeiros teóricos e pesquisadores brasileiros da área.

---

1 Professora do Instituto de Letras. Pesquisadora do CNPq.

Tal fato imprimiu aos cursos de Letras, nas décadas iniciais de sua existência, todo um desenvolvimento inspirado na cultura científica europeia. E esta foi a tônica que marcou o começo de sua história.

Decorridos cerca de trinta anos, em 1963 inicia-se nova fase quando se processa a fixação dos currículos mínimos através do Parecer nº 283/62 do Conselho Federal de Educação. A partir desse fato, a inspiração científica europeia, que norteou as suas origens, passa a competir com a produção teórica norte-americana, que vem a gozar de grande receptividade.

Os Pareceres 977/65 e 77/69 do mesmo Conselho Federal de Educação vêm a estimular uma nova política das Letras, ou para as Letras, visando à implantação duradoura do ensino articulado com a pesquisa.

## O SURGIMENTO DOS CURSOS DE LETRAS NA UFBA

404

Se, em linhas muito gerais, a história dos Cursos de Letras no Brasil é, de forma resumida, a que se acaba de enunciar como introdução a este capítulo, o Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia também trilhou idênticos caminhos.

Integraram as Letras na Bahia, na sua origem, a Faculdade de Filosofia da Bahia, criada por iniciativa da Liga de Educação Cívica, em 16 de maio de 1941, e constituída em sociedade civil sem fim lucrativo, em 13 de junho de 1941. Decreto de 20 de outubro de 1942 autorizou o seu funcionamento, sendo reconhecida pelo governo federal em 21 de novembro de 1944, pelo Decreto nº 17.206. Teve na pessoa do saudoso professor Isaías Alves de Almeida (\*20.agosto.1888, +20.janeiro.1968), o grande idealizador e sustentáculo dessa instituição da qual foi o seu primeiro diretor. Homem de notável vocação de educador, começou a exercer o magistério em 1904 e dedicou-se sempre às questões educacionais. Foi professor catedrático de Psicologia da Educação do Instituto Normal da Bahia; professor assistente de Língua Inglesa do Colégio Estadual da Bahia; subdiretor geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro; diretor da Divisão Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde; membro do Conselho Nacional de Educação (hoje Conselho Federal de Educação); secretário da Educação e Saúde da Bahia. Como se vê, um homem da e para a Educação.

Os Cursos de Letras, na Bahia, tiveram como esteio três grandes linhas do conhecimento das línguas: foram criados, assim, os cursos de Letras

Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas. Das primeiras, faziam parte os estudos de Latim e Grego; das seguintes, Português, Francês, Espanhol e Italiano; e das últimas, Alemão e Inglês. Os professores fundadores eram, como acontecia nas demais instituições, estudiosos interessados nas Letras, mas de formação humanística geral, sendo poucos os que provinham de um caminho específico na área. Figuram como fundadores dos Cursos de Letras, na Bahia os seguintes professores: José Higino Tavares de Macedo (Língua e Literatura Latina), Christiano Alberto Müller (Língua e Literatura Grega), Ernesto Carneiro Ribeiro Filho (Filologia e Língua Portuguesa), Hélio Gomes Simões (Literatura Portuguesa), Raul Batista de Almeida (Literatura Brasileira), Francisco Hermano Santana (Filologia Românica), Heitor Prager Fróes (Língua e Literatura Francesa), Maria Luigia Magnavita Galeffi (Língua e Literatura Italiana) —, que nos brindou, por muito tempo, com a sua presença na instituição, na qual além de professora catedrática de Italiano exerceu diferentes cargos entre os quais se inclui o de reitora, como substituta eventual —, Aurélio Garcia Laborda (Língua e Literatura Espanhola), Hélio Souza Ribeiro (Literatura Hispano-Americana), Peter Baker (Língua Inglesa e Literatura Anglo-Americana) e Gabriela Leal de Sá Pereira (Língua e Literatura Alemã). Esse corpo docente, constituído por médicos, engenheiros, advogados, alguns poucos com especialização no exterior, assumiram, como afirma a Profa. Maria Luigia Galeffi, em entrevista dada à revista *Estudos Linguísticos e Literários* (1985, p. 109), “com entusiasmo a tarefa que lhes fora confiada, e apesar de seu autodidatismo inicial, tornaram-se excelentes mestres”.

405

As primeiras reuniões do corpo docente, antes ainda do funcionamento da instituição, como declara a Profa. Gina Magnavita na citada entrevista, foram realizadas no então Instituto Normal, hoje Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA), construído quando era secretário de Educação o Prof. Isaías Alves e interventor federal Dr. Landulpho Alves de Almeida.

Começou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a funcionar, regularmente, a 19 de abril de 1943, numa sede provisória, cedida pela Escola de Ciências Econômicas, situada na Praça da Piedade. Era preciso, porém, ter melhores instalações e uma casa própria. Empenhou-se nisso o sempre batalhador Prof. Isaías Alves, ao pleitear junto ao interventor o prédio onde funcionara o Instituto Normal, que havia sido transferido para a nova sede onde funciona até a presente data.

Dessa forma, em 1944 a nascida Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras instala-se na Av. Joana Angélica, 183, onde permaneceu até a reforma que levou à sua partição e à criação de diversas unidades originárias desta Faculdade, permanecendo no velho prédio apenas a de Letras, que passou a constituir o Instituto de Letras. Havia, naquele tempo, apenas o grande prédio da frente, bela casa que hoje, restaurada, serve a órgão da Justiça Federal. Não havia, naquele início, o prédio do fundo, construído posteriormente, sobretudo com os recursos resultantes de convênio com a Petrobras.

Criados os Cursos de Letras, a primeira turma de bacharéis cola grau em 5 de dezembro de 1945 e estava, assim, constituída: um do Curso de Letras Neolatinas, três do Curso de Letras Anglo-Germânicas e dois do Curso de Letras Clássicas. A primeira turma de licenciados constituiu-se de três diplomados, um em cada uma das áreas, que colaram grau em 14 de dezembro de 1946.

406

Com a diplomação dos primeiros bacharéis e licenciados, estavam consolidados os Cursos de Letras na Bahia.

A partir de 1946, a Faculdade de Filosofia passou a integrar a então recém-nascida Universidade da Bahia, criada pelo Decreto-Lei 91.155, de 8 de abril de 1946, designação que manteve até meados da década de 1960 quando, por força do dispositivo governamental que uniformizou a designação dos centros universitários (Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965), passou a chamar-se Universidade Federal da Bahia.

## O INSTITUTO DE LETRAS COMO UNIDADE INDEPENDENTE

Em decorrência da reforma universitária e de sua aplicação na UFBA (Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968), teve a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de ser desmembrada. O que existiam eram cursos de Geografia, de História, de Filosofia, de Letras Neolatinas, de Letras Germânicas, de Letras Clássicas, de Física, de Matemática, e tantos outros, agrupados em departamentos, dos quais o de Letras reunia as Letras Clássicas, as Neolatinas e as Anglo-Germânicas; o que se passou a ter foram seis institutos (Física, Letras, Geociências, Matemática, Biologia, Química) e duas faculdades (Faculdade de Educação e Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas).

Se, por um lado, a divisão se apresentou benéfica, porque permitiria maior aprofundamento e concentração e melhores possibilidades de administrar, vê-se que, no caso específico dos Cursos de Letras, em nossa Universidade, o que aconteceu foi o confinamento do Instituto de Letras, que deixou de partilhar do convívio pleno e enriquecedor com outras unidades em virtude de ser área de uma só unidade — o próprio Instituto de Letras — e porque, capricho do destino ou dos homens, restaria isolado, por muito tempo, e quase fadado ao solilóquio, na velha mas querida casa da Av. Joana Angélica, a afirmar a existência do “campus de Nazaré” e guerrear pelo seu reconhecimento.

Em 1985, foi o velho prédio assolado pelas pulgas, como a querer prenunciar a expulsão das Letras do bairro de Nazaré. Em 1986, por força dos problemas estruturais apresentados no edifício — a queda de um dos adornos, antigos e belos, que se encontravam no beiral do seu telhado — o Instituto de Letras teve de se retirar, abrupta e repentinamente, da sua sede de Nazaré, numa declaração firme e irrevogável, feita pela sua comunidade ao reitor Germano Tabacof, no seu gabinete da Reitoria, de que àquele prédio não se voltaria. O reitor acolheu com muito respeito e solidariedade o “clamor das Letras”. A partir de então, passou o Instituto de Letras a peregrinar por outras áreas, vindo a se estabelecer no salão maior do andar térreo da Biblioteca Reitor Macedo Costa, demarcando os seus departamentos e salas de professores com “paredes” feitas com os próprios armários. Aí se fixou a sua sede, por longos anos, funcionando nesse espaço a administração, os departamentos e as “salas” de professores. As aulas se dividiam entre o PAF I e outros prédios do campus de Ondina e do Canela.

A luta pela construção de uma sede própria e devidamente adaptada às peculiaridades e necessidades do ensino de línguas foi longa e renhida. A voz de professores, alunos e funcionários era uníssona e geral. Não faltaram manifestações, artigos em jornal, gritos alardeantes de “Letras sem teto”, dois expressivos textos em cordel da lavra da Profa. Carlota Ferreira, eventos “na terra” que deveria, e viria a ser de fato, do Instituto de Letras, onde, em 1987, se colocou uma placa, que atualmente se encontra à entrada do prédio, com a seguinte inscrição:

Aqui, agora, esta comunidade toma posse da terra das Letras na esperança de ter, em breve, erguida a sua casa. Salvador, 28 de julho de 1987.



Assim ficou o Instituto de Letras até o ano de 1991, quando foi entregue à comunidade de Letras a sua nova casa, metade, como se soube, do prédio que lhe era devido.

Atualmente, instalado no Campus de Ondina, passa por um processo de ampliação de sua estrutura, o que, embora não sejam, ainda, os 50% devidos, minorará, com certeza, a dificuldade de espaço para atender às reais necessidades.

## O ENSINO E A PESQUISA EM LETRAS

Criada como instituição de ensino, ofereceu, desde a sua instalação, a possibilidade de ingresso no estudo das Letras Clássicas, das Letras Românicas e das Letras Germânicas, trilhas que mantém até o presente. A sua vocação para a pesquisa aflora, porém, já muito cedo e em meados da década de 1950, com o desenvolvimento de ações nos campos da Língua Portuguesa (com investigações nas áreas de Fonética, de Ecdótica e de Dialectologia) e da Filologia Românica. Produz o primeiro atlas linguístico do Brasil (ROSSI; ISENSEE; FERREIRA, 1963), de cunho regional, abrindo, assim, a história da Geografia Linguística no Brasil e fazendo da Universidade, naquele tempo, ainda, da Bahia pioneira nos estudos brasileiros atinentes a esse campo.

Acolheu e aproveitou da presença de professores estrangeiros. Dentre os muitos que por cá estiveram, citam-se, nesses primeiros tempos, Hernani Cidade (Portugal), Álvaro da Costa Pimpão (Portugal), Joseph Maria Piel (Alemanha), Armando de Lacerda (Portugal). Criou-se uma tradição de parceria, mesmo no momento em que o intercâmbio acadêmico não se havia institucionalizado.

A pesquisa em Letras cresceu em diferentes perspectivas que abrangem os estudos linguísticos e literários e numerosos são os projetos existentes em cada departamento, muitos com registro no Diretório do CNPq. Ganhou força com a formalização de bolsas de iniciação científica, nas suas diferentes modalidades (UFBS/CNPq, CNPq/Balcão, Fapesb), a participação efetiva de estudantes de graduação nas atividades de pesquisa, o que vem despertando nessa população jovem, que se faz presente no Instituto de Letras, o gosto pela pesquisa científica, estimulando a atividade de investigação na área e permitido a formação dos que findam por dedicar-se ao ensino e à pesquisa na própria instituição. Comprovam e atestam esse percurso os numerosos

exemplos encontrados na atualidade de ex-bolsistas de IC, hoje já doutores e integrantes do quadro efetivo de docentes da instituição.

Expandiu o seu campo de pesquisa e de atuação. Na atualidade, todos os departamentos — o de Fundamentos para o Estudo das Letras, o de Letras Vernáculas, o de Letras Românicas e o de Letras Germânicas — desenvolvem, agregadas às áreas que o compõem, atividades de investigação científica, com projetos, alguns deles de abrangência nacional.

O Instituto de Letras se afirma, pois, na área do ensino e da pesquisa da língua vernácula e das línguas estrangeiras — francês, italiano, espanhol, alemão, inglês — a que se juntam as Letras Clássicas, com Latim e Grego, e às eventuais incursões por outras línguas, como o Galego.

## O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Pós-Graduação em Letras, iniciada em 1976, com o curso de Mestrado, aprovado inicialmente em 1993 e reconhecido em 1993, abre, em 1996, as suas portas para o Doutorado, cursos que se acham homologados pelo CNE, através da Portaria MEC 524, DOU de 30 de abril de 2008, contando com o conceito 5, na avaliação Capes.

A área de Letras conta com um Programa de Pós-Graduação que oferece dois cursos *stricto sensu*, Doutorado e Mestrado, e dois cursos que se inserem na categoria *lato sensu*, a Especialização em Estudos Linguísticos e Literários e a Especialização em Língua Espanhola. O Programa de Pós-Graduação em Letras divide-se em três grandes áreas de concentração, duas delas dedicadas aos Estudos Linguísticos e uma voltada para os Estudos Literários: Linguística Histórica, Descrição e Análise Linguística e Crítica da Literatura e da Cultura.

A proposta de criação do Doutorado em Letras e Linguística, consequência do Mestrado implantado em 1976, data de 1996, tendo sido aprovado em 2003 e reconhecido pelo CFE em 2008. Pretende o programa atender a uma demanda, ainda reprimida, de carências no Estado da Bahia e da região. Tais demandas envolvem a formação de recursos humanos com qualificação em nível de doutorado, assim como o desenvolvimento de pesquisas ligadas à formação histórica da Língua, em especial o português do Brasil, o estudo da variação linguística do português do Brasil, tanto na perspectiva diacrônica como na sincrônica, o estudo das relações entre língua

e cultura que subsidiam os estudos do texto, discurso e ensino/aprendizagem de línguas caracterizadas em diferentes vertentes de atendimento.

O Programa de Pós-Graduação em Letras da UFBA, implantado há três décadas, afirmou o seu prestígio e atuação não apenas no Nordeste, como em todo o país. Vem formando quadros para o ensino superior nas instituições universitárias da região, destacando-se a sua contribuição para a consolidação do sistema público de universidades estaduais da Bahia, com o qual o programa mantém, hoje, sólido e produtivo intercâmbio.

## REVISTAS

410

O compromisso com a divulgação da produção científica e com o estímulo à publicação e ao intercâmbio se reflete na sustentação de três periódicos: a revista *Hyperion*, voltada para acolher trabalhos de alunos dos cursos de graduação; a publicação da revista digital *Inventário*, destinada à produção de mestrados e doutorandos, e a consolidada revista *Estudos Linguísticos e Literários*, já com 38 números em circulação.

## O PAPEL DAS LETRAS

Esta breve história dos Cursos de Letras na Universidade Federal da Bahia se fecha com a citação de um trecho de documento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, *Avaliação e Perspectivas* (1978), que teve como um de seus dois relatores o Professor Titular de Língua Portuguesa desta Casa, hoje aposentado, Nelson Rossi, na qual se vê expressa, em breves e concisas palavras, uma avaliação do papel das Letras e se procura definir o seu *locus* na construção do mundo moderno:

[...] às Letras não reserva a era da tecnologia um papel condutor, de liderança no fazer do mundo, reserva um papel não menos indispensável de condicionamento crítico do como, porquê e para quê desse fazer.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, S. A. M. Discurso de paranínia dos formandos de 1984 do Instituto de Letras da UFBA. *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 3, p. 101-111, jul. 1985.

ESTUDOS: entrevista a Professora Gina Galeffi. *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 4, p. 101-111, dez. 1985.

PÓS-GRADUAÇÃO em Letras. Disponível em: [www.ppgll.ufba.br](http://www.ppgll.ufba.br). Acesso em: 18 maio 2009.

RELATÓRIOS do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Salvador: Instituto de Letras, [1976-1996].

ROSSI, N.; ISENSEE, D.; FERREIRA, C. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Casa de Rui Barbosa, 1963.



*Marco Antônio Nogueira Fernandes<sup>1</sup>*

### ANOS 1960

**F**undação do Instituto de Matemática e Física: 1960

Diretor: Prof. Rubens Gouveia Lintz (MAT), sendo Chefe do Setor de Física Prof. Ramiro Porto Alegre (FIS). Lintz ficou no IMF até 1962, passando o cargo interinamente ao Prof. Waldez Alves da Cunha (ITA) que ficou até o início de 1963, quando foi substituído pelo Prof. Omar Catunda, que ficou até 1968.

Sede: Rua Marechal Floriano  
Rua João das Botas, 27 (atual CPPD)  
Rua Caetano Moura (atual DCE) (1969)  
Rua Caetano Moura, 99 (atual Smurb) (1969-1981)  
Av. Ademar de Barros (desde 1981)

---

<sup>1</sup> Diretor do Instituto de Matemática.

Separação do Instituto de Matemática do Instituto de Física, com a reforma universitária, em 1968.

Diretores: Lolita Carneiro de Campos Dantas (1968-1975)  
José Leal de Araújo (1975-1979)  
Arlete Cerqueira Lima (1980-1982)  
Adarcy Maria Penna Costa (1982-1984)  
Roswilcio José Moreira Góes (1984-1988)  
Célia Maria Pitangueira Gomes (1988-1992)  
Adelmo Ribeiro de Jesus (1992-1996)  
Ilka Rebouças Freire (1996-1999)  
José Fernandes Silva Andrade (1999-2003)  
Marco Antônio Nogueira Fernandes (2003-2007)  
Marco Antônio Nogueira Fernandes (2007-)

414

Departamentos: Departamento de Matemática Geral  
Departamento de Matemática Aplicada  
Departamento de Matemática Pura  
Departamento de Processamento de Dados

Cursos de Graduação:

Curso de Matemática: (Licenciatura e Bacharelado) criado em 1942, vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Mudou para o Instituto de Matemática com a reforma universitária em 1968.

Curso de Processamento de Dados: criado em 1968.

Cursos de Pós-Graduação:

Curso de Mestrado em Matemática: criado em 1969. Já formou muitos mestres, que atuam na própria UFBA e nas demais universidades e escolas de ensino superior do Estado da Bahia. Vários egressos concluíram o doutorado em outros centros do país.

## ANOS 1970

Reformulação dos Departamentos: Departamento de Matemática  
Departamento de Estatística

## Departamento de Ciência da Computação

Atividades de Extensão:

Olimpíada de Matemática: atividade internacional, iniciada na Hungria em 1894, chegou ao Brasil em 1977. Desde 1979 foi criada, já com a participação do Instituto de Matemática, a Olimpíada Brasileira de Matemática, com os objetivos (principais) de estimular os jovens a estudar Matemática, detectar jovens talentos, estimular o aprimoramento dos professores, melhorando o ensino de Matemática nos níveis fundamental e médio. Em 2005 foi criada a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas. Os melhores alunos classificados na Olimpíada Brasileira de Matemática participam de Olimpíadas Internacionais de Matemática.

415

### **ANOS 1980**

Mudança para sede atual em 13 de fevereiro de 1981.

Curso de Graduação:

Curso de Estatística: criado em 1983.

### **ANOS 1990**

Reformulação do espaço físico (salas de aula, setores administrativos etc.) do Instituto de Matemática em função da demanda por laboratórios, principalmente os de Informática para aulas práticas das disciplinas de seus departamentos, bem como salas especiais com equipamentos multimídia:

1. Laboratório da sala 135: Informática para aulas práticas das disciplinas;
2. Laboratório de Estatística: presta assessoria nessa área para professores e estudantes da UFBA, e para a comunidade em geral;
3. Laboratório de Ensino de Matemática: instalado em 1996, a partir de experiências anteriores; atualmente é referência nacional em laboratórios



de Matemática e vem inovando o ensino de Matemática, nos diversos níveis fundamental, médio e superior, com a utilização de modelos concretos que facilitam o aprendizado através da visualização; tem exposto o seu acervo em diversos eventos científicos;

4. Laboratório do Proin/Capes: Informática para aulas práticas das disciplinas, fruto do programa de integração graduação/pós-graduação (Proin/Capes);

5. Laboratório da sala 151: Informática para aulas práticas das disciplinas;

6. Salas especiais: 152, 155, 156;

7. Laboratório de Iniciação Científica: Informática para alunos e seus orientadores;

8. Laboratório dos alunos de Ciência da Computação;

9. Laboratório dos alunos de Matemática.

416

Criação da rede de dados do Instituto de Matemática (im.ufba.br).

Criação da Empresa Júnior de Informática — Infojr (1998), em uma iniciativa do Departamento de Ciência da Computação e Colegiado do Curso de Ciência da Computação.

Curso de Graduação:

Reformulação do Curso de Processamento de Dados com a criação do Curso de Ciência da Computação em 1996.

Cursos de Pós-Graduação:

Especialização em Matemática (1996-1998).

Especialização Avançada em Sistemas Distribuídos: criado em março de 1998.

Especialização em Estatística (1997)

Cursos de Atualização:

Atualização em Matemática (1996-1998)

Cálculo Avançado (1998).

Programa de Nivelamento em Matemática: criado em 1999 dentro do Programa de

Pós-Graduação em Matemática.

Pró-Ciências/Capes (1997-2000): Aperfeiçoamento para Professores de Matemática do Ensino Médio da Rede Pública Estadual.

Aperfeiçoamento para Professores de Matemática do Ensino Médio Através de Teleconferências via internet: desde 2002 em parceria com o Instituto do Milênio – Agimb (atualmente, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Matemática — INCT Mat).

Atividades de Extensão:

Programa de Consultoria Estatística: presta assessoria na área de Estatística a professores e estudantes da UFBA, e à comunidade em geral.

## **ANOS 2000**

Curso de Graduação:

Curso de Licenciatura em Matemática — Programa de Licenciaturas Especiais (Prole/UFBA — Secretaria da Educação do Estado da Bahia): duas turmas (1º e 2º semestres de 2005) com cerca de 90 professores (não-licenciados) de Matemática da rede pública estadual de ensino.

Curso Noturno de Licenciatura em Matemática: aprovado em 2008 dentro do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – MEC/UFBA, com início em março de 2009.

Curso de Licenciatura em Matemática à Distância: aprovado em junho de 2006 dentro do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes/MEC), com início em abril de 2009, com 444 alunos distribuídos em 10 polos (Bom Jesus da Lapa, Camaçari, Ipupiara, Itamaraju, Itapicuru, Jacaraci, Lauro de Freitas, Mundo Novo, Paratinga e Simões Filho) do Estado da Bahia.

Curso Noturno de Licenciatura em Computação: aprovado em 2009 dentro do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) — MEC/UFBA, com início em março de 2010.

Curso Noturno de Sistemas de Informação: aprovado em 2009 dentro do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – MEC/UFBA, com início em março de 2010.

#### Cursos de Pós-Graduação:

Curso de Mestrado em Mecatrônica: em 2002, sob a responsabilidade dos Departamentos de Ciência da Computação e Engenharia Mecânica da Escola Politécnica. Na linha de pesquisa Sistemas Computacionais vinculada ao Instituto de Matemática já foram formados 13 mestres até o final de 2009.

Curso de Doutorado em Ciência da Computação: em parceria com a Unifacs e a UEFS, com sede administrativa na UFBA. Teve início em setembro 2007 e conta hoje com mais de 30 alunos matriculados.

Curso de Doutorado em Matemática: em associação com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), aprovado pela Capes em novembro de 2009, teve início em março de 2010 com 08 alunos matriculados.

#### Atividades de Extensão

Residência em Software: projeto desenvolvido dentro da Lei de Informática, destinado a alunos do final de graduação em Ciência da Computação com o objetivo de desenvolver softwares voltados para o governo eletrônico.

Projeto Onda Digital: projeto universitário cuja missão é contribuir no processo de inclusão sociodigital na Bahia, envolvendo a Universidade, através de professores e estudantes, em ações educativas, culturais e de difusão da filosofia do software livre. Teve início em 2004 aperfeiçoando o Projeto Colméia, criado em 1999.

RESUMO HISTÓRICO

*Antonio Carlos Nogueira Britto<sup>1</sup>  
José Tavares-Neto<sup>2</sup>*

**A**prouve o destino que a sociedade brasileira, a cultura e o comércio da então grande colônia lusa recebessem o influxo renovador e progressista, político e social, com a chegada inesperada e tumultuada à Bahia do príncipe regente D. João, com a família e o séquito da Corte, a 22 de janeiro de 1808, onde desembarcou dois dias depois.

A Corte tinha seguido viagem em derrota ao Brasil, saindo do cais de Belém (Lisboa) a 29 de novembro de 1807, tangida pelo filho da Córsega, Napoleão I, e pelas suas tropas, em marcha forçada através da Espanha, comandadas pelo general Jean-Andoche Junot, ao depois Duque de Abrantes.

---

1 Médico, vice-presidente do Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins.

2 Médico, professor adjunto IV e livre-docente, diretor da Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia.

Assim, a vinda do príncipe regente, ao depois D. João VI, deu ensejo a afortunados sucessos importantes e memoráveis para o progresso cultural e econômico do Brasil: a publicação de três decretos: o de 28 de janeiro de 1808, que abriu os portos brasileiros às nações amigas; o de 18 de fevereiro, criando a Escola de Cirurgia da Bahia e o de 5 de novembro, do mesmo ano, instituindo a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro.

Por conseguinte, a Bahia veio a ser a sede do primeiro estabelecimento de ensino superior e de medicina do Brasil, a Escola de Cirurgia da Bahia, instituída por intervenção, junto ao príncipe regente, do Dr. Jozé Corrêa Picanço.

O Dr. Picanço nasceu a 10 de novembro de 1745, em Goiana, na então capitania de Pernambuco, primeiro médico da Real Casa e primeiro cirurgião do Real Conselho, cirurgião-mor dos Exércitos do Reino e deputado nato da Real Junta do Protomedicato.

420

Aquele ilustre pernambucano, ao depois barão de Goiana, propôs, conforme está exarado na histórica Carta Régia de 18 de fevereiro de 1808, que a dita Escola de Cirurgia fosse instalada dentro do Hospital Real Militar da cidade do Salvador, que funcionava na antiga enfermaria dos extintos jesuítas, no atual Largo do Terreiro de Jesus, desde que foi criado, a 4 de outubro de 1799, pelo governador D. Fernando José de Portugal em ofício emitido para D. Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Desde a fundação da cidade do Salvador, em 1549, o Hospital Real Militar da Bahia atendia os militares enfermos em uma enfermaria ou grupo de leitos alugados à Casa da Santa Misericórdia, o Hospital “São Cristóvão”.

Assim, foi fundado o ensino médico nacional aos 18 de fevereiro de 1808, por meio do supracitado decreto real, depois que o príncipe regente anuiu à proposta que lhe fez o Dr. Picanço sobre a necessidade que havia de uma Escola de Cirurgia. A dita Carta Régia era dirigida a D. João de Saldanha da Gama, conde da Ponte e capitão-general da Bahia e firmada pelo ministro D. Fernando José de Portugal e Castro, futuro marquês de Aguiar.

No mencionado documento estava enfatizado, referindo-se aos professores, “[...] que não só lecionem a cirurgia propriamente dita, mas a Anatomia como bem e essencial, a Arte Obstétrica, tão útil como necessária”.

A 23 de fevereiro do mesmo ano de 1808, o cirurgião-mor do Reino, Dr. Picanço, nomeia os dois primeiros professores de Medicina do Brasil, o carioca Manoel José Estrella, para ensinar Cirurgia Especulativa e Prática e o português José Soares de Castro para dar lições de teóricas e práticas de Anatomia e as de operações cirúrgicas.

Por Carta Régia de 22 de setembro de 1808, o príncipe regente nomeou o cirurgião-mor, servindo no regimento de infantaria da cidade do Salvador, José Pereira Miranda para o ensino dos cirurgiões ajudantes.

O Dr. Picanço enviou aos professores as instruções escritas por ele, destinadas a reger o novo curso, que teria a duração de quatro anos, findos os quais, podia a Escola “passar as certidões competentes declarando se o Discipulo estava capaz de fazer o seu exame e de dignamente encarregar-se da saúde publica”.

A propósito do assunto, o Prof. Gonçalo Moniz Sodré de Aragão escrevia: “A frequencia era obrigatória, sendo que 60 faltas por moléstia ou 20 por negligencia faziam os praticantes (como eram chamados os alumnos) perder o anno”. E acrescentava: “Um dos paragraphos das instrucções estatua: ‘As praticas ou demonstraçoẽs sobre cada um dos objectos cirurgicos que se tiverem tratado se farão em uma das Enfermarias que lhe (ao lente) será franqueada duas vezes por semana.’

A respeito da Escola de Cirurgia da Bahia, dizia o Dr. Braz do Amaral: “Os documentos existentes no Archivo Público mostram que o collegio viveu vida util e que nelle se ensinou e nelle se aprendeu[...] Não só os dois primeiros professores não faziam daquillo uma perambulaçoẽ, como até reclamavam com energia pela severidade do ensino, conforme se vê dos officios dirigidos ao governador sobre estudantes que faltavam, por Soares de Castro, e nas reclamaçoẽs energicas acerca da retirada precipitada que faziam, algumas vezes, dos cadaveres que eram precisos para as disseccoẽs anatômicas”. Num destes documentos diz o professor “que não admittia que podesse servir sem ter consciencia de ser util ao trabalho que prestava ao Estado e ao Rei”.

O secretário da Faculdade de Medicina da Bahia, em 1923, Dr. Agenor Bomfim, informava que as instruções do Dr. Corrêa Picanço, dirigidas ao lente de Cirurgia, Dr. Manoel José Estrella, diziam: “Todos os sabbados haverá repetição geral do que se tem ensinado na semana e o professor será obrigado a dissolver as duvidas que forem então propostas por seus praticantes e feitas de um modo respeitoso e sem animosidade e com o fim

sómente de se instruir, pois que de outra sorte será pela primeira e segunda vez admoestado e pela terceira vez excluído da aula”. “Os praticantes serão obrigados a sua respectiva aula e se por molestia faltarem ás lições darão parte ao professor para o não apontar, legalizando a falta ou faltas com certidão de seu medico ou cirurgião assistente; se porém a molestia fôr de longa duração e tal que o obrigue a fazer 60 faltas perderá o anno — 20 faltas por negligencia farão egualmente perder o anno”.

O secretário da Faculdade estranhava o rigor disciplinar das instruções quando se reporta a um trecho da primeira Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, relativa ao ano de 1854, escrita pelo Dr. Malaquias Álvares dos Santos, que dizia: “Nem a matricula de então obrigava de qualquer modo a frequencia das aulas, nem impunha deveres d’alumnos, porquanto são informados de que aos lentes nem respeito nem consideração guardavam aquelles”.

422

Terminado o curso, os estudantes eram examinados perante o físico-mor, nos pontos tirados com antecedência. Se estivessem habilitados, eram aprovados, jurando aos Santos Evangelhos de dignamente exercerem a nobre profissão.

A Escola de Cirurgia da Bahia teve vida efêmera de oito anos e visava a formar “cirurgiões” — “cirurgiões formados”, com o escopo de evitar e acabar com os “cirurgiões licenciados”, que recebiam atestados por alguns “cirurgiões-mores” oficiais do Protomedicato ou de autoridades da Câmara para exercer a prática da cirurgia.

A Escola de Cirurgia da Bahia não formaria médicos. Para a graduação em Medicina haveria a necessidade de estudar nas faculdades médicas da Europa.

O sobredito secretário da Faculdade, Dr. Agenor Bomfim, discorria sobre os médicos que estudaram na Escola de Cirurgia da Bahia: “No curto espaço de 8 annos, que foram quanto durara o primeiro período da instituição do ensino médico da Bahia, com o nome de Escola de Cirurgia da Bahia, varios moços se distinguiram no curso, entre estes merecendo relevo: Manoel José Bahia, José Alvares do Amaral, Sabino Alves da Rocha Vieira, Antonio José de Souza Aguiar e Francisco Gomes Brandão, nomes todos que merecem referências especiais, convindo salientar os de: Sabino Alves da Rocha Vieira, envolvido mais tarde, em 1837, na revolução que explodirá aqui, a “Sabinada”, sem significação consoante a opinião do Dr. Braz do Amaral, mas de caracter republicano, conforme a opinião do

historiador Mattoso Maia; Francisco Gomes Brandão mais tarde Visconde de Jequitinhonha, cujo nome fulgura entre os mais notáveis políticos e parlamentares do Brasil. José Álvares do Amaral, mais tarde lente e secretário da Faculdade”.

É criado o cargo de diretor dos estudos médico-cirúrgicos da Corte e dos Estados do Brasil pelo Decreto de 26 de fevereiro de 1812, sendo nomeado, com grandeza de físico-mor do Reino, o cirurgião baiano conselheiro Manoel Luiz Alvares de Carvalho, formado em Medicina na Universidade de Coimbra, que submete à apreciação real um plano de reforma do ensino médico, o primeiro após a sua criação. De imediato, o Dr. Álvares de Carvalho leva a efeito a aplicação da reforma do ensino médico no Rio de Janeiro, a 1º de abril de 1813 e que foi executada na Bahia em 29 de dezembro de 1815 por Carta Régia ao 8º conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Britto, governador e capitão-general da Bahia — em “Academia” ou Colégio Médico-Cirúrgico da cidade da Bahia.

Cumprindo a determinação do governo, foi inaugurado o Colégio Médico-Cirúrgico da cidade da Bahia em 17 de março de 1816, na sala das sessões da Mesa da Casa da Santa Misericórdia. Era provedor do hospital o tenente-coronel Antonio da Silva Paranhos. Foram empossados os lentes nomeados, que estavam presentes à sessão: José Avellino Barboza, Antonio Ferreira França, Manoel José Estrella, José Soares de Castro e José Álvares do Amaral.

Nessa época, o curso tinha a duração de cinco anos, e eram lecionadas as seguintes matérias: Anatomia, Fisiologia, Higiene, Terapêutica, Arte Obstétrica, Etiologia, Patologia, Cirurgia e Operações, além do ensino da Química Farmacêutica, dado pelo boticário. Para a cadeira de Química, em 1816, recém-criada por D. João, foi nomeado o Dr. Sebastião Navarro de Andrade.

Entre os anos de 1818 e 1819, o governo nomeou Dr. Manoel Silveira Rodrigues, transferido para o Rio após a Independência e José Avellino Barboza, professores do 4.º e 5.º anos e cria as cadeiras de Farmácia, Matéria Médica e Terapêutica, indicando, em 1820, o médico luso Dr. Manoel Joaquim Henriques de Paiva para regê-la.

No ano de 1823 foram suspensas todas as aulas em virtude das lutas para consolidar a Independência do Brasil. Lentes e alunos se empenharam no movimento de libertação e expulsão das tropas portuguesas de ocupação. Nesse mesmo ano de 1823, aos 2 de julho a



ainda Escola de Cirurgia da Bahia festejou com muito júbilo e *Te-Deum*, a Independência da Bahia.

Em 1824, o Prof. José Álvares do Amaral, até então lente substituto, foi nomeado lente efetivo de “Operações e Partos” e, em 1825, com a criação da cadeira de Patologia Externa, foi nomeado o Dr. José Lino Coutinho, que seria o primeiro diretor da futura Faculdade de Medicina da Bahia e ministro do Império, por duas vezes.

O governo premiou, com livros, os alunos melhores classificados: Fortunato Candido da Costa Dormund, Jonathas Abbott, Francisco Marcellino Gesteira e Francisco de Paula Araújo e Almeida, todos futuros lentes.

O aluno aprovado em todas as matérias do curso obteria o curso de Cirurgião, e se repetisse o 4.º e 5º anos, seria formado em Cirurgia, sendo, desde logo, membro do Colégio e Opositor, podendo curar todas as enfermidades, onde não houver médico, e tendo “preferição em todos os Partidos”.

424

Eram nove os professores efetivos no último ano de funcionamento do Colégio Médico-Cirúrgico da cidade da Bahia: Paula Araújo (Fisiologia), Jonathas Abbott (Anatomia), Fortunato Dormund (Matéria Médica), Policarpio Cabral (Química), Ferreira França (Patologia Interna), Lino Coutinho (Patologia Externa), Baptista dos Anjos (Operações), Marcellino Gesteira (Partos), e Avellino Barboza (Clínica Interna).

A Lei de 3 de outubro de 1832, assinada pela Regência Trina (Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz) e referendada por Nicolau Vergueiro, ministro do Império, trouxe a disposição legal da autonomia do Ensino Médico, mudando o nome de Colégio Médico-Cirúrgico para Faculdade de Medicina da Bahia. Ampliou os quadros das disciplinas de cinco para quatorze, ampliou a duração do curso de Medicina de 4 para 6 anos, distribuindo melhor as matérias pelas seis séries.

Essa mesma Lei de 1832 instituiu três cursos na Faculdade de Medicina da Bahia: Medicina, Farmácia e Partos. E autorizou a Faculdade a outorgar os títulos de Doutor em Medicina, Farmacêutico e Parteiro. Foram acrescentadas às nove cadeiras do Colégio Médico-Cirúrgico mais cinco: Medicina Legal, Partos e Moléstias de Mulheres Pejadas e Paridas e de Recém-Nascidos e acrescentou à Higiene a cadeira de História da Medicina e Medicina Legal, percebendo os “proprietários” das mesmas (catedráticos) das diversas

cadeiras um conto e duzentos réis anuais; e aos lentes-substitutos, oitocentos mil réis, salário equivalente ao dobro do que lhes cabia quando lentes do Colégio Médico-Cirúrgico.

As 14 cadeiras foram distribuídas em 3 “secções”: 1 — “Ciências Accessórias”; 2 — “Ciências Médicas”; 3 — “Ciências Cirúrgicas”. Cada secção contava com 2 a 3 lentes substitutos.

A nova lei também exigia maiores conhecimentos para ingressar na Faculdade de Medicina da Bahia, e implantou a defesa de tese de doutoramento, com início em 1836, procurando despertar o interesse para os trabalhos práticos e para a pesquisa científica. A Tese Doutoral, como era denominada, podia ser defendida no final do 6º ano ou após o curso médico, e os aprovados recebiam o título de Doutor, e não de Bacharel em Medicina.

Em 28 de abril de 1854, o barão do Bom Retiro, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império, promulgou, com D. Pedro II, a reforma que autorizava as Faculdades a serem administradas por um diretor e pela Congregação de docentes e o curso de Medicina passou obrigatoriamente para seis anos (a Lei de 1832 determinava essa duração preferencial). Com esse novo Decreto, o Curso de Medicina passa a ter 18 cadeiras; o curso de Farmácia tinha a duração de três anos e o de Obstetrícia (antigo curso de Partos) de dois anos. Este decreto aumentou o número de cadeiras criando as de Química Orgânica, Anatomia Geral e Patológica, Patologia Geral, Terapêutica e Matéria Médica.

O Decreto nº 1.387, de 28 de abril do sobredito ano, dispunha, no seu artigo 197, que “Na sessão de encerramento a Congregação encarregará a um dos seus membros de apresentar, na primeira sessão do ano seguinte, uma memória histórica, em que se relatem os acontecimentos notáveis do ano findo”. O Dr. Malaquias Álvares dos Santos foi o primeiro lente a apresentar a memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia concernente ao ano de 1854.

Em janeiro de 1871, o Ministro do Império, João Alfredo, baixou decreto considerando eliminatória a prova escrita, tendo o governo, em outubro do mesmo ano, modificado as instruções exaradas, após ouvir o clamor dos estudantes.

Em 1871, a reforma denominada Leôncio de Carvalho, instituiu a frequência livre, permitiu a matrícula à mulher brasileira e aboliu o juramento religioso. A primeira mulher graduada no Brasil, Dra. Rita

Lobato Velho Lopes, de São Pedro do Rio Grande (Rio Grande do Sul) foi graduada pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1887, e nesse mesmo ano teve sua Tese Doutoral aprovada, denominada “Paralelos entre os métodos preconizados na operação cesariana”.

Decretos de 1881, reformulando a Reforma Leôncio, criaram as cadeiras de Clínica Psiquiátrica, Oftalmológica, Obstétrica, Ginecológica, Médica e Cirúrgica de adultos e a de Anatomia e Fisiologia Patológicas.

Em 1884, a Reforma Sabóia criou o curso de Odontologia, para ser ministrado em 3 anos, e tratou de temas a respeito de exames, colação de grau, honorários, deveres de professores e alunos, ensino teórico e prático.

Com a Reforma Benjamim Constant, no período republicano em 1891, foram criadas mais duas cadeiras: Clínica Propedêutica e Anatomia Médico-Cirúrgica.

426

A Reforma de 1901, de Epitácio Pessoa, que mutilava e reduzia as disciplinas, criou elevado protesto, tendo como aliados docentes, discentes e parlamentares e que redundou no fechamento da Faculdade de Medicina da Bahia durante o período de 14 de junho de 1901 a 19 de janeiro de 1902, reaberta por decreto dessa última data.

Em 1911, a reforma do ministro Rivadávia Corrêa, que referendou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamento da República, chamada jocosamente de Lei Desorganizadora do Ensino, foi revogada pelo Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915, referendada pelo Dr. Carlos Maximiliano. Outras reformas surgiram adotando o nome de seus autores, como a Reforma Rocha Vaz, a Reforma Francisco de Campos, a Reforma Gustavo Capanema etc.

Pelo exposto, teve a Faculdade de Medicina da Bahia várias denominações desde a sua origem: Escola de Cirurgia da Bahia — 18 de fevereiro de 1808; Colégio Médico-Cirúrgico da cidade da Bahia — de 1815 a 1832; Faculdade de Medicina da Bahia — 3 de outubro de 1832; Faculdade de Medicina e Farmácia — ou Faculdade de Medicina, Farmácia e Odontologia — Decreto de 10 de janeiro de 1891 (Reforma de Benjamim Constant; Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia — Decreto-Lei de 8 de abril de 1946); Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia; Faculdade de Medicina da Bahia, ao Terreiro de Jesus, da Universidade Federal da Bahia, denominação aprovada pela Congregação em novembro de 2003, com o objetivo de ao retomar a denominação de 1832 e iniciar os preparativos para o jubileu de seu bicentenário, que ocorreu em 18 de fevereiro de 2008.

A Universidade da Bahia, depois Universidade Federal da Bahia, foi instalada na sala da diretoria da Faculdade de Medicina da Bahia no dia 2 de julho de 1946.

Palavras breves sobre a história do prédio da Faculdade de Medicina da Bahia, ao Terreiro de Jesus. Na enfermaria-botica dos jesuítas, desocupada em 1759, instalou-se o Hospital Real Militar, criado a 4 de outubro de 1799. Na dita enfermaria começou a funcionar a Escola de Cirurgia em 1808. Em 1816, com a criação do Colégio Médico-Cirúrgico, as atividades do ensino médico e a enfermaria foram transferidas para o antigo Hospital da Casa da Santa Misericórdia. Em 1832, o Colégio, já com a denominação de Faculdade de Medicina da Bahia, retornou para a enfermaria-botica onde funcionara com o Hospital Militar, que, transformado em Hospital Regimental, em 1832, voltou para as imediações do Quartel da Palma, no Hospício da Palma.

Em 2 de março de 1905, pavoroso incêndio quase incinera todo o prédio da Faculdade de Medicina da Bahia, que desde 1832 havia sofrido lentas e custosas intervenções e reformas nas suas instalações e no seu estilo arquitetônico.

Reconstruído o edifício da Faculdade de Medicina da Bahia, o conjunto arquitetônico ficou composto de duas partes distintas, a parte antiga, antes do incêndio, que fica de frente para a praça do Terreiro de Jesus, formada de duas alas, em ângulo reto, a construída pelos jesuítas e a ala edificada entre 1882 a 1893. Na ala antiga, construiu-se o belíssimo Salão Nobre; na ala nova, fizeram a sala da Congregação, sala dos lentes, diretoria, secretaria, salas de administração, gabinetes, anfiteatro para aulas. Quando foi concluída a fachada, em 1893, foi colocada, no alto do portão principal, uma lápide em mármore, com a inscrição “Faculdade de Medicina da Bahia — 1893”. A parte nova foi construída após o incêndio, em estilo grego, jônico, majestoso, com a fachada principal olhando para a Rua das Portas do Carmo. No conjunto construído após a catástrofe, destacam-se o suntuoso Anfiteatro Alfredo Britto, o pavilhão vasto para abrigar a nova biblioteca e o Instituto Nina Rodrigues. O imponente conjunto arquitetônico foi sendo destruído, gradativamente, pelo tempo e pela incúria das autoridades universitárias. Desde há muito, fazem-se esforços de vários segmentos da sociedade acadêmica para que a reconstrução original das feições arquitetônicas do belíssimo palácio do ensino das ciências médicas, memorial da medicina brasileira, seja concluída até a época das festivas celebrações no azo do bicentenário do início do ensino médico nacional.

Depois de funcionar 168 anos no Terreiro de Jesus, a nova sede da Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia foi transferida, a 2 de março de 1977, para o prédio, na Avenida Reitor Miguel Calmon, próximo ao Hospital das Clínicas, pelo reitor Augusto Mascarenhas, sendo diretor da Faculdade o Dr. Renato Tourinho Dantas. As obras foram iniciadas em 1972 e reformadas dois anos mais tarde pelo reitor Augusto Mascarenhas. Segundo o jornal *A Tarde* (1977):

[...] é um pequeno edifício que não compensa a transferência da tradicional escola médica do antigo Colégio dos Jesuítas, no Terreiro de Jesus, onde dispunha de uma casa mais condigna com a sua tradição e muito mais ampla. A nova sede deixa muito a desejar a despeito de dotada das mais modernas instalações para o ensino da medicina. A novidade é o sistema audiovisual doado pela Biblioteca Regional de Medicina, órgão da Organização Pan-Americana da Saúde. O novo prédio dispõe de seis salas de aulas: duas delas comportarão 60 alunos, cada uma e as quatro restantes darão para 156 alunos cada uma.

428

Esse pavilhão no Vale do Canela tem lastimável projeto arquitetônico e bem se prestaria a tudo menos ao ensino, à pesquisa e à assistência.

A 2 de março de 2004, a nova diretoria da Faculdade de Medicina da Bahia teve o gesto altamente significativo, do ponto de vista administrativo, de retornar ao seio do edifício da velha Faculdade. De imediato, observou-se a mudança da aparência dos pavilhões: limpeza, reparos pequenos e complexos, e, principalmente, a vida e devolução da esperança perdida pela presença benfazeja da diretoria da casa que tem alma.

Ao longo de sua história, Faculdade de Medicina da Bahia teve 32 diretores e 6 diretores interinos. O primeiro, Dr. José Lino Coutinho, no período de 1833 a 1836, nomeado por Decreto de 27 de junho de 1833, tomando posse em 23 do mês seguinte.

A Escola de Cirurgia da Bahia e o Colégio Médico-Cirúrgico da Cidade da Bahia tinham sua administração gerida diretamente pelo governo. Atualmente, a Faculdade de Medicina da Bahia (Fameb) da UFBA é constituída de oito departamentos: Anatomia Patológica e Medicina Legal; Apoio Diagnóstico e Terapêutico; Cirurgia; Ginecologia, Obstetrícia e Reprodução Humana; Medicina Preventiva; Neuropsiquiatria; e Pediatria. Classificados como “serviços”, citam-se a atual Biblioteca, que funciona no atual Pavilhão de Aulas da Fameb no Canela, e o Núcleo Avançado de Ensino

Médico (Nave), que leva a efeito orientação aos estudantes de graduação utilizando-se dos processos da informática para pesquisa, elaboração de trabalhos, com muita proficiência e dedicação; e mais recentemente (2005), o serviço de Telemedicina.

Quanto às atividades de ensino, o Curso de Graduação da Fameb é formado por um Colegiado composto de um docente, coordenador e vice-coordenador, além dos representantes docentes e discentes. Oferece cursos de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Medicina e Saúde (PPgMS), criado em 1971, e no Programa de Pós-Graduação em Patologia Humana e Experimental (PGPAT), de 1973, esse último em convênio com o Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Além desses, todos os docentes da Fameb participam, como supervisores ou preceptores, dos Programas de Residência Médica, em 28 especialidades, oferecidos pelo Complexo Universitário Professor Edgard Santos (C-Hupes) e na Maternidade Climério de Oliveira, ambos órgãos suplementares da UFBA, os quais têm como presidente do Conselho Deliberativo o diretor da Faculdade de Medicina da Bahia da UFBA.

O Programa de Pós-Graduação em Medicina e Saúde da Faculdade de Medicina da Bahia da UFBA alcança o Estado do Acre, com o apoio do governo daquela Unidade da Federação, e lá graduou 42 mestres, implantou Programas de Residência Médica em cinco especialidades e propôs o projeto do Curso de Medicina da Universidade Federal do Acre, implantado em 2002.

É destaque o atual processo de recepção aos novos alunos de graduação, que prima pela maneira civilizada, alegre, cordial e ordeira como recebe os calouros. Essa recepção foi implantada em 1991 e desde então é organizada pelo Diretório Acadêmico da Fameb, com o apoio de suas sucessivas diretorias. Durante a semana de intensa convivência, os novos alunos discutem com docentes e discentes as principais questões de saúde, além de questões de interesse geral do cidadão brasileiro.

Em 2004, foi relançada a *Gazeta Médica da Bahia*, fundada em 1866, e até dezembro de 2005 foram publicados 5 novos números ([www.medicina.ufba.br/gmbahia](http://www.medicina.ufba.br/gmbahia)). A Fameb mantém utilíssimo e atualizado site — [www.medicina.ufba.br](http://www.medicina.ufba.br), o qual hospeda diversos “links” para o desenvolvimento dos programas de ensino médico, na graduação e pós-graduação.

Na atualidade, a Fameb tem como prioridade a transformação curricular do ensino médico de graduação, fundamentada nas diretrizes

curriculares do Ministério da Educação, nas recomendações da Cinaem (Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico) e nas exigências do Sistema Único de Saúde. Por isso, espera o continuado apoio da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, iniciado em janeiro de 2005, pois só dessa forma será possível o estudante de Medicina vivenciar a realidade da população, diferente da observada nas unidades de saúde terciárias ou de maior complexidade.

Os 60 anos da Universidade Federal da Bahia, comemorados aos 2 de julho de 2006, e os 198 anos da Faculdade de Medicina da Bahia, transcorridos nesse mesmo ano, são efemérides e oportunidades também para planejar o futuro dos próximos 200 anos.

## REFERÊNCIAS

430

- BRITTO A. C. N. A medicina baiana nas brumas do passado. *Contexto & Arte Editorial*, Salvador, p. 365-374, 2002.
- FACULDADE de Medicina da Bahia. *Diário Oficial*, Edição Especial do Centenário, Salvador, p. 454-474, 1923.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. A fundação do ensino médico da Bahia. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 1º. *Anais...* Salvador, Bahia: Tipografia Beneditina, v. 5, p. 72-95, 1951.
- A MEDICINA e sua evolução na Bahia. *Diário Oficial*, Edição Especial do Centenário, Salvador, p. 401, 436, 1923.
- MEIRELLES, N. S. et al. Teses doutorais pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928. *Gazeta Médica da Bahia*, n. 74, p. 9-101, 2004.
- A TARDE, Salvador, edição de 3 mar. 1977.
- TORRES, O. *Esboço histórico dos acontecimentos mais importantes da vida da Faculdade de Medicina da Bahia (1808-1946)*. Salvador, Bahia: Imprensa Vitória, 1946.

## UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

*Geraldo Cesar de Vinhais Torres<sup>1</sup>*

*José Vasconcelos Lima Oliveira<sup>2</sup>*

A carência de médicos veterinários na Bahia com o avanço da agropecuária no final da década de 1930 e início da de 1940 era evidente. Daí a primeira manifestação voltada para a necessidade de se instituir um curso de Medicina Veterinária na Bahia em 03 outubro de 1941, reunião realizada pelos médicos veterinários Aloysio Lobato Valle, Gilberto Saturnino Alvim e José Laurentino de Medeiros, do Ministério da Agricultura; Manoel Ignácio da Silva Filho, Manoel Pinheiro dos Reis Filho, da Prefeitura Municipal de Salvador, e Wolney Barros de Castro, do Exército brasileiro, nas dependências da Inspeção Regional de Defesa Sanitária Animal.

---

1 Professor aposentado da Escola de Medicina Veterinária.

2 Diretor da Escola de Medicina Veterinária.



No ano seguinte, em 16 de junho de 1942 foram formadas comissões para apresentar, ao governo do Estado da Bahia, proposta para criação de uma Escola de Medicina Veterinária, através do secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, Carlos de Campos Porto. Mas, em 31 de dezembro de 1942, é publicado o Decreto-Lei 12.629, do interventor federal na Bahia, General Renato Onofre de Pinto Aleixo, que, ao reorganizar a estrutura da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, estabelece que a Escola de Agronomia e Veterinária fosse órgão integrante da estrutura da referida Secretaria do Estado.

432

Durante o governo de Octávio Mangabeira, em 1949, o secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, Prof. Nestor Duarte, elabora uma consubstanciada “Exposição de Motivos”, sugerindo a criação de uma Escola de Veterinária na Bahia; entretanto, a concretização se dá quando o então secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, — o agrônomo Antônio Nonato Marques, recebeu do Prof. Fúlvio José Alice longo documento sobre a urgência de criação de uma Escola de Medicina Veterinária na Bahia, inspirando-o a encaminhar em 15 de maio de 1951, ao governador do Estado, Luiz Regis Pacheco Pereira, a minuta de anteprojeto de Lei a ser dirigida à Assembléia Legislativa, criando a Escola de Medicina Veterinária na Bahia. No documento, foram nominadas as alarmantes deficiências que, naquela época, afetavam o setor da pecuária e ao mesmo tempo a necessidade inadiável de melhorar e defender os rebanhos da Bahia. Foram então propostas medidas outras que requeriam a exeqüibilidade de desenvolver a Assistência Médica Veterinária, sem as quais o Estado da Bahia estaria vulneravelmente exposto a enzootias e epizootias e consequentes perdas financeiras e econômicas.

Na mesma exposição foi ressaltada a problemática da falta de inspeção nos produtos de origem animal e da vigilância sobre as enfermidades animais transmissíveis ao homem.

O histórico documento foi entregue solenemente ao governador Regis Pacheco na presença do seu Secretariado, autoridades diversas e pecuaristas, no dia 15 de maio de 1951, nas dependências do Palácio Rio Branco, sede administrativa do governo do Estado da Bahia.

Levado em conta pelos deputados da Assembléia Legislativa, foi aprovada e promulgada a Lei 423, de 20 de outubro de 1951, criando a Escola de Medicina Veterinária da Bahia, tendo nesta mesma data sido colocada

pelo governador Regis Pacheco a pedra fundamental da construção do seu prédio, na presença das mais altas autoridades do Estado.

Uma vez criada a Escola de Medicina Veterinária da Bahia, e autorizado o funcionamento do curso de Medicina Veterinária na Bahia, pelo Decreto Federal nº 90.924, de 28 de maio de 1952, foi nomeado, em caráter interino, o médico veterinário Mauro Ferreira de Camargo para ser o seu primeiro diretor, através do Decreto firmado pelo governador Regis Pacheco, em 12 de janeiro de 1952, e para compor a Congregação foram nomeados e considerados fundamentais os seguintes professores: Alfredo Neto Formozinho, Aloysio Freire Portella Povoas, Ângelo Vincenzo Stopiglia, Carlos Alberto Paes Pinto, Francisco Velozo Pondé, Fúlvio José Alice, Inocêncio Peltier de Queiroz, Joaquim Laurentino Medeiros, José Almachio Ribeiro Guimarães, José Henrique Sá de Miranda Pinto, Mauro Ferreira de Camargo, Manoel Pinheiro dos Reis Filho, Nelson Baeta Alves, Orlando Bastos de Menezes, Oswaldo Alves de Carvalho, Renato Rodenburg de Medeiros Neto.

433

A primeira reunião da Congregação aconteceu no dia 08 de maio de 1952, nas instalações do antigo Instituto Biológico da Bahia (hoje ADAB — Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia), onde funcionava, em caráter provisório, a administração da Escola, convocada extraordinariamente e presidida pelo Prof. Mauro Ferreira de Camargo e secretariada pelo Dr. Jayme de Oliveira.

Para o primeiro exame vestibular, realizado no dia 29 de maio de 1952, inscreveram-se 30 candidatos para as 30 vagas estabelecidas, só obtendo aprovação 22, sendo as demais vagas preenchidas por agrônomos ou estudantes de Agronomia, de acordo com a legislação vigente.

No Pavilhão de Peixes do antigo Parque de Exposições Garcia D'Ávila, no bairro de Ondina, na vizinhança da localização da atual Escola, foi ministrada, no dia 20 de junho de 1952, a aula inaugural da Escola de Medicina Veterinária da Bahia, proferida pelo Dr. Antônio Nonato Marques.

No decorrer do tempo, a Escola foi tomando corpo, reunindo-se os estudantes em um centro Acadêmico que, em 09 de julho de 1952, foi denominado Centro Acadêmico Fúlvio Alice (CAFA), cujo primeiro presidente foi o estudante José Carlos Bahia Ribeiro Dantas.

No mês de outubro de 1953, são transferidas do Parque de Exposições para os dois primeiros blocos já concluídos as atividades que até então ali

funcionavam enquanto prosseguiam outras construções. No dia 15 de março de 1955, foi entregue á comunidade o prédio da Escola, ocasião em que se realizou a solenidade de inauguração de suas instalações em conjunto com a aula inaugural daquele ano proferida pelo Prof. Renato Rodenburg de Medeiros Netto, contando com a presença do governador do Estado, Regis Pacheco, autoridades e personalidades do Estado.

Para dar base legal aos objetivos educacionais e em atenção às solicitações do governo do Estado da Bahia, visitou a Escola, no dia 11 de agosto de 1955, uma Comissão criada pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, então responsável pela fiscalização do ensino da Medicina Veterinária no Brasil. Por Decreto do governo federal de nº 38.627, de 10 de dezembro de 1955, foi reconhecida a Escola de Medicina Veterinária da Bahia como apta perante a Lei a formar médicos veterinários.

434

Enquanto três novos grupos de vestibulandos tiveram acesso à Escola, colou grau a primeira turma, composta de 20 médicos veterinários, no dia 19 de dezembro de 1955.

No dia 06 de abril de 1957, foi introduzido nos jardins da escola o busto do Dr. Antonio Nonato Marques, fazendo um justo agradecimento e perpetuando a memória daquele que idealizou e ajudou a construir a Escola de Medicina Veterinária da Bahia.

Em 1958, face à necessidade inquestionável, foi autorizada pelo governador Antonio Balbino, no dia 13 de maio, a construção do Hospital de Medicina Veterinária, e, no dia 29 de setembro, autorizada a construção do “Pavilhão de Isolamento”, que viria posteriormente a albergar o setor de reprodução animal e instituída a educação continuada, por um regimento específico aprovado através do Decreto nº 17.221, de 16 de dezembro.

Em maio de 1961 vem a Bahia pela segunda vez o Prof. Octávio Domingues, notável conhecedor da ciência zootécnica, o qual desenvolveu extensa excursão ao interior de nosso Estado, em companhia dos Profs. Aloysio Freire Portella Póvoas e Geraldo Cezar de Vinhaes Torres. No seu retorno, em conferência proferida para a comunidade acadêmica da Medicina Veterinária, fez ver a necessidade da instalação de um curso de graduação de Zootecnia no Brasil, sugerindo que a Bahia fosse a pioneira no seu ensino.

Em virtude da criação do curso de Zootecnia, o Prof. Renato Medeiros Netto passa a defender a ideia da criação da Universidade Rural do Estado da Bahia, nos moldes de várias outras existentes no Brasil, baseadas em

projetos desenvolvimentistas já provados nos Estados Unidos, e que seria a precursora das atuais universidades estaduais baianas. O projeto, combatido por uns e apoiados por outros, foi bruscamente tolhido, inclusive em face da intervenção do governo federal, como será visto posteriormente.

Fatos marcantes nessa época de democratização do ensino foram a representação estudantil da Congregação, aprovada em 19 de março de 1962, sendo seu primeiro representante acadêmico o discente Dietrich Wilhein Todt, e a dos professores assistentes, em 12 de maio de 1963, eleito pelos seus pares o Prof. Geraldo Cezar de Vinhaes Torres.

Enquanto se discutia a criação de uma universidade rural, a Congregação, em reunião realizada em 18 de agosto de 1963, criava a departamentalização das “Cadeiras”, reunindo-as em áreas abrangentes do conhecimento em seis departamentos. Tal procedimento, pelo que se sabe, foi pioneiro na Bahia, embora imediatamente o governo do Estado, que havia vetado a implantação do curso com duração 5 anos, e dificultava a criação da universidade rural, numa atitude reacionária, vetou também tal pretensão, provocando significativo entrave para a modernização e evolução da própria escola.

Para a grande surpresa dos professores, alunos e funcionários técnico-administrativos da Escola, sem que houvesse nenhuma informação prévia, o governo do Estado assina em 08 de outubro de 1965 o Decreto de nº 16.656, desligando a Escola do âmbito da Secretaria da Agricultura e passando a sua administração para a Secretaria da Educação, o que gerou problemas de ordem orçamentária e financeira, uma vez que a Secretaria de Agricultura alegava não ter a obrigação de passar recursos para uma repartição que não lhe pertencia, e a Secretaria da Educação afirmava não ter rubricas orçamentárias para atender a Escola de Medicina Veterinária. Esse impasse criou dificuldades operacionais para a Escola, visto que a Secretaria da Educação não tinha e não demonstrava interesse em adquirir experiência com o ensino superior.

## A FEDERALIZAÇÃO DA ESCOLA

Em 18 de novembro de 1966 foi publicado o Decreto-Lei nº 53, que viria a gerar consequências imprevisíveis e mudanças radicais de extrema importância para a Escola.

Para a recuperação do Campus da Universidade Federal da Bahia, o Ministério da Educação, por intermédio do seu Departamento de Assuntos Universitários (DAU), necessitou de financiamento externo, indo buscá-lo no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que, ao analisar o projeto, achou incorreto não ter uma Universidade de tal porte cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, considerados básicos para promover o desenvolvimento das chamadas Ciências Agrárias, tão importantes para um país e para um Estado como a Bahia, com características acentuadamente de produção agropecuária. Seria fácil a solução. Em obediência ao Decreto-Lei nº 250, de 28 de fevereiro de 1967, foi autorizada a Universidade Federal da Bahia incorporar a Escola Agrônômica da Bahia e a Escola de Medicina Veterinária da Bahia.

436

Por força da nova situação dentro da UFBA, foram devidamente compostos os departamentos, envolvendo as diversas disciplinas do currículo pleno, ao tempo em que foi estabelecido que o número de vagas para ingresso no curso deveria ser aumentado para oitenta.

A Escola de Medicina Veterinária integrou-se com afinco às ações da Reforma Universitária, pois se tratava, sobretudo, de uma questão de sobrevivência ao demonstrar a sua competência, o que veio a acontecer em várias ocasiões.

A partir de 1972 a direção da Escola, sob a pressão dos professores, principalmente do então Departamento de Zootecnia, iniciou gestões junto ao Ministério da Agricultura para que ele, sob a forma de comodato, cedesse uma de suas inúmeras propriedades rurais existentes na Bahia. As atenções sempre estiveram dirigidas para uma pequena fazenda no distrito de Oliveira dos Campinhos, no município de Santo Amaro da Purificação, entregue finalmente em 1979.

Por estrita necessidade de recompor e compor os quadros docentes dos departamentos da Escola, a partir de 1972 começaram a acontecer concursos públicos, já no âmbito da Universidade Federal da Bahia.

Em 08 de outubro de 1974, o Departamento de Zootecnia passou a ter a denominação de Departamento de Produção Animal, enquanto o Departamento de Tecnologia de Produtos Animais foi absorvido pelo novo Departamento de Medicina Veterinária Preventiva.

O ano de 1975 foi reservado para notícias e acontecimentos inusitados para a vida da unidade: o então diretor, Prof. José Guilherme da Motta é informado que, por imposição do Departamento de Assuntos Universitários

do MEC a Escola de Medicina Veterinária deveria se transferir para o Campus de Cruz das Almas, onde funcionava a Escola de Agronomia. Tal deliberação gerou protestos diversos, embora vivêssemos àquela época sob um regime militar cujas decisões eram consideradas como palavra final e decisória. A não transferência viria significar a suspensão de auxílio administrativo (de pessoal e de material) do Plano do Ensino Agrícola Superior (PEAS). O MEC enviou a Salvador o diretor do Departamento de Assuntos Universitários, e, segundo chegou ao conhecimento da Universidade, autor da ideia, para convencer todos das vantagens que adviriam com a transferência: falou, mas não convenceu.

Inúmeros fatores foram considerados após interlocuções entre os membros da nossa comunidade, cumprindo-nos lembrar que, os professores das disciplinas básicas tinham sido removidos com a Reforma Universitária para, principalmente, o Instituto de Ciências da Saúde, sob o argumento de melhor desenvolver o intercâmbio científico com outros docentes provenientes da Faculdade de Medicina, Farmácia e das Escolas de Odontologia e Enfermagem; todos os equipamentos dos seus laboratórios foram também alocados nas outras unidades, acompanhando os respectivos docentes.

Mesmo considerando as pressões efetuadas em nome do PEAS, para a transferência da Escola, este convênio e o Programa de Desenvolvimento de Ensino das Ciências Agrárias – (Prodeca), do Ministério da Educação, cerca de 15 docentes foram contratados pelos programas, fizeram pós-graduação e foram posteriormente efetivados.

O Programa de Equipamentos do Leste Europeu deve ser mencionado pela sua contribuição material, também, no ano de 1975. Neste mesmo ano foi assinado convênio internacional com a então República Federal da Alemanha, visando a desenvolver a Escola nos seus aspectos de ensino e pesquisa, promovendo bolsas de estudo para doutoramento naquele país, doação de material e assessoramento docente. O primeiro coordenador do acordo pelo lado da Escola foi o Prof. Eulógio Moreira Caldas.

Ainda em 1975 foi criado o Núcleo de Extensão, com o objetivo de coordenar as ações da área, tornando-o elemento precioso no desenvolvimento das atividades de extensão, principalmente no segmento da educação continuada. Foram lançados naquele ano o primeiro número dos *Arquivos da Escola de Medicina Veterinária da UFBA* e o *Boletim Informativo da Biblioteca*. Prosseguindo, foram inauguradas as novas instalações da

Biblioteca e do Setor de Patologia do Hospital de Medicina Veterinária, denominado Prof. Renato Rodenburg de Medeiros Netto.

Durante o ano de 1977, dois acontecimentos devem ser citados: o primeiro foi a aprovação, pelo Conselho de Coordenação da Universidade, no dia 27 de junho, do Regimento Interno do Núcleo de Extensão da Escola, o primeiro da UFBA; o segundo foi a viagem para a então República Federal da Alemanha, a convite do seu governo, do diretor da Escola, Prof. Geraldo Cezar de Vinhaes Torres, acompanhado do Prof. Francisco Salles de Almeida.

No dia 04 de junho de 1978 foi criada a Unidade de Apoio Pedagógico, estrutura de grande importância para as atividades acadêmicas da Escola, inclusive para o Colegiado do Curso. Nessa iniciativa fomos também pioneiros no âmbito da Universidade.

438

Em 1979, dois convênios, pelo seu significado, devem ser registrados: o primeiro, celebrado com o Ministério da Agricultura, para desenvolver atividades de pesquisa na área da Virologia, enquanto o segundo foi firmado com o Ministério do Planejamento para receber reforços no segmento da Patologia, de interesse maior para a Medicina Veterinária brasileira.

No dia 08 de setembro do mesmo ano, o Auditório da Escola recebeu o nome do Prof. Mauro Ferreira de Camargo, primeiro diretor da instituição. Homenagem mais do que merecida e justa àquele que também não limitou seus esforços para concretizar o sonho de estabelecer o ensino da Medicina Veterinária na Bahia.

No dia 26 de outubro de 1979 foi assinado o comodato de entrega da propriedade rural pertencente ao Ministério da Agricultura, situada no município de Santo Amaro da Purificação, no distrito de Oliveira dos Campinhos, distante 99 km de Salvador e 25 km de Feira de Santana, com excelente posição geográfica, inserida perfeitamente no centro da pecuária da região do Recôncavo baiano.

Em 1980 foi também firmado um convênio bastante significativo e de excelentes resultados, celebrado com a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplantec), visando ao desenvolvimento da ovinocaprinocultura no Estado da Bahia.

Outro importante acordo foi assinado, também em 1980, envolvendo o Ministério do Planejamento, Ministério da Educação e Cultura, UFBA, UFMG e USP, oferecendo aperfeiçoamento aos médicos veterinários da

Bahia, através de cursos, sendo ofertadas 19 reciclagens, por intermédio de professores das universidades citadas.

No ano de 1981 foi de extrema importância o convênio celebrado com o CNPq, dirigido para desenvolver pesquisas na área de Zootecnia, principalmente envolvendo ovinos e caprinos.

Em 12 de janeiro de 1983, na administração do Prof. José Guilherme da Motta, teve início a construção do Centro de Criação de Animais de Laboratório, órgão complementar da Escola, cujo Regimento Interno foi aprovado pela Congregação na mesma data.

Para reforçar a construção do Centro de Criação de Animais de Laboratório, em 24 de fevereiro, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) assinou o compromisso de alocar recursos para a aludida obra em face de sua importância para a área de pesquisa no âmbito da Universidade. Ainda nesse ano, no dia 05 de julho, o Núcleo de Extensão foi transformado em Núcleo de Extensão e Pesquisa.

Em 11 de junho de 1987 foi assinado convênio com a Escola de Veterinária de Alfort, na França, para receber docentes da Escola para o Curso de Doutorado naquele centro de excelência conhecido em todo o mundo.

Por iniciativa do diretor da Escola, Prof. José Guilherme da Motta, foi criado, em 08 de setembro de 1987, pela Congregação, o título de “Amigo da Escola de Medicina Veterinária da UFBA”, cujo Regulamento permitiu a escolha, naquele ano, do Dr. Carlos Amado Flores Campos, delegado do Ministério da Agricultura.

Em 1989, na gestão do Prof. Eliel Judson Duarte de Pinheiro, foi assinado um convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (Fapex) visando ao desenvolvimento de um programa de produção na Fazenda de Criação de Entre Rios, propriedade rural distante 140 km de Salvador, com área de 360 ha e cedido à Escola através de comodato pelo Ministério da Agricultura.

Ainda em 1989 foi instalado o Centro de Treinamento do CDP (Centro de Desenvolvimento da Pecuária), localizado no distrito de Oliveira dos Campinhos, no município de Santo Amaro da Purificação. Em consequência disso, no ano de 1990 foi celebrado um convênio com o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, através do Departamento Nacional de Cooperativismo (Denacoop), o que permitiu o desenvolvimento de um amplo programa de assistência técnica e capacitação de mão-de-obra rural



naquele Centro, em apoio ao sistema de cooperativismo do Estado, em especial à Cooperativa Central de Laticínios da Bahia (CCLB).

Em 1992, permanecendo até 1995, na condição de docente visitante, retornou o Prof. Hakaru Ueno que anteriormente já havia prestado relevantes serviços à Escola, sobretudo nas ações de pesquisa na área de doenças parasitárias.

Por iniciativa de seu diretor e de alguns ex-professores, foi criado, em 09 de setembro de 2000, o Conselho de Ex-Docentes da Escola de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Bahia, cuja Assembléia-Geral, realizada em 19 de maio, escolheu para sua Presidência o Prof. Aloysio Freire Portella Póvoa. O Conselho em questão tem como finalidades estabelecer vínculo direto com a Escola de Medicina Veterinária da UFBA, empenhar-se no seu crescimento e prestígio científico, na sua dignidade acadêmica, prover assessoramento e conagração entre seus integrantes. O seu Regimento Interno veio a ser aprovado pela Congregação em 19 de maio de 2001.

440

Na mesma data, por consenso de vários de seus ex-alunos, foi também fundada a Associação de Ex-alunos da Escola de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Bahia, e aprovado o seu Regulamento Interno.

Em 21 de março de 2003 na primeira gestão do Prof. Jesé Vasconcelos Lima Oliveira, a “Fazenda Experimental de São Gonçalo dos Campos” foi adquirida do Ministério das Comunicações através do Patrimônio da União como guarda provisória (nota técnica nº 02/03) em cessão gratuita para a UFBA, a fim de dar suporte ao ensino, com a realização de aulas práticas, participação dos alunos em estágios e em experimentos científicos, gerar e difundir tecnologia, em suporte ao desenvolvimento regional.

## **ENSINO DE GRADUAÇÃO**

As atividades desenvolvidas no período em que a Escola estava vinculada ao governo do Estado da Bahia eram coordenadas pelo Conselho Técnico Administrativo.

Ressalte-se que o exame seletivo àquela época era composto de uma prova escrita de caráter subjetivo com questões abertas e uma prova prática, na qual os componentes eram examinados e avaliados pelos três componentes da banca examinadora de cada matéria.

O número de vagas para acesso ao curso permaneceu em 30 até 1954, passando a 40 em 1955, a 50 quando da federalização em 1967, a 80 em 1980, a 100 em 1992, a 110 em 2002, e a partir de 2009 são oferecidas 150 vagas, com entradas semestrais de 50% entre os alunos aprovados.

Nos primeiros 16 anos após a sua fundação, fase em que a Escola pertencia ao governo do Estado da Bahia, foram graduados apenas 181 médicos veterinários, alcançando o número de 432 aos 25 anos.

Durante o regime anual de graduação, foram diplomados 399 médicos veterinários, sendo os demais 2.004 graduados em regime semestral, perfazendo um total de 2.403 profissionais (entre 1955 e 2009.1), 880 dos quais sendo do sexo feminino, correspondendo a 36,62%, e 1.523 homens, representando os 63,38% restantes. Esses números contribuem de modo significativo para o crescimento do agronegócio brasileiro.

Teve a Escola até agora oportunidade de preparar oito profissionais de outras nacionalidades, como da Bolívia, Panamá, Holanda, Venezuela, Argentina e Estados Unidos.

Pioneira dentre os Cursos de Veterinária no país, a Escola de Medicina Veterinária da UFBA adota a partir de 1989 a obrigatoriedade da apresentação de “Monografia” ao final do curso, sendo computados até 2009.1 um total de 1.133 trabalhos monográficos aprovados.

Concretizando uma antiga pretensão que dataria de 1961, a Congregação da Escola aprovou em 22 de julho de 2008 a instalação de um Curso de Produção em Zootecnia, módulos em nove semestres com duração de 2.857 horas, iniciado em 2 de março de 2009, com entrada anual de duas turmas de 45 alunos.

## ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

A criação dos Cursos de Pós-Graduação remonta ao Decreto Estadual 17.221, de 16 de fevereiro de 1958 quando, por iniciativa da Congregação, foi reconhecido o funcionamento dos “Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização”, gerando assim o Curso de Especialização em Zootecnia, vindo a ser este aprovado pela Portaria 457, de 16 de dezembro de 1958, reformulada pela Portaria 130, de 1º de abril de 1959, ambas da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do governo do Estado da Bahia. O Curso de Especialização em Zootecnia, com duração de 674 horas, foi coordenado

pelo Prof. Octávio Domingues, que, à época, era o nome principal da Zootecnia brasileira e contou com a participação de professores locais e de mestres da Zootecnia convidados de outras universidades.

No dia 04 de julho de 1978 o Conselho de Coordenação da UFBA autorizou a Escola de Medicina Veterinária a realizar curso de Especialização como forma de se exercitar para a Pós-Graduação em nível de Mestrado, e em 1981, finalmente, foi implantado o Curso de Especialização em Medicina Veterinária, com duração de 850 horas, dispondo de oito vagas nas concentrações de Clínica de Pequenos Animais e em Saúde e Produção Animal, sob a coordenação do Prof. José Guilherme da Motta.

Objetivando reciclar os profissionais do campo da Produção Animal, ávidos pelo conhecimento na área de planejamento, implantação e gerenciamento de unidades produtivas, a Escola desenvolveu o Curso de Especialização em Caprinocultura e Ovicultura, com um total de 420 horas, voltado para a promoção desse segmento zootécnico, preparando profissionais para o Nordeste do Brasil.

442

O Curso Internacional de Programas de Diagnósticos das Parasitoses dos Animais de Produção, financiado pela Japan International Cooperation Agency (JICA), tem como objetivos capacitar os profissionais médicos veterinários especialistas em desenvolver pesquisas que contribuam para a identificação e controle das enfermidades parasitárias. Foram oferecidos onze cursos, com início a partir de 05 de novembro de 2000, duração intensiva de 256 horas, envolvendo profissionais da América Latina, da África Lusófona e do Brasil. Os diversos Cursos de Especialização já prepararam mais de uma centena de médicos veterinários.

Em 03 de agosto de 1990 foi criado um Mestrado em Patologia Clínica, coordenado pela Profª. Dra. Margarida Santos Matos. No entanto, este Curso foi extinto em 1998.

Em 11 de novembro de 1999 foi criado o Mestrado em Medicina Veterinária Tropical. Mas, pela demanda de profissionais de áreas correlatas para participar deste Curso, tais como biólogos, farmacêuticos, agrônomos e outros, o nome do Curso foi mudado em 19 de abril de 2006 para Ciência Animal nos Trópicos, com o aval do CRMV. Em 05 de março de 2008 foi aprovado o Curso de Doutorado na Câmara de Pós-graduação e Pesquisa da UFBA (Parecer nº 025/08). Desta forma, e seguindo as recomendações da Capes, houve a mudança para Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal nos Trópicos, que

caracteriza os níveis de Mestrado e Doutorado com aprovação em nível 4 pela mesma Capes.

Foram defendidas, até 31 de dezembro de 2008, 28 dissertações de mestrandos do sexo masculino e 51 do sexo feminino.

## PESQUISA

A Pesquisa na Escola e sua história confunde-se com a da própria pesquisa médica veterinária no Estado da Bahia. Em 1949 foi fundado, pelo mestre em Medicina Veterinária Fúlvio Alice, o Instituto Biológico da Bahia, órgão importante para a divulgação, pelo Boletim do IBB, de trabalhos científicos na área de Medicina Veterinária.

A necessidade de incentivar e promover trabalhos na área da pesquisa, levou um grupo de professores da Escola — formado pelos Drs. Ardson José Leal, Alberto Soares da Silva Vasconcelos, Jorge Washington da Costa Nery, Nelson Sena Carvalho, Penildon Silva, Thomas Dias Machado e Moacyr Durhan de Moura Costa — a se reunir em 25 de outubro de 1958, quando fundaram o Núcleo de Estudos Veterinários da Bahia (Neveb) visando a incrementar os trabalhos de pesquisa, o aperfeiçoamento e desenvolvimento do conhecimento científico da área, tendo como seu primeiro presidente o Prof. Ardson José Leal. Posteriormente, o Neveb foi absorvido pela Sociedade de Medicina Veterinária da Bahia e substituído pela sua Comissão Científica.

Outro evento marcante para o desenvolvimento da pesquisa na área da veterinária foi o convênio firmado em 1960 com a Comissão Superior do Plano de Institutos (Cosupi), do MEC, proporcionando a dedicação de docentes em tempo integral com o objetivo de desenvolver trabalhos de pesquisa, paralelamente às atividades de ensino. Tal convênio, originalmente coordenado pelo Prof. Penildon Silva, despertou o interesse da comunidade, propiciando a criação, em 20 de dezembro de 1962, do Instituto de Pesquisa Veterinária da Bahia (Ipeveba), que seria o alicerce das ações ligadas à pesquisa, sendo escolhido para presidi-lo o Prof. Francisco Salles de Almeida.

A presença da Cosupi proporcionou a participação ativa do pessoal da Escola em atividades de pesquisas, tanto que desse esforço foi gerada a publicação dos Anais da Escola de Medicina Veterinária da Bahia, cujo

primeiro número veio a ser editado em 1960.

Com a publicação dos Arquivos da Escola de Medicina Veterinária da UFBA, em 20 de outubro de 1976, contendo 17 artigos distribuídos em 153 páginas, a pesquisa começou a deslanchar, pois passou a existir um meio de divulgação dos trabalhos realizados no seu próprio âmbito, contornando a dificuldade sempre presente das suas publicações. Ao chegar aos seus 50 anos, foram editados 24 fascículos com 244 títulos envolvendo professores da Escola e de outras unidades.

Os Arquivos da Escola de Medicina Veterinária foram a partir do ano 2000 substituídos pela Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal, atualmente classificada em nível “A” nacional, editada sob nova orientação, inclusive disponibilizada para consultada via web.

## EXTENSÃO

444

As atividades de extensão, uma vocação tradicional da Escola, tiveram início na área da Educação Continuada com a publicação do Decreto do Estado da Bahia n. 17.221, de 16 de fevereiro de 1958, que regulamentou o funcionamento dos cursos de Aperfeiçoamento.

O primeiro curso de extensão foi oferecido na área de Ornitopatologia, ministrado pelo Prof. Edgar Trenche, do Uruguai, no mês de junho de 1959. Em seguida, foi oferecido um curso de Piscicultura, sob a responsabilidade do Dr. Ruy Simões, do Departamento Nacional de Obras contra a Seca. O Dr. Paulo de Araújo Graça, do Serviço de Fisiopatologia da Reprodução, do Ministério da Agricultura, desenvolveu logo após um curso sobre conservação de sêmen e inseminação artificial. Em maio de 1960 foi realizado o curso de Histopatologia, sob a responsabilidade do Prof. Márcio Agnese, da Universidade Rural do Brasil, e, no mês de julho, o Dr. Renato Augusto Dias da Silva, do Instituto de Biologia Animal, do Ministério da Agricultura, foi responsável pelo Curso sobre Raiva e Doença de Aujeszky; no mês de setembro, o Dr. Adolfo Ribeiro Neto, da Universidade de São Paulo, ministrou um curso na área de Epidemiologia e Profilaxia Geral; paralelamente, o Prof. Orlando Marques de Paiva, da mesma Universidade, ofereceu um curso sobre Técnicas Anatômicas. No ano de 1961, durante os meses de setembro e outubro, foi realizado o Curso de Sociologia Rural, coordenado pela Profa. Lisa Lakes, da Michigan State University. Fechando

o ciclo de cursos da fase em que a Escola foi administrada pelo governo do Estado da Bahia, realizou-se o Curso de Patologia Comparada da Nutrição Animal, sob a responsabilidade do Dr. Pedro Carda Aparici, da Universidade de Madri. Após a federalização, o primeiro curso de extensão oferecido foi Fisiopatologia da Reprodução em novembro de 1969, coordenados pelo Prof. Francisco Megale, mais de 400 cursos de Educação Continuada já foram oferecidos sobre os mais diversos temas e de duração as mais variadas.

O treinamento de mão-de-obra rural para a área da pecuária tem sido uma constante nas atividades desenvolvidas pela Escola, chegando a atender a um total de 396 municípios do Estado da Bahia.

Os trabalhos de Assistência Técnica promovidos no segmento de Clínica Médica, pelo Hospital de Medicina Veterinária, situado em Salvador, e pela Clínica da Fazenda de Oliveira dos Campinhos, têm sido uma valiosa contribuição da Escola à comunidade.

445

## **SITUAÇÃO ACADÊMICA ATUAL**

O Curso de Medicina Veterinária possui atualmente 680 alunos devidamente matriculados, os quais, para obter seus créditos, frequentam, além das disciplinas oferecidas nas dependências da Escola, outras oferecidas em diversas unidades, como Matemática, Biologia, Economia, Filosofia, Ciências da Saúde.

Atualmente, a Escola de Medicina Veterinária possui em seu corpo docente 04 professores titulares, 5 professores associados, 39 professores-adjuntos, 4 professores assistentes e 01 Professor Auxiliar, sendo 32 doutores, 19 mestres e apenas 1 sem titulação, lotados em 04 departamentos, denominados Anatomia dos Animais Domésticos, Produção Animal, Patologia e Clínicas e Medicina Veterinária Preventiva.



## RESUMO HISTÓRICO

*Danilo Moraes Lobo<sup>1</sup>*  
*Emilene Jesus dos Santos<sup>2</sup>*

O Instituto Multidisciplinar em Saúde, Campus Anísio Teixeira (IMS/CAT), unidade de ensino da UFBA, está localizado no município de Vitória da Conquista, distante 582 quilômetros de Salvador, município sede da Universidade. A criação do IMS/CAT foi parte de um projeto de interiorização da UFBA, o qual tinha como objetivos principais a ampliar a oferta de vagas no ensino superior público e a promover a inclusão social de segmentos excluídos da educação superior.

---

1 Técnico em Assuntos Educacionais. Instituto Multidisciplinar em Saúde / Campus Anísio Teixeira. Vitória da Conquista, BA. E-mail: danlobo@ufba.br

2 Arquivista. Instituto Multidisciplinar em Saúde / Campus Anísio Teixeira. Vitória da Conquista, BA. E-mail: mln@ufba.br



Segundo o seu projeto de implantação, a criação e implantação do IMS/CAT justificaram-se por se tratar de um projeto que consolida, na região do Sudoeste baiano, um polo de formação e capacitação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS), permitindo responder, por um lado, à necessidade de desenvolvimento de tecnologias voltadas para a solução de problemas regionais e, por outro, à necessidade de formar recursos humanos por meio de modelos pedagógicos inovadores que contemplem a capacitação descentralizada (técnicas de EAD) e a abordagem interdisciplinar.

Ainda de acordo com o seu projeto de implantação, com o Campus Anísio Teixeira de Vitória da Conquista, abriu-se uma janela de oportunidades para o ensino superior em saúde e para a Universidade Federal da Bahia, no sentido de materializar uma proposta que transcende a mera formação para o mercado, preocupando-se em oferecer aos estudantes tanto a formação geral quanto a específica nos diversos cursos profissionais que compõem o elenco de alternativas de formação do Instituto Multidisciplinar em Saúde, ao tempo em que se buscará fortalecer no processo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

448

O IMS/CAT foi criado em 18 de julho de 2005, por efeito da resolução nº 02, de 2005, do Conselho Universitário da UFBA, sendo regulamentado ainda pela Portaria nº 813 do Ministério da Educação, publicado no DOU nº 165, de 27.08.2007, porém teve suas atividades acadêmicas iniciadas em 23 de outubro de 2006, com o funcionamento de três cursos de graduação (Enfermagem, Nutrição e Farmácia), contando com 40 vagas anuais cada. A partir do 1º semestre de 2009, foram implantados mais dois cursos de graduação (Ciências Biológicas e Biotecnologia) com a oferta de 45 vagas anuais para cada um. Quanto ao corpo funcional, o instituto iniciou suas atividades com 33 docentes e 28 técnicos administrativos e, em 2009, conta com um quadro de 57 docentes, 41 técnicos administrativos e 18 prestadores de serviço.

O primeiro curso de pós-graduação do IMS/CAT foi o Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas, o qual foi instalado em 29 de setembro de 2008, junto à Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da UFBA. O PMPG em Ciências Fisiológicas foi proposto para funcionar em dois níveis, mestrado e doutorado, destinando-se a formação de docentes e pesquisadores na área de ciências fisiológicas. O programa foi aprovado pela Capes, sendo reconhecido com o conceito 4. São objetivos gerais do PMPG em Ciências Fisiológicas: a) propiciar

conhecimentos dos fenômenos fisiológicos, preparando seus estudantes para o desempenho de atividades de pesquisa e de magistério superior na área; b) incentivar a pesquisa e aumentar a produtividade científica na área de Ciências Fisiológicas; c) ampliar o número de profissionais com qualificação moderna, diferenciada e de excelência na área, com capacidade de competir nos melhores centros nacionais e internacionais. O colegiado do programa foi instalado com a seguinte composição: Prof<sup>a</sup> Dra. Najara de Oliveira Belo (coordenadora), Prof<sup>a</sup> Dra. Telma de Jesus Soares (vice-coordenadora), Prof<sup>a</sup> Dra. Regiane Yatsuda e Prof<sup>a</sup> Dra. Amélia Cristina Mendes de Magalhães (membros). O curso iniciou suas atividades em março de 2009 com 4 discentes.

O IMS/CAT foi instalado provisoriamente no Módulo I da Escola de Formação em Saúde da Família, pertencente à Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, espaço cedido provisoriamente à UFBA. As atividades acadêmicas foram todas concentradas neste módulo até o momento em que as aulas teóricas foram transferidas para o Colégio Politécnico Boock, por causa de uma nova entrada de alunos no semestre 2008.1. Assim, o IMS/CAT teve parte de suas atividades funcionando neste espaço no período de março de 2008 a julho de 2008. A partir de setembro do mesmo ano, as atividades que estavam funcionando no Colégio Politécnico Boock passaram a funcionar no Pavilhão de Laboratórios do campus. Este pavilhão possui área total de 3.649,46 m<sup>2</sup>, composto de 34 laboratórios, cada um com área padronizada de 61,50 m<sup>2</sup>. A implantação da estrutura definitiva do campus em instalações próprias da UFBA vem ocorrendo de forma gradativa, tendo em vista que o pavilhão de laboratórios já está em funcionamento e o pavilhão de aulas foi entregue no segundo semestre de 2009. Este pavilhão abrigará provisoriamente a administração do IMS e a biblioteca. Além destas estruturas conterà salas de aula, gabinetes de professores, salas técnicas e área de convivência. A área total deste prédio será de 4.284,60 m<sup>2</sup>. (construção do pavilhão administrativo começou em 2010.

A estrutura administrativa do IMS/CAT foi proposta como um novo modelo de organização dentro da UFBA, conforme o Art. 6º da Resolução nº 02/05 do Conselho Universitário. Desse modo, a unidade se organizou inicialmente com Diretoria, Coordenação Acadêmica, e subordinadas a esta última, três Coordenações de Curso (Enfermagem, Farmácia e Nutrição) e quatro Núcleos Acadêmicos: Núcleo Tecnologia em Saúde (NTS), Núcleo Epidemiologia e Saúde Coletiva (NESC), Núcleo Complexo Produtivo de

Saúde (NCPS) e Núcleo Ciências Naturais e da Vida (NCNV). Além dessas estruturas, o Instituto conta desde o seu início com uma Gerência Técnico-Administrativa (GTA), esta última responsável pela coordenação de três Núcleos Técnico-Administrativos: Núcleo de Apoio Administrativo (Nupad), Núcleo de Apoio Acadêmico (Nupac) e Núcleo de Apoio Técnico (Nutec). O IMS/CAT conta ainda com uma Biblioteca, um Arquivo e um Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI).

Como foi proposta uma nova organização acadêmico-administrativa para o IMS-CAT, cabe uma breve apresentação de algumas estruturas que usualmente não se encontram na gestão universitária. A Coordenação Acadêmica foi proposta para ser uma instância deliberativa sobre questões acadêmicas, encarregada de articular-se às Coordenações de Graduação, de Pós-Graduação e com os Núcleos Acadêmicos, visando à implementação de ações conjuntas no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.

450

Também com o objetivo de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão foi proposta a criação de Núcleos Acadêmicos, os quais deveriam ser organizados pelos docentes a partir de critérios por eles estabelecidos, tais como: campos do saber, projetos de investigação ou extensão e outras atividades correlatas<sup>3</sup>.

O Núcleo Epidemiologia e Saúde Coletiva (NESC), criado em 2006, congrega atividades de pesquisa, ensino e extensão e seus membros são prioritariamente professores-pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Este núcleo visa a fortalecer e ampliar a atuação do IMS/CAT na formação de profissionais e pesquisadores do Sudoeste da Bahia em nível de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*). O NESC se organiza nas seguintes linhas de pesquisa: Morbimortalidade da população, Doenças infecto-contagiosas, Doenças e agravos não-transmissíveis, Políticas de saúde, Planejamento e gestão em saúde, Gênero e raça/etnia, Farmacoepidemiologia, Saúde sexual e reprodutiva e os Ciclos da vida. Os resultados dos projetos e pesquisas produzidas sob responsabilidade dos professores-pesquisadores do NESC têm sido publicados em revistas indexadas, anais de congressos e outros espaços de difusão do conhecimento. Os membros do NESC têm apresentado propostas competitivas aos órgãos de fomento à pesquisa em âmbito nacional. Destacam-se os financiamentos obtidos para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde-PPSUS.

---

3 Conforme Regimento Interno do Instituto Multidisciplinar em Saúde.

O Núcleo Ciências Naturais e da Vida (NCNV) foi criado em 2006 com as seguintes perspectivas acadêmicas: 1. Formar e capacitar os alunos dos cursos do IMS/CAT na pesquisa em áreas básicas através de iniciação científica, com o objetivo de torná-los capazes de aplicar futuramente, na prática, os conhecimentos adquiridos para a melhoria dos problemas de saúde pública da região do Sudoeste da Bahia; 2. Introduzir e capacitar o corpo técnico de laboratório do IMS/CAT na pesquisa e na extensão em áreas básicas voltadas para a temática de saúde; 3. Inserir os novos profissionais graduados pelo IMS/CAT no mercado de trabalho, com formação voltada para a atuação e transformação do contexto da saúde pública no Estado da Bahia. Quanto às perspectivas de pesquisa, o Núcleo se propôs à realização de pesquisas nas áreas básicas, com base nas principais necessidades da população do Sudoeste baiano, visando à melhoria de suas condições de saúde. Os resultados obtidos têm sido divulgados em congressos e publicados em revistas científicas. Com relação à extensão, o Núcleo se propôs a: 1. Contribuir para o desenvolvimento regional do SUS de Vitória da Conquista; 2. Avaliar a eficácia dos programas de controle epidemiológicos do sudoeste da Bahia, visando a sugestões no direcionamento das políticas de saúde pública do local; 3. Capacitar alunos e profissionais da área de saúde da região.

451

O NCNV conta com as seguintes linhas de pesquisa: Análise e controle de qualidade de alimentos, Atividade antimicrobiana de corantes fotossensibilizadores, Bioquímica da nutrição e metabolismo energético na pós-menopausa, Concepções epistemológicas de estudantes e professores e propostas instrucionais para sua transformação, Desenvolvimento de métodos analíticos, Ecologia de comunidades terrestres, Estrutura e função de comunidades Marinhas, Estudo das alterações morfológicas e posturais por meio de exames por imagem, Evolução e dinâmica científica, Manejo de recursos naturais marinhos, Mecanismos renais da hipertensão associada à obesidade, Obesidade, hipertensão e estrógenos, Planejamento de experimentos, Problemas históricos, filosóficos e educacionais em ecologia e evolução, Produtos naturais e avaliação da atividade biológica dos compostos isolados, Recursos hídricos, Segurança alimentar, Síntese de compostos com atividade biológica, Taxonomia e ecologia de invertebrados e vertebrados, Terapêutica mediada pela radiação laser na área de saúde, Uso da terapia fotodinâmica na odontologia.

O Núcleo Tecnologia em Saúde (NTS) foi criado visando a agrupar docentes que atuam nas diferentes áreas básicas do ensino em saúde. Todos os professores do núcleo exercem atividade de docência nos cursos de Ciências Biológicas, Biotecnologia, Enfermagem, Nutrição ou Farmácia da UFBA em Vitória da Conquista. Diferentes linhas de pesquisa estão sendo realizadas atualmente, dentre elas temos: Mecanismos renais envolvidos na patogênese da hipertensão associada à obesidade na pós-menopausa, Atividade biológica de compostos isolados de plantas medicinais do semiárido do Sudoeste da Bahia; Micoplasmose caprina e bovina no semiárido da Bahia: detecção, isolamento, resistência e patogenicidade. Outras linhas de pesquisas relacionadas com mecanismos de resistência bacteriana a antibióticos e imunopatologia de doenças infecciosas foram iniciadas. As diferentes linhas de pesquisas realizadas no NTS vêm recebendo apoio financeiro de diferentes agências de fomento, dentre elas a Fapesb e o CNPq.

452

Em 2009, cerca de 6 projetos do Núcleo foram aprovados e estes contaram com bolsas permanecer para 13 alunos dos cursos de graduação existentes no IMS/CAT. Além destas atividades existe também a elaboração de projetos de extensão realizados pelos docentes do NTS. Dentre eles, o projeto “Anemia falciforme, doenças parasitárias intestinais e alergias respiratórias na comunidade Quilombola Boqueirão em Vitória da Conquista” tem obtido bons resultados, permitindo a interação dos alunos de graduação com comunidades carentes do município.

O Núcleo Complexo Produtivo de Saúde (NCPS) foi instituído em 2006 como uma instância organizativa das atividades dos docentes do IMS/CAT. Tem por finalidade promover o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão de seus membros. O NCPS se organizou inicialmente nas seguintes linhas de pesquisas: Inovação tecnológica em saúde, Equipamentos e dispositivos do cuidado em saúde, Inovação tecnológica — vacinas e medicamentos, desenvolvimento e produção de medicamentos (farmoquímicos, fitoterápicos), Insumos biotecnológicos, Estudo de plantas medicinais, Bioquímica vegetal, Controle físico-químico e microbiológico de medicamentos e alimentos, Identificação e incentivo ao desenvolvimento de produtos e processos patenteáveis. Atualmente, alunos dos cursos de Nutrição, Farmácia, Enfermagem, Ciências Biológicas e Biotecnologia estão integrados em projetos de pesquisa e extensão com enfoque em saúde nutricional, transtornos alimentares, tecnologia de isolamento de moléculas biologicamente ativas, antioxidantes e estresse oxidativo. Projetos nessas

linhas já foram submetidos e aprovados por órgãos de fomento à pesquisa. Assim, o NCPS contribui para a formação e capacitação de seus discentes e docentes através do acompanhamento, incentivo, organização de trabalhos e pesquisas, corroborando o desenvolvimento no campo da ciência e da tecnologia que o IMS/CAT-UFBA desempenha no Sudoeste da Bahia.

A Gerência Técnico-Administrativa (GTA) foi proposta para ser uma estrutura com a competência de coordenar, acompanhar, integrar e promover a articulação, a compatibilização e o desenvolvimento necessário para viabilizar o funcionamento do instituto. Subordinados a esta Gerência foram criados três núcleos de apoio: Núcleo de Apoio Administrativo (Nupad), responsável pelo desenvolvimento das atividades relacionadas à administração financeira, de pessoal, aquisição de materiais permanentes e de consumo; acompanhamento e controle da preservação e manutenção das instalações físicas, da rede e equipamentos de informática, dos contratos de serviço de limpeza e vigilância; controle de tramitação e divulgação de documento de origem externa; controle da utilização pela comunidade interna e externa dos espaços físicos e equipamentos e outras atividades afins; Núcleo de Apoio Acadêmico (NUPAC), responsável pelo desenvolvimento das ações, planos e atividades relacionadas à matrícula, controle de cadernetas, tramitação e divulgação de documentos acadêmicos de origem interna e externa, solicitações de alunos, grade curricular e histórico de alunos, disciplinas e turmas, digitação de material, atividades de extensão e de pesquisa e outras atividades afins; Núcleo de Apoio Técnico (Nutec), responsável por desenvolver ações, planos e atividades de apoio técnico relacionados aos programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidos nos laboratórios da Unidade<sup>4</sup>.

453

O IMS/CAT foi dirigido inicialmente pela Prof<sup>a</sup> Maria Anita Pessoa Martinelli, Assessora da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), a qual ocupou o cargo de diretora em exercício no período de 23 de outubro de 2006 a 06 de novembro do mesmo ano, quando ela própria designou uma comissão interina para ocupar a Direção, composta pelos docentes do IMS/CAT, Adriano Maia dos Santos, Raquel Suzas e Dioneire Amparo dos Anjos, sendo esta última designada a ocupar o cargo de diretora pro-tempore a partir de 13 de fevereiro de 2007 até o presente momento. A Coordenação Acadêmica do instituto foi ocupada inicialmente pelo Prof. Adriano Maia

---

4 Conforme Regimento Interno do Instituto Multidisciplinar em Saúde.

dos Santos no período de 16 de julho de 2007 a 31 de março de 2008, sendo este substituído posteriormente pelo Prof. Sávio Torres de Farias no período de 22 de abril de 2008 a 05 de dezembro de 2008. A partir de 08 de dezembro de 2008 a Coordenação foi ocupada pela Prof<sup>a</sup> Laize Tomazi.

A implantação do Campus Anísio Teixeira teve a contribuição inicial da servidora técnico-administrativa Margarida Maria Flores Prates, a qual foi cedida pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet-BA), para ocupar a função de gerente técnica-administrativa do IMS/CAT, ficando responsável pela estruturação inicial das atividades administrativas do Campus. A servidora ficou cedida à UFBA até 31 de agosto de 2008. Posteriormente foi substituída na função pela técnica em Patologia Clínica Lucimara Aparecida da Silva Pereira, gerente técnico-administrativa do IMS/CAT desde 01 de setembro de 2008.

454

O IMS/CAT, desde 2006, vem realizando eventos importantes para a consolidação do Campus junto à comunidade local. Desse modo, serão relatados a seguir alguns eventos que marcaram este breve histórico da unidade.

**Recepção aos Calouros (2006)**, 23 a 27 de outubro de 2006 — Semana de recepção e integração dos primeiros discentes do IMS/CAT. Na ocasião houve palestras dos conselhos profissionais dos cursos implantados, campanha para doação de sangue, além da Cerimônia de Instalação do Campus Anísio Teixeira.

**I Seminário de Biossegurança**, 30 de outubro de 2006 — Atividade ministrada pelos técnicos do Núcleo de Apoio Técnico (Nutec), cujo tema foi “Princípios básicos de biossegurança”.

**Recepção aos Calouros (2007)**, 09 a 15 de abril de 2007 — Semana de recepção e integração acadêmica. Na ocasião houve palestras, campanha de vacinação e exibição de filme. Destaque para a palestra “O universo da Universidade”, proferida pelo Prof. Reginaldo de Souza Silva, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Dirigida a todos os estudantes do IMS/CAT, a palestra abordou a importância da universidade na vida das pessoas e da comunidade, seu papel social, sua identidade, natureza e missão. Ao final foram tecidos questionamentos sobre as metas e vocações do IMS/CAT.

**1ª Aula Magna**, 18 de abril de 2007 — Palestra com o reitor da UFBA, Prof. Dr. Naomar Monteiro de Almeida Filho, sobre o projeto de reestruturação acadêmica, denominado “Universidade Nova”, o qual vinha

sendo proposto para ser implantado no âmbito da UFBA. A palestra foi realizada dentro da programação de recepção aos discentes no semestre 2007.1. Na ocasião houve uma manifestação dos discentes do IMS/CAT, os quais reivindicaram, na presença do reitor, a necessidade de condições dignas (instalações físicas, acervo bibliográfico, materiais p/ aulas práticas etc.) para início do próximo semestre letivo.

**I Semana de Enfermagem do IMS/CAT**, 05 de julho de 2007 — A I Semana de Enfermagem do IMS/CAT apresentou como tema: “Enfermagem: dimensões do cuidar”. O evento foi proposto para discutir temas atuais da Enfermagem, bem como inserir o curso no bojo das discussões da atualidade, considerando a necessidade de formar profissionais capazes de enfrentar problemas prioritários de saúde da maioria da população, orientados pela aplicação/produção de conhecimentos técnico-científicos, éticos, culturais e da experiência prática.

**I Simpósio de Nutrição (I SINUT)**, 11 e 12 de dezembro de 2007 — O I Simpósio de Nutrição do IMS-UFBA e FTC Vitória da Conquista apresentou como tema: “Alimentação e nutrição para promoção da saúde”. O evento destinou-se aos estudantes e profissionais da Nutrição, bem como a outros profissionais da área de saúde que tinham interesses em ampliar os conhecimentos de outras áreas. Foram abordadas no evento as principais estratégias em nutrição e alimentação para promoção da saúde, como políticas públicas de alimentação e nutrição, nutrição geral, alimentos funcionais e nutrição e saúde pública. O evento contou com palestras, mesas-redondas, sessão de pôsteres, apresentação de trabalhos científicos e debates.

**Concurso de Logomarca** — o IMS/CAT realizou um concurso aberto a toda comunidade universitária para escolher a logomarca do instituto em maio de 2007. O vencedor do concurso foi o técnico-administrativo Aurélio Leite Bittencourt Júnior.

**Culto Ecumênico em memória do Prof. José Luis Santos Cartaxo** (16 de janeiro de 1966 a 21 de novembro de 2007) — A comunidade do IMS/CAT foi surpreendida pelo falecimento de um professor muito querido pelos seus alunos. Cartaxo, como era chamado, sofreu um acidente que interrompeu uma carreira promissora na Universidade Federal da Bahia. Assim, uma homenagem póstuma a esse professor foi realizada por toda a comunidade acadêmica do IMS/CAT. Em 26 de novembro de 2007 foi realizado um culto ecumênico com as presenças do Padre João Santos



Cardoso, do Pastor Manoel Nunes Cavalcante e da palestrante Abigail Natalice Guimarães. Na ocasião foi realizada a apresentação de um trio musical, composto por Suedy, Tamisy e Helen.

**I Semana de Farmácia (I Sefarma)**, 05 a 08 de dezembro de 2007 — A I Semana de Farmácia do IMS/CAT apresentou como tema: “O profissional farmacêutico: desafios e área de atuação”. Este evento teve como objetivo discutir a participação efetiva do farmacêutico no bem-estar da população através de suas diferentes áreas de trabalho, destacando seus desafios para este século. O evento contou com palestras, mesas-redondas, minicursos e apresentação de trabalhos científicos.

**Recepção aos Calouros (2008)**, 24 a 31 de março de 2008 — Semana de recepção e integração acadêmica dos novos discentes. Na ocasião houve palestras, mesa-redondas, exibição de filme, atividades com os Diretórios Acadêmicos (DAs), além de atividades de integração com os novos discentes. Destaque para a Aula Inaugural do semestre 2008.1, cujo tema foi: “Universidade, formação profissional e desafios contemporâneos”, proferida pelo Prof. Dr. Roberto Sidnei Macedo, docente da Faculdade de Educação (Faced) da UFBA.

**II Semana de Farmácia (II Sefarma)**, 26 a 29 de novembro de 2008 — A II Semana de Farmácia do Instituto Multidisciplinar em Saúde apresentou como tema: “O farmacêutico e o SUS”. O evento foi direcionado para a formação do profissional farmacêutico no Sistema Único de Saúde (SUS), já que este carece de profissionais que assumam a responsabilidade social do “cuidar” e muitos são os esforços para integrar a Assistência Farmacêutica às demais políticas de saúde. O evento focalizou a necessidade de capacitar e re-inserir o farmacêutico na equipe de saúde, cumprindo o seu papel de especialista em medicamentos, na promoção do seu uso racional e na garantia do acesso. Ressaltou ainda que educação farmacêutica deve se adaptar aos novos avanços da ciência e tecnologias e das emergentes necessidades do SUS. Somente através dessas mudanças é que o profissional farmacêutico poderá enfrentar os novos desafios, desenvolvendo habilidades técnicas, éticas e humanísticas, gerenciais e políticas. O evento contou com palestras, mesas-redondas, sessão de pôsteres, minicursos e ações com a comunidade.

**Seminário de sensibilização e planejamento do Pró-Saúde**, 06 de novembro de 2008 — O projeto Pró-Saúde tem como objetivo principal reorientar o processo de formação dos profissionais da saúde, de modo a

responder às necessidades da população brasileira e à operacionalização do SUS, por meio da oferta de profissionais habilitados. Tem papel indutor na transformação do ensino de saúde no Brasil, aproximando a academia dos serviços públicos de saúde, como mecanismo fundamental para transformar o aprendizado, com base na realidade socioeconômica e sanitária da população brasileira. Neste sentido foi realizado um seminário que contou com painéis de discussões, oficinas de trabalho e uma Plenária Final. O evento foi realizado pelo IMS/CAT em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do município de Vitória da Conquista e foi destinado à comunidade acadêmica do IMS/CAT, profissionais de saúde, usuários do serviço e gestores.

**Recepção aos calouros (2009)**, 02 a 04 de março de 2009 — Semana de recepção e integração acadêmica dos novos discentes. Na ocasião houve palestras, mesas-redondas, oficina sobre movimento estudantil, apresentação de sistemas e rotinas acadêmicas, recepção cultural aos calouros. Destaque para a palestra comemorativa sobre os 200 anos do nascimento do naturalista inglês Charles Darwin, proferida pelos professores Leila Costa Cruz e Leandro Martins de Freitas.

457

Com relação à interação do IMS/CAT com a sociedade é possível destacar algumas iniciativas, como a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Vitória da Conquista e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Projetos importantes têm sido aprovados na área de educação de nível superior em saúde. Nos anos de 2008 e 2009 foram aprovados o projeto do Programa de Reorientação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) em parceria com a SMS e o projeto do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), conjuntamente com a UFBA e UESB. Estes programas fazem parte da política dos Ministérios da Saúde e Educação para a melhoria da qualidade do ensino dos profissionais de saúde. A parceria entre as três instituições permitirá que os alunos dos cursos de Medicina da UESB e Farmácia, Enfermagem e Nutrição da UFBA tenham campos de prática nas Unidades de Saúde da Família (USF) do município. Trata-se de uma oportunidade ímpar de aprendizado baseado em uma atuação interdisciplinar, de integração contínua entre os corpos discente e docente dos cursos de graduação, com os profissionais de saúde e usuários do PSF. Além disso, será possível a realização de projetos de pesquisa que possam responder as questões relacionadas às necessidades de saúde da população conquistense.

Destaca-se também no plano da interação com a comunidade, o projeto “**LAÇOS — Laboratório de experimentação e criação de oficinas em saúde**”, caracterizado como atividade de extensão em comunidade, sendo realizado prioritariamente nas escolas da rede pública de ensino de Vitória da Conquista/BA. Este projeto foi concebido pela professora Raquel Souza, tendo no início a colaboração das professoras Amália Nascimento do Sacramento, Kenia Bueno de Oliveira Sathler e Sandra Rego de Jesus. Na primeira edição contou com um horário específico de uma “Oficina de Texto”, sob responsabilidade do técnico em Assuntos Educacionais, José Palmito Rocha. O LAÇOS vem sendo realizado desde 2007.

O projeto tem dentre os seus objetivos: (i) realizar práticas educativas no formato de oficinas que permitam afirmar e promover a autonomia dos participantes, tanto dos estudantes de saúde como dos adolescentes e jovens da rede pública de ensino; (ii) desenvolver ações que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e potencialidades cidadãs, tanto dos estudantes de saúde como dos adolescentes e jovens da rede pública de ensino; (iii) divulgar e promover o conhecimento social dos temas abordados, contribuindo para a formação do conhecimento e divulgação de ideias pertinentes às temáticas trabalhadas.

As práticas pedagógicas aplicadas no projeto LAÇOS visam ao desenvolvimento de habilidades de comunicação, compreensão de diferentes temas relacionados à saúde da juventude, troca de experiências que potencializaram o desenvolvimento intelectual e acadêmico dos diferentes participantes do projeto.

O IMS/CAT conta, desde outubro de 2008, com uma iniciativa de cunho cultural, sendo o **Projeto Cinema — Diversos Olhares para a Cultura**, conhecido pela comunidade como “bode espiatório”, coordenado pelo Técnico em Assuntos Educacionais, Danilo Moraes Lobo e tendo como colaboradores os técnicos-administrativos Alano José Sandes, Eder Amaral, Emilene de Jesus Santos, Kátia Torres Cavalcante, Mila Borba, Pedro Santos Ferreira e Roberto Rocha, o docente José Patrício Bispo Júnior e os discentes Daniel Dias Sampaio, Luan Cajaíba e Dinorah Maia

O projeto consiste numa atividade de exibição de filmes com comentários e apresentações artísticas, com periodicidade mensal, cujo objetivo geral é estabelecer um espaço no IMS/CAT que incentive as manifestações culturais e artísticas de toda a comunidade acadêmica, sendo também uma oportunidade para integração de todos, além de incentivar

o gosto pela apreciação estética, tendo no cinema um elemento propulsor para essas ações.

O IMS/CAT tem operado também com o trabalho de algumas comissões, destacando-se a Comissão de Biblioteca, criada em 2006, com atribuições de acompanhamento, supervisão e orientação das atividades desenvolvidas pela Biblioteca do instituto; Comissão de Avaliação Institucional (CAVI), funcionando desde 2008, responsável pela produção de dados e informações que forneçam subsídios para a análise de aspectos, como Projeto Pedagógico, Infraestrutura, Docentes e Discentes. O intuito é a sistematização de informações para o processo de planejamento e gestão institucional; Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em processo de implantação desde 2007, com o objetivo de ser um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões ético-científicos, vinculado ao IMS/CAT; Comissão de Biossegurança, funcionando desde 2007, tem por finalidade implementar condutas de biossegurança no IMS/CAT, através da promoção de condutas de saúde da comunidade relacionada, estudos das condições de riscos, atividades informativas e elaboração de um manual informativo sobre os riscos e protocolos de biossegurança presentes na instituição.

459

Na sua curta história, O IMS/CAT já apresentou alguns movimentos de ordem reivindicatório-contestatória em relação às questões que afligem as universidades públicas no Brasil. Desse modo, o instituto já vivenciou alguns momentos tensos, nos quais a comunidade universitária manifestou publicamente os seus anseios em relação às condições de trabalho, estudo e funcionamento do Campus. Neste sentido, alguns fatos merecem ser recordados.

**22 e 23 de Maio de 2007** — Estudantes do IMS, em caminhada até a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, com nariz de palhaço e jaleco, expressaram publicamente suas insatisfações com a situação da estrutura do Campus Anísio Teixeira, relacionada à falta de materiais nos laboratórios, à falta de livros na biblioteca, ao desconforto com a temperatura nas salas de aula etc. Os discentes demonstraram ainda apoio às reivindicações e manifestações do movimento dos técnicos administrativos que paralisaram suas atividades por questões relacionadas à carreira.

**Maio de 2007** — Alguns discentes alegaram ter sofrido retaliações acadêmicas (faltas e assunto como dado) em virtude do movimento estudantil construído (assembléia, passeata e manifestações públicas) que reivindicava melhorias para o Campus. No dia 28 deste mesmo mês, os servidores técnico-administrativos do IMS/CAT elaboraram um documento denominado “Moção de Solidariedade”, no qual manifestaram publicamente o seu apoio às reivindicações estudantis e denunciaram as possíveis ações de retaliação ao movimento estudantil.

**Maio a setembro de 2007** — Os técnico-administrativos do IMS entraram em greve de acordo com o movimento nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A greve foi deflagrada por questões salariais e políticas que o governo federal estava propondo para limitações de gastos com as remunerações dos servidores públicos federais, além da proposta de transformar os hospitais universitários em fundações estatais de direito privado. Foi também elaborada uma pauta de reivindicações interna, na qual foram tratados assuntos sobre a questão estrutural do IMS/CAT.

460

**Dezembro de 2007** — Criação e aprovação do regimento disciplinar do corpo discente do IMS. Este documento foi encaminhado para a Procuradoria Jurídica da UFBA em maio de 2008 e recebeu críticas e manifestação pública dos discentes e dos técnicos administrativos, os quais se colocaram contrários ao texto que continha uma série de restrições à liberdade político-acadêmica dos discentes.

**Julho de 2008** — Início de mobilizações dos discentes e docentes no Campus visando à busca de soluções para a finalização da construção do pavilhão de laboratórios em tempo hábil para início das aulas do semestre 2008.2. Foram realizadas manifestações nos dias 15 e 16 do mesmo mês, com o intuito de sensibilizar a sociedade, os políticos da região e a comunidade universitária, para obtenção de apoio às reivindicações.

**01 a 26 de setembro de 2008** — Paralisação das aulas do Campus em virtude das limitações estruturais para o funcionamento do Pavilhão de Laboratórios. Na ocasião, professores e alunos uniram-se para reivindicar condições básicas para o início das aulas do semestre 2008.2. O movimento se encerrou quando foram atendidas algumas solicitações, tais como iluminação externa do referido pavilhão e vistoria da rede elétrica.

Pode-se perceber que o IMS/CAT, na sua curta trajetória, até o momento já apresentou uma série de desafios, conquistas, conflitos e impasses. O

instituto vem construindo a sua história com um conjunto de profissionais muito jovens, mas que reconhecem a importância que o Campus possui para o desenvolvimento de ações na área da saúde junto à comunidade local. Sendo assim, há uma disposição para a formação de profissionais qualificados, o contínuo desenvolvimento e aprimoramento das pesquisas, além da oferta de serviços e maior interação com a comunidade externa.

O IMS/CAT apresenta, finalmente, anseios para consolidar-se institucionalmente enquanto uma estrutura universitária dinâmica e atenta aos desafios que o ensino superior público está enfrentando e deverá enfrentar durante os próximos anos. Assim, as ações do instituto precisam caminhar para o fortalecimento de suas instâncias representativas, maior democratização das ações, amadurecimento das relações universitárias, mais integração com a comunidade, estímulo a iniciativas culturais, afirmação de uma identidade do Campus, valorização de seu potencial, consolidação dos cursos rumo à excelência buscada pela UFBA e maior reflexão sobre o papel/missão educacional.



*Horst Karl Schwebel<sup>1</sup>*

### OS SEMINÁRIOS LIVRES DE MÚSICA

A semente idealizadora da atual Escola de Música da UFBA começou a ser germinada com a programação cultural de cursos extraordinários (junho de 1953) efetivados na gestão do reitor Edgard Santos, numa parceria entre a Universidade da Bahia e a Secretaria da Educação e Cultura da Bahia. Aconteciam então as Lições de Música. O primeiro evento aconteceu nos dias 16, 17 e 18 de junho de 1953, tendo como tema “A estética musical”, três palestras proferidas pelo compositor, maestro e professor alemão Hans Joachim Koellreutter no Salão da Reitoria — Canela. Esta programação se estende até 1954, época em que foi possível vislumbrar a criação de uma instituição que iria se ocupar com o ensino e a divulgação da música na Bahia, através da promoção de concertos e palestras com músicos internacionais. Sua gênese está entre o período de 24 de junho e 30 de julho de 1954, na Casa de

---

1 Diretor da Escola de Música (2005-2009).



Retiro São Francisco, quando foi realizado o I Seminários Internacionais de Música, patrocinado pela Universidade da Bahia, um grande acontecimento, efetivado por meio de concertos didáticos.

Na série Lições de Música, no ano de 1954, houve várias palestras e recitais. No mês de abril o Duo Benda (Sebastian e Lola) apresentaram “A música de câmara e sua função educativa”; no mês de maio foram proferidas duas palestras pelo Prof. Koellreutter, que deram continuidade àquelas já realizadas anteriormente, com os temas “Como ouvir música” e “Análise da Sonata *Apassionata* de Beethoven”. Além destas, Koellreutter apresentou a palestra “Música medieval e seus fundamentos estéticos e filosóficos”, no dia 29 do mesmo mês, tendo como exemplo a *Missa de Notre Dame*, de Guilherme de Machaut. Todas estas atividades foram realizadas no Auditório da Escola de Enfermagem.

464

Para a realização do I Seminários, a Universidade da Bahia contou com a parceria do Ministério da Educação e Cultura e a colaboração da Escola Livre de Música Pró-Arte de São Paulo. Na direção artística estavam Koellreutter e Maria Rosita Salgado Góes, tendo como secretária geral Luzia do Eirado Dias. Este evento foi efetivado como Curso de Extensão da então Universidade da Bahia, proporcionando contato com pedagogos e artistas internacionais. Neste primeiro Seminários participaram professores que lecionaram as matérias principais: Piano — Sebastian Benda e Winfried Wolf; Violino — Lola Benda; Música de Câmara — Duo Benda; Harmonia e Contraponto — Damiano Cozzella e H. J. Koellreutter; Regência e Composição — H. J. Koellreutter. Também foram oferecidos cursos de Canto — Gabrielle Dumaine; Dança Moderna Expressiva — Yanka Ruzska e Pedagogia; e Iniciação Musical — Maria Rosita Salgado Góes.

Este acontecimento propiciou a concretização de um plano idealizado pelo reitor Edgard Santos, tendo como mentor e diretor geral H. J. Koellreutter: a criação dos Seminários Livres de Música em Salvador, no dia 1º de outubro de 1954 (documentada) e dia 15 (efetivada). A partir de então, esta nova unidade de ensino começou a funcionar num prédio da Av. Araújo Pinho. Esta atividade foi registrada em documento assinado pelo reitor, dando origem a uma escola livre, aberta tanto para o meio universitário quanto para o público em geral, pertencente à Universidade da Bahia. O plano tinha por finalidade a criação de um Centro de Artes e de institutos de extensão cultural, tornando a educação mais completa do ponto de vista humanístico. Os objetivos principais eram: colocar ao alcance

dos alunos um alto nível de cultura musical; preparar jovens para a atuação profissional; realizar cursos de aperfeiçoamento; e promover o intercâmbio entre estudantes.

O perfil dessa nova unidade de ensino ficou claramente preconfigurado na ocasião do encerramento dos I Seminários Internacionais de Música, quando o então diretor artístico, H. J. Koellreutter, em seu discurso afirmava: “Criaremos um ambiente orientado pelo respeito à produção artístico-intelectual de todos os tempos, um centro de estudos, pesquisas e investigação, onde cada um poderá expor suas ideias livremente, quaisquer que sejam suas tendências estéticas ou filosóficas”, destacando a importância, entre outros aspectos, de sua futura atividade: “um centro onde o jovem poderá alcançar uma formação musical de sólidos conhecimentos”, como também “pedagogos e mestres de renome”. Na mesma ocasião, foram lançadas as bases para a criação de uma Orquestra Sinfônica e o Madrigal, ambos da Universidade da Bahia, organismos destinados a promover o conhecimento das grandes obras-primas da literatura musical.

465

Devido à concepção particular do ensino de música, começaram a chegar, em Salvador, músicos interessados em ter aulas nesta nova escola e, principalmente, novos professores, o que proporcionou maior variedade de opções. Os cursos foram organizados em quatro campos distintos: Instrumental — instrumentos de teclado, cordas, sopro e percussão; Canto; Regência — coral e sinfônica; e Teórico subdividido em: a) matérias técnicas, de composição, teoria elementar e teoria estrutural da música, incluindo harmonia, contraponto e fuga e b) matérias musicológicas, de história, estética, sociologia da música, psicologia da música e folclore. Independentemente das aulas nos campos distintos, era obrigatória a frequência ao Seminário de Música Contemporânea para todos os alunos matriculados durante o período de dois semestres. Como se pôde constatar, o Seminários Livres de Música iniciou sua existência com o perfil de conservatório europeu de alto padrão. Nesta década, aconteceram seis Seminários Internacionais de Música.

## A ESCOLA DE MÚSICA E ARTES CÊNICAS (EMAC)

Em 3 de junho de 1962 morreu Edgard Santos e, em 26 de novembro do mesmo ano, foi inaugurado o novo edifício do Seminários de Música, situado na Rua Basílio da Gama, na gestão do então reitor Albérico Fraga.

No concerto de inauguração, Koellreutter dedicou a composição *Constructio ad synesin* aos colegas e alunos com as seguintes palavras: “Isto é composição que atende mais ao sentido do que ao rigor da forma. Organização serial dos elementos sonoros. Afinação microtonal. Conjunto de estruturas permutáveis. Forma sem forma. Contínuo de som e silêncio”.

Era um momento de transformação para o recém-inaugurado Seminários de Música, mas em 1962 Koellreutter despedia-se da Bahia sendo substituído por Ernst Widmer até 1964, quando Fernando Lopes assume até 1966. No início de sua gestão aconteceu o Festival de Música em comemoração aos 10 anos de fundação dos Seminários Livres. Em 1965 foi realizado o Concurso Nacional de Composição. Em 1966, já sob a direção de Ernst Widmer, este, juntamente com seus alunos, cria o Grupo de Compositores Novos da Bahia.

466

Inspirados nos critérios de serviço e vocação, os documentos constitutivos dos Seminários Livres de Música os caracterizaram como uma unidade permanente da Universidade da Bahia que devia “integrar o estudo das matérias musicais no conjunto do ensino universitário, como parte de uma cultura humanística, sólida e ampla; colocar ao alcance dos alunos um alto nível de cultura musical e uma apreciável soma de conhecimentos correlatos; preparar o jovem para uma atuação profissional eficiente e funcional; realizar cursos de aperfeiçoamento sob a orientação de mestres de renome internacional; promover o intercâmbio de estudantes com os de outros Estados e países”. Em seus primeiros anos, os Seminários foram um verdadeiro paradigma como centro de ensino superior, centro de pesquisa e centro de difusão cultural.

Em 1966, o reitor Miguel Calmon anunciava oficialmente a chegada de uma tranquilizadora restauração financeira. Estava por ser implantada a Reforma Universitária, que viria a funcionar a partir de 1968. Neste momento, a instituição se viu forçada a expandir e diversificar suas atividades, sem maior tempo para pensar a respeito dessas mudanças e de seu direcionamento — que se refletiram, entre outros aspectos relevantes, na modificação do sistema institucional, fundamentado na criação e função dos “departamentos”, em contraposição às antigas faculdades e escolas profissionalizantes. Nesse contexto, em 1968, as três escolas de artes, Seminários de Música, Escola de Dança e Escola de Teatro foram formalmente abolidas, passando a se constituir em departamentos da nova unidade criada: a Escola de Música

e Artes Cênicas (EMAC). Em 1969 ocorre o I Curso e Festival de Música Nova.

No ano de 1970 foi instituído o Curso de Graduação. A EMAC, então sob a gestão do Prof. Manoel Veiga, tem seu regimento aprovado em 1971 e acontecem, nessa década, mais quatro Cursos e Festivais de Música Nova, o Polo de Expansão Musical da Bahia. Expandindo suas atividades, acontecem os Festivais de Arte da Bahia, os Concursos Nacionais e Latino-Americanos de Composição e a formação do Conjunto Música Nova da UFBA.

## A ESCOLA DE MÚSICA DA UFBA

Entre 1980 e 1984, o Prof. Piero Bastianelli esteve na direção da Escola, dando continuidade aos festivais e concursos e implementando os cursos de Especialização em Música “Teoria Musical” e “Instrumentos de Sopró”. Em 1984 toma posse na direção Paulo Dourado. Em sua gestão acontecem o Concurso Nordestino de Composição Camerística e as Semanas de Música Contemporânea. No período de 1986 a 1988, após negociação, essas três Escolas voltaram a se tornar independentes, fazendo com que a área de música fosse transformada na atual Escola de Música, sob a direção temporária de Maria Angélica Koellreuter (1988-1989). A seguir, assume Paulo Costa Lima (1989-1993), que reativa os Seminários Internacionais de Música e cria o Curso de Especialização em Música “Piano”.

467

## A PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA

A década, de 1980 marca a criação do Programa de Pós-Graduação em Música, que existe em nível de Mestrado desde 1990, e de Doutorado desde 1997. Os professores que estiveram à frente desse processo foram Manuel Veiga, Ryoko Katena Veiga, Alda Oliveira, Jamary Oliveira e Pierre Klose.

Em ambos os níveis, o PPG-MUS é composto por quatro áreas de concentração: Composição, Educação Musical, Etnomusicologia, Execução Musical (Regência, Flauta Transversal, Violão, Piano, Clarineta, Trompete). O foco central, em todas as áreas, é a música brasileira nas suas mais diversas dimensões. Assim, o programa tem as seguintes linhas de pesquisa: Criação

Musical, Execução Musical — Práticas Interpretativas, Música e Cultura, Música e Educação.

Ainda sob a direção de Paulo Lima, em 1991 é inaugurado o Memorial Lindembergue Cardoso. Para a gestão do período de 1993 a 1997 é eleita a Profa. Alda de Jesus Oliveira, que dá continuidade aos eventos. De 1997 a 2001, o Prof. Oscar Dourado está à frente da direção da Escola. Ele promove então, durante todo o ano de 1999, o Programa Musicista de Aperfeiçoamento em Música, em convênio com a Capes-UFBA, juntamente com a série mensal de concertos e recitais das *Segundas Clássicas*, que são realizadas no Teatro Jorge Amado. Tem a proposta de oferecer aos músicos e ao público em geral a oportunidade de contato com importantes nomes do cenário musical internacional, onde são aprimoradas as práticas musicais. Também em sua gestão foi realizada a ópera *Rei Brasil* — uma ópera popular, com roteiro de José Carlos Capinan, Paulo Dourado e Fernando Cerqueira, o autor da música. Este evento foi em comemoração aos 500 anos de descobrimento do Brasil.

468

## O CINQUENTENÁRIO DA EMUS

O Professor e maestro Erick Magalhães Vasconcelos é eleito para a gestão de 2001-2005, prosseguindo na realização dos Seminários Internacionais de Música. Na época de a instituição completar 50 anos de fundação, Erick promove, durante o ano de 2004, uma série de eventos comemorativos, que culminam com a apresentação da *Nona sinfonia* de Beethoven no Teatro Castro Alves e no Salão Nobre da Reitoria, um sucesso de público e de crítica.

Com a eleição de Horst Karl Schwebel para o período de 2005-2009, a Escola de Música continua a realizar eventos artístico-pedagógicos, cumprindo o seu papel que desempenha desde o início: formação e divulgação da música brasileira e internacional. Cabe destacar que em 2005 houve a criação dos concertos realizados no circuito universitário da UFBA. São algumas das contribuições para a formação de plateia para a música erudita e popular de alto nível. Com parcerias de empresas públicas e privadas, a exemplo da Coelba e Petrobras, a Orquestra Sinfônica da UFBA se apresenta em praças públicas e escolas facultando o acesso e participação gratuita da população. O Projeto TIM em parceria com a EMUS promove

o aperfeiçoamento musical, formando novos talentos. Contempla, com as “novas tecnologias”, o aparecimento de novos compositores e grupos musicais, de modo que a Bahia seja realmente uma referência no campo musical, manifestado num entrelaçamento orgânico entre as atividades de eventos musicais e a vida acadêmica.

Hoje a Escola de Música tem cinco cursos de graduação, além do Mestrado e Doutorado em quatro áreas. Os cursos de graduação são: Canto, Composição e Regência, Instrumento e Licenciatura. Conta com 15 professores efetivos e sete substitutos no Departamento do CLEM (Composição, Literatura e Estruturação Musical), 20 efetivos e 12 substitutos no Departamento de Música Aplicada. Tem os seguintes conjuntos musicais: Orquestra Sinfônica, Orquestra de Câmara, Madrigal, Banda Sinfônica e Grupo de Percussão da UFBA. Os projetos de extensão têm a inestimável contribuição do Núcleo de Percussão da UFBA, sob a coordenação de Jorge Sacramento, que investe na Formação de Agentes Multiplicadores, Festival de Interação e Percussão da EMUS, em Encontros Percussivos, além de cumprir a sua missão de “Repercutir nas Comunidades”, uma possibilidade de troca de informações, de saberes, de excelência, entre a Universidade e a cultura desses alunos, respeitando a diversidade.

469

## REFERÊNCIAS

BASTIANELLI, P. *A universidade e a música – uma memória 1954-2003*. Salvador: EMUS/EDUFBA, 2004. 2 v.

PERRONE, M. da C. *Música, contexto e tradição: estudo sobre a criação de uma instituição de ensino*. 2008. 222 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Música, 2008.



*Iracema Santos Veloso<sup>1</sup>*  
*Angeolina Rossi Ferreira*  
*Joselina Martins Santos*  
*Mércia Irabel Cardoso Batista*  
*Nilce de Oliveira*  
*Nóris Rocha de Almeida*  
*Regina Maria Moysés Cardoso<sup>2</sup>*

## HISTÓRICO

A Escola de Nutrição foi criada em 28 de maio de 1956, quando o Conselho Universitário autorizou seu funcionamento. O fundador foi o Prof. Dr. Adriano de Azevedo Pondé, que, à época, era professor catedrático de Cardiologia da Faculdade de Medicina e vice-reitor. O Curso de Nutricionistas na UFBA foi o primeiro da Região Nordeste do Brasil, abrigado na sua origem pela Faculdade de Medicina e pelo Hospital

---

1 Diretora da Escola de Nutrição.

2 Docentes da Escola de Nutrição da UFBA. Para a elaboração deste texto as autoras recorreram aos arquivos da ENUFBA, a entrevistas com docentes da escola, de quem também receberam contribuição, na forma de pequenos escritos, além da bibliografia citada.



das Clínicas (Hospital Universitário Prof. Edgard Santos — Hupes). Em 1958 formou-se na UFBA a primeira turma de quinze nutricionistas. As primeiras Nutricionistas a compor o quadro docente, no início formado predominantemente por médicos, foram Sonia Moreira Alves de Souza e Almeida de Almeida Maciel, diplomadas no Rio de Janeiro, as quais vieram implantar e gerir o Serviço de Nutrição e Dietética no Hospital das Clínicas, que era o principal campo de práticas para o Curso de Nutrição. A Prof<sup>a</sup> Edith Tolentino de Souza Vieira assumiu a Direção da Escola em 1971 sendo a primeira nutricionista a assumir tal cargo no Brasil.

472

Até 1963 a Escola de Nutrição funcionou nas dependências do Hupes, desenvolvendo as atividades acadêmicas também na Maternidade Climério de Oliveira e nas Faculdades de Medicina e Farmácia. Como unidade universitária nunca teve um prédio próprio, construído para a finalidade de abrigar um curso superior com as características do Curso de Nutrição. Os docentes e estudantes procuraram adaptar espaços, condições e equipamentos improvisados para construir um curso respeitado nacionalmente. Ao longo de sua existência, a Escola de Nutrição ocupou três casas residenciais, inclusive a atual, edificação do desativado Colégio de Aplicação, localizado na Avenida Araújo Pinho 32, Canela. Foram espaços conquistados sempre com pressão política, inicialmente por iniciativa dos estudantes. Continuando a luta para seu crescimento, a comunidade da Escola de Nutrição empenhou-se para viabilizar a construção do seu primeiro edifício próprio. Essa meta foi alcançada através dos investimentos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), programa do governo federal criado em abril de 2007, no qual a Escola de Nutrição se integrou na primeira etapa. Recursos oriundos desse programa estão permitindo a construção do primeiro prédio novo da Escola, alocado em parte do terreno onde funciona a sede da unidade desde 1985, no prédio mais conhecido como o antigo Colégio de Aplicação e desde julho de 2009 a sede da ENUFBA encontra-se em obras. Para fazer jus a esse benefício foi ampliado em 12,5% o número de vagas no Curso de Nutrição e implantou-se um novo curso superior, o Bacharelado em Gastronomia, com ingresso anual de 90 alunos em duas turmas semestrais, a partir de 2009.1. A profissão de nutricionista está consolidada no mercado e na sociedade, num amplo campo de atuação e o curso da ENUFBA figura entre os melhores do país. O gastrônomo no Brasil está ainda se definindo como profissional e abrindo seu espaço num mercado por enquanto ocupado por cozinheiros práticos,

formados no exterior ou em cursos de curta duração. Foi nesse contexto que a ENUFBA ousou em implantar um curso de bacharelado cujo projeto pedagógico apresenta-se inovador e comprometido com a alimentação saudável. No seu processo de crescimento e aprimoramento contínuo a Escola de Nutrição investe em todas as funções universitárias: o ensino, a extensão e a pesquisa, privilegiando programas que integram essas três dimensões do fazer acadêmico.

## INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

A Escola de Nutrição é reconhecida pela sua vocação e tradição extensionista. Considerando que a interação com a sociedade é mais próxima e imediata através das atividades de Extensão Universitária, a ENUFBA vem atuando nas linhas de desenvolvimento comunitário, da prestação de serviços de atenção à saúde no campo da dietoterapia e orientação alimentar e nutricional, da educação alimentar e nutricional para grupos e coletividades, dos projetos setoriais de avaliação nutricional, do incentivo ao aleitamento materno, à alimentação saudável e inúmeros outros objetos do campo da nutrição e da saúde, de alimentos e de serviços de alimentação, conteúdos trabalhados através de cursos, treinamentos e capacitações de profissionais e eventos diversos dirigidos a famílias e comunidades, como feiras, oficinas, seminários etc. Os programas de desenvolvimento comunitário sob sua coordenação se sustentam nos seguintes princípios: interdisciplinaridade, integralidade das funções universitárias ensino, pesquisa e extensão, assegurando a participação de alunos nos programas, preferência para o atendimento de segmentos da população com problemas nutricionais e de saúde, escolha de áreas geopolíticas de baixo índice de desenvolvimento humano e social, parcerias com instituições públicas e organizações da sociedade civil; exercício de metodologia participativa com incentivo ao protagonismo das comunidades visando à sustentabilidade do projeto, investimento na dinamização da mobilização comunitária e sem postura assistencialista; fomento às atividades produtivas e à capacitação dos agentes; educação e assistência à saúde, com ênfase nas ações de atenção primária para a melhoria da qualidade de vida. Cabe referir que muitas das atividades de extensão, aqui sucintamente relatadas, geraram publicações e comunicações em eventos científicos.

A ENUFBA possui um Núcleo de Extensão criado em 1983, cujo Regimento foi aprovado pela Câmara de Extensão, naquele mesmo ano. Entretanto, seguindo o estilo de trabalho acadêmico baseado na autonomia dos grupos, os grandes projetos de extensão tiveram coordenação própria e pouca integração com o Núcleo. Da rica experiência em atividades de extensão, aqui estão destacadas algumas entre as mais emblemáticas, tanto de iniciativas da própria Escola de Nutrição quanto de participação em projetos coordenados por outras unidades e setores da UFBA, apresentadas em ordem cronológica:

474

- a) **Projeto Desenvolvimento Rural Integrado de Sapeçu — BA (PDRI)** — (1981-1989), cuja Coordenação Geral esteve a cargo do atual Instituto de Saúde Coletiva, na época Faculdade de Medicina, Departamento de Medicina Preventiva. Nessa atividade a equipe da ENUFBA atuou na recuperação de crianças desnutridas, cujo diagnóstico foi realizado fazendo-se um recorte entre a posse e o tamanho da terra e a desnutrição em filhos de pequenos proprietários plantadores de fumo da região do Recôncavo. Pode-se constatar que o estado nutricional das crianças guarda uma estreita relação com a inserção da família no processo produtivo e com a exploração econômica a que estavam subordinados os pequenos produtores. Foi a primeira atividade extramuros mais concreta da ENUFBA, contando com a participação de vários alunos e professores, oportunidade em que a Escola pôde exercitar uma de suas tendências fortemente expressivas no campo acadêmico, a extensão.
- b) **Programa de Desenvolvimento Local Integrado de Lauro de Freitas — BA** (1982-1984). Nesse município situado na Região Metropolitana de Salvador, o programa foi desenvolvido nos povoados de Areia Branca e Jambeiro, contando com o apoio da Prefeitura Municipal. A Secretaria de Educação do Estado da Bahia também era parceira, apoiando financeiramente vários projetos de extensão da UFBA no mesmo município, nas áreas de educação, saúde, habitação e construção de espaços comunitários com tecnologia de solo e cimento. A Escola de Nutrição atuou junto às associações comunitárias na mobilização dos moradores para participação nas ações de educação para a saúde e apoiou atividades produtivas de geração de renda num

grupo de mulheres, tendo orientado a comercialização dos produtos artesanais.

c) **Grupo de Estudos e Ações no Semiárido — GEAS**, criado em 1984, na Coordenação Central de Extensão da UFBA, integrando-se ao debate nacional sobre a função da Extensão nas universidades públicas. O GEAS iniciou o trabalho com vinte professores de diversas formações profissionais, que decidiram atuar na região do polígono da Seca, área mais pobre do Nordeste brasileiro. Esse grupo desenvolveu vários programas, sendo o primeiro centrado no município de Cansanção, iniciado com o diagnóstico socioeconômico realizado em 1984.

d) **Projeto Cansanção: uma vivência da Universidade no Sertão da Bahia** (1984-1992). Recebeu financiamento de várias instituições internacionais de fomento, especialmente a Inter American Foundation, destacando-se entre as nacionais a Rede Globo. O Projeto Cansanção contou com a participação de docentes e estudantes de várias unidades da UFBA, que viabilizaram intervenções nas áreas de Agronomia, Veterinária, Arquitetura, Nutrição, Enfermagem, Química, Parasitologia, Educação, Comunicação, Sociologia, Psicologia e Artes. As atividades específicas da área de Nutrição foram: avaliação do estado nutricional das crianças, orientação alimentar, avaliação do comportamento alimentar e incentivo ao aleitamento materno.

e) **Projeto de Educação Sanitária e Ambiental** (1987-1989). Foi desenvolvido em conjunto com a Escola Politécnica e a Faculdade de Educação numa parceria com a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (Conder) e com a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Salvador, resultando numa importante experiência de integração de trabalho entre docentes, estudantes e técnicos estaduais e municipais das áreas de Engenharia Sanitária e Educação Ambiental. As ações tiveram lugar nos bairros populares situados no Vale do Camurugipe, beneficiados com obras de saneamento, infraestrutura e equipamentos urbanos que exigiam ações educativas e de conscientização da população sobre a problemática ambiental e de saúde, orientando a mudança de postura frente à

conservação das obras, visando à melhoria das condições de vida e especificamente da saúde dos moradores.

476

f) **Projeto UNI — Uma nova iniciativa na educação dos profissionais de saúde** (1996-2000). Foi realizado sob a coordenação da Escola de Enfermagem, congregando as unidades da área de Saúde. Esse projeto, uma iniciativa da Fundação Kellogg para a América Latina, foi um dos seis financiados no Brasil, a partir de 1990. Comprometido com a Reforma Sanitária Brasileira e com a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) o Projeto UNI nasceu a partir dos movimentos e tendências mundiais de retomada de discussão acerca da educação dos profissionais de saúde. A partir de uma avaliação crítica das experiências de Integração Docente Assistencial, o UNI buscou responder às necessidades emergentes de formação através da parceria entre a Universidade, os Serviços de Saúde e a Comunidade. Na UFBA o projeto foi desenvolvido em Salvador, em bairros integrantes dos Distritos Sanitários Barra-Rio Vermelho. A atuação da Escola de Nutrição contribuiu para o desenvolvimento de vários subprojetos em dietética, dietoterapia, educação alimentar e nutricional e educação para a saúde, a exemplo do subprojeto **Combate à violência na escola**, dirigido aos estudantes de escolas públicas do ensino fundamental situadas nos bairros de Federação, Engenho Velho da Federação, Nordeste de Amaralina e Garcia. Visando à promoção da cultura da paz, a equipe da ENUFBA levou às escolas a discussão da violência e o papel da escola e da família para contê-la. Trabalhou a relação violência-saúde utilizando-se de técnicas de arte-educação, contando com a colaboração de estudantes de Belas Artes, atuando como monitores. Por ter sido realizado na cidade de Salvador, o Projeto UNI constituiu-se em excelente oportunidade de abertura de campo de práticas das disciplinas profissionalizantes do Curso de Nutrição, permitindo o engajamento de um grande número de estudantes e de professores.

g) **Fortalecimento das Organizações Comunitárias do Município de Tucano — Bahia** (1999-2002). Esse projeto obteve financiamento da ONG belga SOSPG — *Per gente pro gentibus*. Foi realizado em parceria com as organizações locais vinculadas à Central de

Associações Comunitárias de Tucano e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, congregando 37 associações no movimento comunitário. Sob a coordenação da Escola de Nutrição, envolveu a participação de professores das Escolas de Agronomia, Veterinária, Enfermagem, Educação e Arquitetura, além de professores de Arte-Educação da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Foram realizadas ações de organização comunitária, orientação e financiamento para incrementar as atividades produtivas em agropecuária e artesanato, a construção de reservatórios para captação e armazenamento de água de chuva, construção de instalações sanitárias em escolas e centros comunitários rurais, capacitação de agentes comunitários de saúde, avaliação do estado nutricional e orientação da alimentação infantil, realização de projetos econômicos, culturais e educativos. Desse projeto nasceu um grupo de teatro de jovens, abrindo perspectivas de profissionalização de atores.

477

- h) Projeto Mutuípe** (2001 em andamento). Foi iniciado pela administração municipal cujo prefeito, ao vencer a eleição de 2001, declarou ter como objetivo promover uma administração pública com participação popular e comprometida com a melhoria das condições de vida da população. Foi neste contexto que se deu a aproximação da ENUFBA com o município. As primeiras atividades foram realizadas no contexto do componente Atividade Curricular em Comunidade (ACC), destacando-se a elaboração do Diagnóstico de Saúde e Nutrição, em 2002.2. Importa destacar que esse diagnóstico foi viabilizado graças à parceria com a prefeitura, que deu apoio material e logístico à realização de todo o trabalho de campo, no qual estiveram envolvidos de forma direta quatro professores e 19 alunos. O significado do trabalho realizado tanto para o município quanto para a Universidade, criou a possibilidade de prosseguir neste caminho. Desse projeto emergiram inúmeras ações resultando na implantação em Mutuípe de um Campus Avançado da Escola de Nutrição, representando uma continuidade e uma excelente oportunidade de passar do diagnóstico para a ação. O projeto original foi se expandindo e gerou um cenário de ensino, pesquisa e extensão, abrindo campo de estágio curricular e extracurricular, práticas de disciplinas profissionalizantes, destacando-se o Estágio Curricular em Nutrição Social, disciplinas optativas de

graduação e pós-graduação e várias pesquisas, abrindo também um campo para as ações do Centro Colaborador do Ministério da Saúde (Cecan II). Ao longo desse processo o município de Mutuípe tem sido o contexto de pesquisas financiadas pelos órgãos de fomento, que já resultaram em dissertações de mestrado e várias publicações com participação de estudantes.

478 A Escola de Nutrição mantém três programas permanentes de atendimento dietoterápico: o **Consultório Dietético**, o **Programa de Atenção Nutricional em Ambulatórios de Especialidades** e o **Projeto Integração Ensino, Serviço e Comunidade: Assistência Nutricional e Monitoramento Contínuo em Vigilância Nutricional do Trabalhador**. Juntos se constituem num importante diferencial na formação dos seus alunos, situação reconhecida em âmbito nacional. Sua importância para o ensino radica na amplitude e diversidade dos campos de práticas para os cursos de graduação, especialização e mestrado na área de Nutrição Clínica, tradicionalmente forte na ENUFBA. Os consultórios acolhem outros projetos de extensão, ensino e pesquisa associados, ampliando seu público em formação para estudantes e egressos de outras instituições. Os docentes participantes têm desenvolvido pesquisas inclusive para seus estudos de pós-graduação e os dados produzidos por essas atividades vêm resultando em estudos, teses e dissertações, publicações e comunicações em inúmeros eventos científicos, há mais de 20 anos.

- a) **Consultório Dietético.** Foi o pioneiro, criado em 1983 e instalado na própria Escola. Vários professores passaram pela coordenação e integraram a equipe desse projeto bem como nutricionistas voluntárias e estudantes. Nele a atividade de prestação de serviço à comunidade por demanda espontânea e também com várias parcerias com hospitais públicos e beneficentes acopla-se ao ensino, sendo campo de práticas para quatro disciplinas de Nutrição Clínica dos cursos de graduação e pós-graduação. Entre os pacientes a prevalência é de mulheres, idosos e adultos maduros, portadores de doenças crônico-degenerativas. Mais recentemente, crianças e adolescentes se constituem em clientela do serviço, na condição crescente de portadores de alteração de glicemia associada a sobrepeso. O Consultório Dietético, por ser um serviço

universitário, coloca-se na condição de referência e nessa qualidade atrai usuários de camadas sociais economicamente superiores que buscam e encontram uma atenção especializada, somando-se aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

- b) Programa de Atenção Nutricional em Ambulatórios de Especialidades.** Teve sua origem no projeto de extensão “Atendimento Nutricional a Hipertensos”, criado em 1985, associado à Clínica de Nefrologia do Hospital Universitário Professor Edgard Santos (Hupes). O projeto original consistia no atendimento nutricional dos pacientes do Ambulatório de Hipertensão e estava sob a responsabilidade de uma professora com alunos em atividade de extensão, duas vezes por semana, em sessões ou turnos de quatro horas de trabalho. Esse projeto contava com três salas no Hupes, nas quais ficavam três alunos do Curso de Nutrição de distintos níveis, estabelecendo-se uma hierarquia de funções. A orientação dos alunos para o atendimento era complementada com sessões de estudos de caso, realizados junto com os médicos. Mensalmente havia uma sessão clínica de casos complexos com a participação de destacados especialistas em Nefrologia. O Projeto de Atendimento Nutricional Ambulatorial foi se expandindo para outras especialidades na medida em que o sucesso do trabalho gerou novas demandas, como os Ambulatórios de Endocrinologia e Hepatopatias. Com a reforma curricular do Curso de Nutrição, realizada em 1988, foi criada uma disciplina optativa que se acoplou a esse projeto. Em 1996, com a construção do Ambulatório Prof. Francisco Peixoto Magalhães Netto, já na qualidade de um programa permanente, passou a funcionar no novo prédio. Em constante ampliação e diversificação dos serviços dirigidos à comunidade em geral, dada a vinculação ao SUS, essa atividade atualmente conta com onze ambulatórios, a saber: de Atenção Nutricional em Geriatria, Obstetrícia, Pediatria, Hipertensão, Cardiopatias, Nefropatias, Diabetes, Gastroenterologia, Obesidade, Hepatopatias e Adultos acometidos por outras patologias. Na sua expansão se ampliou para o Hospital Pediátrico Prof. Hosannah Oliveira e Maternidade Climério de Oliveira, locais onde funcionam os consultórios de Pediatria e Obstetrícia, respectivamente. Cada ambulatório oferece atendimento uma vez por semana num turno de quatro horas matutino ou



vespertino, horário compatibilizado com o atendimento médico. Em 2009 o programa atualizou sua pauta de atividades e realizou a I Mostra Científica dos Ambulatórios, avaliando a experiência. Além de prestar relevantes serviços à população, o programa se destaca por absorver um expressivo número de estudantes de graduação e pós-graduação e oferecer estágio voluntário para profissionais em reciclagem ou aperfeiçoamento.

- c) **Projeto Integração Ensino, Serviço e Comunidade: Assistência Nutricional e Monitoramento Contínuo em Vigilância Nutricional do Trabalhador.** Nasceu em 1995, junto ao Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (Cesat), no município de Salvador, no contexto do Projeto UNI. Os professores e estudantes dedicam uma carga horária de oito horas semanais, em dois turnos de funcionamento. As atividades realizadas têm como objetivos:
- reorientar a prática do nutricionista, no sentido da promoção, prevenção e atenção à saúde do trabalhador;
  - difundir e elaborar crítica de informações produzidas por estudos epidemiológicos;
  - compreender os determinantes econômicos, políticos e culturais da situação nutricional dos trabalhadores;
  - participar em grupos e atividades interdisciplinares que contribuam para a elevação da consciência sanitária e de cidadania dos usuários;
  - estabelecer, a partir da avaliação nutricional, o padrão de morbidade dos trabalhadores;
  - identificar, com base na avaliação nutricional, os problemas para intervenção no nível ambulatorial e através de trabalhos educacionais realizados em grupos;
  - recuperar, com base na avaliação nutricional, os níveis de promoção primária — que correspondem à promoção e à proteção à saúde —, no sentido de fornecer orientações específicas, para a prevenção de doenças, nas quais a alimentação participa da rede de causalidade;
  - atuar, com base na avaliação nutricional, no nível de recuperação — prevenção secundária — através de atividades que incluem a orientação e o acompanhamento para a reversão do problema;
  - consolidar o banco de dados sobre alimentação e nutrição dos trabalhadores atendidos. Na avaliação dos usuários do serviço, bem como da equipe multidisciplinar que integra o corpo de profissionais do Cesat, o projeto tem cumprido, ao longo desses 14 anos de existência, todos os seus objetivos, capacitando, até então, um

total de 80 alunos da ENUFBA para atuar na vigilância nutricional do adulto.

A extensão se constitui num caminho facilitador para romper com a situação de ensino-aprendizagem tradicional circunscrita ao ambiente escolar e centrada na relação aluno-professor. Daí sua importância na renovação pedagógica, que amplia os objetivos da extensão e destaca seu papel no ensino. Neste sentido, a extensão é um campo de prática, essencial na formação dos profissionais, tal como foi conceituada a **Atividade Curricular em Comunidade (ACC)**, projeto da Pró-Reitoria de Extensão no qual a Escola de Nutrição se engajou desde o primeiro momento no semestre 2000.2, recebendo duas vagas, uma para cada departamento, tendo sido desenvolvidas ações comunitárias nos municípios de Pintadas e Mutuípe. Em Pintadas foi realizado o projeto **Vivendo o Semiárido** durante quatro semestres, tendo realizado ações de: saúde bucal, avaliação nutricional, descrição do perfil socioeconômico do município, encontro de orientação de professores da rede municipal sobre alimentação saudável, orientação alimentar para hipertensos (atenção domiciliar) e elaboração de projeto econômico para implantação de curtume. O outro projeto foi o **Diagnóstico de Saúde e Nutrição da População de Mutuípe — BA**, atividade que oportunizou uma duradoura parceria com a Prefeitura Municipal, em franco andamento com atividades acadêmicas múltiplas. Após a atuação em Pintadas, o Departamento da Ciência dos Alimentos realizou a ACC **Promoção da Alimentação Saudável: Oficinas de Técnica Dietética** em quatro semestres consecutivos, a partir de 2007.2, atuando nos bairros populares de Engenho Velho de Brotas e Vale das Pedrinhas, em Salvador, em parceria com associações comunitárias e unidades do SUS. A partir de 2008 a ACC mudou a forma de financiamento passando a distribuir os recursos através de Edital universal. A partir daí a ENUFBA foi contemplada com o apoio para os seguintes projetos: **Promoção da Alimentação Saudável: Oficinas de Técnica Dietética** (manutenção) e **Educação em Alimentação e Saúde em Comunidade Quilombola de Ilha de Maré**, ambos do Departamento da Ciência dos Alimentos.

A Escola abriga dois Centros Colaboradores dos Ministérios da Saúde e da Educação: **Centro Colaborador Nordeste — Cecan II** e o **Centro**

**Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar — Cecane.**

Os Centros Colaboradores do Ministério da Saúde são núcleos implantados em cinco universidades públicas do país, segundo as grandes regiões, sendo dois na Região Nordeste, para apoiar as políticas de saúde em formulação, acompanhamento e avaliação, através das atividades acadêmicas de extensão, pesquisa e ensino. A ENUFBA recebeu a responsabilidade de acolher o Cecan II, que atua nos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. O Cecan II tem importante participação na Escola de Nutrição, na linha de Formação de Recursos Humanos, através da capacitação de pesquisadores e auxiliares de pesquisa; realiza treinamento de técnicos e auxiliares de laboratórios e através dos projetos de pesquisa proporciona a orientação de estudantes em programas de iniciação científica bem como profissionais e docentes, na condição de bolsistas e voluntários. Apoiar o desenvolvimento de trabalhos de conclusão de Cursos de Especialização e Mestrado. Tem prestado apoio acadêmico e financeiro aos docentes para realização de pesquisa para seus cursos de Pós-Graduação. Contribui com a formação da Graduação em Nutrição, abrindo campos de práticas nos diversos projetos de extensão e pesquisa, a exemplo do Projeto Mutuípe, que conta com seu apoio e no âmbito do qual estudantes realizaram o Estágio Curricular em Nutrição Social. Os Núcleos de Pesquisa Nutrição e Epidemiologia e Políticas Públicas encontram no Cecan II uma parceria na realização de seus projetos, envolvendo um grupo de docentes pesquisadores que mantêm vínculos com pesquisadores da UFBA e de outros centros acadêmicos.

**Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar — Cecane**, uma parceria da Escola de Nutrição com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Implantado no segundo semestre de 2006, iniciou suas atividades em campo realizando um extenso programa de capacitação de agentes do PNAE que são fundamentalmente os gestores escolares, manipuladores de alimentos (merendeiras), nutricionistas e conselheiros do PNAE. Em 2007 realizou os treinamentos em Salvador, em cidades do interior da Bahia, estendendo sua atuação por todas as capitais da Região Nordeste. A partir de 2009 foi criado mais um Centro Colaborador na Região Nordeste, limitando a atuação do Cecane da ENUFBA aos Estados da Bahia e Sergipe. São objetivos do Cecane: prestar apoio técnico e científico para a execução do PNAE; intensificar e expandir a capacitação dos agentes e profissionais do sistema da alimentação escolar; monitorar

e avaliar as ações do PNAE; realizar pesquisas nas áreas de segurança alimentar e nutricional e saúde do escolar, visando a retroalimentar o PNAE; buscar e incentivar a participação social; consolidar parcerias com instituições públicas e organizações civis. O Cecane tem realizado pesquisas, capacitação e formação de quadros técnicos e acadêmicos em saúde, nutrição e alimentação dos escolares, tendo na sua equipe docentes e estudantes da ENUFBA e também abrindo campo de estágios para profissionais e estudantes de outras instituições.

**Programa de Reorientação da Formação Profissional em Saúde — Prosaúde II.** Vinculado aos Ministérios da Saúde e Educação, dirigido às universidades públicas, o projeto na UFBA reúne seis unidades. Foi aprovado em abril de 2008 e em 2009.<sup>1</sup> iniciou a execução das atividades. As linhas de atuação da Escola de Nutrição estão voltadas para a Reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Nutrição, em cujos objetivos se inclui em: fortalecimento da atenção primária à saúde; intensificação da integração do Curso com a rede de serviços do SUS; antecipação das atividades curriculares práticas junto ao SUS e na saúde coletiva em geral; diversificação dos cenários de práticas curriculares. As intervenções da Escola de Nutrição estão focadas no Distrito Sanitário do Subúrbio Ferroviário de Salvador, em cujos bairros se desenvolvem as ações do Estágio Curricular em Nutrição Social e as práticas do Curso de Especialização em Alimentação Escolar sob forma de Residência, realizadas junto às unidades de saúde, rede municipal de ensino e comunidades.

483

Outras atividades permanentes e eventuais são realizadas a cada ano pelos docentes e discentes da ENUFBA, tais como: seminários sobre temas da atualidade em alimentos, alimentação, nutrição, saúde e formação dos profissionais de saúde, abordados na perspectiva multidisciplinar; participação de docentes e estudantes com apresentação de trabalhos e conferências em congressos locais, nacionais e internacionais; atendimento de demandas da sociedade, de diversas instituições, para proferir palestras sobre temas de saúde, alimentação e nutrição, especialmente em escolas públicas e privadas, instituições de saúde e assistência social, ONGs e comunidades; orientação a estudantes do ensino médio sobre as profissões de nutricionista e gastrônomo; comemoração anual com eventos acadêmicos

do Dia Mundial da Alimentação e do Dia do Nutricionista; participação em feiras de saúde e oferta de cursos diversos, destacando-se o Curso de Alimentação e Cultura, atividade permanente, que em 2009 ano realizou sua quarta edição.

Na área da Gastronomia já foram realizadas as seguintes atividades, com ativa participação dos estudantes, ainda no seu primeiro ano de curso, através do compartilhamento na produção de pratos e no serviço nos seguintes festivais gastronômicos: Sabores da Roça junto à Exporural (agosto 2009), Sabores do Campo (novembro 2009) junto à Feira do Cavalo, Arena Show na Feira de Insumos e Serviços de Alimentação, Fispal — BA (setembro 2009). Durante o Festival Gastronômico da Praia do Forte (novembro 2009), alunos do Curso de Gastronomia atuaram nos restaurantes participantes da mesma forma que participaram do Caruru de Santa Bárbara, do Shopping Center Iguatemi (dezembro 2009). Em 2008 foi realizado na Escola o primeiro Curso de Extensão em Gastronomia Básica, aberto ao público em geral, projeto com perspectiva de continuidade. No âmbito do Curso de Gastronomia está em fase de implantação uma Empresa Júnior.

484

## ENSINO DE GRADUAÇÃO

A Escola oferece dois cursos de bacharelado: o Curso de Nutrição e o Curso de Gastronomia, o primeiro implantado em 1956 e o segundo em 2009. Até o ano de 2008 eram ofertadas anualmente 90 vagas no Curso de Nutrição, com aumento para 100 vagas a partir de 2009. O Curso de Gastronomia oferece 90 vagas anuais e ambos os cursos mantêm ingressos semestrais de metade das vagas.

## O CURSO DE NUTRIÇÃO E A PROFISSÃO DE NUTRICIONISTA

No Brasil a formação do dietista é precursora da do nutricionista e foi iniciada em 1941, no âmbito do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), então presidido por Josué de Castro. Àquela época tratava-se de um curso de nível médio, com duração de dois anos e com um currículo limitado, considerando que ao dietista caberia

traduzir a prescrição dietética feita pelos médicos nutrólogos em alimentação para coletividades sadias e enfermas. Interessante registrar que, desde a primeira turma do Curso de Dietista, as alunas lutaram pelo reconhecimento do curso como de nível superior e pelo título de nutricionista, tendo conquistado logo nos primeiros anos a ampliação dos conteúdos da formação visando a preparar um profissional para atuar na área da nutrição clínica, da administração de serviços de alimentação e na saúde pública.

Os anos 40 do século XX foram profícuos para a construção do campo de saber em alimentação e nutrição no Brasil. Cabe destacar a criação dos Arquivos Brasileiros de Nutrição, em 1944, e a publicação, em 1946, *Geografia da fome*, de Josué de Castro, como marcos deste momento. A formação de nutricionistas então se expande. Em 1944 é criado o curso de Nutricionista da Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, atual curso de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; em 1948 o Curso de Nutrição da Universidade do Brasil, atual UFRJ. A partir daí a formação do nutricionista alcança o Nordeste, tendo sido pioneiro o Curso de Nutricionistas da Universidade Federal da Bahia. A este se seguiu o Curso de Nutricionistas da Faculdade de Medicina do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco, tendo como fundador o médico Nelson Ferreira de Castro Chaves. (GIL, 1986; VASCONCELOS, 2002)

A profissão de nutricionista está consolidada no mercado e na sociedade, num amplo espectro de atuação, tendo a Resolução CFN nº 380/2005 definido as seguintes áreas: Alimentação Coletiva, Nutrição Clínica, Saúde Coletiva, Docência, Indústria de Alimentos, Nutrição em Esportes, Marketing na Área de Alimentação e Nutrição, o que implica uma formação generalista. A complexidade da sociedade contemporânea e os avanços tecnológicos criam com muita velocidade novas demandas, surgindo especialidades como a nutrição voltada aos segmentos etários da população, às atividades profissionais e às distintas enfermidades que acometem os indivíduos e grupo. O currículo do curso deve refletir e acompanhar a dinâmica das demandas sociais, impondo reformulações periódicas. Neste sentido, a ENUFBA está em processo de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Nutrição, que, com 53 anos de existência, passou por sucessivas adequações. Instalado com a duração de quatro anos, assim perdurou até 1985, quando o currículo teve um acréscimo

significativo de carga horária, estendendo para cinco anos o tempo mínimo para integralização curricular. O atual currículo tem 4.241 horas e foi ajustado às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Nutrição (Resolução CNE/CES nº 5/2001) em 2007, por ocasião da avaliação do Curso feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), dentro da Avaliação das Condições de Ensino do Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), para fins de renovação do reconhecimento do curso, concluída em abril de 2008, cujo resultado confirmou sua boa conceituação.

A concorrência no vestibular para o Curso de Nutrição da ENUFBA já foi maior. Em 1998 registrou 13,1 candidatos por vaga e em 2009 essa relação baixou para 8,4, talvez pela criação de escolas privadas que oferecem cursos em um só turno facilitando a vida do estudante que precisa trabalhar. Também vale destacar a expansão do ensino de nutrição na Bahia pela rede pública, com o curso criado no Campus Anísio Teixeira da UFBA no município de Vitória da Conquista e o curso da Universidade Federal do Recôncavo, no município de Santo Antônio de Jesus. Segundo pesquisa do Conselho Federal de Nutricionistas (2006), os nutricionistas residentes na Quinta Região, na qual está situada a Bahia, estavam inseridos nas áreas de atuação profissional na seguinte distribuição percentual: Nutrição Clínica, 48,8%; Alimentação Coletiva, 25,2%; Saúde Coletiva, 11,8%, Ensino e Educação, 8,65; Nutrição Esportiva, 2,4%, e Indústria de Alimentos, 2,4 %.

486

## O CURSO DE GASTRONOMIA E A PROFISSÃO DO GASTRÔNOMO

A ENUFBA implantou em 2009 o Curso de Bacharelado em Gastronomia, oferecido no turno noturno, com duas entradas anuais de 45 alunos cada. A estrutura curricular apresenta um total de 2.700 horas a serem integralizadas em oito semestres. A formação do gastrônomo destina-se à inserção do profissional em diversos segmentos do mercado gastronômico, cuja emergência no Brasil é notória, apresentando um campo de empreendimentos em franca expansão, aliado aos ramos econômicos do turismo e do lazer. Portanto, a formação vai além do cozinheiro ou chefe de cozinha de nível superior. O mercado gastronômico é bastante diversificado e o cidadão/consumidor, cada dia mais exigente, segmentado, consciente

e zeloso na defesa de sua saúde e de seus direitos, tem exigido mais alta qualificação dos profissionais da gastronomia. A profissionalização nessa área ainda é incipiente, caracterizando-se pela baixa qualificação e escolaridade de sua mão-de-obra. Entretanto, a crescente competitividade do setor tem demonstrado rejeitar o amadorismo e a insuficiente qualificação. Estudos na área têm manifestado a necessidade de formação de um profissional mais completo para a prestação de um serviço especializado. Atualmente verifica-se no Brasil a expansão dos centros de formação dos profissionais da gastronomia, em nível médio e superior, todavia, ainda é pequena a oferta de cursos superiores de gastronomia e ela está concentrada em instituições privadas e na Região Sudeste, particularmente em São Paulo. Em 2008, existiam no Brasil 72 cursos superiores de gastronomia, sendo apenas cinco na modalidade de bacharelado. O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gastronomia da ENUFBA apresenta como diferenciais o compromisso com a saúde e, portanto, a ênfase na gastronomia saudável, o desenvolvimento da gastronomia regional e a formação integrada técnica, intelectual e acadêmica, visando a capacitar o estudante para o ensino, planejamento e gestão de empreendimentos gastronômicos.

487

## ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Escola de Nutrição oferece o Curso de Mestrado em Nutrição desde 1996. A partir de 2005 o Curso foi reformulado e passou a ter a denominação de Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde com área de concentração em Segurança Alimentar. As linhas de pesquisa já consolidadas são: Epidemiologia dos distúrbios nutricionais; Avaliação de políticas públicas em alimentação e nutrição; Vigilância dos alimentos e Saúde, alimentação e cultura. Além do Mestrado, a Escola de Nutrição oferece dois Cursos de Especialização, sob forma de Residência: Nutrição Clínica e Alimentação Escolar.

## OS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

A experiência da ENUFBA no ensino da pós-graduação começou em 1987 com a implantação do primeiro Curso de Especialização em Nutrição



Clínica, que, a partir da terceira turma ofertada, passou a ser permanente mantendo o mesmo formato até 2004, quando foi substituído pelo Curso de Especialização em Nutrição Clínica sob forma de Residência, implantado em 2005. Três outros cursos de especialização foram oferecidos a partir de 1990: Controle de Qualidade dos Alimentos, Nutrição e Saúde do Trabalhador e Nutrição Enteral. Em 2005 foi implantado novo Curso de Especialização em Nutrição Clínica, agora sob a forma de Residência, com dois anos de duração e em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e os Hospitais da Cidade, Roberto Santos, além do Complexo Hupes, da UFBA. Em 2008 foi implantado mais um Curso de Especialização sob a forma de Residência, na área de Alimentação Escolar, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e FNDE, este pioneiro no Brasil. Nessa atividade de ensino de pós-graduação *lato sensu* qualificou profissionais de diversas áreas do mercado, ofereceu oportunidade de educação continuada a seus egressos e também reciclou seu próprio quadro docente.

488

## PESQUISA

A diversificação dos campos de conhecimento da nutrição e dos alimentos reflete-se também nas linhas de pesquisa desenvolvidas pelos docentes. Apresentam-se aqui os **Grupos de Pesquisa** liderados pelos docentes da ENUFBA, cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(CNPq), conforme informações do site do CNPq — Diretórios dos Grupos de Pesquisa no Brasil, segundo ordem cronológica da formação:

- a) **Grupo de Pesquisa em Nutrição e Saúde Coletiva — Ano de Formação: 1987.** Dois grandes eixos vêm orientando os trabalhos do grupo — Saúde, Nutrição e Epidemiologia e Saúde, Nutrição e Políticas Públicas. O eixo Saúde Nutrição e Epidemiologia tem se destacado na contribuição ao conhecimento da situação de saúde e nutrição de populações urbanas e rurais em nível local e regional e de seus fatores determinantes. Neste eixo, as vertentes da nutrição, infecção e crescimento e epidemiologia das enfermidades carenciais têm gerado conhecimento, especialmente no que se refere à sua relação com a incidência e severidade das

doenças infecciosas e com o crescimento na infância. O eixo Saúde, Nutrição e Políticas Públicas tem produzido e disseminado o conhecimento sobre os alcances e limites dos programas de alimentação e nutrição implementados no Estado da Bahia, orientado pelo conceito de segurança alimentar. Nessa perspectiva, os pesquisadores integrados a este eixo têm se preocupado com o estudo e desenvolvimento de metodologias para avaliação de programas e projetos. Em especial, destacam-se as avaliações de algumas das políticas públicas do governo federal, a exemplo do Programa Bolsa Alimentação e Bolsa Família. Esses trabalhos vêm fornecendo subsídios para a definição de estratégias para as políticas públicas e para a geração de informações definidoras de políticas e resolução de problemas locais de atenção à saúde da criança, em parceria com instituições governamentais e governamentais, de âmbito nacional e internacional. O envolvimento de alunos de pós-graduação e parcerias com pesquisadores de outras instituições representam no campo científico e institucional a oportunidade de criar espaço concreto para o treinamento e incentivo na perspectiva de formação de novos pesquisadores e docentes. O envolvimento de estudantes e recém-graduados da área de nutrição e ciências afins tem propiciado condições para o incentivo e a formação no campo da pesquisa em nutrição.

489

- b) Grupo de Pesquisa em Alimentos, Alimentação e Saúde — Ano de Formação: 2000.** Apresenta com repercussão na área científica pesquisas desenvolvidas em linhas que contemplam a criação de novas metodologias para o diagnóstico e controle microbiológico de alimentos; estudos voltados para ações da vigilância sanitária de alimentos, no que diz respeito à implantação de leis e portarias; controle de qualidade de alimentos industrializados e aspectos toxicológicos; técnicas de conservação de alimentos; estudos para a caracterização química e físico-química de alimentos regionais e de novos alimentos; gerenciamento de qualidade em serviços de alimentação e nutrição. O grupo também desenvolve projetos de extensão junto à comunidade, ministrando cursos de treinamento para supervisores e manipuladores de alimentos dos serviços de alimentação e nutrição, enfocando a higiene e a qualidade dos alimentos; cursos para

pequenos produtores objetivando o ensino de técnicas adequadas de processamento de alimentos e técnicas de conservação. Ainda junto à comunidade, o grupo desenvolve trabalhos para assegurar a qualidade de alimentos comercializados nas ruas de Salvador, barracas de praias, feira de alimentos, e baianas de acarajé. Mais recentemente foram desenvolvidos projetos junto ao Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde e em Ciência de Alimentos, integrando a Iniciação Científica, com enfoque na segurança alimentar em restaurantes turísticos da cidade de Salvador, no segmento de comida de rua e na composição química e físico-química da comida baiana vendida nos tabuleiros das baianas; processamento de produtos utilizando subprodutos da indústria pesqueira, dentre outros. O grupo desenvolve projetos com doutorandos envolvendo aspectos tecnológicos e de qualidade de multimisturas, além de mudança dos hábitos alimentares dos consumidores nas últimas décadas.

490

- c) **Nepac — Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura — Ano de Formação: 2006.** Sua criação partiu da necessidade de compreender os fenômenos que cercam o corpo e o comer contemporâneo, os aspectos vinculados à promoção da saúde, identidade e cultura como ainda as suas intersecções com o mundo contemporâneo e a modernidade. Tem ênfase interdisciplinar, uma vez que a temática urge por uma multiplicidade de olhares, necessitando assim uma constante interlocução com outras áreas do saber, outros pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa. Os objetivos do Núcleo são: congregar, implementar e divulgar estudos, pesquisas e experiências no campo da alimentação contemporânea no Brasil e no estado da Bahia; promover eventos e debates que propiciem uma ampliação dos conhecimentos socioantropológicos da alimentação; manter relações com outros centros locais, nacionais e internacionais de áreas temáticas próximas; colaborar com outros centros existentes em estudos qualitativos em alimentação e nutrição; contribuir para a formação de estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais e pesquisadores neste âmbito do saber. Hoje o Nepac agrega docentes da UFBA, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

- d) Grupo de Estudos e Pesquisa em Alimentação Coletiva — GEPAC**  
— **Ano de Formação: 2007.** Linhas de pesquisa: Alimentação para Coletividades; Dietética e Nutrição. O campo da Alimentação Coletiva se constitui em um privilegiado espaço para estudos, dada a sua importância econômica (faturamento superior à R\$ 25 bilhões em 2007 e mais de 800.000 estabelecimentos de serviços de alimentação em todo o Brasil); pela sua cobertura (mais de 12 milhões de refeições diariamente oferecidas apenas no mercado formal de trabalho) e, principalmente, para a saúde dos comensais (vários estudos apontam a prevalência de agravos nutricionais em trabalhadores em magnitude maior que na população adulta brasileira, o que, a princípio, é incomum). Este grupo decorre da consolidação de vários projetos de pesquisa desenvolvido na Escola de Nutrição da UFBA, com abordagens tanto qualitativa como quantitativa, com ênfase em estudos e pesquisas em Unidades de Alimentação e Nutrição, que visam a contribuir para subsidiar ações de melhoria da qualidade da alimentação ofertada à população. Em relação aos recursos humanos, integram-se à equipe de pesquisadores nacionais e internacionais alunos da graduação e pós-graduação. Conta com o moderno Laboratório de Pesquisa em Alimentação Coletiva (LPAC).
- e) Grupo de Pesquisa em Alimentação e Nutrição Escolar — BA** —  
— **Ano de Formação: 2007.** Este grupo tem como propósito a produção de estudos e investigações na temática da alimentação e nutrição do escolar, no que diz respeito ao desenvolvimento de metodologias para treinamento de recursos humanos para a área, além de ferramentas e instrumentos instrucionais educativos, avaliação de programas através de metodologias quantitativas e qualitativas, estudos dos perfis de atores sociais envolvidos na gestão de políticas e programas relacionados, bem como desenvolvimento de estudos que tenham por objetivos a avaliação e a compreensão da saúde e nutrição do escolar e o conhecimento dos significados da alimentação para adolescentes e jovens da rede pública de ensino fundamental.
- f) Grupo de Pesquisa em Segurança Alimentar e Comércio Informal de Alimentos (Sacia) — Ano de Formação: 2009.** Sua criação resultou de um histórico de acumulação de experiências e conhecimentos

em uma temática ainda pouco investigada no Brasil, a produção e a comercialização de alimentos pelo setor informal à luz do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. Este tema gradualmente ganhou consistência, revelando dimensões estratégicas para a pesquisa e para ação pública neste campo. Assim, o Sacia tem como propósito fomentar a realização de estudos interdisciplinares sobre o assunto, compreendendo diferentes focos, buscando contribuir para a melhor organização do segmento informal de alimentos e de seus atores sociais. Entre as linhas de pesquisa em desenvolvimento estão contempladas: comércio informal de alimentos, alimentação e cultura; comércio informal de alimentos e trabalho infantil; comércio informal de alimentos e vigilância sanitária; e estratégias de intervenção para o comércio informal de alimentos.

492

## PUBLICAÇÕES

Por ocasião do aniversário dos 40 anos da Escola foi publicada uma Coletânea da Produção Científica (Resumos) contendo a produção dos docentes em livros, teses, monografias, artigos e trabalhos apresentados em congressos, muitos com a participação de estudantes. Essa publicação revela a qualificação dos professores do quadro, bem como as linhas de pesquisa hoje consolidadas. Nova publicação de Resumos foi organizada em 2009, relativa ao período dos doze anos posteriores (1996-2008). Essa coletânea, publicada pela Edufba, foi lançada no início de 2010. Tem crescido a publicação científica dos docentes em periódicos, embora ainda não se tenha alcançado os indicadores qualitativos e quantitativos exigidos pelos sistemas de avaliação do ensino e dos docentes.

## COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA (Cepnut)

O Cepnut integra o Sistema Conep e foi criado em 2006 com o objetivo romper com a dependência dos pesquisadores da Escola de outros comitês de ética, a fim de agilizar o acesso aos financiamentos e veículos de publicação. Tem sua principal clientela no quadro de pesquisadores e estudantes de Pós-Graduação da ENUFBA; entretanto, está aberto a pesquisadores de

outras instituições e unidades da UFBA, já tendo analisado protocolos de pesquisadores do Instituto Anísio Teixeira (Campus da UFBA em Vitória da Conquista) e de mestrandos da Faculdade de Medicina da Bahia/UFBA. Para o seu funcionamento contamos com a participação de representantes da sociedade baiana vinculados à comunidade acadêmica, ao mundo profissional, às comunidades religiosas e às organizações de usuários do SUS.

## ESTRUTURA, QUADRO DE PESSOAL, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A ENUFBA possui dois Departamentos (Ciência da Nutrição e Ciência dos Alimentos), dois Colegiados de Cursos de Graduação (Nutrição e Gastronomia), três Colegiados de Cursos de Pós-Graduação (Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Curso de Especialização em Nutrição Clínica — Residência e Curso de Especialização em Alimentação Escolar — Residência). Conta com os seguintes Laboratórios: Técnica Dietética, Absorção Atômica, Nutrição Experimental, Bioquímica dos Alimentos, Tecnologia de Alimentos, Microbiologia dos Alimentos e Bioquímica da Nutrição. Os Núcleos de Pesquisa e Extensão compõem uma estrutura complementar não regimental, mas de importante contribuição na organização e gestão das atividades acadêmicas e administrativas da ENUFBA.

Seu quadro de pessoal hoje dispõe de 52 docentes permanentes, sendo 29 do Departamento da Ciência da Nutrição e 23 do Departamento da Ciência dos Alimentos. Conta com a colaboração de professores substitutos, quadro que em 2009 representou 29%. A qualificação dos docentes assim se apresenta: (54% Doutores, 40% Mestres e 0,6% Especialistas). Os funcionários técnicos e administrativos do quadro permanente totalizam 14. Esse quadro é complementado com um quadro de colaboradores contratados através de convênios, com funções particulares e temporárias, além dos serviços terceirizados de portaria, vigilância e limpeza, embora seja imperioso registrar a permanente insuficiência do quadro de apoio e a ausência de inúmeras funções.

Os estudantes estão organizados no Diretório Acadêmico Josué de Castro, que tem uma tradição de luta política em defesa do ensino público

e gratuito, da melhoria da qualidade do ensino, além de realizar eventos acadêmicos.

## PERSPECTIVAS

Com a maturidade dos seus 53 anos a ENUFBA está em expansão. Hoje tem como meta prioritária a consolidação e o fortalecimento do seu Programa de Pós-Graduação, investindo na qualificação de seus docentes e apoiando a produção acadêmica visando a criar as condições para implantação do Doutorado em Nutrição e Alimentação, a curto prazo. Também faz parte de seu projeto de pós-graduação o aumento e diversificação da oferta com a incorporação de novas áreas, acompanhando as demandas geradas pelas mudanças do panorama da saúde e nutrição da população, bem como orientando-se para as suas atividades emergentes, como a área da Gastronomia, para a qual já está sendo gestado um curso de especialização, a fim de atender uma área em franca expansão, que está exigindo a qualificação de quadros para as funções técnicas e acadêmicas.

494

Como meta mais imediata destaca-se a conclusão da construção do prédio e a implantação dos equipamentos para a atender em suficiência e adequação a todas as suas finalidades com qualidade satisfatória e comodidade necessária ao desempenho das funções acadêmicas dos estudantes e docentes e das funções técnicas e administrativas por todo o seu quadro de pessoal.

## ESCOLA DE NUTRIÇÃO

Diretora

Prof<sup>a</sup> Dra. Iracema Santos Veloso

Vice-diretor

Prof<sup>o</sup> Dr. José Ângelo Wenceslau Góes

Coordenadoras do Colegiado da Graduação em Nutrição

Prof<sup>a</sup> Dra. Lígia Amparo da Silva Santos

Prof<sup>a</sup> Dra. Marilena Pacheco Assunção

Profª Dra. Rosemary da Rocha Fonseca

Coordenadora do Colegiado da Graduação em Gastronomia

Profª Dra. Roseanne Porto Dantas

Coordenadora do Colegiado de Pós-Graduação

Profª Dra. Jairza Maria Barreto Medeiros

Chefes do Departamento da Ciência dos Alimentos

Profª Dra. Deusdélia Teixeira de Almeida

Profª Dra. Márcia Regina da Silva

Chefes do Departamento da Ciência da Nutrição

Profª Dra. Lílian Ramos Sampaio

Profª Dra. Nilce de Oliveira

495

## REFERÊNCIAS

ASSIS, A. M. O. Diagnóstico de saúde e nutrição da população de Mutuípe - BA. Salvador: Pró-Reitoria de Extensão; Escola de Nutrição, 2002

\_\_\_\_\_. (Coord.) Atividades sobre alimentação saudável: Centro Colaborador Nordeste – I: relatório técnico, 2004-2006. Salvador: Escola de Nutrição da UFBA; Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.). Coletânea da produção científica da Escola de Nutrição: 40 anos (1956-1996). Salvador: UFBA, 1996. 74 p.

\_\_\_\_\_. et al. Condições de vida, saúde e nutrição na infância em Salvador. Brasília, DF: INAN, Salvador: Escola de Nutrição; Instituto de Saúde Coletiva, 2000.

\_\_\_\_\_. et al. Expropriação e fome. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1987.

BRASIL. Lei nº 8 234, de 17 setembro de 1991. Regulamenta a profissão de nutricionista e determina outras providências. Disponível em: <<http://www.crn5.org.br/data/site/uploads/arquivos/8234%20de%2017.09.91%20-%20regulamenta%20a%20profissao%20de%20nutricionista.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Perfil da atuação profissional do nutricionista no Brasil. Brasília, DF, 2006.



- GAUDENZI, E. N.; ASSIS, A. M. O.; NASCIMENTO, A. D. Projeto Cansação: uma vivência da Universidade no Sertão da Bahia. Salvador: UFBA, 1992.
- GIL, M. F. Recursos humanos em nutrição no Brasil: nutricionistas. Cadernos de Saúde Pública, v. 2, n. 4, p. 561-569, 1986. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 2 ago. 2009.
- OLIVEIRA, N. Refletindo sobre um projeto de extensão universitária. Unisaber, Lauro de Freitas, BA, v. 2, n. 2, p. 37-60, jul./dez. 2002.
- SANTOS, S. M. C.; SANTOS, L. M. P. (Org.). Avaliação de políticas de segurança alimentar e nutricional no estado da Bahia. São Paulo: Prol, 2008.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Relatório de atividades 1998. Salvador, 1998.
- \_\_\_\_\_. Relatório de gestão 1998 – 2002. Salvador, 2002.
- VASCONCELOS, F. A. G. de. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. Revista de Nutrição, v. 15, n. 2, p. 127-138, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

*Mariângela Silva de Matos*  
*Maria Beatriz Barreto de Sousa Cabral*  
*Maria Isabel Pereira Vianna*  
*Maria Cristina Teixeira Cangussu<sup>1</sup>*

## APRESENTAÇÃO

O início da história do ensino de Odontologia no Brasil tem a Bahia como protagonista, visto que aqui e no Rio de Janeiro foram criados os dois primeiros cursos do país. Antes, porém, a prática odontológica exercida no país era de natureza artesanal e reproduzia o modelo europeu. (ROSENTHAL, 2001, p. 33-34)

No século XVI, com a vinda da primeira expedição colonizadora (1530), chefiada por Martim Afonso de Souza e com a instalação das Capitânicas Hereditárias (a partir de 1549) surgiram os primeiros núcleos de povoação no Brasil. Nesse período, vieram os mestres de ofício (qualificação das diversas categorias de artesãos), que recebiam licenciamento conforme as normas da primeira legislação brasileira, relacionadas às atividades de

---

1 Docentes da Faculdade de Odontologia da UFBA.

curar. Trata-se da Carta Régia de 25 de outubro de 1448, assinada por D. Afonso V, de Portugal. (ROSENTHAL, 2001, p. 33) Esta carta, segundo Salles Cunha (1931, p. 12), previa que nenhuma pessoa poderia usar da *physica* (relacionada ao uso de medicamentos) ou da cirurgia sem licença especial, que deveria ser concedida pelo cirurgião-mor.

No início do século XIX, a Odontologia começa a ganhar status de profissão quando o príncipe regente D. João estabelece, provisoriamente, em 23/05/1800, o “Plano de Exames da Real Junta do Protomedicato”, o qual passa a exigir do candidato à profissão de dentista um exame que constava de conhecimentos parciais de anatomia e métodos operatórios e terapêuticos.

Com o Decreto nº 598, de 14/09/1850, foi criada a Junta de Higiene Pública. Além de medidas saneadoras, este decreto regularizava as situações dos dentistas formados em universidades ou escolas estrangeiras, cujos diplomas ainda não tinham sido legalizados pelas Faculdades de Medicina do Império, sediadas na Bahia e no Rio de Janeiro desde 1808. (ROSENTHAL, 2001, p. 39)

498

Em 23/02/1880, assumiu a direção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o médico cearense Vicente Cândido de Sabóia. Valorizando especialmente a Odontologia, este criou os laboratórios de Cirurgia Dentária e Prótese Dentária, além dos cargos de preparador, ajudante e conservador para atuar nessas áreas. Dava-se início, aí, às medidas precursoras para a instituição do ensino de Odontologia em nível superior no Brasil. (ROSENTHAL, 2001, p. 43-44) Segundo Menezes (2001, p. 14), o grande empenho de Sabóia junto à Corte influenciou decisivamente para a aprovação do Decreto nº 9.311, de 25 de outubro de 1884, assinado pelo imperador D. Pedro II, no qual foi instituído o ensino de Odontologia no Brasil.

O artigo primeiro dispunha que os cursos de Medicina do Império, situados no Rio de Janeiro e na Bahia, passassem a ser compostos de um curso de ciências médicas e cirúrgicas e de três cursos anexos: o de Farmácia, o de Obstetrícia e Ginecologia e o de Odontologia. Na secção IV deste mesmo documento dedicada ao curso de Odontologia, constavam as matérias que deveriam compor o curso e a sequência na qual elas deveriam ser cursadas, pelo período de três anos. (MENEZES, 2001, p. 15)

Observa-se, portanto, que o início da história do ensino de Odontologia no Brasil tem a Bahia em destaque; entretanto, a literatura é escassa sobre o tema. Parte do resgate histórico ora apresentado foi possível graças ao

trabalho desenvolvido pelo professor Odilon Mattos Rasquin, docente da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal da Bahia (FOUFBA), que produziu um texto, não publicado, intitulado *A evolução do ensino da Odontologia na Bahia* (2004). Baseado no documento *Memória da história da Faculdade de Medicina da Bahia* e na transcrição de atas do Curso de Odontologia (de 1952 a 1959) da então Universidade da Bahia, o autor evidencia fatos históricos relevantes e figuras importantes que ajudaram a tecer esta história. O supracitado texto foi recuperado pela professora Mariângela Silva de Matos em sua tese de doutorado, sendo fundamental para a construção do capítulo da história da Odontologia no Brasil, o qual, por sua vez, serviu de base para a elaboração do presente texto.

No Rio de Janeiro o curso de Odontologia começou a funcionar imediatamente após a aprovação do Decreto nº 9.311, de 25 de outubro de 1884. (ROSENTHAL, 2001, p. 44) Já na Bahia, por dificuldades de natureza estrutural, somente em 1891, sete anos após, foi concluída a instalação dos laboratórios de cirurgia e de prótese dentárias. Ressalte-se que o Curso de Odontologia na Bahia foi criado anexo à Faculdade de Medicina, no prédio do Terreiro de Jesus, funcionando, desta forma, pelo período de 60 anos. (RASQUIN, 2004)

Inicialmente, os conteúdos básicos do curso de Odontologia eram ministrados por médicos e as aulas dadas em conjunto, contemplando os alunos de Medicina e de Odontologia. Desta forma, eram ministrados conteúdos de Microbiologia, Fisiologia, Histologia, Patologia, Clínica e Medicina Legal. Apenas as disciplinas de Prótese e de Técnicas Dentárias eram específicas do Curso de Odontologia e conduzidas por dentistas.

Os cursos de Odontologia, ao ser criados oficialmente, passaram por percalços típicos da deficiência de recursos humanos preparados para o ensino. (CARVALHO, 2001, p. 49) O Dr. Manuel Bonifácio Costa foi escolhido para reger a cadeira de Clínica; este, diplomado em Medicina em 1879, especializou-se em Odontologia, instituiu a Clínica Odontológica na Faculdade de Medicina da Bahia, mantendo ali, às suas expensas, um consultório dentário onde pudesse dar um curso da referida matéria. Muito à frente de sua época, compreendeu de pronto a necessidade do tratamento dos dentes das crianças como base para a constituição de uma população sadia, sendo assim o pioneiro na assistência dentária infantil na Bahia. (RASQUIN, 2004) Outros fatos importantes já demonstravam o seu grande interesse pela Odontologia, como a fundação, em setembro de 1883, um ano

antes de ser instituído o ensino de Odontologia no Brasil, da revista *União Dentária*, especializada em cirurgia, prótese dentária e moléstias da boca. O ilustre professor foi também o fundador da Sociedade Odontológica da Bahia, em 23 de setembro de 1908. (RASQUIN, 2004)

Em agosto de 1946, o Grêmio Pró-Mudança, dirigido pelo então acadêmico Jayme Bandeira dos Santos, enviou ao Conselho Universitário da recém-instituída Universidade da Bahia um memorial assinado pelos professores Elias Passo, Mario Peixoto, Arnaldo Silveira e João Brasil e por todos os alunos, solicitando a autonomia do Curso de Odontologia em relação à Faculdade de Medicina. O memorial não encontrou, nessa oportunidade, a receptividade necessária no Conselho Universitário. Entretanto, o professor Cirne Lima, do Rio Grande do Sul, conseguiu à época que o deputado federal Eloy José da Rocha apresentasse à Câmara Federal, em 24 de março de 1947, o projeto de lei que transformava as Escolas de Odontologia do Rio Grande do Sul e da Bahia em Faculdades autônomas. O acadêmico Jayme Bandeira buscou respaldo na Câmara para o projeto do deputado Eloy Rocha, por meio de telegramas enviados a vários deputados. Uma vez aprovado, o presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, assinou, em dezembro de 1949, o decreto de autonomia dos referidos cursos. Entretanto, o Curso de Odontologia da Bahia, mesmo com a autonomia legal da Faculdade, continuou funcionando no prédio da Faculdade de Medicina e Farmácia por mais nove anos, no aguardo de uma definição por parte da Universidade a respeito das novas instalações. (RASQUIN, 2004)

No dia 11 de julho de 1952, realizou-se a sessão de instalação da Congregação da Faculdade de Odontologia, ainda no anexo à Faculdade de Medicina, na qual, o então reitor Edgard Santos, designou o Prof. Torres Homem para dirigir a Faculdade de Odontologia, com manifestações de total aprovação do corpo docente. Nessa mesma reunião, o reitor propôs a designação de uma comissão para tratar do Regimento Interno da Faculdade de Odontologia. (RASQUIN, 2004) Em fevereiro de 1954, o diretor comunicou à Congregação a assinatura do contrato para a construção da nova sede da Faculdade de Odontologia da Universidade da Bahia.

Foi reforçada a importância do Prof. Torres Homem quando, na reunião da Congregação do dia 16 de março de 1957, procedeu-se à eleição para diretor da Faculdade, cujo escrutínio foi secreto e com votação uninominal em que se escolheram os nomes para compor a lista tríplice, tendo sido eleito em primeiro lugar, com expressiva maioria dos votos, o então diretor

nomeado, Prof. Torres Homem, o qual foi escolhido pelo governo para continuar dirigindo a Faculdade. (RASQUIN, 2004) Assim, pontuam-se em ordem cronológica os docentes que dirigiram a Faculdade de Odontologia da UFBA até este momento: Prof. José Vicente Torres Homem (1952-1961), Prof. Arnaldo Rodrigues da Silveira (1961-1972), Prof. Jutorib de Oliveira Lima (1972-1976), Prof. João Gonçalves de Carvalho (1976-1980), Prof. Germano Tabacoff (1980-1984), Profa. Meire Camardelli (1984-1988), Prof. Urbino da Rocha Tunes (1988-1992), Prof. Jairo Diniz (1992-1996), Prof. Edmar Borges Santana (1996-2004), Profa. Maria Isabel Pereira Vianna (2004-2012).

Apesar de autorizada desde 1954, a conclusão da nova sede enfrentou vários problemas relativos às especificações da obra que demoraram a ser cumpridas, tendo sido inaugurada no dia 29 de setembro de 1958. A inauguração ocorreu em clima de grande júbilo para todos os presentes, principalmente aqueles que muito lutaram por esse feito, com destaque especial para o reitor Edgard Santos e o então diretor da Faculdade de Odontologia, Dr. Torres Homem. Os termos empregados nos discursos emocionados para qualificar a nova sede refletem o significado histórico daquele momento: “obra gigantesca, sede majestosa, esplêndido edifício”. (RASQUIN, 2004)

Durante muitos anos, desde então, a Faculdade de Odontologia da Universidade Federal da Bahia constituiu-se em única instituição de ensino superior do Estado a formar cirurgiões-dentistas, expandindo a cada década o número de vagas com grande impacto regional.

Com o Decreto nº 2.026, de outubro de 1996, ficaram estabelecidos os procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior através do Exame Nacional de Curso (Provão) e da Análise das Condições de Oferta dos Cursos (Brasil, 1996). Para tal análise os cursos recebem a visita de uma comissão de professores designada pelo MEC, a qual avalia emitindo um parecer sobre eles. Dentre os elementos dessa avaliação, está a infraestrutura (ambiente e equipamentos) para o seu funcionamento. A Fofba foi avaliada pela comissão em 1998 e em 2000. Em ambos os períodos o relatório apontou condições físicas deterioradas necessitando de urgentes reformas ou substituições. No período de 2000 a 2007 não ocorreram novas avaliações das condições de oferta do curso. Entretanto, é pertinente evidenciar alguns avanços alcançados a partir das duas primeiras avaliações. Dentre eles merecem destaque a melhoria nas

instalações físicas da biblioteca e dos ambulatórios; disponibilização de novos equipamentos para o ambulatório de urgência; novos equipamentos e melhoria das condições físicas de dois dos ambulatórios mais antigos do curso, cujas condições eram extremamente críticas; construção de dois novos ambulatórios e aquisição de aparelhos para climatização dos espaços clínicos. (MATOS; TENÓRIO, 2009)

Ressalta-se, além disso, a implantação do Sistema de Informação Ambulatorial da FOUFBA, que permitiu melhor avaliar a capacidade instalada e produção realizada pelo serviço e sua importância para a rede de serviços de saúde bucal do município de Salvador; a criação da Clínica de Laser e da Bebê Clínica; a reforma e aquisição de equipamentos para o laboratório e ambulatório de prótese e a implantação e/ou reestruturação dos laboratórios de pesquisa em Imuno-histoquímica e Anatomia Patológica.

502

Estão em andamento, a reestruturação da rede elétrica e climatização dos ambulatórios e dois projetos de grande importância: a reforma da Central de Material Estéril e a reforma do Centro Cirúrgico, com a implantação do Centro de Referência em Cirurgia e Traumatologia Bucocomaxilofacial e de Assistência a Pacientes com Necessidades Especiais. Além disso, espera-se que em 2010 seja concluída a restauração da fachada do prédio, deteriorada em função dos seus 51 anos de idade. Apesar de todos os esforços da comunidade da Foufba, ainda persistem problemas de natureza infraestrutural, ressaltando-se a inadequação da rede hidráulica e problemas de acessibilidade.

## INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

Hoje, a Faculdade de Odontologia da Universidade Federal da Bahia (Foufba), apresenta uma estrutura complexa que articula atividades acadêmicas e assistenciais, funcionando de forma interdependente em um mesmo espaço físico. No prédio da Foufba estão instalados laboratórios didáticos e de pesquisa, laboratório de experimentação animal, biblioteca, anfiteatros, salas de aula e uma estrutura ambulatorial de grande porte. Tal estrutura envolve serviços de apoio diagnóstico, como o centro de radiologia e o laboratório de anatomia patológica, e uma capacidade instalada de 169 consultórios odontológicos, distribuídos em oito clínicas, um serviço de urgência, um centro cirúrgico, um centro de laser e uma clínica de bebê,

onde são atendidos em média 500 pacientes/dia através do Sistema Único de Saúde (SUS). Para se ter a exata dimensão desta estrutura, vale lembrar que a rede pública de Salvador, em outubro de 2005, contava com 121 consultórios odontológicos (dado fornecido pela Coordenação de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde). A adequada manutenção de uma unidade com estas características, no sentido de garantir a qualidade do ensino e a qualidade da atenção, tem representado um grande desafio. Todavia, apesar da insuficiência de investimentos e de recursos de custeio, além da enorme carência de pessoal, tanto de docentes quanto de técnicos com qualificação específica para atender às necessidades da unidade, a comunidade da Foubfa tem buscado desenvolver, da melhor forma possível, a sua importante função social na rede de serviços de saúde bucal.

Consolidou-se, também, durante toda a década de 1990, uma importante participação da instituição na rede de serviços públicos de saúde do município de Salvador, incluindo a atuação de disciplinas de graduação em ações de diagnóstico em saúde bucal, promoção de saúde bucal em diversas regiões do município, incluindo os distritos Barra-Rio Vermelho, Brotas e o Subúrbio Ferroviário.

Projetos específicos de reorientação da formação profissional de maneira a qualificá-los para uma melhor interação com a rede SUS, como o Pró-Saúde II, aprovado em dezembro de 2008, e o Pet-Saúde/ UFBA/SMS-Salvador, em 02 de fevereiro de 2009, coordenado pela Profa. Maria Cristina Cangussu, também representam importantes conquistas da Foubfa, e visam ao incremento do impacto social de suas ações, contemplando não só a participação de alunos e professores como também investimento financeiro para a compra e manutenção de equipamentos e insumos odontológicos para a rede municipal de Salvador.

## GRADUAÇÃO

Em 1954 a Congregação do Curso de Odontologia, instalada em 1952, decidiu aumentar a duração do curso de três para quatro anos e, em dezembro, foi decidido, por maioria dos votos, fixar em 25 o número de vagas para o exame de habilitação para o ingresso ao curso no ano de 1955, ao qual concorreram 92 candidatos, sendo 17 os aprovados. Entretanto, com a perspectiva da conclusão da nova sede do curso, em 30 de dezembro de



1955, a Congregação decidiu aprovar a proposta de aumentar para 100 o número de vagas para os ingressos de 1956. (RASQUIN, 2004) Desde 1991, são oferecidas 120 vagas anuais, sendo matriculados 60 alunos por semestre. A proporção de egressos por ano está em torno de 94%.

Em 1957 foi apresentado o anteprojeto da Reforma do Ensino Odontológico no qual a comissão constituída pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek, defendia a extensão dos cursos de Odontologia para cinco anos e o aumento do número de vagas. (CARVALHO, 2001, p. 53) Assim, em 22 de dezembro de 1958, foi proposta a Reforma do Regimento Interno da Faculdade de Odontologia da Universidade da Bahia. Com base nas discussões que aconteciam em nível nacional, o professor José Lima, tendo participado do Primeiro Seminário de Reforma do Ensino de Odontologia, propôs que o curso passasse a ter duração de cinco anos. Após várias ponderações e discussões, a proposta foi aprovada por unanimidade. (RASQUIN, 2004) Apesar dessa aprovação, a maioria dos alunos continuou graduando-se em quatro anos e essa mudança só veio a acontecer, de fato, mais de duas décadas depois. (MATOS, 2006)

504

A partir da segunda metade da década de 1970 surgiram no Brasil vários projetos de inovação curricular, dentre eles o da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal da Bahia, viabilizado mediante convênio celebrado entre a Capes, a Associação Brasileira de Ensino Odontológico (Abeno) e a Fundação W. K. Kellogg, já na década de 1980, com grande empenho do então diretor Germano Tabacoff. Adotava-se então, como referencial básico, o conceito de integração, com ênfase nas ações preventivas e na atuação comunitária; valorização de práticas docente/assistenciais; constituição de eixos de ensino subdivididos em atividades pré-clínicas, diagnóstico bucal e atividades clínicas; emprego de pessoal auxiliar e de equipamentos simplificados; e intensificação da atividade de pesquisa. (CARVALHO, 2001, p. 51) Estas mudanças foram incorporadas pela Foubfa, com grande impacto na formação dos novos profissionais.

Em 03 de setembro de 1982, a Resolução nº 4 do Conselho Federal de Educação estabeleceu o conteúdo mínimo dos cursos de Odontologia, sugerindo a formação de um profissional generalista e determinando a carga horária mínima de 3.600 horas, a serem cumpridas no período de oito semestres. Nas décadas de 1980 e de 1990 aprofundam-se as discussões em torno da inadequação dos modelos de prática e de formação dos cirurgiões-

dentistas no Brasil, ao tempo em que emergem novas propostas no âmbito das políticas públicas de saúde e de educação no país. O currículo mínimo dos cursos de graduação em Odontologia, introduzido em 1982, vigorou até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), a qual motivou a última reforma curricular implantada em 1998 na Faculdade de Odontologia da UFBA.

Em 2002 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia, através da Resolução CNE/CES nº 03/2002, de 19 de fevereiro (BRASIL, 2002), constituindo a base, na atualidade, para os processos de (re)estruturação curricular e estabelecendo que o egresso deve ter uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Está em andamento processo interno de discussão na Fofba no sentido de atender às Diretrizes Curriculares, o que pode ser evidenciado pela construção coletiva e avaliação regular do Projeto Pedagógico do curso; a implantação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); a criação da atividade de extensão “Oficinas de Avaliação Institucional da Fofba”, entendida como um fórum importante para a discussão de temas relativos às questões pedagógicas e de avaliação institucional de modo mais sistemático.

Matos (2006) avaliou o perfil de uma amostra de 133 alunos do 5º ao 10º semestre da Fofba, matriculados no 2º semestre de 2005. Em sua maioria eles são do sexo feminino (61,7%), encontram-se na faixa etária de 19 a 38 anos, escolheram a profissão porque gostam da área de saúde (81,0%) e mais da metade deles (71,2%) exerce algum tipo de atividade externa ao curso, destacadamente, atividade física, atividades religiosas e trabalho voluntário. Apenas 13,1% se dedicam ao estudo de outro idioma, o que se constitui em fator negativo, dadas as exigências atuais do mercado de trabalho e as recomendações das DCNs. A maioria dos alunos (57,9%) já participou de pelo menos uma atividade de pesquisa e, em relação à formação geral recebida no curso, registraram-se as seguintes percepções: eles pensam que as práticas desenvolvidas em espaços sociais são ricas e importantes na formação e que as deficiências dos cursos que interferem negativamente em sua formação, se referem, principalmente, a problemas de instalações/recursos materiais e às deficiências pedagógicas de alguns professores. Acreditam também que são mais estimulados na aquisição de habilidades técnico-científicas e no desenvolvimento do senso crítico

e da criatividade do que nas habilidades em gestão, comunicação e atuação em equipes multiprofissionais. A quase totalidade dos alunos expressou que o curso estimula a dimensão ética (100,0%) e humana (99,6%) no processo de formação profissional e 45,1% deles consideram as práticas sociais desenvolvidas em espaços sociais (creches, escolas, Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Saúde da Família, associações de classe etc.) são ricas e importantes para a sua formação profissional. Ainda que este estudo não possa ser extrapolado para a população da Fofba, tais resultados acenam para mudanças que vêm ocorrendo nas propostas de mudança de perfil profissional na área odontológica e, nessa perspectiva, a Fofba vem acompanhando a conjuntura nacional.

506

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) estabelece três instrumentos para avaliação dos cursos: um relatório emitido pela Instituição de Ensino Superior (IES) e seu Projeto Pedagógico, o relatório da Comissão Externa Institucional (análise documental e visita) e o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade). Com base no resultado desse último instrumento (Quadro 1), nos anos de 2004 e 2007 a Fofba apresentou uma melhora de desempenho dos alunos e quando os seus resultados são comparados com a média nacional (Quadro 2), o desempenho dos alunos da Fofba, tanto no componente geral como no específico, é superior.

**Quadro 1: Variação dos conceitos do Enade e avaliação da Fofba nos anos de 2004 e 2007**

Conceito	Notas	FOUFBA - 2004 N = 60 (28 ingressantes e 32 concluintes)	FOUFBA - 2007 N = 95 (60 ingressantes e 35 concluintes)
1	0,0 a 0,9		
2	1,0 a 1,9		
3	2,0 a 2,9		
4	3,0 a 3,9		4
5	4,0 a 5,0	5	
Sem conceito		--	--

**Quadro 2: Desempenho dos estudantes ingressantes e concluintes da Foufba em formação geral e componente específico. Enade 2004 e 2007**

	FOUFBA (%)				BRASIL (%)			
	Form. Geral		Comp. Específico		Form. Geral		Comp. Específico	
	Ing	Con	Ing	Con	Ing	Con	Ing	Con
2004	51,2	56,7	24,1	57,9	39,8	46,0	21,4	55,2
2007	53,5	70,5	35,7	66,7	52,6	57,9	32,1	56,6

Os resultados do Enade 2007 acerca da percepção dos estudantes relativa às condições dos recursos físicos e pedagógicos da Foufba revelaram que aproximadamente 70% dos concluintes consideram que a maior parte dos professores tem domínio para ministrar as disciplinas e a maioria considera os procedimentos de ensino adotados bastante adequados aos objetivos do curso.

Em relação ao corpo docente, o percentual de mestres e doutores evoluiu de 54,8% em 2000 para 75,0% em 2007. Esse resultado retrata a política de incentivo à qualificação docente, evidenciada, sobretudo, após a LDB. (MATOS; TENÓRIO, 2009)

Em 1979, o diretor geral da Capes, Prof. Dr. Cláudio de Moura Castro, implantou o Programa de Educação Tutorial (PET), que tem por objetivo propiciar uma formação de excelência, melhorando o processo de ensino e aprendizagem junto à graduação. Esta atividade de tutoria é intrínseca a um modelo de educação acompanhada e continuada, de modo que grupos de estudantes são orientados por profissionais experientes, idealizados na figura de um tutor que exerce um papel de facilitador do aprendizado, orientando os participantes a desenvolver a habilidade de trabalhar em grupo e torná-los seres sociais, críticos e criativos, além de aprimorar a capacidade para a pesquisa científica. (KOLTERMANN; SILVA, 2006, MARTINS, 2007)

O PET-Odontologia da UFBA foi implantado em novembro de 1991 e vem desenvolvendo um grande número de atividades, buscando ampliar a sua interação com a graduação, com a sociedade científica e com as comunidades nas quais atua. O primeiro tutor do programa na Foufba foi o professor Edmar Borges Santana, que foi substituído pela atual tutora, professora Silvia Regina de Almeida Reis.

O PET-Odontologia da UFBA foi avaliado através de um estudo com os egressos do programa que objetivou verificar o perfil dos ex-bolsistas, a

percepção sobre o programa e se a formação complementar proporcionada por ele contribuiu efetivamente para a sua formação e inserção no mundo do trabalho. Tendo como referência o período de conclusão do curso, considera-se que os ex-petianos já alcançaram um alto grau de escolaridade, uma vez que 77,1% têm a pós-graduação concluída ou estão em andamento, dentre os quais 51,4% chegaram ao nível de mestrado ou doutorado.

Quanto às atividades profissionais, os resultados da pesquisa revelaram que ainda se destaca na profissão o interesse pela atividade privada (autônoma), uma vez que a maior parte do grupo (60%) informou atuar nessa função de forma exclusiva (40%) ou associada a outras funções. Os egressos demonstraram ter alcançado uma boa inserção no mundo do trabalho, o que foi atribuído pela maioria deles às competências adquiridas no programa, como a habilidade de trabalhar em grupo, amadurecimento, organização, autonomia, autoconfiança, conhecimento técnico-científico e habilidade em pesquisa.

508

As dimensões mais valorizadas no programa foram o estímulo à pesquisa científica e à carreira docente. O elevado percentual de ex-bolsistas (37,1%) exercendo a atividade docente pode evidenciar que, de fato, como a maioria deles afirmou, o programa desempenha um papel importante na formação de profissionais com habilidades para desenvolver a docência.

Todos os entrevistados atribuíram valores positivos ao programa, declarando que através das vivências envolvendo o tripé ensino, pesquisa e extensão, eles foram preparados de forma diferenciada não só para a profissão, mas também para a vida.

## PÓS-GRADUAÇÃO

A história da pós-graduação na FOUFBA teve início em setembro de 1952, quando foi solicitada e aprovada a abertura do primeiro Curso de Especialização para cirurgiões-dentistas na Bahia, sendo os professores José Lima, Carlos Fera e Jutorib Lima os autores dessa solicitação à Congregação. (RASQUIN, 2004)

O Mestrado em Odontologia da Universidade Federal da Bahia teve a sua implantação em 1992 na área de Clínica Odontológica, através de proposta apresentada pelo Prof. Edmar Borges Santana. A implantação desse curso teve um papel importante na qualificação do corpo docente da Foubfa

e de outras instituições públicas e privadas do Estado da Bahia. No âmbito do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) está prevista uma ampliação de 20% no total de vagas oferecidas no curso, bem como a realização de esforço concentrado no sentido da elevação de seu conceito de 3 para 4, no próximo triênio.

A unidade participa também do Programa Integrado de Pós-Graduação em Odontologia / Doutorado — UFBA/UFPB, com a área de concentração Laser em Odontologia. Da mesma forma que o Mestrado, está prevista no âmbito do Reuni uma ampliação de 20% das vagas oferecidas no curso e a condução de ações que visem à elevação de seu conceito de 4 para 5.

Atualmente, na pós-graduação *latu sensu*, a FOUFBA oferece os seguintes cursos: Prótese Dentária, Ortodontia e Ortopedia Funcional dos Maxilares, Radiologia, Endodontia, Saúde Coletiva, Periodontia, Implantodontia, Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial sob a forma de residência, e está em fase de implantação o curso Laser em Odontologia.

509

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 3. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Odontologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 2002. Seção 1, p. 10.
- BRASIL. Decreto n. 2.026, de 10 de outubro de 1996. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 out. 1996. Seção 1, p. 27839. Disponível em: [http://www.abeno.org.Br/d\\_14.htm](http://www.abeno.org.Br/d_14.htm). Acesso em: 19 nov. 2002.
- BRASIL. Secretaria da Educação Superior. Relatório de avaliação do curso: ENADE 2004 e 2007. Brasília, DF, [2008].
- CABRAL, M. B. B. S. Educação e prática odontológica: as propostas de inovação em odontologia: o caso da FOUFBA. 1988. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, 1988.
- CARVALHO, A. C. P. de; ALBUQUERQUE, N. M. O ensino e as faculdades de odontologia. In: ROSENTHAL, E. (Org.). A odontologia no Brasil no século XX. São Paulo: Santos, 2001. p. 49-104.
- CUNHA, E. S. História da odontologia no Brasil: 1500-1900. Rio de Janeiro: Fernandes & Röhe, 1931.
- \_\_\_\_\_. História da odontologia no Brasil: 1500-1900. 2. ed. Rio de Janeiro: Científica, 1952.

KOLTERMANN, P. I.; SILVA, E. L. T. Educação tutorial no ensino presencial: a experiência do PET na UFMS. [2006] Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index>>. Acesso em: 6 abr. 2007.

MARTINS, I. L. Educação tutorial no ensino presencial: uma análise sobre o PET. [2007]. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/sesu/index>>. Acesso em: 6 abr. 2007.

MATOS, M.; TENÓRIO, R. Análise das condições de oferta de cursos de Odontologia realizados pelo MEC: experiência de uma faculdade pública no período de 1998 a 2007. In: TENÓRIO, R.; VIEIRA, M. (Coord). Avaliação e sociedade: a negociação como caminho. Salvador: EDUFBA, 2009.

MATOS, S. M. Análise do perfil dos alunos e da dimensão ético-humanística na formação de cirurgiões-dentistas em dois cursos de odontologia da Bahia. 2006. 286 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MENEZES, J. D. V. Instituição do ensino odontológico no Brasil: a verdade definitiva. Fortaleza: [s.n.], 2001.

510

RASQUIN, O. A evolução do ensino da odontologia na Bahia. [S.l.: s.n.], 2004. Texto digitado.

ROSENTHAL, E. A odontologia no Brasil até 1900. In: \_\_\_\_\_ (Org.). A odontologia no Brasil no século XX. São Paulo: Santos. 2001. p. 31-46.

\_\_\_\_\_; ALBUQUERQUE, N. T. O ensino e as faculdades de odontologia no Brasil. p.47-104. In: ROSENTHAL, E. (Org.). A odontologia no Brasil no século XX. São Paulo: Santos, 2001.

SOARES, F. et al. Impacto do programa de educação tutorial da Faculdade de Odontologia da Ufba na formação profissional dos seus ex-bolsistas. 2009. [S.l.: S.n.] 2009.

DA ESCOLA POLYTECHNICA DA BAHIA À ESCOLA  
POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
BAHIA 1897- 2002

*Caiuby Alves da Costa<sup>1</sup>*

INTRODUÇÃO

No dia 14 de março de 1897, às 13h, no edifício situado na Rua das Laranjeiras n° 6, que até hoje existe no Pelourinho, instalava-se, solenemente, a Escola Polytechnica da Bahia. Deve-se ao grande empenho de alguns baianos liderados por Arlindo Fragoso, figura ímpar e até hoje pouco conhecida da comunidade baiana, este ato que marca o início do ensino superior da Engenharia no Estado da Bahia, ou seja, o início do estudo, de forma sistemática, da tecnologia.

---

1 Professor Associado da Escola Politécnica.



De lá até os nossos dias, a Escola Politécnica passou por mudanças e dificuldades sem nunca, entretanto, interromper suas atividades. Sua história detalhada é contada através dos livros dos professores Archimedes Pereira Guimarães, Mário Tarquínio, e farto acervo documental, disponível na Escola. Este acervo é um desafio aos engenheiros e historiadores para um mergulho e maior conhecimento da engenharia baiana e brasileira.

De instituição privada mantida pelo Instituto Politécnico, fundado a 12 de julho de 1896, também por Arlindo Fragoso, e que até hoje existe, a Escola passou por federalização em 1934, e por desfederalização em 1938. Ficou sob controle estadual entre 1940 e 1944 e, finalmente, junto com outras instituições de ensino superior existentes à época, veio formar a Universidade da Bahia, que posteriormente passou a se denominar Universidade Federal da Bahia.

512

Até hoje, a Escola Politécnica formou: engenheiros civis; engenheiros geógrafos; químicos industriais; bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas; engenheiros eletricitas; engenheiros químicos; engenheiros mecânicos; engenheiros sanitaristas e ambientais; engenheiros de minas; além de um Curso especial em engenharia do petróleo.

Ao completar os seus 105 anos de existência, a 14 de março de 2002, a Escola Politécnica realizou uma proeza extraordinária: sobreviveu, gerou quadros profissionais e cidadãos para a Bahia e para o Brasil, foi origem de outros institutos da UFBA e, no dizer do reitor Augusto Mascarenhas, “vicejou num ambiente de baixa solicitação tecnológica”.

Os fatos principais, suas estruturas e dados essenciais, em fases-chave ao longo de seus 105 anos, é que serão, a seguir abordados de forma sintética.

E as perspectivas futuras?

Em um país em construção, é primordial a atuação da engenharia. Lembrando o discurso à turma da Politécnica de 1949 proferido por um de seus alunos mais ilustres, o professor Octavio Mangabeira:

O engenheiro, entretanto, é a estrada de ferro e de rodagem; é o porto; o canal; o rio navegável; é a arquitetura; a construção civil; é a usina de força motriz; é o combate à seca e à inundação; é a exploração do subsolo; é o urbanismo; o embelezamento; o saneamento das cidades; é a higiene rural; é, em suma, a instalação e a preparação do país, para que neste se possa viver no uso e gozo da civilização.

Mais de meio século após, as palavras de Mangabeira continuam atuais. É bem verdade que poderíamos acrescentar: o engenheiro é a telecomunicação, é a informática, é o controle de processos, é a tecnologia limpa, a ecologia, é o novo material, é a energia alternativa, “é pensar o mundo justo que nenhum véu encobre”, nas palavras do poeta João Cabral de Melo Neto. As necessidades sociais da Bahia e do Brasil apontam para uma reestruturação, uma vez mais, da centenária Escola, de modo a que se torne um Centro Tecnológico de Referência Nacional.

## A ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA: OS PRIMÓRDIOS E A CONSOLIDAÇÃO

A 5 de julho de 1896, Arlindo Coelho Fragoso reunia nove engenheiros na sala do diretor da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia e propunha a criação de um Instituto Politécnico, através da ação conjugada de particulares e do governo estadual.

A fundação do instituto objetivava a criação de uma Escola Politécnica, o que ocorreu num tempo curto. A segunda reunião do instituto, em 9 de julho, discutiu e aprovou os estatutos do Instituto Polytechnico da Bahia, o qual se instalava solenemente a 12 de julho.

O Instituto Politécnico passou, então, a trabalhar na organização da futura Escola Politécnica e “em 6 de dezembro foi lido e aprovado o Regulamento pelo qual se regeria a “Escola Polytechnica da Bahia”. (GUIMARÃES, 1957)

No discurso de instalação, Arlindo Fragoso fez um paralelo com a instalação da Escola Politécnica de Paris e solicitou que fosse adotado para lema da bandeira da Escola aquele que Napoleão fizera inscrever no estandarte da Academia de Monge<sup>2</sup> e Fourcroy:<sup>3</sup> “Pela Ciência, pela Instrução e pela Pátria”. (GUIMARÃES, 1957)

O Decreto nº 2803, de 9 de maio de 1898, do presidente da República Prudente de Moraes, concedeu à ESCOLA POLITHECNICA DA BAHIA o “título de Escola Livre, com todos os privilégios e garantias da Escola Federal congênera” (GUIMARÃES, 1957). No seu livro Consolidação das

2 Gaspard Monge, criador da geometria descritiva e fundador da Escola Politécnica de Paris.

3 Antoine François Fourcroy, um dos autores da nomenclatura racional da química e um dos organizadores do ensino público francês.

Leis e Atos Oficiais de exercício da Engenharia, Arquitetura e Agronomia (MORALES DE LOS RIOS FILHO, 1942), o prof. Adolfo Morales de los Rios Filho registra nas páginas 28 e 29: “[...] e o primeiro requisito a ser exigido quanto às profissões liberais é ter feito curso regular em uma academia ou escola superior e ser diplomado”.

O título de engenheiro, nas suas diversas especializações, é outorgado pelas seguintes escolas:

- federais: Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, Escola Técnica do Exército e Instituto Geográfico Militar;
- reconhecidas por Decreto: Escola Politécnica de São Paulo, Escola de Engenharia de Porto Alegre;
- equiparadas: Escola Politécnica da Bahia, Escola de Engenharia de Belo Horizonte, Escola de Engenharia de Pernambuco, Faculdade de Engenharia do Paraná, Escola de Engenharia de Juiz de Fora, Instituto Eletrotécnico de Itajubá.

514

Descriminando as Escolas de Engenharia acima mencionadas, pela ordem de antiguidade de sua fundação, ter-se-á: Escola Nacional de Engenharia (1808)<sup>4</sup>, Escola de Minas e Metalurgia (1875), Escola Politécnica de São Paulo (1894), Escola de Engenharia de Pernambuco (1895)<sup>5</sup>, Escola de Engenharia Mackenzie (1896), Escola de Engenharia de Porto Alegre (1897), Escola Politécnica da Bahia (1897), Escola de Engenharia de Minas Gerais (1911)<sup>6</sup>, Faculdade de Engenharia do Paraná (1912), Instituto Eletrotécnico de Itajubá (1913), Escola de Engenharia de Juiz de Fora (1914), Escola de Engenharia do Pará (1931).

Em abril de 1901 a Escola mudou-se para novas instalações, situadas à Rua João Florêncio, nº 1, esquina da Praça da Piedade, prédio este até hoje existente. Nesse ano, a Escola diploma seus primeiros engenheiros geógrafos.

O ano de 1902 marca a diplomação do primeiro engenheiro civil.

Saliente-se que estes primeiros anos são muito duros, principalmente

---

4 Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

5 A Escola teve solução de continuidade em suas atividades.

6 Escola de Engenharia de Belo Horizonte.

devido à falta de recursos materiais, e exigiram esforços e muita tenacidade dos fundadores da Escola Politécnica para manter sua sobrevivência. Até as subvenções estaduais foram suspensas.

O ano de 1904 mostra um fato curioso: a solicitação por parte da Higiene Municipal de fechamento da Escola por 15 dias e o aconselhamento de vacinação de seus alunos face à *peste levantina*<sup>7</sup>. Há suspensão das aulas com posterior reposição.

Será que quase cem anos após, a dengue nos submeterá às mesmas condições?

Em 1905, a situação melhora com o ingresso de reforço financeiro devido às subvenções estaduais atrasadas. É adquirido o Palacete Salvador, no local onde hoje se situa o Edifício Fundação Politécnica, para abrigar as instalações da Escola, pela importância de 50:000\$000. Em setembro desse ano, muda-se, mais uma vez, a Escola Politécnica. Esta sede, com reformas e ampliações, abrigará a Escola Politécnica até 1960.

O ano de 1906 registra o primeiro diplomado como bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas.

Em março de 1917 é publicada a revista A POLITÉCNICA, conforme registra o professor Archimedes Pereira Guimarães.

No ano de 1923 a Politécnica forma seu primeiro químico industrial, e em 1926 perde, a Escola, o seu fundador Arlindo Coelho Fragoso.

O ano de 1931 representa um reforço substancial para o patrimônio da Escola através do Decreto nº 7.243, de 3 de janeiro de 1931, do Interventor Federal Leopoldo Amaral. Por este Decreto a Politécnica recebe 3.000.000\$000 em apólices inalienáveis de 1.000\$000, cada uma a juros de 6% ao ano.

O ano de 1932 é fundamental para a vida da Escola Politécnica da Bahia. Reunido a 18 de fevereiro, em assembléia geral, o Instituto Politécnico altera seus estatutos e cria a Fundação Escola Politécnica da Bahia.

Vale a pena ressaltar a primeira das bases aprovadas: os fins da Escola Politécnica da Bahia serão os de ministrar o ensino da engenharia em seus diversos ramos, especialmente o da Engenharia Civil, bem como o ensino superior das Ciências Físicas, Matemáticas e Naturais; e, assim, pela formação de técnicos competentes e realização de pesquisas científicas, concorrer para o desenvolvimento econômico e intelectual da Bahia e do Brasil em geral.

---

7 Peste bubônica.

Em 1934, a Escola Politécnica torna-se um Instituto Federal de Ensino, com apoio decisivo de Leopoldo Amaral e Juracy Magalhães, Interventor Federal da Bahia.

O ano de 1937 marca, no Brasil, o advento do Estado Novo, que vai perdurar até 1945. Um dos reflexos deste fato, para a Escola, é registrado pelo professor Archimedes Guimarães (GUIMARÃES, 1957) que é a correspondência de Octavio Mangabeira com a direção da Escola Politécnica:

Detido, em minha casa, pela Polícia, desde o dia 10 de novembro último, quando foi dissolvida por um golpe de Estado, de origem oficial, isto é, de autoria do próprio Governo, a Câmara dos Deputados, um de cujos membros da casa era eu, graças ao voto do eleitorado baiano – estou impossibilitado, materialmente de apresentar-me na ESCOLA que V.Exa. dignamente dirige, para aí reassumir o exercício do cargo de professor catedrático...

516

O ano de 1938 é marcado pela homenagem da Escola a Teodoro Sampaio, dando seu nome ao gabinete de Topografia. A família de Teodoro Sampaio doara à Escola alguns aparelhos que haviam lhe pertencido. Este ano marca ainda a desfederalização da Politécnica que, através do Decreto-Lei nº 305, de 25 de fevereiro, é entregue ao Estado da Bahia.

## A FASE ESTADUAL

Face à nova realidade, há entendimentos mantidos entre a direção da Escola e o Interventor Federal. Estes entendimentos culminam com a nomeação do Prof. Arquimedes Guimarães para diretor da Politécnica, em 13 de novembro de 1939.

A Escola Politécnica ficaria sob administração estadual até 1944. (GUIMARÃES, 1957) Deste período salientamos alguns fatos marcantes. O primeiro destes é o Decreto-Lei nº 11.472 de 11 de novembro de 1939, que aprova o contrato firmado entre A União e o Estado, estabelecendo as condições de transferência da Escola Politécnica da Bahia para o Estado e dispõe sobre a organização da Escola:

**Art.2.** Mantida pelo Estado e diretamente subordinada à Secretária da Educação, a Escola Politécnica continuará a ter como finalidade o ensino da engenharia em seus diversos ramos, bem como o estudo e o ensino superior das ciências matemáticas, físicas e naturais.

**Art. 3.** Haverá na Escola Politécnica da Bahia os seguintes cursos:

Engenheiros civis (5 anos);

Engenheiros eletricitistas (5 anos);

Engenheiros industriais químicos (5 anos).

**Art. 4.** Em cada um dos cursos apontados no artigo anterior serão exigidas as cadeiras e aulas mencionadas nos artigos 142, 143 e 144 do decreto nº 19.852 de 11 de abril de 1931, a saber:

517

Cálculo Infinitesimal - Complementos de Geometria Analítica e Noções de Nomografia;

Complementos de Geometria Descritiva e Elementos de Geometria Projetiva, Perspectiva, Aplicações técnicas;

Mecânica - precedida de Elementos de Cálculo Vetorial;

Topografia;

Física;

Química Tecnológica e Analítica;

- I. Geodésia Elementar: Astronomia de Campo;
- II. Geologia Econômica e Noções de Metalurgia;
- III. Geologia do Petróleo;
- IV. Hidráulica Teórica e Aplicada;
- V. Materiais de Construção. Tecnologia e Processos Gerais de Construção;

- VI. Construção Civil. Arquitetura;
- VII. Higiene Geral. Higiene Industrial e dos Edifícios. Saneamento e Traçado das Cidades;
- VIII. Mecânica Aplicada. Bombas e Motores Hidráulicos;
- IX. Resistência dos Materiais. Grafo-Estática;
- X. Estabilidade das Construções;
- XI. Pontes. Grandes Estruturas Metálicas e em Concreto Armado;
- XII. Termodinâmica. Motores Térmicos e de Ar Comprimido;
- XIII. Estradas de Ferro e de Rodagem;
- XIV. Portos de Mar, Rios e Canais;
- XV. Eletrotécnica Geral;
- XVI. Medidas Elétricas e Magnéticas. Estações Geradoras. Transmissão de Energia Elétrica;
- XVII. Aplicações Industriais da Eletricidade;
- XVIII. Estatística, Economia Política e Finanças;
- XIX. Tecnologia Industrial;
- XX. Tecnologia do Petróleo;
- XXI. Organização das Indústrias. Contabilidade Pública e Industrial. Direito Administrativo. Legislação;
- XXII. Química Inorgânica;
- XXIII. Química Orgânica e Elementos de Bioquímica;
- XXIV. Química Analítica;
- XXV. Química Industrial;
- XXVI. Zoologia e Botânica Tecnológicas;
- XXVII. Física Industrial;
- XXVIII. Química, Física e Eletroquímica;
- XXIX. Metalurgia com Desenvolvimento da Siderurgia;
- XXX. Tecnologia Mecânica e Instalações Industriais;
- XXXI. Desenho à Mão Livre;
- XXXII. Desenho Técnico.

**Art. 5.** A seriação das disciplinas será a da Escola Nacional de Engenharia com alterações que a Congregação da Escola Politécnica da Bahia julgar convenientes, de acordo com a legislação federal.

[...]

**Art. 7.** O corpo docente da Escola Politécnica da Bahia constituir-se-á, de acordo a legislação federal, de:

- a) docentes livres;
- b) professores de aula;
- c) assistentes.

[...]

**Art. 17.** Serão órgãos da Direção e da Administração da Escola:

- a) o diretor;
- b) o Conselho Técnico-Administrativo;
- c) a Congregação.

Um outro ponto a ser ressaltado são os valores das taxas e emolumentos cobrados à época, exemplificados a seguir:

- a) Inscrição em exame vestibular: 80\$000;
- b) Matrícula em cada ano: 60\$000;
- c) Guia de transferência: 100\$000;
- d) Inscrição em defesa de tese: 150\$000;
- e) Diploma de terminação de curso: 50\$000;
- f) Diploma de Doutor: 300\$000;
- g) Certificado de curso de especialização: 50\$000;
- h) Certificado de aperfeiçoamento: 25\$000.

519

O professor Leopoldo Amaral, que já vinha há alguns anos se dedicando aos estudos para implantação de um Instituto de Tecnologia, apresenta proposta à Congregação da Politécnica em 1940. O diretor da Escola, Prof. Archimedes Guimarães, instado pelo governo do Estado a se pronunciar sobre os estudos do professor Leopoldo Amaral, conclui:

Sou de parecer, portanto, que o Estado da Bahia, pelo seu Governo e pela Prefeitura da Capital apóie, sem reservas, a proposta do professor Leopoldo Amaral, criando, anexo à Escola Politécnica centro propulsor do seu progresso, como viria a ser em pouco tempo o Instituto de Tecnologia. (GUIMARÃES, 1957)

Várias gestões foram feitas junto ao Estado e à Prefeitura Municipal do Salvador sem resultados. Em 15 de dezembro de 1943, o Decreto-Lei nº 114,



do novo interventor federal, alterava a organização da Escola Politécnica e incluía no artigo 23: “Anexo à Escola Politécnica funcionará um Instituto de Tecnologia, que se regerá por um Regulamento especial”.

Até o final da gestão da Politécnica, pelo Estado da Bahia, a existência deste Instituto não se concretizou.

O Decreto nº 9.737, de 24 de janeiro de 1946, federaliza a Escola Politécnica da Bahia, que é integrada à Universidade da Bahia pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946.

O ano de 1947 marca o lançamento da revista *EPUB*, órgão oficial do Diretório Acadêmico da Escola Politécnica da Universidade da Bahia.

## ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

520

O regimento Interno da Escola Politécnica da Universidade da Bahia (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1949) aprovado pelo Conselho Universitário em 20 de outubro de 1949, diz:

**Art. 2.** O ensino da Engenharia, visando à formação profissional, é ministrado nos seguintes cursos de graduação:

- a) Engenheiros Civis;
- b) Engenheiros Eletricistas;
- c) Engenheiros Industriais Químicos;

**Parágrafo único:** A Congregação da Escola reconhece a necessidade da instalação de mais os seguintes cursos de graduação:

- a) Engenheiros Industriais Mecânicos;
- b) Engenheiros Industriais Metalurgistas;
- c) Engenheiros de Minas.

**Art. 3.** Além dos cursos de graduação, a Escola ministrará cursos de:

- a) aperfeiçoamento;
- b) especialização;
- c) pós-graduação;
- d) extensão universitária.

Com a aquisição do terreno de 87.000m<sup>2</sup> na Rua Aristides Novis, na Federação, a 7 de maio de 1953, inicia-se uma nova etapa na vida da Escola e já a 9 de julho o professor Edgard Santos, reitor, designa a Comissão de Planejamento e Projeto do Conjunto Politécnico, através da Portaria n° 50: Presidente: Prof. Carlos Furtado de Simas; EPUB: Prof. Tito Vespasiano Augusto César Pires; Curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes: Diógenes Rebouças e Fernando Leal; e o Eng° Silvio Mendonça, do Serviço de Obras da Reitoria.

Em março de 1954, já estava exposta a maquete do futuro Conjunto Politécnico, no vestibulo da Reitoria.

O Conjunto Politécnico foi projetado com quatro blocos principais: “com capacidade para uma população escolar de 1600 alunos”. (TARQUÍNIO, 1960) Funcionalmente eram assim previstas suas utilizações:

**Bloco I** - (o único construído) - para fins didáticos, pesquisas, biblioteca e administração;

**Bloco II** - um pavimento para assistência às indústrias através de usinas piloto, pavimentos para as matérias de física, química e eletricidade e a parte prática do ensino dos cursos de engenharia elétrica e engenharia química;

**Bloco III** - oito anfiteatros para 200 alunos cada, destinados às aulas teóricas, e salas para professores e alunos;

**Bloco IV** - Grande Anfiteatro para 2000 pessoas;

Além disso, faziam parte, complementando o conjunto: “[...] uma pequena barragem e uma usina hidroelétrica, destinadas às práticas de hidráulica e mecânica aplicada, além de secções para modelos de hidrodinâmica”. (TARQUÍNIO, 1960)

Conta-nos o professor Mário Tarquínio, em seu livro *O conjunto politécnico*:

[...] seu novo prédio, a Escola Politécnica dispõe de todas as condições necessárias para se instalar convenientemente e promover o ensinamento eficiente dos vários ramos da engenharia nos seguintes cursos de graduação: engenheiros civis; engenheiros eletricitas; engenheiros industriais químicos; curso especial de engenharia de petróleo. Já está prevista a criação dos cursos de engenheiros industriais mecânicos e engenheiros de minas e metalurgia bem como o desdobramento do curso de engenheiros civis nas três seguintes especializações: estruturas, transportes, higiene e saneamento. (TARQUÍNIO, 1960)

Em 1960, com somente o bloco I construído, era a sede da Escola é transferida para onde está até os dias atuais. (TARQUÍNIO, 1960)

Também em 1960, volta a circular, após nove anos de interrupção, a revista *EPUB*, publicação do Diretório Acadêmico da Escola Politécnica da Universidade da Bahia.

A partir de 1960, a Escola Politécnica continuou a se expandir. Inúmeros cursos de aperfeiçoamento, incontáveis cursos de extensão e diversos cursos de especialização em parcerias com empresas, como os cursos de especialização em engenharia de equipamentos (CENEQ), nos anos de 1966 e 1967, feitos em parceria com a Petrobras.

Em 1965, a Escola implanta o curso de Engenharia Mecânica.

A Politécnica continua com seu trabalho de extensão e diversos cursos são realizados em parcerias com empresas como Petrobras, Coelba, Telebahia, Odebrecht, Eletrobrás e tantas outras.

522

O ano de 1981 marca a criação do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental a partir de quarenta vagas retiradas do curso de Engenharia Civil.

Em 1984 é instalado o curso de Engenharia de Minas.

A Escola continuou sua tarefa de formar quadros de profissionais para a sociedade baiana e brasileira e, no afã de atender às demandas sociais, postergou a implantação de seus cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Somente em setembro de 1987 era criado seu primeiro mestrado: em Engenharia Química. Este mestrado teve o apoio decisivo das empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari e do convênio com a Unicamp, que, através do professor João Pereira e de outros professores, colaborou na implantação do curso. No final de 1993 a Câmara de Pós-Graduação da UFBA aprovava o curso de Mestrado em Engenharia Elétrica, que começaria efetivamente em março de 1994. O ano de 1995 traz a aprovação do curso de Mestrado em Engenharia da Produção. O Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana data de 1997.

Atualmente, diversos projetos estão sob análise e o último curso de mestrado foi aprovado em 2001: em Tecnologias Limpas.

A Escola Politécnica, ao longo de sua existência, aumentou não só o número de seus cursos e de suas atividades, como também o número de vagas. Desde 1999 a Politécnica oferece 470 vagas para ingresso, assim distribuídas:

a) Engenharia Civil 160;

- b) Engenharia Elétrica 80;
- c) Engenharia Mecânica 80;
- d) Engenharia Química 80;
- e) Engenharia Sanitária e Ambiental 40;
- f) Engenharia de Minas 30.

Encontra-se na Câmara de Graduação o projeto para implantação do curso de Engenharia de Produção com previsão de 80 vagas, sendo 40 vagas diurnas e 40 vagas noturnas.

A Escola Politécnica é hoje não só a maior unidade da Universidade Federal da Bahia — com os seus 6 cursos de graduação, 5 de mestrado, 16 cursos de especialização e diversos cursos de extensão e seus cerca de 3000 alunos entre graduação e pós-graduação — como também o maior centro de ensino de Engenharia da Bahia.

523

## PERSPECTIVAS FUTURAS

Embora seja, atualmente, a maior escola de Engenharia da Bahia, a Politécnica necessita se reestruturar para atender as necessidades sociais do estado da Bahia e da região.

A Bahia, que tem uma superfície maior que a da França, o maior litoral do Brasil e população de 13 milhões de habitantes, possui, hoje, menos de 4.000 alunos em Engenharia.

As carências existentes nas áreas de habitação, saneamento básico, transportes, energia comunicações etc., além da necessidade de novos materiais, novas tecnologias com maior valor agregado ao produto e respeito aos aspectos ecológicos, apontam para a necessidade de uma reestruturação da Escola. (COSTA, 2001)

As perspectivas futuras têm opções bastante amplas, e vão desde um Centro Tecnológico que atue decisivamente na geração de novas tecnologias que atendam as necessidades sociais de nossa região até a uma instituição limitada a simples missão dos conhecimentos existentes e de modo precário. Esta última tese, certamente, jamais passou pela mente dos fundadores da Escola Politécnica da Bahia.

Se, hoje, não mais vivemos num ambiente de baixa solicitação tecnológica, como ressaltou, à época, o reitor Augusto Mascarenhas, não

vivemos também num ambiente totalmente favorável ao desenvolvimento de pesquisas aplicadas, vistas ainda, por alguns setores acadêmicos, como algo impuro, apesar da criação dos fundos setoriais.

## COMO SERÁ A ESCOLA POLITÉCNICA EM 2012?

A Escola Politécnica poderá ser desde uma simples instituição de ensino universitário até um Centro Tecnológico de Referência. A Escola será o que a sua comunidade quiser que ela seja.

## REFERÊNCIAS

524

COSTA, C. A. da. *A necessidade de reestruturação da Escola Politécnica da UFBA*. Salvador: EDUFBA, 2001.

GUIMARÃES, A. P. *Escola Politécnica da Bahia*. Salvador: Fundação Escola Politécnica da Bahia, 1972.

\_\_\_\_\_. *A Escola Politécnica da Bahia sob a administração do Estado de 1940 a 1944*. Salvador: Fundação Gonçalo Muniz, 1957.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, A. (Org.). *Consolidação das leis e atos oficiais de exercício da engenharia, arquitetura e agrimensura*. Rio de Janeiro: CONFEA, 1942.

TARQUINIO, M. *O conjunto politécnico*. Salvador, 1960.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Regimento Interno da Escola Politécnica*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1949.

**MEMÓRIA HISTÓRICA DO DEPARTAMENTO DE  
PSICOLOGIA, ATUAL INSTITUTO DE PSICOLOGIA: SUA  
CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

*Mercedes Cunha Chaves de Carvalho  
Nádia Maria Dourado Rocha  
Eduardo Saback Dias de Moraes <sup>1</sup>*

O ensino da Psicologia no Brasil é bastante anterior à regulamentação da profissão de psicólogo, ocorrida no ano de 1962. Este ensino se dava, primeiro, nas Escolas Normais e, posteriormente, no Ensino Superior. As Faculdades de Filosofia, por abrigarem cursos de Filosofia e de Pedagogia, foram das primeiras Instituições de Ensino Superior a manter o ensino sistemático da Psicologia. Na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal da Bahia, havia, como em todo o Brasil, cadeiras de Psicologia. Na Bahia havia duas. A primeira, nomeada simplesmente

---

<sup>1</sup> Professores aposentados da UFBA, ex-integrantes do Departamento de Psicologia.

Psicologia, pertencia ao curso de Filosofia, sendo seu titular o professor João Ignácio de Mendonça.

João Mendonça, médico psiquiatra, herdeiro, como tantos outros, dos ensinamentos de Medicina Social ministrados por Nina Rodrigues, colega de Artur Ramos, com quem dividiu a láurea e o prêmio Alfredo Brito ao formar-se, ex-diretor do Manicômio do Estado (Hospital Juliano Moreira), membro do Conselho Penitenciário e que fazia parte do quadro de professores fundadores da Faculdade de Filosofia, foi o idealizador e fundador do curso de Psicologia.

A segunda cadeira, denominada Psicologia Educacional, tinha como titular o Prof. Isaías Alves de Almeida. Uma das lacunas existentes nas Histórias da Psicologia no Brasil é, justamente, a pouca atenção dada à importância de Isaías Alves na formação de quadros para a Psicologia na Bahia. As referências se dirigem apenas a sua atuação no Rio de Janeiro, colaborando para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência, no período de 1924 a 1935. Neste intervalo, passou algum tempo nos Estados Unidos, onde se aprimorou no uso de testes e medidas psicológicas, bem como na metodologia de pesquisa em estudos longitudinais do desenvolvimento infantil, que utilizou na observação de três dos seus filhos, a exemplo do que fizeram Charles Darwin (1809-1882) e Jean Piaget (1896–1980). Este material está a merecer um trabalho de análise para publicação. Entretanto, o grande mérito do professor Isaías Alves é o de ter criado a Faculdade de Filosofia da Bahia, atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH).

As duas matérias, Psicologia e Psicologia Educacional, desdobravam-se em várias disciplinas durante uma graduação de quatro ou cinco anos, conforme a opção por apenas um título (licenciado ou bacharel) ou pelos dois títulos. A exigência de no mínimo quatro anos de estudos superiores foi uma inovação baiana instituída desde o início dos anos 1950, após a federalização da Universidade.

A Psicologia no currículo do Curso de Filosofia, da qual o Departamento de Psicologia, constituído pela Reforma de 1968, foi herdeiro, comportava várias disciplinas com títulos diversos:

- Psicologia Geral (onde se estudavam os processos psicológicos básicos normais e História da Psicologia;
- Psicologia da Personalidade, incluindo Teorias e Sistemas Psicológicos;

- Psicologia Social, cujos temas privilegiados eram, além dos conceitos e métodos, status e papel, grupos, organizações, maiorias e minorias, necessidades humanas socializadas, liderança, contemplando os modelos americanos, ingleses e franceses;
- Psicologia Diferencial, onde era possível aprender as noções de mensuração e medidas em psicologia;
- Psicopatologia, que abordava os transtornos psíquicos e suas formas clínicas.

Com grande carga horária, por serem os cursos anuais, possibilitavam essas disciplinas um aprofundamento do conteúdo, bem como uma aprendizagem efetiva, respaldada por uma prática diversificada, iniciativa do professor João Mendonça, que já se preocupava com a formação de quadros para um curso específico de Formação de Psicólogo, pelo qual já vinha pugnando. Foi acusado, posteriormente, de ter “inchado” o Curso de Filosofia com um excessivo conhecimento psicológico.

527

A Psicologia Educacional, pertencente ao currículo do curso de Pedagogia, tinha seus conteúdos desdobrados em disciplinas que se estendiam, igualmente, pelos quatro anos da formação em Pedagogia, e constituíam a essência desta formação. Os alunos desses dois cursos, Filosofia e Pedagogia, viriam a compor os primeiros quadros de psicólogos da Bahia. Cumpre registrar que, na Reforma de 1968, as disciplinas ligadas à Psicologia Educacional foram confiadas à recém-criada Faculdade de Educação.

Os alunos oriundos destes dois cursos, Filosofia e Pedagogia, vieram a ser os primeiros psicólogos da Bahia por força da Lei nº 4.119/62: Alice Costa, Caio Flamínio Silva de Carvalho, Cidália Dias Mendez, Leopoldo Roberto Martins de Carvalho, Mercedes Cunha, Moema Araújo, Romélia Santos, Urânia Tourinho Peres e Zélia Madeira.

Quando da regulamentação da profissão, a comissão de especialistas composta pelo MEC com os professores Carolina Martuscelli Bori, Enzo Azzi, Lourenço Filho, Pedro Parafita de Bessa e Padre Antonius Benko regulamentou também os critérios contidos na legislação para conceder o registro de psicólogo àqueles que já exerciam funções compatíveis com o título. Esses critérios incluíam: tempo de serviço comprovado em funções públicas caracterizadas como de psicólogo (cinco anos); e o ensino, em Curso de Pós-Graduação, de disciplinas com títulos psicológicos. Quando esses critérios não eram atendidos, os profissionais precisavam cumprir outras



exigências, ou até mesmo cursar Psicologia. Muitos destes novos psicólogos tornaram-se professores do Curso de Psicologia.

A Reforma Universitária de 1968 extinguiu o regime de cátedras, vigente desde a origem das Universidades, e instituiu como unidade básica os Departamentos. Norteava esta reforma um princípio ao mesmo tempo econômico e centralizador, na medida em que evitava duplicação de custos e de esforços administrativos. A referida Reforma criou também os regimes de trabalho e a carreira docente.

Constituídos os Departamentos, os professores passaram a atuar nestas unidades básicas, que distribuíam suas cargas horárias em consonância com a demanda dos vários cursos que necessitavam das disciplinas por eles oferecidas. No caso específico da Psicologia, a criação do Departamento se deu como consequência quase obrigatória da criação deste curso, ocorrida em 1968, ou seja, quase em concomitância com a Reforma Universitária.

528

O Curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia foi tardiamente criado. A profissão de psicólogo no Brasil foi regulamentada pela Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962. Entretanto, havia uma forte resistência para a criação do curso de Psicologia por parte do Conselho Universitário, ainda dominado pelas três Escolas tradicionais: Medicina, Direito e Politécnica. Durante dez longos anos o professor João Mendonça persistiu lutando contra a resistência, que se iniciava no seio da própria Faculdade de Filosofia. Então, algumas circunstâncias especiais permitiram, finalmente, a criação do curso em 1968:

- O bom relacionamento do Prof. Joaquim Batista Neves, nessa ocasião diretor da Faculdade de Filosofia, com o então reitor da própria universidade, Prof. Roberto Santos, possibilitou algumas chances para essa Faculdade, sempre tão desprestigiada.
- A convivência do reitor Roberto Santos com a Profa. Carolina Bori, na SBPC, permitiu a diminuição do preconceito contra a Psicologia.
- A percepção, pelo diretor da Faculdade, Prof. Batista Neves, de que a criação do Curso de Psicologia poderia representar a revitalização da FFCH, tão esvaziada pela Reforma Universitária, que, ao criar os Institutos de Biologia, Física, Geociências, Letras, Matemática, Química, e também a Faculdade de Educação, retirou-lhe os cursos respectivos.

- Poderíamos também dizer que a criação do curso tornou-se um fato social coercitivo, pois, pela regulamentação da profissão, as Universidades Públicas deveriam assumir seu papel formador de profissionais, impedindo a proliferação de agências formadoras espúrias e o reforço do charlatanismo reinante.

Iniciado o curso, um ano depois, foi necessária a criação e instalação do Departamento. Os primeiros professores do Departamento de Psicologia foram João Mendonça, Romélio Aquino, Mercedes Cunha e Manoel Carlos de Mendonça, que, em 1968, tinham criado o Curso de Psicologia. Para a constituição do Departamento foram alocados professores oriundos de outras unidades: Medicina, Educação e Administração.

Nos dez primeiros anos juntaram-se: Eduardo Saback Dias de Moraes<sup>2</sup> (1969), Caio Flamínio de Carvalho<sup>3</sup>(1969), Luiz Fernando Pinto<sup>4</sup>(1969), Leopoldo Roberto Martins de Carvalho<sup>5</sup> (1969), Urânia Maria Tourinho Peres (1970), Sira Tahin Lopes (1970), Antonio Rodrigues Soares (1970), Maria Helena Fontes (1970), Maria Eugênia Vianna Nery (1971) Hélio Soares de Brito (1971), Marilena Ristum (1971), Márcia Regina Bonagamba (1971), Gilda Bacal Fucs (1971), Maria Conceição Vieira Gonçalves (1972), Doreen Barreto Rosas<sup>6</sup>(1972), Irineu Fileto Gomes (1972), Marlene Aparecida Gonzáles (1972), Vera Regina Otero (1972), Mario Henriques Soares Nascimento (1972), Moema Araújo dos Santos (1972), Gizelda Santana Moraes (1972), Anamélia Araújo de Carvalho (1973), Eglê Vieira Duarte (1973), Regina Glória Nunes Andrade (1973), Jairo Sampaio Gerbase (1974), Nádia Maria Dourado Rocha (1974), Newton dos Santos Silva (1974), Maria Luiza do Patrocínio Cavalcante (1974), Ildenor Mascarenhas Cerqueira (1975), Francisco Martins Ferraz (1975), Nilma de Castro Meira (1975), Romélia Santos (1976), Sandra Guimarães (1976), Zorilda Santos Góes (1976), Angelina de Aragão Bulcão Soares Nascimento (1976), Sônia Maria Costa de Amorim (1977), Sônia Maria Rocha Sampaio (1977), Maria das Graças Barral (1977), Júlia Cristina Lobão Schaer (1977), Tereza Cristina Caribé de Araújo Pinho (1977), Maria Eunice Lobo Ferreira

---

2 Que trabalhou voluntariamente durante a ano letivo de 1969.

3 Originariamente do Departamento de Psiquiatria.

4 Oriundo do Departamento de Psiquiatria.

5 Vindo da Faculdade de Administração.

6 Vinda do Departamento de Educação.

Lima (1977), Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (1977), Liana Gonçalves Pontes Sodré (1977), Márcia Myriam Gomes (1977), Sônia Regina Pereira Fernandes (1978).

Ressalte-se que este não foi um quadro estável. Houve professores que só permaneceram por um curto período. Nos dez primeiros anos, o Departamento perdeu um professor por falecimento; 15 desistiram por opções pessoais; e três fizeram opção por outros departamentos na própria UFBA. Destes professores, 10 foram alunos do próprio curso de Psicologia.

Com o falecimento de João Mendonça ocorreu a vacância da cátedra I de Psicologia, o que coincidiu com o processo de criação dos Departamentos. O Prof. Joaquim Batista Neves, então diretor da Faculdade assume pro-tempore a Chefia do Departamento até a eleição do primeiro chefe, o Prof. Eduardo Saback Dias de Moraes, que depois foi reeleito por mais um biênio.

530

Nos dez primeiros anos o Departamento teve três chefes; o primeiro, já referido; seguido da professora Gizelda Santana Moraes, doutora pela Universidade de Lyon, transferida da Universidade Federal de Sergipe e que, posteriormente, foi co-participante na criação de um dos primeiros mestrados da UFBA, o Mestrado em Educação, do qual foi também coordenadora. O terceiro chefe de Departamento foi o Prof. Mário Henrique Soares Nascimento, também reeleito por mais um biênio.

Nos 37 anos de existência chefiaram ainda o Departamento de Psicologia os seguintes professores: Antonio Marcos Chaves, Domingos Barreto de Araújo, Doreen Barreto Rosas, Ildenor Mascarenhas Cerqueira, Maria Eugênia Vianna Nery, Marilena Ristum, Marcus Vinicius de Oliveira Silva, Nádia Maria Dourado Rocha e Zorilda Santos Góes.

Para atender as demandas de oferta de disciplinas, o Departamento inicialmente realizava seleções para Professor Auxiliar de Ensino e, depois, seleções para a função de Professor Colaborador. Criado que foi o Departamento no período militar, não dispunha de um quadro funcional definido e não eram abertas vagas de concurso para provimento de cargos docentes.

O primeiro concurso para Professor Assistente ocorreu em 1970, tendo sido aprovado o Prof. Antonio Rodrigues Soares. Só em 1978 houve outro concurso, também para Professor Assistente, no qual foram aprovados os professores Gilda Fucs, Hélio Soraes de Brito, Maria Eugênia Nery, Nadia

Maria Dourado Rocha e Nilma de Castro Meira, que, à exceção da primeira, já pertenciam ao Departamento na categoria de Auxiliares de Ensino.

O quadro funcional permanente de funcionários estatutários estava em extinção e todos os demais professores foram admitidos por contrato, regidos pela CLT. Pertenciam ao quadro permanente, como estatutários, apenas os professores Antonio Soares Rodrigues, Leopoldo Roberto Martins de Carvalho e Mercedes Cunha, que já eram professores da UFBA antes da criação do Departamento.

O Departamento de Psicologia, em 1979, possuía 33 professores, com grande contingente de professores horistas, contratados para suprir lacunas no planejamento didático.

## QUALIFICAÇÃO DOCENTE

A maioria dos docentes era constituída por professores com título de especialista, seguidos por professores com mestrado em curso, seis mestres, três doutores e três professores com doutorado em curso.

É evidente o esforço realizado pelo Departamento no processo de qualificação docente. O investimento feito tinha como objetivo não só a melhoria de qualidade de ensino de graduação, mas também a perspectiva de implantação de um programa de pós-graduação *strictu sensu* que só viria concretizar-se 30 anos depois.

Este objetivo era perseguido com o sacrifício daqueles colegas que permaneciam a postos, uma vez que as políticas públicas na Educação, nesta fase, não permitiam a contratação temporária de professores para substituir aqueles que estivessem cursando pós-graduação. Era, portanto, necessário um esforço de remanejamento dos demais colegas, com o aumento de suas cargas horárias.

No início da década de 1970, o Departamento chegou a apresentar à Universidade de São Paulo (USP) candidatos à pós-graduação que ainda não eram professores e que se comprometeram a, no retorno, ingressar no Departamento. Permitiu ainda o afastamento de docentes para concluírem a pós-graduação e inscreveu seus docentes no programa de Capacitação Docente (PICD/Capes), tendo sido atendido um grande contingente nos anos 1970, 80 e 90. Em 1979 as professoras Nádía Rocha e Anamélia Carvalho defenderam tese de doutorado na

Universidade de São Paulo, sendo as primeiras do Departamento a obter tal titulação.

Em 1981, por força do Decreto nº 85 487, de dezembro de 1980, firmado pelo então presidente da República João Batista Figueiredo, todos os professores colaboradores que haviam sido admitidos até 31/12/1979 foram promovidos e efetivados na classe inicial de Professor Assistente. Este Decreto deu a estrutura atual à carreira universitária, que passou a ser composta por quatro classes (Auxiliar, Assistente, Adjunto e Titular).

Em 1982, o Departamento aceitou a primeiro pedido de transferência de docentes oriundos de outras Universidades Federais, recebendo, a partir de então, os professores Betty Malin, do Rio de Janeiro (UFRJ); Ildenor Mascarenhas, do Pará (UFPA); Vera Lúcia Rocha, de Santa Catarina (UFSC); Antonio Marcos Chaves e Evenice Santos Chaves, do Pará (UFPA); Marcos Emanuel Pereira e Sonia Gondim, de Minas Gerais (UFMG); Maria Alice Brito, de Alagoas (UFA); e Ilka Dias Bichara, de Sergipe (UFS).

532

## ATRIBUIÇÕES DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

O Departamento de Psicologia tem como uma de suas principais atribuições atender prioritariamente ao Curso de Psicologia (Licenciatura, Bacharelado e Formação de Psicólogo). Ademais, deve atender a demanda de todos os cursos da UFBA que tenham em seus currículos disciplinas de conteúdo psicológico.

O Departamento deveria oferecer disciplinas a cursos de quase todas as áreas do conhecimento, tanto de currículo mínimo (nomenclatura utilizada na época) como Complementares Obrigatórias e Complementares Optativas.

Na área III (Ciências Humanas), estas disciplinas precisavam ser oferecidas a todos os alunos, já que eram imprescindíveis para a integralização curricular. Já as disciplinas optativas podiam ser oferecidas para um número menor de alunos.

Das disciplinas oferecidas pelo Departamento, 38 constavam apenas dos currículos dos cursos de Psicologia.

Destas 38 disciplinas apenas duas do elenco de optativas nunca foram oferecidas — Psicologia Criminal e Psicologia Transcultural — por não ter havido possibilidade de contratação de docentes especializados, por carência

de formação nestas áreas específicas, não só na Bahia, mas na maioria dos Estados brasileiros.

Pela grande carga horária semestral necessária para o atendimento das demandas, o Departamento de Psicologia não tinha condições de atender pedidos de alguns colegiados de cursos para matrícula de alunos que gostariam de cursar disciplinas de Psicologia como disciplinas eletivas.

Este enorme conjunto de atribuições não teria sido administrável sem a preciosa colaboração da secretária do Departamento, Jovita Alves da Silva, que, como única funcionária durante os primeiros vinte anos, serviu a chefes, professores e alunos com esmero e dedicação.

Posteriormente, o dispositivo administrativo do Departamento foi reforçado por Domingos Barreto de Araújo e Jorge Luiz Lordelo de Sales Ribeiro, que depois se tornaram professores do curso.

## ESPAÇO FÍSICO

533

O Departamento de Psicologia sempre teve problemas de espaço físico para alocar suas atividades, porque fugia dos padrões dos demais cursos da FFCH. Por seu atendimento precípua ao Colegiado do Curso de Psicologia deveria, por força da lei que regulamentou a profissão de psicólogo, alocar dependências especiais para abrigar um laboratório equipado para o ensino de métodos, procedimentos e técnicas utilizadas em Psicologia Experimental, bem como um Serviço de Psicologia para atender à comunidade, no qual os alunos supervisionados pelos professores cumpriram o Estágio Curricular de 500 horas.

O Departamento foi instalado quando o curso de Psicologia ainda funcionava no prédio da antiga Faculdade de Filosofia em Nazaré (onde antes era a Escola Normal da Bahia). Quando da transferência da FFCH para o antigo prédio da Faculdade de Medicina da UFBA, no Terreiro de Jesus, em 1969, o Departamento de Psicologia foi o primeiro a se mudar. Em 1974, a FFCH novamente é transferida, desta feita para o antigo prédio do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) na Estrada de São Lázaro, quando então o Departamento passa a funcionar numa pequena sala, no segundo pavimento do prédio da Administração. Pelas suas atribuições cada vez maiores foi posteriormente transferindo-se para instalações progressivamente mais amplas. Dada a quase indissociabilidade entre o

Departamento de Psicologia e o Colegiado do Curso de Psicologia cujo atendimento era feito quase que exclusivamente pelo Departamento, como já comprovado, nos primeiros anos ambos compartilhavam os mesmos espaços, muitas vezes sem divisórias ou com divisórias simbólicas estabelecidas pela colocação de armários ou estantes.

## LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL

Implantado o currículo mínimo do Curso de Psicologia, era necessário, para sua execução, que fosse ministrada a matéria Psicologia Geral e Experimental, composta por várias disciplinas.

534

Inicialmente foram oferecidos aos alunos do curso os conteúdos de Psicologia Geral, envolvendo tópicos da História da Psicologia, conceitos, métodos, procedimentos e técnicas. Deveriam suceder a estes conteúdos aqueles referentes aos princípios básicos da aprendizagem descritos pela Análise Experimental de Comportamento, devidamente testados em laboratório (conforme exigência do Conselho Federal de Educação para o reconhecimento dos Cursos de Psicologia). Para tanto, era imprescindível a instalação do Laboratório de Psicologia Experimental nos moldes do que já havia em São Paulo, na USP.

Informado pelo Prof. João Ignácio de Mendonça de que a professora Carolina Bori era a mais indicada para orientar a criação do laboratório, pelas suas experiências anteriores de implantação de laboratórios, tanto em São Paulo como em Brasília, o professor Joaquim Batista Neves, então diretor da Faculdade de Filosofia da UFBA, fez contato inicial com a professora Carolina, que se prontificou em ajudar na solução do problema. Numa breve estrada em Salvador, a professora Carolina sensibilizou alunos e professores, bem como convenceu o reitor Roberto Santos da necessidade de disponibilizar recursos financeiros e humanos para concretização desse propósito. O Departamento enviou então o Prof. Manoel Carlos Mendonça a São Paulo para os primeiros contatos com o Departamento de Psicologia Experimental da USP, onde fotografou instalações e levantou as condições mínimas necessárias para um similar na Bahia.

A professora Carolina providenciou a vinda do professor Mario Guidi, em 1971, para instalar o Laboratório de Psicologia Experimental, nas dependências da FFCH no Terreiro de Jesus; manteve ainda contatos com

o Departamento de Psicologia da USP — Campus de Ribeirão Preto — para a vinda dos primeiros docentes para ministrar Psicologia Experimental na UFBA.

As primeiras professoras eram, à época, psicólogas recém-formadas e altamente recomendadas pelos professores do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

Em 1971, vieram Marilena Ristum, que posteriormente, transferiu para a Bahia e ainda hoje compõe o corpo docente do Departamento de Psicologia (atual Instituto de Psicologia) e Márcia Bonagamba; em 1972, Vera R. C. Otero e Marilene A. Gonzáles.

Finalmente, em 1973, após dois anos de contratos provisórios, pois as professoras que vieram inicialmente não se disponibilizaram para maior permanência por força de seus projetos de pós-graduação, foi mais uma vez a professora Carolina Bori quem, sabiamente, fez o convite — este, sim, definitivo — à professora Anamélia Araújo de Carvalho, que finalizara seu mestrado na USP com dissertação em pesquisa básica, mas não encontrara na Universidade Federal da Paraíba, de onde viera, condições satisfatórias para seu aproveitamento na área para qual acabara de qualificar-se, por não ter sido ainda criado o Curso de Psicologia naquela instituição.

535

## SERVIÇO DE PSICOLOGIA

A luta pelo Serviço de Psicologia é anterior à sua própria criação, exigência legal prevista na Lei 4.119/62, que regulamentou a formação e o exercício profissional do psicólogo, como *locus* privilegiado para o treinamento profissional. O Serviço de Psicologia deveria ser assegurado pela instituição formadora.

Por este motivo, desde o anteprojeto de criação do Curso de Psicologia a proposta já continha algumas alternativas possíveis, visto que o problema de recursos financeiros de manutenção das unidades universitárias já rondava o cenário nacional.

Sabiamente, o professor João Mendonça sugeriu, no projeto do curso, um serviço que fosse autossustentável com a simples cobrança de pequenas taxas pelos atendimentos prestados à comunidade, a exemplo de outras taxas já cobradas pela Universidade, que não feriam os princípios da educação pública. Por algum tempo o professor Mendonça imaginou que a estrutura



existente do Instituto de Orientação Vocacional (IDOV) da UFBA, criado pelo reitor Edgard Santos, poderia vir a ser o futuro Serviço de Psicologia da UFBA, exigido para a criação do Curso de Psicologia.

Mais uma vez, foi a Reforma de 1968 que inviabilizou este projeto, porquanto extinguiu os órgãos suplementares, entre os quais o IDOV e os Institutos de Estudo de Línguas.

Foi assim que, ao tempo em que se criava o Curso de Psicologia, paradoxalmente se extinguiu o IDOV, tendo como consequência a perda de um material inestimável para estudos e pesquisas, resultado de 10 anos de funcionamento, evidenciando como, não raramente, políticas públicas podem ser contraditórias.

Assim foi que, nos dez primeiros anos de existência, o Curso de Psicologia da UFBA não conseguiu atender a essa exigência legal.

Os estágios curriculares eram realizados em instituições públicas e particulares, geralmente contatadas pelos professores supervisores, que se empenhavam em acompanhar os referidos estágios.

536

Em 1978, o Conselho Federal de Educação, através do parecer da relatora do processo de reconhecimento do Curso de Formação de Psicólogo, condicionou sua aprovação à criação do Serviço de Psicologia.

Em regime de urgência, a Direção da FFCH cedeu espaço físico para sediar o Serviço de Psicologia, a ser implantado.

Uma pequena casa situada no terreno da Faculdade, que antes abrigava um pequeno Museu do Departamento de Antropologia, foi o espaço destinado. As instalações eram tão precárias que foi preciso uma pequena reforma que possibilitasse sua utilização. Não houve, entretanto, disponibilidade nem de recursos financeiros nem humanos, faltando pessoal de apoio que garantisse seu funcionamento. Uma pequena verba garantida no processo de reconhecimento foi que permitiu a reforma e a compra do material mínimo necessário ao funcionamento, bem como a elaboração de um regimento.

Discutido o Regimento apresentado, foram eleitos os professores Mercedes Cunha e Hélio Soares de Brito, respectivamente, para as funções de diretor técnico e supervisor de Estágio do Serviço de Psicologia.

Constatado que foi em trabalho de pesquisa, o qual resultou na dissertação de Mestrado da Profa. Mercedes Cunha, que o Curso de Psicologia da UFBA apresentava um forte viés clínico na formação de

psicólogos, foi feita pela referida professora uma “Proposição Educacional” cuja pretensão era minimizar o viés clínico no papel social do psicólogo, a partir de trabalhos comunitários voltados para populações de baixa renda.

Daí surgiu o projeto “Alto das Pombas”, que consistiu em trabalhos junto às instituições presentes na comunidade: creche, associação de moradores, igreja, por exemplo. Os trabalhos desenvolvidos, pioneiros na Bahia pela sua natureza, desenvolvidos pelos professores Anamélia Carvalho, Hélio Brito e Mercedes Cunha, tiveram como princípios éticos básicos a devolução permanente de ganhos à população-alvo das intervenções e das pesquisas.

Os três professores sustentaram estes trabalhos durante os cinco primeiros anos de atuação do Serviço de Psicologia; além dos projetos específicos e programas desenvolvidos, prestaram atendimentos terapêuticos a crianças, adolescentes e seus familiares, na própria sede do Serviço, sempre que se fazia necessário.

Em abril de 1980, dado o afastamento da professora Mercedes para cumprir o doutorado, foi eleita a professora Anamélia Carvalho para dirigir o Serviço de Psicologia. Durante esse período de atuação do Serviço, a sua manutenção foi precária. A falta de recursos próprios para aquisição de material, mobiliário e equipamento dependia sempre de insistentes solicitações junto às instâncias superiores, o que conduziu à sua desativação em 1983, por falta de recursos materiais e humanos e pela deterioração do espaço físico.

No início de 1987, como era necessário construir um pavilhão de aulas decidiu-se demolir o que restava da pequena e precária sede do Serviço de Psicologia.

Nessa ocasião, o chefe do Departamento de Psicologia em exercício, professor Ildenor Cerqueira, ante a possibilidade de ser reinvidicado um novo espaço físico para o Serviço de Psicologia, solicitou dos professores, que apesar das férias, se encontravam na cidade (Julia Shayer, Mercedes Cunha, Marilena Ristum, Anamelia Carvalho e Evenice Chaves), que colaborassem na elaboração de uma proposta de emergência para reimplantação do Serviço. Desse esforço resultou a concessão de uma quarta parte do novo pavilhão construído, para se instalar a nova sede do Serviço de Psicologia, inaugurada no segundo semestre de 1987.

A consecução do novo espaço físico permitiu a reinstalação do Serviço de Psicologia, que recebeu o nome de seu patrono, João Ignácio de Mendonça.

Possuía, então, estrutura organizacional composta por um Conselho Deliberativo, Coordenadoria Técnico-Administrativa que se distribuía em quatro setores: Atendimento Clínico, Atendimento ao Aluno, Assessoria à Instituição Escolar e Setor de Pesquisa, além de duas unidades de apoio: Secretaria e Testoteca. Posteriormente foi implantado um Setor de Psicologia Organizacional.

O Serviço de Psicologia sempre manteve seus propósitos iniciais de fornecimento e manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como os princípios éticos envolvidos na formação do psicólogo. A adequação permanente de condições que favoreceram o atendimento contínuo à comunidade, bem como o bom entrosamento entre vários setores, foi o maior esforço realizado pela Coordenação, que esteve a cargo da professora Anamélia Araújo de Carvalho desde 1980 até 1991, quando da sua aposentadoria, tendo dedicado durante 12 anos sua competência, zelo e responsabilidade para o cumprimento dos objetivos propostos, conseguindo passar a filosofia do Serviço a seus sucessores.

538

A partir de 1991, foram coordenadores do Serviço de Psicologia os professores Eliane Maria Vasconcelos Nascimento, Jorge Luiz Lordello de Sales Ribeiro, Hortênsia Maria Dantas Brandão, Analícia de Sousa Calmon Santos, todos eles tendo permanecido na Coordenação por mais de um biênio, constituindo-se num grupo de resistência que luta manter o Serviço de Psicologia da UFBA.

Tendo sofrido várias mudanças em sua organização e nos programas, acentuando ênfases em prioridade emergidas da demanda social do ensino, o Serviço de Psicologia trava uma luta inglória contra contingências de controle de naturezas distintas. A primeira diz respeito a sua estrutura física.

Instalado num dos prédios anexos da Faculdade de FFCH, situada na Estrada de São Lázaro, no alto de um morro de frente para o mar, o Serviço de Psicologia tem um das mais belas vistas da cidade. Entretanto, esta condição é que o faz enfrentar as consequências decorrentes das intempéries, como ventos e o salitre que corrói toda sua estrutura, demandando recuperações frequentes. O alto custo para recuperar a rede elétrica e para manter os computadores e aparelhos de ar-condicionado aliado à absoluta falta de verbas de manutenção dificultou e, durante vários períodos, tem inviabilizado mesmo os atendimentos à comunidade, constituindo-se num desafio para a coordenação. O segundo problema é quanto ao pessoal

técnico-administrativo. Durante anos sobreviveu com um e às vezes dois funcionários para todo o trabalho técnico (psicólogo) e administrativo. Ampliado nos últimos 15 anos por força de transferências funcionais, passou a contar, em 2003, com quatro psicólogos: Ana Rita Ferreira, Antonio de Pádua Milheiro, Célia Maria Cajaíba de Souza, Rita de Cássia Fagundes Gonzáles e um psiquiatra, Celso Vilas Boas.

Contou ainda com os professores supervisores de Estágio Curricular do Departamento: Hélio Soares de Brito, Tani Bandeira Dias Pedreira, Maria Alice Queiroz de Brito, Evenice Santos Chaves, Marilena Ristum, Ana Lucia Ulian, Ildenor Mascarenhas Cerqueira e Wilson Alves Senne — que vêm contribuindo para aprofundar os conhecimentos dos alunos de graduação em Psicologia e prestar atendimentos à comunidade.

## PROCESSOS DE AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS CURSOS DE PSICOLOGIA

539

Em sua trajetória, o Departamento de Psicologia da UFBA foi levado a enfrentar alguns desafios, sendo preciso travar algumas lutas. A maioria delas em conjunto com o Colegiado dos Cursos de Psicologia, dada a sua quase simbiose. Na UFBA, a reforma limitou a Psicologia a um único departamento, fato incomum em outras áreas do conhecimento; assim, em sua grande maioria dos professores que compunham o Colegiado eram também professores do Departamento.

O Curso de Psicologia, portanto, dependia, para o cumprimento de seus objetivos, quase que exclusivamente do Departamento de Psicologia. Além disso, como os Departamentos tornaram-se, pela Reforma de 1968, unidades básicas, inclusive de alocação de recursos, todos os trâmites legais eram feitos através do Departamento.

A primeira dessas lutas foi o bloqueio inicial imposto ao Curso de Psicologia pelo Conselho Universitário quando de sua aprovação de funcionamento.

Foram aprovados inicialmente apenas a Licenciatura e o Bacharelado, tornando assim necessária uma nova autorização de funcionamento para a Formação de Psicólogo.

Novamente as resistências dos Conselhos Superiores tentavam impedir a formação completa de profissionais psicólogos. Em 1972, estava a primeira

turma com Licenciatura e/ ou Bacharelado já cumpridos e os alunos não podiam prosseguir para a Formação de Psicólogo. Alguns alunos tomaram a iniciativa de transferir-se para outros centros formadores — São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco; entretanto, a maioria teve seu percurso interrompido por um semestre.

Foi preciso um *tour de force* para que saísse a autorização. Neste momento, vale ressaltar o empenho dos professores Eduardo Saback Dias de Moraes, então chefe do Departamento, Caio Flaminio Silva de Carvalho, então coordenador do Colegiado do Curso de Psicologia, Joaquim Batista Neves, então diretor da Faculdade de Filosofia, e, finalmente, da professora Leda Jesuíno, que, com brilhante parecer, relatou o processo de autorização no Conselho Universitário. As resistências finalmente foram vencidas, após inúmeras *démarches*, em que as alegações mais variadas eram colocadas como impeditivos pela câmara de Ensino de Graduação e pelo Conselho, tais como: problemas de verbas para instalar o Serviço de Psicologia, falta de professores com competência para supervisionar os estágios obrigatórios e outros tantos pretextos.

540

Ganha a batalha da Formação de Psicólogo (o 5º ano), o Curso de Psicologia da UFBA teve sua primeira turma de psicólogos diplomados em agosto de 1973.

A segunda luta foi pelo reconhecimento. Foram necessários dois processos de reconhecimento. Um primeiro, para o reconhecimento da Licenciatura e Bacharelado e o segundo, para a Formação de Psicólogo.

O primeiro processo de reconhecimento da Licenciatura e Bacharelado ocorreu quando era chefe do Departamento o Prof. Eduardo Saback Dias de Moraes e a Profª. coordenava o Colegiado de Curso. O complexo processo foi encaminhado ao Conselho Federal de Educação, órgão que, à época, era responsável pelos processos de reconhecimento. Foi o processo baixado em diligência e, esta atendida, foi novamente encaminhado, entrando em pauta do CFE ainda no ano de 1974, só tendo sido reconhecido em março de 1975.

O segundo processo de reconhecimento foi ainda mais trabalhoso, pelo grau de exigência para com a formação de Psicólogo. Foi baixado em diligência duas vezes e uma das questões mais ferrenhas era a inexistência de um Serviço de Psicologia na própria instituição.

Mesmo com a comprovação da regularidade dos estágios supervisionados, que então se realizavam em instituições conveniadas, a

obrigatoriedade do Serviço era cláusula pétrea. Outras questões se referiam à adequação entre área de formação e qualificação dos professores e as disciplinas que lecionavam.

Por atribuição dada diretamente pelo então diretor da FFCH, professor Eduardo Saback Dias de Moraes, a professora Mercedes Cunha assumiu refazer todo o processo, inclusive se dirigindo ao Rio de Janeiro para prestar esclarecimentos à relatora, a conselheira Nair Fortes Abu Merhy, e acompanhando a tramitação em Brasília. Em 1978 foi finalmente reconhecido o Curso de Formação de Psicólogo quando a pressão social já se fazia sentir, uma vez que 400 psicólogos já estavam graduados pela UFBA e o curso não era reconhecido. A repercussão negativa para os formados não foi maior por se tratar de uma universidade pública e federal, o que era uma garantia, até certo ponto, para o mercado de trabalho que empregava os psicólogos.

## EVENTOS

541

Em 1989 o Departamento participou da organização da I Semana Nordestina de Psicologia (SENEP), iniciativa e promoção do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), assumindo a responsabilidade pela execução da II Senep, que ocorreu em 1990. Este projeto não teve continuidade, porque outros Departamentos de Psicologia desta região não se prontificaram a sediá-la.

Em 1999, o Departamento, juntamente com o Conselho Regional de Psicologia da 3ª. Região (Bahia e Sergipe), promoveu o Congresso Norte/Nordeste de Psicologia (Conpsi99), com o objetivo de dar visibilidade à produção científica das duas regiões bem como propiciar condições para a integração com as outras regiões do Brasil. Distinguiu-se dos demais eventos científicos existentes por buscar trabalhar com as dimensões científica, política e profissional da atuação do psicólogo ou dos estudiosos da Psicologia. Foi esta a primeira iniciativa do gênero nas regiões supracitadas, constituindo-se numa iniciativa de grande sucesso. Foram realizados em Salvador, com a mesma parceria, o II e IV Conpsi. O terceiro ocorreu na Paraíba, o quinto, em Alagoas, e o sexto, no Pará.

Nos três Conpsi realizados em Salvador, o Prof. Antonio Virgílio Bittencourt Bastos coordenou a comissão científica e a Profa. Nádya Maria Dourado Rocha, já aposentada do Departamento, ficou responsável pela

coordenação geral. Todos os professores doutores do então Departamento de Psicologia constituíram a comissão científica, à qual se agregaram representantes de todos os Departamentos de Psicologia das duas regiões. Vale destacar que, neste projeto, foram sempre parceiros a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia e o Sistema Conselhos de Psicologia.

## CONCLUSÃO

Durante trinta anos o Departamento de Psicologia da UFBA, em íntima colaboração com o Colegiado dos Cursos de Psicologia, foi o único responsável pela formação de psicólogos na Bahia. Só em 1998 iniciou-se a atual expansão da graduação em Psicologia em nosso Estado, ainda assim sustentada por antigos professores e alunos qualificados pela UFBA. Esta, portanto, além da função docente, permanece como agente privilegiado no desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão.

542

Ampliando o seu espaço de atuação, o Departamento de Psicologia criou em 2002 o Programa de Pós-Graduação em Psicologia, inicialmente oferecendo o curso de Mestrado em Psicologia, com duas áreas de concentração: Psicologia Social e das Organizações e Psicologia do Desenvolvimento. Até 2008, já havia sido formados 86 mestres em Psicologia pelo referido programa.

Em 2006 foi criado o Curso de Doutorado em Psicologia, tendo formado o seu primeiro doutor em 2009.

Restava ainda uma tarefa a ser cumprida pelo Departamento: a criação do Instituto de Psicologia, sonho acalentado desde 1978, quando de uma primeira sugestão feita pelo professor Mário Nascimento e retomada pelos professores Eduardo Saback Dias de Moraes e Mercêdes Cunha, tendo sido inclusive discutida a possibilidade de sua inserção nos Estatutos da Universidade com a Assessoria Jurídica, providência tomada pelas professoras Anamélia Araújo de Carvalho e Mercêdes Cunha, que levaram a discussão ao plenário do Departamento.

Na última gestão do Prof. Mário Nascimento como chefe do Departamento, a proposta foi retomada pelos professores Eduardo Saback Dias de Moraes, Jorge Luis Lordello Sales Ribeiro, Antonio Marcos Chaves, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos e o próprio Mário Nascimento.

Finalmente, após 40 anos de criação do Departamento de Psicologia, o Conselho Universitário da UFBA aprovou a criação do Instituto de Psicologia (Resolução nº 8, de 18 de novembro de 2008), como unidade universitária independente, desmembrando-se da FFCH, tendo como primeiro diretor o Prof. Doutor Antonio Marcos Chaves.





UM BREVE HISTÓRICO

*Dirceu Martins<sup>1</sup>*

*Miguel Fascio dos Santos Filho<sup>2</sup>*

Antes da existência da unidade atualmente denominada Instituto de Química da UFBA, os bacharéis e licenciados em Química eram graduados pela Faculdade de Filosofia da Bahia, fundada em 1941 pelo professor Isaías Alves, que foi incorporada à Universidade da Bahia, quando de sua fundação em 1946.

O curso de Química, nas modalidades Bacharelado e Licenciatura, foi implantado na Faculdade de Filosofia da Bahia, juntamente com os cursos de Letras Clássicas, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas, Matemática, Física, História Natural, Geografia, História, Ciências Sociais, Filosofia e Pedagogia, com autorização de funcionamento concedida pelo Decreto nº 10664, de 20.10.1942 (D.O. de 3.11.42, p. 16 178) e iniciou seu

---

1 Diretor do Instituto de Química.

2 Professor aposentado do Departamento de Química Orgânica.

funcionamento em 15 de março de 1943. Reconhecido através do Decreto-Lei nº 9155, de 08 de abril de 1946, que criou a Universidade da Bahia, o curso de Química funcionava em regime letivo de quatro séries, distinguindo-se as duas modalidades a partir da 3ª série e nas disciplinas “facultativas”.

Em 1958, o reitor Edgard Santos criou o Instituto de Química da Universidade da Bahia, como órgão suplementar. No Boletim Informativo nº 22, de agosto de 1958, está registrado que em 14.07.58 o reitor Edgard Santos “comunicou ao Conselho Universitário ter, no dia 26.06.58, devidamente autorizado pelo Conselho de Curadores, assinado, com o Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura Professor Dr. Clovis Salgado Gama, um convênio para instalação do Instituto de Química na Bahia”. Por indicação do professor Athos da Silveira Ramos, catedrático de Química Orgânica da Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, foi convidado para assumir a direção do novo Instituto o professor Dr. Cláudio Costa Neto, da Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil do Rio de Janeiro, um jovem químico que retornara dos Estados Unidos onde fora realizar um curso de pós-graduação e já desfrutava de prestígio na comunidade científica do país. O Prof. Cláudio Costa Neto permaneceu pouco tempo no cargo, por ter percebido que a sua indicação não agradara àqueles professores da Universidade da Bahia, que se sentiram preteridos em favor de um *forasteiro*.

546

Os professores que constituíram o núcleo formador do órgão suplementar denominado Instituto de Química atuavam nos cursos oferecidos nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, de Farmácia, de Medicina e nas Escolas Politécnica e de Geologia.

Em 19 de fevereiro de 1963 foi aprovado pelo Conselho Universitário, presidido pelo reitor Albérico Fraga, o Regimento Interno do Instituto de Química. A primeira reunião do Conselho Deliberativo do Instituto de Química foi realizada em 28 de agosto de 1963, no salão de reuniões do Departamento Cultural da Universidade da Bahia, no prédio do Palácio da Reitoria e contou com a presença dos Conselheiros já empossados, professores Trípoli Francisco Gaudenzi, que atuava nas Faculdades de Filosofia e de Medicina, Carlos Espinheira de Sá, da Escola Politécnica, Elsimar Metzker Coutinho, da Faculdade de Farmácia, e José Tobias Neto, que atuava nas Faculdades de Filosofia e de Farmácia, contando ainda com a participação dos seguintes professores da Escola Politécnica: Archimedes Pereira Guimarães, Antônio Celso Spínola Costa, José Carlos Reis e Raphael de Menezes Silva Selling; da Faculdade de Farmácia: Nilmar Vicente

Pereira da Rocha e Euvaldo Diniz Gonçalves Sobrinho; do Laboratório de Geoquímica: Adelaide Mussi Santos e Maria Lúcia Carneiro da Rocha, e da Escola de Geologia: Milton Saback de Oliveira. Esta reunião foi presidida pelo Prof. Archimedes Pereira Guimarães, na qualidade de decano dos professores presentes, tendo como secretário o Prof. Raphael de Menezes Silva Selling, com a finalidade de eleger os chefes das secções da divisão científica do órgão suplementar denominado Instituto de Química. Estas secções constituíram os núcleos que mais tarde, com a reforma universitária, viriam a se transformar nos respectivos Departamentos do Instituto de Química atual, assim denominadas: Química Geral e Inorgânica, Química Analítica, Química Orgânica e Físico-Química. A seção de Química Biológica, por suas características, passou a fazer parte do Instituto de Ciências da Saúde, como Departamento de Bioquímica.

A ata da segunda reunião do Conselho Deliberativo do Instituto de Química, realizada em 28 de novembro de 1963, no salão de reuniões do Conselho Universitário, no Palácio da Reitoria, relata que estiveram presentes os conselheiros Carlos Espinheira de Sá, Elsimar Metzker Coutinho, Trípoli Francisco Gaudenzi, José Carlos Reis, Antônio Celso Spínola Costa, Nilmar Vicente Pereira da Rocha e Raphael de Menezes Silva Selling, em sessão instalada pelo reitor Albérico Fraga, com a finalidade de compor a lista tríplice para a escolha do diretor do Instituto, de acordo com o Art. 8º, alínea f do Regimento Interno do Instituto de Química em vigor. Foi escolhido para redigir a ata da sessão o conselheiro Prof. Raphael de Menezes Silva Selling. Foi constituída a lista tríplice com os nomes dos professores Raphael de Menezes Silva Selling, Antônio Celso Spínola Costa e Nilmar Vicente Pereira da Rocha para encaminhamento ao reitor Albérico Fraga.

Através da Portaria nº 78, de 12 de dezembro de 1963, o reitor Albérico Fraga designou o professor Dr. Nilmar Vicente Pereira da Rocha, catedrático de Química Orgânica da Faculdade de Farmácia, para exercer a Diretoria do Instituto de Química, por um período de três anos. Nos registros do Livro de Atas consta que a primeira reunião do Conselho Deliberativo sob a presidência do Professor Nilmar Rocha, realizada em 06 de fevereiro de 1964, na sede provisória do Instituto de Química, localizada no prédio da Faculdade de Farmácia, foi eleito vice-diretor o professor Raphael de Menezes Silva Selling, catedrático da Escola Politécnica, e indicada a farmacêutica Sônia Correia Marques para secretária do Instituto de Química. A esta primeira reunião estiveram presentes os professores Nilmar Vicente Pereira da Rocha (diretor),

Raphael de Menezes Silva Selling (Escola Politécnica), Carlos Espinheira de Sá (Escola Politécnica), Trípoli Francisco Gaudenzi (Faculdades de Filosofia e Medicina), Elsimar Metzker Coutinho (Faculdade de Farmácia), Antônio Celso Spínola Costa (Escola Politécnica), José Carlos Reis (Escola Politécnica) e José Tobias Neto (Faculdades de Filosofia e Farmácia). No segundo ponto da ordem do dia foi apreciado um ofício encaminhado pela Dr<sup>a</sup> Adelaide Mussi Santos, contendo um relato sobre os objetivos do projeto de Geoquímica, que proporcionou a montagem e o funcionamento do Laboratório de Geoquímica, finalizando com o questionamento sobre os rumos do referido laboratório em face do Regimento do Instituto de Química limitar o número de seções da Divisão Científica a cinco, excluindo geoquímica e concluindo com a sugestão da autonomia do referido laboratório. Após ampla discussão, o Conselho Deliberativo do Instituto de Química concluiu pela desvinculação do Laboratório de Geoquímica, uma vez que o campo de atuação do instituto seria o da Química Fundamental, entendendo que um projeto de geoquímica seria antes um projeto de Geologia aplicada.

A partir do ano letivo de 1963, o Conselho Federal de Educação, com base no Parecer n° 281, fixou a duração dos cursos de formação de químico ou de químico industrial em quatro anos letivos e definiu que as matérias que comporiam o currículo mínimo seriam Matemática, Física, Desenho, Mineralogia, Química Inorgânica, Físico-Química, Química Orgânica, Química Analítica e Química Industrial. O Parecer n° 297 do CFE, aprovado em 23 de outubro de 1962, já havia estabelecido que as matérias que comporiam o currículo mínimo para a Licenciatura em Química seriam Matemática, Física, Mineralogia, Química Geral, Química Inorgânica, Química Orgânica e noções de Química Biológica. Posteriormente, o CFE incorporou matérias pedagógicas ao currículo mínimo do curso de Licenciatura em Química, definindo sua duração em quatro anos, com entrada em vigor a partir do ano letivo de 1963.

O professor Nilmar Vicente Pereira da Rocha elaborou um Plano de Atividades para o triênio 1965-1967, numa tentativa de reunir os professores que atuavam nos diferentes cursos de química oferecidos pelas unidades de ensino da Universidade, com o objetivo de unificar as disciplinas e nivelar os cursos, sob a coordenação do Instituto de Química, tendo encontrado resistência das direções das escolas e faculdades já estabelecidas para firmar os convênios que definiriam as atividades de ensino e de pesquisa, os quais estariam sob a coordenação do Instituto de Química. Este plano demonstrou

também as deficiências quanto ao número de professores e a necessidade de aquisição de materiais de laboratório e previu a qualificação de professores para desenvolver atividades de pesquisa no instituto recém criado.

Dentre as atividades programadas foi aprovada, em 21 de dezembro de 1964, a realização de um Curso de Fitoquímica, ministrado no ano seguinte (1965) pelos professores Otto Richard Gottlieb e Mauro Taveira Magalhães, ambos da Universidade de Brasília, curso este que contou com a participação de candidatos da Bahia e de outros Estados do Norte e Nordeste do país. O êxito desta iniciativa ficou demonstrado pelo grande impulso que tomou a pesquisa em Química de Produtos Naturais no Brasil, com a implantação de cursos de pós-graduação, principalmente nas Universidades do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo, onde alguns dos alunos que frequentaram o curso obtiveram os títulos de mestre e doutor em Ciências Químicas, sendo atualmente professores e pesquisadores reconhecidos na comunidade científica.

No início de 1965, o reitor nomeou uma comissão interdisciplinar para discutir a estrutura e a filosofia dos novos institutos criados e definir uma política para cada um deles, escolhendo como representante do Instituto de Química o professor Antonio Celso Spínola Costa.

Concluído o mandato do professor Nilmar Vicente Pereira da Rocha, o Conselho Deliberativo reuniu-se em 27 de dezembro de 1966 para efetuar a escolha da lista tríplice para concorrer à direção do Instituto de Química. Estiveram presentes a esta reunião os professores Nilmar Vicente Pereira da Rocha (diretor), Raphael de Menezes Silva Selling (vice-diretor), Carlos Espinheira de Sá, José Carlos Reis, Elsimar Metzker Coutinho (representando a Faculdade de Farmácia), Antonio Celso Spínola Costa (representando a Escola Politécnica), Trípolli Francisco Gaudenzi (representando a Faculdade de Medicina) e José Tobias Neto (representando a Faculdade de Filosofia). No expediente, o diretor informou que solicitou ao reitor em exercício Prof. Adriano Pondé a convocação dos diretores das Escolas de Nutricionistas, Geologia e Enfermagem, a fim de escolher o representante destas unidades no Conselho Deliberativo do Instituto de Química. Para compor a lista tríplice, foram votados e indicados os conselheiros Raphael de Menezes Silva Selling, Elsimar Metzker Coutinho e Trípolli Francisco Gaudenzi. Submetido à apreciação do reitor em exercício, a escolha recaiu no nome do Prof. Raphael de Menezes Silva Selling, cuja designação foi publicada na portaria n° 49, de 13 de março de 1967.

Reunido em 21 de março de 1967, o Conselho Deliberativo referendou o nome do professor Dr. Trípoli Francisco Gaudenzi para ocupar a vice-direção do Instituto de Química. Nesta reunião os conselheiros foram informados pelo diretor que o Instituto de Química passaria a ocupar duas salas na nova sede provisória situada no número 140 da Rua Aristides Novis, juntamente com os Institutos de Física e Matemática, além de informar sobre a concessão pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) de uma verba no valor de US\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil dólares) para a instalação dos Institutos Básicos, tendo sido indicada uma Comissão constituída pelos Professores Antônio Celso Spínola Costa, Elsimar Metzker Coutinho e Raphael de Menezes da Silva Selling para discutir a implantação da Reforma Administrativa da Universidade Federal da Bahia.

550

Em 15 de março de 1968 foi apresentada ao Conselho Deliberativo uma resolução do Conselho Universitário estabelecendo normas para o Curso de Pós-Graduação em Química, em nível de Mestrado, tendo sido organizado um Regimento para este curso pela Comissão de Pós-Graduação do Instituto de Química, constituída pelos professores Raphael de Menezes Silva Selling (diretor), Trípoli Francisco Gaudenzi (vice-diretor), Antonio Celso Spínola Costa e Elsimar Metzker Coutinho.

O Conselho Deliberativo do instituto reuniu-se em 17 de setembro de 1968, sob a presidência do diretor em exercício, professor José Tobias Neto, para escolher os nomes dos professores que comporiam a lista tríplice para indicação do próximo diretor do Instituto de Química, tendo em vista o pedido de exoneração apresentado pelo Prof. Raphael de Menezes Silva Selling. Através da Portaria nº 464, de 18 de setembro de 1968, o reitor Roberto Santos concedeu a exoneração. Na reunião, a lista tríplice foi composta com os nomes dos professores Antônio Celso Spínola Costa, José Tobias Neto e Carlos Espinheira de Sá. O reitor escolheu o professor Antônio Celso Spínola Costa e o designou através da Portaria nº 463, de 18 de setembro de 1968, para exercer a diretoria do Instituto de Química pelo período de três anos.

Com a Reforma Universitária, o Instituto de Química foi reestruturado, passando a funcionar como unidade de ensino e pesquisas básicas, através do Decreto nº 62.241, de 08 de fevereiro de 1968, em substituição ao Órgão Suplementar que havia sido criado pelo reitor Edgard Santos em 1958. Para a Coordenação da nova unidade de ensino, o reitor Roberto Santos designou o professor Antônio Celso Spínola Costa, através da Portaria nº 336, de 23

de junho de 1969, na forma do Art. 7º do Decreto 62.241, de 08 de fevereiro de 1968, combinado com o Art. 104 § 1º do Estatuto da Universidade.

Como resultado desta reestruturação, as matérias de Química, desdobradas em diferentes disciplinas lotadas nas várias escolas e faculdades isoladas, foram centralizadas no Instituto de Química, algumas delas constituindo seções que deram origem aos respectivos Departamentos. As seções eram as seguintes: Química Geral e Inorgânica, Físico-Química, Química Analítica, Química Orgânica e Química Biológica. Esta última, por suas características, passou a fazer parte do Instituto de Ciências da Saúde, como Departamento de Bioquímica, evoluindo para a estrutura atual. As matérias pedagógicas e Mineralogia ficaram sob a responsabilidade da Faculdade de Educação e da Escola de Geologia, respectivamente.

Em 10 de julho de 1969, na sede provisória do Instituto de Química, localizada na Escola Politécnica, ocorreu a primeira reunião do Conselho Departamental do novo instituto, constituído pelo coordenador, professor Antonio Celso Spínola Costa e pelos chefes dos quatro departamentos, professores Raphael de Menezes Silva Selling (Química Geral e Inorgânica), Nilmar Vicente Pereira da Rocha (Química Orgânica), Milton Saback de Oliveira (Química Analítica) e Carlos Espinheira de Sá (Físico-Química). Nesta reunião houve a escolha do representante do instituto no Conselho de Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, sendo eleito o professor Antonio Celso Spínola Costa para representar a unidade no referido Conselho.

Sob a presidência do Prof. Antonio Celso Spínola Costa, o Colégio Deliberativo do Instituto de Química, composto por vinte membros, reuniu-se em 22 de dezembro de 1969, na sede provisória do instituto, localizada no prédio da Escola Politécnica, e aprovou o novo Regimento Interno da unidade, cuja minuta havia sido elaborada por uma Comissão constituída pelos professores José Carlos Reis, Carlos Espinheira de Sá e Pedro Sarno, já tendo sido apreciada pelo Conselho Departamental do instituto.

Na reunião do Conselho Departamental do instituto, realizada em 01 de junho de 1970, o coordenador, professor Antonio Celso Spínola Costa, comunicou aos presentes que a partir daquela data estava composto o quadro de pessoal que funcionaria em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com as indicações dos departamentos e informou que o Regimento Interno do Instituto de Química havia sido aprovado pelo



Conselho Universitário e publicado pela UFBA e que se tornava imperiosa a composição da Congregação.

Em uma reunião realizada no dia 16 de outubro de 1970, na sede provisória do instituto, no edifício da Escola Politécnica, foi instalada a Congregação do Instituto de Química, com a presença do coordenador, professor Antonio Celso Spínola Costa, dos professores titulares Raphael de Menezes Silva Selling, Nilmar Vicente Pereira da Rocha, Carlos Espinheira de Sá e José Carlos Reis, dos representantes dos departamentos Milton Saback de Oliveira (Química Analítica), Pedro Sarno (Química Geral e Inorgânica), Miguel Fascio dos Santos Filho (Química Orgânica) e Carlos Evaristo Prélat (Físico-Química), da representante dos professores assistentes, Nair da França e Araújo, do representante dos auxiliares de ensino, Caetano Tourinho Machado, e das representantes discentes Vânia Palmeira Campos e Sonia Maria Maltez Santos Cruz.

552

Para suceder ao professor Antonio Celso Spínola Costa, foi nomeado, através da Portaria assinada pelo ministro da Educação, Jarbas Passarinho, o professor Nilmar Vicente Pereira da Rocha, que veio a ser impedido de tomar posse pelo reitor Roberto Santos, sob a alegação de impedimento por acumulação funcional como professor do Colégio Estadual da Bahia (Central), onde lecionava Química no turno noturno. Mesmo tendo recorrido com uma liminar, através de um mandado de segurança, o professor Nilmar Rocha não foi empossado. Foi então nomeado para exercer o cargo de diretor do Instituto de Química o professor José Carlos Reis, tendo como vice-diretor o professor Milton Saback de Oliveira, a partir de maio de 1971.

Em agosto de 1971 houve a mudança do Instituto de Química para a sua sede definitiva, em um prédio de cinco pavimentos, situado no número 145 da Rua Barão de Jeremoabo, no Campus de Ondina, onde permanece até os dias atuais.

A Tabela 1 mostra a relação dos nomes de todos os diretores e vice-diretores que administraram o Instituto de Química a partir de 1971 até os dias atuais.

A despeito da origem eclética de seus professores, duas áreas de pesquisa logo se destacaram no Instituto de Química. Uma, em Química Analítica, liderada pelo Dr. Antonio Celso Spínola Costa e a outra, em Química Orgânica, sob a liderança do Dr. Nilmar Vicente Pereira da Rocha, com um maior desenvolvimento da primeira, principalmente após a implantação

do Curso de Pós-Graduação em Química (Mestrado), em 1968. Somente a partir de 1974, com o retorno dos professores que haviam concluído o doutorado, principalmente na USP, é que o Departamento de Química Geral e Inorgânica passou a implementar os seus projetos de pesquisa e a participar mais ativamente do Programa de Pós-Graduação em Química.

Com a Reforma Universitária de 1968, foram implantados alguns cursos de pós-graduação na Universidade Federal da Bahia, parte do acordo celebrado com a Unesco, como uma das condições exigidas para o financiamento das obras de construção dos Institutos Básicos, dentre eles, além do Instituto de Química, os Institutos de Física, Biologia e Geociências.

O Colegiado de Pós-Graduação em Química foi instalado em sessão realizada em 29 de fevereiro de 1972, na sala da Câmara de Pós-Graduação, sob a presidência do Magnífico Reitor Professor Dr. Augusto da Silveira Mascarenhas, com a presença dos professores José Adeodato de Souza Neto, Raphael de Menezes Silva Selling, José Carlos Reis e Antônio Celso Spínola Costa. Na ocasião foi realizada a eleição para coordenador e vice-coordenador sendo eleitos, respectivamente, os professores Antônio Celso Spínola Costa e José Carlos Reis.

A primeira dissertação de mestrado foi defendida em 18 de abril de 1972 por Aldy Maria de Matos Brandão, intitulada: “*Estudos de um azo-derivado da 8-hidroxiquinolina como indicador metalocrômico*”, sob a orientação do professor Dr. Antonio Celso Spínola Costa. A primeira tese de doutorado foi defendida em 07 de dezembro de 1995 por Vânia Palmeira Campos, intitulada: “*Especiação inorgânica de enxofre, nitrogênio e cloro na precipitação seca e úmida no Recôncavo baiano*”, sob a orientação da professora Dra. Tânia Mascarenhas Tavares.

O Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia vem oferecendo regularmente, desde 1968, um curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado, em que já foram formados 346 mestres. Atualmente estão matriculados 60 alunos no Mestrado, o curso possui conceito 5 pela avaliação da Capes e consta de quatro áreas de concentração: Química Analítica, Química Inorgânica, Química Orgânica e Físico-Química. O curso de Doutorado foi fundado em 1992 e é oferecido em duas áreas de concentração: Química Analítica e Química Orgânica. Já foram formados 136 doutores, estando matriculados 107 alunos no Curso de Doutorado, atualmente.

O Colegiado do Curso de Graduação em Química da UFBA foi instalado em 24 de outubro de 1969, tendo como primeiro coordenador o professor José Carlos Reis. Nesta mesma sessão foram ampliadas de 30 para 40 as vagas para o curso de Química, para ingresso no ano de 1970.

A primeira turma de Bacharéis em Química, que colou grau em 1970, homenageou o professor José Carlos Reis como paraninfo e foi constituída pelos seguintes formandos: Adelaide Maria Souza Vieira, Adelaide Maria Miranda de Mendonça, Carlos Alfredo França, Djalma Jorge de Santana Nunes, Francisco Cerqueira Maynard e Luiz Souza Carvalho.

Ao longo destes sessenta e sete anos ocorreram diversas alterações curriculares nos cursos de graduação em Química, tendo por fio condutor as diretrizes curriculares do MEC ou a necessidade de inovar na formação dos profissionais da Química para atender às exigências do mercado de trabalho. Destacam-se como maiores intervenções a aprovação de novos currículos plenos para o Bacharelado e para a Licenciatura em 1970, com o aumento de vagas no Curso para 40 e logo em seguida para 50 e a implantação, em 1972, do Curso de Químico Analista Industrial, de curta duração, como forma de atender mais rapidamente às necessidades surgidas com a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, efetivamente ocorrida em 1978, trazendo um crescimento da demanda por profissionais de Química. Este curso cumpriu seu papel e foi desativado, surgindo, então, o Curso de Química Industrial, de duração plena, com início de funcionamento em 06 de março de 1987, com ingresso por vestibular independente do Curso de Química, foi oferecido até o ano 2000, quando passou da condição de curso independente para uma habilitação do Curso de Química, na modalidade Bacharelado. A partir de 2001 o vestibular passou a ser único, sendo oferecidas 80 vagas anuais. A partir de 2003 a admissão dos aprovados no vestibular para os Cursos de Química passou a ocorrer em dois semestres consecutivos, isto é, 40 vagas por semestre. Entre 2004 e 2007 foi oferecido o Curso de Licenciatura Especial em Química para professores em serviço, tendo sido formado 39 Licenciados em Química e em 2009 foi implantado o Curso Noturno de Licenciatura em Química, com oferecimento de 45 vagas anuais.

Entre os anos de 1970 e 2009 foram formados 1.039 profissionais de Química nos diversos cursos oferecidos pelo Instituto de Química da UFBA, sendo 267 licenciados, 436 bacharéis, 215 químicos analistas industriais, 81 químicos industriais e 16 bacharéis em química industrial.

A tabela 2 mostra a relação dos nomes de todos os coordenadores e vice-coordenadores dos Cursos de Graduação em Química a partir de 1970 até os dias atuais.

Atualmente o Instituto de Química conta com 65 docentes efetivos, sendo 59 doutores, 4 mestres e 2 graduados, além de 13 professores substitutos, lotados em quatro departamentos, que ministram disciplinas para mais de vinte Colegiados de Cursos de Graduação, além de sete Cursos de Pós-Graduação, atendendo a mais de 2.500 alunos. Além das atividades didáticas, os docentes da unidade desenvolvem atividades de pesquisa, com orientação de alunos de graduação e de pós-graduação em vários temas, destacando-se as áreas de catálise, cinética e dinâmica moleculares, polímeros, petróleo e gás, química ambiental, química analítica aplicada, química de produtos naturais, síntese de compostos orgânicos e inorgânicos etc. Dentre as atividades de extensão desenvolvidas por docentes do Instituto de Química, podemos destacar o Show da Química e a Olimpíada Baiana de Química.

555

Além dos laboratórios destinados ao ensino experimental e à pesquisa e extensão, funciona no Instituto de Química um Laboratório de Informática, que proporciona aos alunos dos Cursos de Química apoio às aulas e melhor formação profissional através de técnicas modernas de computação e comunicação de dados. Outro setor importante de apoio aos cursos oferecidos pelo Instituto de Química é a Biblioteca Setorial de Química (BSQ), um centro de referência, de informação e de pesquisa bibliográfica que funcionava no quinto pavimento do prédio atual da unidade, estando seu acervo provisoriamente acomodado no prédio da Biblioteca Central Reitor Macedo Costa, aguardando a conclusão do prédio da Biblioteca Setorial de Química, Física, Geociências e Matemática, que está sendo construído com recursos da ordem de 5 milhões de reais, provenientes do Programa Reuni.

Em 21 de março de 2009 ocorreu um incêndio de grandes proporções no prédio do Instituto de Química, destruindo metade do 5º andar do prédio, onde estavam instalados vários laboratórios de graduação e de pesquisa, além dos gabinetes de todos os docentes do Departamento de Físico-Química, levando à destruição de muitos equipamentos, documentos e resultados de pesquisa. Após cinco meses interditado, o prédio foi reaberto, voltando ao funcionamento parcial das atividades, permanecendo interditado o quinto pavimento, onde funcionava o Departamento de Físico-Química.

Através dos esforços da atual direção do Instituto de Química, constituída pelos professores Dirceu Martins (diretor) e Maria Luiza dos Santos Corrêa (vice-diretora), contando com a colaboração de uma equipe de professores e servidores técnico-administrativos da unidade, onde se destacaram os ex-diretores do instituto, professores Lafaiete Almeida Cardoso e Maria de Lourdes Botelho, além do inestimável auxílio da Reitoria da UFBA, foram aprovados os recursos necessários para a reposição dos equipamentos perdidos, para a reconstrução do prédio atual e para a construção de um anexo de laboratórios de graduação, tendo sido aprovados recursos no valor de 14 milhões de reais pelo Ministério da Educação, objetivando a reestruturação do prédio atual e a interligação dos prédios dos Institutos de Química e de Física e a construção de anexos para laboratórios de graduação de Química e de Física, além recursos da ordem de 8 milhões de reais, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, para a reposição dos equipamentos perdidos no incêndio. Além disso, foi aprovado um projeto no Edital CT-Infra 2009/2010 da Finep para aquisição de bancadas e capelas para laboratórios e de novos equipamentos para o Instituto de Química no valor de 2 milhões e duzentos mil reais.

**Tabela 1 — DIRETORES E VICE-DIRETORES**

Nome	Condição	PERÍODO	
JOSÉ CARLOS REIS	Diretor	1971	1975
MILTON SABACK DE OLIVEIRA	Vice-diretor		
ANTONIO CELSO SPÍNOLA COSTA	Diretor	1975	1979
NADJA VALVERDE VIANA	Vice-diretora		
NADJA VALVERDE VIANA	Diretor	1980	1984
MIGUEL FASCIO DOS S. FILHO	Vice-diretor		
NILMAR VICENTE P. DA ROCHA	Diretor	1984	1988
SILVIO BRITO BORGES	Vice-diretor		
MARIA DE LOURDES BOTELHO	Diretor	1988	1992
ADELAIDE VIEIRA VIVEIROS	Vice-diretora		
LAFAIETE ALMEIDA CARDOSO	Diretor	1992	1996
AULINDO VAILLATI	Vice-diretor		
WILSON ARAUJO LOPES	Diretor	1996	1998
SERGIO LUIS COSTA FERREIRA	Vice-diretor	1996	2000
FREDERICO GUARÉ CRUZ	Diretor	1999	2003
JAIME SOARES B. FILHO	Vice-diretor	2000	2004
DIRCEU MARTINS	Diretor	2003	2007
MARIA LUIZA DOS S. CORREA	Vice-diretora	2004	2008
DIRCEU MARTINS	Diretor	2007	2010
MARIA LUIZA DOS S. CORREA	Vice-diretora	2004	2008

**Tabela 2 — COORDENADORES E VICES DO COLEGIADO DE GRADUAÇÃO**

<b>Nome</b>	<b>Condição</b>	<b>PERÍODO</b>	
JOSÉ CARLOS REIS	Coordenador	1970	1972
HUMBERTO TESTAGROSSA	Vice-coordenador		
NADIA VALVERDE VIANA	Coordenador	1972	1974
HUMBERTO TESTAGROSSA	Vice-coordenador		
NADJA VALVERDE VIANA	Coordenador	1974	1975
PEDRO SARNO	Vice-coordenador		
JOSÉ CARLOS REIS	Coordenador	1975	1977
PEDRO SARNO	Vice-coordenador		
JOSÉ CARLOS REIS	Coordenador	1977	1979
MILTON SABACK DE OLIVEIRA	Vice-coordenador		
MARIA HELENA PINHEIRO FERNANDES	Coordenador	1980	1982
DJALMA CONCEIÇÃO SILVA	Vice-coordenador		
CLEDYS MAGNAVITA DE ALMEIDA	Coordenador	1982	1984
FERNANDO MENDES ALVES	Vice-coordenador		
VERA LÚCIA CÂNCIO S. SANTOS	Coordenador	1984	1986
MARIA DE LOURDES M.R. DIAS	Vice-coordenador		
VERA LÚCIA CÂNCIO S. SANTOS	Coordenador	1986	1988
NAIR FRANÇA E ARAÚJO	Vice-coordenador		
LAFAIETE ALMEIDA CARDOSO	Coordenador	1988	1990
LUIZ SOUZA CARVALHO	Vice-coordenador		
LAFAIETE ALMEIDA CARDOSO	Coordenador	1990	1992
LUIZ SOUZA CARVALHO	Vice-coordenador		
SORAIA FREAZA LOBO	Coordenador	1992	1994
LUIZ SOUZA CARVALHO	Vice-coordenador		
MARIA DE LOURDES M. R. DIAS	Coordenador	1994	1996
MARIA AUXILIADORA ANDRADE	Vice-coordenador		
MARIA AUXILIADORA ANDRADE	Coordenador	1996	1998
LUIZ SOUZA CARVALHO	Vice-coordenador		
DENIZE JANZEN MARTINS	Coordenador	1998	2000
ZÊNIS NOVAIS DA ROCHA	Vice-coordenador		
DENIZE JANZEN MARTINS	Coordenador	2000	2002
LUIZ SOUZA CARVALHO	Vice-coordenador		
MARIA DAS NEVES MORANT BRAID	Coordenador	2002	2004
SORAIA FREAZA LOBO	Vice-coordenador		
MARIA DE LOURDES BOTELHO	Coordenador	2004	2006
SORAIA FREAZA LOBO	Vice-coordenador		
MARIA DE LOURDES BOTELHO	Coordenador	2006	2008
SORAIA FREAZA LOBO	Vice-coordenador		
MARIA DA GRAÇA M. C. DA ROCHA	Coordenador	2008	2010
HÉLIO OLIVEIRA PIMENTEL	Vice-coordenador		



HISTÓRIA, PROJETO E PRÁTICAS

*Carmen Fontes Teixeira*<sup>1</sup>

INTRODUÇÃO

No momento em que a Universidade Federal da Bahia completa 60 anos, e desenvolve uma reflexão sobre seu passado para pensar o futuro, cabe registrar a história de cada unidade, resgatando a criação e diversificação dos cursos de graduação e pós-graduação, o desenvolvimento dos grupos de pesquisa e a experiência acumulada pelos projetos de extensão junto à sociedade baiana nesse período.

Nessa perspectiva é que se insere o registro do processo de criação do Instituto de Saúde Coletiva, a mais nova unidade da UFBA, que completa, em 2006, apenas 12 anos de existência. Iniciativa de um grupo de docentes,

---

1 Professora Associada do ISC e do IHAC.



pesquisadores e servidores técnico-administrativos cujos princípios, valores e práticas se identificavam com a constituição do campo da Saúde Coletiva e com o movimento social pela Reforma Sanitária Brasileira, o processo de criação, ampliação e consolidação do ISC configurou um campo de forças em que foram e continuam sendo travadas lutas teóricas e políticas para que o instituinte prevaleça sobre o *status quo*, sobre o instituído. (PAIM, 2004)

Daí a importância de se tomar como referência, para o relato da história do ISC, a emergência e o desenvolvimento do campo da Saúde Coletiva, espaço onde aos poucos se colocou a necessidade de redefinição da identidade profissional e, conseqüentemente, a possibilidade de redefinição da base institucional da prática acadêmica dos sujeitos que assumiram o desafio de pensar criticamente e agir politicamente com o propósito de contribuir para a transformação da situação de saúde e seus determinantes sociais.

560

Tendo como ponto de partida, portanto, uma breve caracterização do campo da Saúde Coletiva, o presente texto descreve o processo de criação do ISC, apresenta o seu projeto institucional, em termos da imagem-objetivo idealizada pelo grupo fundador e sistematiza o conjunto de práticas que hoje conformam o instituto. Utiliza como fontes o conjunto de documentos institucionais que pontuaram esse processo, especialmente o conjunto de textos que registram a criação, em 1994, o Relatório do Congresso Interno, realizado em 2004, e o Plano Diretor para os próximos 10 anos, elaborado em 2005.

## O CAMPO DA SAÚDE COLETIVA

O campo da saúde, referido ao coletivo/público/social, tem passado historicamente por sucessivos movimentos de recomposição de práticas sanitárias decorrentes de distintas articulações entre sociedade e Estado que definem, em cada contexto, as respostas sociais às necessidades e aos problemas de saúde. O marco conceitual da Saúde Coletiva, tal como vem sendo construído na América Latina a partir da década de 1970, resulta, de um lado, da crítica aos diferentes movimentos e projetos de reforma em saúde ocorridos nos países capitalistas e, de outro, da elaboração teórico-epistemológica e da produção científica, articuladas às práticas sociais.

A Saúde Coletiva pode ser considerada como um campo de conhecimento de natureza

interdisciplinar que fundamenta um campo de práticas de caráter multiprofissional, interinstitucional e transetorial, cujo eixo articulador é a construção do objeto Saúde em sua dimensão coletiva, termo que recobre distintas acepções do social tal como tematizado no âmbito do pensamento científico contemporâneo.

Enquanto área do saber, a Saúde Coletiva contribui com o estudo do fenômeno saúde/doença em populações como processo social; investiga a produção e distribuição das doenças na sociedade como processos de produção e reprodução social; analisa o processo de trabalho em saúde (práticas de saúde) na sua articulação com as demais práticas sociais; procura compreender, enfim, as formas com que a sociedade identifica suas necessidades e problemas de saúde, busca sua explicação e se organiza para enfrentá-los, formulando e implementando políticas, programas e projetos no âmbito das instituições e serviços de saúde.

Enquanto campo de práticas, a Saúde Coletiva envolve determinadas práticas de saúde que tomam como objeto as necessidades sociais de saúde, como instrumentos de trabalho distintos saberes, disciplinas, tecnologias materiais e não-materiais, e como atividades intervenções centradas nos grupos sociais e no ambiente, independentemente do tipo de profissional e do modelo de institucionalização. Abrange, portanto, um

[...] conjunto articulado de práticas técnicas, científicas, culturais, ideológicas, políticas e econômicas, desenvolvidas no âmbito acadêmico, nas instituições de saúde, nas organizações da sociedade civil e nos institutos de pesquisa, informadas por distintas correntes de pensamento resultantes da adesão ou crítica aos diversos projetos de reforma em saúde. (PAIM, 1992).

Desenvolvido inicialmente no meio acadêmico, o movimento da Saúde Coletiva difundiu-se a centros de estudo, associações profissionais, sindicatos de trabalhadores, organizações comunitárias, religiosas e outras, partidos políticos etc., contribuindo para a formulação e execução de um conjunto de mudanças nos vários planos da realidade político-jurídica, institucional e social no que se refere à saúde, identificadas como Reforma Sanitária Brasileira.

As proposições desses movimentos de Reforma abrangem profundas modificações na concepção da Saúde como direito de cidadania e dever do Estado. Além disso, postulam mudanças no processo de formulação e implementação de políticas e programas de saúde, na gestão, organização e operacionalização das ações e serviços de saúde, na formação e capacitação de pessoal para o desenvolvimento das atividades do setor, no fomento e desenvolvimento da produção científica e tecnológica nesta área.

Sobretudo, apontam a necessidade de redefinição, ampliação e consolidação da cultura sanitária e da consciência de cidadania, substrato para a elevação dos níveis de participação crítica e criativa dos diversos atores sociais no processo de reorientação das políticas econômicas e sociais. Isso, tendo em vista o controle dos principais problemas, o atendimento das necessidades de saúde e a melhoria das condições de vida da população em geral, com redução das desigualdades entre os diversos grupos, de modo a se alcançar um patamar coerente com os ideais de justiça social e de valorização da vida e da dignidade humana.

562

## A CRIAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO ICS-UFBA

### O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ICS (1983-1995)

O ISC teve como precursor a proposta de criação de um Núcleo de Ciência e Tecnologia em Saúde Coletiva (Nucitesco) no ano de 1983 que não foi possível concretizar. A vontade de crescimento e desenvolvimento institucional do DMP, no entanto, permaneceu viva durante a implementação do seu 10º Plano Diretor (1986-1991), estando presente nos debates travados a partir do VI Seminário de Avaliação e Perspectivas (VI SAP), em 1987, gerando um grupo de trabalho encarregado de formular propostas para o desenvolvimento institucional.

Já em 1991, quando da formulação da proposta para o 2º Plano Diretor do DMP referente ao quinquênio 1992-1997, foram discutidos os princípios gerais que fundamentam o trabalho do DMP reafirmando-se a necessidade de crescimento como resultado esperado do amadurecimento dos seus quadros, em sintonia com as necessidades e demandas do processo de reorientação das práticas de Saúde Coletiva.

Tais estratégias se impuseram em função do contexto existente após a 88ª Conferência Nacional de Saúde e a aprovação da legislação básica do SUS (Leis 8080/90 e 8142/90), do balanço dos resultados alcançados com a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) no âmbito estadual, o debate em torno da municipalização das ações e serviços de saúde como estratégia para a construção do SUS na conjuntura político-institucional da época, bem como a análise que se fazia da especificidade da problemática socio sanitária da Região Nordeste e da Bahia em particular.

Em maio de 1992, durante o III Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, promovido pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) em Porto Alegre (RS), vários docentes do DMP participantes do evento foram estimulados pela comunidade científica da área a perseguir o objetivo de desenvolvimento institucional. Tomou forma a ideia de um Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, unidade acadêmica de ensino, pesquisa e extensão, voltada para a consolidação do saber e das práticas de Saúde Coletiva, com forte vocação para a articulação da pesquisa e ensino com processos de mudança nas políticas e práticas de saúde em nível nacional, estadual, municipal e local.

Em junho de 1992, foi apresentada uma proposta preliminar em reunião ampliada do DMP, discutida nos núcleos temáticos de programação e acompanhamento das atividades e aprovada por unanimidade em sessão plenária realizada em julho. A natureza e o alcance dessa futura unidade foram amplamente debatidos no período subsequente, sendo aprovado em reunião oficial de 27 de julho daquele ano, pela maioria dos docentes, o texto final do Projeto de Implantação do ISC que deu origem ao processo, inicialmente encaminhado às instâncias superiores da Faculdade de Medicina (Famed) e posteriormente ao Conselho Universitário.

Na Famed, a proposta foi aprovada por unanimidade no Conselho Departamental, e posteriormente apresentada em uma reunião dos diretores das unidades da área de Saúde da UFBA em 13 de agosto de 1993. Na Congregação a proposta também foi aprovada por unanimidade, em dezembro de 1992, porém com a recomendação de manutenção do DMP, face ao posicionamento de um grupo de docentes que pretendiam permanecer na Famed e argumentavam em favor da permanência desse espaço.

No âmbito da Reitoria o processo foi encaminhado à Procuradoria Jurídica que emitiu parecer favorável e posteriormente entrou na pauta do Conselho Universitário. Antes, porém, de o Conselho apreciar o parecer do relator, considerou-se pertinente encaminhar o processo ao Conselho de Coordenação. Este, após indicar um relator e posteriormente constituir uma comissão para apreciar a proposta, aprovou um parecer circunstanciado, com uma série de sugestões e recomendações de encaminhamento ao Conselho Universitário, no sentido de criar a unidade postulada e dar continuidade à operacionalização do ISC.

O atendimento das recomendações incluiu a criação de um Grupo de trabalho composto por representantes das diversas unidades da área de saúde da UFBA, sob a coordenação de um docente do ISC, para proceder a um estudo de viabilidade acadêmica, contemplando proposta para a implementação da nova unidade, que encerrou seus trabalhos em novembro do mesmo ano, com a apresentação do Relatório ao Reitor (GT-ISC, 1994).

564

Paralelamente foi desenvolvido um processo de discussão interna no âmbito da Famed em torno da repartição de responsabilidades acadêmicas e recursos institucionais entre o ISC e o DMP. Ao mesmo tempo se dava curso aos trâmites necessários à organização da nova unidade, especialmente a preparação do processo de relocação de pessoal (docentes e servidores técnico-administrativos) e de registro dos equipamentos e recursos materiais que passariam a constar, no setor de patrimônio da UFBA, como recursos sob a responsabilidade do ISC.

Uma vez aprovada no Conselho Universitário, a proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, que aprovou a mudança no Regimento Geral da UFBA, de modo a incluir a nova unidade, em 31 de maio de 1995. Nesse contexto, foi encaminhada a formalização da Direção do Instituto, exercida em caráter provisório, por um docente do ISC, cuja indicação a diretor foi referendada através de uma consulta realizada com todos os docentes e servidores técnico-administrativos que haviam optado pelo ISC.

O olhar retrospectivo sobre esse processo indica que a criação do ISC apresentou-se como a síntese dos anseios de distintas gerações de profissionais, que direta ou indiretamente fizeram parte da história do DMP e que atuavam em várias unidades da UFBA e de outras universidades, em diversos níveis gerenciais e operativos do sistema de saúde na Bahia e em

outros Estados da Federação, particularmente na região Nordeste, e que pensavam na universidade em relação constante e direta com a sociedade e com os movimentos sociais.

## A IMAGEM-OBJETIVO DO ICS

A proposta de criação do ISC tomou por referência o debate sobre modelos de organização dos processos de investigação e de ensino-aprendizagem no campo da saúde, projetados para um novo saber e uma nova prática de saúde pública, tal como se desenvolvia no âmbito nacional e internacional no início dos anos 1990. De fato, no Brasil ocorria uma discussão em torno de alternativas mais adequadas de produção de conhecimento, de formação e desenvolvimento científico e tecnológico no campo da Saúde Coletiva, notadamente nos congressos e reuniões promovidos pela Abrasco. Tais discussões alcançaram a OPS a ponto de seu diretor registrar o seguinte pronunciamento:

A Saúde Pública do presente e do futuro enfrenta, portanto, extraordinários desafios. Talvez seja otimista no sentido de crer que nos temos liberados pelo menos conceitualmente de nossa submissão total a medicina. Creio que a Saúde Pública tem criado seu próprio espaço, se bem reconheça o que podem fazer a medicina e a atenção médica. Mesmo que este espaço, todavia, não mereça ou não esteja merecendo a prioridade e a atenção adequadas, já não se acha nem conceitual nem operacionalmente subordinado ao campo da medicina. (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 1992)

Do ponto de vista político institucional, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, pretendia criar uma Escola de Saúde Pública no Nordeste, especificamente em Recife, Pernambuco. No entanto, a proposta de criação do ISC enfatizava seu caráter inovador, por ser uma unidade acadêmica nascida no seio da universidade e, portanto, com uma vocação para a formação em nível de graduação na área de Saúde. Distingue-se, assim, do modelo clássico das Escolas de Saúde Pública voltado essencialmente para o ensino de pós-graduação e também do modelo implantado no Instituto de Medicina Social da UERJ, que inclui apenas uma participação limitada à graduação em Medicina.

A imagem-objetivo do ISC delineada traça um perfil que abrange o ensino de pós-graduação *sensu lato* e *sensu stricto*, a graduação em Saúde Coletiva, a pesquisa e a extensão, conforme as linhas desenvolvidas no DMP e outras que viessem a se configurar, bem como um modelo de gestão que materializa os princípios democráticos e a institucionalização dos valores perseguidos pelo grupo fundador.

A elaboração da I-O passou por dois momentos, gerando uma primeira aproximação, que consta da proposta preliminar aprovada nas várias instâncias da hierarquia acadêmica e administrativa da UFBA, conforme referido no item anterior, e a segunda, muito mais detalhada, resultante do estudo de viabilidade realizado pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional formalizado pelo reitor em 1994, cujos princípios e diretrizes gerais, com relação a cada um dos eixos ou “linhas de força” do desenvolvimento institucional do ISC apresentam-se a seguir.

566

## ENSINO DE GRADUAÇÃO

a) Participação no processo de formação dos profissionais de saúde na área da saúde coletiva, responsabilizando-se pelo desenvolvimento de experiências de ensino-aprendizagem que contemplem um componente geral para o perfil educacional na área, incluindo:

- descrever, discutir, analisar e investigar (sob orientação) problemas (danos e riscos) e necessidades sociais de saúde, a organização e o funcionamento dos serviços, as políticas públicas setoriais e extra-setoriais pertinentes, bem como a historicidade e a aplicação de saberes e práticas que constituem as respostas sociais no âmbito da saúde;
- explicar os componentes do sistema de saúde, os momentos do processo de trabalho em saúde e os diferentes enfoques de planificação, gestão, monitoramento e avaliação de serviços e práticas de saúde;
- proceder a ações comunicativas e educativas para grupos populacionais e comunidades nos níveis da promoção e proteção da saúde visando ao desenvolvimento da consciência sanitária e da cidadania, da programação e da avaliação de ações, serviços,

estabelecimentos, projetos, programas ou sistemas locais de saúde.

b) A participação proposta será também traduzida na oferta de disciplinas que contemplem os eixos básicos da área (epidemiologia, ciências sociais aplicadas à saúde e administração e planejamento em saúde), garantindo-se a permanência nas unidades de origem de disciplinas que abordem conteúdos preventivos/profiláticos voltados para a capacitação em componentes específicos do perfil educacional da área [...].

c) Desenvolvimento de experiências de aprendizagem que integrem os estudantes e docentes dos cursos de Medicina, Nutrição, Odontologia, Enfermagem e Farmácia, inclusive por meio da organização de disciplinas com enfoque multiprofissional, garantindo-se a realização de práticas conjuntas, visando a capacitá-los para o exercício de suas profissões específicas no que concerne aos conhecimentos e atitudes esperados para sua atuação na área da saúde coletiva.

567

d) Implementação de metodologias de ensino problematizadoras, que favoreçam a interdisciplinaridade e o desenvolvimento da capacidade crítica e criativa de alunos e docentes na compreensão/intervenção sobre a realidade de saúde.

## ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

a) Fortalecimento e expansão das oportunidades para capacitação lato e estrito senso de docentes e profissionais de serviço na área da saúde coletiva, garantindo-se a característica multiprofissional e o caráter interdisciplinar dos programas necessários a esse campo.

b) Consolidação do sistema integrado modular progressivo de pós-graduação, criando áreas de concentração que possam dar conta da especificidade de interesses dos cursos afins e evitando, também ao nível da pós-graduação, a duplicidade de cursos e disciplinas.

c) A pós-graduação em nível de mestrado ou especialização (sob a forma de



residência ou curso regular) terá caráter multiprofissional, devendo capacitar seus egressos para o exercício das seguintes funções:

- Histórico-política: consiste em recuperar, do próprio processo histórico de construção social da saúde, os conhecimentos, êxitos e fracassos da humanidade na luta pela cidadania e o bem-estar e em articular os resultados desse processo de acumulação social no contexto histórico de desenvolvimento a partir da análise de suas origens e tendências.
- Agregação de valor: consiste em produzir conhecimento novo e agregar o existente promovendo sua articulação em benefício da saúde.
- Administração do conhecimento: reconhece os recursos e habilidades socialmente disponíveis e assessora sobre seu uso em favor da construção da saúde.
- 568 • Gerência estratégica: promove, em um contexto de recursos escassos, a economia de gestão e a maximização de benefícios.
- Mediação estratégica: desenvolve um papel favorecedor das relações entre necessidades e problemas de saúde com as decisões políticas que determinam o tipo, intensidade, direção e qualidade da resposta social.
- “Advocacy”: utiliza o conhecimento como instrumento de denúncia e promove a mobilização e participação crescente da sociedade no desenvolvimento e exercício de suas capacidades e direitos.

## PESQUISA

a) Expansão da pesquisa básica e aplicada voltada para as necessidades da região e para a produção de respostas à demanda sanitária nacional, buscando também o desenvolvimento de pesquisas articuladas ao contexto científico e tecnológico internacional.

b) Implementação de um modelo de organização que possibilite a interdisciplinaridade e multiprofissionalidade no desenvolvimento de pesquisas, programas e projetos ou núcleos temáticos.

## EXTENSÃO

- a) Realização de projetos de extensão, a partir de demandas oriundas dos serviços de saúde e da sociedade organizada, que possibilitem a atuação interdisciplinar e multiprofissional direcionada para a solução dos problemas.
- b) Desenvolvimento de programas de cooperação técnica que possam gerar *Feed-back* para o ensino, a pesquisa e a produção de conhecimentos.
- c) Desenvolvimento de programas de educação continuada que contribuam para a consolidação do sistema único de saúde e para o aperfeiçoamento da atenção à saúde prestada à população.

## MODELO DE GESTÃO

569

- a) Implementação de um modelo de gestão de caráter inovador, tendo como pressupostos a democracia, a qualidade e a criatividade, o que supõe:
- b) Potencialização de valores já presentes entre aqueles que atuam na área da saúde coletiva, bem como a irradiação desses valores, a geração de conhecimento e a promoção de compromisso com esses valores, por parte da população e de organizações do setor. Para tanto, o ISC

[...] deverá atuar no sentido da construção de novos significados da missão e da filosofia institucionais, o que pode ser traduzido em linhas gerais numa estrutura organizacional que aposte na desburocratização de forma a favorecer a criatividade, sob uma forma matricial que garanta a produção de estruturas e relações que vão se construindo conforme as necessidades do processo de investigação e do ensino de alto nível. (ESTUDO...,1994)

- c) Organização das atividades-fins sob a forma matricial, em programas/projetos, integrados por docentes/pesquisadores lotados no ISC e também de outras unidades da UFBA, assim como por profissionais de outras instituições, o que implica a conformação do coletivo do instituto em cada período (definido pela duração dos programas/projetos), sendo de

responsabilidade deste coletivo o estabelecimento democrático das políticas a serem adotadas e implementadas pela unidade, que teriam sua execução coordenada por um diretor administrativo.

d) Coordenação geral dos recursos de caráter homogêneo (materiais, financeiros, humanos) do ISC através de uma direção administrativa que teria a seu encargo também a coordenação das ações de apoio, tais como biblioteca e laboratório de informática, garantindo-se que a gestão destes corresponda aos princípios acima referidos e colaborem com o alcance dos objetivos traçados no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

## O DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO ISC (1995-2005)

570

Ao longo de dez anos de intenso trabalho, voltado para a ampliação, fortalecimento e consolidação de suas atividades acadêmicas, o ISC alcançou o reconhecimento institucional no âmbito interno da UFBA e firmou-se como instituição de excelência em termos de ensino, pesquisa e cooperação técnica no campo da Saúde Coletiva brasileira.

O balanço das atividades realizadas nesse período, ocorrido durante o Congresso Interno de 2004, revela o alcance de alguns resultados surpreendentes, ainda mais considerando as condições institucionais, marcadas pela adoção de políticas restritivas com relação ao ensino superior público, cujos reflexos se fizeram sentir, obviamente, na UFBA. De fato, o perfil institucional do ISC, tal como se apresenta no momento atual, revela o desenvolvimento de um esforço do coletivo de docentes e pesquisadores para garantir as condições de sustentabilidade financeira e política da instituição. Isso se deu através da elaboração e execução de um conjunto heterogêneo de programas de pesquisa e projetos de cooperação técnica interinstitucional, que canalizaram recursos e conferiram legitimidade aos conhecimentos produzidos, difundidos e incorporados à prática institucional pelos docentes, pesquisadores e técnicos que atuam no ISC.

Como fruto desse processo, o instituto conta, hoje, com 52 docentes e pesquisadores, número que representa quase o dobro dos 27 professores e técnicos que firmaram o compromisso inicial com a criação da instituição,

em 1994. Menos de um terço desse universo é constituído de docentes do quadro permanente, na medida em que poucos foram admitidos por concursos realizados no período. A capacidade de atração de pesquisadores e docentes de outras unidades e até de outras instituições, que passaram a atuar permanentemente no ISC, se deveu à conformação de linhas de pesquisa e programas de ensino e cooperação que viabilizaram a inserção de profissionais de alto nível em várias áreas.

Hoje, o ISC mantém programas integrados de pesquisa e cooperação técnica, organizados em função de áreas temáticas de investigação e linhas prioritárias de colaboração interinstitucional. As principais linhas de pesquisa em desenvolvimento incluem: análise de situações de saúde; avaliação de sistemas, programas e tecnologias de saúde; saúde e trabalho, gênero e saúde; família e saúde; violência urbana e saúde; macro e microdeterminantes das doenças infecciosas/deficiências nutricionais; epidemiologia das doenças crônico-degenerativas; epidemiologia em saúde ambiental e do trabalhador; políticas e planificação em saúde; processos socioculturais e saúde-doença-cuidado. Através dos projetos de cooperação técnica implementados mediante convênios firmados com diversas instituições, como o Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, OPAS, OMS, Secretarias de Saúde dos Estados (Bahia, Sergipe, Goiás), Secretarias Municipais de Saúde (Salvador, Vitória da Conquista etc.), docentes e pesquisadores do ISC desenvolvem consultoria, assessoria, planejamento e avaliação de programas de saúde, organização de sistemas de informação, treinamento de equipes, cursos de capacitação e especialização, entre outros.

As atividades de ensino incluem a oferta de disciplinas aos cursos de graduação da área da saúde da UFBA, cursos de especialização, cursos de mestrado e doutorado em Saúde Coletiva e cursos de capacitação para dirigentes e técnicos que atuam em serviços de saúde estaduais e municipais. A cada semestre, o ISC oferece três disciplinas básicas a cerca de 400 alunos de graduação em Medicina, Enfermagem, Nutrição, Odontologia, Farmácia e Engenharia Sanitária. Com uma experiência de quase 30 anos de ensino, o Programa de Pós-Graduação (PPGSC/UFBA), já produziu mais de 40 teses de doutorado cerca de 250 dissertações de mestrado, sendo considerado centro de excelência (grau A desde 1982, nível 5 a partir de 1998 e nível 6, alcançado em 2005) pelo sistema Capes-CNPq.

Cabe destacar a experiência exitosa de implantação do mestrado profissionalizante em Saúde Coletiva, desde 2001, que integra o PPGSC e tem desenvolvido a maior parte das turmas oferecidas até o momento (seis) fora da sede (em Ilhéus, Brasília e Goiânia). Isso configurou a necessidade de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, com incorporação de tecnologias de educação à distância, que paralelamente foram utilizadas em cursos de especialização nas áreas de Saúde do trabalhador e em Metodologia de pesquisa em gênero, sexualidade e saúde reprodutiva.

572 Também é importante registrar a experiência acumulada com a realização da Residência em Medicina Social, com área de concentração em Saúde da Família, oferecida em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. De caráter multiprofissional, a Residência tem duração de um ano ou dois, constituindo-se em um espaço de experimentação prática, difusão de conhecimento e identificação de lacunas no conhecimento nas áreas de gestão, planejamento, organização e avaliação de sistemas e serviços de saúde, que alimenta a reflexão crítica e o desenvolvimento de estudos teórico-conceituais sobre modelos de atenção à saúde no âmbito do SUS.

A base institucional de apoio ao desenvolvimento do conjunto dessas atividades contempla, hoje, uma sede conquistada mediante negociações realizadas com a direção superior da UFBA e reformada com recursos obtidos através de convênio, que hoje abriga os grupos de pesquisa e cooperação, dispondo de um auditório, salas de aulas e reuniões, laboratório de informática e de geoprocessamento de informações, laboratório de áudio e vídeo que servem, prioritariamente, às atividades de alunos de pós-graduação, porém encontram-se disponíveis a toda a UFBA, mediante solicitação e agendamento. Além disso, o ISC dispõe de uma Biblioteca especializada em Saúde Coletiva, cujo acervo integrará, proximamente, a Biblioteca Universitária de Saúde em fase de instalação no Campus do Canela.

## PLANO DIRETOR DO ISC 2004-2013: OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

A gestão do ISC tem se pautado pela tentativa de institucionalização de instâncias democráticas de decisão, especificamente os órgãos colegiados

(Congregação, Colegiados de Pós-Graduação, Colegiados dos Cursos de Especialização e de atividades de Graduação) onde se expressa a vontade coletiva dos docentes e pesquisadores, os quais, entretanto, são estimulados a organizar suas “unidades de produção de conhecimentos”, quais sejam, os núcleos e programas de pesquisa (os programas integrados de cooperação técnica e pesquisa), com relativa autonomia. Com isso, tem se verificado o fortalecimento de uma capacidade empreendedora, que se materializa na multiplicação de projetos de pesquisa e cooperação técnica, sob coordenação descentralizada, às vezes de um único pesquisador.

A coordenação do conjunto dessas iniciativas e o estabelecimento de uma direcionalidade comum, fundamento no projeto ético-político do Instituto de Saúde Coletiva (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2005) tem se ancorado em um processo de planejamento participativo, cujos momentos de síntese tem sido os Congressos Internos realizados periodicamente. No Congresso Interno realizado em 2003 foi feita uma análise das restrições políticas na área da educação superior no país e se propôs a rediscussão dos objetivos e estratégias do ISC até 2006 considerando a imagem-objetivo do instituto definido no momento de sua criação.

573

Nessa oportunidade defendeu-se o estabelecimento de um Plano Diretor do ISC para os próximos 10 anos que contemplasse o desenho dos cenários e favorecesse a mobilização das vontades pessoais e institucionais (individuais e coletivas) para se alcançar, mesmo com restrições e diante dos constrangimentos da conjuntura, a I-O pretendida. O Congresso Interno do ISC de 2004 foi uma oportunidade de repactuação acerca do projeto ético-político do instituto (Anexo 1) com vistas a reforçar a sua dimensão instituinte, considerando novas utopias, além de que permitiu a identificação, análise e explicação dos principais problemas vividos no cotidiano do ISC.

Na plenária final do Congresso foi aprovado o conjunto de macroproposições apresentadas, as quais foram retomadas em sessão ampliada da Congregação do ISC, que referendou as decisões do Congresso, decidindo pela criação de um grupo de trabalho responsável pela elaboração do Plano Diretor, o qual foi elaborado e aprovado em sucessivas reuniões plenárias, incluindo a sistematização do projeto ético-político do ISC, o desenho dos cenários onde se projeta a ação da instituição nos próximos 10 anos e o conjunto dos objetivos e estratégias de ação que se pretende desenvolver neste período.

A definição dos objetivos e estratégias de ação do ISC para os próximos 10 anos tomou como ponto de partida as macroproposições apresentadas no documento básico do Congresso Interno, as quais foram redefinidas e ampliadas em função do debate ocorrido nos diversos grupos. O que se apresenta a seguir é uma síntese organizada em três grandes linhas de ação, referentes ao aperfeiçoamento das instâncias de condução política do instituto frente aos cenários desenhados, a redefinição do perfil acadêmico, de acordo com as tendências e desafios atuais do campo da Saúde Coletiva e os investimentos necessários no que tange à infraestrutura física, material e, especialmente, aos “recursos humanos”, sujeitos do processo de desenvolvimento institucional previsto para os próximos 10 anos.

## APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO ICS

574

- a) Implantar, desenvolver e utilizar, de modo mais sistemático, *instâncias coletivas de decisão* que contribuam com a ação comunicativa, o desenvolvimento da democracia substantiva e o aprendizado organizacional, constituindo sujeitos com capacidade de liderança e de invenção de formas mais saudáveis de sociabilidade institucional;
- b) Reestruturar a Congregação contemplando diretor e vice-diretor, representantes do ISC nas instâncias deliberativas da UFBA, coordenadores de colegiados de cooperação técnica, graduação e pós-graduação (senso estrito e senso lato), lideranças de grupos de pesquisa reconhecidos no Diretório do CNPq e representantes discente e técnico-administrativo;
- c) Criação da Câmara de PG lato senso;
- d) Reorganizar o setor de *comunicação interna* e desenvolver um componente de *convívio institucional* no sentido de publicizar, de forma profissional e ética, a produção acadêmica do ISC;
- e) Estabelecer semestralmente uma agenda de discussão de problemas e propostas vinculadas a atividades-fim para as reuniões mensais do Departamento com dia fixo, inicialmente via Congresso Interno e em seguida através das assembleias semestrais.

## CONSOLIDAÇÃO DO PERFIL ACADÊMICO (OBJETIVOS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS)

- a) Desenvolver projetos para reforçar o ISC como *centro colaborador* do SUS e de organizações interessadas em políticas públicas saudáveis e de direitos humanos e de organismos internacionais vinculados ao sistema das Nações Unidas e de países latino-americanos e países africanos de língua portuguesa.
- b) Reorganizar o ISC para torná-lo efetivamente *unidade acadêmica de caráter interdisciplinar*, implantando projetos interdisciplinares especialmente junto às unidades de Economia, Ciências Humanas, Comunicação, Administração, Educação, Ciências da Saúde, Engenharia etc.
- c) Desenvolver e implementar o projeto de criação do Curso de Graduação em Saúde Coletiva.
- d) Priorizar o desenvolvimento de competência institucional para ampliar e desconcentrar a produção acadêmica, envolvendo os núcleos e grupos de pesquisa nas diversas áreas e linhas temáticas.
- e) Fomentar experiências em educação permanente, com ênfase em educação à distância, implementando o projeto de criação da Escola Virtual em Saúde Coletiva (NET-Escola de Saúde Pública).
- f) Formular política de pós-graduação *sensu lato* e criar instância formal de gestão dessa política com representação **no** e **do** colegiado de pós-graduação *sensu stricto*;
- g) Conquistar o grau máximo de avaliação da Capes para o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.

575

## DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA

- a) Ampliar o quadro docente permanente, duplicando o número atual de professores das áreas de planificação & gestão e de ciências sociais em saúde



e aumentando em 50% o número de docentes da área de epidemiologia.

b) Favorecer a qualificação do corpo docente permanente, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo, mediante cursos, estágios, pós-doutorado, ano sabático, etc.

c) Formular e implementar uma política de pessoal para o ISC.

d) Instituir políticas e ações correspondentes de promoção da saúde do trabalhador do ISC.

e) Desenvolver e implementar processos normalizados de gestão de recursos físicos (espaço, instalação, equipamentos, segurança).

f) Definir o orçamento anual do ISC e estabelecer processo de gestão orçamentária.

576

## COMENTÁRIOS FINAIS

A descrição do processo de criação e desenvolvimento do ISC e a análise das características do seu projeto ético-político e acadêmico permitem a sistematização de alguns aspectos que constituem a novidade radical do instituto, face ao contexto em que foi concebido e, principalmente, diante das limitações da conjuntura nacional nas áreas de saúde e educação.

Neste sentido, cabe destacar a capacidade *instituinte* dos sujeitos da proposta, que formularam uma reação criativa às condições de exercício da prática de pesquisa, ensino e cooperação técnica na área da saúde coletiva brasileira, contribuindo para a construção de uma materialidade institucional. (PAIM; ALMEIDA FILHO, 2000)

O projeto político-institucional do ISC, sua “imagem-objetivo”, reflete, por outro lado, a abrangência do campo, ou, pelo menos, a consciência de que a Saúde Coletiva não se deixa aprisionar nos limites disciplinares e departamentais, exigindo a ousadia que leva à experimentação de práticas tanto no âmbito da investigação (novos objetos e abordagens) quanto no âmbito da docência (inserção nos serviços e comprometimento com a mudança organizacional e tecnológica das práticas de saúde).

E, finalmente, a capacidade empreendedora dos docentes e pesquisadores que se expressou na busca da diversificação das parcerias e das fontes de financiamento, o que, no limite, tem permitido ao ISC a expansão de sua capacidade instalada, em termos de infraestrutura física, de equipamentos e recursos de apoio administrativo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº613, de 31 de maio de 1995. Brasília, DF, 1995.

ESTUDO e proposta para viabilidade acadêmica do Instituto de Saúde Coletiva. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Saúde Coletiva. Documentos básicos. Salvador, 1994. p. 70-133

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD; ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. La crisis de la salud publica: reflexiones para el debate. Washington, D.C., 1992. p. 151-167. (Publicación Científica No. 540)

577

PAIM, J. S. Desenvolvimento teórico-conceitual do ensino em Saúde Coletiva. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE POS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA. Ensino da saúde pública: medicina preventiva e social no Brasil. Rio de Janeiro, 1982. p. 5-17.

\_\_\_\_\_. ISC 10 anos. (Apresentação) In: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Saúde Coletiva: Documentos básicos, 1994-2004. Salvador, [2004]. p. 3-4.

\_\_\_\_\_. La salud colectiva y los desafios de la practica. In: ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD; ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. La crisis de la salud publica: reflexiones para el debate. Washington, D.C., 1992. p. 151-167. (Publicación Científica No. 540)

\_\_\_\_\_; ALMEIDA FILHO, N. A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva. Salvador: Casa da Qualidade, 2000.

RODRIGUEZ, R. Teoria y practica de la salud publica. Washington, D.C.: OPS, 1994. Mimeografado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Saúde Coletiva. Congresso interno do ISC-2004: relatório final. UFBA. Salvador: [s.n., 2005].

\_\_\_\_\_. Plano diretor do ISC 2004-2013. UFBA. Salvador: [s.n., 2004].

## ANEXO

## PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO ISC

O projeto ético-político do ISC materializa-se em dois âmbitos principais: um que se abre para fora, para o contexto social mais amplo, e um outro que se volta para o seu espaço interno. No âmbito externo, o que está especialmente em pauta é um compromisso ético-político com a mudança no modelo de atenção à saúde no país que se configura sob a forma de uma articulação orgânica e reflexiva ao projeto da Reforma Sanitária Brasileira, entendendo-a como um projeto nascido da sociedade que constituiu o direito à saúde e transformou-o em questão de Estado e da cidadania e não, apenas, de governos.

578

O Instituto de Saúde Coletiva assume então que a sua excelência institucional deve se materializar no compromisso social com a concretização desse projeto ético, político e cultural, na qualidade e relevância da sua produção científica, na cooperação técnica com organizações afinadas com esse projeto e na formação de sujeitos epistêmicos e públicos, comprometidos com a democracia, a solidariedade e a equidade. Ao mesmo tempo, o projeto ético-político do ISC inscreve-se no compromisso com a democratização mais vasta da sociedade e com o fortalecimento de movimentos sociais e de ações que fomentem a justiça social e a redução da desigualdade social entre grupos e entre nações, em uma perspectiva global. Nessa perspectiva, merecem destaque:

— A reafirmação da importância da vinculação do ISC ao processo de formulação de políticas públicas, à construção do Pólo de Educação Permanente, projetos de cooperação técnica, consultorias para organizações comprometidas com projetos progressistas em saúde e qualidade de vida.

— O intercâmbio Norte-Sul e com os países latino-americanos e países africanos de língua portuguesa, promovendo uma cultura institucional fundada nos valores da democracia, solidariedade, respeito às diferenças e compromisso social.

— O desenvolvimento de uma postura profissional mais “anfíbia” e de uma relação mais permeável às instituições, disciplinas, pesquisadores e alunos exógenos/estrangeiros, reduzindo o perigo da “endogenia institucional”.

— A abertura a paradigmas ético-estéticos que apreendam formas não hegemônicas de produzir e conceber saúde/doença/cuidado.

— O desenvolvimento de cursos e recursos pedagógicos que radicalizem experiências de formação de novos profissionais comprometidos com mudanças políticas, especialmente no âmbito da saúde, e que tenham habilidades e competências desenvolvidas no sentido de analisar criticamente os cenários políticos, de formular políticas de saúde e de desenvolver práticas integrais de saúde.

— A produção de espaços de emergência de sujeitos políticos e de desejo, comprometidos com transformações no campo da saúde coletiva, com a reflexão crítica e o desenvolvimento de práticas em diversas esferas da vida acadêmica e social.

O projeto ético-político do ISC inscreve-se também no desenvolvimento de práticas no interior da instituição, referentes às diversas formas de interação social (entre funcionários, professores e alunos). Esse projeto compreende o desenvolvimento de um ambiente de trabalho de convivência saudável e fraterno que se expressa em diversos níveis e espaços institucionais:

Ao nível de gestão do ISC, pressupõe consolidar a cultura institucional fundada nos valores da democracia interna, solidariedade, respeito às diferenças e compromisso social.

Ao nível de construção identitária, pressupõe a superação de posturas conservadoras, engessadas e resistentes à explicitação e superação de divergências, responsáveis pela produção de uma identidade coletiva frágil.

Ao nível de projeto coletivo, significa a definição e atualização de projetos político-ideológicos e teórico-técnicos comuns seguidos da construção de estratégias transversais de consecução desses projetos, com maior intercâmbio entre os mesmos, evitando excessiva atomização institucional e buscando transcender o *ethos* individualista moderno.

Ao nível comunicacional, pressupõe a ampliação da comunicação interna entre os trabalhadores do ISC e das suas produções científicas e sociais.

Ao nível das práticas acadêmicas, implica a construção de novos fóruns de reflexão e de produção que exercitem de forma mais crítica e orgânica a interdisciplinaridade, a troca de saberes e o trânsito do capital simbólico. Implica ainda a existência e o exercício de espaços dialógicos

que fomentem aprendizados institucionais, partilha de experiências relacionadas a aspectos acadêmicos e à democratização do acesso a informações relevantes.

Ao nível espacial, implica o reconhecimento dos espaços físicos como construções metafóricas que expressam valores, relações de poder, significações simbólicas, além de efetivas delimitações físicas que se traduzem em condições de trabalho, em saúde e em produção científica. Neste sentido, a relação dos trabalhadores do ISC com os diversos espaços físicos deve refletir processos institucionais e interpessoais fraternos e propiciadores de um crescimento profissional coletivo e dinâmico.

Finalmente, ao nível afetivo, implica o cultivo de um espaço mais existencialmente denso, pressupondo que o ISC se torne cada vez mais um lugar agradável para se trabalhar e conviver, expressando o desejo de que desenvolva um ambiente mais humanizado — um lugar onde se fomente o desejo genuíno do crescimento do outro, onde se exercitem relações mais afetuosas e onde haja espaço para o bom humor e a alegria.

*Escola de Teatro*<sup>1</sup>

### APRESENTAÇÃO

A Escola de Teatro da UFBA foi fundada em 1956, como escola de formação acadêmica de atores e diretores de teatro. Este foi um passo historicamente fundamental para o desenvolvimento cultural da Bahia e do Brasil, tendo em vista sua importância em nível nacional e internacional. À visão da época, o primeiro diretor da escola, Martim Gonçalves, e o então reitor da UFBA, Edgard Santos, contribuíram para a grande projeção da produção cultural da Bahia nas últimas décadas do século XX.

Em 1956, a criação da Escola de Teatro na Universidade Federal da Bahia fazia parte de um vasto e audacioso plano cultural do reitor Edgard Santos, que instituiu as escolas de Música, Dança e Teatro, e incorporou à Universidade a quase centenária Escola de Belas Artes, transformando-as rapidamente em centros de excelência. Duas intenções presidiam a iniciativa, ambas orientadas para a atualização da arte teatral numa cidade onde os

---

<sup>1</sup> A Direção da Escola de Teatro entende que este capítulo é de autoria coletiva de todos os docentes e servidores da Unidade.

hábitos provincianos persistiam; por um lado, a divulgação da dramaturgia moderna através de um teatro vivo, conquistando o interesse do grande público e integrando efetivamente a produção universitária na vida da comunidade; por outro, a implantação de um instituto-modelo onde se formassem atores, diretores e professores com os mais modernos métodos e técnicas.

Esse empreendimento pioneiro podia ser considerado, na época, uma utopia. Porém, o reitor convidou um dos fundadores do Teatro Tablado do Rio de Janeiro, o artista, professor e médico pernambucano Martim Gonçalves, o criador e primeiro diretor da Escola de Teatro da UFBA (1956-1961), que, com o apoio da Fundação Rockfeller, reuniu a equipe que viabilizou essa utopia: Gianni Ratto, Yanka Rudzka, Jean Mauroy, J.H.Koellreuter, George Izenour, Jack Brown, Brutus Pedreira, Domitila do Amaral, Antonio Patiño, Anna Edler, João Augusto de Azevedo, Othon Bastos, Sérgio Cardoso e Maria Fernanda. Luís Carlos Maciel e Alberto D'Aversa viriam em seguida. A presença de José Possi Neto, de 1972 a 1976, confirmaria essa vocação utópica fundadora, de prover uma formação universitária e artística, experimental e profissionalizante, modelar e, sobretudo, contemporânea.

582

Da primeira turma de alunos saiu o grupo que constituiria o Teatro dos Novos (1959) que resultou no Teatro Vila Velha (1964), de grande importância na formação e consolidação do atual teatro e cultura baianos.

Com base na premissa universalmente conhecida pelos profissionais do palco — teatro se aprende na prática — a Escola de Teatro prosseguiu projetando suas atividades para propiciar ao aluno a contínua vivência do fazer artístico em paralelo com os estudos teóricos. Além de testar seu desempenho como ator e diretor em montagens didáticas, vinculadas a disciplinas do currículo, o aluno participa continuamente de espetáculos e mostras públicas.

Em função dessa filosofia de trabalho, a Escola de Teatro configura-se como um centro de formação e produção onde a aprendizagem das artes cênicas está intimamente associada à realização de eventos artísticos. Cerca de 20 espetáculos são montados anualmente por professores, alunos e artistas convidados, promovendo o encontro da Universidade com a Comunidade e revelando a forte presença da Escola de Teatro no cenário cultural de Salvador.

A Escola de Teatro, além disso, nos últimos cinco anos tem recebido **nota seis (acima da máxima – cinco)** na avaliação realizada pela Capes,

em sua **pós-graduação** (mestrado e doutorado); assim como **nota máxima cinco** em seus cursos de **graduação**, avaliação realizada pelo Guia do Estudante, publicação que há 12 anos avalia as instituições de ensino superior brasileiras. Deste modo, a Escola de Teatro da UFBA hoje é, assim como no passado, um centro de referência e excelência da arte teatral no Brasil.

## INSTALAÇÕES FÍSICAS

A Escola de Teatro da UFBA localiza-se no bairro do Canela, centro da cidade de Salvador, à Rua Araújo Pinho, 292. Situa-se no famoso Corredor Cultural da Cidade, onde estão o Teatro Castro Alves, a Sala do Coro do Teatro Castro Alves, o Teatro do ICBA (Instituto Cultural Brasil—Alemanha), Teatro Aliança Francesa, Teatro ACBEU (Associação Cultural Brasil—Estados Unidos), Teatro Gregório de Matos, Teatro Raul Seixas do Sindicato dos Bancários, Teatro Dias Gomes do Sindicato dos Comerciantes, Teatro SESC/Pelourinho, Teatro XVIII. Está localizada numa área privilegiada da cidade em termos de acesso e circulação de público, próximo a outros teatros, cinemas, galerias, museus, bibliotecas, campus universitário e áreas de lazer.

O Complexo Arquitetônico da Escola de Teatro da UFBA é formado pelo secular casarão Solar Santo Antônio, que abriga a administração da Escola: secretaria administrativa da unidade, departamentos, colegiados, chefia de apoio e sala dos professores; um Pavilhão de Aulas construído em 1994, no qual abrigam-se 4 salas de aulas teórico/práticas, 1 sala de maquiagem, 1 sala de cenografia, 1 biblioteca com banco de textos teatrais e memória, 1 laboratório de informática e 1 sala experimental, a Sala 05, que possui arquibancada com capacidade para 70 pessoas; um complexo carpintaria/rouparia; e um teatro, o Teatro Martim Gonçalves, que se encontra em reconstrução.

Em 1958 foi inaugurado o Teatro Santo Antônio (no aniversário de 40 anos da Escola este foi rebatizado como Teatro Martim Gonçalves), fazendo parte do complexo arquitetônico do casarão. Na época, este teatro era uma construção provisória para que futuramente fosse realizada a construção definitiva.

Hoje, após 44 anos, o antigo Teatro Santo Antônio (atual Martim Gonçalves) passa por uma reconstrução tendo como base a concepção inicial



de palco italiano, com plena caixa cênica que permitirá aos estudantes e professores uma infraestrutura física para ensino e produções teatrais em condições compatíveis com as necessidades de uma Escola de Teatro que é referência nacional e que tem no teatro seu principal laboratório de ensino, pesquisa e extensão.

No estágio atual de reconstrução, toda a parte estrutural já se encontra concluída, ou seja, o antigo teatro foi demolido e reconstruído, elevando-se sua altura para que fosse colocado o piso da soffite de iluminação e cenotecnia (estrutura de aço, com passarelas para colocação de refletores e subida/descida de cenários); o palco italiano foi ampliado, assim como seu palco giratório, fosso, coxias laterais; foram construídos dois amplos camarins laterais; a plateia também foi ampliada em aclave para 200 lugares, assim como o foyer; foram construídos novos sanitários masculino/feminino e para deficientes físicos, cabine de som e luz; foi construída a casa de ar-condicionado, assim como foram colocados os seus dutos, sala de dimmers, e subestação abrigada. A instalação elétrica de palco/plateia já foi também realizada. Foi realizada a drenagem da área externa, em volta do teatro, para que futuramente este se mantenha sem umidade. Está sendo realizado o acabamento com a instalação de aparelho de ar-condicionado, sonorização, tratamento acústico e iluminação/rede elétrica.

584

Para que o Teatro Martim Gonçalves volte a funcionar é imprescindível realizar serviços de acabamento que incluem iluminação cênica, cenotecnia, assim como pintura interna e externa.

Com a conclusão da reconstrução do Teatro Martim Gonçalves, a Escola de Teatro da UFBA vai proporcionar ao desenvolvimento da cultura na Bahia um teatro com equipamentos adequados às novas tecnologias de sonorização, iluminação, cenotecnia, climatização e acústica. Vai assegurar, também, a seus professores, alunos, técnicos e a comunidade em geral, uma estrutura moderna de formação artística e técnica para a produção cênica nas próximas décadas. O público terá um teatro em condições compatíveis com os teatros atuais existentes no país.

## FORMAÇÃO ACADÊMICA

### ENSINO DE GRADUAÇÃO

Os cursos da Escola foram livres até 1963, quando se formalizaram o curso de Direção Teatral, de nível superior, e o de Formação do Ator, de nível médio. Em 1983 institucionalizou-se o Bacharelado em Artes Cênicas, com as habilitações em Direção Teatral e Interpretação Teatral. Em 1986 criou-se o curso Licenciatura em Teatro.

Com duração média de quatro anos, os cursos de graduação oferecem anualmente aos novos alunos (atualmente a Escola tem 350 alunos regularmente matriculados), através de concurso vestibular e testes de habilidades específicas, um currículo completo. São aulas de direção e interpretação teatral, dramaturgia, história do teatro, direção, técnica de corpo, artes visuais e cenografia, iluminação, indumentária, maquiagem, além de matérias optativas. Ao longo do curso, o estudante é estimulado a participar de montagens teatrais, espetáculos e mostras públicas, de modo a alicerçar sua formação artística e profissional numa efetiva experimentação dos recursos cênicos.

585

Bacharelado em Artes Cênicas:

***Habilitação em Interpretação Teatral:***

Duração: 4 anos (tempo médio)

Carga horária total: 3.120h

***Habilitação em Direção Teatral:***

Duração: 4 anos (tempo médio)

Carga horária total: 3.055h

Licenciatura em Teatro:

Duração: 4 anos (tempo médio)

Carga horária total: 2.647h

Mostras teatrais semestrais de montagens didáticas estão ligadas às diversas disciplinas dos referidos cursos de graduação. Em Direção Teatral

realizam-se mostras nas disciplinas Prática de Ensaio I, Prática de Ensaio II, Direção de Montagem I e Direção de Montagem II. Para Interpretação Teatral realizam-se mostras em Prática da Interpretação I, Prática da Interpretação II, Desempenho I e Desempenho II. Para os formandos, a montagem de um espetáculo ao final do curso coloca-os aptos para ingressar no mundo profissional. Em sua formação artístico-pedagógica, o aluno de Licenciatura estuda aspectos teóricos da educação e realiza um estágio de ensino, além de experimentar a prática cênica, nas disciplinas Prática de Ensaio I e Prática de Ensaio II.

## IMPLANTAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO

O “Novo Currículo” foi implantado em 2004.1 e já está em fase de consolidação, para os cursos de Bacharelado em Artes Cênicas (Interpretação e Direção) e de Licenciatura em Teatro.

586

### *Características Gerais do Novo Currículo*

- a) as disciplinas são oferecidas exclusivamente em Módulos Interdisciplinares. Assim, os alunos se matriculam no Módulo e não nas disciplinas isoladamente;
- b) os Módulos têm a duração de um semestre letivo (quinze semanas), mais três semanas de Período de Avaliação. Assim, cada Módulo têm duração total de 18 semanas com a carga horária total de 450 horas, ocupando sempre um único turno;
- c) os Módulos são planejados pela equipe docente do semestre no semestre anterior e têm o formato de Projeto Acadêmico, que é apreciado em reunião conjunta entre os Departamentos da Escola de Teatro e o Colegiado dos Cursos de Graduação em Teatro;
- d) um grupo de professores é responsável e atua conjuntamente para o planejamento, realização e avaliação das atividades de cada Módulo interdisciplinar, sendo esse grupo constituído em reunião conjunta

como a citada no item anterior. A avaliação é expressa conforme as normas da UFBA, em notas de zero a dez.

## ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Qualificar pessoal para o ensino superior e a pesquisa e produzir conhecimento novo na área de Artes Cênicas foram os objetivos da implantação do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGAC) da Escola de Teatro em parceria com a Escola de Dança, em 1997, simultaneamente nos níveis de mestrado e doutorado, sendo o único do norte/nordeste, nesta área. O PPGAC se encontra mobilizado para a manutenção desse grau de excelência, baseado em sua estrutura curricular de apenas uma área de concentração e duas linhas de pesquisa, em seu reduzido tempo médio de titulação e em seus excelentes indicadores quantitativos, qualitativos e de distribuição da produção intelectual, que tem contado com livros e artigos em periódicos publicados, além de obras artísticas apresentadas, em âmbito nacional e internacional.

Dos cinco programas de Pós-Graduação existentes no país, o da UFBA, criado em 1997, e que abrange as áreas de arte e dança, foi o único que obteve a nota 6,0 para o triênio 2001-2003. Esse conceito é reservado a programa de mestrado e doutorado com nível de excelência e com desempenho equiparado aos dos mais importantes centros de ensino e pesquisa que apresentam grande inserção internacional. Essa é a terceira vez que o PPGAC submete-se à avaliação da Capes. Na primeira, já em 1997, recebeu nota 3,0, garantindo o reconhecimento do curso. Na avaliação do triênio 1998-2000, obteve nota 5,0, conceito dado a programas com alto nível de desempenho, e na avaliação do triênio 2001-2003 obteve nota 6,0.

Desde sua criação, já formou 81 mestres e 15 doutores, com previsão para este ano de 2006 de formação de mais de 6 (seis) doutores e 4 mestres, totalizando 95. Dos 23 professores que atuam no PPGAC, a maioria tem cursos de doutorado no exterior e desenvolve pesquisa junto ao JIPE-CIT. Quatro professores de Escola de Teatro são pesquisadores do CNPq, dois em nível 1 A (Armando Bião e Sérgio Faria) e dois em nível 2 (Ciane Fernandes e Cleise Mendes).

O PPGAC, desde 1997, implantou seu programa editorial com a publicação de 11 números do periódico *Cadernos do GIFE-CIT* e dez números da revista *Repertório Teatro & Dança*, além de três livros.

Os pesquisadores do PPGAC lideraram, a partir de 1998, a criação da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (Abrace), entidade consolidada que já publicou quatro números da série *Memória Abrace*, com os anais e outros materiais de três congressos e três reuniões científicas de âmbito nacional.

Além disso, foram estabelecidos convênios de cooperação institucional com universidades brasileiras (Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Pará) e estrangeiras (Paris VIII e Paris X).

As pesquisas dos professores e dos alunos estão agrupadas em duas linhas: *Matrizes Culturais na Cena Contemporânea, Poéticas e Processos de Encenação, Estudos da Performance e Dramaturgia, História e Crítica da Teatro. A Etnocologia*, área do conhecimento que reúne estudos sobre as manifestações espetaculares cotidianas e extracotidianas, constitui uma das vertentes de pesquisa para diversos projetos, de professores e alunos vinculados às duas linhas do Programa. É em função dessa área, de grande relevância no campo das Artes Cênicas, que vêm se estabelecendo os intercâmbios com o Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas — *Études Théâtrales et Chorégraphiques*, coordenado pelo professor Jean-Marie Pradier, na Universidade Paris VIII e o *GRIF — Groupe de Recherches Interdisciplinaires Franco-Brésilien*, coordenado pela professora Idelette Muzart, na Universidade Paris X.

Merecem atenção especial as relações internacionais que os professores vêm estabelecendo ao longo desses nove anos de implantação do Programa: existem trabalhos conjuntos e intercâmbios com pesquisadores da França, Holanda, Alemanha, Itália, Portugal e Estados Unidos. Duas professoras estiveram realizando estágio pós-doutoral em 2003. Outra professora realizou aperfeiçoamento na Alemanha. Cinco doutorandos estiveram na França e um na Espanha, com Bolsa Sanduíche Capes, e um na Alemanha com bolsa DAAD, entre 2004-2006.

O mestrado oferecido pelo PPGAC-UFBA continua sendo procurado por candidatos de outros países da América Latina (Chile, Argentina, Colômbia, Peru e Paraguai) e já se formaram mestres provenientes da Argentina, Venezuela e Panamá.

No que se refere à produção artística, são realizadas encenações que acompanham algumas dissertações e teses produzidas pelos alunos do PPGAC. Entre estas encenações ganhou destaque o trabalho de uma professora desta Escola e aluna do Programa, Iami Rebouças, que foi agraciada com o Prêmio Braskem de Melhor Atriz de 2001 do Teatro Baiano, com o espetáculo/tese **Umbiguidades** além de participar do *Circuito Palco Giratório* promovido pelo SESC/Rio de Janeiro, viajando por diversos Estados brasileiros.

## EXTENSÃO/PESQUISA

Também selecionadas por meio de testes de habilidades específicas, pessoas da comunidade de Salvador participam dos cursos e oficinas, organizados pelos núcleos permanentes de extensão/pesquisa:

589

1. A **Companhia de Teatro da UFBA**, fundada em 1981, é formada por professores, técnicos, alunos estagiários e artistas convidados. É voltada basicamente para a criação e produção de espetáculos. São dois os princípios que orientam sua atuação: realização de montagens de baixo custo e alto valor criativo e divulgação de textos inéditos ou pouco conhecidos, identificando tendências emergentes na dramaturgia, em paralelo com a releitura dos clássicos. Assim, a Companhia de Teatro valoriza ao mesmo tempo a tradição e a contemporaneidade. Como grupo que produz contínua e sistematicamente, realiza em média dois espetáculos por ano e já recebeu **21 prêmios** até o momento, entre troféus locais, regionais e nacionais.

### **Espectáculos encenados:**

#### **1981:**

*Seis personagens à procura de um autor*, de Luigi Pirandello;

#### **1982:**

*Caixa de sombras*, de Michael Christopher. **Prêmios de Melhor Ator Coadjuvante** para o aluno Raimundo Porto e **Melhor Atriz Coadjuvante** para a profa. Sônia Rangel - *Troféu Martim Gonçalves*;

*A farsa da boa preguiça*, de Ariano Suassuna;

**1983:**

*Pobre assassino*, de Pavel Kohou. **Prêmio de Melhor Ator Coadjuvante** para o prof. Jorge Gáspari - *Troféu Martim Gonçalves*;

**1984:**

*A torre em concurso*, de Joaquim M. de Macedo;  
*Ciranda*, de Arthur Schnitzler. **Prêmio de Melhor Atriz** para a profa. Yumara Rodrigues - *Troféu Martim Gonçalves*;

**1985:**

*A noite das tribades*, de Peer Olov Enquist;  
*A caverna*, de Walter Smetak. **Prêmio de Melhor Direção** para o prof. Paulo Dourado - *Troféu Martim Gonçalves*;  
*Em alto mar*, de Slawomir Mrozek. **Prêmios de Melhor Espetáculo, Melhor Direção e Melhor Cenário** para o prof. Ewald Hakler; **Prêmio de Melhor Ator** para o prof. Harildo Deda e **Prêmio de Melhor Ator Coadjuvante** para o ator Júlio Goes - *Troféu Martim Gonçalves*;  
*Dias felizes*, de Samuel Beckett. **Prêmio Especial de Intérprete** a atriz Yumara Rodrigues - *Troféu Martim Gonçalves*;

**1986:**

*A vida de Eduardo II*, de C. Marlowe e Berthold Brecht. **Prêmios de Melhor Cenário** para o prof. Ewald Hackler; **Prêmio de Melhor Figurino** para os professores Ewald Hackler e Claudete Eloy; e **Melhor Ator Coadjuvante** para o ator Wilson Mello - *V Festival Universitário de Teatro - Blumenau/Santa Catarina*;

**1987:**

*Tango*, de Slawomir Mrozek  
*Sr. Puntilla e seu criado Matti*, de Berthod Brecht

**1988:**

*A Chunga*, de Mario Vargas Llosa  
*O marinheiro* de Fernando Pessoa

**1989:**

*A criada quer ser patroa*, de Giovanni B. Pergolesi  
*Arlequim, servidor de dois patrões*, de Carlo Goldoni  
*O cego*, de Gustavo Etkin

**1990:**

*O menor quer ser tutor*, de Peter Handke. **Prêmios de Melhor Espetáculo e Melhor Direção** para o prof. Ewald Hakler - *Festival Universitário de Blumenau/SC*;

**1991:**

*Quase um Hamlet*, de Klaus Mazohl

**1992:**

*Em alto mar*, de Slawomir Mrozek. **Prêmio de Melhor Ator** para o aluno Lúcio Tranchesi - *Festival Universitário de Teatro de Blumenau/SC*;  
*1968 ou A lira dos vinte anos*, de Paulo César Coutinho

591

**1993:**

*O zoológico de vidro*, de Tennessee Williams;  
*A donzela casadoira*, de Eugène Ionesco

**1994:**

*O menor quer ser tutor*, de Peter Hanke  
*O horário de visita*, de Felix Mitterer

**1995:**

*Na selva das cidades*, de Berthold Brecht. **Prêmio de Melhor Direção** para o prof. Deolindo Checucci - *Prêmio Copene de Teatro*;

**1996:**

*Noite encantada*, de Slawomir Mrozek. **Prêmios de Melhor Espetáculo e Melhor Direção** para o prof. Ewald Hakler e **Prêmio de Melhor Ator** para o prof. Carlos Nascimento - *Prêmio Copene de Teatro*  
*A casa de Eros*, de Cleise Mendes  
*Hedda Gabler*, de Henrik Ibsen  
*Os dois manecos*, de T. Maccius Plautus



**1997:**

*D. Maria I, a Louca*, de Aninha Franco

**1998:**

*O círculo de giz* de Bertold Brecht

*Mãe Coragem*, de Bertold Brecht

*Eu, Brecht*, texto-colagem de Cleise Mendes

*Angel City*, de Sam Shepard

**1999:**

*Acrobatas*, de Israel Horowitz

**2000:**

*A mulher sem pecado*, de Nelson Rodrigues

592

**2002:**

*Senhorita Júlia*, de August Strindberg

**2003:**

*Senhorita Júlia*, de August Strindberg (remontagem)

**2004:**

*Arte*, de Yasmina Reza, recebeu os prêmios de **Melhor Espetáculo e Melhor Direção (Prof. Ewald Hackler) e Melhor Ator (Gideon Rosa)**.

2. O **Núcleo de Estudo de Teatro Popular (Netpop)**, criado em 1983, realiza e publica pesquisas sobre as expressões dramáticas do folclore brasileiro, assim como realiza montagens de espetáculos do universo da cultura popular.

Dentre as pesquisas de maior realce, por sua densidade cultural e repercussão local e nacional, está a realizada pelo falecido professor Nelson de Araújo e que deu origem a três trabalhos com o título geral *Panorama da Cultura Popular na Bahia*, já publicados: Tomo I — *O Recôncavo Baiano*, Tomo II — *Litoral Norte/Nordeste, São Francisco, Chapada Diamantina e Serra Geral* e Tomo III — *Sudeste/Sul da Bahia*. A partir deste levantamento cultural realizado pelo professor Nelson foi realizado pela TV Educativa do Estado da Bahia a série *Bahia Singular e Plural*, uma série de vídeos

com os folguedos populares de todo o Estado: *A burrinha*, *Nego Fugido*, *Zambiapunga*, *Ternos de Reis da Lapinha*, *Folias de Rei*, *Bumba meu Boi* etc. Nelson de Araújo ainda lançou o livro *História do Teatro* que é utilizado em todas as escolas de Teatro do Brasil pela seriedade e excelência do material escrito. Ainda escreveu diversos romances e contos.

Dando continuidade aos estudos realizados por Nelson de Araújo, o professor Carlos Petrovich desenvolve pesquisa dentro do universo da cultura afro-descendente realizando pesquisa e extensão na Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos, pertencente ao Ilê Axé Opô Afonjá, e com a Banda Didá. Seu trabalho parte das lendas dos orixás no sentido de alfabetizar, através do teatro, as crianças afro-descendentes. Publicou uma série de livros abordando a metodologia aplicada, além de contos e peças teatrais. Entre esses publicou *Prosa de Nagô*, *Ilê Ifé - Mitos Afro-brasileiros*, *Ajaká — o menino que era rei e não sabia*.

593

3. O **Contexto Cênico — Ciclo Permanente de Leituras Dramáticas**, criado em 1984, promove mensalmente a divulgação, através de leituras dramatizadas e debates, de textos teatrais emergentes, com ênfase nos autores locais e nacionais. Já propiciou o lançamento de dezenas de textos inéditos.

4. O **Curso Livre de Teatro**, criado em 1985, tem desenvolvido, anualmente, oficina de iniciação ao teatro e de aperfeiçoamento para o ator, realizando dois espetáculos teatrais, um durante o processo, e o outro ao final. Aberto a qualquer interessado maior de 18 anos, o Curso Livre de Teatro é um campo de investigação de propostas contemporâneas de linguagem cênica e representa uma oportunidade de iniciação ao teatro, para quem não possui experiência anterior, e de aperfeiçoamento para os atores amadores. Com aulas diárias de expressão corporal e vocal, artes visuais, interpretação, canto e dramaturgia, o curso tem duração de nove meses e recebe, anualmente, uma média de 300 candidatos para 30 vagas.

### **Espectáculos Encenados:**

1985 - *A décima segunda noite ou o que você quiser*, de William Shakespeare

1986 - *No galope do riso, improvisado*, de Cleise Mendes e Roberto Wagner

Leite

1987 – *Sim*, de Cleise Mendes e Luiz Marfuz, sobre a vida e obra de Arrabal

1988 - *A guerra mais ou menos santa*, de Mário Brasini

1989 - *Em cima da terra, embaixo do céu*, de Cleise Mendes e Sérgio Farias

1990 - *Os melhores anos de nossas vidas*, de Domingos de Oliveira

1991 - *As aves*, de Aristófanes

1992 - *Noites vadias*, de Cleise Mendes

1993 - *O Inspetor geral*, de Nicolai Gogol

1994 - *Cabaré Brasil*, de Paulo Cunha

1995 - *Cabaré Brasil*, Revista Musical de Paulo Cunha

1996 - *Álbum de família*, de Nelson Rodrigues

1997 - *Senhora dos afogados*, de Nelson Rodrigues

1998 - *Só para mulheres*, de Aristófanes

1999 - *Exploradores de caverna*, de Solange Miguel

594

2000 - *Píramo e Tisbe*, de Wladimir Capela

2001 - *A Farsa veríssima*, adaptação das crônicas de Fernando Veríssimo

2002 - *Pode ser que seja só o leiteiro lá fora*, de Caio Fernando de Abreu

2003 - *Beijo no asfalto*, de Nelson Rodrigues. Indicado como **Melhor Espetáculo** ao Prêmio Braskem de Teatro/Bahia.

2004 – *Bonitinha, mas ordinária*, de Nelson Rodrigues

5. O **Núcleo de Estudos sobre Teatro para Crianças e Adolescentes**, desde 1988, investiga o teatro direcionado à criança e ao adolescente, numa tentativa de repensar o trabalho desenvolvido em Salvador por diversos grupos de comunidade, e vem produzindo trabalhos alternativos visando à formação de um público mais crítico e consciente de sua realidade.

### **Espetáculos Encenados:**

#### **1988:**

*A tartaruga, a lebre e o juiz*, baseado em Esopo

I Mostra Baiana de Teatro para Crianças e Adolescentes

#### **1989:**

*A Lenda do Piuí*, de José Rubens Chasseraux e Sérvulo Augusto

**1990:**

*Beto e Teca*, de Volker Ludwig

*História de muitos amores*, de Domingos de Oliveira

**1991:**

*Sapomorfose*, de Cora Rónai. **Prêmio de Melhor Maquiagem** para Claudete Eloy — XVI Festival de Teatro de Campina Grande/PB;

**1992:**

*Leonce e Lena*, de Georg Büchner

**1993:**

*Amazônia*, de Paulo César Coutinho

**1994:**

*Puxa vida*, de Volker Ludwig e Reiner Luker. **Prêmios de Melhor Espetáculo, Melhor Ator** para o aluno George Wladimir, **Melhor Ator Coadjuvante** para o aluno Frank Menezes e **Melhor Atriz Coadjuvante** para a aluna Rose Anias — Festival Nacional de Teatro Isnard Azevedo — Florianópolis

595

6. O **Núcleo de Exercícios para o Ator**, criado em 1990, realiza oficinas de aprofundamento nas técnicas de interpretação teatral, campo de pesquisa e experimentação da linguagem cênica, tendo como resultado, montagens cênicas.

7. O **Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Contemporaneidade, Imaginário e Teatralidade (GIPE-CIT)**, criado em 1994, deu origem ao Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFBA, e continua sendo seu eixo estruturante. A proposta do grupo é promover o intercâmbio e a reflexão, além de divulgar os resultados parciais e finais das pesquisas realizadas por professores, alunos e outros pesquisadores participantes. O GIPE-CIT promove, semestralmente, uma série de 15 palestras proferidas por pesquisadores do próprio grupo, professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Desde 1997, o GIPE-CIT vem editando *Os Cadernos do GIPE-CIT*, que já têm 15 números publicados, resultado das palestras proferidas pelos diversos convidados e participantes do grupo. Além de livros, capítulos de livros e artigos em periódicos, publicados no Brasil e no exterior, de autoria de alunos e professores do Programa, o PPGAC e o GIPE-CIT lançaram, pela Editora Anna Blume, em 1998, o livro *Etnocologia, textos escolhidos*, e em 2000, o livro *Temas em contemporaneidade, imaginário e teatralidade*.

8. O **Ato de Quatro**, núcleo criado por alunos de graduação, em 1996, constitui-se em montagens dinâmicas de peças de curta duração e de cenas selecionadas de peças teatrais, apresentadas em conjunto de quatro delas, todas dirigidas e interpretadas pelos próprios alunos da escola de teatro, e apresentadas semanalmente na Sala Experimental- Sala 5.

596

9. O **Núcleo de Pesquisa e Prática da Arte do Clown (NPPAC)**, criado em 1999, por alunos de graduação que participaram de oficina de clown com o grupo Lume/Unicamp, desenvolve pesquisa sobre o universo circense, realizando seminários, palestras, intercâmbios culturais, oficinas, workshops, apresentações cênicas clownescas, e a criação de espetáculos unindo a linguagem circense à teatral.

10. **Os Bôbos da Corte**, criado em 2001, desenvolve pesquisa e experimentações teatrais a partir do universo de poetas brasileiros, resultando em espetáculos teatrais focados em autores como Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Guimarães Rosa, entre outros.

### **Espetáculos Encenados:**

2003 - *A hora da estrela*, de Clarice Lispector

- *Dom Casmurro*, de Machado de Assis

- *A Cidade expressa - uma trilogia baiana*

- *A Cidade fantástica - uma trilogia baiana*

- *A Cidade real - uma trilogia baiana*

Realizam-se, também, no âmbito da Escola de Teatro, oficinas semestrais voltadas para o público externo:

1. **Oficina de Preparação do Ator (OPA)**, desde 1989, desenvolve técnicas teatrais para iniciantes, em geral, absorvendo parte dos candidatos que não lograram aprovação no teste de seleção para o Curso Livre ou para os Cursos de Graduação.
2. **Oficina de Teatro para Adolescentes**, desde 1991, voltada para o público adolescente.
3. **Oficina de Teatro para Crianças**, desde 1992, voltada para o público infantil.
4. **Oficina de Teatro para a Terceira Idade**, desde 1993, voltada para o público acima de 45 anos.

A Escola de Teatro, desde a sua fundação, promove, também, **Eventos Internacionais de Teatro**, envolvendo a realização de oficinas, palestras, seminários e espetáculos, com a participação de grupos e artistas estrangeiros. A partir de 1994, participaram desses eventos o Odin Teatret, da Dinamarca, o Potlach, da Itália, e a Compagnie Steven Wasson e Corinne Soum, da Ecole de Mimme Corporel Dramatique, da Inglaterra.

Alguns pesquisadores também são convidados para apresentar seus trabalhos no âmbito da Escola, como já foi o caso de Eugênio Barba, da International School of Theatre Anthropology, da Dinamarca; Jil Mac Dougall, da Universidade da Pensilvânia, EUA; Mark Danby, da Queens University, Canadá; Júlio Moracén Naranjo, do Centro de Teatro y Danza de la Habana, Cuba; Michel Maffesoli, da Sorbonne, França; Jonh Sommers e Linda Rolf, da Exeter University, Inglaterra. Em 1997, o GIPE-CIT e o PPGAC realizaram em Salvador, com o apoio da Unesco e do governo do Estado da Bahia, o III Colóquio Internacional da Etnocologia, reunindo artistas e outros interessados nas pesquisas interdisciplinares sobre os comportamentos espetaculares organizados.

Ressalte-se que todos os núcleos realizam tanto pesquisa quanto extensão sendo indissociável, para a Escola de Teatro, a relação pesquisa/extensão. A base do ensino da Escola de Teatro tanto na graduação como na pós-graduação é formada pela triangulação ensino/pesquisa/extensão.

## QUADRO DE PESSOAL

### CORPO DOCENTE DA ESCOLA DE TEATRO

- 598 Armindo Jorge de Carvalho Bião - Doutorado Sorbonne/FR - ator e diretor
- Carlos Alberto C. Nascimento - Bacharelado Direção Teatral UFBA/BR - ator
- Carlos Petrovich - Bacharelado Direção Teatral UFBA/BR - ator e diretor
- Catarina Sant'Anna - Doutorado USP/BR - dramaturga
- Ciane Fernandes - Doutorado New York U./EUA - coreógrafa e dançarina
- Claudete Eloy - Especialização UFBA/BR - figurinista e maquiadora
- Cleise Mendes - Doutorado UFBA/BR - atriz e dramaturga
- Deolindo Checcucci - Mestrado Kansas U./EUA - diretor e dramaturgo
- Eduardo Tudella - Mestrado New York U./EUA - cenógrafo e iluminador
- Eliene Benício - Doutorado USP/BR - atriz e diretora
- Érico Vasconcelos - Mestrado UFBA/BR - ator
- Ewald Hackler - Doutorado Califórnia U./EUA - cenógrafo e diretor
- Gláucio Machado - Mestrado UNIRIO/BR - ator
- Harildo Déda - Mestrado Iowa U./EUA - ator e diretor
- Hebe Alves - Mestrado UFBA/BR - atriz e diretora
- Iami Rebouças Freire - Mestrado UFBA/Br - atriz
- Jacyan Castilho - Mestrado UFRJ/BR - atriz
- Jorge Madureira Gaspari - Bacharelado Direção Teatral UFBA/BR - ator e diretor
- Luiz Marfuz - Mestrado UFBA/ BR - diretor
- Maria Eugênia Millet - Mestrado UFBA/BR - atriz e diretora
- Meran Vargens - Mestrado London U./GB - atriz e diretora
- Paulo Cunha - Especialização UFBA/BR - cenógrafo e diretor
- Paulo Dourado - Bacharelado Direção teatral UFBA/BR - diretor
- Sônia Lúcia Rangel - Doutorado UFBA/BR - atris e cenógrafa

## CORPO DOCENTE ASSOCIADO

Leda Muhana Iannitelli - Doutorado Temple U./EUA - dançarina e coreógrafa (Escola de Dança)

Marta Saback - Bacharelado em Dança UFBA/BR - coreógrafa (Escola de Dança)

Sérgio Farias - Pós-Doutorado Sorbonne/FR - ator e diretor (Faculdade de Educação)

Suzana Martins - Doutorado Temple U./EUA - coreógrafa (Escola de Dança)

## CORPO DOCENTE SUBSTITUTO

Adelice Souza - Bacharelado Direção teatral UFBA/BR - diretora

599

Gideon Rosa - Bacharelado em Jornalismo UFBA/BR - ator

Juliana Rangel - Bacharelado em Fonoaudiologia UFBA/BR

Maurício Pedrosa - Bacharelado Direção Teatro e Licenciatura em Teatro UFBA /BR - cenógrafo

Ney Wendel - Bacharelado Direção Teatral -UFBA/BR - diretor

Pedro Henriques Henriques - Bacharelado em Direção Teatral UFBA/BR - diretor

Roberto Laplane - Bacharelado Direção teatral e licenciatura em Teatro UFBA/BR - figurinista e iluminador

Sérgio Almeida - Bacharelado em Direção Teatral UFBA/BR - diretor

## FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Ademir Pereira França - carpinteiro

Edvalda da Silva Gomes - apoio administrativo/telefonista

Epifânio Ferreira Gomes - jardineiro

Gideon Alves Rosa - ator e professor

Inaldo Santana - apoio administrativo

Iolanda Silva Nery - secretária departamento

Joana Schinnitman Silva - assistente administrativa e atriz



José Pedro Portugal - assistente administrativo departamento  
Jutaí da Silva Santos - Assistente bibliotecário  
Luciano Bahia - assistente administrativo e sonoplasta  
Márcia Cardoso Bonfim - costureira  
Marcos Alves Soares - assistente administração  
Maria das Graças Calazans - costureira  
Maria Eugênia Simões Farias - secretária administrativa da Unidade  
Nilson Nascimento Souza - bibliotecário  
Ramon Reverendo - assistente administrativo colegiado pós-graduação  
Reinaldo de Jesus Costa - assistente de carpinteiro  
Roberto Brito dos Santos - secretário colegiado de graduação  
Susan Spencer Souza - arquivo e documentação/ banco de textos  
Walter da Silva Santos - assistente administrativo departamento

600

## ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

**Diretor** - Eliene Benício Amâncio Costa

**Vice-diretor** - Daniel Marques

**Chefe do Departamento de Fundamentos do Espetáculo** - Carlos Alberto Nascimento

**Chefe do Departamento de Técnicas do Espetáculo** - Gláucio Machado

**Coordenador Colegiado Graduação** - Eduardo da Silva Tudella

**Coordenador Colegiado Pós-Graduação** - Sérgio Borges Farias

## LIVROS PUBLICADOS

BEZERRA, A. P. *Le théâtre de l'opprimé du spectateur-acteur* (Gênese Personne Personnage Personalité). Lille: Atelier National de Réproduction des Thèses/ SEPTENTRION, Presses Universitaires de Lille, 2003. v. 1. 360 p.

MENDES, C. F. *A terceira manhã*. Rio de Janeiro: Imago, 2003. v. 1. 120 p.

\_\_\_\_\_. *Castro Alves – Marmelada: uma comédia caseira – Noivas*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2003. v. 1. 243 p.

\_\_\_\_\_. *Lábaro Estrelado – Bocas do Inferno – O Bom Cabrito Berra*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2003, v. 1. 213 p. Volume que abre a coleção Dramaturgia da Bahia, da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia.

RANGEL, Sônia. *Casa tempo*. [Salvador]: Solisluna, 2005.

## APÊNDICE A

### QUADRO DOCENTE

<b>Professor permanente</b>	<b>Titulação</b>	<b>Reg</b>	<b>Área de atuação</b>
Claudete Eloy	Especialização	DE	Artes visuais, Maq. Indm.
Deolindo Checcucci	Mestrado	DE	Direção e Adm./ Produção
Eduardo Augusto S. Tudella	Mestrado	DE	Direção, Design
Eliene Benício A. Costa	Doutorado	DE	Direção, Hist., Teatro Pop.
Erico José Souza de Oliveira	Mestrado	DE	Direção / Indumentária
Glaucio Machado Santos	Mestrado	DE	Direção/ Adm / Produção
Luiz Cesar Alves Marfuz	Mestrado	DE	Direção
Maurício de Souza Pedrosa	Graduação	DE	Cenografia/ Direção
Paulo José Bastos Cunha	Especialização	20h	Direção, Hist., Indumentária

#### Resumo 1:

Professores com Doutorado	01
Professores com Mestrado	05
Professores com Especialização	02
Professores somente com Graduação	01
Total	09

Obs.: Dos 05 professores com mestrado, 03 estão matriculados par o Doutorado

#### Resumo 2:

Professores com Dedicção Exclusiva	08
Professores em Regime de 20h	01
Total	09

## APÊNDICE B

## QUADRO DOCENTE

Nome/ Titulação/ Regime de Trabalho/ Área de Atuação

<b>Professor Permanente</b>	<b>Titulação</b>	<b>Reg</b>	<b>Área de Atuação</b>
Ângela de Castro	Doutorado	DE	História do Teatro
Antônia pereira Bezerra	Doutorado	DE	Semiologia do Teatro
Carlos Alberto Nascimento	Graduação	DE	Interpretação, Voz
Catarina Sant'Anna	Doutorado	DE	Dramaturgia
Ciene Fernandes	Doutorado	DE	Corpo
Cleise Furtado Mendes	Doutorado	DE	Dramaturgia
Daniel Marques	Doutorado	DE	Interpretação/ História
Harildo Esteves Deda	Mestrado	DE	Interpretação
Hebe Alves da Silva	Mestrado	DE	Interpretação, Voz
Iami Rebouças Freire	Mestrado	DE	Interpretação, Voz
Marcos Barbosa	Mestrado	DE	Dramaturgia
Maria Eugênia Milet	Mestrado	DE	Interpretação/ Pedagogia
Meran Muniz da C. Vargens	Doutorado	DE	Interpretação, Voz
Paulo Lauro N. Dourado	Graduação	DE	Interpretação, Direção
Sônia Lúcia Rangel	Doutorado	40	Artes Visuais, Cenografia, Iluminação, Indumentária, etc.

602

**Resumo 1:**

Professores com Doutorado	8
Professores Mestres realizando Doutorado	3
Professores com Mestrado	2
Professores somente com graduação	2
Total	15

**Resumo 2:**

Professores com dedicação exclusiva	14
Professores em Regime de 40h	01
Total	15

4

Associação dos Professores Universitários  
da Bahia - APUB



*Joviniano S. de Carvalho Neto*<sup>1</sup>

A atuação da APUB na história tem sido movida por três ideias forças que se articulam. A primeira é a *democratização*, tanto das estruturas e comportamentos da sociedade abrangente quanto da própria Universidade. A segunda é a *defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, democrática*, tanto em relação ao acesso a seus cursos quanto pela participação das categorias que a compõem nas suas decisões. A terceira que seria, inclusive, condição de melhor defesa da Universidade, é a *luta por melhores salários e condições de trabalho para os professores*<sup>2</sup>.

### NASCIMENTO NA RESISTÊNCIA À DITADURA

A APUB nasce em 6 de agosto de 1968, em Assembléia realizada no salão nobre da Reitoria, na qual os 110 professores que assinaram o livro de

---

1 Professor de Ciência Política da UFBA, representante dos docentes no Consuni (2007-2010). Ex-presidente da APUB.

2 Este texto baseia-se em Carvalho Neto (2008). Acréscimos, interpretações e síntese são de nossa responsabilidade.

presença aprovaram seu Estatuto e elegeram uma Diretoria Provisória, que encaminharia as eleições para a definitiva. Esta Assembléia foi momento histórico na resistência dos professores à ditadura militar, que se tornara crescentemente pública em 1967 (com o fim da vigência do Ato Institucional I e a liberalização tentada pelo General Costa e Silva) e recrudescera em 1968. A criação específica da APUB culmina o processo desencadeado em junho de 1968. Era momento no qual, em todo Brasil e na Bahia, a oposição à ditadura ocupava espaços nos jornais e, especialmente através do movimento estudantil, nas ruas. As passeatas denunciavam o acordo MEC—USAID para a reforma da educação, e, na Universidade, os professores, além das sequelas da perseguição política, que afastara alguns colegas, enfrentavam as consequências do corte de verbas imposto pela política recessiva do governo Castelo Branco (1964-1967) e a implantação de uma Reforma Universitária que, se absorvia algumas reivindicações da Campanha pré-1964, procurava impor mudanças contra a cultura e estrutura vigentes, a ampliação de vagas decidida pelo governo para atender à pressão dos “excedentes” (aprovados além das vagas oferecidas no vestibular) sem correspondente recuperação orçamentária.

Examinando pronunciamentos divulgados nos jornais entre 17 e 20 de junho de 1968, vemos que os professores de Ciências Econômicas, Politécnicas, Arquitetura, Matemática e Física, Filosofia e Direito se solidarizam com o movimento estudantil, questionam o corte de verbas para a Universidade e denunciam a importação de modelos que favoreciam a privatização da Universidade, inclusive para transformá-la em fundação, alertam sobre as baixas remunerações e falta de condições de trabalho dos professores.

Neste clima, a tentativa de invasão da Politécnica pela polícia para prender estudantes, depõe Guilherme Radel, primeiro presidente da APUB, vai deflagrar o movimento que resulta na criação da entidade. No dia 21 de junho de 1968 foi publicado um manifesto assinado por comissão formada por 13 professores reunindo jovens e renomados catedráticos<sup>3</sup>, convocando para uma Assembléia, no dia 4 de julho, no salão nobre da Faculdade de Filosofia. A criação é justificada pelo fato de os órgãos institucionais existentes não comportarem a discussão dos

---

3 Joaquim Batista Neves, Renato Mesquita, Alexandre Leal Costa, Thales de Azevedo, Hélio Simões, José Calazans da Silva, Hermano Machado, João Ubaldo Ribeiro, Istvan Jancsó, Zahidé Machado Neto, Suzana Alice Cardoso, Waldir Freitas Oliveira, Romélio Aquino.

problemas da categoria na amplitude e profundidade necessárias. Na Assembléia de Filosofia, constituiu-se uma comissão para elaborar o projeto de estatuto a ser encaminhado à Assembléia Geral. Este projeto, elaborado por um catedrático de renome nacional em Direito Processual Civil, J.J. Calmon de Passos, e por um então jovem professor da Escola de Administração, João Ubaldo Ribeiro, foi aprovado, após amplo debate dos 25 destaques apresentados. Uma ampla diretoria provisória com representantes das escolas foi eleita para, dentro de 45 dias, providenciar a eleição definitiva. Assim, a APUB nasceu ampla e democrática. Ainda em 1968, foram realizadas as eleições, em outubro, que elegeu Guilherme Radel como primeiro presidente<sup>4</sup>. Promoveu-se a institucionalização da entidade — registro do Estatuto em Cartório, publicação (13 de outubro de 1968) da ata de constituição no Diário Oficial do Estado, que permite, hoje, à APUB reivindicar a condição de uma das ou “a” Associação dos Professores mais antiga do Brasil. Neste período, ainda se teve tempo, relembra Suzana Cardoso, para discussão e mobilização, defendendo a generalização do regime de tempo integral e dedicação exclusiva. Roberto Argolo relembra as discussões para a extinção da cátedra vitalícia e a criação dos departamentos, que praticamente inexistiam. Em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional 5, o “golpe dentro do golpe”, que fez recrudescer a repressão e iniciarem-se os “anos de chumbo”.

607

A repressão desarticula o movimento estudantil nas universidades e, depois das prisões no Congresso de Ibiúna (1969), a UNE que, legalmente, já fora extinta desde 1964, é desativada. A APUB não é extinta, mas não teve como a diretoria continuar funcionando; um diretor (Istvan) se exilou na Europa e dois passaram a atuar na clandestinidade (Argolo e Ubirajara). Guilherme Radel, permanecendo em Salvador, foi, algumas vezes, “convocado” à noite para depor, mas não foi preso e manteve sob sua guarda os livros e documentos da APUB. Assim, no período de latência da entidade, poderia, formalmente, ser considerado seu presidente.

---

4 A diretoria foi composta por Guilherme Radel (Presidente), Rui Macedo (Vice-presidente); Istvan Jancsó (Secretário); Roberto Angelo (Tesoureiro) e Ubirajara Rebouças. Reconstruímos a diretoria pelos depoimentos, pois não encontramos a ata. Acreditamos que Ubirajara Rebouças tenha sido 2º secretário, pois esta será a estrutura da diretoria na reativação.



## REATIVAÇÃO — PRESSIONANDO A ABERTURA POLÍTICA

No período de hibernação da APUB, os professores universitários mais engajados atuaram em várias frentes de luta contra a ditadura e pelo fortalecimento das organizações populares. Alguns, em entidades da sociedade civil como as de profissionais “liberais” (OAB, Clube de Engenharia, Instituto de Arquitetos, Associação dos Sociólogos), em articulação de entidades profissionais e populares (“Trabalho Conjunto” — por exemplo) Igreja (CEAS — Centro de Estudos e Ação Social, o maior exemplo), de cientistas, como a SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que transformou suas reuniões nacionais anuais em plataforma para avaliação e crítica do regime. Outros atuaram diretamente na esfera partidária, dentro do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido consentido de oposição e/ou em partidos clandestinos como o PCB, PC do B, PCBR.

608

Em 1977/78 o quadro nacional havia mudado bastante. O processo de distensão “lenta, gradual, e segura”, iniciada pelo governo Geisel (1974-79) que pretendia, através de uma liberalização controlada, o retorno a uma democracia com “salvaguardas eficazes” (contra a subversão e o “revanchismo”) estava em curso. A situação econômica e a política internacional diminuía a base de legitimação da ditadura militar e a “tolerância” com a repressão e a tortura. Depois da vitória eleitoral do MDB nas eleições para o Senado em 1974, o governo lutava para controlar o processo de transição, alternando repressão, “casuísmos” e medidas liberalizantes, contra a crescente mobilização da sociedade civil pela democracia.

Neste quadro, em 1977, recomeçou a mobilização e, com uma diretoria provisória, foi reativada a APUB.

A base inicial foi o Instituto de Física, no qual o espaço de reação contra a ditadura fora preservado. Professores de Física se articulavam com professores resistentes de outras unidades. Na reativação, influenciaram fatores internos e externos à UFBA

Na UFBA, a criação da APUB aparece como uma reação contra a repressão política. Invasões de salas de aula pela Polícia Federal para prender suspeitos; atuação da ASI (Assessoria de Segurança e Informação) vigiando e perseguindo alunos e professores. Diretores despóticos e um reitor que, diferente dos anteriores (Roberto Santos e Lafayette Pondé), assumia

publicamente postura autoritária e de apoio à repressão política, foram motivos de decisão, na UFBA, de reativar a APUB como espaço de resistência e liberdade. Havia, também, problemas profissionais como a necessidade de resolver a questão dos professores colaboradores, contratados temporários, sem vínculos com o quadro da Universidade.

O grupo de professores se articula, reúne-se no Clube de Engenharia, na época centro de reunião das esquerdas, recebe a documentação da APUB de Guilherme Radel<sup>5</sup> e reativa a APUB, com uma diretoria provisória, que era presidida por Humberto Tanure<sup>6</sup>, de Física, onde se instala, em uma pequena salinha, a sede de entidade. Lá a APUB permanecerá até 1984.

Aos fatores internos somaram-se os externos. Segundo Roberto Argolo, presente em 1968 e na reativação em julho de 1977, em São Paulo, na Reunião Anual da SBPC, grupo de professores da Bahia e São Paulo teriam levantado a necessidade de criar associações de docentes. No início de 1978, reunião, também em São Paulo, com, ao que consta, apoio da SBPC, decidira estimular a criação de associações docentes no Brasil.

Ainda em 1978, Carlos Moreira presidirá a primeira diretoria permanente da APUB após a reativação.

Em fevereiro de 1979 representará a APUB no I Encontro Nacional de Associações Docentes. No Brasil; terminava o governo Geisel e iniciava-se o do general João Batista Figueiredo.

## 1979-1985 — A LUTA NO FIM DO REGIME MILITAR

Os seis anos do governo Figueiredo, o último da ditadura militar, corresponde quase exatamente a três gestões da APUB<sup>7</sup>.

O governo Geisel havia “limpado o terreno” para a transição de regime. Ao tempo em que reprimia a oposição legal (cassações de mandatos) e a clandestina (prisões e assassinatos) tomara medidas liberalizantes: suspendera a censura à imprensa (1975), revogara os banimentos (1978),

5 A tarefa foi realizada pela professora Suzana Cardoso.

6 A diretoria era composta por Humberto Tanure (FIS), presidente, Carlos Henrique Moreira (MED), vice-presidente), Suzana Cardoso (Let.), secretária, Sérgio Gomes (Politécnica), 2º secretário e Maria José Marinho Rego (IGEO), tesoureira.

7 Presididas por Carlos Henrique Souza Moreira (1979-81), Ubirajara Rebouças (1981-83) Joviniano Soares de Carvalho Neto (1983-85). O fato de as gestões da APUB começarem em dezembro explica esta imprecisão.

promulgara nova Lei de Segurança Nacional, diminuindo o elenco de crimes e atenuando as penas (dezembro de 1978) e, o mais importante, aprovara (outubro de 1978) a Emenda Constitucional 11, que revogou o AI-5, instrumento que dava poderes absolutos ao presidente da República (ao tempo que lhe dava poderes) para decretar “medidas de emergência”, “estado de sítio” ou estado de emergência”, que poderiam vigorar durante 120 dias sem aprovação do Congresso.

O governo Figueiredo assumiu com dois objetivos na área política: 1) a promulgação de anistia que traria de volta, à cena política, os cassados e punidos do regime militar, excluiria os “terroristas” (participantes da luta armada), garantiria a proteção aos militares contra “revanchismos”; 2) a reorganização partidária que, extinguindo o bipartidarismo, tiraria o caráter plebiscitário das eleições (que mostrava a condenação do governo) e, com divisão da frente de oposições reunida no MDB e a manutenção da unidade do partido do governo, levaria este à vitória. Com o Colégio Eleitoral para a escolha do presidente, montado para dar maioria ao partido do governo, o poder seria transferido a um civil “confiável”.

610

Para a execução deste projeto, o governo devia enfrentar, internamente, a reação dos setores mais direitistas e, externamente, a pressão crescente das oposições políticas, sindicais, sociais. Apoiando-se no peso militar e no grupo político e empresarial que ainda o apoiava, tinha de recorrer a um diálogo com a sociedade, e procurar administrar as pressões dela provenientes.

Uma das frentes de diálogo e luta era a Universidade e nela a APUB se destacou.

De 1979 a 1985 quando a ditadura militar se encerra, a grande prioridade da APUB era a redemocratização do Brasil e, internamente, da Universidade, enfrentando dirigentes e cultura burocrática comprometidos com o autoritarismo. Tendo reconstruído mais detalhadamente os momentos fundadores da APUB (a criação e a reativação) pelos objetivos do texto e do espaço a ele concedido<sup>8</sup>, concentrar-nos-emos na atuação mais diretamente relacionada com a história da UFBA, o que não significa esquecer a participação da APUB na luta pela democratização da sociedade brasileira, e sua participação no movimento docente nacional.

---

8 A APUB nasceu incluindo todos os professores (da Universidade Católica, inclusive). Após a reativação reunirá professores da UFBA e Cefet, à época as únicas instituições federais. Atualmente, representa os da UFBA, IF-BA e UFRB.

A “abertura” do governo Figueiredo foi aproveitada e alargada pelo movimento docente, para se organizar, inclusive criando a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), em 1981<sup>9</sup>; pressionar o governo inclusive com greves nacionais (1980, 81, 82, 84) e obter vitórias em termos de reajustes salariais, incorporação de professores colaboradores, nomeação de concursados, definição de carreira básica para o magistério superior.

Da participação nos movimentos nacionais, além da importância da APUB na organização da ANDES, cabe lembrar, pelo que representaram de inovação, duas greves. A primeira (1981) por ter ocupado a Praça do Campo Grande com atividades políticas e culturais, atraindo a atenção da sociedade; a segunda (1984), onde, enfrentando a derrota da greve de 1982, levou o movimento docente à “greve de ocupação”, atividades dentro da Universidade, mobilizando sua comunidade interna e atraindo a sociedade. A greve de 1984 mostrou o respaldo da APUB na sociedade. Dois exemplos: suspensos os salários, as redes de supermercados conveniaram a aceitação de bônus assinados pela APUB e entregues pelos professores como pagamento; a APUB foi reconhecida como de utilidade pública estadual e municipal.

Na UFBA, o reitor Macedo Costa, mais polido, recebia a APUB em audiência e se iniciava um diálogo, às vezes, tenso com a Reitoria.

De importância política a ressaltar, porque a instituição foi assimilada pela estrutura e cultura da Universidade, foi a luta pela constituição democrática (eleição direta pelos professores) da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), com vitória conseguida em 1981 e consolidada em 1982. A luta pela CPPD mobilizou para a realização da primeira eleição direta para reitor.

Em 1983, a APUB, Assufba e DCE promovem a eleição de nomes para a lista sêxtupla a ser encaminhada ao presidente da República. Os resultados não foram respeitados, mas o escolhido, Prof. Germano Tabacoff, se revelará um Reitor aberto ao diálogo com as categorias. Surgiu, assim, uma tradição que se manteve e aperfeiçoou.

---

9 A APUB participara, em janeiro de 1978 (São Paulo), de reunião que decidira estimular a criação de associações docentes (ADs), foi uma das 17 ADs. na reunião convocada pela Adusp na Reunião Anual da SBPC em julho; participara (fev. 1979, São Paulo) do I Encontro Nacional de Associações Docente; sediara, em Salvador, o II Encontro. Em 1981, foi uma das 64 ADs que fundaram a ANDES e dois baianos participaram da 1ª diretoria. Para maior informação, cf. Carvalho Neto (2003, p. 145-178).

Em 2010, as entidades coordenaram a 8ª eleição, agora denominada “consulta” por considerações legais, sendo de sublinhar que, nas três últimas, não só o primeiro colocado encabeça a lista como a decisão dos 2º e 3º colocados de não a integraram tem garantido o respeito à vontade majoritária.

Em 1984, a APUB teve duas grandes vitórias a comemorar: promoveu as eleições diretas para diretores das unidades e 17 das então 23 congregações homologaram o resultado, como vêm fazendo até hoje, institucionalizando a prática; realizou, com a Assufba e DCE a primeira eleição paritária e com resultado acatado para vice-reitor, então eleito separadamente.

Em relação aos interesses dos professores, destaca-se ainda, no período, a incorporação dos professores colaboradores, fruto de luta nacional, o movimento vitorioso pela contratação dos aprovados em concurso, realizado pela UFBA em nome da autonomia universitária e que o MEC relutava em contratar.

612

Entre 1984 e 85 a APUB amplia suas instalações e estruturas. Sai da sala de Física para a casa na Rua Marechal Floriano, cedida pela Reitoria; a Reforma de Estatuto foi aprovada por unanimidade por 819 votantes, acrescentando aos cargos administrativos as diretorias por áreas. A contribuição dos associados passou a ser um percentual sobre os vencimentos, ao invés de mensalidade de igual valor, que pesava mais para os que ganhavam menos.

Ao lado da atuação na Universidade, desempenhou papel importante nas lutas democráticas em nível local e nacional — apoiou a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita, (1978-79), campanha das “diretas já” (1984), a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. Tiveram grande repercussão, também, a defesa contra a acusação falsa levantada, nas eleições de 1982, atingindo o professor Roberto Santos, a participação na luta contra a expulsão do país de Javier Alfaya, presidente da UNE e as denúncias de violências e arbitrariedades praticadas pelos governantes.

## NOVA REPÚBLICA — SARNEY A COLLOR

A Nova República trazia muitas esperanças para o movimento docente. A APUB participara de audiência com Tancredo Neves, após eleito, na qual

ele se comprometera com mais verbas para as universidades e em nomear sempre o mais votado para reitor.

A realidade superou a ficção, Tancredo morreu sem assumir e o presidente que deveria representar a redemocratização e a remoção do “entulho autoritário” era um beneficiário da ditadura militar e ex-presidente do partido (Arena) que a apoiara. Apesar desta frustração, o movimento pela redemocratização continuou em época marcada pela grande inflação, denúncias de corrupção no governo (Executivo e Legislativo), eleições de 1986 (governadores, senadores, deputados) e, mais forte, a campanha pela Assembléia Constituinte.

Na gestão 1985-87 há duas grandes marcas. Uma de grande simbolismo. A APUB mudou-se para nova sede – exatamente onde funcionava a ASI (Assessoria de Segurança e Informação). Foto com entrada de professores e faixa “O SNI não mora mais aqui” é registro deste momento. Neste imóvel, cedido em comodato pela Universidade e posteriormente ampliado pela APUB (gestão 1994-96) permanece até o presente. A outra marca foi a participação no processo constituinte: promoção de debates, apoio a emendas populares, destacando-se a que defendia verbas públicas para a escola pública.

A Constituição de 1988 incorporará várias das reivindicações dos setores progressistas na área de educação, saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia. Permitirá também a sindicalização dos funcionários públicos e a transformação da ANDES em sindicato, o que levará muitos a chamá-la de “o” ANDES.

Na gestão 1985-87 da APUB, as negociações com o MEC obtiveram gratificações e não se recorreu à greve, instrumento a que, diante dos grandes índices de inflação e de resistência do governo às suas reivindicações, os professores passarão a recorrer sistematicamente<sup>10</sup>.

Na gestão 1987-89, ficou claro que Sarney não cumpriria a promessa de Tancredo. As entidades promoveram a eleição direta para a lista sêxtupla para reitor e o presidente escolheu o quinto colocado. A APUB capitaneou a reação, pretendendo que renunciasse e criando mecanismos de acompanhamento e crítica à sua gestão. Afirmando sua identidade sindical, em 1989 filia-se à CUT como entidade (sindicato) local, antes mesmo que a ANDES se filiasse como entidade nacional. Este fato, e a autonomia que o caráter *sui generis*

<sup>10</sup> A APUB, a partir de 1987, promoveu 12 greves: 1987, 1988, 1989, 1991, 1993, 1996, 1998, 2000, 2001, 2003, 2004 (de 21 a 28/07 e de 05/08 a 03/09).

da ANDES sempre reconheceu, foram alguns dos argumentos utilizados para a permanência da APUB na CUT quando a ANDES dela se desfilou nos anos 2000.

A nova sede, quartel-general da luta, é também local de conagração — onde se criou o Bar DE.

O fim do governo Sarney que, fracassado o Plano Cruzado (estabilização monetária) que fortalecera o PMDB em 1986, enfrentava altos índices de inflação e desaprovação popular, e o início do governo Collor, eleito com um discurso explicitamente contra os gastos com servidor público e pela redução do Estado, serão marcados pela resistência dos professores. As perdas salariais diante da inflação, as más condições de trabalho levaram à greve de 102 dias e a uma articulação com os servidores federais na luta vitoriosa pela aprovação de lei que instituiu (1990) o Regime Jurídico Único (RJU) para os funcionários federais, vitória marcada por ter conseguido derrubar, no Congresso, veto presidencial.

614

No período, outra grande vitória ocorreu na eleição para reitor. A primeira colocada na consulta, a professora Eliane Azevedo encabeçou a lista e foi nomeada. Foi a primeira reitora mulher e a primeira vez em que o resultado da eleição pela comunidade foi respeitado.

No período, a APUB participou, também, promovendo debates, da reação vitoriosa contra a revisão constitucional (1993), na qual as forças liberais conservadoras tentavam reverter normas que consideravam contrárias ao livre mercado. Estas forças, que, a partir do governo Collor, implantavam um projeto neoliberal e eram beneficiadas pela queda do “socialismo real” no Leste Europeu, que viam como a vitória definitiva do capitalismo e, até, o “fim da história”, reinarão no governo de Fernando Henrique Cardoso.

## **OS ANOS DE FHC — RESISTÊNCIA AO SUCATEAMENTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E ÀS PRIVATIZAÇÕES**

Entre 1994 e 2002, uma marca comum na atuação da APUB será a da resistência à política do governo federal, que reduzia as verbas para as universidades públicas, fornecia estímulos e financiamento para a expansão do ensino privado, não autorizava a realização de concursos, levando à

ampliação e distorção da função de professor substituto<sup>11</sup> e ao recurso a terceirizações na área técnico-administrativa, pretendia “conter” os salários, mantendo ou ampliando as perdas salariais.

É um período marcado por várias greves nacionais conduzidas pela ANDES, das quais a APUB participa, ainda que enfatizando estilo próprio e aderência à realidade local. É momento em que, no movimento docente nacional, se aprofundam as divergências sobre estratégias e táticas. Dentre os eventos de grande visibilidade produzidos pela APUB neste período destacamos a grande participação na caminhada da Lavagem do Bonfim em 1998 (a APUB continuou participando com faixas e cartazes nos anos seguintes), a “Tragiatta”, passeata performática, com participação de professores de teatro, que atravessou o centro da cidade em 2000; e a carreata e Audiência Pública na Assembléia Legislativa em 2001.

Em 2001, uma greve mobilizou todas as unidades e níveis de ensino da UFBA (a última vez em que isto foi conseguido) e auxiliou a barrar o projeto de “emprego público” (reivindicando concursos públicos pelo RJU) e a obter um reajuste médio de 13% sobre os salários. Seu sucesso na Bahia decorreu das atividades da “universidade livre, ativa e popular”, da articulação com a Assufba e DCE, do apoio obtido dos Conselhos Superiores, dos parlamentares e da população. Foi chave a reunião promovida pela APUB, na qual os chefes de departamento recusaram-se realizar a matrícula no segundo semestre. Da Audiência Pública na Assembléia Legislativa, saiu apoio assinado por todos os líderes de partido. Os Conselhos Superiores da UFBA divulgaram nota conjunta, repudiando a posição do MEC e, ineditamente, o vestibular foi suspenso. O MEC suspendeu os salários e a APUB ganhou mandado de segurança, ordenando pagamento. O MEC negociou mas, na última hora, recusou-se a assinar o acordo. A APUB lançou “slogan” e abaixo-assinado, assumido nacionalmente e firmado por milhares de pessoas.

Foi momento no qual, apesar das divergências, a APUB pôde participar e influir no movimento docente nacional conduzido pela ANDES. Além da participação na luta nacional, a APUB, no período, promoveu três eleições (consultas) para reitor.

---

11 Criado para substituir professores afastados temporariamente ou aposentados, enquanto não se realizassem os concursos, foi transformado em mão-de-obra rotativa (dois anos improrrogáveis), superexplorada e, muitas vezes, frustrada no seu desejo de se integrar ao magistério. No período, a UFBA chegou a contar com 25% de substitutos dentre seus professores.



Em 1998, o presidente da República escolheu o segundo mais votado que, aliás, havia sido mais votado pelos professores, os quais, presentes em Assembléia, decidiram que a APUB, ainda que reiterasse o princípio de escolha do mais votado, não deveria assumir a posição de oposição sistemática à sua gestão. Em 2002 foi nomeado o mais votado, tendo, nesta eleição, os demais candidatos declinado de entrar na lista, a qual foi preenchida com nomes indicados pelo vitorioso. A mesma praxe salutar foi repetida nas eleições de 2006 e 2010.

Marcante neste período foi a reação à invasão policial, em 16/05/2001, do Campus de UFBA, denunciada em primeira mão à imprensa pela APUB, e que uniu toda a comunidade universitária em reunião ampliada de Conselho Universitário e posterior passeata pelo Campus.

Mereceu ainda destaque, a defesa em nível nacional da discussão da introdução das cotas. A corrente majoritária da ANDES se opôs à discussão e, posteriormente, se posicionará contrária. Buscando novos modelos foram implantadas listas de discussões e de e-mails. Implantou-se (gestão 1999-2000) o Plano de Autogestão no APUB-Saúde, antes administrado por empresa e se procurou ampliá-lo e manter seu nível de qualidade. Os momentos de conagração foram ampliados com um caruru, para marcar o dia do professor (gestão 1994-96) e o Forró da APUB (gestão 1999-2000).

A APUB promoveu, em Salvador (25 e 26/01/2002), o seminário “Brasil e Movimento Docente: crise e perspectivas”, com apoio e presença de associações docentes oposicionistas e representantes da linha majoritária na ANDES<sup>12</sup>. Suas formulações partiam da visão de que a concepção e o próprio projeto da Universidade Pública estão vinculados a um projeto nacional. A partir daí avaliou a situação do Brasil e do movimento docente, visando à construção de uma universidade pública, democrática e de qualidade. Uma de suas constatações foi a mudança no perfil da categoria, que se deveria considerar para melhor representá-la e canalizar suas demandas. Uma consequência foi a decisão de oposição de, apesar das dificuldades identificadas na própria estrutura da ANDES, apresentar chapa nas eleições de 2002. Fato que se repetiu em 2004. A chapa da oposição venceu, na APUB, ambas as eleições. Em 2004, a oposição venceu nas universidades federais, perdendo pelo voto das estaduais, o que seria um estímulo à criação de

---

12 O seminário foi reproduzido no livro *Brasil: movimento docente: crise e perspectivas* organizado por Carvalho Neto (2002).

uma entidade para as federais, que será o Proifes (Fórum dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior) e pode ser considerado uma etapa no processo que levará a APUB ao desligamento da ANDES (2009) e sua transformação em sindicato local (2010).

## GOVERNO LULA — ENFRENTANDO MUDANÇAS NO QUADRO NACIONAL

Nas eleições presidenciais de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, no 2º turno, foi o vencedor, o que repetirá, também no 2º turno, em 2006.

A chegada de Lula ao poder foi acompanhada de muitas esperanças dos setores progressistas, boa parte dos quais o apoiara nas eleições anteriores, apesar dos compromissos que assumira anteriormente de respeitar contratos e pilares da política econômica e das alianças que faria para construir maioria no Congresso.

No início do governo, despertou grande reação a sua proposta de Reforma da Previdência para o setor público, que atendia pressões dos bancos internacionais e dos grandes fundos de pensão de empresas estatais. Contra ela se levantaram os funcionários públicos civis (da ativa, aposentados e pensionistas), não apenas do Executivo mas também do Judiciário, os juristas (“direito adquirido”) e políticos. Contra ela, os servidores federais desencadearam uma greve nacional da qual a APUB foi ativa participante. Para enfrentá-la, duas táticas concorreram: a primeira, a da rejeição, reivindicando a retirada do projeto de lei, a segunda, a de apresentar emendas para mudar ou aperfeiçoar a proposta. A Coordenação Nacional das Entidades Federais, a ANDES e a APUB apostaram na primeira. A CUT, as organizações que representavam advogados (OAB, Ministério Público, Magistratura) e alguns segmentos do funcionalismo apostaram na segunda. Afinal, foi aprovado um projeto que mitigava o original, dentre outras coisas garantindo a integralidade e paridade (ativo-aposentado) para os que tinham direito adquirido e criando fundos de pensão, a fim de complementar aposentadorias acima do teto, para os novos. Vale a pena acrescentar que a APUB (gestão 2006-2008) defendeu a tese de que, enquanto os fundos de pensão não fossem criados, os novos professores teriam o direito à integralidade e, quando isto se confirmou nacionalmente, convocou reuniões para

explicar e tranquilizá-los. Os fundos até o presente (2010) não foram regulamentados.

A Reforma da Previdência fortaleceu, dentro do movimento docente, aqueles que assumiram a posição de que o governo Lula era uma continuidade do projeto neoliberal, contra os que atuavam na linha de que era um espaço no qual forças se defrontavam. Tal divisão se manteve, em outro quadro político, no debate da proposta de Reforma Universitária, quando uma diretoria da APUB, sintonizada com a linha da ANDES (gestão 2002/2004) a denunciou, inclusive apoiando a invasão da Reitoria por estudantes e a que a sucedeu (gestão 2004-2006) optou por realizar seminário de avaliação, apoiar alguns pontos (algum controle sobre a rede privada, por exemplo) e propor ou apoiar emendas de deputados progressistas. Sob grande reação, especialmente dos setores empresariais, e dezenas de emendas, o projeto foi paralisado no Congresso.

618

O quadro político mudou no primeiro e, especialmente, no segundo mandato: cresceu a recomposição dos quadros do Estado (concursos), o apoio à ampliação dos serviços públicos (inclusive na área de Educação) e a intervenção do Estado na economia como indutor (e moderador) do crescimento, dentro dos marcos do capitalismo, mas se afastando da ideologia neoliberal. Esta mudança não foi percebida por todos e a divisão se manteve diante do projeto do Reuni (Expansão das Universidades Federais). Enquanto a ANDES mobilizava professores e, especialmente, apoiava a mobilização estudantil (inclusive com invasão da Reitoria), a posição da APUB foi a de aprovação desde que garantidas, previamente, as condições (concursos, construções) para cada etapa.

Em 2007, a APUB conseguiu implantar a representação docente nos Conselhos Universitários e de Curadores, reivindicação incluída no Estatuto da UFBA de 2000, realizando eleições nas quais um dos representantes era o seu presidente. O canal com a entidade foi mantida na eleição de 2009, quando um dos eleitos era o seu diretor acadêmico. Na Reforma do Estatuto/Regimento da UFBA, em 2009, decidiu-se que, doravante, as entidades representativas da categoria indicarão, pelo processo que decidirem, seus representantes nos colegiados superiores.

No período, ocorreram mudanças no Estatuto da APUB e na sua relação com o movimento docente nacional. Em fins de 2006, foi

aprovada Reforma de Estatuto que, dentre outras coisas, determinava que a decretação de greve por mais de dois dias dependia de plebiscito ou referendo, o que, se de um lado enfatizava a representatividade que a greve deveria ter, de outro apontava para novas formas de luta. Estas foram utilizadas incluindo participação em eventos em Brasília, articulação com entidades e parlamentares, atuação junto a instâncias universitárias, debates com os professores. Isto sem esquecer a participação e apoio em lutas sociais contra a transposição do rio São Francisco e eventos como o “Grito dos Excluídos” ou o Congresso Estadual e Nacional da CUT.

Em 2007, três acontecimentos decisivos. O debate do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e o engajamento na luta contra o PLP – 01, nele enxertado, que congelaria o salário real dos funcionários por 10 anos. Em agosto, a APUB participou de marcha, promovida pela CUT em Brasília, que paralisou o projeto. O segundo, que tinha o bloqueio ao PLP-01 como condição, foi a campanha salarial, na qual, como ocorreu com as outras categorias do funcionalismo público, chegou-se a um acordo de reajustes na remuneração para os três anos seguintes (2008/2010). Como representantes dos professores assinaram Proifes e CUT, pois a ANDES, apesar de ter participado das negociações, não o fez. A APUB destacou-se quando, diante da ameaça de recuo do governo, lançou campanha “Acordo é para ser cumprido” e participou de marcha e pressões em Brasília.

Finalmente, a reação contra a linha majoritária na ANDES, que se recusara a homologar a Reforma do Estatuto da APUB e pressionava pelo seu desmembramento, de modo a que deixasse de representar o Cefet e a UFRB, somou-se a crítica à sua ação política que a teria levado à ineficácia e ao isolamento. A Assembléia Geral da APUB decidiu pela suspensão do repasse financeiro à ANDES e pela discussão sobre os rumos da APUB. Desta discussão emergiu o plebiscito, realizado em 16 e 17/06/2009, no qual foi aprovada a desfiliação da ANDES e a transformação da APUB em sindicato representativo dos docentes das instituições federais de ensino superior da Bahia. A implementação desta decisão prossegue, em 2010, com a elaboração de novo Estatuto, ora submetido ao referendo dos professores. Assim, tendo comemorado 40 anos em 2008, a APUB deverá entrar em nova etapa de sua história.

## DIRETORIAS DA APUB POR ANO E PRESIDENTES

- 1968 - ... Guilherme Radel
- 1977-1979 — Humberto Tanure
- 1979-1981 — Carlos Henrique S. Moreira
- 1981-1983 — Ubirajara Rebouças
- 1983-1985 — Joviniano Neto
- 1985-1987 — João Augusto Lima Rocha
- 1987-1989 — Sofia Olzewski Filha
- 1989-1992 — Evelina Correia Gonçalves
- 1992-1993 — Lúcia Lobato
- 1993-1994 — Israel Pinheiro
- 1994-1996 — Robério Ribeiro
- 1996-1999 — Aurélio Lacerda
- 1999-2000 — Uilma Amazonas
- 2000-2002 — Joviniano Neto
- 2002-2004 — Antonio Câmara
- 2004-2006 — Cláudia Miranda Souza
- 2006-2008 — Joviniano Neto
- 2008-2010 — Israel Pinheiro

620

## REFERÊNCIAS

CARVALHO NETO, J. S. Filósofo e militante docente. In: SALLES, J. C. (Org.). *Filosofia e consciência social: homenagem a Ubirajara Dórea Rebouças*. Salvador: Quarteto, 2003. p. 145-178.

\_\_\_\_\_. (Org.) *APUB 40 anos: reconstruindo a história*. Salvador: APUB, 2008, 146 p. (Textos APUB, 11). Acréscimos, interpretações e síntese são de nossa responsabilidade.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Brasil: movimento docente: crise e perspectivas*. Salvador: APUB, 2002. 117 p. (Textos APUB, 8).

